



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

LUCINEUDO MACHADO IRINEU

**LATINIDADE E IMAGENS DE SI NA TRADIÇÃO EDITORIALÍSTICA DO
JORNAL DO BRASIL E DO CLARÍN NOS SÉCULOS XX E XXI:
VESTÍGIOS DE MUDANÇA E TRAÇOS DE PERMANÊNCIA**

**FORTALEZA/CE
2014**

LUCINEUDO MACHADO IRINEU

**LATINIDADE E IMAGENS DE SI NA TRADIÇÃO EDITORIALÍSTICA DO
JORNAL DO BRASIL E DO CLARÍN NOS SÉCULOS XX E XXI:
VESTÍGIOS DE MUDANÇA E TRAÇOS DE PERMANÊNCIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa.

Coorientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

Supervisora de estágio no exterior: Profa. Dra. Guiomar Elena Ciapuscio.

**FORTALEZA/CE
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

I651

Irineu, Lucineudo Machado.

Latinidade e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI : vestígios de mudança e traços de permanência / Lucineudo Machado

Irineu. – 2014.

336 f. : il., enc. ; 30 cm.

Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: Linguística.

Orientação: Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa.

Coorientação: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

1.Editoriais – Brasil – Séc.XX. 2.Editoriais – Argentina – Séc.XX. 3.Editoriais – Brasil – Séc.XXI. 4.Editoriais – Argentina – Séc.XXI. 5.Análise do discurso. 6.Jornal do Brasil. 7.Clarín(Jornal : Argentina). 8.América Latina – Civilização. I.Título.

CDD 070.442014

LUCINEUDO MACHADO IRINEU

**LATINIDADE E IMAGENS DE SI NA TRADIÇÃO EDITORIALÍSTICA DO
JORNAL DO BRASIL E DO CLARÍN NOS SÉCULOS XX E XXI:
VESTÍGIOS DE MUDANÇA E TRAÇOS DE PERMANÊNCIA**

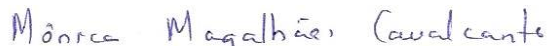
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 27/06/2014.

BANCA EXAMINADORA



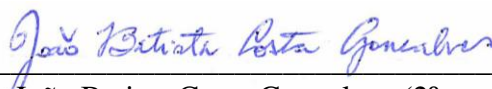
Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



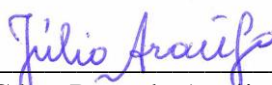
Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dra. Valéria Severina Gomes (1ª examinadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)



Prof. Dr. João Batista Costa Gonçalves (2º examinador)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo (3º examinador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Profa. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos (4ª examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

*Percebe e entende que os melhores amigos
São aqueles que estão em casa, esperando por ti
Acredita nos momentos mais difíceis da vida
Eles sempre estarão por perto, pois só sabem te amar.*

(Tua Família. Anjos de Resgate)

Por serem meus melhores amigos, por me esperarem a cada retorno, por serem a presença necessária nos momentos difíceis, por estarem sempre por perto, por me amarem e por serem anúncio vivo de um futuro bom, dedico este projeto de vida *aos meus, à minha família*, símbolo de amor incondicional no *passado*, no *presente* e no *futuro*.

A *Marilene Machado*, mãe e amiga, minha razão de viver;

A *Suelen Brasil*, mulher e companheira, minha segunda razão de viver;

Ao *Messias Mateus*, filho amado, minha maior razão de viver.

AGRADECIMENTOS

*(...) pois não me atrevo a um passo só sem Teu amparo.
Sem Teu apoio, eu só iria fraquejar, eu andaria a vacilar,
sem Tua mão a me sustentar...*

*Mas se Tua mão me segurar,
eu correrei até voar...*

(Com Tua Mão. Suely Façanha)

A Deus, que sempre se mostrou sensivelmente onipresente em minha vida (e não foi diferente em mais essa etapa), através das pessoas a quem agradeço aqui. Dele eu senti a mão a me guiar, todos os dias, em absolutamente todos os momentos da minha existência.

Aos **professores do PPGL/UFC**, em especial a **Aurea Zavam** e a **Nelson Barros**, pelas contribuições nos exames de qualificação de projeto de tese. De igual modo, aos **funcionários e bolsistas do Programa**, pela presteza de sempre;

Aos **professores João Batista** (UECE), **Valéria Gomes** (UFRPE) e **Sandra Maia** (UFC), pelas interações no exame de defesa de tese, antes e depois dele;

Ao **professor e amigo Júlio Araújo**, tão mais querido quanto presente, pelas contribuições nas qualificações e nas defesas de dissertação e de tese e principalmente pelas conversas amigas sempre tão felizes, necessárias e providenciais;

À **professora Livia Baptista**, orientadora de mestrado, por me despertar para o tema da latinidade, para os estudos do discurso e para a pesquisa científica;

Aos **professores e alunos da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires**, em especial aos membros do projeto de pesquisa UBACYT, sob a coordenação da Profa. Dra. Guiomar Elena Ciapuscio, pela recepção e pelo intercâmbio de ideias em terras portenhas. De igual modo, aos **membros dos grupos de pesquisa EALE/UERN, GRED/UERN, GEPPELE/UFC e PROTEXTO/UFC**, dos quais faço parte, pela constante interlocução acadêmica;

Aos **funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional de Buenos Aires**, pela parceria firmada durante a coleta e a edição dos dados da tese. Neste tocante, agradeço, de modo especial, a **Suelen Brasil**, pelo auxílio na geração e na codificação do *corpus* (além da incondicional presença amorosa de sempre);

À **CAPES**, pelo apoio financeiro concedido através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE);

Aos amigos, os brasileiros e os argentinos. São tantos e tão queridos! Nomear todos seria impossível. Destaco, então, os nomes de Raquel Paiva, Suze Amaral, Tarciclê Pontes, Kélvya Freitas, César Melo, Diego Meichtry e Flor Rodriguez, a representarem os demais, pela forte presença fraterna de todo sempre;

À **minha grande família**, em Manaus, no Pará, no Ceará, na capital e no interior, por me fortalecer a cada nova empreitada;

À **UERN** (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), em destaque ao corpo docente do **Curso de Letras do CAMEAM, em Pau dos Ferros**, do qual tão faço parte, pelas parcerias firmadas no âmbito profissional que tanto me enriquecem. Em especial, aos amigos que compõem minha **segunda família em terras potiguares**.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro: e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

(Tecendo a Manhã. João Cabral de Melo Neto. In: A Educação pela Pedra).

A quem, com amor e humanidade, me ajudou a tecer manhãs:

A **Mônica Cavalcante**, coorientadora no Brasil, pelo exemplo de ser humano ímpar, por ser a “Palavra criadora do primeiro dia: Que exista a Luz!”, em termos magnos;

A **Guiomar Ciapuscio**, supervisora no Exterior, por ser capaz de amar o Outro tanto como a si mesma, por ser “gente da gente”, simplesmente por existir;

A **Margarete Fernandes**, orientadora, de modo muito especial, por ter me acolhido de todas as maneiras que um ser humano pode ser acolhido. Por me ensinar que é possível amar de modo integral, inclusive e principalmente no mundo acadêmico.

“Entre idas e vindas, descobri que a alegria do retorno supera a dor da partida e que entre a partida e o retorno há um monte de felicidade para se viver”.

(Buenos Aires, outubro de 2013)

RESUMO

Conjugando pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso francesa e da Filologia Românica alemã, em diálogo com os Estudos Culturais antropológicos, esta tese constrói como objeto de pesquisa o conjunto de imagens discursivas, em constituição diacrônica, projetadas em textos opinativos dos séculos XX e XXI do *Jornal do Brasil* e do *Clarín*, a partir da hipótese de que o conceito de tradições discursivas pode lançar luz à investigação diacrônica do ethos discursivo, pela descrição de seus vestígios de mudança e de seus traços de permanência, na história. Deste modo, o presente estudo objetiva reconstruir a trajetória histórica do ethos que os enunciadores dos dois jornais enfocados projetam no discurso jornalístico, em editoriais publicados no Brasil e na Argentina que tratam de temas da latinidade da América Latina, no período de 1945 a 2014. Para a execução deste objetivo, realizamos uma investigação linguístico-discursiva em três cenas. Em uma primeira cena teórico-conceitual, debruçamo-nos sobre os conceitos de latinidade da América Latina, de ethos discursivo e de tradições discursivas a partir dos postulados de García Canclini (2008a, 2008b), Maingueneau (2008a, 2008b) e Kabatek (2005, 2007), dentre outros. Na sequência, em uma segunda cena metodológica, recorremos a procedimentos da Análise do Discurso e da Filologia Românica para o exame (interpretação e descrição) dos 50 exemplares de editoriais que compõem o *corpus* desta pesquisa, organizados em duas gerações de textos, em blocos de 35 anos cada uma. Por fim, em uma terceira cena analítica, procedemos ao exame dos editoriais no que se refere às seguintes categorias: cena enunciativa (cena englobante, cena genérica, cenografias e imagens de si dos enunciadores), conforme Maingueneau (2008a, 2008b), e tradições discursivas (vestígios de mudança e traços de permanência no conjunto de imagens de si dos enunciadores, nas cenografias e nos elementos dêiticos e lexicais pelos quais se expressam), consoante Kabatek (2005, 2007), dentre outros. Após as análises, é possível afirmar que as imagens de si dos enunciadores mudam de um tempo a outro e de uma cultura a outra, em função das cenografias e dos índices linguístico-discursivos mobilizados, evidenciando que, de fato, o discurso é um espaço de regularidades enunciativas observáveis em termos de sua expressão no plano diacrônico. Acredita-se, assim, que esta pesquisa contribui para a expansão dos estudos linguísticos no que diz respeito à abordagem diacrônica de fenômenos discursivos, tais como as imagens de si.

Palavras-chave: Ethos. Tradições discursivas. Latinidade. *Jornal do Brasil*. *Clarín*.

RESUMEN

Relacionando presupuestos teórico-metodológicos del Análisis del Discurso francés y de la Filología Románica alemana, en diálogo con los Estudios Culturales antropológicos, esta tesis construye como objeto de investigación el conjunto de imágenes discursivas, en constitución diacrónica, proyectadas en textos de opinión de los siglos XX y XXI de *Jornal do Brasil* y de *Clarín*, desde la hipótesis de que el concepto de tradiciones discursivas puede lanzar luz a la investigación diacrónica del ethos discursivo, por la descripción de sus vestigios de cambio y de sus rasgos de permanencia, en la historia. De este modo, el presente estudio objetiva reconstruir la trayectoria histórica del ethos que los enunciadores de los dos periódicos enfocados construyen en el discurso periodístico, en editoriales publicados en Brasil y en Argentina que tratan de temas de la latinidad de América Latina, en el período de 1945 a 2014. Para la ejecución de este objetivo, realizamos una investigación lingüístico-discursiva en tres escenas. En una primera escena teórico-conceptual, nos volvemos a los conceptos de latinidad de América Latina, de ethos discursivo y de tradiciones discursivas desde los postulados de García Canclini (2008a, 2008b), Maingueneau (2008a, 2008b) y Kabatek (2005, 2007), entre otros. En la secuencia, en una segunda escena metodológica, recorrimos a procedimientos del Análisis del Discurso y de la Filología Románica para el examen (interpretación y descripción) de los 50 ejemplares de editoriales que componen los datos de esta pesquisa, organizados en dos generaciones de textos, en bloques de 35 años cada una. Por fin, en una tercera escena analítica, procedemos al análisis de los editoriales con relación a estas categorías: escena enunciativa (escena englobante, escena genérica, escenografías e imágenes de sí de los enunciadores), conforme Maingueneau (2008a, 2008b), y tradiciones discursivas (vestigios de cambio y rasgos de permanencia en el conjunto de imágenes de sí de los enunciadores, en las escenografías y en los elementos deícticos y lexicales por los cuales se expresan), consonante Kabatek (2005, 2007). Después de los análisis, es posible afirmar que las imágenes de sí de los enunciadores cambian de un tiempo a otro y de una cultura a otra, en función de las escenografías y de los índices lingüístico-discursivos, evidenciando que el discurso es un espacio de regularidades enunciativas observables en términos de su expresión en el plan diacrónico. Se cree, así, que esta investigación contribuye para la expansión de los estudios lingüísticos en lo que se refiere al abordaje diacrónico de fenómenos discursivos, tales como las imágenes de sí.

Palabras-clave: Ethos. Tradiciones discursivas. Latinidade. *Jornal do Brasil*. *Clarín*.

ABSTRACT

Combining theoretical and methodological assumptions of Discourse Analysis of French and German Romanic Philology, in dialogue with the cultural anthropological studies, this thesis builds as research object the set of discursive images in diachronic constitution, designed in opinion texts of the XX and XXI centuries of *Jornal do Brasil* and *Clarín*, from the hypothesis that the concept of discursive traditions can shed light on the diachronic investigation of the discursive ethos, by describing their tracks of changes and their remain traits in history. Thus, this study aims to reconstruct the historical trajectory of the ethos that two enunciators from the two newspapers focused project on the journalistic discourse in editorials published in Brazil and Argentina that deal with themes of Latinity of Latin America in the period of 1945-2014. For the implementation of this goal, we conducted a linguistic-discursive research in three scenes. In a first theoretical-conceptual scene we focused on the concepts of Latinity of Latin America, the discursive ethos and discursive traditions from the postulates of García Canclini (2008a, 2008b), Maingueneau (2008a, 2008b) and Kabatek (2005, 2007), among others. Following, into a second methodological scene, we resort to procedures of discourse analysis and Romanic Philology for the exam (interpretation and description) of 50 copies of editorials that make up the corpus of this research, organized in two generations of texts in blocks of 35 years each one. Finally, in a third analytical scene, we have examined the editorial concerning the following categories: expository scene (comprehensive scene, generic scene, set designs and pictures of speakers themselves) as Maingueneau (2008a, 2008b), and traditions discursive (tracks of changes and their remain traits in the set of images of speakers themselves, the sceneries and the deictic and lexical elements by which are expressed), according Kabatek (2005, 2007), among others. After the analysis it can be stated that the images of it of speakers change from one time to another and from one culture to another, depending on the sceneries and linguistic-discursive mobilized indices, showing that, indeed, the discourse is a space of enunciative regularities observable in terms of its expression in the diachronic plane. It is believed, therefore, that this research contributes to the expansion of linguistic studies with respect to the diachronic approach of discursive phenomena, such as the images of it.

Keywords: Ethos. Discursive traditions. Latinity. *Jornal do Brasil*. *Clarín*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O ethos efetivo	48
Figura 2 - As tradições discursivas, segundo Kabatek (2004)	75
Figura 3 - Proposta para a análise diacrônica de gêneros (ZAVAM, 2009)	78
Figura 4 - Proposta para análise diacrônica de anúncios (RODRIGUES, 2011)	79
Quadro 1 - Níveis de linguagem, segundo Coseriu (1980)	70
Quadro 2 - Níveis de linguagem, segundo Koch (1997)	71
Quadro 3 - Organização dos dados em gerações	96
Quadro 4 - Categorias analíticas no âmbito da cena enunciativa	99
Quadro 5 - Categorias analíticas no âmbito das tradições discursivas	99
Quadro 6 - Procedimentos analíticos da primeira etapa (cena enunciativa)	100
Quadro 7 - Procedimentos analíticos da segunda etapa (tradições discursivas)	100
Quadro 8 - Microfinalidades dos editoriais do Jornal do Brasil	138
Quadro 9 - Microfinalidades dos editoriais do Clarín	138
Quadro 10 - Conteúdos temáticos dos editoriais do Jornal do Brasil	142
Quadro 11 - Conteúdos temáticos dos editoriais do Clarín	144
Quadro 12 - Imagens de si dos enunciadores dos editoriais	231
Quadro 13 - Cenografias mobilizadas nos editoriais	231
Quadro 14 - Tradição e atualização dos elementos dêiticos	232
Quadro 15 - Tradição e atualização dos elementos lexicais	233
Quadro 16 - Tradição e atualização das imagens de si dos enunciadores	233
Quadro 17 - Tradição e atualização das cenografias mobilizadas	233

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AL	América Latina
BN	Biblioteca Nacional
CL	Clarín
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNM	Divisão Nacional de Migrações
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
JB	Jornal do Brasil
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIT	Ministério do Interior e Transporte
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OEA	Organização dos Estados Americanos
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PHPB	Para a História do Português Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
STF	Supremo Tribunal Federal
TD	Tradições Discursivas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TTD	Teoria das Tradições Discursivas
UBA	Universidade de Buenos Aires
UE	União Europeia
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: uma investigação linguístico-discursiva em três cenas	15
2 CENA TEÓRICO-CONCEITUAL: apontamentos e reflexões	21
2.1 O conceito de latinidade	23
<i>2.1.1 A latinidade da AL: um conceito em construção, em perspectiva discursiva</i>	24
<i>2.1.2 Interculturalidade e hibridação cultural na AL</i>	35
2.2 O conceito de ethos	39
<i>2.2.1 As imagens de si no discurso</i>	40
<i>2.2.2 A cena de enunciação</i>	58
<i>2.2.2.1 A cena englobante</i>	58
<i>2.2.2.2 A cena genérica</i>	60
<i>2.2.2.3 A cenografia</i>	62
2.3 O conceito de tradições discursivas	66
<i>2.3.1 Os estudos de Eugenio Coseriu</i>	67
<i>2.3.2 Dos níveis de linguagem às tradições discursivas: as visões de Schlieben-Lange, Koch e Oesterreicher</i>	71
<i>2.3.3 Uma repetição com valor de signo: a visão de Johannes Kabatek sobre TD</i>	73
<i>2.3.4 Panorama dos desdobramentos da TTD: das formas ao gênero e ao discurso</i>	77
2.4 Interseções epistemológicas: latinidade, ethos, tradições discursivas e um objeto de pesquisa diacrônico	81
3 CENA METODOLÓGICA: o traçado de um percurso para <i>ouvir o inaudível</i>	84
3.1 Escolhas metodológicas: justificativas	85
3.2 Orientação epistemológica	89
3.3 Caracterização dos periódicos investigados	91
3.4 A construção do <i>corpus</i>	93
3.5 Procedimentos analíticos: categorias e etapas	98

4 CENA ANALÍTICA: a expressão da latinidade, múltiplas imagens de si	102
4.1 A cena enunciativa: a discursividade na construção das imagens de si	103
4.1.1 O discurso jornalístico no Brasil e na Argentina: a cena englobante	103
4.1.1.1 <i>Contexto sócio-histórico da imprensa na AL: marcos do jornalismo no Brasil e na Argentina</i>	104
4.1.1.2 <i>O jornalismo como uma prática discursiva</i>	116
4.1.2 Os editoriais do Jornal do Brasil e do Clarín: a cena genérica	128
4.1.2.1 <i>O gênero jornalístico editorial como a cena genérica das imagens de si</i>	128
4.1.2.2 <i>As dimensões constitutivas do editorial: da finalidade ao suporte material</i>	136
4.1.3 As imagens de si e sua expressão linguístico-discursiva no quadro cênico: as cenografias	149
4.1.3.1 <i>As cenografias do JB: a expressão das imagens de si, entre 1945 e 1979</i>	152
4.1.3.2 <i>As cenografias do JB: a expressão das imagens de si, entre 1980 e 2014</i>	166
4.1.3.3 <i>As cenografias do CL: a expressão das imagens de si, entre 1946 e 1979</i>	177
4.1.3.4 <i>As cenografias do CL: a expressão das imagens de si, entre 1980 e 2014</i>	187
4.2 Vestígios de mudança e traços de permanência na tradição editorialística	195
4.2.1 Mudança e permanência nos índices linguístico-discursivos	195
4.2.1.1 <i>O campo dêitico</i>	195
4.2.1.2 <i>O campo léxico</i>	204
4.2.2 Mudança e permanência nos <i>ethé</i> e nas cenografias	215
4.2.2.1 <i>Os diversos <i>ethé</i></i>	216
4.2.2.2 <i>As cenografias variadas</i>	222
4.3 Síntese do observado: latinidade e imagens de si, a tradição e a modernidade	228
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: um balanço metodológico, algumas projeções	235
REFERÊNCIAS	240
ANEXOS	251

1 INTRODUÇÃO: uma investigação linguístico-discursiva em três cenas

*Chegou a hora, chegou chegou
Meu corpo treme e ginga qual pandeiro
A hora é boa e o samba começou
E fêz convite ao tango pra parceiro.*

*Hombre, yo no sé porque te quiero
Yo te tengo amor sincero, diz a muchacha do Prata
Pero no Brasil é diferente, yo te quiero simplemente
Teu amor me desacata.*

(O Samba e o Tango. Carmen Miranda).

A primavera de outubro de 2013, na Argentina, anunciava sua chegada pelo colorido característico desta estação do ano, que é celebrada com alegria pelos portenhos. Chegava ao fim mais um inverno vigoroso. As flores, de todos os tipos, davam sinal do início de uma nova estação, que seguiria até os primeiros meses de 2014. Cores, tons, sons! Tempos de boas novas: era hora de lotar os parques de todo o país e celebrar a vida. Era hora de ver e viver a cultura nacional. O tango, símbolo desta cultura, estava ali, nos salões, nas ruas, nos bosques. Era, de fato, tempo de celebrar!

Em comunhão com o frio ameno da primavera argentina, e um tanto quanto saudosos do calor forte do verão brasileiro, quando o samba chama o povo às ruas também para celebrar a cultura nacional, chegamos a Buenos Aires imbuídos da missão de buscar vestígios de mudança e traços de permanência nas práticas de linguagem pelas quais se constituiu a identidade cultural dos povos latino-americanos, ao longo dos séculos XX e XXI. A Biblioteca Nacional Argentina se tornaria espaço privilegiado para a investigação que executaríamos, em solo portenho, entre o fim de 2013 e o início de 2014.

Ali, na sala Ezequiel Martínez Estrada, na Hemeroteca Nacional, acessamos a cultura da América Latina (doravante AL), sua memória, sua identidade. Acessamos a história dos povos latino-americanos, em especial dos povos argentino e brasileiro, representantes desta “porção sul do continente americano, que está tão imbricada em nosso cotidiano a ponto de nos parecer algo imanente, atemporal” (BRANDALISE, 2008, p. 21). Ali, naquela sala, em meios aos arquivos públicos preservados, comprovamos que ao lado da história das línguas há uma história dos textos (KOCH, 1997) que muito diz da identidade cultural dos povos, entre a tradição e a modernidade.

Comprovamos também que de fato “a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”, como bem destaca Sahlins (1997, p. 41). Ao contrário, trata-se de um objeto que possibilita a construção de outros objetos de pesquisa, notadamente no campo dos estudos linguísticos, que tomam o texto e o discurso como fenômenos analíticos. Na abordagem dos referidos objetos, o investigador torna-se um “especialista das interseções” (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 128) que vê a ciência como uma prática social pautada em um movimento pendular: a emergência de novos paradigmas e a reformulação de outros em função dos complexos fenômenos a se investigar, oriundos da vida em sociedade. A este respeito, Kuhn (2011, p. 137¹) destaca que:

A recepção de um novo paradigma requer com frequência uma redefinição da ciência correspondente. Alguns problemas antigos podem ser transferidos para outra ciência ou declarados absolutamente “não científicos”. Outros problemas anteriormente tidos como triviais ou não existentes podem converter-se, com um novo paradigma, nos arquétipos das realizações científicas importantes.

Como “a recepção de um novo paradigma requer com frequência uma redefinição da ciência correspondente” (KUHN, 2011, p. 137), julgamos ser uma característica contemporânea de diversas correntes que se voltam para o estudo da linguagem o estabelecimento de interfaces teóricas para a abordagem de seus objetos de pesquisa, tão mais dinâmicos quanto plurais. Como bem destaca Morin (2005, p. 137), “o desenvolvimento da ciência não se efetua por acumulação dos conhecimentos, mas por transformação dos princípios que organizam o conhecimento. A ciência não se limita a crescer, transforma-se”.

Orientados pela visão de ciência como paradigma do saber em constante transformação, como destacam Kuhn (2011) e Morin (2005), nesta tese tomamos como objeto de pesquisa o conjunto de imagens discursivas, em constituição diacrônica, projetadas em editoriais dos séculos XX e XXI de dois expressivos periódicos latino-americanos: o *Jornal do Brasil* (doravante JB) e o *Clarín* (doravante CL). Para a análise linguístico-discursiva deste objeto, três requisitos conceituais centrais foram mobilizados: os conceitos de latinidade da América Latina, de ethos discursivo e de tradições discursivas, conjugando pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa e da Filologia Românica de orientação alemã, em diálogo com os Estudos Culturais (doravante EC) de base antropológica.

Deste modo, tomando como pressuposto que “não se deve esquecer que tradições discursivas estão relacionadas ao linguístico, mas não são, de modo algum, puramente

¹ A obra foi originalmente publicada em 1962, sob o título **The structure of scientific revolutions**, pela Universidade de Chicago, nos Estados Unidos.

linguísticas” (KOCH, 1997, p. 79) e que áreas como a Linguística de Texto e a Análise do Discurso “não rejeitam, na atualidade, a perspectiva histórica para oferecer uma confirmação genética a suas respectivas hipóteses” (KABATEK, 2001a, p. 07), partimos dos estudos discursivos e filológicos para a proposição da tese de que o conceito de tradições discursivas (doravante TD) pode lançar luz à investigação diacrônica do ethos discursivo, pela descrição de seus vestígios de mudança e de seus traços de permanência, na história.

A partir de nossos estudos sobre a identidade cultural da América Latina, em perspectiva sincrônica, durante o mestrado (IRINEU, 2011), em que investigamos como determinadas estruturas do discurso mobilizam-se para a expressão de representações sociais sobre a latinidade na WEB, vislumbramos a possibilidade de seguirmos com estes estudos a partir da abordagem da face diacrônica de fenômenos discursivos, em diálogo com os Estudos Culturais, reconhecendo a necessidade de estudos aprofundados, na perspectiva das pesquisas linguísticas, sobre a cultura da América Latina, “esta porção sul do continente americano que está tão imbricada em nosso cotidiano a ponto de nos parecer algo imanente, atemporal” (BRANDALISE, 2008, p. 21).

Neste tocante, o desejo de tratar da latinidade como o modo social e cultural de ser dos povos latino-americanos, em se tratando de seus signos identitários e tradições culturais ao longo da história, surge do anseio por verticalizar os estudos do mestrado e por buscar por respostas a questionamentos pessoais sobre a identidade cultural da AL, na condição de sujeitos latinos nascidos e domiciliados no Brasil.

Além do mais, a experiência vivenciada na condição de pesquisador-bolsista na Universidade de Buenos Aires (doravante UBA), durante estágio doutoral realizado com financiamento do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), em 2013/2014, possibilitou-nos o acesso aos arquivos públicos do Clarín preservados na Biblioteca Nacional (doravante BN) da Argentina, bem como o acesso às técnicas de manuseio e tratamento de material histórico para a realização de pesquisas científicas evidenciadas na cena metodológica desta tese.

Assim, no presente trabalho, propomo-nos a buscar resposta ao seguinte questionamento de pesquisa: a partir de que categorias teórico-analíticas é possível traçar o percurso histórico das imagens de si projetadas pelos enunciadores no discurso jornalístico, ao longo dos séculos XX e XXI, em editoriais de meios de comunicação latino-americanos ao se reportarem a temas da latinidade da AL? (questão de pesquisa central). Do mesmo modo, propusemo-nos a buscar respostas a outros questionamentos (questões de pesquisa secundárias), a saber:

1. a partir de que imagens discursivas se representam os enunciadores dos editoriais do JB e do CL, ao se reportarem a temas da latinidade da América Latina, ao longo dos séculos XX e XXI, no âmbito da cena de enunciação (cena englobante, cena genérica e cenografias)?

2. que vestígios de mudança e que traços de permanência podem ser observados nos *ethé*, nas cenografias e nos índices linguístico-discursivos pelos quais se expressam as imagens de si que os enunciadores de editoriais do JB e CL projetam no discurso sobre os temas da latinidade da AL, no período de 1945 a 2014, no que se refere à repetição com valor significável destes fenômenos linguístico-discursivos?

3. que recorrências é possível observar, em perspectiva diacrônica, na expressão linguístico-discursiva das imagens de si que os enunciadores projetam em editoriais do JB e CL, no período de 1945 a 2014, no debate sobre a latinidade da AL?

Acreditando que o conceito de TD pode lançar luz à investigação diacrônica do *ethos* discursivo, através da análise de evidências linguístico-discursivas deste fenômeno, pela descrição de seus vestígios de mudança e de seus traços de permanência na história (tese/suposição de trabalho geral), postulamos como suposições de trabalho secundárias que:

1. um coro de vozes sociais multitonais situados temporal e culturalmente na história constitui as imagens de si dos enunciadores de editoriais do JB e do CL, ao longo dos séculos XX e XXI, ao tratarem de temas da latinidade da AL, em decorrência do discurso jornalístico como uma prática discursiva (cena englobante), dos editoriais como um gênero opinativo institucional (cena genérica) e das cenas de fala mobilizadas na enunciação (cenografias);

2. a tradição e atualização das imagens discursivas que os enunciadores de editoriais do JB e CL projetam de si, ao tratarem de temas da latinidade da AL, podem ser descritas como vestígios de mudança e dos traços de permanência dos *ethé*, das cenografias e dos índices linguístico-discursivos pelos quais as referidas imagens discursivas se expressam, dada a repetição destes fenômenos linguístico-discursivos, com valor significável, no recorte temporal de 1945 a 2014;

3. os *ethé*, as cenografias e os índices linguístico-discursivos pelos quais se expressam as imagens de si que os enunciadores projetam em editoriais do JB e do CL sobre temas da latinidade apresentam recorrências possíveis de serem observadas no plano diacrônico, nos séculos XX e XXI, no período de 1945 a 2014.

Em busca de confirmações e/ou refutações destas suposições (preferimos falar de “suposições de trabalho” ao invés de “hipóteses”, em função da orientação qualitativa de nossa pesquisa), objetivamos reconstruir a trajetória histórica do ethos que os enunciadores do *Jornal do Brasil* e do *Clarín* constroem no discurso jornalístico, em editoriais publicados no Brasil e na Argentina que tratam de temas da latinidade da América Latina, ao longo dos séculos XX e XXI, considerando a projeção das imagens de si no discurso e o conceito de tradições discursivas, a partir do arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa e da Filologia Românica alemã, em diálogo com os Estudos Culturais antropológicos (objetivo geral). Partindo deste macro-objetivo de pesquisa, e ancorados nos postulados teórico-metodológicos de investigação das imagens de si no discurso e das tradições discursivas, traçamos como objetivos específicos:

1. analisar o conjunto de *ethé* projetados no debate sobre a latinidade da AL em editoriais do JB e do CL, nos séculos XX e XXI, a partir de sua expressão diacrônica na cena de enunciação, considerando o discurso jornalístico como a cena englobante, os editoriais como a cena genérica e as cenas de fala mobilizadas como as cenografias em que se constroem as imagens de si dos enunciadores, no discurso;

2. descrever os vestígios de mudança e os traços de permanência dos *ethé*, das cenografias e dos índices linguístico-discursivos pelos quais se expressam as imagens de si que os enunciadores de editoriais do JB e do CL projetam no discurso sobre os temas da latinidade da AL, no período de 1945 a 2014, no que se refere à repetição com valor significável destes fenômenos linguístico-discursivos;

3. contrastar as recorrências que caracterizam, em perspectiva diacrônica, a expressão linguístico-discursiva das imagens que os enunciadores projetam de si em editoriais do JB e do CL, nos séculos XX e XXI, ao tratarem de temas da latinidade da AL, através de uma síntese do observado em exemplares dos dois periódicos, a fim de observar as regularidades enunciativas do fenômeno discursivo investigado.

Em termos teórico-conceituais, debruçamo-nos: (i) sobre os postulados de García Canclini (1998, 2008a, 2008b, 2009, 2010) e Brandalise (2008), dentre outros, para discutir o conceito de latinidade da América Latina; (ii) sobre os estudos de Maingueneau (2008a, 2008b), Amossy (2008a), Charadeau (2008, 2012) etc., para tratar da projeção de imagens de si no discurso; (iii) sobre os pressupostos de Coseriu (1980, 2006), Koch (1997, 2008) e Kabatek (2004, 2005, 2013), dentre outros, para caracterizar as TD.

Em uma pesquisa de base predominantemente qualitativa, em que executamos uma abordagem linguístico-discursiva dos fenômenos enfocados, analisamos 50 exemplares de editoriais, sendo 25 do JB e 25 do CL, ao longo de 70 anos (de 1945 a 2014), divididos em duas grandes gerações de 35 anos cada uma, tempo estimado para que ocorram mudanças na língua (CASTILHO DA COSTA, 2010).

Os dados foram coletados e editados segundo as normas propostas pelo Projeto Para a História do Português Brasileiro (doravante PHPB), em uma transcrição conservadora. Os exemplares do JB alimentarão os bancos de dados do PHBP e do Grupo de Pesquisa TRADICE (filiado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC). Por sua vez, os exemplares do CL alimentarão os bancos de dados dos projetos de pesquisa UBACYT, da Universidade de Buenos Aires, e do CONICET, o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina.

A fim de apresentar os caminhos que percorremos durante a análise de nosso objeto de pesquisa, cuja construção é apresentada neste capítulo introdutório, organizamos nossa investigação em três cenas, a saber: (i) uma primeira cena teórico-conceitual, em que debatemos os conceitos centrais mobilizados para o exame dos dados; (ii) uma segunda cena metodológica, em que destacamos nossos procedimentos e nossas categorias de análise; e (iii) uma terceira cena analítica, em que executamos a interpretação dos 50 editoriais do JB e do CL segundo os objetivos propostos. Nas considerações finais, fazemos um balanço metodológico e evidenciamos projeções para pesquisas futuras, seguidas das referências consultadas e dos anexos disponibilizados.

Por todo o traçado, esperamos que esta pesquisa se configure como uma possibilidade de ampliação dos estudos sobre ethos discursivo, em perspectiva micro, e dos estudos discursivos de um modo geral, em perspectiva macro, oferecendo caminhos outros para a investigação de fenômenos da linguagem, em perspectiva diacrônica. Assim, que se abram as cortinas, que se desvelem as cenas: o samba, o tango e outros signos identitários da cultura latino-americana pedem passagem!

2 CENA TEÓRICO-CONCEITUAL: apontamentos e reflexões

“Como saber quando uma disciplina ou um campo do conhecimento mudam? Uma forma de responder é: quando alguns conceitos irrompem com força, deslocam outros ou exigem reformulá-los” (GARCÍA CANCLINI. *In: Culturas híbridas*, 2008a, p. XVII).

As práticas discursivas que compõem as atividades de linguagem dos indivíduos nas múltiplas esferas da atividade humana, a exemplo do jornalismo, muito dizem das tradições culturais dos povos. Investigar, pois, as multifacetadas dimensões destas práticas nos leva a compreender não somente os elementos que integram as referidas esferas, mas também, e principalmente, os que fundam as relações de significação nos textos diversos que circulam em sociedade.

Na busca pela compreensão das relações socioculturais que se evidenciam, ao longo da história, nos textos em circulação na sociedade, mais especificamente na esfera jornalística latino-americana, nesta tese tomamos como objeto de pesquisa um conjunto de imagens discursivas em sua constituição diacrônica nos séculos XX e XXI, em dois dos expressivos jornais da América Latina: o *Jornal do Brasil* e o *Clarín*. Assim, na abordagem deste objeto de pesquisa, tão mais dinâmico quanto plural, três requisitos conceituais são mobilizados e discutidos nesta primeira cena: os conceitos de latinidade da América Latina, de ethos discursivo e de tradições discursivas.

No debate sobre o primeiro dos referidos requisitos, partimos dos postulados de García Canclini (1998, 2008a, 2008b, 2009, 2010), no âmbito dos Estudos Culturais de base antropológica, dentre outros estudiosos, para situar nossa concepção de latinidade como o modo cultural e social de ser dos povos latinos, mais especificamente no que se refere aos signos identitários dos povos da América Latina. Para este ponto, partimos de nosso propósito em verticalizar os estudos iniciados em nossa pesquisa de mestrado sobre a identidade cultural latino-americana (IRINEU, 2011).

Na sequência, no debate sobre o segundo dos requisitos conceituais, revisitamos os estudos de Maingueneau (2008a), Amossy (2008b), Charadeau (2008) etc., para construir nossa concepção de ethos discursivo como a imagem de si que os enunciadores fazem revelar no contexto da enunciação através da instauração de uma voz que se expressa, na superfície textual, por marcas linguísticas que sofrem as coerções do tempo, do espaço e da cultura.

Dada a natureza discursiva e cultural de nosso objeto de pesquisa, mobilizamos para este ponto a discussão sobre ethos com base nos postulados da AD francesa, destacando o debate sobre representações discursivas de si e cena de enunciação, em diálogo com os Estudos Culturais de base antropológica (ou, como preferem alguns estudiosos da área, Antropologia Cultural), destacando a discussão sobre ethos e identidade dos povos.

Por fim, no terceiro e último dos requisitos conceituais, partimos dos pressupostos de Coseriu (1980, 2006, 2007) sobre os níveis de linguagem para contemplar os estudos de Koch (1997, 2008) e de Kabatek (2004, 2005, 2013), no âmbito da Filologia Românica alemã, a fim de situar o conceito de TD como tradições culturais que se realizam mediante a repetição de uma maneira particular de escrever ou falar com valor de signo, entre elementos de tradição.

A adoção de alguns conceitos de base, como latinidade, e o redimensionamento de outros conceitos, tais como as noções de ethos e de tradições discursivas propostas pela AD e pela Filologia Românica em estudos fundadores e em pesquisas subsequentes, foram procedimentos necessários para que pudéssemos analisar nosso objeto de pesquisa em sua face linguístico-discursiva e em sua constituição histórico-cultural, no que se refere à análise da cena de enunciação em que o ethos se dimensiona e aos vestígios de mudança e de permanência destes fenômenos discursivos e dos índices linguístico-textuais que os evidenciam, com ênfase nos dêiticos discursivos, pelos quais se instaura o quadro cênico, e nos recursos lexicais, pelos quais se instaura a interdiscursividade e a partir dos quais o ethos se concretiza.

Os requisitos conceituais mobilizados foram indispensáveis à leitura dos dados que empreendemos e à confirmação da tese de que o conceito de TD pode lançar luz à investigação do ethos discursivo, no plano diacrônico. Por fim, destacamos que o traçado nesta tese evidencia um movimento característico das ciências em geral, mas que julgamos ser particularmente caro (e necessário) às Ciências Humanas contemporâneas que se voltam para os estudos da linguagem: o estabelecimento de interfaces teóricas em perspectiva transdisciplinar que se dá em função da complexidade dos multifacetados fenômenos e objetos de pesquisa de que se ocupam os linguistas, a saber: a língua, a linguagem e as práticas sociais relacionadas.

2.1 O conceito de latinidade

“Num tempo de globalização, o objeto de estudo mais revelador, mais questionador das pseudocertezas etnocêntricas ou disciplinares é a interculturalidade” (GARCÍA CANCLINI. *In: Diferentes, desiguais e desconectados*, 2009, p. 128).

Abrindo a cena teórico-conceitual de nossa tese, iremos nos centrar no debate sobre o conceito de latinidade, a partir de sua inserção nos Estudos Culturais e áreas afins, como a Antropologia. Nosso objetivo neste capítulo é tratar da identidade cultural da América Latina, no que se refere ao modo sociocultural de ser dos países que a integram, estabelecendo interrelação entre dois fenômenos sociais específicos, a interculturalidade e a hibridação cultural, consoante os trabalhos de García Canclini (2008a, 2008b, 2009) e outros, no que se refere à presença dos temas da latinidade em editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Clarín* nos séculos XX e XXI.

Deste modo, é no contexto cultural latino-americano, mais especificamente nos contextos brasileiro e argentino, que surgem e se consolidam os veículos de comunicação de onde se originam os textos que tomamos nesta pesquisa como material de análise. Reportar-se a esta identidade e a este contexto significa compreender o entorno sociocultural e histórico em que se inserem o JB e o CL, periódicos que acompanharam, com suas produções jornalísticas, as mudanças pelas quais passou esta parte do continente americano ao longo dos séculos XX e XXI, em todos os sentidos, do político ao econômico, do social ao linguístico-discursivo etc..

Assim, partindo do pressuposto de que: (i) a América Latina “está tão imbricada em nosso cotidiano a ponto de nos parecer algo imanente, atemporal” (BRANDALISE, 2008, p. 21); e de que (ii) o termo “‘latinidade’ remete ao conjunto dos povos latinos, ou seja, de cultura latina, cujos idiomas provêm do latim e seu respectivo modo cultural e social de ser” (IRINEU, 2011, p. 23), objetivamos mostrar como o ethos construído nos editoriais em questão, representativos da imprensa na AL, nos leva a entender um modo de ser em meio ao conjunto de tradições culturais latino-americanas. Demos início ao debate, com a discussão sobre o conceito de latinidade.

2.1.1 A latinidade da AL²: um conceito em construção, em perspectiva discursiva

Nesta investigação, ao tratarmos de latinidade, referimo-nos a um patrimônio simbólico de pertencimento dos povos do continente americano a suas bases históricas e culturais, as do passado e as do presente, uma vez que este termo perpassa a história da AL com ênfase nos momentos de busca pela independência e pela identidade cultural firmada frente a outras partes do mundo, como a Europa e a América do Norte.

Reconhecendo que a AL se define mais do ponto de vista cultural que do ponto de vista estritamente geográfico, uma vez que estamos tratando de um conjunto de países com tradições diversas que se tocam em sua base latina, concebemos **latinidade** como **o modo cultural e social de ser dos povos latinos cuja identidade se constrói em perspectiva híbrida e intercultural. Esta identidade se espraia pelos países latino-americanos em forma de signos identitários (artes, religiões, modos de dizer etc.) que caracterizam os povos que compõem o perfil étnico da AL** (BRANDALISE, 2008, grifos nossos).

Do latim “Latinitas”, trata-se de um termo que surge na história das Américas como recurso simbólico na afirmação da identidade de um povo em busca de sua autonomia e reconhecimento político entre as demais nações do mundo (IRINEU, 2013a). Impõe-se, no caso desta pesquisa, como elemento revelador da identidade do povo latino-americano e de seus signos identitários expressos nos textos de opinião da imprensa latino-americana ao longo dos séculos. Assim como o termo “latinidade”, Brandalise (2008, p. 21) afirma que podemos compreender o termo “América Latina”, diante da sua complexidade, como uma:

Denominação composta e, ao mesmo tempo, autônoma em seus dois termos, reportada à porção sul do continente americano, que está tão imbricada em nosso cotidiano a ponto de nos parecer algo imanente, atemporal. No entanto, a nomenclatura apresenta uma história própria e, no que concerne especificamente ao termo “latina”, esse elemento imediato com vida à parte se impôs de forma mais recente do que, em geral, se imagina. [...] A partir de suas origens, a acepção assumiu caráter predominante operatório, com uma finalidade política em si, algo para servir de instrumento simbólico, seja em concorrência de espaços hegemônicos entre as nações mais poderosas de meados do século XX, seja em afirmação de uma identidade interna de seus povos, que buscava autorreconhecimento e emancipação política.

² Compõem a América Latina e, juntos, representam essa expressa latinidade no cenário cultural e social latino 20 países, entre a América do sul, a América central e a América do Norte, esta última com o México como representante. São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, entre os quais a língua espanhola é falada como idioma oficial ou como crioulo (línguas originadas de outras línguas em contato) e nos quais se falam ainda o português, em maior escala, e o francês, em menor escala. O Brasil, enquanto país de língua e cultura latinas, e como representante do continente americano, distingue-se dos demais por ser o único, dentre os 20 países mencionados, que não adota o espanhol como língua oficial ou como uma de suas línguas oficiais ou ainda como base de algum crioulo.

Ao se referir à “história própria” do termo “América Latina”, Brandalise (2008) acentua dois aspectos que merecem atenção no debate sobre a identidade cultural desta parte da América: a disputa por espaço político entre as grandes nações do século XX, em destaque a Espanha e os Estados Unidos, e a busca por uma identidade dos povos latino-americanos, em termos de emancipação política e ideológica.

Dados históricos apontam que os primeiros indícios do uso da expressão “latina”, em “América Latina”, estão contextualizados aos feitos de Napoleão Bonaparte, na expansão territorial francesa, para “ajudar” as nações latinas da América a impedir a dominação pelos Estados Unidos, no século XIX (ROUQUIÉ, 1991). À época, segundo Rouquié (1991, p. 37), a concepção de latinidade “tinha a vantagem, apagando os laços particulares da Espanha como uma parte do Novo Mundo, de dar à França legítimos deveres para com seus ‘irmãos’ americanos católicos e romanos”.

A aparição do termo estaria, contudo, associada ao filósofo chileno Francisco Bilbao, em 1856, em seus estudos sobre as relações sociopolíticas dos povos da porção sul do continente americano (O’ GORMAN, 1992). No ano seguinte, em 1857, o termo reaparece no poema “Las dos Américas”, de autoria do escritor colombiano José María Torres Caicedo, ao tematizar, em sua poética, a união dos povos latino-americanos em torno à ideia de “raça da América Latina³”. Segundo Brandalise (2008), é somente a partir dos anos de 1880 que o termo se torna corrente.

Já a respeito da busca dos povos latino-americanos por sua identidade, sabe-se que, em seu projeto de expansão, a Espanha resistiu por muito tempo em reconhecer a independência de suas ex-colônias no continente americano, fazendo com que o termo “hispanidade”, em referência à identidade cultural hispânica (da Espanha), logo se colocasse em oposição ao termo “latinidade”, em referência à identidade cultural latina (da América Latina), termo este nem sempre tomado como “sinônimo de cidadania” na história dos povos latinos (ROUQUIÉ, 1991, p. 78).

Esta recusa da Espanha abriu espaço para que países como França e Itália passassem a se interessar por manter relações políticas e comerciais com a América Latina, dando início a um processo de expansão nunca visto antes. A Itália, por sua ligação histórica e cultural com Roma (considerada por muitos como o berço da identidade latina), passa a reivindicar sua integração ao plano da latinidade das Américas. A França, por sua vez,

³ “Más aislados se encuentran, desunidos, / esos pueblos nacidos para aliarse: / la unión es su deber, su ley amarse: / igual origen tienen y misión; / la raza de la América Latina, / al frente tiene la sajona raza, / enemiga mortal que ya amenaza / su libertad destruir y su pendón (*Las dos Américas*, de José María Torres Caicedo). Disponível em: <http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>

enquanto referência de um ideário político, social e intelectual do “Novo Mundo”, propunha-se como modelo identitário para o estabelecimento da nova concepção de latinidade que se firmava na América Latina.

De acordo com Brandalise (2008), especificamente na Argentina, um dos países em que ambientamos nossa pesquisa, a influência cultural francesa prevaleceu com tanto força, sobretudo no campo da arquitetura, que Buenos Aires foi tomada durante muito tempo como a “Paris do Novo Mundo”. Já no Brasil, segundo Filippo Ugolotti⁴ (1897 *apud* BRANDALISE, 2008), os brasileiros cresceram tão expostos ao repertório cultural francês, principalmente na literatura, a ponto de criar uma identidade própria, notadamente no século XIX, que se mesclava à identidade do povo francês.

Em meio à recusa espanhola e às disputas francesa e italiana, a América Latina chega ao século XX com um projeto de integração dos países que a compõem como prioridades nos planos governamentais. Por estes tempo, a AL já caminha para um projeto de diferenciação cultural da Europa e da América do Norte. A concepção de latinidade passa a se impor com força para a formação de um espírito nacional integrador dos países latino-americanos, que buscam força em suas raízes e em suas tradições culturais mestiças para lutar por um ideário de liberdade.

Neste contexto de busca por liberdade e identidade, a cultura latino-americana marca-se por um dualismo entre os resquícios da cultura europeia de colonização e a configuração de traços próprios de sua identidade. Esta constituição cultural entre o tradicional e o moderno fez da América Latina algo muito além que um simples prolongamento da cultura ocidental, como argumenta Gumucio (2008, p. 62, tradução nossa⁵) ao postular que:

Não é válido falar que estamos na presença de um simples prolongamento da ‘cultura ocidental’, pelo menos há elementos de unidade e de identificação que permitem transcender fronteiras nacionais e particularidades culturais que nos autorizam a nos referirmos conceitualmente a ‘uma cultura latino-americana’, como se pela via dos conceitos fosse possível, como de fato é, abstrair a multiforme pluralidade de culturas, subculturas e traços que se encontram dispersos nas regiões e territórios, bairristas, locais e nacionais, e/ou regionais, do subcontinente.

⁴ UGOLOTTI, F. **Italia e Italiani in Brasile**: note e appunti. São Paulo: Riedel & Lemmi, 1897.

⁵ Tradução nossa de: “es posible afirmar que si bien no es válido hablar de que estamos en presencia de una simple prolongación de la ‘cultura occidental’, al menos hay elementos de unidad e identificación que permiten trascender fronteras nacionales y particularismos culturales todo lo cual nos autoriza a referirnos conceptualmente a ‘una cultura latinoamericana’, como si por la vía de los conceptos fuese posible, como de hecho lo es, abstraerse de la multiforme pluralidad de culturas, subculturas y rasgos que se encuentran esparcidos en las geografías y territorios, vecinales, locales, nacionales, y/o regionales del subcontinente”.

Se não estamos diante de “um simples prolongamento da cultura ocidental”, como definir então o atual estatuto identitário da AL? De que elementos podemos nos valer para postular uma latinidade que caracteriza os povos da AL e seu modo sociocultural de ser? Qual o espaço das práticas discursivas e dos meios de comunicação nesta identidade? Sobre estas questões, concordamos com Gumucio (2008, p. 65, tradução nossa⁶) ao afirmar que:

A identidade se manifesta no plano do discurso e surge como representação de um ‘nós coletivo’ que possibilita, em um processo dialógico, a construção da autoidentificação (identidade propriamente dita) em oposição semântica com o Outro (alteridade) no marco de um contexto (totalidade) cultural e histórico.

Ao reconhecermos que a identidade de um povo se constrói na interseção dialógica com o Outro, percebemos que falar de estatuto identitário é falar de um recurso para a integração cultural, um processo sócio-histórico multidimensional que se constrói na diferença, sempre em contextos de interculturalidade, de forma expressa ou não (SALAS ASTRAÍN, 2003). Em nosso caso específico, nos termos em que nos propomos nesta pesquisa, tratamos da identidade dos países da América do Sul, como o Brasil e a Argentina, em face da identidade da AL em si, identidade esta construída e reconstruída nos textos da mídia impressa, desde as cartas de Cristovão Colombo aos reis da Espanha no projeto de expansão território espanhol, até os dias de hoje.

No contexto da história do subcontinente americano, é sabido que o Brasil foi por muitos anos o motivo da divisão da América do Sul em duas regiões: uma hispânica e uma luso-americana, dado o papel de destaque da língua na construção da identidade de um povo, como postulamos em nossa pesquisa de mestrado (IRINEU, 2011). Mas a condição do Brasil como país de língua portuguesa não foi empecilho para que, na AL, este país estabelecesse relações interculturais com os demais países.

Ao contrário, faz-se notar que todos os países da América do Sul, em especial o Brasil e a Argentina, caracterizam-se, em menor ou em maior grau, também e principalmente, pelas relações interculturais que mantêm entre si, a partir de tradições culturais preponderantemente de base indígena e de natureza mestiça, que são formadas por um conjunto de fenômenos diversos, entre eles os discursivos (tal como o modo específico de enunciar nos meios de comunicação sobre os temas de sua cultura).

⁶ Tradução nossa de: “entendemos que la identidad se manifiesta en el plan del discurso y surge como representación de un ‘nosotros colectivo’ que possibilita, en un proceso dialógico, la construcción de la autoidentificación (identidad propriamente tal) en oposición semántica con el otro (alteridad) en el marco de un contexto (totalidad) cultural e histórico”.

Neste contexto, os referidos países do lado sul da América, por sua história, possuem elementos de cultura tão diversos a ponto de apresentarem traços culturais característicos desta parte da AL. As religiões e as ciências são somente dois dos muitos exemplos destes traços. Dada a sua vocação religiosa, a América do Sul mostra-se como uma região notadamente marcada por valores cristãos, tendo o Catolicismo como uma prática de adesão maciça em praticamente todo o seu território (IRINEU, 2013a), chegando a se postular a existência de um “ethos católico” (GUMUCIO, 2008) que marca a tradição cultural deste subcontinente em termos de cultos religiosos.

Por tradição e por história, o Catolicismo está de modo predominante posto na dimensão cultural latino-americana, mas não de modo único, pois a AL passa a ser um “palco” de religiões ou culturas religiosas híbridas ao longo dos séculos XX e XXI, na acepção que lhe confere García Canclini (2008a), congregando manifestações de fé diversas, a exemplo do que vemos no Protestantismo, no Catolicismo e no Espiritismo latinos, o que confirma a pluridimensionalidade de traços culturais da AL neste campo.

Mas devemos reconhecer que a latinidade da AL se espraia também pelo presente e se projeta para o futuro no que se refere às relações interculturais que mantêm entre si os países que a integram. No campo das pesquisas científicas, a divulgação dos resultados de investigações desenvolvidas no Brasil e na Argentina é mais um exemplo de como as relações interculturais dos países da AL segue forte.

A Revista Ciência Hoje, que nasceu no Brasil em julho de 1982, por exemplo, serviu de referência para a Revista Ciencia Hoy, editada na Argentina a partir de dezembro de 1988. A versão argentina do periódico se espelhou na iniciativa brasileira de divulgação científica para propor, em terras portenhas, um periódico que, de igual modo, integrasse o painel de descobertas científicas da AL.

Segundo a editora executiva de Ciência Hoje no Brasil, Alicia Ivanissevich, “a nossa revista irmã, *Ciencia Hoy*, lançada em dezembro de 1988 por um grupo de cientistas argentinos, foi inspirada pelo então bem-sucedido modelo da similar brasileira *Ciência Hoje*⁷”, destacando as relações que marcam a história de Brasil e Argentina também nas ciências.

E não se pode negar que a configuração sociocultural dos países latino-americanos esteve fortemente em evidência graças a diversos fatores relacionados à globalização que se intensificou mundialmente a partir do século XX e que alcançou seu ápice nos primeiros anos

⁷ <http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/11/ciencia-hoy-25-anos-de-divulgacao>

do século XXI com a integração dos polos econômicos da América do Sul, notadamente a partir da criação do MERCOSUL, no ano de 1991. São exemplos de tais fatores: o intercâmbio de pessoas, a formação de blocos econômicos, os meios de comunicação em rede, as redes sociais (as virtuais e as demais) e principalmente a nova dinâmica de representação do mundo e de nós mesmos em nossas práticas discursivas nos mais diversos textos que muito dizem sobre a problemática do ser latino-americano de antes e de agora (IRINEU, 2013b).

Na mesma linha de raciocínio, García Canclini (2008a) destaca que estes fatores devem ser levados em conta, em suas combinações múltiplas, entre a tradição e a modernidade, para que se possa analisar a cultura da América Latina e seus reflexos na constituição de uma identidade que passa pelo social, pelo político, pelo histórico, pelo discursivo e que se torna ainda mais sobressaliente com a propagação das mídias e das tecnologias de informação no contexto da modernidade.

Assim, falar de identidade cultural na AL significa tematizar um modo cultural e social de ser dos povos que a integram. Significa, portanto, falar de uma latinidade que se constrói prioritariamente em face de uma interculturalidade, ou seja, em face do contato entre as diversas culturas (GARCÍA CANCLINI, 2008a), que compõem o painel identitário de um povo, caracterizando-o sociodiscursivamente.

Foi por acreditarmos existir um ponto de contato que interrelaciona as culturas dos povos e de reconhecermos que a identidade cultural latino-americana se configura, em grande parte, a partir de práticas discursivas midiáticas, que elegemos, para nosso exercício de análise, dados provenientes de meios de comunicação de massa (ou em massa, ou ainda para as massas, conforme Thompson (2009)), de dois representativos países que integram, em termos socioculturais, no contexto da globalização, a América Latina.

Conhecer e integrar a cultura destes dois países, na condição de latino-americanos nascidos e domiciliados no Brasil e na condição de pesquisadores institucionais na Argentina, durante estágio doutoral na Universidade de Buenos Aires (UBA), e principalmente na condição de estudiosos dos fenômenos históricos e culturais dos dois países, foram fatores que nos possibilitaram acessar as formas de significação que a latinidade assumiu ao longo da história, em dois grandes veículos de comunicação com larga tradição na AL. Assim, diante da complexa tarefa de pensar a constituição de uma nova cultura que se faz em torno das novas mídias, resultado, é claro, da propagação das tecnologias de informação pelo mundo, concordamos com Salas Astraín (2008, p. 122, tradução nossa⁸), ao afirmar que:

⁸ Tradução nossa de: “es innegable que en la trama interior de las culturas populares y étnicas aparecen y reaparecen signos, símbolos y relatos que producen las industrias massmediáticas. Pero los estudios inspirados

É inegável que na trama interior das culturas populares e étnicas aparecem e reaparecem signos, símbolos e relatos produzidos pelas indústrias midiáticas de massa. Mas os estudos inspirados interculturalmente demonstram que todos estes elementos externos não se desvinculam nunca de exercícios de resignificação por parte dos sujeitos. [...] O ponto crucial não é somente indicar que tais processos de resignificação existem, mas indicar como são tematizados dentro das novas propostas sociais e culturais, pelas quais as identidades latinas não estão jamais fossilizadas e aparecem em uma rica gestação de criatividade permanentes nos dinâmicos mundos de vida na América Latina.

O pensamento de Salas Astraín (2008) nos leva a compreender que os temas da cultura (política, sociedade, linguagem etc.) dos povos da AL tratados nos textos de opinião do JB e do CL, representantes do conjunto de “indústrias midiáticas de massa”, são de fato, ao longo da história, resignificados pelos sujeitos que os escrevem, a partir das imagens que constroem de si no discurso. Deste modo, abordar estas imagens discursivas em face do modo particular de escrever com valor de signo próprio que se constitui, ao longo de 70 anos, no discurso dos dois jornais investigados, significa para nós abordar a identidade latina em sua “rica gestação de criatividade permanentes nos dinâmicos mundos de vida na América Latina” (SALAS ASTRAÍN, 2008, p. 122).

Destacamos que, ao falarmos de cultura, partimos do termo em sua concepção universalista proposta pelo antropólogo Edward Burnett Tylor⁹ para situá-la nas discussões propostas por Thompson (2009) sobre as mídias. Esta concepção entende cultura como um “todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e todas as demais capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (THOMPSON, 2009, p. 127).

Ainda sobre mesmo tema, Laraia (2001, p. 33) afirma que a comunicação é um processo cultural e que, de modo mais explícito, “a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação”. Compreendemos que, neste “todo complexo” (THOMPSON, 2009) que se constitui também e significativamente nos meios de comunicação de massa, estão repertoriadas as tradições culturais de um povo, entre elas tradições discursivas (KOCH, 1997).

culturalmente demuestran que todos estos elementos exógenos no se desvinculan nunca de ejercicios de resignificación por parte de los sujetos. [...] El punto crucial no es solo indicar que tales procesos de resignificación existen, sino como los tematizan dentro de nuevas propuestas sociales y culturales, por las cuales las identidades latinas no están jamás fossilizadas, y aparecen en una rica gestación de creatividad permanentes en los dinámicos mundos de vida en América Latina”.

⁹ Antropólogo britânico nascido no século XIX. É autor de *Primitive Culture*, obra de 1871, em que surge a clássica concepção universalista de cultura que é resignificada por estudiosos de diversas áreas do conhecimento até os dias de hoje.

No Brasil e na Argentina especificamente, a discussão sobre identidade nacional tem sido tema cada vez mais frequente nos meios de comunicação e em pesquisas de diversas áreas do conhecimento, dado o momento que estes países vivem no que se refere às mudanças no cenário político e social, em face do desejo das massas de participarem das decisões públicas de seus países. Parece-nos que a modernidade chega aos solos brasileiro e argentino como forma de engajamento social em busca de uma identidade política e sociocultural própria que se mostra, por exemplo, nas manifestações populares que frequentemente têm tomado as ruas dos dois países nos últimos tempos, manifestações estas em geral convocadas pelos sites de redes sociais.

Mesmo que em terras brasileiras a noção de modernidade tenha sido, durante muito tempo, sinônimo de busca pelo que é exterior (a Europa nos foi referência nas tendências literárias, por exemplo, desde o surgimento de uma literatura como sistema em terras brasileiras (CANDIDO, 1997)), o advento da globalização fez com que o Brasil se integrasse, em grande medida, às tendências de modernidade no plano das comunicações e passasse a interagir, de modo mais frequente, com outras partes do mundo, sendo hoje um país que não só recebe estrangeiros em suas terras, em termos de movimentos migratórios, mas que é marcado pelas relações de cooperação entre os mais diversos países da América Latina nas transações políticas, comerciais etc..

No entanto, cabe destacar que a modernidade não chegou de modo uniforme a todas as regiões brasileiras. Na opinião de Oliven (2008, p. 207), o Brasil “experimentou uma modernização conservadora em que o tradicional se combinou com o moderno, a mudança articulou-se com a continuidade, e o progresso vive com a miséria”, revelando, assim, uma de suas faces que de fato o mantém como parte da identidade dos povos da AL: a desigualdade social que marca a história desta parte do continente americano. Ainda segundo Oliven (2008, p. 209), é provável que o que haja de essencialmente peculiar à sociedade brasileira seja “sua capacidade de deglutir os aspectos da modernidade que lhe interessam e transformá-la em algo adaptado a sua própria realidade em que o moderno se articula ao tradicional”.

Assim como o Brasil, a Argentina enfrentou as consequências de uma modernidade que lhe chegou de modo desigual. Um dos maiores exemplos desta modernidade tardia foi a grande crise econômica pela qual o país passou a partir dos anos de 1990, durante o governo de Carlos Menem, presidente da nação argentina por 10 anos (de 1989 a 1999) pelo partido Justicialista.

À época, uma onda de desemprego, fome e miséria, em meio a um cenário de denúncias de corrupção no Senado argentino, assentou-se sobre terras portenhas e culminou

com a crise econômica do início dos anos 2000, que teve como maior causa a queda brusca do PIB real em 1999, em decorrência das tomadas de decisão econômicas no Governo Menem, que naquele ano foi substituído por Fernando de la Rúa, representante da União Cívica Radical mantido no poder por dois anos (de dezembro de 1999 a dezembro de 2001), como destaca Monteagudo (2009).

Mesmo diante de um discurso de esperança para as massas populares (MONTEAGUDO, 2009), la Rúa não conseguiu alavancar a economia argentina e, em 21 de dezembro de 2001, em meio a uma onda de manifestações populares nas ruas argentinas, envolvendo diversos segmentos da sociedade decepcionados com o então presidente, o estadista renunciou ao poder. O Governo argentino passa, então, às mãos de Adolfo Rodríguez Saá que, eleito pela Assembleia Legislativa, permaneceu no poder interinamente por alguns dias (de 22 a 30 de dezembro de 2001), vindo a renunciar também no fim daquele ano. Quem sucede Adolfo Rodríguez Saá é Eduardo Duhalde, membro do partido Justicialista que havia ocupado o cargo de vice-presidente durante o primeiro mandato de Menem. Duhalde assume a presidência de 02 de janeiro de 2002 até 25 de maio de 2003, data da posse do presidente Néstor Kirchner, que seria sucedido, em 2007, por sua mulher, Cristina Kirchner, que permanece no poder até hoje, com término de mandato oficial para dezembro de 2015 (MONTEAGUDO, 2009).

No Brasil, de modo semelhante, a política econômica empregada por Fernando Henrique Cardoso na passagem do século XX para o século XXI, associada às crises em países vizinhos, como o México e a Argentina, gerou graves problemas nacionais, a exemplo das inúmeras privatizações de órgãos estatais e do descontrole da dívida do país com fundos de financiamento externo. Marcada por escândalos de desvio de verbas que vieram à tona em 1991 na época em que Fernando Collor de Mello estava na presidência, escândalos que culminaram com o impeachment de Collor, a política brasileira chega às mãos do Partido dos Trabalhadores, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, em 2003. Igualmente marcado por um governo com denúncia de corrupção, em destaque o Escândalo do Mensalão, em que políticos do alto escalão do Governo são flagrados em situações de desvio de dinheiro público, o Governo Lula se estendeu até 2011, quando foi sucedido por Dilma Rousseff (BUENO, 2012).

No amplo contexto da AL, estas e outras transformações sociopolíticas pelas quais Brasil e Argentina passaram foram acompanhadas pelos meios de comunicação que, nos dois países, tiveram sua disseminação contextualizada ao aumento dos fluxos migratórios em todo o território nacional. Estes países passaram a integrar “redes migratórias” (COGO, 2006) que

se fortaleceram consideravelmente no século XX associadas à globalização, que assume no século XXI contornos inimagináveis.

Estas “redes migratórias” têm forte repercussão na constituição da identidade dos povos na medida em que fortalecem o intercâmbio comunicacional entre sujeitos de países diferentes que, antes, sequer podiam se imaginar em outros países que não o seu de origem. Neste contexto, as causas que levam os mais diversos indivíduos a se lançarem às pátrias vizinhas nas redes de migração são muitas, em destaque: a busca por emprego e melhores condições de vida, a necessidade de qualificação intelectual e o desejo por intercâmbio de culturas, ou seja, o desejo de compartilhar do Outro e com o Outro o que tem de representativo de sua identidade¹⁰.

Estes migrantes, ao alcançarem seus destinos, ali chegam com suas tradições culturais de origem, que se hibridizam (GARCÍA CANCLINI, 2008a) com as tradições culturais dos povos locais, redimensionando, assim, a noção de territorialidade: ser e estar em uma nação passam a ser noções fluidas na dinâmica da modernidade. Segundo García Canclini (1998, p. 35), a este respeito:

Um espanhol pode comprar os diários de seu país no Rio de Janeiro ou Madri, o New York Times e o Le Monde chegam diariamente a muitas grandes cidades, e a televisão a cabo dá acesso, em hotéis e lares, a canais dos Estados Unidos e de vários países europeus. O correio eletrônico e as redes familiares ou de amigos tornaram incessantes os contatos intercontinentais que, no passado, levavam semanas ou meses. Não é semelhante o desembarque à aterrissagem, nem a viagem à navegação eletrônica.

Os veículos de comunicação sobre os quais nos debruçamos aderiram, ainda no século XX, aos adventos das tecnologias virtuais de comunicação para empreender em um projeto de expansão de sua política editorial (e mais recentemente de preservação de sua produção jornalística e, por extensão, da memória de seu país), quebrando barreiras físicas e fazendo leitores em todo o mundo.

¹⁰ Em 2013, fixamos residência na Capital Federal argentina para a realização de estágio doutoral na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, sob a supervisão da professora Dra. Guiomar Elena Ciapuscio, através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES). Por ocasião de retirada de documentos necessários à estadia naquele país, chamou-nos a atenção uma propaganda veiculada oficialmente pelo governo argentino, através do Ministério do Interior e Transporte (MIT), na Divisão Nacional de Migrações (DNM). Nesta divisão, são atendidos todos os migrantes, de diversos países do mundo, e em especial da América Latina, para a legalização de sua permanência em solo argentino, por qualquer período que supere 90 dias. Logo na entrada, os migrantes são recepcionados por funcionários do Governo e direcionados a uma sala em que aguardam atendimento enquanto assistem a um vídeo que apresenta trechos do discurso de posse do presidente Néstor Kirchner, direcionado aos argentinos, assinalando o desejo do político de propor que sejam recordados “os sonhos de nossos patriotas fundadores e de nossos avós imigrantes e pioneiros, de nossa geração que pôs tudo e deixou tudo pensando em um país de iguais”, revelando o projeto de fortalecimento das redes imigratórias no governo Kirchner. O discurso na íntegra de Néstor Kirchner, então presidente argentino, está disponível em: http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/miscelaneas/discurso_de_nestor_kirchner_25_de_mayo_de_2003.php

Devemos ressaltar que, no contexto da modernidade, as mídias, a exemplo dos dois jornais pesquisados, passam a ser entendidas não só como “dispositivos transportadores de sentidos acrescidos às mensagens ou como espaço de interação de produtores e receptores” (COGO, 2006, p. 30), mas como modelos de interação entre atores e movimentos sociais que se integram em práticas discursivas interculturais, passando, assim, de veículos de comunicação autocontidos em si a uma matriz organizadora de sentidos em torno das identidades culturais (HALL, 2003), registrando em seus textos publicados diariamente, muito das tradições culturais dos povos.

Há, deste modo, em cada uma dos veículos por nós enfocados, enquanto representantes da mídia jornalística latino-americana, uma posição social e discursiva de seus enunciadores (enunciadores/coenunciadores) que deve ser levada em conta na análise de suas práticas de linguagem. Em um complexo fenômeno de linguagem, as mídias acabam criando para si uma identidade à medida que criam identidades para os objetos de discurso de que tratam em seu repertório de textos.

E não acontece diferente com o JB e o CL ao retratarem fatos de destaque da história do Brasil e da Argentina ao longo dos séculos XX e XXI, tais como a instauração de ditaduras militares como forma de governo entre os anos de 1960 e 1980 e as crises econômicas e escândalos políticos dos anos 2000, somente para citar alguns. Todos estes fatos, dentre outros, influenciaram profundamente as relações sociais (e, portanto, políticas e culturais) destes dois países e destes com os demais países da AL.

A história é, assim, retratada nas páginas dos jornais. Nestas páginas, os veículos de comunicação e seus leitores ganham voz para constituírem seus posicionamentos e, logo, as imagens de si no discurso. Neste contexto, as modificações políticas e sociais pelas quais tem passado a AL no contexto mundial foram retratadas nas páginas de jornal, que passam a ser tomadas como material de análise para antropólogos, sociólogos e linguistas interessados nas relações interculturais da AL.

Na dimensão do tradicional e do moderno, tomamos de Martín-Barbero (2006, p. 21) a metáfora do “tecido que permeia as múltiplas temporalidades sociais” para nos referir ao conjunto de elementos que constituem o modo sociocultural de ser dos 20 países que compõem a América Latina, onde, segundo o referido estudioso, o tradicional e o moderno estão em um contínuo para traçar a identidade de um povo formado de nativos, migrantes, índios etc.. Segundo Martín-Barbero (2006, p. 46):

As contradições latino-americanas que atravessam e sustentam sua globalizada integração desembocam, assim, decisivamente na pergunta sobre o peso que as indústrias culturais, e sobretudo as audiovisuais, estão tendo nestes processos, já que essas indústrias jogam em um terreno estratégico, das imagens que de si mesmo fazem esses povos e com as quais se fazem reconhecer pelos demais.

A nosso ver, o peso que as indústrias culturais têm na identidade cultural da AL reside no fato de porem em evidência que os meios de comunicação de massa, como os jornais, incorporam/retratam a manifestação de uma diversidade cultural que dimensiona (e, portanto, caracteriza) os povos latino-americanos ao longo da história, ocupando, no contexto social, o lugar da mediação cultural de uma civilização global, com tradições culturais peculiares, como é a América Latina (DOMINGUES, 2006).

Por fim, destacamos que conceber a latinidade como o modo cultural e social de ser dos povos latinos nos faz compreender que muito das tradições culturais dos povos da AL encontra-se registrado nas páginas dos seus veículos de comunicação. Assim, à medida que nos debruçamos sobre as práticas discursivas dos periódicos do Brasil e da Argentina, acessamos, no âmbito do discurso, estas tradições essencialmente caracterizadas pela hibridação cultural que marca a interculturalidade na América Latina, debatida a seguir.

2.1.2 Interculturalidade e hibridação cultural na AL

Analisando a representação social que latino-americanos usuários de sites de redes sociais constroem sobre o que significa ser latino¹¹, tomamos como pressuposto que a latinidade é definidora de diversas questões no cenário sociocultural da modernidade, tais como a expansão dos domínios latinos marcada pela propagação das línguas portuguesa e espanhola pelo mundo e a repercussão do modo cultural e social de ser dos povos latinos nas mídias, no contexto dos meios de comunicação de massa.

Dada sua dinâmica dos dias de hoje, a identidade cultural da AL segue como um fenômeno em construção. Os meios de comunicação de massa e a velocidade com que se propagam as informações por estes meios tornaram visíveis as dimensões deste fenômeno em curso, no modo com os sujeitos se relacionam entre si e no modo com interagem, pela linguagem. Neste tocante, há de se levar em conta a necessidade de compreender as práticas discursivas contemporâneas ambientadas nos meios de comunicação, resultantes da propagação das tecnologias pelo mundo.

¹¹ Referimo-nos à pesquisa de mestrado que resultou na dissertação intitulada “Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut”, defendida, em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da professora Dra. Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista, com o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Em nossa de pesquisa de mestrado (IRINEU, 2011, p. 38), advogamos que:

Todo o percurso histórico e todo o construto cultural dos países que compõem a América Latina têm repercussões significativas no modo como os sujeitos latino-americanos concebem a sua imagem e a imagem que formam do seu mundo no tocante as suas representações. E a imagem que se tem da latinidade se constitui ao certo em torno à identidade cultural, vista como elementar na constituição da reflexão latino-americana em torno de seu próprio ser, fazendo nascer, no discurso de latinos da América, um *ethos* específico de pertencimento àquela nação.

Em nossa proposta de investigação, compreendemos interculturalidade a partir de uma sinalização plausível ao modo de conceber essa nova cultura, híbrida e multifacetada, ou seja, interculturalidade “como um fenômeno que nos constitui como indivíduos e/ou grupos sociais singularmente latinos” (IRINEU, 2011, p. 38). Na mesma direção, compreendemos comunicação de massa como “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (THOMPSON, 2009, p. 288).

Neste contexto, não há como negar que a WEB 2.0¹² fez com que indivíduos de todas as partes do mundo se integrassem e passassem a fazer parte de um mundo intercultural e globalizado, favorecendo a propagação da produção jornalística dos veículos de comunicação. A mídia, de modo especial a jornalística, passa a retratar em seus textos fenômenos socioculturais que, antes separados, passam a se combinar, no entrecruzar de culturas, entre a tradição e a modernidade, para gerar novas práticas.

Assim, no contexto de globalização, especialmente pelas redes migratórias, os latino-americanos se encontram e se tocam: globalizam-se como “produtores culturais migrantes” (GARCÍA CANCLINI, 2008a) em um fenômeno que singulariza o mundo latino-americano e sobre o qual nos debruçamos para compreendermos a identidade cultural desta parte da América: a hibridação cultural.

Reconhecido mundialmente por seus estudos sobre interculturalidade na América Latina, Néstor García Canclini dedicou parte significativa de sua produção intelectual aos Estudos Culturais de orientação antropológica e, de modo específico, aos estudos sobre hibridação cultural, termo este que, segundo o autor, modificou o modo de falar de cultura e de tradição/modernidade no cenário sociopolítico latino-americano principalmente a partir dos anos de 1990, quando a ideia de hibridação na Antropologia (GARCÍA CANCLINI, 2010).

¹² Fazemos menção aqui ao termo criado em 2004 por uma empresa americana de tecnologias digitais, para fazer referência à segunda geração de recursos da internet, sendo este espaço virtual visto como uma complexa plataforma de aplicativos. Refere-se o termo ainda a uma mudança na forma como a internet é vista por usuários e desenvolvedores: como ambiente de interação que engloba inúmeras linguagens e motivações de uso. Trata-se de uma superposição ao termo “ciberespaço” proposto por Lévy (1999).

Apesar de se tratar de um fenômeno que há muito está presente nas mais diversas sociedades em seus fluxos migratórios e na configuração de identidades culturais dos povos em geral, somente nos últimos anos as discussões sobre hibridação e interculturalidade chegaram aos estudos linguísticos, na abordagem de fenômenos relacionados à cultura e à linguagem, em interface.

García Canclini (2010) afirma que hibridação cultural é um fenômeno antigo cuja existência já havia sido estudada, mesmo que indiretamente ou sem nomeações conceituais precisas, por intelectuais como Mikhail Bakhtin ao caracterizar as linguagens culta e popular na Idade Média e no Renascimento. Mais recentemente, o termo tem-se feito presente em pesquisas de diversas áreas do conhecimento que tratam dos entrecruzamentos culturais e das novas formas globalizadas de comunicação.

Como um fenômeno presente nas artes, na música, na imprensa de rua que agora se insere na WEB 2.0 através de recursos de interatividade, ou seja, nas relações sociais, a hibridação cultural pode ser compreendida como um complexo de “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam em formas separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 02, tradução nossa¹³). Trata-se de um conceito que permite leituras múltiplas (entre elas a discursiva) de mesclas culturais que se estabelecem historicamente entre a tradição e a modernidade na AL.

Ainda segundo o antropólogo argentino, o fortalecimento das mídias impressas e eletrônicas no século XX favoreceu a evidência da hibridação cultural nos países latino-americanos através da instituição de uma cultura de massa internacional, principalmente no âmbito jornalístico. Basta pensar que, já a partir dos anos de 1980, intensifica-se o estabelecimento de escritórios internacionais de notícias, com jornalistas correspondentes, em todo o mundo, dando início à produção de material jornalístico de dado país para ser levado a diversos outros países, mundo afora.

Na visão de García Canclini (2008b, p. 79, tradução nossa¹⁴), nós, latino-americanos, “vivemos os anos oitenta e noventa tratando de nos globalizar”, destacando que mesmo os que à época não integravam os fluxos migratórios de um país a outro na AL protagonizam uma “globalização a domicílio”, caracterizada pela chegada dos meios de comunicação de massa no cotidiano das famílias por todo o mundo.

¹³ Tradução nossa de: “procesos socioculturales en los que estructuras o prácticas discretas, que existían en forma separada, se combinan para generar nuevas estructuras, objetos y prácticas”.

¹⁴ Tradução nossa de: “vivimos los años ochenta y noventa tratando de globalizarnos”.

Neste contexto, a América Latina passa a integrar um mundo não mais multicultural, mas intercultural e globalizado, no qual as mais diversas culturas se tocam e se mesclam, como destaca García Canclini (2009, p. 17):

De um mundo multicultural – justaposição de etnias ou grupos em uma sociedade ou nação – passamos a outro, intercultural e globalizado. Sob concepções multiculturais, admite-se a diversidade de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relação e troca.

Quando tratamos de interculturalidade em relação ao entrelaçamento do que é diverso, do que é heterogêneo, vemos na cultura um sistema de relações de sentido que identifica o diferente, o contraste, a comparação e que abarca os fenômenos sociais da significação. A partir desta visão de cultura, compreendemos os postulados de Peter Koch (1997, p. 60) ao afirmar que “tradições discursivas são, basicamente, apenas um tipo das multifacetadas tradições culturais do ser humano”, o que nos leva a acreditar que as mudanças pelas quais os *ethé* analisados nesta pesquisa passaram ao longo da história se explicam, em grande parte, pelas mudanças por que passaram os índices linguístico-discursivos pelos quais se concretizam os referidos *ethé*.

Como “coincidem na experiência de circular entre as matrizes culturais diversas que as línguas representam” (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 61), os latino-americanos acabam por compartilhar, ainda que não de modo homogêneo, danças, festas, formas de acesso aos meios de comunicação, práticas discursivas, modos de dizer. Desta questão nos interessa a ideia de que é possível que um sistema de signos transforme-se e constitua uma história, tal como acontece na formação e na propagação de TD.

Por fim, ao nos reportarmos aos fenômenos da hibridação cultural e da interculturalidade como constitutivos da latinidade da América Latina, queremos reforçar uma última questão: a relação entre a identidade cultural dos povos e seus signos identitários e os valores de tradição/modernidade que condicionam o funcionamento das manifestações culturais no mundo globalizado.

Neste contexto de tradição e de modernidade, as mídias retratam a sociedade em suas diversas faces, sempre criando identidades para si e para os objetos de que tratam. Assim, estabelecendo relação entre o modo cultural e social de ser dos povos latinos e sua identidade cultural, híbrida por natureza, e as imagens que os enunciadores constroem de si na enunciação, a seguir discutiremos a noção de *ethos* no campo dos estudos discursivos, a fim de delimitar e conceituar nosso objeto de pesquisa nesta investigação transdisciplinar.

2.2 O conceito de ethos

“A problemática do ethos pede que não se reduza a interpretação dos enunciados a uma simples decodificação. Alguma coisa da ordem da experiência sensível se põe na comunicação verbal. As ‘ideias’ suscitam a adesão por meio de *uma maneira de dizer* que é também uma *maneira de ser*” (MAINGUENEAU. *In: A propósito do ethos*, 2011a, p. 29).

Seguindo o debate que constitui a cena teórico-conceitual de nossa tese, neste momento nos detemos na discussão sobre o conceito de ethos situado nos estudos linguísticos, e mais especificamente nos estudos discursivos, em diálogo com os estudos culturais. Dada a natureza de nosso objeto, privilegiaremos a visão discursiva de ethos proposta por Maingueneau (2008a) em diálogo com a visão antropológica de Geertz (2008), revisitando alguns conceitos e autores de base das referidas áreas.

Optamos, em um primeiro momento, por dar notícia das bases do termo “ethos” para, depois, tratar deste conceito nos estudos linguísticos, especificamente no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa, com foco nos estudos de Maingueneau (2011a). Na sequência, optamos por dar voz, ainda que brevemente, a dois outros teóricos que se debruçaram sobre o tema: Norman Fairclough, na linha de investigação crítica, e Patrick Charaudeau, na linha de investigação semiolinguística.

Logo, com base no disposto, apresentamos nosso conceito de ethos, por nós ressignificado, a partir do qual executaremos a análise dos dados desta pesquisa. Na sequência, apresentamos a proposta de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010) sobre a instância do discurso em que se constrói o ethos: a cena enunciativa e suas cenas constituintes (cena englobante, cena genérica e cenografia).

Por fim, ressaltamos que este capítulo concerne à atualização e ao debate do estado da arte a respeito do conceito de ethos (e de cena enunciativa e suas cenas constituintes), revisitando suas bases; concerne também à nossa contribuição a este estado da arte, com o redimensionamento deste conceito-chave na AD, para uma abordagem em perspectiva diacrônica, em face de nosso objeto de pesquisa.

2.2.1 As imagens de si no discurso

Na medida em que tomamos como objeto de pesquisa o conjunto de imagens de si construídas no discurso jornalístico de dois grandes periódicos latino-americanos ao longo de um período histórico, reconhecemos que há uma intrínseca relação entre ethos e tradições culturais, como o são as TD, que há de se levar em conta em termos de fundamentos teórico-analíticos em nossa proposta de investigação e em propostas futuras que tenham interesse na análise diacrônica de fenômenos discursivos.

Podemos dizer que, para Maingueneau (2011a), ethos discursivo é uma importante noção que permite abordar os *modos de dizer* (e por extensão os modos de ser) em termos enunciativos. Já para Kabatek (2005), no âmbito da Filologia Românica alemã, as tradições discursivas podem ser compreendidas como a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de um *modo particular de escrever* ou falar (um modo de dizer, nos termos de Maingueneau (2011a)), tendo tal repetição valor de signo (grifos nossos).

E é na aproximação entre o conceito de *ethos discursivo* como *modo de dizer* (MAINGUENEAU, 2011a) e o conceito de *tradições discursivas* como tradições culturais que consistem na *repetição de um modo particular de escrever*¹⁵ (KABATEK, 2007) que nos embasamos para a postulação de nossa tese: o conceito de TD pode lançar luz à investigação diacrônica do ethos discursivo mais especificamente, do ethos discursivo (tradicionalmente estudado sob um olhar sincrônico, sem que se levem em conta seus traços de mudança e de permanência), através da análise de suas evidências linguístico-textuais na história, ponto sobre o qual nos deteremos ao longo de nossa cena metodológica (grifos nossos).

Historicamente, o conceito de ethos vem, desde a Filosofia antiga, passando por mudanças significativas, até chegar ao campo dos estudos do discurso, centrado-se fortemente nas pesquisas de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010, 2011a, 2011b) e outros teóricos. Segundo Gonçalves (2006), o termo sai do campo da Filosofia com o sentido de “moradia”, “abrigo”, “hospitalidade” e “hábito”, ligado à noção de ética, para deslocar-se ao campo da Antropologia, passando a significar “costumes de um grupo social”, “processo social de identificação de um povo”, ligado à noção de cultura e de relações identitárias (GONÇALVES, 2006, p. 36), visão esta que nos interessa de modo especial, pelas possibilidades de diálogo que estabelece com a noção de ethos discursivo a partir da qual abordamos nosso objeto de pesquisa.

¹⁵ Nos termos a que nos propomos nesta pesquisa, analisamos tradições discursivas no campo da escrita. Reconhecemos, entretanto, como destaca Kabatek (2005), que as TD referem-se a repetições de formas textuais, de textos e de formas de dizer com valor de signo próprio, no escrever ou no falar.

Se hoje, no campo da AD, remetemos o termo “ethos” às imagens de si, ou seja, às autorrepresentações discursivas que se revelam na voz de um enunciador que se mostra na superfície textual a partir de marcas linguísticas, no campo dos Estudos Culturais de base antropológica, nos trabalhos de Geertz (2008) e outros, o mesmo termo é tratado como os costumes de uma comunidade, de um povo, tomado como argumento para explicar a configuração sócio-histórica do espaço cultural do qual os sujeitos fazem parte, em relação com as questões identitárias dos povos.

Podendo significar o conjunto de traços pelos quais um grupo cultural se caracteriza (suas tradições, seus costumes etc.), singularizando-se frente a outros grupos (GONÇALVES, 2006), a expressão “ethos” figura no Dicionário de Ciências Sociais (VÁZQUES, 1986 *apud* GONÇALVES, 2006, p. 34) como o termo que diz respeito ao “caráter cultural e social de um grupo ou sociedade”. Significando no grego “hábito” ou “caráter”, estava o termo ligado em suas bases à noção de ética.

No circuito dos referidos estudos antropológico-culturais, são os postulados de Clifford James Geertz, antropólogo estadunidense, que nos interessam de modo especial neste debate pela possibilidade que lançam de abordagem da cultura dos povos através do tom que constitui o que entendemos como ethos. Em *A Interpretação das Culturas*, Geertz (2008¹⁶, p. 142) afirma que “o ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”. Por esta concepção, podemos falar de ethos americano, ethos brasileiro, ethos argentino, ethos latino-americano. Neste mesmo conceito, destacamos pontos de encontro com a compreensão de ethos de Maingueneau (2008a), a respeito das concepções de tom, caráter e estilo.

Em sua proposta, Geertz (2008) relaciona o ethos à prática cultural de todos os povos e à visão de mundo de todos os sujeitos, em uma perspectiva notadamente universal, daí esta proposta ser considerada como possível para a análise de fenômenos sociodiscursivos, como a identidade cultural dos povos através da representação de aspectos da vida social relacionadas à visão de mundo dos sujeitos. Esta visão de ethos bebe, segundo Held (1998), da tradição grega no debate sobre democracia como instituição caracterizadora da totalidade de regras culturais nas tradições do Ocidente.

¹⁶ Consultamos a 13ª edição da obra, datada de 2008. A primeira edição é de 1989. A versão a que tivemos acesso encontra-se em: http://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/geertz_clifford-a_interpretac3a7c3a3o_das_culturas.pdf

Ao considerarmos que nesta visão antropológica de ethos estão postos os aspectos morais e estéticos e os elementos valorativos de uma cultura, tomamos como verdadeira a ideia de que a constituição de um ethos frente à visão de mundo dos sujeitos é um fenômeno culturalmente situado, já que a cultura de um povo e o modo como seus sujeitos se relacionam estão postos em uma relação intrinsecamente social. Em pesquisa anterior (IRINEU, 2011, p. 15), ao nos reportarmos à relação entre representações, visões de mundo, sociedade e práticas de linguagem, destacamos que:

O modo como nos vemos e como vemos e somos vistos pelos outros que compõem nosso “infinito particular” condiciona as imagens, as representações que construímos sobre nós mesmos e sobre o mundo que nos cerca, com seus seres e outros objetos representacionais. E, como se sabe, a dinâmica da modernidade faz com que os limites entre nosso mundo e o mundo do outro sejam repensados a todo instante, entrecruzando-os, interconectando-os. E esta nova maneira não mais essencialmente cartesiana de ver o mundo e seus elementos constitutivos faz com que o universo consensual dos seres humanos ganhe novas feições.

Além de Geertz (2008), outros estudiosos da Antropologia Cultural se dedicaram ao debate sobre ethos e cultura. Neste campo, queremos destacar ainda as posições teóricas de Vaz (2002) e Caniello (2003), pelo modo como relacionam o conceito de ethos às noções de tempo histórico e de tradição/ modernidade.

Para o primeiro dos referidos estudiosos, “a cultura é o domínio em que o ethos se explicita formalmente na linguagem das normas e valores e se constitui como tradição”, assegurando ao indivíduo “a passagem a esse horizonte de universalidade no qual é possível formular o projeto de sua autorrealização” (VAZ, 2002, p. 25), destacando a conjugação das dimensões individual (subjetividades) e coletiva (sociabilidades) propostas na visão de ethos defendida pela Antropologia.

Se ao falar de cultura referimo-nos, direta ou indiretamente, aos movimentos de tradição/atualização que caracterizam os povos e seus signos identitários nas relações de tempo em que estão inscritos, tal como propõe Vaz (2002), destacamos nossa visão de TD como uma das muitas tradições culturais dos povos, tal como propõe Koch (1997), em suas (re) configurações linguístico-textuais no plano da diacronia e no berço de uma cultura (KABATEK, 2007).

Por sua vez, Caniello (2003), em estudo sobre algumas representações culturais de uma pequena cidade de Minas Gerais em face do que o autor nomeia como “ethos sanjoanense”, destaca que ethos pode ser compreendido como um fenômeno que se realiza como “a matriz e a moeda dos processos sociais, pois é a resultante de uma dupla dialética entre a estrutura (que conforma a tradição de um povo) e a agência (dos sujeitos), entre a

tradição e a mudança” (CANIELLO, 2003, p. 32), destacando que de fato há duas dimensões, uma individual e uma social, postas na configuração do ethos de um povo (e que, portanto, as imagens de si dos enunciadores no discurso estão ancoradas na cultura e na história, ou seja, nas representações sociais que constroem do mundo e de seus elementos constituintes). Ainda segundo Caniello (2003, p. 51):

O “estilo” ou o “jeito de ser” de um povo — vale dizer, o signo e a essência da tradição cultural que define o indivíduo e sua sociedade — reage ao fluxo histórico, equilibrando-se em uma dialética que, embora explicitamente mudanças, ressalta, sobretudo, permanências. [...] A principal conclusão a que se chega a este respeito é que o ethos entendido como um fato sociológico e histórico sintético explicita, sobretudo, a preeminência do “espírito de um povo” (Volsksgeist) — ou seja, o âmago da tradição que o constitui — sobre o “espírito do tempo” (Zeitgeist) — ou seja, a conjuntura que o pressiona.

A partir da visão de ethos como “um fato sociológico e histórico” (CANIELLO, 2003, p. 51), tiramos como proveito dos postulados dos antropólogos mencionados a visão de que o ethos pode se relacionar aos signos identitários da cultura de um povo, o que nos permite conjugar, em termos conceituais, os aspectos discursivos e culturais envolvidos no processo de construção de imagens de si, uma vez que, como afirma Amossy (2008b, p. 126), as referidas imagens estão ancoradas em um “arsenal de representações sociais coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si (dos enunciadores) e sua eficácia em determinada cultura”.

Desde os estudos culturais de base antropológica, muito do que hoje compreendemos como ethos nos estudos linguísticos tem suas bases assentadas no passado. De modo mais direto, é na *Retórica* de Aristóteles que encontramos os desdobramentos iniciais do termo de que temos notícia nos estudos da linguagem. Na obra aristotélica, ethos remete-se ao caráter que o orador revela de si ao auditório. Estava ligado, por assim dizer, aos textos orais argumentativos, nos quais se preservava a ideia de persuasão. Por outro lado, nos estudos literários, o termo surge para fazer referência ao contexto da obra literária, com ares de imprecisão conceitual (GONÇALVES, 2006).

Em termos linguístico-discursivos, é nos estudos pragmáticos de Oswald Ducrot, linguista francês, que encontramos as bases conceituais do que hoje entendemos como ethos. Para Ducrot¹⁷ (1987), ao enunciar, o sujeito real (concebido como locutor- λ), ativa em seu dizer uma instância enunciativa compreendida como locutor-L (o locutor que é a fonte da

¹⁷ O pensamento de Oswald Ducrot sobre enunciação e discurso foi basilar para o redimensionamento das questões pragmáticas nos estudos linguísticos, principalmente no que se refere aos atos de fala e à teoria de preservação de faces (GRICE, 1982).

enunciação), que se mostra no discurso, a quem estaria associada uma “voz” (MAINGUENEAU, 2011a) pela qual constrói as imagens de si.

Acreditamos que esta concepção de “voz” destacada por Maingueneau (2011a) tem suas bases assentadas nos estudos bakhtinianos sobre plurilinguismo no gênero romance, especialmente na obra *Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance*¹⁸, e constitui, a nosso ver, uma das mais significativas ressonâncias do pensamento bakhtiniano nos estudos sobre ethos na Análise do Discurso.

Em *Questões de Literatura e Estética*, lançando mão da clássica metáfora estabelecida entre a linguagem e a orquestração musical, Bakhtin (2002 [1975]) fala de “entonação” como uma instância discursiva com contornos sociais que se apresenta na enunciação estabelecendo relação entre os enunciadores, os coenunciadores e os objetos do enunciado, em um movimento dialógico de entrecruzar de vozes na enunciação.

E é exatamente neste “entrecruzar de vozes” que reside o caráter polifônico que alicerça a concepção de linguagem de Bakhtin (2002 [1975]). Na obra do pensador russo, as vozes representam posições éticas e/ou ideológicas que se constituem no plano da enunciação. Segundo Bubnova (2011, p. 271), “em Bakhtin, o enunciado é a metáfora da oralidade codificada por escrito, é uma unidade mínima de sentido que pode ser respondida no processo de comunicação dialógica”.

Reconhecemos que o mundo que nos rodeia se constitui como um “coral de vozes sociais” cuja significação ecoa na história, no tempo, no espaço. As vozes são fontes de sentidos, pois cada uma delas “possui sua cronotopia – sua raiz espaço-temporal – que a situa como única, e sua ideologia, que a identifica como entidade social” (BUBNOVA, 2011, p. 276). Assim, as vozes se constituem em um entrecruzar de posicionamentos pelos quais os enunciadores se representam no e pelo discurso.

Nesta dinâmica de posicionamentos e representações discursivas, constitui-se o plurilinguismo observado por Bakhtin (2002 [1975]) na abordagem do gênero romance. Segundo o teórico (BAKHTIN, 2002 [1975], p. 113):

A fala de outrem, narrada, arremedada, apresentada numa certa interpretação, ora disposta em massas compactas, ora espalhada ao acaso, impessoal na maioria das vezes (‘opinião pública’, linguagens de uma profissão, de um gênero), nunca está nitidamente separada do discurso do autor: as fronteiras são intencionalmente frágeis e ambíguas. [...] É justamente o caráter plurilíngue, e não a unidade de uma linguagem comum normativa, que representa a base do estilo.

¹⁸ Consultamos a versão de 2002, que se encontra disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/58069225/1/o-discurso-no-romance>

Por se ancorar nos postulados bakhtinianos sobre as vozes sociais, como as posições éticas e/ou ideológicas que se constituem no plano da enunciação, concordamos que “a mais completa renovação do conceito de ethos, a partir de maiores ampliações e reformulações conceituais, nos estudos discursivos, ficou a cargo de Dominique Maingueneau” (GONÇALVES, 2006, p. 61), cabendo ao referido teórico não só a construção de uma base teórica para a compreensão da noção de ethos, mas também, e principalmente, a sistematização de um arcabouço metodológico pelo qual fosse possível a análise das imagens de si em textos orais e escritos (em complemento ao que propunha Aristóteles, que se centrava na análise dos gêneros orais da argumentação), abrindo caminhos inclusive para a análise de textos multimodais.

Para Maingueneau (2011a), ao falar, um locutor ativa em seus destinatários uma autorrepresentação discursiva procurando, de certo modo, controlá-la (em termos de estratégias de textualização, cremos). Neste tocante, concordamos com o pressuposto de que, em certa medida, o ethos se mostra na enunciação através do que é dito no enunciado¹⁹. Com base neste postulado, redimensionamos o conceito de ethos frente a nosso objeto de pesquisa diacrônico, uma vez que “não é possível estabilizar definitivamente uma noção deste tipo, que parece melhor apreendermos como um nó gerador de múltiplos desenvolvimentos possíveis” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 13).

Nestes termos, o locutor (que aqui, em fidelidade às bases epistêmicas da AD, trataremos como enunciador), ao enunciar e, portanto, ao dar início à construção de um ethos (entidade discursiva intimamente ligada à enunciação), é interpelado pelo coenunciador antes mesmo antes de se pronunciar nos textos que produz. Os coenunciadores, no mais das vezes baseados no tipo de discurso e nos gêneros postos em cena na enunciação, constroem representações do ethos do enunciador antes mesmo que ele fale. Trata-se do ethos prévio (AMOSSY, 2008b), que pode influenciar as estratégias pelas quais os enunciadores constroem as imagens de si, sem necessariamente se mostrar no enunciado por índices linguístico-discursivos²⁰.

¹⁹ Ducrot (1987) afirma que a seleção lexical, a recorrência de argumentos, entre outros, são exemplos de operações (estratégias de textualização) de evidência do ethos nos textos. São operações como estas (“caracteres”, nos termos do autor) que tomamos como exemplos para a proposição dos elementos dêiticos e lexicais como categorias de análise em nossa proposta de investigação.

²⁰ Haddad (2008) destaca que o fenômeno passível de análise, em termos linguísticos, não é a existência e/ou a construção do ethos pré-discursivo, mas sim o ethos discursivo em termos de sua relação com o ethos prévio, nos termos de Amossy (2008).

Ao contrário do ethos prévio, o ethos discursivo “se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 16). Queremos ressaltar que optamos, em termos metodológicos, por relacionar a análise das imagens de si às suas evidências no material linguístico (através do exame de índices linguístico-textuais, os dêiticos discursivos e os elementos lexicais) e às suas evidências no ambiente discursivo (através das cenas enunciativas) por concordamos com as premissas de que o ethos é uma noção: (i) discursiva (por se tratar de um fenômeno que se constrói no e pelo discurso); (ii) híbrida (pois, além de discursiva, é essencialmente sociocultural); e (iii) integrada a uma conjuntura sócio-histórica (MAINGUENEAU, 1997) que se mostra na cadeia enunciativa.

Levando em conta a proposta de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010), reconhecemos que tratar de ethos como a imagem portadora de uma “voz” (ou o tom, para ser mais preciso) da enunciação significa necessariamente tratar de sua realização nos gêneros discursivos, os orais e os escritos (e é ao tratar sistematicamente da construção do ethos nos gêneros escritos que Maingueneau avança em sua proposta com relação à abordagem retórica), tanto os de configuração sócio-retórica mais complexa, ligados às situações de comunicação mais fortemente institucionalizadas, quanto os de configuração sócio-retórica mais simples, ligados às situações cotidianas de comunicação (os gêneros secundários e primários, segundo Bakhtin²¹ (1997 [1953])).

Deste modo, é nestes gêneros instituídos que os enunciadores executam uma ação socioenunciativa de adesão ao discurso, na medida em que enunciar significa, dentre outros, “ganhar um público”, envolvê-lo no discurso. Este processo de adesão embasa a ideia de que os textos possuem uma *vocalidade*, manifesta numa multiplicidade de *tons*. Estes *tons*, por sua vez, caracterizam um *fiador*, instância enunciativa legitimadora do dizer construída pelo destinatário (que aqui trataremos como coenunciador) através de índices liberados na enunciação (grifos nossos para, de início, destacar expressões teóricas caras ao conceito de ethos).

²¹ As mais recentes pesquisas sobre ethos, no campo da AD, têm tomado como material de análise enunciados advindos de gêneros diversos, os primários e os secundários, os orais e os escritos, tais como: anúncios de sites de relacionamento (MAINGUENEAU, 2010), parábolas bíblicas (GONÇALVES, 2006), charges jornalísticas (ARAGÃO, 2013), canções regionais (MENDES, 2013), dentre muitos outros, o que evidencia, no cenário das pesquisas acadêmicas, a profícua relação estabelecida entre os gêneros e a construção de ethos discursivo, como assinala Maingueneau (2008c).

Assim, entender o ethos como a *imagem*, a *voz*, o *tom* da cena de enunciação, retoma a concepção encarnada de ethos (AUCHLIN, 2001), pois concordamos com o pressuposto de que a este tom o coenunciador confere a imagem de um *fiador*, a quem são atribuídos um *caráter* e uma *corporalidade*. Ao primeiro dos termos (*caráter*) estão associados os traços psicológicos que se podem atribuir ao ethos no momento da enunciação; ao segundo dos termos (*corporalidade*) estão associados os traços corpóreos, ou seja, a compleição corporal, atribuídos na enunciação.

Devemos ressaltar que ao falarmos de “caráter” e de “corporalidade”, bem como ao falarmos de “fiador”, “voz” e “tom”, valemo-nos de metáforas para exprimir categorias conceituais que, no campo da AD, repertoriam a noção de ethos como a imagem que os enunciadores constroem de si no discurso. Trata-se de metáforas científicas, tomadas de empréstimo do discurso cotidiano, para fazer referência às dimensões constitutivas do ethos e de seu processo de construção no e pelo discurso.

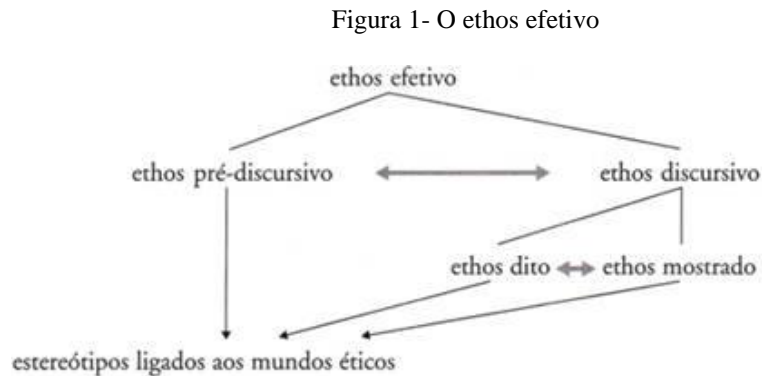
Na construção do ethos no e pelo discurso, uma dimensão que não se pode deixar de levar em consideração é o coenunciador, a quem, mediante a cena enunciativa, cabe o papel de apropriar-se do ethos discursivo ao “incorporar” o modo como esta *voz* lhe chega, em face dos índices linguístico-discursivos pelo quais se expressa. Fazemos menção aqui ao processo de *incorporação*.

Falar de *incorporação* significa tratar do modo como o coenunciador, parceiro legítimo da enunciação (MAINGUENEAU, 2011a), apropria-se efetivamente do ethos em termos de: (i) ethos prévio, ou seja, da imagem que o público constrói do ethos do enunciador antes mesmo que ele fale; (ii) ethos dito, isto é, da imagem que o enunciador revela de si mesmo em fragmentos de texto em que evoca sua própria enunciação; e (iii) ethos mostrado, ou seja, do ethos discursivo em si, sobre o qual nos debruçamos, em termos analíticos, nesta pesquisa. Assim, o que compreendemos hoje como “ethos efetivo” resulta da interação destas três instâncias enunciativas. Maingueneau (2011a, p. 18), a este respeito, assevera que:

Convocando de maneira pouco ortodoxa a etimologia, podemos fazer render esta “incorporação” sob três registros: a enunciação da obra confere uma “corporalidade” ao fiador, ela lhe dá corpo; o destinatário incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de se remeter ao mundo habitando seu próprio corpo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso.

Deste modo, reconhecemos que “de uma época a outra, ou de um lugar a outro, não são as mesmas zonas de produção semiótica que propõem modelos para as maneiras de ser e de falar, as que dão o tom” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 19). Nestes termos, as

maneiras de dizer, assim como os processos de incorporação (do ethos prévio, do ethos dito e do ethos mostrado), podem variar, no tempo e no espaço, em termos de atualização e tradição. Ainda sobre o processo de incorporação do ethos, damos destaque à representação proposta por Maingueneau (2011a), expressa a seguir:



Fonte: Maingueneau (2011a, p. 33).

Queremos destacar, com base nesta representação, nossa compreensão sobre a ideia de que os conteúdos expressos na enunciação suscitam de fato a adesão por parte dos coenunciadores por meio de uma maneira de dizer, que é também uma maneira de ser no discurso (MAINGUENEAU, 2008a, 2008b), ou seja, a adesão do coenunciador acontece circunscrita a uma *cena* da qual o ethos participa. Estamos aqui nos referindo previamente ao conceito de *cena de enunciação*, uma instância a nosso ver relacionada ao ambiente cultural.

Em *Gênese dos Discursos* (2008b), primeira das obras em que Dominique Maingueneau trata, ainda que de modo indireto (em termos conceituais), da construção das imagens de si no discurso, o referido teórico traça uma reflexão notadamente teórica resultante de sua pesquisa de doutorado na França, ao longo dos anos de 1970, sobre a semântica dos discursos devotos (humanistas e jansenistas) do século XVII. Em *Gênese*, Maingueneau (2008b) lança luz a alguns conceitos que seriam basilares, anos à frente, para a constituição da pesquisa em AD em todo o mundo.

Partindo do princípio de que todo discurso recebe a própria identidade de uma presença, implícita ou explícita, de um outro (princípio dialógico), Maingueneau (2008b) argumenta que um sujeito pode sempre identificar um enunciado pela estrutura na qual ele reconhece a qual tipo de discurso pertence tal enunciado, fenômeno intitulado *competência discursiva*, conceito que toma o enunciado circunscrito em uma formação discursiva²².

²² Segundo Maria do Rosário Gregolin, em texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no ano de 2005, o conceito de formação discursiva “é um lugar teórico que torna visível a relação entre Michel Pêcheux e Michel Foucault na construção

Esta posição teórica adotada por Maingueneau (2008b) na obra *Gênese dos Discursos* lança alguns posicionamentos teóricos e procedimentos para a análise de textos enquanto discursos historicamente situados, abrindo espaço para a proposição do primado do interdiscurso sobre o discurso e, mais significativamente, para a semântica global, que visa à análise do discurso como uma prática na integração de suas diversas dimensões. Ao tratar da semântica global, Maingueneau (2008b, p. 75) destaca que a ausência de estrutura não significa necessariamente ausência de regularidades:

Um procedimento que se funda sobre uma semântica “global” não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus “planos”, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto no da enunciação. Opor-se a qualquer abordagem que defina *um* plano discursivo como sendo *o* plano no qual viria a se condensar o essencial da especificidade de um discurso é recusar não somente o monopólio das análises lexicológicas, mas também projetos manifestamente mais bem fundamentados, como o de M. Guérault²³, por exemplo, aplicado ao texto filosófico (grifos do autor).

Acreditamos que a semântica global de Maingueneau (2008b, p. 75), na medida em que “não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus ‘planos’, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto no da enunciação”, pode nos ser útil na análise de nosso objeto por partir do exame de propriedades diversas, tais como: a interdiscursividade, o vocabulário, a dêixis discursiva, dentre outros, estas últimas em destaque em nossa proposta de investigação linguístico-discursiva.

A maior contribuição da semântica global para nossa proposta de pesquisa é o princípio integrador de análise dos planos discursivos, ou seja, do plano do enunciado e do plano da enunciação, concebido como basilar na formulação de uma proposta de exame do ethos na cena enunciativa, considerando, dentre outros: (i) as manifestações de fenômenos discursivos na superfície linguística; (ii) os tipos e os gêneros do discurso e suas formas de

da teoria e análise do discurso”. Nos momentos iniciais da teoria, segundo Gregolin (2005), as formações discursivas são consideradas “componentes de formações ideológicas relacionadas às suas condições de produção no interior de uma realidade social marcada pela ideologia dominante”. O conceito passa, então, por uma reformulação por Pêcheux (1997) que, na proposição de uma teoria materialista do discurso, “acentua o fato de que é sobre a base linguística que se desenvolvem os processos discursivos, mas, ao mesmo tempo, todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe fundada pela contradição” (GREGOLIN, 2005). Por sua vez, Maingueneau (2006), em entrevista à Revista Virtual de Estudos da Linguagem, afirma considerar o conceito de formação discursiva vago e impreciso. Em sua teoria de análise do discurso, o emprego do termo deve ser relacionado, em perspectiva ampla, a unidades discursivas como quando falamos de “discurso patronal, discurso racista, discurso da publicidade para as mulheres etc.”.

²³ Martial Guérault foi um filósofo francês, cuja obra foi notadamente conhecida na França no começo do século XX, com ênfase de investigação na História da Filosofia.

coesão na prática discursiva; e (iii) os fatores sócio-históricos que afetam o discurso para além da relação direta entre língua e história, no plano da discursividade²⁴.

Em termos teóricos, reconhecemos que é no sentido da integração dos planos discursivos na proposta de uma semântica global que Maingueneau (2008b) não só retoma Pêuchex (1997) e Foucault (1996) em suas bases epistemológicas, mas também é neste sentido que avança no campo dos estudos discursivos.

Ao propor uma semântica global que busca explicar, dentre outros, o processo de construção das imagens de si dos enunciadores, Maingueneau (2008b) compreende o discurso como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite defini-lo como um espaço de regularidades enunciativas” (p. 15), reconhecendo que os objetos do discurso são integralmente linguísticos e históricos (integralmente linguísticos na medida em que suas unidades constituem enunciados e integralmente históricos na medida em que é a história que explica o sentido dos enunciados). Na integração do linguístico e do histórico, “é a significância discursiva²⁵, em seu conjunto, que deve ser inicialmente visada” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 76).

Ao passo que Maingueneau (2008b) advoga em favor da ideia de que a “significância discursiva” está relacionada aos modos de dizer, Bakhtin (1997 [1953]), na mesma direção, já antecipava o papel do tom, ou seja, a relação do enunciador com seus coenunciadores em termos de vocalidade, como um dos aspectos menos estudados da vida verbal, reconhecendo que é na relação entre os enunciadores que o discurso cria um espaço para que se desdobre uma *voz* que lhe é característica, um *tom* que se constitui na estreita relação entre corporalidade e caráter de um fiador. Assim, o tom é, ao mesmo tempo, modelo de interação, em face de sua realização no discurso, e certa realidade textual, em face das marcas de sua existência que deixa revelar no discurso.

Se levarmos em conta a intrínseca relação entre os modos de dizer e os gêneros do discurso, relação esta tomada como base da constituição da cena genérica, pode-se concluir que de fato o ethos é constitutivo da prática discursiva, ou seja, que “o ethos é coextensivo a toda enunciação”, como nas palavras de Maingueneau (2010, p. 79), ao destacar que “o destinatário é necessariamente levado a construir uma representação do locutor, que este

²⁴ Maingueneau (2008, p. 31) postula a hipótese de que “o primado do interdiscurso inscreve-se na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva que amarra, em uma relação inextricável, o mesmo do discurso e seu outro”, redimensionando, para sua proposta na *Análise do Discurso*, o dialogismo bakhtiniano. Sobre as bases desta discussão em Maingueneau (2008b), ver *Gêneses do Discurso*. Sobre os desdobramentos desta discussão em relação aos discursos constituintes, e mais especificamente ao discurso lítero-musical, ver Costa (2011).

²⁵ Ou “o valor de signo próprio”, nos termos de Kabatek (2007).

último tenta controlar, mais ou menos conscientemente e de maneira bastante variável, segundo os gêneros de discurso”.

Falar de ethos é, por assim dizer, falar de construção de representação (ou de representações, no caso do conjunto de ethos que um enunciador pode construir de si no discurso, os *ethé*²⁶). Ao reconhecermos que o que analista depreende como material de investigação são os enunciados derivados de gêneros diversos, tomamos como premissa o fato de que o ethos varia no tempo, no espaço, nos gêneros etc..

Assim, optamos, metodologicamente, por tomar como material de análise, nesta pesquisa, textos opinativos, editoriais tipificados em gêneros da ordem do argumentar (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004), publicados na seção “Opinião” (ou na seção que lhe fosse equivalente) do Jornal do Brasil e do Clarín, em exemplares que compreendem o final da primeira metade e toda a segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI. Para Maingueneau (2010), a relação entre o processo de construção de imagens de si no discurso e sua inscrição em uma cena genérica é de tal forma constitutiva que, na opinião do teórico, são exatamente os elementos característicos do gênero, em se tratando de tema, estilo e estrutura composicional e suas manifestações nos plano linguístico e textual, que no mais das vezes são tomados como indícios da materialidade do ethos, no enunciado²⁷.

Segundo Bakhtin (1997 [1953], p. 261), “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Deste modo, podemos compreender que a língua se realiza em enunciados que “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, mas, acima de tudo, por sua construção composicional”, sendo estas (conteúdo, estilo e estrutura) as dimensões dos gêneros²⁸ sobre as quais se desdobra a cena genérica na constituição de elementos indiciadores do ethos discursivo.

Do mesmo modo, se reconhecemos que a questão do ethos está ligada ao processo de construção de identidades e que o enunciador (o sujeito do discurso ou ainda, o locutor-

²⁶ Segundo Gonçalves (2006, p. 146): “tanto o enunciador quanto o coenunciador podem apresentar-se com vários *ethé*, daí, para usar uma terminologia bakhtiniana, o caráter, plurivocal, pluritonal, ou se quiserem, pluriimagético do ethos”. Para Fiorin (2011), quando o autor real constrói discursivamente vários autores implícitos, diz-se que temos diversos *ethé*. A heteronímia, segundo o autor, é um fenômeno em que se criam diferentes *ethé* para situações em posições diferentes em dado campo discursivo.

²⁷ Em *Doze Conceitos em Análise do Discurso*, Maingueneau (2010) toma como argumento para a proposição da intrínseca relação entre ethos e gêneros discursivos os elementos e as estratégias de textualização que, nos anúncios pessoais de sites de relacionamento, são próprios da configuração do gênero e que indiciam a existência de um ethos que se mostra ora dócil, afetivo e delicado, ora viril, forte e agressivo, tais como: uso de pseudônimos, proposição de características pessoais, alguns índices propriamente gramaticais, como pronomes e adjetivos com valor apreciativo ou depreciativo, além de proposição de fotos e imagens diversas, dentre outros.

²⁸ Segundo Bakhtin (1997 [1953], p. 262), “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso”.

λ (DUCROT, 1987)) é a fonte da enunciação, embora não seja o ethos em si, reconhecemos que o tipo de discurso, base da cena englobante, apresenta propriedades associadas aos diversos campos da atividade humana ligados ao uso da linguagem (o jornalismo, no caso desta pesquisa), revelando traços da personalidade dos enunciadores e organizando conteúdos a serem proferidos na cena de enunciação.

Deste modo, por princípio e por definição, concordamos com Maingueneau (2010) quando ele destaca, frente aos demais teóricos que trataram do tema, a intrínseca relação entre ethos e gênero e entre ethos e tipo de discurso. Na mesma direção, compreendemos que tanto os sentidos dos textos (CAVALCANTE, 2012) quanto a significação das tradições discursivas nos modos de dizer (KABATEK, 2005) se constroem na interação entre os sujeitos envolvidos na enunciação, ou seja, entre os coenunciadores, em dado tempo e em dado espaço. Esta compreensão deriva das concepções bakhtinianas de linguagem como interação social e de língua como espécie de organismo que “vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 124).

Além de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010), Norman Fairclough, representante da vertente crítica da Análise do Discurso, e Patrick Charaudeau, representante da proposta semiolinguística da AD, são alguns dos grandes expoentes dos estudos do discurso que se dedicaram ao debate sobre a constituição do ethos em suas respectivas propostas de análise, todas no âmbito dos estudos discursivos.

Fairclough (2008) toma da Teoria Social do Discurso a premissa de que a análise de uma prática discursiva não pode acontecer sem a dimensão crítica de abordagem da linguagem, vista como prática social, destacando o papel desta prática na transformação da sociedade. O discurso, por sua vez, é concebido como fenômeno moldado pela estrutura social, sendo dela elemento constitutivo e evidenciador das relações de poder engendradas na linguagem. Em sua abordagem (FAIRCLOUGH, 2008, p. 22), o autor parte da análise das mudanças na linguagem para a compreensão das mudanças sociais e culturais, o que defende ao afirmar que:

Minha tentativa de reunir análise linguística e a teoria social está centrada numa combinação desse sentido mais sócio-teórico de ‘discurso’ com o sentido de ‘texto e interação’ na análise do discurso orientada linguisticamente. Esse conceito de discurso e análise de discurso é tridimensional. Qualquer evento discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social.

A análise dos eventos discursivos em suas três dimensões (como texto, como prática discursiva e como prática social) nos remete a alguns desdobramentos da proposta de Fairclough (2008), que o autor toma como base para a discussão sobre ethos na obra *Discurso e mudança social*, a saber: (i) o objeto de análise desta proposta são textos selecionados em práticas representativas, com foco no exame de seus processos discursivos segundo uma gama de aspectos de forma e de significado; (ii) o discurso é estudado histórica e dinamicamente; (iii) o foco da análise estará na descrição e na interpretação das práticas discursivas, das relações de poder, das ideologias.

Fairclough (2008) trata das imagens de si que os enunciadores constroem no discurso como a identidade social que os locutores sinalizam implicitamente por meio de seu comportamento verbal e não verbal. Para ele, a questão do ethos é, antes de tudo, uma questão intertextual, na medida em que há uma espécie de modelagem (o que nos parece ser a cenografia) em que se constituem o lugar, o tempo, os participantes (e, portanto, o ethos) nas práticas discursivas, sempre em diálogo com outras práticas.

Ao tratar das circunstâncias gerais do discurso, Fairclough (2008) faz referência às cenas, ou seja, ao quadro cênico, em que se constroem as imagens de si dos enunciadores, manifestadas pelo corpo inteiro (voz, caráter e corporalidade), tomando ethos como um conceito que constitui “um ponto no qual podemos unir as diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma visão particular do ‘eu’” (2008, p. 209).

Ainda na proposta da Análise de Discurso Crítica, quando se trata do exame de elementos da prática discursiva como o ethos, a análise deve acontecer: (i) com base em uma proposta transdisciplinar, dada a complexidade dos objetos e dos fenômenos investigados; (ii) em um material de análise (o *corpus*) representativo da prática discursiva e de suas mudanças (a nosso ver, no tempo e no espaço); (iii) a partir da reunião de características diversas que vão em direção à construção do “eu” (vocabulário, organização sintática, registro de linguagem, dentre outros); (iv) guiada por uma consciência crítica no que se refere à abordagem do objeto.

Por sua vez, Patrick Charaudeau (2005, 2008) discute a noção de ethos circunscrita ao arcabouço teórico-metodológico da Análise Semiociológica do Discurso, considerada como uma das muitas abordagens possíveis de fenômenos discursivos a partir de arcabouços teóricos e metodológicos distintos. Segundo o referido teórico (CHARAUDEAU, 2008, p. 22):

Eis por que a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semi-linguística*: *semio-*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens.

Ao abordar a “construção do sentido e sua configuração [...] através de uma relação forma-sentido”, Charaudeau (2008) abre espaço para a maior contribuição dada por ele para o exame da construção do ethos em práticas discursivas situadas: a possibilidade de análise de textos em diversos “sistemas semiológicos”, em destaque os que tomam a imagem como centro do processo enunciativo.

Segundo Aragão (2013, p. 86), “sendo coerente com sua teoria Semiolingüística, Charadeau parte de uma análise que considera as marcas inscritas na superfície textual, visando ao estudo da construção do *ethos*”. Com esta proposta, Charaudeau (2008) abre espaço para a análise de procedimentos que dizem respeito à construção da imagem dos enunciadores no discurso, especialmente no campo político. Ao conceituar ethos como “imagem que se liga àquele que fala”, vemos na proposta do teórico vestígios das abordagens retórica e discursiva das imagens de si do discurso, como se pode ver nesta formulação conceitual (CHARAUDEAU, 2008, p. 115):

O ethos, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O ethos relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem.

Dentro da proposta de Charaudeau (2008, p. 115), os “dados preexistentes ao discurso” e “os dados trazidos pelo próprio ato de linguagem”, sobre os quais o coenunciador se apoia para construir (e por assim dizer incorporar) a imagem do enunciador no discurso, são índices que levam o analista do discurso à captação e à descrição de diversos *ethé*, relacionados aos atos retóricos de credibilidade e identificação. São exemplos destes *ethé*: o ethos de seriedade, o ethos de virtude, o ethos de competência, dentre outros, no discurso político ou em referência a ele, como destacam o próprio Charaudeau (2008) e outros estudiosos da proposta semiolingüística de Análise do Discurso.

Em síntese, podemos afirmar que as ideias de Fairclough (2008) e de Charaudeau (2008) sobre ethos, nas perspectivas crítica e semiolinguística da Análise do Discurso respectivamente, dialogam com o pensamento de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010, 2011) sobre os modos pelos quais certas operações na superfície do texto colaboram para a construção das imagens de si dos enunciadores.

Levando em conta que a categoria “ethos discursivo” ainda está longe de vir a se estabilizar, como bem assinala o próprio Dominique Maingueneau (GONÇALVES, 2006, p. 76), tomamos as propostas de Fairclough (2008) e de Charaudeau (2008) como significativas para o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso no que diz respeito à relação entre mudança social e mudança linguística nos mais diversos “sistemas semiológicos” em que as imagens de si são projetadas.

Em conclusão, devemos ainda assinalar duas questões a serem sistematizadas: nosso conceito de ethos, construído com base em nosso objeto de análise, e as bases epistemológicas deste conceito. Para tal, retomaremos a noção de ethos discursivo conforme as propostas de Maingueneau (2011a), Fairclough (2008) e Charaudeau (2008), sistematizando-as em relação a outros conceitos postulados por estudiosos, tais como Discini (2011) e Gonçalves (2006). Desejamos antecipar que a operacionalização de nossa pesquisa prevê o redimensionamento do conceito de ethos discursivo nos postulados da AD face ao nosso objeto e sua abordagem em perspectiva diacrônica, estabelecendo relação entre a AD e a TTD. Assim, no âmbito dos estudos discursivos, que têm suas bases conceituais assentadas na Retórica e na Pragmática, podemos assinalar, de modo sistemático que:

(I) em Maingueneau (2011a): o ethos é uma noção que se constrói no discurso, não se configurando como uma imagem do locutor exterior a sua fala. É um fenômeno interativo de influência sobre o outro em que um enunciador cria uma imagem de si fundamentalmente híbrida. Trata-se de um comportamento socialmente validado que só pode ser apreendido na situação de comunicação, em determinada conjuntura sócio-histórica, em uma cena enunciativa, em que gêneros e tipos de discurso, tempo, espaço e enunciadores são elementos constituintes;

(II) em Fairclough (2008): oriundo dos processos de construção de identidades sociais dos “eus” na enunciação, o ethos, ou imagem de si, é a identidade social que os locutores sinalizam implicitamente por meio de seu comportamento verbal e não verbal. Trata-se, antes de tudo, de uma questão intertextual, em sentido amplo, na medida em que há

uma espécie de modelagem, em termos de cenografia, na qual lugar, tempo, participantes e suas identidades sociodiscursivas figuram como elementos constitutivos das práticas discursivas, entrecruzando-se com outras instâncias;

(III) em Charaudeau (2008): o ethos é a imagem que se liga ao locutor, sendo-lhe uma propriedade característica, na medida em que se trata da imagem discursiva de que se “transveste” o enunciador a partir daquilo que diz. De natureza dialógica, esta imagem é posta em relação com o modo como os parceiros do contrato de comunicação veem a imagem que constroem de si na enunciação, através de dados preexistentes ao discurso e através de dados oriundos do próprio ato de linguagem.

Como desdobramentos destes três conceitos basilares, queremos destacar dois outros conceitos, dentre os muitos que há na literatura especializada, pelo modo como relacionam a ideia de ethos à de interação e, principalmente, à ideia de historicidade, caras à visão de Maingueneau (2011a) sobre as imagens de si no discurso. Deste modo, podemos assinalar que:

(IV) em Discini (2011): o ethos pode ser compreendido como uma maneira de habitar o espaço social, concebendo-o como um ato dialógico, como um conjunto de vozes situadas em dado tempo e em dado espaço. O ethos é uma unidade do discurso constitutivamente responsiva; é, por assim dizer, um modo específico de expressão das formações sociais que implicam a construção de uma imagem de si pelos enunciadores;

(V) em Gonçalves (2006): o ethos é essencialmente dialógico (BAKHTIN, 1997 [1953]), pois de natureza heterogênea, uma vez que tanto diz respeito ao enunciador quanto ao coenunciador, que podem se apresentar através de vários ethé, o que evidencia o caráter plurivocal deste fenômeno, que se realiza na cadeia discursiva em cenas enunciativas variadas, nos mais diversos gêneros e tipos discursivos. Em termos de sua apresentação na superfície do discurso, o ethos se materializa através de diferentes marcas linguísticas, que atuam nos processos de incorporação e legitimação de sua presença, seja em textos orais ou em textos escritos, expandindo-se para diferentes sistemas semióticos, tais como a pintura e a música.

Consideramos que, como desdobramento da base epistemológica do termo em Maingueneau (2011a) e em outros estudiosos, o conceito proposto por Gonçalves (2006) em sua tese sobre o ethos de Jesus nas parábolas bíblicas é, dentre os muitos dispostos na literatura especializada²⁹, o que contempla de modo mais fiel os elementos que estão postos na constituição de uma imagem de si na cadeia enunciativa.

Partindo, então, das bases epistemológicas e de sua repercussão em estudos contemporâneos no âmbito da Análise do Discurso, face ao nosso objeto de pesquisa concebemos ethos como **a imagem de si que os enunciadores fazem revelar no discurso, circunscrita a uma cena enunciativa, através da instauração de uma voz social, a quem o coenunciador atribui um tom, um corpo e um caráter, como metáforas dos traços identitários, físicos e psicológicos do fiador desta imagem que se pode estender para o plano da identidade cultural da comunidade da qual esta imagem faz parte** (MAINGUENEAU, 2011a). Constitui-se esta imagem no **plano da discursividade**, em um processo de **colaboração entre parceiros legítimos da enunciação**, os coenunciadores, manifestando-se, em geral, na conjuntura de várias imagens (os **ethé**) que compõem uma representação da imagem apreendida pelo coenunciador (o ethos), que incorpora esta imagem, legitimando-a através de um **fiador**.

Em termos de sua manifestação na superfície textual, trata-se de **um fenômeno que deixa marcas linguístico-discursivas, de natureza dêitica e lexical, a partir das quais se mostra no discurso**. As referidas marcas atuam no discurso como índices **evidenciadores da existência desta imagem na cadeia enunciativa**, índices estes **que podem sofrer as coerções do tempo e do espaço em termos dos traços de mudança e de permanência que apresentam na diacronia da língua**, podendo, assim, ser observados e analisados em termos de sua realização no curso do tempo, entre a tradição e a atualização, **na cena enunciativa** (grifos nossos).

Nesta cena, o ethos tem sua realização condicionada: (i) ao tipo de discurso; (ii) aos gêneros discursivos; e (iii) a sua circunscrição na enunciação, em se tratando de tempo, espaço e participantes. Sobre estas instâncias a que está condicionado o ethos em sua realização na prática discursiva, discutiremos a seguir.

²⁹ A respeito dos vários outros conceitos de ethos dispostos na literatura especializada, especialmente em abordagens como a Estilística, a Linguística da Enunciação, a Análise Conversacional, dentre outras, sugerimos a consulta à obra de Ruth Amossy (2008), especialmente em sua primeira seção.

2.2.2 A cena de enunciação

Em termos metodológicos, acreditamos que somente é possível apreender o ethos discursivo para fins de análise, sincrônica ou diacronicamente, a partir de perspectivas integradas, em que enunciado e enunciação são interpretados sob suas múltiplas dimensões, em uma semântica global (MAINGUENEAU, 2008b), tomada, nesta proposta de investigação, como um procedimento que “não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus ‘planos’, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto no da enunciação” (p. 75), como assinalada por Maingueneau, em *Gênese*.

Segundo Maingueneau (2008c, p. 68), é por meio do ethos que o coenunciador é “inscrito na cena de enunciação que o texto implica”. Esta cena se compõe de três outras cenas, a saber: cena englobante, cena genérica e cenografia. Para o teórico, a integração destes três planos discursivos é condição necessária para que o enunciador construa e mostre as imagens de si em uma espécie de quadro cênico, em perspectiva sócio-histórica situada. A seguir, debruçamo-nos sobre estas cenas, segundo a visão de Maingueneau (2008c), destacando a relação entre tipos de discurso, gêneros, participantes, cronografia e topografia na projeção de autorrepresentações discursivas.

2.2.2.1 A cena englobante

Concebemos como cena englobante a dimensão da cena enunciativa que enquadra o discurso em um “estatuto pragmático” (MAINGUENEAU, 2008c), relacionando-o a um dos diversos campos da atividade humana (BAKHTIN, 1997 [1953]). Ao tratar destes campos em sua tese de doutorado, Araújo (2006, p. 83) argumenta que “nenhuma prática de comunicação entre os homens pode ser analisada como se ocorresse no vácuo, haja vista a via teórica aberta por Bakhtin”, o que significa dizer que todo gênero está contextualizado a uma esfera que lhe precede e o condiciona em suas dimensões temática, estilística e estrutural.

Estes campos da atividade humana, ou esferas, congregam uma multiplicidade de práticas discursivas, desempenhadas por parceiros legítimos da enunciação, circunscritos a um contexto sócio-histórico. A estes campos está associada a possibilidade de surgimento (ou emergência) ou de desaparecimento, ou ainda de transformação (transmutação), de gêneros do discurso, aos quais é possível atribuir uma classificação mais ou menos fixa no que se refere aos tipos de discurso que integram (os memorandos integram o discurso jurídico, as orações e jaculatórias integram o discurso religioso, os editoriais, por sua vez, integram o discurso jornalístico).

Ao nos reportarmos à expressão “tipo de discurso”, estamos nos referindo ao conjunto de traços característicos da prática discursiva de dado setor da sociedade. São exemplos destes traços: (i) o contexto sócio-histórico em que estão situados os textos produzidos no âmbito da esfera; e (ii) as dimensões constitutivas das práticas discursivas das esferas, em se tratando de instituições, enunciadores, ritos genéricos, modos de enunciação, de difusão e de consumo (MAINGUENEAU, 2008b). É, então, por meio do tipo de discurso em que está situado que o enunciador estabelece um tom, que por sua vez constrói a imagem de si que deseja revelar.

A instauração, no discurso, de cenas validadas, ou seja, de cenas já instaladas na memória coletiva dos enunciadores (um diálogo entre amigos, um conselho etc.), está relacionada não só à cena genérica, mas também à cena englobante, uma vez que há alguns elementos característicos das esferas de atividade humana que condicionam, em geral, o modo como se enuncia em um campo e não em outro. No campo jornalístico, por exemplo, já se prevê uma enunciação notadamente opinativa e/ou informativa, com fins à defesa de teses sobre temas de interesse popular.

Além disso, o tipo de discurso é caracterizado por apresentar um conjunto de traços estilísticos, operações linguísticas no campo do “como dizer”, que estabelecem uma imagem, uma identidade não só para os enunciadores e para os textos de dada esfera, mas também para a própria esfera e para o tipo de discurso em que está inserida. Assim, podemos concluir que o modo como um tema é expresso em um gênero da esfera acadêmica não será o mesmo se este tema for expresso em um gênero da esfera jurídica, por exemplo, o que nos leva a compreender que a configuração discursiva da cena englobante pode influenciar o modo como os enunciadores se representam no discurso em função das imagens discursivas que projetam de si no ato da enunciação.

No caso de nossa pesquisa, caracterizamos o discurso em que os editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Clarín* estão inseridos como a cena englobante da argumentação jornalística do século XX, no Brasil e na Argentina. Ao compreendermos discurso como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite defini-lo como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 15), concordamos com Dalmonte (2009) que concebe o discurso jornalístico como a construção discursiva do real, cujos posicionamentos devem ser entendidos a partir de uma perspectiva temporal estabelecida, retomando, assim, a organização deste discurso na sociedade, bem como seu impacto na organização da vida dos sujeitos e dos grupos sociais.

Marcado pela prática discursiva noticiosa em que se reportam, instante a instante, os fatos mais importantes da sociedade, seja em forma de narrativas, de argumentações, de exposições, dentre outros, o discurso jornalístico centra sua prática na reconstrução da vida real pelo discurso, engendrando nesta reconstrução as imagens que seus enunciadores possibilitam entrever no ato comunicativo.

Deste modo, há de se pressupor a existência de um ethos que sofre as pressões do tempo e do espaço em termos de traços de mudança e de permanência em sua configuração, daí nossa opção por lançar luz à análise do ethos em interface com o conceito de TD. Sobre o jornalismo e seu modo de operação discursiva do real, Dalmonte (2009, p. 105) enfatiza que:

Se o tempo do jornalismo é o presente, o agora, que coloca ocorrido e leitor num mesmo cenário, é inegável que, a todo momento, este presente presentifica fatos passados, determinantes para a fundamentação daquilo que se apresenta como surgindo no instante atual. Quando considerada a perspectiva contratual da comunicação, na qual se valoriza ‘aquilo que surge agora’, pode-se, por equívoco reducionista, interpretar tal constatação como a preponderância do atualismo. No entanto, o discurso, ao lançar suas bases no passado, confere profundidade aos fatos, o que dá densidade ao presente.

Para nós, considerar a perspectiva contratual da comunicação significa ter condições de, dentro do arcabouço teórico-metodológico da AD, caracterizar o discurso jornalístico como a cena englobante dos editoriais dos dois jornais investigados, a partir de sua compreensão como uma prática discursiva, situada em um contexto sócio-histórico que integra enunciadores e instituições, modos de difusão e de consumo, enfim, que integra modos de enunciar e ritos genéricos, ou seja, ritos comunicativos em que os gêneros se constituem como uma cena, a cena genérica, sobre a qual discorreremos a seguir.

2.2.2.2 A cena genérica

Na cena enunciativa, ao lado da cena englobante, referente ao tipo de discurso, está posta a cena a que estão associados os gêneros discursivos e suas dimensões constitutivas. A esta se dá o nome de cena genérica, uma das mais significativas dimensões da cena enunciativa. Segundo Maingueneau (2008c, p. 70):

Há gêneros de discurso que se atêm a sua cena genérica, isto é, que não são capazes de permitir cenografias variadas (cf. a lista telefônica, as receitas médicas etc.). Outros, ao contrário, exigem escolhas de uma cenografia: é o caso dos gêneros literários, filosóficos, publicitários (há propagandas que apresentam cenografias variadas, mas que, mais frequentemente, mantêm sua cena genérica rotineira). Assim, há, por exemplo, uma cena genérica rotineira dos manuais universitários, mas o autor de um manual tem sempre a possibilidade de enunciar por meio de uma cenografia que se afasta dessa rotina: por exemplo, formulando seu ensinamento por meio da cenografia de um romance de aventura.

Os editoriais publicados, em geral, nas primeiras páginas dos jornais diariamente, ou especificamente em seção a eles destinada com o título “Opinião” (ou ainda em seção equivalente), estão, a nosso ver, no grupo dos que “exigem escolhas de uma cenografia”, podendo apresentar “cenografias variadas”, mas que, não raras as vezes, “mantêm sua cena genérica rotineira” (MAINGUENEAU, 2008c. p. 70), em função dos mais diversos propósitos comunicativos que podem apresentar em face do modo como se deseja defender uma tese no discurso jornalístico, em variados gêneros.

Gonçalves (2006, p. 6) destaca que “o gênero possibilita a criação de determinadas imagens de si e do outro a partir do caráter normativo e coercitivo que o gênero tem sobre a formação das imagens discursivas”. Assim, podemos concluir que os gêneros podem mobilizar cenografias diversas que, por sua vez, evocam representações discursivas que também podem variar em função do tempo e do espaço.

Basta que se pense, neste tocante, na relação entre gêneros e ethos prévio para que se compreenda o que nos fala Gonçalves (2006). Em gêneros do âmbito jornalístico, a exemplo dos editoriais, o que se espera do enunciador antes mesmo que ele fale é a imagem de um sujeito sério, comprometido com a verdade e com a ética, autoridade de seu dizer, capaz de, pela opinião que expressa, representar o pensamento de todo um grupo de profissionais da comunicação que compõem o quadro de editores, jornalistas, produtores, entre outros, de dado veículo da imprensa.

Podemos afirmar que os gêneros estão na cena enunciativa a fim de criar um ambiente para que as representações de si dos enunciadores possam ser estabelecidas, em uma espécie de contrato (daí a expressão contrato genérico) respeitando a premissa de que “cada gênero de discurso comporta uma distribuição pré-estabelecida de papéis que determina em parte a imagem de si do locutor” (AMOSSY, 2008, p. 127).

Ao postular que todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal, Bakhtin (1997 [1953]) lança ponte para a possibilidade de investigação dos enunciados (e/ou dos “tipos relativamente estáveis de enunciados”) em perspectiva histórica, motivação maior para os estudos da Filologia Românica alemã, em expansão nos dias de hoje. Décadas à frente, Kabatek (2005) debruça-se sobre os estudos de TD, partindo da ideia de que “o traço definidor das tradições é, então, a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior: uma relação temporal com repetição de algo” (p. 03), tendo esta repetição valor de signo próprio.

Ao problematizarmos a relação entre a construção das imagens de si dos enunciadores e os gêneros discursivos, assumimos que o ethos contribui para o estabelecimento do contrato genérico principalmente em termos estilísticos, podendo provocar mudanças nos modos de dizer, ao longo do tempo. Este ponto de vista é crucial para a compreensão de nosso objeto de pesquisa ao reconhecermos que, embora condicionado por configurações sociorretóricas estabelecidas na tradição, o enunciador imprime ao gênero um modo particular de dizer, ao enunciá-lo (FAÏTA, 1997).

Enquanto realidade discursiva situada, os gêneros são entidades caracterizadoras da sociedade, estando necessariamente condicionados a uma série de fatores que contribuem para seu dimensionamento na cena de enunciação. Assim, todo gênero está localizado em uma tipologia, ou seja, em um tipo de discurso, e em um setor da atividade social (como o setor midiático, em que se inclui o jornalismo, no caso dos dados selecionados para esta pesquisa).

Todo gênero parte de um lugar institucional (no nosso caso, os periódicos *Jornal do Brasil* e *Clarín*) e prevê um estatuto de parceiros legítimos (as empresas jornalísticas e seus leitores, por exemplo), conservando um posicionamento ideológico que o caracteriza (pró-governo, antigoverno etc.). Os gêneros apresentam-se, ainda, através de um suporte material que pode influenciar a organização textual a partir da qual se materializam e se apresentam na cadeia enunciativa.

Gonçalves (2006) destaca que o ethos se constitui como um elemento do ritual genérico, de modo que, não raras as vezes, o ethos do enunciador se mescla ao ethos do gênero (ou do veículo de comunicação, por extensão). Podendo haver imagens de si do enunciador, do leitor, do gênero etc., postula-se que “o ethos se enuncia sempre num determinado tipo de gênero e que ele se nutre desse espaço enunciativo para significar” (GONÇALVES, 2006, p. 128).

2.2.2.3 A cenografia

Ao lado da cena englobante, referente ao tipo de discurso, e da cena genérica, referente aos gêneros, está a cenografia, terceira face da cena enunciativa que integra os “elementos que constroem a imagem de atores, pintam cenários e regulam a duração temporal das ações desenvolvidas no texto” (GUERRA JUNIOR, 2011, p. 97).

A cenografia, tal como proposta por Maingueneau (2008c), é o ambiente enunciativo onde se defrontam diretamente os participantes do quadro cênico (os enunciadores), inscritos em determinados papéis, em dado tempo e em dado tempo que o tipo de discurso e o gênero a que estão associados lhes disponibilizam. Em termos sistemáticos,

esta cena se desdobra em três dimensões basilares: os participantes (atores da enunciação), a cronografia (do grego “*khronos*”, tempo, mais “*graphos*”, escrita, desenho) e a topografia (do grego “*topos*”, lugar, mais “*graphos*”, escrita, desenho), respectivamente elementos da dêixis de pessoa, de tempo e de espaço.

Neste tocante, Maingueneau (2008c) destaca que as imagens de si se expressam nas cenografias em termos de cronografia, topografia e participantes, em função dos dêiticos expressos na cena de enunciação, destacando que os indícios de reconhecimento do ethos dados por Maingueneau (2008c) apresentam função dêitica. Nesta pesquisa, os dados coletados apresentaram, ainda, recorrência dos dêiticos modais, sociais e discursivo-textuais (FONSECA, 1996), também considerados para fins de análise. Para a referida análise, buscamos compreender os postulados de Fonseca (1996) e Cavalcante (2000), baseados em Bühler (1982) e Fillmore (1997), sobre os princípios de constituição da dêixis, a fim de compreender as especificidades apontadas por Maingueneau (2008c) a respeito do fenômeno dêitico, no que se refere à construção das imagens de si dos enunciadores.

Ao tratar da dêixis, no plano da enunciação, Cavalcante (2000, p. 22) afirma que a maioria dos estudiosos da Linguística e da Filosofia da Linguagem “considera os dêiticos como os elementos da língua que, diferentemente dos outros signos linguísticos, remetem à situação enunciativa construída em torno do emissor”. A partir desta assertiva, tomamos o ethos como a dimensão da cena de enunciação, assim como o tipo de discurso, os gêneros e os elementos da cenografia, posta na situação comunicativa ordinária para expressar a imagem de si dos enunciadores.

Neste sentido, a análise das cenas, em conjunto, pode ser extensiva ao exame de todas as práticas discursivas, em perspectiva sincrônica (uma tradição até hoje nos estudos linguísticos) e em perspectiva diacrônica (tal como nos propomos), na investigação das imagens de si dos enunciadores em termos de sua construção e de seus traços de mudança e de permanência na história.

Acreditamos que, ao unir as noções de participantes, cronografia e topografia na dimensão da cena enunciativa, Maingueneau (2008c) lança as bases para a análise do ethos a partir do exame dos índices linguístico-discursivos pelos quais se expressa na cenografia, a exemplo das seguintes formas: (i) advérbios e tempos verbais, dentre outros (na expressão da cronografia); (ii) expressões e locuções adverbiais e conjuntivas etc. (na expressão da topografia); e (iii) pronomes e verbos, dentre outros (na expressão dos participantes), dentre outros.

Deste modo, reconhecemos que o ethos pode ser apreendido pelo analista, a partir da observação das alternativas para o uso dos índices linguísticos e dos efeitos de sentido provocados, em se tratando de recorrências destes índices em um conjunto de textos (*corpus*) representativos da prática discursiva no curso da história. É assim que se dá o modo como atores, tempo e espaço se instauram linguisticamente na enunciação, possibilitando sua investigação em perspectiva discursiva.

Mussalim (2011, p. 75), em estudo sobre a relação entre ethos e estilo em uma abordagem discursiva, chama os referidos índices (lexicais, sintáticos etc.) evidenciadores da posição que o ethos ocupa na cena enunciativa como “marcadores de modos de enunciação”, partindo da hipótese de que a constituição do ethos decorre, em grande parte, do estilo e dos elementos da língua pelos quais este estilo se concretiza nos diversos gêneros. Deste modo, para a estudiosa, o ethos pode ser compreendido como a voz do enunciador em termos de um conjunto de traços estilísticos que se materializam nos enunciados através dos referidos marcadores em gêneros discursivos.

Sendo a cenografia uma espécie de “fonte do discurso” (SALGADO, 2011), é nesta cena que reside a “fonte” do tom que dá autoridade à cena enunciativa e a seus elementos constituintes (tipos de discurso, gêneros, atores, cronografia e topografia) para que se mostrem linguisticamente no discurso. Deste modo, Maingueneau (2008c) compreende a dêixis como uma espécie de marcação das circunstâncias da enunciação nos textos, tomados como “rastros deixados por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 62).

Ao reportar-se ao estatuto do enunciador e do destinatário no âmbito de uma semântica global para a investigação de fenômenos discursivos, Maingueneau (2008b, p. 87) destaca que os modos da subjetividade enunciativa “dependem igualmente da competência discursiva, sendo que cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer”.

Deste modo, as imagens de si dos enunciadores são incorporadas no desenrolar da cena de enunciação, de modo a se revelar na trama dos textos. Esta incorporação, como dito, dará um corpo e atribuirá traços do caráter ao enunciador, os quais serão apreendidos pelo coenunciador a partir de uma cena, instaurada no âmbito dos tipos e dos estereótipos que compõem o universo consensual dos parceiros da enunciação.

Ainda em *Gênese dos Discursos* (2008b, p. 88), Maingueneau afirma que “o ato de enunciação supõe a instauração de uma dêixis espaço-temporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo”. O modo como Maingueneau (2008b) dispõe a grafia da

expressão “espaço-tempo” significa que estamos tratando de dimensões tão imbricadas em si a ponto de nos parecer um só elemento, o que é na verdade, levando-se em conta que a inscrição dêitica em um enunciado comprova a existência deste enunciado no discurso, em termos de tempo e de espaço, indissolúvelmente.

O discurso, deste modo, é tomado como “um acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 73-74). O ethos, com o tom correspondente, aponta para os participantes do quadro cênico e passa a ser entendido como o “quem disse” no âmbito da enunciação; por sua vez a cronografia e a topografia passam a ser entendidas como o “quando disse” e o “onde disse”, no mesmo âmbito. O “como disse”, por fim, está posto no âmbito das modalizações enunciativas.

Por fim, queremos destacar o caráter eminentemente interativo do fenômeno sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa, levando em conta a premissa de que “o enunciador não é um ponto de origem estável que se ‘expressaria’ dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta um quadro profundamente interativo” (grifos nossos), como destaca Maingueneau (2008b, p. 70).

Devemos destacar que este quadro prevê instituições, papéis, lugares e modos de enunciação que se constroem ao longo da história. Assim, concordamos com Maingueneau (2011b, p. 75) ao afirmar que o ethos “é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência”.

Nosso olhar lançado sobre as imagens de si que os enunciadores constroem no discurso dos editoriais do JB e do CL é guiado pela necessidade de expansão das perspectivas metodológicas de investigação do ethos nos estudos linguísticos, motivados pela ideia de que, se há enunciação no curso do tempo, “alguma coisa da ordem do ethos se encontra liberada”, tendo como norte que nosso objeto de análise é essencialmente interativo/ heterogêneo, como salienta Maingueneau (2008c).

Como “muitas explorações do ethos são possíveis, em função do tipo e do gênero de discurso” (MAINGUENEAU, 2008c, p. 73), esperamos que o olhar diacrônico que lançamos sobre o discurso jornalístico investigado evidencie as relações possíveis entre os estudos discursivos e os estudos da Filologia Românica alemã, no que se refere ao conceito de tradições discursivas, sobre o qual discutiremos a seguir.

2.3 O conceito de tradições discursivas

“Las corrientes de la lingüística moderna, la lingüística del texto y el análisis del discurso, no rechazan, en la actualidad, la perspectiva histórica para ofrecer una confirmación genética a sus respectivas hipótesis en torno a los mecanismos y principios que rigen la comunicación lingüística. Al contrario, en algunos casos, estas perspectivas histórico-diacrónicas han dado lugar a disciplinas propias” (KABATEK. *In: Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*, 2001a, p. 07).

Os estudos sobre a trajetória de dados elementos linguístico-discursivos no curso da história são relativamente novos na América Latina. Mesmo diante da recente inclusão destes estudos no âmbito da Linguística, o conceito de tradições discursivas, circunscrito no domínio da Filologia Românica, tem-se revelado como um importante requisito conceitual para as pesquisas em Linguística Histórica, expandindo-se para diversas outras áreas.

Com base nos postulados de Eugenio Coseriu e em sua visão de linguagem como fenômeno histórico constituído em três níveis (o universal, o histórico e o individual), a Teoria das Tradições Discursivas, em sua formulação de base, assenta-se sobre o texto e suas dimensões como material de análise, concebendo-o como um acontecimento histórico, que atualiza e/ou tradicionaliza esquemas comunicativos e culturais recorrentes, na língua.

Johannes Kabatek e Peter Koch, representantes da romanística alemã, são dois estudiosos cujas pesquisas tornaram-se basilares para a investigação das TD em todo o mundo. Para os teóricos, os textos apresentam propriedades que se repetem continuamente até se fixarem e se configurarem como tradições que podem ser estudadas em perspectiva diacrônica, o que permite investigar os vestígios de mudança e os traços de permanência de fenômenos linguísticos no tempo.

Tomando como referência os estudos de base sobre TD, com foco nos trabalhos de Coseriu (1980, 2006, 2007), Schlieben-Lange (1983), Koch (1997, 2008), Oesterreicher (2001, 2008) e Kabatek (2001a, 2001b, 2004, 2005, 2008), tendo este último destaque em nossa pesquisa, bem com os desdobramentos destes estudos em pesquisas subsequentes, a exemplo dos trabalhos de Gomes (2007), Zavam (2009) e Silva (2012), dentre outros, neste capítulo situamos o conceito de TD, retomando suas bases epistemológicas, a fim de evidenciar o arranjo metodológico traçado nesta tese.

Nosso maior interesse é refletir sobre o estatuto conceitual das TD (no que se refere às formas textuais, aos textos em si e, em destaque, aos modos de dizer/escrever) no âmbito dos estudos filológicos para que, com este conceito, possamos lançar luz à análise do ethos em perspectiva diacrônica, a partir de uma metodologia centrada em dois procedimentos basilares, integrando princípios da AD e da TTD, já que a tradição nos estudos linguísticos tem sido, até os dias de hoje, a análise de categorias como o ethos em perspectiva sincrônica, tal como nos revelou o levantamento de pesquisas anteriores feito na etapa de consulta ao estado da arte de nosso tema de investigação, por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa.

Desenvolver, assim, uma proposta que integre a AD e a TTD para a abordagem da configuração de fenômenos discursivos em diacronia significa para nós oferecer aos estudos da linguagem um modo de investigação da face histórica do ethos até então posta em segundo plano nas pesquisas, face esta que muito pode dizer sobre como os enunciadores, de diferentes modos, constroem a imagem de si no discurso, ao longo do tempo. Significa um meio de contribuir para que seja possível “ouvir o inaudível” (MATOS E SILVA, 2008) também presente na face diacrônica, e por que não dizer histórica, dos fenômenos estudados pela Análise do Discurso.

Começemos, então, o debate, dando voz a Eugenio Coseriu e a sua visão de linguagem como fenômeno universal, histórico e individual.

2.3.1 Os estudos de Eugenio Coseriu

Para Loureda Lamas (2007), Coseriu destacou-se por ser um dos últimos teóricos que conseguiu dominar, com propriedade, todos os campos dos estudos linguísticos em evidência à sua época de atuação, tendo contribuído de modo especial para a análise filológica de diversas línguas naturais e tendo se dedicado a uma vasta produção bibliográfica, não totalmente publicada, sobre Filosofia da Linguagem, Sociolinguística, Estilística, Linguística de Texto, dentre outras áreas dos estudos linguísticos que lhe foram contemporâneos.

Segundo Kabatek (2006), Eugenio Coseriu não adota de modo integral, para seus estudos, a concepção saussuriana de língua como único e verdadeiro objeto de estudo da Linguística, adotando de Saussure (2006) tão somente a perspectiva metodológica estruturalista de abordagem sistemática dos fatos linguísticos, a fim de ampliá-la para os estudos de uma semântica léxica, em sua fase inicial (ao contrário do que afirmam muitos estudiosos subsequentes a Coseriu, que veem em sua metodologia ecos estruturalistas.

Por outro lado, praticamente não há dúvidas entre os linguistas de que a maior contribuição do legado coseriano foi a proposição de uma abordagem dos fatos linguísticos segundo níveis, o universal, o histórico e o individual (o estruturalismo saussuriano tratou de modo muito específico sobre o nível histórico, com primazia do sincrônico sobre o diacrônico). Levando em conta que os textos são o único nível linguístico verdadeiramente concreto a que temos acesso, Kabatek (2006) afirma que a ciência praticada por Eugenio Coseriu é a linguística do sentido, que prioriza a análise dos textos mediante a observação de seus elementos linguísticos ao longo do tempo.

Concebendo a Linguística de Texto como a “hermenêutica do sentido”, Coseriu (LOUREDA LAMAS; COSERIU, 2006, p. 59, tradução nossa³⁰) destaca que:

O discurso é um ato de fala. Mas o falar é uma atividade complexa que vai além do linguístico em sentido estrito; não se fala só com signos linguísticos (pertencentes a uma língua determinada), mas também mediante atividades expressivas complementárias, de acordo com determinados princípios gerais do pensar e de acordo com o conhecimento das ‘coisas’, ou, melhor dizendo, de ideias e crenças sobre as ‘coisas’, de uma determinada ideologia (estratificada em uma série de ‘ideologias’ de alcance mais ou menos amplo), o que contribui para o conteúdo dos discursos.

Para Coseriu (2006), a linguagem nasce de uma capacidade geral dos seres humanos de se expressarem, sendo esta capacidade comum a todos eles. A linguagem é, por assim dizer, uma atividade humana universal, executada individualmente pelos falantes, mas que é realizada em situações determinadas e em comunidades linguísticas caracterizadas por tradições específicas do falar, que se realiza em três níveis, a saber:

- (i) nível universal, comum a todos os falantes, em todas as línguas;
- (ii) nível histórico, acessado pelos falantes no uso de uma língua própria;
- (iii) nível individual, acessado pelos falantes em dado contexto, caracterizado pelo conjunto de circunstâncias que determinam o falar.

Cada um destes três níveis, na proposta coseriana, relaciona-se a um tipo de saber, ou seja, a um conjunto de capacidades/competências que respondem pela dimensão sócio-cognitiva dos falantes na realização dos atos de linguagem. São as referidas capacidades:

³⁰ Tradução nossa de: “un discurso es un hecho de hablar. Pero el hablar es una actividad compleja que va más allá de lo lingüístico en sentido estricto, no se habla sólo con signos lingüísticos (pertenecientes a una lengua determinada), sino también mediante actividades expresivas complementarias, de acuerdo con determinados principios generales del pensar y de acuerdo con el conocimiento de las ‘cosas’, mejor dicho, de ideas y creencias acerca de ‘cosas’, de una determinada ‘ideología’ (estratificada en una serie de ‘ideologías’ de alcance más o menos amplio), todo lo cual contribuye al contenido de los discursos”.

- (i) saber elocucional, no nível universal, relacionado ao saber falar;
- (ii) saber idiomático, no nível histórico, relacionado ao saber exprimir algo segundo as possibilidades de uma língua;
- (iii) saber expressivo, no nível individual, relacionado ao saber construir textos adequados a determinados temas, situações e/ou interlocutores.

O nível universal refere-se à capacidade integradora de falar, ou seja, está relacionado à competência de produzir linguagem que apresentam os sujeitos de um modo geral, em qualquer língua (o saber elocucional). Os textos, nesta perspectiva, podem ser entendidos como atos de fala individuais, mas não exclusivamente no plano dos indivíduos, pois apresentam uma dimensão universal, ou seja, características comuns a todos os falares. No entanto, é no fato de os textos apresentarem uma dimensão tradicional, no que se refere ao compartilhamento de modos de dizer no curso da história, que se faz necessário pensar a linguagem também em outros níveis.

O nível histórico, por sua vez, “diz respeito à língua concreta, porque ao falar emprega-se obrigatoriamente uma língua natural – o português, o inglês, o espanhol etc.” (SILVA, 2012, p. 93). A língua, neste nível, é compreendida como o saber tradicional de dada comunidade linguística (saber idiomático), que reflete a capacidade humana de manejar as especificidades de cada idioma para a expressão de proposição de algo em função das possibilidades que cada idioma oferece. Koch (1997), tomando como referência os achados de Coseriu (2006, 2007), discutidos por Schlieben-Lange (1983), circunscreve neste nível as tradições discursivas.

O terceiro dos níveis, o individual, refere-se à competência dos indivíduos em produzir textos reconhecendo suas especificidades segundo temas, situações e/ou interlocutores pré-concebidos no ato de falar (saber expressivo). Este nível tem como “produto” os mais diversos textos/discursos, nas modalidades oral e/ou escrita, que podem vir a ser produzidos pelos falantes, condicionados a um contexto de produção situado (ZAVAM, 2009). Para Kabatek (2001b), o tradicional dos discursos reside entre o histórico e o expressivo e está relacionado ao nível de realização dos textos/discursos.

Loureda Lamas (2007), com base nos postulados coserianos, argumenta que o nível tradicional dos textos possibilita vários tipos de estudos, desde os filológicos aos linguístico-textuais, todos eles com base na análise de TD. Concordamos com o autor neste pensamento, uma vez que acreditamos ser possível uma abordagem dos fenômenos discursivos orientada pelo exame dos índices pelos quais se expressam na história.

Devemos ressaltar ainda que, mesmo que segmentados na proposta coseriana para fins de análise e descrição linguísticas no que diz respeito aos traços que lhe dão autonomia (atividade, tipo de saber e produto), estes três níveis atuam de modo integrado sempre que os indivíduos realizam atos de linguagem, desde os mais complexos aos mais simples, em qualquer esfera da atividade humana. Coseriu (2006, 2007) oferece-nos uma representação que põe em destaque as especificidades de cada um dos planos, como se pode ver a seguir:

Quadro 1- Níveis de linguagem, segundo Coseriu (1980)

NÍVEIS	ATIVIDADE	SABER (TIPO)	PRODUTO
Universal	O falar em geral	Elocucional	Totalidade do falar
Histórico	O uso de uma língua particular	Idiomático	Língua abstrata
Individual	O discurso em dado contexto	Expressivo	Texto

Fonte: Coseriu (1980, p. 72).

Após se dedicar ao estabelecimento dos três níveis, como exposto no quadro, Coseriu (1980) postula que os textos podem ter suas próprias tradições, independente dos idiomas³¹. Deste modo, Coseriu (2007, p. 137-139, tradução nossa³²) afirma que:

Os textos têm também suas tradições particulares, independentes das línguas. Pode-se falar de tradições textuais em duplo sentido: (a) no caso dos textos incorporados à tradição linguística em si, no que se refere a comprovar simplesmente se existem ou não. Mediante ‘textos incorporados à tradição linguística em si’ se designam as fórmulas fixas de interpelação, as saudações e outras fórmulas análogas. [...] (b) no caso de certos textos incorporados à tradição linguística em si, mas ainda muito além no caso dos textos supraidiomáticos³³.

O pensamento de Coseriu (1980, 2007) foi basilar para a compreensão do conceito de TD que chega até nós hoje como um valioso requisito para o estudo diacrônico da língua e de fenômenos relacionados. Posterior ao teórico, estudiosos como Brigitte Schlieben-Lange, Peter Koch, Wulf Oesterreicher e Johannes Kabatek, da romanística alemã, deram seguimento ao estudo do fenômeno tradicional no discurso, discutido a seguir.

³¹ A proposta do teórico leva em conta ainda que os textos são produto das línguas e que, como tal, para uma análise de um fato tradicional, devem-se considerar os elementos discursivos das línguas em geral.

³² Tradução nossa de: "los textos tienen también sus tradiciones particulares, independientes de las lenguas. Se puede hablar de tradiciones textuales en un doble sentido: (a) en el caso de los textos incorporados a la tradición lingüística misma, de lo que se trata es de comprobar simplemente si existen o no. Mediante ‘textos incorporados a la tradición lingüística misma’ se designan las formulas fijas de interpelación, saludos y otras análogas. [...] (b) en el caso de ciertos textos incorporados a la tradición lingüística misma, pero aún mucho más en el caso de los textos supraidiomáticos, lo que importa no es su existencia o no, sino, más allá de esto, las modalidades de su configuración”.

³³ Segundo Melo (2011, p. 13), “no que tange aos textos supraidiomáticos, ilustrados por Coseriu pelos gêneros literários (novamente outro exemplo de TD dado por Koch), fica manifesto que ‘texto’ não indica apenas o ‘discurso individual’, mas também os textos, na mesma acepção com que as TD entendem ‘texto’ (atos de fala, expressões, gêneros etc) quando propõem uma ‘história dos textos’”.

2.3.2 Dos níveis de linguagem às tradições discursivas: as visões de Schlieben-Lange, Koch e Oesterreicher

Segundo Zavam (2009, p. 70), em sua tese de doutorado sobre a tradição editorialística cearense dos séculos XIX, XX e XXI:

Buscando articular a teoria de Coseriu com aspectos da Sociolinguística e da Pragmática, Brigitte Schlieben-Lange, que fora aluna do sociolinguista romeno, lançou, em 1983, um livro em que apresenta a proposta de uma Pragmática Histórica, cujas ideias se tornariam essenciais para o conceito de tradição discursiva, sendo a de maior alcance a que postula existir uma outra história além da história das línguas – a história dos textos.

Schlieben-Lange (1983), na proposição de um modelo de investigação que discutisse elementos da Pragmática, tais como os atos de fala, e sua projeção na diacronia, pôs-se a analisar gêneros textuais em que estariam circunscritas tradições do falar, analisáveis do ponto de vista histórico e linguístico, pelo aparato da Pragmática.

Tal proposta de investigação toma como impulso a discussão sobre os níveis de linguagem, após estudos de Schlieben-Lange com Eugenio Coseriu, e cria terreno para que, mais tarde, Koch (1997) e Oesterreicher (2001) formulassem o conceito de tradições discursivas a partir do redimensionamento da proposta coseriana, no que se refere à duplicação do nível histórico da linguagem, fazendo diferenciar-se o histórico das línguas históricas particulares do histórico das tradições discursivas, ou seja, da história dos textos em si. Este princípio de base da TTD é exposto no quadro destacado a seguir:

Quadro 2- Níveis de linguagem, segundo Koch (1997)

NÍVEIS	CAMPO	TIPO DE NORMA	REGRAS
Universal	Atividade de falar	Complexo e regras do falar	Regras do falar
Histórico	Línguas particulares	Normas da língua	Regras da língua particular
	Tradição discursiva	Normas discursivas	Regras discursivas
Individual	Discurso		

Fonte: Koch (1997, p. 13), em tradução de Castilho da Costa (2010).

Pelo quadro exposto, é possível afirmar que, ao lado da história das línguas, objeto primordial dos estudos filológicos de base, há uma história dos textos (KOCH, 1997) que muito diz a respeito das tradições culturais dos povos, a exemplo das tradições discursivas. Ainda neste tocante, em relação ao modelo de Coseriu (1980), Koch (1997) acrescenta ao nível histórico o campo das TD, redimensionando a proposta no que se refere ao tipo de norma e ao tipo de regras correspondentes a cada nível. No nível universal, a atividade

de falar acontece segundo um complexo de regras desta capacidade humana. No nível histórico, o campo das línguas associa-se a normas da língua e a regras das línguas particulares no que se diz respeito ao saber idiomático.

Ainda no nível histórico, e aqui reside a grande contribuição dos estudos de Koch (1997) e Oesterreicher (2001), estão as tradições discursivas, com suas normas e regras tradicionais ligadas ao discurso. Por fim, no nível individual (ao qual Kabatek (2011) dedica especial atenção), junto ao histórico, seguem os discursos relacionados ao tipo de saber expressivo, tendo os textos como produto.

Oesterreicher (2001), com base no quadro acima exposto, vê no estudo do fenômeno tradicional um campo fértil para a abordagem da mudança linguística à luz das TD, compreendidas pelo autor como tradições que oferecem modelos para a produção e para a recepção discursivas, nos planos oral e escrito, e que estão necessariamente submetidas à mudança, o que significaria dizer que a atividade universal do falar, o primeiro dos níveis coserianos, se materializa mediante técnicas linguísticas e TD em um discurso ou em um texto individual (nível individual).

Do mesmo modo, Koch (2008) centra-se na relação entre TD e mudança linguística. Com base nesta relação, o autor sinaliza para alguns problemas no quadro de níveis de linguagem proposto por Coseriu (1980) no que se refere à incompatibilidade entre o nível individual, como o lugar de aplicação do saber linguístico, e o saber expressivo que lhe corresponde, no plano da capacidade humana de produzir textos.

Deste modo, ao introduzir no nível histórico o campo das TD, Koch (2008) põe em destaque que a historicidade que é peculiar aos textos está situada na dimensão histórica dos gêneros e dos estilos (e dos modos de dizer, por extensão), por exemplo, diferentemente da historicidade das línguas em si mesmas. Assim, as tradições discursivas, mesmo constituindo tradições históricas, não são as línguas históricas, pois não se trata da mesma noção de historicidade nos dois casos. A historicidade a que se refere Koch (2008) está no âmbito da tradição e/ou da inovação, ou seja, na repetição de algo com valor de signo (KABATEK, 2007), nos traços de mudança e/ou de permanência de índices linguístico-discursivos em práticas de linguagem de grupos culturais, isto é, congregações de sujeitos que compartilham objetivos específicos (VAN DIJK, 2003), como os jornalistas.

Se levarmos em conta que cada TD corresponde a uma série histórica de discursos individuais (ASCHEBERG, 2003 *apud* KOCH, 2008), compreendemos que o conceito de TD postulado por Peter Koch é indispensável para a análise dos processos de transformação da língua. Neste tocante, Koch (1997, p. 60) afirma que:

A prática discursivo-tradicional está sempre no campo de tensão entre convenção e inovação. Para tanto, parto do princípio de que tradições discursivas são, basicamente, apenas um tipo das multifacetadas tradições culturais do ser humano e, nessa medida, mostram, apesar de todas as diferenças na ‘matéria’, semelhanças fundamentais: tradições das artes plásticas, tradições musicais, tradições vestimentais, tradições gastronômicas, tradições esportivas, tradições religiosas etc..

É com os pressupostos lançados por Koch (1997) e demais autores sobre os níveis de linguagem que as TD, estas “tradições culturais”, recebem na proposta de Kabatek (2004) uma de suas mais sofisticadas conceitualizações nos estudos históricos, a nosso ver. Sobre a visão deste romanista alemão seguiremos o debate sobre tradições discursivas. Antes, faz-se necessário destacar que “não se deve esquecer que TD estão relacionadas ao linguístico, mas não são, de modo algum, puramente linguísticas” (KOCH, 1997, p. 79), o que fortalece nossa proposta de análise do ethos discursivo à luz do conceito de TD, tal como nesta pesquisa.

2.3.3 Uma repetição com valor de signo: a visão de Johannes Kabatek sobre TD

Johannes Kabatek dedicou-se, nos últimos anos, ao estudo de tradições discursivas, redimensionando-lhe o conceito a partir da análise dos vestígios de mudança e dos traços de permanência pelos quais passam os índices linguístico-textuais ao longo de dado período histórico, buscando compreender os fenômenos de linguagem em face das transformações por que passam ao longo de sua trajetória.

Segundo Kabatek (2001a), a Linguística de Texto e a Análise do Discurso, em seus quadros epistemológicos, não devem descartar a perspectiva diacrônica para oferecer uma confirmação histórica a suas hipóteses (e para oferecer uma interpretação histórica a seus objetos de pesquisa) com relação aos mecanismos e princípios que regem a comunicação verbal. Ao tomar as TD como modos de comunicação analisáveis “em categorias da pragmática universal e que servem para identificar os traços universais próprios de cada constelação discursiva no plano histórico” (KABATEK, 2001a, p. 08, tradução nossa³⁴), o teórico argumenta que as tradições discursivas são espécies de moldes históricos e normativos que se repetem com valor de signo, ou seja, que se apresentam segundo formas textuais, textos ou modos de dizer no curso histórico, no plano da significação.

Ao investigar as tradições discursivas medievais em textos jurídicos castelhanos, Kabatek (2001b) estabelece uma relação entre transformação linguística e tradição que passa a ser observada nos estudos linguísticos de modo mais evidente no que se refere à busca da

³⁴ Tradução nossa de: “modos de comunicación, que se miden en categorías de pragmática universal y que sirven para identificar los rasgos universales propios de cada constelación discursiva en el plan histórico”.

autenticidade da variação diacrônica, priorizando-se a análise comparada de textos de mesma natureza ao longo do tempo.

Neste sentido, a maior contribuição dada pelo autor à Teoria das Tradições Discursivas foi o fato de haver postulado que, além de estarem situadas em um nível histórico da linguagem distinto do nível em que estão situadas as línguas, as TD apresentam traços definidores ligados à significação, ou seja, apresentam valor de signo próprio, enfatizando que: (i) nem toda tradição é discursiva (as pinturas, por exemplo, são tradições, mas não do discurso) e que (ii) nem toda repetição linguística é uma TD.

Este pensamento de Kabatek (2001b) nos leva à compreensão de que a repetição de uma forma textual, de um texto e/ou de um modo de dizer só pode ser tomada como uma TD a partir do momento em que se estabelece no curso histórico de modo recorrente e com valor de signo (ou seja, com sua expressão para além do plano do significante), o que significa dizer que as combinações linguísticas que realizamos diariamente na construção de frases/períodos não necessariamente são TD.

Partindo do reconhecimento de que as TD estão circunscritas, de início, ao nível histórico proposto por Coseriu (1980), em nível único, e redimensionado por Koch (1997) e Oesterreicher (2001), na duplicação do referido nível, Kabatek (2001, p. 99, tradução nossa³⁵) confirma que a historicidade das tradições discursivas de fato é distinta da historicidade das línguas na medida em que:

A historicidade das línguas corresponderia às línguas históricas como o francês, o alemão e o espanhol com suas variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas; ao passo em que a historicidade discursiva seria, por exemplo, a da história dos gêneros textuais, dos atos de fala, dos gêneros literários e retóricos e dos estilos. Falar seria, pois, uma atividade universal que se realizaria através de um duplo filtro tradicional: a intenção do ato comunicativo teria que passar em cada momento pela ordem linguística que encadeia os signos de uma língua segundo suas regras sintáticas e pela ordem textual que atualiza certas tradições discursivas.

Das palavras de Kabatek (2001) depreendemos que nossa proposta de investigação do ethos em diacronia está relacionada à “historicidade discursiva”, ou seja, à historicidade “dos gêneros”, “dos estilos”, dos modos de dizer. Interessa-nos destacar que, nesta pesquisa, reconhecemos como legítima a ideia de que a linguagem em si apresenta

³⁵ Tradução nossa de: “la historicidad de las lenguas correspondería a las lenguas históricas como francés, alemán o español con sus variedades diatópicas, diastráticas y diafásicas; mientras que la historicidad discursiva sería, por ejemplo, la de la historia de los géneros textuales, los actos de habla, los géneros literarios y retóricos y los estilos. Hablar sería, pues, un actividad universal que se realizaría a través de un doble filtro tradicional: la intención del acto comunicativo tendría que pasar en cada momento por el orden lingüístico que encadena los signos de una lengua según sus reglas sintáticas y por el orden textual que actualiza ciertas tradiciones discursivas”.

traços de singularidade, mas que as TD, ao contrário, têm caráter sócio-histórico e, por isso, podem ser estudadas em função dos fenômenos discursivos, como o ethos, na história.

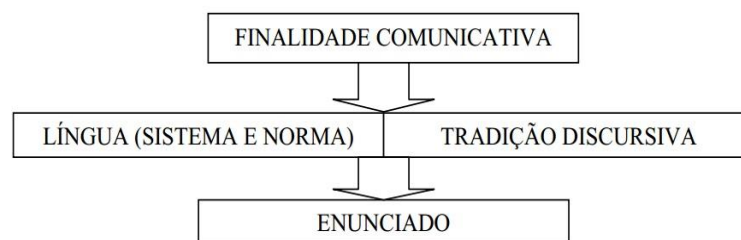
Em termos composicionais, uma TD pode se configurar com base em qualquer elemento significável, seja de forma ou de conteúdo. Este elemento está envolvido em um processo de evocação que estabelece um laço de união entre atualização e tradição de dado elemento no discurso. Trata-se de uma relação que se estabelece semioticamente, entre pelo menos dois enunciados “seja enquanto ato de enunciação em si, seja enquanto elementos referenciais”, em função da forma textual ou dos elementos linguístico-discursivos empregados (KABATEK, 2006, p. 09).

Destaque-se que a relação entre as tradições se dá em função de um conteúdo, de uma língua e/ou de uma forma com base em duas situações (ou mais) que evocam textos relacionáveis. A estas situações dá-se o nome de constelação de entornos (KABATEK, 2006), o que, a nosso ver, corresponde ao conjunto de fatores contextuais e/ou circunstanciais (tempo, espaço, dentre outros) em relação aos quais se concretizam os atos de linguagem executados pelos indivíduos.

Neste tocante, na concepção de Kabatek (2006), ao enunciar, executamos sempre uma ação historicamente determinada em duas direções: produzimos um texto segundo a tradição histórica de uma língua (uma gramática e um léxico) e segundo uma TD. Por este pressuposto confirma-se a hipótese de que a historicidade de uma tradição no discurso reside de fato na repetição de algo (uma forma textual, um texto ou um modo de dizer), com valor significável, em termos de continuidade ou de ruptura.

Como acreditamos que os modos de dizer estão na gramática e no léxico, mas também para além deles, concordamos com o pressuposto teórico de que o falar, com finalidade comunicativa concreta, passa, em sua realização, por pelo menos dois filtros concomitantes, o da língua e o das TD, até chegar ao enunciado, como esboça Kabatek (2006, p 04) no esquema a seguir:

Figura 2- As tradições discursivas, segundo Kabatek (2004)



Fonte: Kabatek (2004, p. 12).

Partindo de três premissas basilares - (i) uma tradição deve ser discursiva, o que exclui as repetições não linguísticas; (ii) nem toda repetição linguística é uma TD; e (iii) toda TD supõe uma evocação - e da constatação de que as TD se apresentam em duas faces - a TD em si e a constelação discursiva de entornos em que se constitui -, Kabatek (2007, p. 07) conceitua TD como:

A repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados (grifos nossos).

O conceito proposto por Kabatek (2007) nos parece crucial para a compreensão da face diacrônica de nosso objeto de pesquisa, na medida em que trata das TD como uma repetição, no plano da significação, em três dimensões basilares: o texto, a forma textual e a maneira particular de escrever ou falar. Por “forma textual”, compreendemos as estruturas textuais recorrentes que se constituem como TD no curso de dado recorte temporal (uma forma verbal, por exemplo); por “texto”, compreendemos segmentos textuais (porções de textos) mais complexas que estruturas (a exemplo da abertura de uma carta) consideradas TD; por “maneira particular de escrever ou falar” (dimensão que nos interessa particularmente), compreendemos os modos de dizer, a exemplo das formas de interação em dados gêneros.

Destaque-se que, para Kabatek (2007), assim como as formas textuais, os textos e os modos de dizer, os gêneros são também tradicionais e podem ser conceituados como TD. Esta afirmação, feita à luz dos postulados de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010, 2011a, 2011b), pode ser assim compreendida: a construção do ethos e de fenômenos discursivos em diacronia relacionados ao estilo está, de certo modo, condicionada à inscrição destes fenômenos em uma cena genérica.

O valor de “signo próprio” a que se refere o autor está relacionado ao fato de uma repetição só poder ser tomada como TD quando significa, ou seja, quando constrói significado para além do significante, para além da forma linguística. Se, então, uma TD é uma repetição “com valor de signo próprio”, é no curso do tempo que o elemento repetido estabelece uma relação de união entre “atualização e tradição” no plano da mudança ou da inovação.

Ao concebermos ethos como a imagem de si que o enunciador faz revelar no ato enunciativo através da instauração de uma voz social, ou seja, como um fenômeno discursivo que deixa marcas de sua existência na cadeia enunciativa que, por sua vez, pode sofrer as

coerções do tempo e do espaço em termos dos traços de mudança e de permanência, tomamos a noção de TD proposta por Kabatek (2007) como um requisito conceitual que estabelece um diálogo epistemológico com a AD.

Destacamos que o conceito proposto por Kabatek (2007) iluminou e segue iluminando desdobramentos dos estudos sobre TD. É graças aos trabalhos dos representantes da Filologia Românica alemã que os estudos sobre o fenômeno tradicional no discurso expandiram-se de modo surpreendente para outros domínios da Linguística nos últimos tempos, a exemplo de sua inserção na Análise de Gêneros, tal como no trabalho de Zavam (2009), comentado a seguir. Centraremos nossa atenção, a seguir, em algumas propostas de destaque dos desdobramentos dos estudos sobre TD.

2.3.4 Panorama dos desdobramentos da TTD: das formas ao gênero e ao discurso

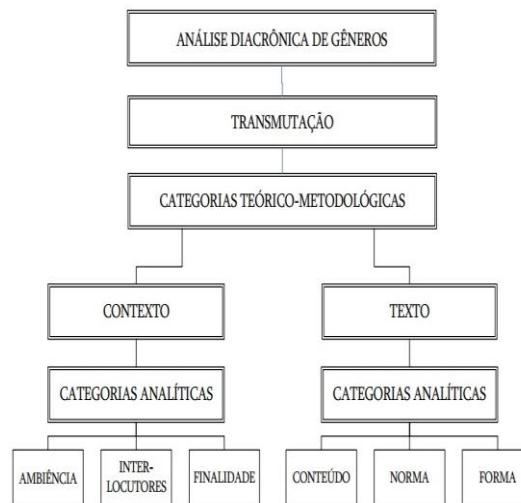
Todo o traçado nesta tese deixa claro que os estudos sobre TD percorreram um longo caminho até chegar a nós em seu estatuto epistemológico atual: desde a proposta de análise dos níveis de linguagem segundo Coseriu (1980), passando pela Pragmática Histórica de Schlieben-Lange (1983) e pela reduplicação do nível histórico em Koch (1997) e Oesterreicher (2001), as pesquisas sobre o fenômeno tradicional no discurso foram se expandido. A partir de Coseriu (1980), é na proposta de Kabatek (2006) que encontramos terreno para o tratamento metodológico que damos a nosso objeto de pesquisa. Segundo o estudioso (KABATEK, 2008, p. 09):

Alguns autores têm visto no conceito de TD uma espécie de sinônimo de *gênero*, outros inclusive têm tentado relacionar a noção de *discurso* expressa no termo TD com o conceito de discurso foucaultiano. As contribuições que de diferentes ângulos têm tentado dar conta da tradição dos textos, desde o *gênero* de Bakhtin até as diferentes tipologias textuais da atualidade, passando por ideias como a ‘etimologia do texto’ de Lausberg, não são incompatíveis com a concepção de TD, pelo contrário, e é uma das tarefas da investigação atual relacionar os estudos das TD às diferentes heranças das distintas escolas.

Assim como a postura epistemológica que assumimos nesta pesquisa, outros pesquisadores assumiram para si a tarefa de relacionar seus trabalhos sobre TD às “diferentes heranças das distintas escolas”, como é o caso de Zavam (2009), em sua tese de doutorado em que delineia uma metodologia para a análise de gêneros do âmbito jornalístico, mais especificamente os editoriais cearenses, considerando os processos de modificação pelos quais passa um gênero, no que se refere aos traços de mudança e de permanência que apresentam em suas dimensões textual e contextual.

Para a pesquisadora, do mesmo modo que cada texto, no imenso arquivo de textos já enunciados pelas pessoas, já foi realizado alguma vez, vinculando-se, assim, a uma TD (KABATEK, 2004), os gêneros são elementos históricos, pois são tradições de falar em dado recorte temporal³⁶, que podem ser descritos em função de seus elementos constitutivos no âmbito do texto e do contexto. Estes elementos estariam associados, na história, ao processo de transmutação por que podem passar os gêneros, como expresso no modelo a seguir:

Figura 3: Proposta para a análise diacrônica de gêneros (ZAVAM, 2009)



Fonte: Zavam (2009, p. 113).

No modelo proposto pela pesquisadora, está posto que as mudanças pelas quais um gênero passa em sua trajetória na sociedade se dá em função dos processos de transmutação a ele associados. Tomando como ponto de partida a constatação de que os gêneros são transmutados de uma esfera a outra e que esta transmutação provoca mudanças na configuração destes artefatos linguísticos, Zavam (2009) reconstrói a história do editorial praticado no Ceará nos séculos XIX, XX e XXI.

Na mesma direção, o trabalho de Gomes (2007) volta-se para o gênero editorial em se tratando de categorias linguísticas e extralinguísticas. Em sua tese de doutorado, a estudiosa caracteriza aspectos linguísticos do português brasileiro expressos em editoriais da mídia pernambucana do século XIX ao século XXI, tais como adjetivações e modalizações.

³⁶ Biasi-Rodrigues (2008), em sua pesquisa de pós-doutorado realizada na Alemanha, entre os anos de 2007 e 2008, na Eberhard Karls Universität Tübingen (Universidade de Tübingen), dedicou-se a um dos primeiros trabalhos teóricos de que se tem notícia no Brasil sobre os gêneros textuais e sua descrição em perspectiva diacrônica. Nesta pesquisa, a estudiosa discorre sobre os traços de atualização e de tradição que caracterizam o gênero anúncio como uma genuína TD.

Compondo uma investigação pancrônica, Silva (2012) descreve e caracteriza a carta-crônica como um gênero discursivo, em perspectiva sincrônica, baseada nos postulados enunciativos da teoria bakhtiniana, e como uma TD, em perspectiva diacrônica, cujo traço definidor é a narração de histórias passadas evocadas pela memória cultural dos enunciadores. Esta pesquisa destaca-se pelo modo como integrou, no plano de análise dos dados, sincronia e diacronia em face do objeto: cartas-crônicas publicadas no RN, nos séculos XX e XXI.

Por outro lado, em perspectiva distinta, sobre multimodalidade e TD versa o trabalho de Rodrigues (2011) a respeito dos elementos linguístico-textuais de anúncios de carros dos séculos XX e XXI, partindo do pressuposto de que os recursos multimodais se tornaram elementos definidores na configuração do anúncio publicitário, tomado como uma tradição discursiva. Seguindo procedimentos metodológicos da Análise de Gêneros, a referida estudiosa acrescenta ao modelo de Zavam (2009) categorias como design e produção para a análise de anúncios de carro dos séculos XX e XXI, tal como expresso neste diagrama:

Figura 4: Proposta para análise de anúncios (RODRIGUES, 2011)



Fonte: Rodrigues (2011, p. 44).

A menção a este painel de trabalhos, dentre os muitos desenvolvidos na área, evidencia a grande tendência de expansão dos estudos das TD, saindo do plano da abordagem das formas textuais para a abordagem do texto em sua completude, sobre a premissa de que um dado gênero, tal como se apresenta hoje, é resultado de realizações do mesmo gênero ao longo de seu percurso histórico, configurando uma tendência, na Linguística, o estudo filológico dos gêneros, compreendidos como práticas discursivas que se repetem continuamente até se fixarem plenamente e serem identificados como TD, cuja recorrência é explicada por sua presença na memória discursiva dos sujeitos.

Na visão de Gomes (2007), a análise diacrônica de gêneros destaca-se nos estudos filológicos na medida em que desloca o estudo do texto em suas propriedades exclusivamente linguísticas para a abordagem de suas dimensões sociais, históricas e culturais, ou seja, do exclusivamente formal para o textual-discursivo, relacionando “os estudos das TD às diferentes heranças das distintas escolas” (KABATEK, 2008, p. 09).

Devemos mencionar, ainda, como pesquisas de destaque no que se refere aos desdobramentos da TTD em interfaces com outras abordagens dos estudos linguísticos os trabalhos de Castilho da Costa (2005), sobre textos das culturas brasileira e alemã, e de Sá Júnior (2009), sobre os benditos populares e memória cultural, que estabelecem estreita relação entre estudos culturais/pragmáticos e tradições discursivas. Ambos os trabalhos delineiam sua metodologia a partir dos estudos de base das TTD, na Filologia Românica alemã, em interface com teorias linguísticas do texto e do discurso.

Em meio ao grande número de trabalhos científicos sobre TD no mundo, número crescente principalmente nos últimos quinze anos³⁷ graças, ao que tudo indica, à tradução dos textos de teóricos alemães para o português e para o espanhol, ampliando notadamente estes estudos na AL, e ao intercâmbio de pesquisadores brasileiros em universidades da Alemanha, a abordagem das formas textuais como TD foi também se associando a abordagens linguísticas diversas (conforme Kabatek *et al.* (2001), Ciapuscio *et al.* (2006)).

Das formas ao gênero e dos gêneros às categorias do texto e do discurso, os estudos mencionados neste panorama de tendências em pesquisas linguísticas mostram que muitos caminhos ainda não de ser trilhados, a partir de propostas metodológicas e interfaces teóricas que contribuam para a expansão das investigações sobre o fenômeno das tradições discursivas, tão mais atual como promissor nos dias de hoje, reconhecendo que as TD são um das muitas tradições culturais do ser humano (KOCH, 1997).

Deste modo, antes de descortinar as cenas metodológica e analítica que constituem, ao lado da cena conceitual, nossa *investigação discursiva em três cenas*, finalizaremos este ponto com mais algumas reflexões sobre as noções de latinidade, ethos e tradições discursivas, mais especificamente no que se refere ao ponto de encontro que as integra para a abordagem de nosso objeto de pesquisa, em perspectiva diacrônica. Nosso objetivo com este ponto é evidenciar, de modo sistemático, o olhar transdisciplinar que lançamos entre a AD e a Filologia Românica, em termos teórico-conceituais.

³⁷ As incursões que fizemos aos bancos digitais de teses e dissertações de universidades brasileiras e estrangeiras evidenciaram-nos que há um movimento crescente no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas cujos temas estejam relacionados ao estudo das TD, integralmente ligadas aos postulados de base na Filologia Românica alemã e/ou cujo foco sejam as interfaces teóricas, notadamente a partir do ano de 2003.

2.4 Interseções epistemológicas: latinidade, ethos, tradições discursivas e um objeto de pesquisa diacrônico

“Estudar a cultura requer converter-se em especialista das interseções” (GARCÍA CANCLINI. *In: Diferentes, desiguais e desconectados*, 2009, p. 128).

Ao longo desta primeira cena, revisitamos as bases teóricas dos três conceitos basilares que mobilizamos para a leitura analítica dos dados e para a comprovação da tese de que o conceito de TD pode lançar luz à investigação diacrônica do ethos discursivo, através da análise de suas evidências linguístico-discursivas e de seus traços de mudança e de permanência, no curso da história. Como expresso, tomamos como objeto de pesquisa as imagens de si dos enunciadores do JB e do CL em sua constituição diacrônica, de 1945 a 2014, no que se refere aos temas da latinidade na AL. Para a análise deste objeto, compreendemos:

(i) latinidade como o modo cultural e social de ser dos povos latinos cuja identidade se constrói em perspectiva híbrida e intercultural, identidade esta que se espraia pelos países latino-americanos em forma de signos identitários da AL;

(ii) ethos como a imagem de si que o enunciador faz revelar no ato enunciativo através da instauração de uma voz, ou seja, como um fenômeno discursivo que deixa marcas linguísticas de sua existência na cadeia enunciativa, marcas estas que podem sofrer as coerções do tempo e do espaço;

(iii) tradições discursivas como tradições culturais que consistem, segundo Kabatek (2007), na repetição de uma maneira particular de escrever ou falar com valor de signo e que estabelecem uma relação de união entre atualização e tradição entre dois elementos enunciativos (atos de enunciação).

A partir destes conceitos e de toda a discussão traçada, objetivamos aqui sistematizar interseções epistemológicas que foram debatidas ao longo da cena teórico-conceitual e que explicam alguns pontos de encontro possíveis entre os estudos sobre a latinidade da AL, os postulados da AD sobre ethos discursivo e da Filologia sobre TD. Para tal, partimos do pensamento de Koch (1997, p. 15), ao afirmar que:

Quando se iniciam mudanças no campo político, econômico, cultural, religioso etc., novas necessidades comunicativas são despertadas. Essas novas necessidades comunicativas motivam, por sua vez, o surgimento de novas tradições discursivas. O material linguístico utilizado nessas novas tradições discursivas pode – embora não tenha que – sofrer mudanças, o que afeta também o nível da língua particular e da história interna da língua.

Com base em Koch (1997), reconhecemos que as tradições discursivas são mais uma das muitas tradições culturais dos seres humanos. Deste modo, assim como a religião, a política, as artes etc., os discursos, os modos de dizer se constituem como uma dimensão da vida cultural dos povos. No caso da América Latina, ambiente intercultural para o qual nos voltamos nesta pesquisa, a latinidade é entendida como o modo cultural e social de ser dos povos latinos cuja identidade se constrói em termos de seus signos identitários, retratados nos editoriais dos jornais ao longo da história.

Frente aos valores culturais, políticos e sócio-históricos expressos nos dados, as imagens de si por nós analisadas nos editoriais do JB e do CL nos revelaram que há uma significação latente no modo como o discurso jornalístico da AL organiza sua expressão em termos de elementos que se repetem e se atualizam nas autorrepresentações discursivas dos enunciadoreis, em gêneros argumentativos.

A cultura surge, nesta perspectiva, como um complexo de signos identitários que incluem toda a produção humana que caracteriza os povos: suas crenças, seus costumes, seus hábitos, suas práticas discursivas, ou seja, todo o repertório de capacidades que constituem os homens como integrantes de uma sociedade. E é neste complexo que estão repertoriadas todas as tradições culturais de um povo, entre elas as tradições discursivas (KOCH, 1997), as do passado e as do presente, uma vez que “não se deve opor as tradições às inovações culturais, porque justamente as culturas se caracterizam sempre por seu modo de criar o novo a partir das heranças passadas” (SALAS ASTRAÍN, 2008, p. 104, tradução nossa³⁸).

Partindo da visão de ethos discursivo como uma noção que permite abordar os modos de dizer em termos enunciativos (MAINGUENEAU, 2011a), concordamos com a ampliação deste conceito com relação ao postulado de que os modos de dizer nos levam a modos de ser no discurso. Assim, partindo da compreensão de que tradições discursivas são a repetição de um modo particular de escrever ou falar, ou seja, um modo de dizer, com valor de signo próprio (KABATEK, 2007), concordamos com a ideia de que as TD são somente uma das inúmeras tradições culturais do ser humano que, no discurso jornalístico, expressam os signos identitários de um povo.

³⁸ Tradução nossa de: “no se debe oponer las tradiciones a las innovaciones culturales, porque justamente las culturas se caracterizan siempre por su modo de crear de lo nuevo a partir de las herencias pasadas”.

Por fim, destacamos nossa compreensão a respeito da ideia de que a latinidade se expressa na AL através dos referidos signos identitários, ou seja, através de tradições culturais que compõem singularidades desta parte do continente americano. São exemplos destas tradições: as artes, as músicas, as vestimentas, as religiões e, em destaque, as práticas discursivas, ou seja, os modos particulares de dizer da mídia, através das imagens de si que os enunciadorems constroem no curso da história.

Acreditamos que a repetição destes modos de dizer, na constituição do ethos, revela certos índices linguístico-discursivos que sinalizam para tradições discursivas que, em conjunto, ao longo dos séculos XX e XXI, expressam o modo cultural e social de ser dos povos latinos cuja identidade se constrói em perspectiva híbrida (mesclas culturais) e intercultural (contato entre culturas heterogêneas), em constante mudança, entre a tradição e a atualização.

Todo este processo se dá no plano da significação: os índices que sinalizam para as TD se repetem com valor de signo ao longo dos séculos; as imagens de si que os enunciadorems deixam revelar no discurso jornalístico se constroem com valor de signo de uma geração a outra de textos; as tradições que compõem o modo sociocultural de ser dos povos latino-americanos apresentam valor de signo, no plano da identidade cultural da AL. Em síntese, a expressão das imagens de si nos periódicos JB e CL se constrói essencialmente no plano da significação, na integração entre forma e sentido, no que se refere ao tratamento dado ao tema latinidade pela mídia latino-americana.

Percorrendo o campo da significação, analisamos os 50 editoriais que compõem nosso *corpus*. O percurso operacional traçado como rota norteadora para a compilação e para a análise dos dados, assim como todo o marco teórico desta pesquisa, foi constituído em perspectiva transdisciplinar, a fim de oferecer condições para que nosso objeto de análise fosse analisado em sua face discursiva. O referido percurso constitui a cena metodológica desta *investigação discursiva em três cenas* e é apresentado a seguir.

3 CENA METODOLÓGICA: o traçado de um percurso para *ouvir o inaudível*

“Nas situações de enunciação e interação, escutamos o que nos textos aparece como pressuposto ou silêncio” (GARCÍA CANCLINI. *In: Diferentes, desiguais e desconectados*, 2009, p. 23).

Descortina-se, nesta cena, a segunda dimensão de nossa investigação. Neste capítulo, debruçamo-nos sobre a exposição das orientações procedimentais que traçamos na operacionalização de nossa pesquisa, com o objetivo de evidenciar os caminhos que tomamos para a abordagem diacrônica de nosso objeto de investigação, no que se refere a sua realização nos séculos XX e XXI, no Brasil e na Argentina, no tocante ao discurso jornalístico praticado nesta parte da AL.

De início apresentaremos, amparados nas discussões sobre interfaces teóricas e procedimentos transdisciplinares em estudos da linguagem, um panorama de nossas escolhas metodológicas, em que justificamos o recorte dos dados, a (re) configuração diacrônica do objeto, a escolha dos periódicos, dentre outros, em diálogo com os requisitos conceituais de que tratamos na cena teórica desta tese.

Em seguida, caracterizamos, epistemologicamente, nossa pesquisa, destacando seu tipo, sua natureza e os procedimentais e métodos empregados. Traçamos ainda um perfil do Jornal do Brasil e do Clarín, em face dos editoriais expostos nas páginas dos referidos periódicos, a partir dos quais coletamos os 50 exemplares que compõem nosso *corpus*. Todos estes procedimentos operacionais contribuíram para a caracterização da pesquisa em seu contexto discursivo, ou seja, o jornalismo opinativo praticado na Brasil e na Argentina, no amplo contexto da imprensa jornalística da AL.

Concluimos esta seção com a descrição do *corpus* analisado e dos procedimentos adotados (categorias e etapas) na cena analítica desta tese, destacando as potencialidades epistemológicas da análise diacrônica de fenômenos discursivos, com o objetivo de que possa servir de referência para demais pesquisadores em investigações futuras, em perspectiva integral ou a partir de reformulações possíveis e/ou necessárias, em função dos objetos de pesquisa abordados.

Justifiquemos, então, nossas escolhas metodológicas, com ênfase no processo de construção de nosso objeto de pesquisa, em perspectiva diacrônica.

3.1 Escolhas metodológicas: justificativas

De início, queremos enfatizar que reconhecemos como legítimas as observações de Gelamo (2008, p. 131) ao tratar das abordagens científicas na contemporaneidade, com relação ao fato de que:

Para se pesquisar, é necessário fazer recortes. Recortar a realidade e problematizá-la são operações necessárias para poder entender quais são os problemas que podem ser tirados dessa realidade para se ter um tema de pesquisa, um campo de pesquisa para se olhar e, assim, para se pensar. Muitas vezes, os recortes funcionam de modo tal a servir como ‘lentes’ para se olhar a realidade. Funcionam como imagens que se usam como um decalque aplicável à realidade para que o campo de pesquisa se torne visível.

Nossa proposta de investigação, assim como tantas outras, não pretende dar conta de toda a realidade que circunda o objeto de pesquisa. Ao contrário, para que se torne uma proposta operacionalmente possível, recortamos uma dimensão da realidade a ser abordada, a partir da qual construímos o referido objeto (as autorrepresentações discursivas em diacronia), bem como suas categorias de análise, no que se refere à sua configuração sociodiscursiva em periódicos da América Latina nos séculos XX e XXI.

Propor novos olhares aos objetos de estudos linguísticos significa reconhecer a complexidade dos fenômenos a que tais objetos estão atrelados e a pluridimensionalidade das práticas de linguagem marcadas pela reconfiguração que sofrem estes objetos pelas mídias no contexto da globalização. Este olhar nos dá a possibilidade de propor. Conjugando os requisitos conceituais diversos, concebemos nosso objeto de pesquisa a partir de pressupostos que tomam como base procedimentos validados anteriormente em outras pesquisas. Segundo Maingueneau (2008b, p. 71):

Estamos, assim, diante de objetos que aparecem ao mesmo tempo como integralmente linguísticos e integralmente históricos. As unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas significantes e enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam.

Pensando nestes objetos linguísticos e históricos, a transdisciplinaridade dá-se em direções diversas: desde a proposição de metodologias para a análise de determinados objetos de pesquisa, passando pelo entrecruzar de referenciais teóricos de áreas afins e/ou díspares, até a proposição de categorias analíticas que possibilitam a leitura científica de fenômenos sociais (ou segundo as três direções, em integração).

Ao nos posicionarmos em uma pesquisa que consideramos transdisciplinar como a que ora se apresenta, distanciamos-nos de uma postura cartesiana e nos aproximamos de uma postura aplicada de abordagem dos fatos científicos que focaliza as questões da linguagem em contexto de uso, com ênfase na importância de estudos centrados no discurso, no âmbito das Ciências Humanas, “que têm trazido à tona novas perspectivas pós-positivistas para investigações interpretativistas, que enfatizam a necessidade de se estudar o discurso como constitutivo da vida social” (MOITA LOPES, 1999, p. 434).

A escolha pelo JB e pelo CL, por nós considerados como dois importantes e influentes jornais da AL, dentre os muitos que compõem a mídia latino-americana, deu-se por tomarmos as relações interculturais entre estes dois países como representativas das relações interculturais da AL em si, reconhecendo e respeitando, em nosso recorte, a diversidade cultural dos países que integram o amplo território latino-americano.

De larga tradição na história do Brasil desde 1891, o JB mantém sua sede no Rio de Janeiro, no bairro Rio Comprido³⁹, a pouco mais de seis quilômetros da sede da Biblioteca Nacional⁴⁰, onde está conservado o acervo de suas edições anteriores. O JB tem circulação diária em versão on-line, mantendo sua orientação política de “contestação e defesa da liberdade de expressão⁴¹”. Já o CL, um dos mais influentes jornais em terras argentinas desde 1945, tem sede em Buenos Aires⁴², a pouco mais de oito quilômetros da Biblioteca Nacional⁴³, onde o acervo de suas edições encontra-se conservado. O jornal portenho tem circulação diária nas versões on-line e impressa e se mantém sob uma política de independência e em oposição ao atual Governo Kirchner⁴⁴.

Neste contexto, a escolha de Brasil e Argentina se dá por duas razões principais. A primeira diz respeito ao fato de pressupormos que a intensidade das relações políticas, econômicas e socioculturais entre esses dois países da América do Sul influencia as tradições culturais destes povos retratadas nas páginas dos seus veículos de comunicação, uma vez que a história e a cultura brasileira e argentina estão tão imbricadas a ponto de parecerem constitutivas da identidade dos dois povos.

³⁹ Sede do Jornal do Brasil: Avenida Paulo de Frontin, 568, Rio Comprido, Rio de Janeiro.

⁴⁰ Sede da Biblioteca Nacional: Avenida Rio Branco, 219, Centro, Rio de Janeiro.

⁴¹ Segundo informações de Débora Lannes, editora do Jornal do Brasil, em conversa por telefone, no dia 07 de maio de 2013.

⁴² Sede do Grupo Clarín: Avenida Piedra, 1743, San Telmo. Buenos Aires, Argentina.

⁴³ Sede da Biblioteca Nacional: Avenida Agüero, 2502, Recoleta, Buenos Aires, Argentina.

⁴⁴ Informações disponíveis em <http://www.grupoclarin.com.ar/institucional/principios-y-valores>

Exemplos destas intensas relações, dentre os muitos citados e a citar, são os frequentes acordos econômicos firmados entre os presidentes do Brasil e da Argentina ao longo da história dos dois países, a estada do Papa Francisco no Rio de Janeiro por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em julho de 2013, além da crescente presença do Brasil como tema da mídia argentina (e vice-versa), principalmente nos últimos anos, em detrimento da onda de manifestações Brasil afora, só para citar algumas, tal como nos mostrou uma primeira incursão aos dados dos dois jornais, no processo de construção de nosso objeto de pesquisa. Todos estes fatos foram acompanhados pelas mídias dos dois países, estabelecendo um expressivo painel de migrações midiáticas (COGO, 2006) entre o Brasil e a Argentina, dentre outros, ao longo da história.

A segunda razão diz respeito às questões operacionais necessárias para que a pesquisa a que nos propomos fosse exequível em termos de sua configuração como um recorte da realidade que se deseja compreender. Como optamos por uma análise contrastiva de um gênero argumentativo em português e em espanhol⁴⁵, a escolha pelos dois jornais levou em conta também as possibilidades de acesso aos textos antigos dos dois veículos, o que só foi possível graças aos arquivos que ambos os meios de comunicação disponibilizam em acervo virtual (em suas páginas na rede mundial de computadores) e em acervo presencial (nas hemerotecas das bibliotecas consultadas).

Acrescentamos que a escolha pelo editorial também se justifica por três razões básicas, a saber: (i) por considerarmos, com base em pesquisas anteriores, como a de Gomes (2007) e a de Zavam (2009), dentre outras, que este gênero muito diz, de modo especial frente a outros gêneros, sobre o contexto sociocultural de um povo, pois reflete os fatos que compõem o inventário histórico e cultural da sociedade analisado pela ótica de uma empresa de comunicação, que tem a missão de repertoriar a sociedade com textos a partir dos quais retrata os fatos mais importantes da sociedade; (ii) por localizar-se, em geral, nas páginas iniciais ou na seção “Opinião” dos periódicos, ou em seção equivalente, o que otimizou nosso acesso aos dados dentro do universo de textos existentes nos arquivos; (iii) e principalmente por acreditarmos que o editorial nos permitiria flagrar de modo mais recorrente as imagens de si que desejávamos analisar, dada a tradição editorialística dos dois jornais constituída nos séculos XX e XXI.

⁴⁵ Esta decisão metodológica se deu em função de nossa experiência em pesquisa com *corpus* nas duas línguas, desde a pesquisa de mestrado (IRINEU, 2011) e em função de nosso desejo de seguir com a abordagem de fenômenos linguístico-discursivos em perspectiva contrastiva, que julgamos fundamental para a compreensão de objetos de investigação relacionados à tríade língua, cultura e identidade na AL.

Assim, adotamos como critérios de seleção dos textos: (i) a ocorrência de temas que se relacionassem à identidade cultural do Brasil e da Argentina no contexto da AL, ou seja, a ocorrência de temas relacionados ao modo social e cultural de ser destes povos em um grande recorte que contemplou questões sobre economia, política, relações internacionais, imprensa etc.; e/ou (ii) a ocorrência de temas que se relacionassem às questões que tocam a interculturalidade na América Latina.

Objetivando uma análise diacrônica de base qualitativa⁴⁶, coletamos os 50 textos em um recorte de 70 anos, partindo de 1945, ano de criação do CL, até os dias atuais, a fim de cobrir pelo menos duas grandes gerações de vida dos textos divididas, cada uma, em 35 anos, tempo estimado para que ocorram mudanças na língua⁴⁷ (CASTILHO DA COSTA, 2010). Apesar de o JB ter sido lançado em 1891, mantivemos o ponto de início da coleta dos dados no arquivo a partir de 1945 para fins de uniformização histórica que possibilitasse a análise contrastiva⁴⁸.

Os 50 textos foram coletados nos acervos virtuais e/ou presenciais dos dois jornais, procurando-se obedecer, em geral, a um intervalo médio entre 2 e 3 anos de um texto a outro⁴⁹, intervalo temporal que favoreceu a visualização dos traços de mudança e de permanência do fenômeno na diacronia da língua, uma vez que os referidos traços não são notados em exemplares seguidos, mas “justamente nos saltos da publicação de um ano para outro” (ALMEIDA, 2008, p. 15).

As técnicas de tratamento dos dados seguiram as instruções/normas do Projeto PHPB (Para a História do Português Brasileiro). A adoção pelas referidas normas se dá em detrimento da necessidade de preservação dos textos, da alimentação do banco de dados do Projeto PHPB e de outros bancos de dados linguísticos na AL e, principalmente, em detrimento da necessidade preservação dos textos consultados.

⁴⁶ Julgamos nosso trabalho como um exemplo de investigação essencialmente qualitativa, mesmo que, em alguns momentos, a fim de averiguar recorrências no *corpus*, tenhamos lançado mão de alguns procedimentos quantitativos, como a contagem de determinados *ethé* nos editoriais selecionados. Ao recorrermos a tais procedimentos, o objetivo não era outro se não analisar a construção (o processo) de imagens discursivas ao longo do recorte temporal e seus traços de mudança e de permanência, e não o registro quantificado de dadas ocorrências (o produto), daí a abordagem essencialmente qualitativa.

⁴⁷ Reconhecemos que este recorte temporal é discutível e que ele pode ser ampliado e/ou reduzido em pesquisas diacrônicas, em face dos objetos de pesquisa em questão. No entanto, na presente investigação, o referido recorte nos possibilitou operacionalizar a análise a que nos propomos, no contínuo de 70 anos.

⁴⁸ Ao darmos início à coleta dos dados na Biblioteca Nacional Argentina, fomos informados da inexistência de arquivo de textos do Clarín do ano de 1945. Optamos, assim, por iniciar a coleta dos textos do periódico argentino a partir do ano de 1946. A fim de manter o período de 70 anos, como previsto, optamos por seguir com a coleta de dados do Jornal do Brasil a partir do ano de 1945.

⁴⁹ Dada a ausência de alguns jornais nos arquivos, este intervalo não pode ser rigorosamente contemplado em toda a amostra ao longo do recorte temporal, em destaque nos primeiros exemplares do século XX.

3.2 Orientação epistemológica

Esta pesquisa caracteriza-se predominantemente como de base qualitativa, buscando uma abordagem linguístico-discursiva dos fenômenos analisados para que se dê conta do objetivo de reconstruir a trajetória histórica das imagens de si que os enunciadores do JB e do CL constroem no discurso, em textos de opinião publicados nos séculos XX e XXI ao tratarem de temas relacionados à latinidade na AL.

O perfil qualitativo adotado está em consonância com as bases epistemológicas de investigação do ethos discursivo em seu contexto de produção, ou seja, na cena enunciativa, proposta por Maingueneau (2008a, 2008b, 2008C), bem como da análise dos textos no nível histórico das tradições discursivas, consoante os trabalhos de Koch (1997) e Kabatek (2007). Sobre a pesquisa qualitativa, à qual nos filiamos para a abordagem dos fatos sociais em ciência, queremos destacar que “esse quadro comumente designado abordagem qualitativa de investigação entende as práticas sociais como atividades humanas carregadas de significados e dá à pesquisa uma configuração interpretativista” (DIEB, 2004, p. 33).

Levando em conta que as práticas sociais, como a linguagem, são “atividades humanas carregadas de significados”, como afirma Dieb (2004, p. 33), postulamos que há uma relação dialética entre a natureza do objeto e a perspectiva de sua abordagem, pelo analista, em pesquisa científica. Neste terreno, concordamos com De Grande (2011, p. 11) a respeito de que “a dimensão teórico-metodológica ajuda a delimitar o objeto de pesquisa e a visualizar a perspectiva de análise das questões”.

Deste modo, com foco na busca por respostas a nossas questões de pesquisa que, em síntese, compõem a problemática em torno da qual se constitui nosso objeto de estudo em sua dimensão diacrônica, executamos uma pesquisa do tipo descritivo-interpretativista. Segundo Moita Lopes (1999, p. 434):

A tendência nas Ciências Sociais e Humanas me parece ser a de que é impossível se entender qualquer ato humano dentro dos limites de uma única disciplina. Acompanhando também uma das características recentes destas Ciências, vejo a importância de estudos centrados no discurso para se estudar a vida humana penetrando campos diversos. Estou me referindo aqui ao que tem sido chamado de virada discursiva nas Ciências Sociais/Humanas que tem trazido à tona novas perspectivas pós-positivistas para investigações interpretativistas, que enfatizam a necessidade de se estudar o discurso como constitutivo da vida social.

Compreendendo a linguagem como uma ação humana situada em dado tempo e em dado espaço⁵⁰, ou seja, como um “ato humano” que permeia as práticas sociais (MOITA LOPES, 1999, p. 434), traçamos objetivos procedimentais com fins a analisar (interpretar e descrever) nosso objeto de pesquisa, reconstruindo sua trajetória histórica ao longo dos séculos XX e XXI e contrastando os processos linguístico-discursivos de sua expressão no *corpus* analisado em contexto brasileiro e argentino.

Ao traçarmos uma pesquisa descritivo-interpretativista, objetivamos uma abordagem sistemática da dimensão histórica de nosso objeto de pesquisa considerando: (i) sua natureza diacrônica, com base na TTD, a partir de procedimentos de caracterização dos traços de mudança e de permanência das formas textuais, dos textos ou dos modos de dizer que se repetem na história com valor de signo próprio, conforme Kabatek (2007); (ii) sua natureza discursiva, no âmbito da AD, a partir de procedimentos de compreensão da inscrição sócio-histórica e ideológica do discurso e de seus efeitos de sentido, dentro de um espaço de regularidades enunciativas.

Considerando que “o fato de assumir a pesquisa como prática interpretativa não retira do paradigma qualitativo a busca pela confiabilidade e rigor científico” (DE GRANDE, 2011, p. 11), quanto aos métodos empregados caracterizamos esta investigação como histórico-contrastiva por traçar como objetivo-síntese contrastar as recorrências que caracterizam, em perspectiva diacrônica, a expressão linguístico-discursiva das imagens que os enunciadores projetam de si em editoriais do JB e do CL, nos séculos XX e XXI, ao tratarem de temas da latinidade da AL, através de uma síntese do observado em exemplares dos dois periódicos, a fim de observar as regularidades enunciativas do fenômeno discursivo investigado.

Por último, queremos destacar que o objeto por nós analisado se faz interessar preferencialmente pelo processo, mais do que simplesmente pelo produto, já que os dados são examinados sob uma perspectiva em que se dá grande importância aos significados que eles impõem ao fenômeno em debate ao longo do tempo, tal como se pressupõe em pesquisas qualitativas de natureza interpretativista, que se voltam prioritariamente para o estudo de fenômenos sociais, como o discurso.

⁵⁰ Neste trabalho, dada a complexidade do fenômeno, compreendemos linguagem como: (i) interação social (BAKHTIN, 1997 [1953]); (ii) fenômeno histórico constituído em três níveis, o universal, o histórico e o individual (COSERIU, 1980); e (iii) prática social (FAIRCLOUGH, 2008). Concordamos com todas as visões de linguagem apresentadas na medida em que integram, em sua exposição, os elementos que consideramos constitutivos deste sistema semiótico: dialogismo, historicidade e caráter sócio-discursivo.

3.3 Caracterização dos periódicos investigados

Partindo do pressuposto de que “as imagens discursivas dos sujeitos da interação verbal podem ser analisadas associadas a uma série de outros dispositivos enunciativos, como, por exemplo, as cenas discursivas de onde o ethos emerge” (GONÇALVES, 2006, p. 300), debruçamo-nos sobre os textos que compõem a prática jornalística opinativa do JB e do CL.

O Jornal do Brasil, grande expoente da mídia jornalística brasileira, atualmente mantém sua sede no Rio de Janeiro e, segundo o próprio periódico:

Desde sempre correspondendo à confiança dos seus leitores, como prometeu no editorial do seu lançamento em 9 de abril de 1891, o JB acompanhou o processo histórico nacional ao longo de todo o século XX. E se consolidou acompanhando a evolução da sociedade brasileira, mantendo a sua vocação para o pioneirismo, tanto no que diz respeito à qualidade editorial como à produção gráfica, servindo de modelo e referência para o jornalismo brasileiro⁵¹.

Segundo informações disponibilizadas em sua versão on-line, o JB anunciou, em julho de 2010, o fim de sua edição impressa e, a partir de então, passou a existir somente na WEB, com a possibilidade de os seus leitores terem acesso a conteúdos exclusivos através de assinatura do JB Premium⁵². Desde então, o veículo recebe o subtítulo de “O Primeiro Jornal 100% Digital do País”, buscando acompanhar as tendências midiáticas do mundo moderno que cada vez mais têm feito com que os meios de comunicação passem a manter sua base de dados também no mundo virtual.

Nos anos seguintes, os dirigentes do JB cogitaram a possibilidade de voltar à edição impressa do periódico (uma consulta popular chegou a ser feita a este respeito, mas a ideia não se concretizou). Assim, o jornal se consolidou em sua versão exclusivamente virtual e hoje apresenta uma proposta de produção de informação e opinião concernente com o momento de inovações tecnológicas pelo qual passam os veículos de comunicação contemporâneos, com a popularização da WEB. De abril de 1891, quando foi fundado por Rodolfo Dantas⁵³, a dezembro de 1999, o JB disponibiliza todo o seu arquivo no *News Archive*⁵⁴. De 2000 até hoje, o arquivo do jornal segue disponível na BN do Brasil⁵⁵. Os textos mais recentes encontram-se disponíveis no próprio site do JB⁵⁶.

⁵¹ <http://www.jb.com.br/paginas/news-archive>

⁵² <http://www.jb.com.br/jb-premium/noticias>

⁵³ Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas nasceu em Salvador em outubro de 1855, tendo atuado no Brasil como advogado, político e jornalista. Além de reconhecido nacionalmente como fundador do JB, Rodolfo Dantas fez legado principalmente na política, na Bahia e no Rio de Janeiro.

⁵⁴ http://news.google.com/newspapers?nid=0qx8s2k1irwc&dat=19920614&b_mode=2

⁵⁵ Segundo informações da Biblioteca Nacional, “o Jornal do Brasil autorizou a Fundação Biblioteca Nacional a digitalizar e disponibilizar toda a coleção do jornal na hemeroteca digital brasileira. A decisão é inédita, por se

Por sua vez, o periódico argentino CL foi fundado em 28 de agosto de 1945 por Roberto Noble⁵⁷ e se mantém, até hoje, como um dos mais expressivos jornais em terras portenhas. Estima-se que, já em 1965, CL era o jornal de maior tiragem e mais ampla circulação na Argentina (SIVAK, 2013). O periódico caracteriza-se como um dos mais expressivos veículos em oposição ao atual governo de Cristina Kirchner, tomando para si como bandeira de frente o mote “independente do governo, não de você⁵⁸”, marcando ideologicamente a relação de proximidade entre sua linha editorial e seu público leitor. Segundo informações de sua página institucional na WEB⁵⁹, o Grupo Clarín “estrelou as mudanças experimentadas pelos meios de comunicação ao redor do mundo”, em mercado de mídia que está entre as mais diversificadas na AL⁶⁰.

O alcance e a popularidade do CL entre os argentinos fizeram dele um dos mais representativos meios de comunicação do país, como destaca Sivak (2013). Pautado em valores como “precisão e isenção editorial”, o periódico objetiva, segundo informações disponibilizadas na página do Grupo na WEB, “fortalecer as instituições que sustentam o regime democrático, facilitando a discussão de questões importantes e promovendo o debate e a comunicação entre os diferentes setores da sociedade⁶¹”.

Desde 1945, o periódico disponibiliza seu arquivo diário na Hemeroteca da Biblioteca Nacional da Argentina⁶². Em seu arquivo virtual⁶³, disponibiliza as edições, na íntegra, desde 20 de agosto de 1997 até hoje, contribuindo para que o conteúdo por ele produzido sirva de material de estudo da história e da cultura latino-americanas em face dos fatos mais importantes do mundo noticiados dia a dia.

tratar do primeiro grande periódico corrente a aderir a este site da instituição”. Afirma ainda que “pelo acordo firmado entre o Jornal do Brasil e a BN Digital, o jornal será disponibilizado, de início, no período de 1950 a 2000, em razão, sobretudo, do menor número de publicações desse período ao alcance da hemeroteca digital brasileira. Num segundo momento, será disponibilizado o restante da coleção, que compreende mais de 100 anos”. Mais informações sobre o arquivo encontram-se disponíveis em: <http://hemerotecadigital.bn.br/noticias/jornal-do-brasil-na-hemeroteca-digital-brasileira>

⁵⁶ <http://www.jb.com.br>

⁵⁷ Roberto Jorge Noble nasceu em Buenos Aires em 1902. Foi político, jornalista e empresário. Foi casado com Ernestina Herrera Noble, que mais tarde o sucedeu na direção do periódico Clarín.

⁵⁸ Grupo Clarín: ¡independiente del gobierno, no de vos!

⁵⁹ <http://www.grupoclarin.com.ar>

⁶⁰ Em novembro de 2013, durante nossa estada em Buenos Aires para estágio doutoral, presenciamos a aprovação da Lei dos Meios pela Suprema Corte Argentina, que obrigou o Grupo Clarín a ceder alguns de seus veículos de comunicação para o Governo. Pela lei, o Grupo deveria ceder parte de suas licenças em TV a cabo, rádio, dentre outros. A aprovação foi amplamente divulgada e comemorada pelo governo Kirchner, que há anos trava uma incessante luta ideológica contra o Grupo Clarín em terras argentinas. Mais detalhes sobre a referida lei encontram-se disponíveis em um infográfico que pode ser acessado em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/entenda-lei-de-meios-e-o-7d-na-argentina.html>

⁶¹ <http://www.grupoclarin.com.ar/institucional/principios-y-valores>

⁶² <http://www.bn.gov.ar>

⁶³ <http://www.clarin.com/ediciones-anteriores.html>

Do JB e do CL, ao longo de quase um século de publicações, tomamos como material de análise 50 exemplares de editoriais (ANEXO A e ANEXO B), gênero que objetiva a discussão de problemas sociais, através da sustentação, da refutação e da negociação de tomadas de posição por instituições midiáticas (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004). Tal como os artigos de opinião e as cartas de leitor, também gêneros jornalísticos da ordem do argumentar, os editoriais são gêneros que podem suscitar diversas cenografias, principalmente se levarmos em consideração sua dimensão ideológica, já que representa a opinião de uma empresa que não está isenta de suas escolhas políticas.

Devemos frisar que o JB e o CL se consolidaram como veículos de comunicação de massa de referência no Brasil e na Argentina como parte da identidade cultural latino-americana no que se refere ao repertório de signos culturais tematizados por estas mídias contemporâneas em seus textos de opinião, através dos quais os dois referidos periódicos acompanharam as mudanças por que passou a AL na história⁶⁴.

A análise deste material revelou, pois, a necessidade de examinar as mudanças na linguagem para a compreensão das mudanças sociais e culturais, conforme assevera Fairclough (2008). Assim, os dados examinados nesta pesquisa revelam que muito das tradições culturais dos povos da América Latina encontra-se repertoriado nas páginas de seus jornais e, mais especificamente, nos textos de opinião que veicularam ao longo do tempo, textos estes que delineiam uma imagem de seus enunciadores que muito se aproxima da imagem do próprio veículo, no âmbito da identidade cultural desta parte do continente americano. Com base neste traçado, expomos a seguir, os procedimentos que executamos para a constituição do *corpus*.

3.4 A construção do *corpus*

Todo o processo de compilação, edição e codificação dos dados seguiu as normas do PHBP⁶⁵, que propõe uma transcrição conservadora dos textos de arquivos públicos, a fim de preservar e normatizar o *corpus* coletado. No nosso caso, a adoção pelas normas do PHPB se deu pela necessidade de normatização dos dados segundo os originais consultados, bem como de preservação da memória/cultura da AL retratada nas páginas do JB e do CL, no sentido de que os textos consultados foram transcritos para serem disponibilizados em acervos virtuais, com as características gráficas e ortográficas dos textos originais, garantindo que o

⁶⁴ Uma análise detalhada dos dois periódicos, em função do discurso jornalístico que constroem, bem como de sua tradição editorialística, encontra-se na cena analítica desta tese, no debate sobre as cenas englobante e genérica em que se desvelam as imagens de si tomadas como objeto de pesquisa.

⁶⁵ Mais informações sobre o PHPB estão disponíveis em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home>

conteúdo destes documentos não desapareça futuramente em decorrência do desgaste do papel em que são veiculados.

A transcrição proposta pelo PHPB⁶⁶ obedece a normas para o tratamento de documentos manuscritos e impressos, antigos e atuais. Para nossa pesquisa, tomamos como referência as normatizações que se referem à transcrição de textos impressos, pois não analisamos textos manuscritos. Assim, na transcrição, consideramos o (a):

- (1) Desenvolvimento de abreviaturas, como “*senhor*”, “*senhora*” etc.;
- (2) Marcação, em itálico, da omissão de letras, entre colchetes, com inclusão da letra deduzida;
- (3) Manutenção da escrita original das palavras escritas juntas e/ou com hífen ou apóstrofo;
- (4) Manutenção da pontuação original e da divisão silábica;
- (5) Marcação de espaço maior de intervalo entre uma palavra e outra através do uso de colchete com a palavra “espaço”;
- (6) Manutenção da acentuação, da separação silábica e do emprego de maiúsculas e minúsculas, como nos originais;
- (7) Marcação com *sic* em eventuais erros de composição, após o vocábulo;
- (8) Remissão de eventuais grafias diferenciadas em nota de rodapé, com registro de possíveis variantes mais comuns e, quando possível, com registro de considerações sobre a variação em si;
- (9) Sinalização de intervenções de terceiros no documento original em nota de rodapé, com informação sobre a localização da referida intervenção;
- (10) Realização de intervenções do editor somente em último caso, obedecendo ao seguinte critério: necessidade extrema de elucidação a ponto de não deixar margem a qualquer tipo de dúvida, sempre com sinalização entre colchetes;
- (11) Preservação da divisão das linhas do documento original, sinalizada por uma barra vertical entre as linhas, e da mudança de parágrafos, sinalizada por duas barras verticais entre os parágrafos;
- (12) Marcação de mudança de fólio ou página com colchetes;
- (13) Marcação dos sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, por colchetes;

⁶⁶ As normas estão disponíveis, na íntegra, em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>

(14) Indicação de ausência de letra, sílaba, palavra ou trecho com uso de colchetes e reticências;

(15) Indicação de furo, ilegibilidade, corrosão e outros problemas na impressão do texto com uso de colchetes e sinalização do tipo de problema;

(16) Marcação, em nota de rodapé, de informações sobre a diagramação e o *layout* dos textos em impressos que o editor julgue relevantes⁶⁷.

De posse de um guia de trabalho previamente elaborado, em que traçamos uma escala de trabalho diário em cada um dos acervos, demos início à coleta dos dados nos arquivos públicos dos dois jornais. Todo o processo de constituição do *corpus* aconteceu com base no tratamento fidedigno das informações coletadas. Tivemos o cuidado de dar ciência, aos períodos, da existência desta pesquisa, bem como de seus objetivos acadêmicos. Para tal, em contato com o JB e o CL através de e-mail e/ou do canal de comunicação disponibilizado no site dos periódicos⁶⁸, expusemos nossa proposta de investigação, deixando-nos disponíveis para esclarecimentos necessários.

No total, nosso *corpus* foi constituído por 50 (cinquenta) textos, sendo 25 (vinte e cinco) do JB e 25 (vinte e cinco) do CL, entre os anos de 1945 e 2014, organizados em duas fases: (i) de 1945 a 1979; e (ii) de 1980 a 2014. Os blocos de textos I e II foram compostos por exemplares que representam todo o contínuo temporal selecionado (70 anos), estabelecendo a necessidade de se respeitar o intervalo médio entre dois e três anos entre a data de publicação de um e de outro texto, com algumas exceções, o que permitiu a coleta sistemática dos exemplares no conglomerado de dados dos arquivos, bem como a observação dos traços de mudança e de permanência nos textos a cada ano, de início, e ao longo de sua trajetória, na sequência.

Objetivando uma organização que possibilitasse, ao fim das análises, um exame contrastivo dos dados do JB e do CL, o *corpus* foi assim organizado:

⁶⁷ Encontramos, no *corpus*, alguns sinais não previstos pelas normas do PHPB. Um exemplo são os símbolos ▲ e *, dentre outros, usados para indicar subsequência dos textos. Optamos por manter tais sinais também na transcrição dos dados. Destacamos que somente foram transcritos elementos da diagramação e do *layout* dos textos que foram realmente relevantes para a análise. Neste tocante, preservamos trechos em negrito e em itálico, por evidenciar posições dos enunciadores em dados trechos dos textos. Outros elementos, como o destaque inicial de letras no início de parágrafos, foram desconsiderados na transcrição. Destacamos ainda que os textos do CL, a partir de 1997, e os do JB, dos anos de 2013 e 2014, foram retirados diretamente da plataforma virtual dos dois periódicos e transcritos também segundo as normas do PHPB.

⁶⁸ Obtivemos retorno formal do JB a respeito da consulta feita por e-mail (ANEXO C). O mesmo não aconteceu com o CL, que foi por nós contactado através do canal disponibilizado aos leitores em <http://www.grupoclarin.com.ar/contacto>. Acreditamos que o não retorno formal do Clarín se deva ao fato de todo o acervo do jornal encontrar-se já catalogado para pesquisas na Biblioteca Nacional, órgão responsável por certificar os pesquisadores que atuam no acervo da Hemeroteca.

Quadro 3 – Organização dos dados em gerações

	1ª GERAÇÃO (1945 a 1979)	2ª GERAÇÃO (1980 a 2014)
JB	13 (treze), com amostras dos seguintes anos: 1945, 1946, 1949, 1952, 1955, 1958, 1961, 1964, 1967, 1970, 1973, 1976, 1979.	12 (doze) textos, com amostras dos seguintes anos: 1982, 1985, 1988, 1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2013, 2014.
CL	12 (doze) textos, com amostras dos seguintes anos: 1946, 1949, 1952, 1955, 1958, 1961, 1964, 1967, 1970, 1973, 1976, 1979.	13 (treze) textos, com amostras dos seguintes anos: 1982, 1985, 1988, 1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2013, 2014.

Fonte: elaboração nossa.

Os 25 textos do JB foram assim reunidos: os exemplares de 1945 a 1999 (19, ao total) foram obtidos no acervo virtual do periódico (News Archive); os exemplares de 2000 a 2013 (05, ao total) foram obtidos no acervo virtual da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro⁶⁹; por fim, o texto de 2014 foi obtido diretamente da página atual do JB na internet.

Por sua vez, os 25 textos do CL foram assim reunidos: os dados de 1946 a 1994 (17, ao total) foram obtidos no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN) de Buenos Aires; os exemplares de 1997 a 2013 (07, ao total) foram obtidos no arquivo virtual do periódico; por fim, o texto de 2014 foi obtido diretamente da página atual do CL na WEB. Nos casos em que, em dada sincronia (em determinado ano), encontramos mais de um texto representativo, optamos pelo exemplar que mais evidentemente tocava as questões interculturais da AL, o que está de acordo com nosso propósito de relacionar o conceito de latinidade ao conceito de TD no estudo do ethos⁷⁰.

Traçadas as coordenadas de busca pelos dados, fomos a campo. Em cada um dos arquivos, consultamos os jornais, dia a dia, localizando, na seção “Opinião”, ou em seção equivalente, os textos de nosso interesse. Às vezes, fazíamos busca saltando dias, contemplando uma visão ampla dos temas que haviam sido tratados por cada um dos jornais em dada época. Outras vezes, fazíamos busca de acordo com datas em que haviam se dado acontecimentos históricos que se relacionassem a questões políticas, sociais e/ou culturais do Brasil e da Argentina no contexto da América Latina.

⁶⁹ <http://hemerotecadigital.bn.br>

⁷⁰ Em alguns períodos do recorte temporal (em alguns anos), encontramos mais de um editorial na mesma seção dos jornais. Nestes casos, optamos pelo exemplar que mais evidentemente tocava as questões culturais do continente latino-americano.

Nesta dinâmica de busca, assim que localizados, os textos eram lidos: (i) objetivamente, em busca de identificar natureza temática (se política, se cultural etc.) e conteúdo temático (referência à interculturalidade entendida nas relações Brasil – Argentina - AL); (ii) detalhadamente, em busca das seguintes confirmações: (a) se se tratava de um texto argumentativo, do gênero editorial (a identificação e a confirmação do gênero se davam em confronto do exemplar com informações e/ou outros exemplares obtidos em manuais de jornalismo e/ou em outras teses e dissertações que haviam se debruçado especificamente sobre algum destes gêneros e que havíamos consultado); (b) se se tratava de um texto com tema sobre política, sociedade, cultura etc.; (c) e se se tratava de um texto com tema relacionado à latinidade.

Em fichas específicas, que intitulamos Fichas Norteadoras de Registro (ANEXO D)⁷¹, tomávamos nota de dados dos textos selecionados no jornal ao passo em que desconsiderávamos os demais exemplares consultados. Logo, os textos eram registrados e arquivados em formato JPEG para análise/certificação da qualidade da imagem. No caso dos dados disponibilizados em arquivos virtuais, os textos foram coletados através dos recursos de captura de imagens a partir das operações “print screen” e/ou “copiar” e “colar”, seguidas da operação “salvar”, no programa de edição de textos WORD. No caso dos dados disponibilizados em arquivos presenciais, os textos foram obtidos através de fotografia, para preservar os arquivos consultados.

Se a imagem estivesse perfeitamente visível, com os dados captados em sua totalidade, os textos eram editados em documento em WORD seguindo as normas de transcrição do PHPB para documentos impressos. Em seguida, eram identificados, um a um, segundo códigos como *JB01/1945* e *CL01/1945*⁷² e assim sucessivamente, estando prontos para o processo de análise e para a redação dos comentários descritivo-interpretativista da cena analítica⁷³, com base no arcabouço teórico mobilizado para a análise dos dados.

Por fim, queremos destacar que: (i) coletamos amostras a mais de textos por via de necessidades futuras nesta e/ou em outras pesquisas; (ii) a organização e a leitura dos dados em fases se deram para que pudéssemos observar, de modo sistemático, os processos de mudança e/ou permanência no âmbito das TD; (iii) quando preciso, consultamos outros

⁷¹ Nestas fichas, tomávamos notas das seguintes informações: codificação, periódico, fato a que se relaciona o texto, título, extensão e estado de conservação do texto, presença ou não de imagens, data de publicação, seção, dentre outras que julgávamos necessárias. Ver a ficha completa no anexo D.

⁷² Nesta codificação, “JB” e “CL” correspondem, respectivamente, a “Jornal do Brasil” e a “Clarín”; “01” e “02” correspondem ao número deste texto no bloco em que ele está posto; e “1945” e “1948” correspondem ao ano em que o texto fora publicado. Todos os dados encontram-se dispostas na seção “Anexos” deste trabalho.

⁷³ Os trechos dos textos usados como exemplos na discussão dos dados foram negritos e sublinhados em dados recortes que desejávamos por em relevo como argumento analítico.

gêneros no mesmo jornal para acessar informações que as amostras selecionadas para análise não revelavam (por exemplo: consultamos notícias do mesmo jornal, publicadas na mesma data, para identificar os fatos do dia que haviam motivado determinados editoriais. Destacamos que este foi um procedimento muito recorrente).

Devemos destacar ainda as dificuldades de execução de pesquisas de cunho histórico, em face do grande e minucioso trabalho de coleta dos dados, que nem sempre é facilitado devido às condições de preservação e catalogação dos arquivos (em nosso caso, julgamos como de referência os acervos dispostos pelos jornais em seus arquivos virtuais e em seus arquivos presenciais, nas Hemerotecas visitadas). A este respeito, Silva (2012) destaca a triste realidade de conservação de arquivos públicos que guardam documentos que muito dizem da cultura dos povos, enfatizando a importância de pesquisas que buscam preservar a história com base em documentos antigos.

Ressalte-se também a riqueza do material histórico preservado nestes arquivos, que pode ser tomado como material de análise para pesquisas em diversas áreas do conhecimento, o que comprova a importância do fomento a projetos de preservação da cultura e da memória dos povos e de suas tradições, o que nem sempre tem sido prioridade nos planos de governo dos países que integram a AL.

3.5 Procedimentos analíticos: categorias e etapas

Reservamos para esse tópico a sistematização das categorias das quais partimos e dos procedimentos que adotamos para a análise das imagens de si expressas em editoriais do JB e do CL representativos da prática discursiva jornalística da América Latina nos séculos XX e XXI. Referidos procedimentos e categorias foram embasados nos postulados da Análise de Discurso francesa e da Filologia Românica alemã. As categorias, discutidas em grande parte na cena teórico-conceitual, são retomadas neste ponto em diálogo com os procedimentos analíticos. Da AD, amparamo-nos nos princípios epistemológicos da semântica global (MAINGUENEAU, 2008b) com relação aos procedimentos integradores de abordagem dos planos discursivos, no exame do ethos na cena enunciativa, considerando que as representações que os enunciadores constroem de si no discurso devem ser observadas nas cenas discursivas de onde emergem (GONÇALVES, (2006).

Da Filologia Românica alemã, amparamo-nos nos princípios de descrição e análise linguísticas a partir da observação dos vestígios de mudança e dos traços de permanência de índices linguístico-discursivos que se deixam ver no plano diacrônico, ou seja, que se repetem na história dos textos, no segundo dos níveis históricos (KOCH, 1999),

com valor de signo, estabelecendo uma relação de tradição/atualização entre dois elementos linguísticos.

De posse dos 50 exemplares selecionados para a composição do *corpus*, e a partir das informações registradas nas incursões pelos dados dos dois jornais em forma de sondagem e levantamento de elementos para a análise, passamos a observar as “regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008b) e as repetições linguístico-discursivos de índices com valor de signo próprio (KABATEK, 2005).

Destacamos que, ao longo do processo de análise dos textos, ajustes foram feitos nas categorias e nos procedimentos, à medida que a observação aos dados nos apontava novos caminhos metodológicos a seguir. A partir de tais procedimentos, propomos categorias analíticas das quais partimos para a análise dos dados. As referidas categorias são organizadas sistematicamente nos quadros disponibilizados a seguir:

Quadro 4 - Categorias analíticas no âmbito da cena enunciativa

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Tipo de discurso	Caracterização da produção jornalística dos dois veículos de comunicação (cena englobante).
Gênero discursivo	Elemento condicionante da imagem de si que os enunciadores revelam na enunciação (cena genérica).
Participantes, topografia, cronografia	Elementos integrantes do quadro cênico, expressos no ambiente enunciativo (cena genérica).
Conjunto de <i>ethé</i>	Conjunto das autoimagens discursivas expressas nas cenas enunciativas dos editoriais do JB e do CL (as imagens de si dos enunciadores).

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 5 - Categorias analíticas no âmbito das tradições discursivas

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Traços de mudança e de permanência nos elementos linguístico-discursivos pelos quais se expressaram as cenografias e os <i>ethé</i>	Dêiticos discursivos e recursos lexicais, observados em perspectiva diacrônica, na expressão dos fenômenos analisados.
Traços de mudança e de permanência nos fenômenos analisados	Conjunto de <i>ethé</i> e cenografias variadas, observados em perspectiva diacrônica.

Fonte: elaboração nossa.

Por estas categorias, executamos os seguintes procedimentos analíticos:

Quadro 6 – Procedimentos analíticos da primeira etapa (cena enunciativa)

SUBETAPAS	PROCEDIMENTOS
1.1	Caracterização do discurso jornalístico praticado pelo JB e pelo CL, na história da imprensa na AL, com base nos 50 textos que compõem o <i>corpus</i> no período de 70 anos, considerando: (a) o contexto sócio-histórico da imprensa no Brasil e na Argentina; (b) a configuração do jornalismo latino-americano como uma prática discursiva, em se tratando de: instituições, enunciadores, ritos genéricos, modos de enunciação, de difusão e de consumo (MAINGUENEAU, 2008b).
1.2	Descrição dos editoriais do JB e do CL, com base no conjunto de 50 textos que compõem o <i>corpus</i> no período estabelecido, considerando: (a) a definição dos editoriais como gêneros da ordem argumentar; (b) propriedades discursivas como: finalidade reconhecida, lugar e momento legítimos, suporte material, organização textual e estatuto de parceiros legítimos (MAINGUENEAU, 2008a), destacando o modo como estes gêneros condicionam as imagens de si projetadas.
1.3	Identificação dos dêiticos discursivos ⁷⁴ temporais, espaciais, pessoais, dentre outros (expressos em pronomes, advérbios, locuções adverbiais etc.) e dos recursos lexicais e análise de sua inscrição como elementos linguístico-discursivos indiciadores da emergência do ethos discursivo e da constituição das diversas cenografias mobilizadas, com base no exame de cada um dos 50 textos que compõem o <i>corpus</i> , segundo cada periódico, em termos de recorrências das cenografias e dos <i>ethé</i> , com destaque para os diversos efeitos de sentido desencadeados na enunciação.
1.4	Identificação e descrição do conjunto de <i>ethé</i> encontrados nas cenas enunciativas em cada um das fases dos editoriais do JB e do CL, nos séculos XX e XXI, que compõem o ethos analisado.

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 7 – Procedimentos analíticos da segunda etapa (tradições discursivas)

SUBETAPAS	PROCEDIMENTOS
2.1	Identificação sincrônica e descrição diacrônica dos índices linguístico-discursivos e de seus traços de mudança e de permanência nas cenografias ⁷⁵ .
2.2	Identificação sincrônica e descrição diacrônica dos <i>ethé</i> encontrados e de seus mais recorrentes traços de mudança e de permanência.
2.3	Identificação sincrônica e descrição diacrônica das cenografias e de seus mais recorrentes traços de mudança e de permanência.
2.4	Descrição diacrônica dos traços de mudança e de permanência dos <i>ethé</i> , das cenografias e dos índices linguístico-discursivos, em uma síntese do observado.

Fonte: elaboração nossa.

⁷⁴ Optamos por apresentar (denificar e exemplificar) estes índices linguístico-discursivos (elementos dêiticos e lexicais) na cena analítica, em diálogo com os dados examinados.

⁷⁵ Todos os índices linguístico-textuais a que fazemos referência (pronomes, advérbios, locuções adverbiais, recursos lexicais etc.) foram apreendidos da observação analítica dos dados e são detalhados, em sua realização nos *corpus*, na seção de análise de dados desta tese.

Os referidos procedimentos analíticos contemplaram os três requisitos teórico-conceituais mobilizados ((i) AD, sobre ethos e cena enunciativa; (ii) TTD, sobre traços de mudança e de permanência nos modos de dizer; (iii) EC, sobre o conceito de latinidade da América Latina) e estão em consonância com os objetivos de pesquisa lançados. Devemos destacar que a proposição destas categorias e destes procedimentos analíticos leva em conta a necessidade de buscar pistas no contexto discursivo para a leitura dos dados (ZAVAM, 2009), uma vez que todos os textos são híbridos na sua enunciação no sentido de que são sempre um tecido de vozes vindas de outros textos pré-existentes, do presente ou do passado, como afirma Pinto (1999).

Levamos em conta ainda, em termos de análise linguístico-discursiva, uma orientação de abordagem dos dados que priorizou a direção [do sentido para a forma], no mais das vezes, percorrendo o caminho contrário outras vezes, sempre que necessário. A organização das análises segundo as três cenas, os ethé e os índices linguísticos, separadamente, deu-se somente para atender a propósitos metodológicos, uma vez que, na enunciação, trata-se de fenômenos que se realizam de modo imbricado.

Ressaltamos que, neste estudo, em que se consideram os fatos linguísticos e extralinguísticos na análise dos dados, reconhecemos que sincronia e diacronia são duas faces do mesmo fenômeno, como afirma Silva (2008), destacando como ressalva a ideia de que a língua é um objeto eminentemente diacrônico (COSERIU, 1979, p. 237), pois:

[...] se faz num quadro de permanência e de continuidade, mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o que assegura sua funcionalidade como língua e seu caráter de objeto histórico. Um objeto histórico só o é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão.

Destacamos que, na interpretação dos dados imersos no quadro de permanência e de continuidade, valemo-nos de técnicas diacrônicas em busca de argumentos históricos para a interpretação de fenômenos discursivos de nosso interesse, na condição de estudiosos da linguagem. Assim, traçados procedimentos e categorias no plano da diacronia, buscamos “ouvir o inaudível” (MATOS E SILVA, 2008), buscando compreender os fatos socio-históricos a partir do que têm a nos dizer os textos antigos, considerando que “de uma época a outra ou de um lugar a outro, não são as mesmas zonas de produção semiótica que propõem modelos para as maneiras de ser e de falar, as que dão o tom” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 19), acreditando que a mais expressiva contribuição desta pesquisa reside na possibilidade de ampliação dos estudos sobre ethos, como veremos a seguir, em nossa cena analítica.

4 CENA ANALÍTICA: a expressão da latinidade, múltiplas imagens de si

“E sem passado, ou com um presente separado de memória, convertido em epígrafe – um adorno para colorir o presente, seguindo a moda da nostalgia –, nossas sociedades mergulham em um presente sem fundo e sem horizonte” (MARTÍN-BARBERO. In: *América Latina Hoje*, 2006, p. 33).

Apresentados os requisitos conceituais e traçadas as coordenadas metodológicas de nossa investigação, procedemos, na última de nossas três cenas, à análise dos 50 editoriais que compõem nosso *corpus*. Para tal, organizaremos este capítulo em três grandes pontos, divididos segundo os procedimentos analíticos traçados e as categorias de análise propostas.

Em “A cena enunciativa: a discursividade na construção das imagens de si”, primeiro dos referidos pontos, analisamos o conjunto de imagens de si que os enunciadores dos editoriais selecionados constroem no discurso. De início, caracterizamos o discurso jornalístico como a cena englobante das imagens de si que foram analisadas, tomando como categorias o contexto sócio-histórico do jornalismo na AL e a inscrição do jornalismo como uma prática discursiva. Em seguida, caracterizamos os editoriais como a cena genérica em que se desvela o ethos em análise, partindo do pressuposto de que os gêneros apresentam elementos condicionantes (propósito comunicativo, organização textual, suporte etc.) das imagens de si dos enunciadores. Na sequência, descrevemos as cenografias e os ethé analisados, em função dos elementos dêiticos, que compõem o quadro cênico, e dos recursos lexicais, pelos quais as imagens de si se concretizam. Ao fim de cada um dos tópicos, executamos uma síntese dos resultados das análises até este momento da pesquisa.

Na sequência, em “Vestígios de mudança e traços de permanência na tradição editorialística”, descrevemos as tradições e as atualizações dos fenômenos discursivos analisados e dos índices linguístico-discursivos pelos quais se expressam. Debruçamo-nos sobre os traços de mudança e de permanência dos elementos que compõem a dêixis discursiva e os recursos lexicais para, então, ser possível descrever as mudanças pelas quais passaram os ethé que compõem o ethos expresso nos textos do JB e do CL, bem como de suas cenografias.

Por fim, em “Síntese do observado: latinidade e imagens de si, a tradição e a modernidade”, procedemos a uma sistematização dos resultados em termos de análise contrastiva dos processos linguístico-discursivos de expressão da latinidade no *corpus* analisado.

Este traçado analítico nos permitiu confirmar a suposição de trabalho de que o conceito de TD pode lançar luz à investigação diacrônica do ethos discursivo, considerando como fértil a aproximação teórica entre a AD e a Filologia Românica no projeto de reconstrução da trajetória histórica do ethos expresso na tradição editorialística do JB e do CL, nos séculos XX e XXI.

4.1 A cena enunciativa: a discursividade na construção das imagens de si

Reconhecendo que “as imagens discursivas dos sujeitos da interação verbal podem ser analisadas associadas a uma série de outros dispositivos enunciativos, como, por exemplo, as cenas discursivas de onde o ethos emerge” (GONÇALVES, 2006, p. 300), analisamos a cena de enunciação em que se desvelam os ethé analisados, pois, segundo Maingueneau (2008c, p. 68), é por meio do ethos que o coenunciador é convocado a um lugar inscrito em uma cena enunciativa que o texto implica.

Ao nos reportamos à cena englobante, à cena genérica e à cenografia, estabelecemos um diálogo entre os pressupostos teóricos da Linguística, da Comunicação, da História, dentre outros, para a caracterização do ambiente enunciativo em que está inscrita a representação discursiva que tomamos como objeto de análise nesta tese. Demos início ao debate, então, sobre o discurso jornalístico e a cena englobante em que se inscreve nosso objeto de análise.

4.1.1 O discurso jornalístico no Brasil e na Argentina: a cena englobante

Por “tipo de discurso” entendemos o conjunto de traços característicos da prática discursiva de dado setor da sociedade. São exemplos destes traços, que neste ponto da pesquisa tomamos como categorias, o contexto sócio-histórico em que estão situados os textos produzidos no âmbito da esfera e as dimensões constitutivas das práticas, em se tratando de instituições, enunciadores etc. (MAINGUENEAU, 2008b). É por meio do tipo de discurso (cena englobante) em que está situado que o enunciador constrói as imagens de si.

Tomando discurso como “um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 15), reconhecemos que as esferas da atividade humana (BAKHTIN, 1997 [1953]), tal como o jornalismo, constituem práticas discursivas constituídas de dimensões como as instituições (grupos ideológicos ou empresas), os enunciadores (enunciadores e coenunciadores), os ritos genéricos (gêneros discursivos), os modos de enunciação (processos estilísticos de produção de sentido) e os modos de difusão e de consumo (processo de produção e recepção do discurso).

Como uma das múltiplas esferas da atividade humana, o jornalismo pode ser compreendido como a ação interpretativista de decidir o que se diz ao público a respeito da realidade social, diante de tudo que aconteceu ultimamente, a partir de um discurso característico da imprensa (GOMIS, 2008). Segundo Coseriu (2006, p. 101, tradução nossa⁷⁶), “o jornalismo é história na sincronia, história sincrônica, e, portanto, história necessariamente parcial e provisória”, daí a necessidade de uma visada diacrônica sobre os fenômenos discursivos que integram este domínio discursivo.

Sobre o discurso característico desta esfera versaremos a seguir. De início, faremos uma reconstrução do contexto sócio-histórico do jornalismo na América Latina, focalizando marcos da história do jornalismo (e da imprensa, por extensão) no Brasil e na Argentina, com o objetivo de oferecer uma panorâmica dos fatos que marcaram o desenvolvimento da imprensa jornalística nos dois países.

4.1.1.1 Contexto sócio-histórico da imprensa na AL: marcos do jornalismo no Brasil e na Argentina

Ao longo da história da humanidade, fez-se crescente a necessidade do homem de estabelecer comunicação com os demais indivíduos, uma das condições básicas da vida em sociedade. Ao longo dos séculos, o fluxo de comunicação foi se intensificando nas mais diversas sociedades, e as informações, por sua vez, foram se sofisticando em termos de estruturação e formas de distribuição, criando terreno favorável à constituição da imprensa no mundo. Neste contexto, a fabricação do papel por sociedades ocidentais⁷⁷ proporcionou o nascimento de uma cultura de informação escrita, cujo precursor, segundo alguns dados históricos, foi Johannes Gutenberg (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Gutenberg, como é conhecido até hoje, é considerado o criador do processo de impressão ainda no estilo tipográfico. Foi em Estrasburgo, em 1428, onde ele procedeu aos primeiros trabalhos de impressão em caracteres, ainda muito distante do que entendemos hoje como material impresso. Apesar de possíveis controvérsias apontadas por estudiosos que dão conta de que, na verdade, teria sido Pedro Schoffer, um copista que exercia suas funções na Faculdade de Paris, quem descobriu o processo de fundir caracteres em material impresso, é praticamente consenso entre os historiadores o nome de Gutenberg como o “pai da imprensa”.

⁷⁶ Tradução nossa de: “el periodismo es historia en la sincronía, historia sincrónica, y, por lo tanto, historia necesariamente parcial y provisoria”.

⁷⁷ Na visão de grande parte dos historiadores, o papel foi criado por T'sai Lun (Cai Lun, em algumas obras), funcionário da corte imperial chinesa, a partir de fibras de vegetais, no ano 105 a. c..

Gutenberg ficou mundialmente conhecido por ter iniciado, na década de 1450, a impressão de uma Bíblia, dividida entre linhas e colunas, através de um trabalho ainda muito penoso, pois essencialmente manual, em que as letras eram feitas artesanalmente uma a uma, bem como a montagem das páginas, o que, ao fim, resultaria em um impresso. Deste modo, a partir dos empreendimentos de Gutenberg, foi possível pensar na mídia impressa, amplamente difundida no mundo, que tem o jornal como veículo de mais expressiva representação.

Estudos históricos dão conta de que o jornal surge na Europa, mais precisamente na Inglaterra, chegando mais tarde às terras norte-americanas, seguindo, anos depois, para sua propagação e popularização na América Latina (GOMES, 2007). De início, em seus primeiros momentos de existência, o jornalismo em geral sofria rígidos controles do Estado, que tendia a censurar praticamente todas as informações veiculadas, já no temor de que o jornal pudesse vir a se transformar em uma arma de manifestação popular, o que seria inevitável ao longo da história dos povos.

Neste contexto, após a Revolução Francesa, os meios de produção em geral sofreram grandes modificações e passaram a se constituir segundo uma rotina de produção em larga escala, uma exigência do Capitalismo então em evidência, como destaca Albert (1990). E com a imprensa e a produção de informações não foi diferente. Com o advento das tecnologias industriais, foi possível aperfeiçoar paulatinamente a produção de material de comunicação entre as agências jornalísticas. Após a Revolução Industrial, a expansão da mídia impressa se deu de modo tão evidente que, já na II Grande Guerra, os jornais disputavam a atenção do público com o rádio e a televisão, propiciando a propagação deste veículo pelo mundo, em destaque pela AL.

Historicamente, os primeiros jornais, ainda em formato editorial muito distinto do que temos hoje, têm origem no século XVI, mas é somente no século XVII, em 1638, na Inglaterra, que surgem os primeiros periódicos propriamente ditos, com edição sistemática. Segundo Zavam (2009), com o surgimento do jornal, a história da leitura passa necessariamente pela história deste tipo de impresso já que, a partir do século XVIII, a circulação deste suporte, ainda que semelhante à do livro⁷⁸, começa a desenhar uma nova feição às práticas sociais de leitura.

⁷⁸ Chartier (2001) destaca as singularidades do jornal frente ao livro no que se refere às formas de publicação e distribuição periódicas e sistemáticas, ou seja, aos modos de difusão aos moldes dos folhetins, com atualização praticamente diária.

Ainda em solo europeu, em Portugal, são as chamadas Gazetas de Restauração, publicações de tom político, que marcam o início da história do jornalismo diário naquele país. E a discussão sobre política se torna elemento motivador para a maioria dos primeiros jornais de grande circulação nos países dos continentes europeu e americano. Do ponto de vista histórico, enquanto na Europa a imprensa escrita dá sinais de existência em pequenas tipografias já em meados do século XV, nas Américas, a atividade impressora surge somente no século XVI e de modo muito incipiente.

De acordo com Morel (2012), os primórdios do jornalismo na América Latina estão relacionados ao surgimento de três grandes periódicos: “Gaceta de Guatemala”, “Primicias de la Cultura de Quito”, ambos de 1729, e “Gaceta de Lima”, de 1743⁷⁹. O primeiro dos referidos jornais apresentava de 3 a 4 páginas e tinha publicação mensal na capital guatemalteca, Cidade da Guatemala. O segundo deles tinha circulação quinzenal e tratava de temas culturais da capital do Equador. Já o terceiro dos referidos periódicos foi o primeiro jornal de circulação diária das Américas e tratava de temas da política e do comércio de Lima, capital do Peru.

Como se pode perceber pelos marcos históricos mencionados, a imprensa demorou a chegar nas Américas, se comparado a sua chegada a solo europeu, dentre outros motivos, devido a atrasos culturais desta parte do continente americano que, durante séculos, viveu sob a dependência das colônias europeias. Para se ter noção deste atraso, as experiências mais antigas de atividade impressora na América Latina de que se tem notícia apontam para a existência de quatro pequenas tipografias instaladas na regiões de Missões, próximo aos rios Paraná e Uruguai, em territórios hoje da Argentina e do Paraguai, fazendo fronteira com o Brasil, como destaca Morel (2012). Segundo o referido estudioso, o atraso, a censura e o oficialismo exacerbado exercido pelas metrópoles europeias sobre as colônias americanas são fatores que explicam os primeiros e difíceis tempos da imprensa (ou da ausência dela) em solo latino-americano.

Na Argentina, a imprensa tem início oficial datado de 07 de junho de 1810, com a “Gazeta de Buenos Aires”, somente treze dias após a Revolução de Maio, quando é declarada a independência argentina. Já no Brasil, o início da imprensa relaciona-se ao contexto do Império, com a chegada da Família Real Portuguesa às terras brasileiras, em 1808, fugida dos efeitos políticos das Guerras Napoleônicas na Europa. No Brasil e na Argentina, o JB e o CL

⁷⁹ Algumas outras fontes, tais como Gomes (2007), apontam o Diário de Pernambuco como o primeiro jornal a ser publicado diariamente na América Latina. O referido jornal foi fundado em 07 de novembro de 1825 e segue em circulação até os dias de hoje, em destaque em sua versão on-line. Atualmente tem como bandeira institucional o título de “o mais antigo jornal em circulação na América Latina”.

se tornaram dois veículos de comunicação dos mais expressivos da história da imprensa latino-americana, tendo o primeiro dos veículos surgido ainda no século XIX, em 1891, e o segundo no século XX, em 1945, em meio a uma série de transformações políticas e sociais por que passava a AL naqueles tempos.

Em terras brasileiras, o primeiro jornal a circular periodicamente foi o *Correio Braziliense*. Seu primeiro número foi editado em Londres, em 1808, por Hipólito da Costa, e tratava de temas diversos, tais como política, artes, ciências, sociedade, dentre outros. Em estudos históricos que são referência até os dias de hoje, Sodré (2011) questiona se este jornal foi de fato o primeiro periódico brasileiro. Para o estudioso, este título na verdade pertence à *Gazeta do Rio de Janeiro*, impressa no Brasil (e não no exterior), em 1808, marcando-se como uma produção nacionalista.

Desde o nascimento de seus primeiros periódicos, a imprensa brasileira sempre exerceu papel relevante na história da sociedade, na medida em que passou a tratar dos temas da identidade do povo brasileiro e suas relações com as outras partes do mundo, revelando traços do Brasil imperial. Zavam (2009, p. 127) destaca que:

A imprensa periódica exerceu um papel relevante no século XIX. Se por um lado foi marcada pelo compromisso com o desenvolvimento do hábito de leitura através da divulgação de obras literárias, por outro se tornou espaço privilegiado para a discussão sobre vida política, social e cultural do país, possibilitado pela diversificação dos consumidores letrados e pela propagação de ideias liberais e republicanas.

A partir da ideia de que a imprensa não no Brasil e nos demais países latino-americanos tornou-se “espaço privilegiado para a discussão sobre vida política, social e cultural do país” (ZAVAM, 2009, p. 127), tomamos como verdadeiros os fatos de que “o jornalismo é produto da imprensa e do capitalismo” e de que “todos os inventos de comunicação – do telégrafo ao rádio – foram impulsionados pelo desenvolvimento capitalista e pela aceleração das relações econômicas” (BARBOSA, 2005, p. 92) no Brasil do Império, compreendendo, assim, a configuração da imprensa brasileira do século XIX em seus anos iniciais. Ao problematizar a relação Europa-AL (mais especificamente o papel do Brasil nesta relação), Pessoa (2002, p. 201), em estudos sobre o gênero carta, afirma que:

Parece que o Brasil do século XIX é uma reprodução em parte do que acontecera na Europa no século XVIII. Se o romance surge no século XVIII na Europa, ele surge no século XIX no Brasil; se a carta se populariza na Europa no século XVIII, ela se populariza no Brasil no século XIX; se o jornal cresce na Europa do século XVIII, no Brasil isto se dá no século XIX. Um dos fatores que facilitaram a ponte entre a Europa e o Brasil foi a fixação da família real em solo brasileiro. Sem dúvida, esse episódio provocou o desenvolvimento da pátria, com o surgimento de indústrias, de universidades e da imprensa.

Concordamos com a ideia de que é o contexto do Brasil imperial que marca o surgimento da imprensa do Brasil e sobre o Brasil, sendo o ano de 1808 um marco nas relações do povo brasileiro com outros povos, bem como nas relações do Brasil com outras então províncias do mesmo território, a partir da disseminação dos meios de comunicação nesta nova fase da história do país. Gomes (2007, p. 74), ao tratar do *Correio Braziliense* e de sua repercussão no contexto histórico do Brasil imperial, destaca que, apesar da entrada clandestina no país, “a motivação para a publicação do primeiro número desse jornal, que circulou até 1822, foi a vinda de D. João VI, com toda a Corte para o Brasil, fugido do poderio napoleônico que tomara toda a Europa”.

Assim como muitos outros países da América Latina, o Brasil só viu a sua imprensa de fato se desenvolver muito tardiamente. Segundo registros, a primeira tipografia que funcionou expressivamente em terras brasileiras teria chegado junto com a frota de D. João VI que, ao se instalar no Brasil com sua família e sua corte, precisava criar condições para que o país se desenvolvesse (MOREL, 2012). Desta época data a criação da primeira universidade e do primeiro banco brasileiros, favorecendo o surgimento de uma sociedade que se iniciava como letrada a partir de então.

Enquanto no período colonial era praticamente inexistente a produção jornalística tipicamente nacional, dada a dependência cultural local aos padrões europeus impostos pela metrópole portuguesa, hoje praticamente não há mais dúvidas de que, com a chegada do período imperial, principalmente a partir do Segundo Reinado (1831-1840), a imprensa no Brasil deu sinais de projeção e feições próprias, uma vez que “as inovações tecnológicas registradas no século XIX facilitaram a circulação da informação” (GOMES, 2007, p. 74). Ainda no século XIX surgem as primeiras agências de notícias, possibilitando aos brasileiros o acesso aos acontecimentos do âmbito nacional para além do regional.

Mesmo diante de um cenário de mudanças, tardou para que chegassem ao Brasil os ideais de liberdade de imprensa propostos como um dos desdobramentos da Revolução Francesa. Lustosa (2003) destaca que, mesmo após a Independência do Brasil, a imprensa nacional seguiu marcada pela influência externa, sendo o período republicano um dos tempos em que política e imprensa se confundiram de modo mais evidente em solo brasileiro.

O desenvolvimento da imprensa brasileira durante o período imperial foi acompanhado pela atuação de censores da coroa portuguesa, responsáveis por legislar as atividades da imprensa nas colônias. Para se ter uma ideia da atuação deste censores, as primeiras tentativas de produção de impressos no Rio de Janeiro e no Recife ainda no século

XVIII foram imediatamente abortadas pelas autoridades da época, por representarem uma ameaça aos intentos da metrópole nas colônias.

Mesmo diante de um cenário de repressões, ainda que veladas, é neste contexto histórico que surge a opinião pública brasileira formada por grupos de intelectuais que se congregaram para debater a realidade nacional, a exemplo de jornalistas, políticos e literatos, homens de letras que ocupam o posto de redatores dos jornais, os famosos gazeteiros, denominação comum na época. Nos textos por eles produzidos, eram disseminados ideais nacionalistas e progressistas, em um estilo panfletário, crítico e audaz. A este respeito, Morel (2012, p. 41) afirma que:

Os jornais do período inicial constituíram-se, em alguns casos, através de várias redes de sociabilidade, dentro das condições da época, formadas no Brasil recém-independente que buscava se constituir em nação. Não se deve negligenciar dentro desses laços que se articulavam (criavam, mantinham ou refaziam), com densidades desiguais, uma forma de associação bastante específica em suas características, embora articuladas com as demais: as redes de sociabilidade pela imprensa periódica.

Os agentes dos primórdios da imprensa no Brasil, homens de letras que compunham a opinião pública, não demoraram a dar início a uma tomada de posição contra os desmandos do governo imperial no Brasil, já a partir do Segundo Império (1840-1889), período em que o país experimenta avanços significativos na economia, devido à expansão da política cafeicultora, e na cultura, devido aos desdobramentos do Romantismo em terras brasileiras. Por esta época, a imprensa passa a ser o veículo de divulgação dos escritos dos intelectuais das Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, que também integravam a opinião pública da época.

Para se ter uma ideia da expansão da imprensa durante o segundo Reinado, de acordo com Martins (2012, p. 61), entre os anos de 1823, data de lançamento de *O Paulista* (1823), e 1854, quando é lançado o *Correio Paulistano* (1854), só na capital paulistana “circularam 64 periódicos, em geral de curta duração, mas servindo a dois propósitos: às correntes políticas e à produção de uma literatura nacional”. Data desta época o início da participação feminina na imprensa, a partir de publicações como o *Correio das Modas* (1839).

Os folhetins literários, também conhecidos como folhetins de pé de página, passam a se fortalecer entre os anos de 1840 e 1850, passando a ser tendência a partir das publicações de José de Alencar, Machado de Assis, dentre outros⁸⁰. E é exatamente em meio à

⁸⁰ Os romances *O Guarani* (1857), de José de Alencar, e *Iaiá Garcia* (1878), de Machado de Assis, são alguns dos muitos exemplos de obras do Romantismo no Brasil que alcançaram êxito nacional a partir de suas publicações como folhetins em periódicos da época.

produção literária da segunda metade do século XIX que surgem os temas abolicionistas, a partir da publicação dos poemas de Castro Alves, que alcançariam maior visibilidade com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando “essa imprensa de caráter monarquista – salvo exceções – se transformaria em imprensa republicana, agente do projeto civilizador, secularmente acalentado”. (MARTINS, 2012, p. 79). Na visão de Sodré (2011, p. 371), a inicial fase de transição entre Império e República:

[...] não alterou o desenvolvimento da imprensa. Os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força os republicanos, com mais combatividade os monarquistas. Não surgiram de imediato grandes jornais novos: só em 1891 apareceria o *Jornal do Brasil*. Multiplicaram-se os pequenos, os órgãos de vida efêmera, mas isso sempre acontecera e continuaria a acontecer nas fases de agitação, desaparecendo em seguida.

Se nos primeiros anos do Brasil republicano não houve alterações significativas na imprensa nacional (SODRÉ, 2011), nos anos subsequentes, o desenvolvimento das tecnologias da comunicação alterou consideravelmente os processos de produção de material impresso. Neste contexto de transformações, surgem o telefone e o telégrafo e com eles os novos modos de produzir e distribuir material jornalístico. A tecnologia traz consigo a possibilidade de produzir e reproduzir imagens, que passam a compor o material impresso jornalístico com muita evidência.

Já com padrões de impressão e de tratamento da informação escrita e da imagem considerados de referência, o *Jornal do Brasil* nasce no Rio de Janeiro, à época capital do Brasil, entre o fim do século XIX e início do século XX, lançando-se como um dos mais relevantes jornais do país. Segundo Eleutério (2012, p. 87):

Embora São Paulo, a partir do início do século XX, fosse o foco do desenvolvimento econômico do país, o centro das decisões políticas se concentrava na capital federal. Lá surgiram alguns dos jornais que marcaram a vida brasileira, a exemplo do *Jornal do Brasil* (1891). O profissionalismo no tratamento jornalístico marcou seus editoriais, com destaque para os correspondentes internacionais que ganharam espaço e eram recrutados em seus países de origem. [...] Em 1906, incluindo-se entre as perspectivas urbanísticas do prefeito Pereira Passos, a sede do *Jornal do Brasil* tomou lugar na Avenida Brasil. Instalou-se ali o maior parque gráfico da imprensa brasileira: linotipos, sistema fotomecânico, impressão em cores. O que havia de mais moderno chegava aos escritórios da redação com a novidade das máquinas de escrever para cada um dos jornalistas.

No contexto do surgimento do *Jornal do Brasil* na capital federal, o século XX marca-se na história da imprensa brasileira com o surgimento da figura do repórter enquanto profissional da informação (ELEUTÉRIO, 2012). Um dos mais expressivos repórteres da época foi Euclides da Cunha, que fora enviado pelo jornal *Folha de São Paulo* para cobrir a Guerra de Canudos, o que resultou, anos depois, na publicação da obra *Os Sertões*, marco

inicial da literatura pré-modernista no país. Também no século XX florescem, em terras brasileiras, as revistas de tom nacionalista, a exemplo de Tico-Tico (1905-1962), composta de matérias de entretenimento e de informações culturais, e de O Floreal (1907), editada por Lima Barreto, em que se ensaiavam fortes críticas aos excessos idealistas da produção artística do século anterior. Foram temas constantes de ambas as produções as transformações por que passavam o país no século XX.

No contexto do Modernismo, cujas bases são lançadas na Semana de Arte Moderna de 1922, fortalecem-se as publicações de crítica nacional. Escritores modernistas, tais como Oswald de Andrade, passam a ter o jornal como espaço de divulgação de seus ideais de revolução nas artes brasileiras. Também se tornam espaço de protesto e de divulgação do ideário modernista revistas como Klaxon (1922) e Revista de Antropofagia (1928), duas de grande relevância no contexto da arte de revolução nacional proposta pelo Modernismo brasileiro (CANDIDO, 1997).

Assim, com a expansão das tecnologias (a impressão em cores e em relevo, as imagens como parte integrante da informação, dentre outros), os meios de comunicação de massa entram em processo de popularização, configurando-se como meios de comunicação para as massas (THOMPSON, 2009). Neste contexto, segundo Luca (2012, p. 167), a chegada de Getúlio Vargas ao poder, nos anos 30 do século XX:

[...] implicou deslocamentos importantes no cenário da grande imprensa: alguns órgãos perderam parte de seu antigo brilho, caso do *Correio Paulistano*; outros não resistiram aos novos ventos e acabaram desaparecendo, como *O País*; enquanto houve aqueles que, a exemplo do *Jornal do Brasil*, mudaram de proprietários e/ou alteraram sua linha editorial.

Marcado por momentos de imposição de censura à liberdade de expressão no Brasil, o Governo de Vargas trouxe cerceamento da palavra a jornais e revistas, de modo que, somente nos anos de 1950, a imprensa passou a retomar o poder de expressão, que logo seria cerceado novamente, no contexto da Ditadura Militar, momento em que a produção jornalística brasileira passou a ser condicionada aos militares então no poder. Após anos de censura, nos anos de 1980, a imprensa nacional vê chegar ao fim a Ditadura Militar. Com Tancredo Neves no poder, no contexto pós-Ditadura, foi possível aos jornais brasileiros experimentarem certa fase de modernização advinda da chegada das tecnologias da informação à AL.

Com a chegada dos computadores às redações dos veículos de comunicação, há uma mudança radical no modo de fazer imprensa: a produção jornalística passa a acontecer em larga escala, com a possibilidade de atualização dos fatos noticiados com muito mais

velocidade que antes. Todas estas modificações teriam seu momento áureo nos anos de 1990, com o advento da internet e com a conseqüente informatização de jornais brasileiros, como *O Globo* (LUCA, 2012), que passam a atuar no trato simultâneo dos fatos a serem noticiados, dia a dia, no Brasil e no mundo.

Na atualidade, a imprensa brasileira vive o auge do processo de globalização das mídias, compreendidas como “dispositivos transportadores de sentidos acrescidos às mensagens ou como espaço de interação de produtores e receptores” (COGO, 2006, p. 30). Nestas mídias, a produção noticiosa passa a acontecer praticamente em tempo real uma vez que, segundo Romancini e Lago (2007, p. 217-218), “as novas tecnologias digitais afetaram o modo de produção jornalístico, agora pressionado pela necessidade de informação em tempo real”.

Devemos destacar ainda a visão de Sodré (2011) para quem a imprensa contemporânea brasileira vive um momento de crise, dada sua profissionalização não mais como um órgão de interesse popular, mas como uma empresa, uma instituição privada. No Brasil, segundo o referido estudioso, “a imprensa, realmente, torna-se o contrário do que era, e particularmente do que deveria ser, na medida em que se desenvolve como empresa, na sociedade capitalista”, uma vez que “o jornal é menos livre quanto maior como empresa” (SODRÉ, 2011, p. 654-655).

Do mesmo modo que em terras brasileiras, na Argentina a história da imprensa acompanhou a história social e cultural do país. Considera-se o primeiro jornal argentino pós-independência a “Gazeta de Buenos Aires”, fundada em junho de 1810, somente alguns dias depois da Revolução de Maio, que decretou a independência do país em 25 de maio daquele ano. Inicialmente escrito por Mariano Moreno com colaboração de grandes nomes da história do país, como o general Manuel Belgrano, o periódico objetivava publicar textos referentes aos atos de governo, sendo o primeiro veículo de comunicação de caráter pátrio na Argentina.

Antes da Revolução de Maio, ainda no período colonial, surge na antiga Capital del Plata os pasquins e as notícias comunicadas de tom político. Estes periódicos eram veiculados de mão em mão ou pregados nas paredes dando notícias do comércio e da política na capital portenha e em regiões vizinhas e, em geral, davam notícias de aspectos da vida sociocultural de Buenos Aires e das demais províncias.

Um exemplo destas publicações eram as “Noticias comunicadas de la Colonia de Sacramento a esta Ciudad Bus Ayres en 5 Dize de 1759” que, narrava, em poucas palavras, uma só notícia sobre o Uruguai e suas relações comerciais com os povos vizinhos. Também por esta época se lia em terras portenhas muito do que chega da Europa, principalmente da

Espanha, em navios de guerra, como destaca De Marco (2006, p. 22, tradução nossa⁸¹), ao afirmar que “em seus primeiros anos, a imprensa deu à luz diversas folhas soltas com notícias da Espanha e do resto da Europa, que chamavam a atenção do público portenho”.

Os primórdios da atividade impressora em torno ao Rio da Prata se voltam para as missões jesuíticas do Paraguai, no contexto da catequese dos índios. Nesta época, muitas obras de tom evangelizador foram publicadas em uma pequena tipografia montada a partir de técnicas europeias. Esta atividade impressora se intensifica e se sofisticava com a produção intelectual da Universidade de Córdoba que se tornou, ao longo dos séculos XVII e XVIII, um dos mais expressivos centros intelectuais da época, o que fez com que logo se pensasse em uma imprensa para a divulgação da produção do conhecimento desta universidade.

Neste contexto, não demorou muito para o surgimento do jornalismo noticioso que era desenvolvido através da distribuição de folhas soltas espalhadas de tempos em tempos em Buenos Aires. Assim, é no ano de 1801 que nasce o jornal rio-platense “Telégrafo Mercantil”, redigido por Francisco Antonio Cabello y Mesa, que tinha por objetivo apresentar à sociedade as novidades culturais da época, bem como as notícias de então relacionadas às questões políticas, literárias e socioculturais peculiares à época (DE MARCO, 2006).

O “Telégrafo Mercantil” contava com colaboradores que escreviam, geralmente sob pseudônimos, crônicas de costumes, comentários políticos, dentre outros gêneros. Não tardou para que o jornal se envolvesse em questões polêmicas, vindo a desaparecer a mando das autoridades políticas no ano de 1802, alguns meses depois do aparecimento do periódico “Semanao de Agricultura, Industria y Comercio”, editado por Juan Hipólito Vieytes, com o apoio do Real Consulado.

Neste contexto de surgimento, consolidação e desaparecimento de periódicos, o último jornal da época colonial argentina foi o “Correo de Comercio”, redigido com a colaboração de Manuel Belgrano. Este periódico circulava com notícias do comércio local e de regiões circunvizinhas. Ao referir-se a esta produção jornalística do período colonial argentino, De Marco (2006, p. 38, tradução nossa⁸²) destaca que:

⁸¹ Tradução nossa de: “en sus primeros años, la imprenta dio a luz diversas hojas sueltas con noticias de España y del resto de Europa, que llamaban la atención del público portenho”.

⁸² Tradução nossa de: “el párrafo transcrito demuestra que, en materia de estilo, el *Correo de Comercio* no difería, por lo farragoso, del que se había empleado en el *Semanao*. Su objeto era también promover los conocimientos útiles, e insistir de un modo especial en la educación, ‘persuadido de que la enseñanza es una de las primeras obligaciones para prevenir la miseria moral y la ociosidad’.

Em matéria de estilo, o *Correo de Comercio* não se diferenciava, pela representatividade que tinha, do que havia se empregado no *Semanario*. Seu objetivo era também promover os conhecimentos úteis e insistir de um modo especial na educação, ‘persuadido de que o ensino é uma das primeiras obrigações para prevenir a miséria moral e a ociosidade’.

Este jornal teve 52 números editados antes da Revolução de Maio, fato histórico que levou a Argentina ao posto de Estado Argentino Independente, abrindo espaço para que fosse lançada a “Gazeta de Buenos Aires”, que teria o título de primeiro jornal argentino reconhecido em 1938, em Córdoba, quando se atribui à data de 07 de junho o Dia do Jornalista, em homenagem ao lançamento do referido periódico.

A “Gazeta de Buenos Aires” se tornou um símbolo da Revolução de Maio pelo modo como assimilou os ideários de liberdade e nacionalismo do movimento (DE MARCO, 2006). Tinha como colaboradores homens de letras, como Nicolás Herrera e Manuel José García, políticos de grande influência na época. Jornal de grande influência, principalmente devido ao momento em que surgiu no cenário da imprensa portenha, a Gazeta entrou na história do jornalismo argentino como um dos periódicos que de modo mais próximo acompanhou as mudanças pelas quais passou a sociedade nos primeiros anos do século XIX. Segundo De Marco (2006, p. 10, tradução nossa⁸³):

Se se descontam as tentativas precursoras da Colônia – às quais certamente nos referimos com atenção -, o jornalismo conta, no momento em que apareceu este livro (2006), 195 anos. Surgido, segundo feliz expressão, como ‘voz da pátria que rompe suas prisões’, a *Gazeta de Buenos Ayres*, em 07 de junho de 1810, viveu não somente as enormes mudanças do país em que nasceu e cresceu, mas também recebeu e aplicou, quase simultaneamente com o resto do Ocidente, as profundas inovações tecnológicas produzidas ao longo dos séculos XIX e XX.

Ainda no âmbito da Revolução, os anos de 1820 marcaram a tentativa da imprensa argentina de formar uma opinião pública própria. Neste contexto, um jornalismo de opinião, de debate e de conflitos políticos marcou a imprensa dos primeiros anos do século XIX, tendência que seguiria forte nos anos seguintes e que dividiria espaço com um jornalismo de tom mais informativo a partir do século XX.

Durante o Governo de Bernardino Rivadavia (1826-1827), primeiro presidente argentino, ganharam espaço jornais como “El Nacional” e “El Argentino”, ambos marcados por expressivo engajamento político. Ao fim do governo Rivadavia, muitos jornais ficaram sem recursos e desapareceram. O jornalismo segue no governo de Juan Manuel de Rosas,

⁸³ Tradução nossa de: “si se descuentan los intentos precursores de la colonia – a los que por cierto nos referimos con atención-, el periodismo cuenta, en el momento de aparecer este libro, 195 años. Surgido, según expresión feliz, como ‘voz de patria que rompe sus cadenas’, con la *Gazeta de Buenos Ayres*, el 7 de junio de 1810, vivió no sólo los enormes cambios del país en que nació y creció, sino que recibió y aplicó, casi simultáneamente con el resto de occidente, las profundas innovaciones tecnológicas producidas a lo largo de los siglos XIX y XX”.

governador de Buenos Aires, sob tendências políticas. Destacam-se como exemplos de periódicos desta época o jornal “El Rayo” (1833) e alguns jornais de temas culturais, como “La moda” (1837). Neste contexto, a opinião pública argentina se formava, tendo um caráter mais elitista durante o governo de Rivadavia e mais popular durante o governo de Rosas (ALONSO PIÑEIRO, 2008).

No contexto de fortalecimento da imprensa na Argentina, nos anos de 1840 deu-se início a um projeto de jornalismo mais interiorizado, que chegava às províncias com significativa expressão. Tal projeto de expansão teve seu apogeu nos anos de 1880, com a chegada de Julio Argentino de Roca à presidência e com o decreto do Congresso Nacional que elevou Buenos Aires ao posto de capital federal da República Argentina.

Segundo Alonso Piñeiro (2008), com a chegada do século XX, a imprensa na Argentina firma seu ideário de democracia, marcando-se pela fundação das primeiras agências de notícias, pelo lançamento do jornal “El País”, em 1º de abril de 1990, durante o governo de Carlos Pellegrini, e pela consolidação dos jornais nas províncias. Já em 1920, considerado um período áureo para a imprensa nacional, surge o periódico “El Mundo”, o primeiro jornal portenho no formato tabloide (em que cada página mede aproximadamente 33x28 centímetros, com notícias curtas e com muitas ilustrações).

Em 1930, o periódico “Crítica” manteve-se atualizado no contexto do golpe militar de Estado do século XX, tendo sido considerado um dos responsáveis pela queda de Juan Hipólito Irigoyen, presidente argentino deposto naquele ano, durante o primeiro golpe de estado da época constitucional na Argentina (ALONSO PIÑEIRO, 2008). Por esta época, em detrimento da Segunda Guerra Mundial, a imprensa do mundo todo passou por momentos difíceis de recessão, inclusive no fornecimento de papel.

No contexto pós-guerra nasce o Clarín. Em seu editorial de lançamento de 28 de agosto de 1945, o jornal se propõe a ser um veículo com liberdade política e de tendência informativa, de teor menos opinativo, uma novidade para a época (SIVAK, 2013). Por tratar de temas locais e internacionais, tornou-se logo um jornal de grande circulação em terras portenhas. Um ano após seu lançamento, em 1946, durante o governo de Juan Domingo Perón, o Clarín foi um dos periódicos nacionais que passou por dificuldades de acesso a papel, uma das ações impostas pelo governo peronista.

Para se ter uma ideia da postura do governo Perón (1946-1955) frente aos meios de comunicação, em 1951 surge “Mundo Argentino”, periódico peronista que tinha como colaboradores o próprio presidente Domingo Perón e sua mulher, Eva Perón, uma das mais influentes figuras da história da política argentina. Anos à frente, na década de 60 do século

XX, o jornalismo argentino se moderniza e se profissionaliza. Logo, nos anos de 1970, passaria a sofrer com as coerções da Ditadura Militar.

Em 1983, com a chegada de Raúl Alfonsín ao poder, a imprensa cresce com a democracia e a liberdade de expressão. Como destaca Rivera (1995), nem tudo foi feliz nesta época: apesar da abertura democrática dos meios de comunicação, muitos veículos não acompanharam os tempos de modernidade e vieram a desaparecer. Por outro lado, muitos jornais surgiram e se firmaram até os dias de hoje, tais como o periódico “Página/12”, um veículo alternativo que surgiu na Argentina com o objetivo de tratar de temas para além da política, tais como educação e cultura.

Segundo Albert (1990), assim como no Brasil, chegados os anos de 1990 na Argentina, as tecnologias da informação se acentuam, e o jornalismo passa a servir como instrumento de denúncia. Neste contexto, a interatividade é propiciada pela informatização das redações dos jornais em função do advento do computador e da internet. Ao longo dos anos de 1990, a imprensa argentina passa a constituir uma dimensão representativa da vida em sociedade, popularizando-se no rádio, na TV e na WEB. Já no século XX, o Grupo CL passa a ocupar grande parte dos meios de comunicação do país, até que é sancionada, em 2013, a Lei dos Meios, que redimensiona o cenário da imprensa portenha.

Por fim, devemos destacar que a história da imprensa no Brasil e na Argentina se funde à história dos povos desta parte do continente americano. Neste contexto, o jornalismo praticado nos dois países se constitui como uma prática discursiva que muito diz sobre a identidade cultural dos povos dos dois países, através da retratação de seus signos identitários nas páginas de seus jornais. Na continuação do debate sobre o discurso jornalístico na AL, versaremos sobre o conceito de jornalismo como uma prática discursiva.

4.1.1.2 O jornalismo como uma prática discursiva

Como se pode notar a partir do traçado histórico do surgimento e do desenvolvimento da imprensa na Argentina e no Brasil, no âmbito da imprensa latino-americana, o jornalismo impresso se desenvolveu, ao longo da história, motivado por questões sociais, políticas e culturais relacionadas aos fatos que compõem o que de mais importante acontece no mundo, dia a dia. Nesta dinâmica, o discurso jornalístico foi, ao longo dos séculos, constituindo-se sob duas grandes tendências: a opinião e a informação, que se entrecruzam na produção jornalística brasileira e argentina.

Caracterizado em suas primeiras manifestações a partir de um estilo político-panfletário, o discurso jornalístico no Brasil e na Argentina passa a se caracterizar, no século XX, por um tom noticioso, como constatado a partir das primeiras edições do Jornal do Brasil e do Clarín. Já no século XXI, vemos ressurgir com força o discurso jornalístico opinativo, que divide espaço com a necessidade de relatar os fatos que se tornam notícia na sociedade.

Na visão de Amaral (1997), o discurso jornalístico pode ser caracterizado como essencialmente tendencioso e marcado ideologicamente, na medida em que, na imprensa, nem tudo que acontece na sociedade vai para as páginas dos jornais: tornam-se material jornalístico os fatos de interesse da sociedade mediados pelos interesses das empresas jornalísticas que os veiculam. Deste modo, a imprensa seleciona os fatos que se tornam material jornalístico, como destaca Gomes (2007, p. 93) ao afirmar que:

Apesar das divergências, o que de fato define a prática da imprensa é a sua inserção num determinado espaço/tempo histórico e o seu propósito interativo por meio da “produção e recepção” de textos vários num processo dialógico entre os sujeitos históricos. Assim, é natural que diferentes interesses estejam em jogo nessa prática social. Nesse caso, o jornal é mais um operador sócio-simbólico, porque tem o sentido construído a partir do momento em que os leitores acionam o seu campo mental em correlação com o ambiente cultural.

Circunscrito a um tempo e a um espaço, o jornal se constitui como uma mídia, um meio discursivo, pelo qual a história e a cultura dos povos se constitui e se preserva. Na condição de objeto histórico, este veículo retrata fatos, opiniões, discursos e se constitui como uma prática discursiva entendida como uma espécie de “rede” que rege semanticamente as diversas instâncias que a constituem, tais como: instituições, enunciadores, ritos genéricos, modos de enunciação, de difusão e de consumo, rearticuladas dentro de uma perspectiva eminentemente dialógica. Na visão de Maingueneau (2008b, p. 136):

Essa reorientação de conjunto nos leva a remodelar a noção de discurso. No início, nós o concebemos como permanecendo na órbita da estrita textualidade. Agora, somos deslocados em direção a seu ‘ambiente’, para fazer aparecer uma imbricação semântica irreduzível entre aspectos textuais e não textuais.

Se entendemos o jornalismo como uma prática discursiva, a caracterização de seu ambiente enunciativo se faz necessária para que as dimensões que o constituem possam ser debatidas no âmbito de uma perspectiva integradora que considere os índices linguísticos pelos quais se expressam os fenômenos discursivos que encontramos nas páginas dos jornais, bem como os fatores socio-históricos que os condicionam. Construído no bojo da interdiscursividade, o discurso jornalístico constitui-se no entrecruzar de outros discursos, como o político, o religioso etc., como nos revelou a análise dos 50 editoriais selecionados.

Na visão de Charaudeau (2012, p. 12), “o discurso de informação é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça na sociedade o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário”. Na medida em que os sujeitos em geral lançam mão do material jornalístico a partir do qual se inteiram do que acontece em seu entorno, processos de reconhecimento identitário se configuram e se reconfiguram. Neste processo, constroem-se os modos de enunciação a partir dos quais os veículos de comunicação se posicionam sobre os fatos do mundo tratados nos gêneros jornalísticos. Assim, a situação de comunicação se realiza como “um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2012, p. 67).

O discurso jornalístico se efetiva em meios de comunicação de massa representativos de instituições, grupos ou empresas, que propagam sua produção através de mídias, ou seja, através de dispositivos, como os suportes materiais (os jornais, as revistas etc.). Em cada um destes dispositivos, o discurso empreendido assume contornos sócio-históricos específicos, segundo seu público-alvo.

Exemplos de como as instituições adéquam discursos frente a suportes e público são as revistas de costumes que surgiram no Brasil nos anos 50 e 60 do século XX, tais como *Cláudia*, direcionada a leitoras interessadas em moda, e *Quatro Rodas*, direcionada aos amantes de carro. Corrêa (2012, p. 212), a este respeito, destaca que:

O jornalismo de serviço seria o *mantra* da revista feminina de interesse geral que a Abril lançaria em 1961: *Cláudia*. A única concorrente no mercado era *Joia*, lançada em 1957 pela Bloch, composta pelos ingredientes usados pelos títulos do hemisfério norte: moda, beleza, culinária, trabalhos manuais e um pouco de matérias de interesse geral. Posteriormente, Bloch reformulou *Joia*, transformando-a em *Desfile*, em 1969.

Corrêa (2012) destaca que, no contexto dos anos de 1950/1960, em que os temas das revistas brasileiras eram selecionados a partir de como eram tratados em veículos do hemisfério norte, os grupos de comunicação brasileiros efetivam reformulações em sua prática discursiva a partir do projeto de adesão do público leitor a sua linha editorialística, o que significava tomar leitores e seus interesses como variantes a serem levadas em consideração no processo de produção de material jornalístico da época. E não aconteceu de modo distinto com os jornais impressos.

O Grupo Clarín, na Argentina, enquanto instituição midiática, tem traçado ao longo de 70 anos de existência uma linha editorial que lhe concerne uma identidade social, observada em suas publicações, ora em apoio, ora em oposição ao governo. Enquanto

instituição que atualmente fundamenta sua prática sob um discurso antigoverno Kirchner, o Grupo ocupou, no século XXI, duas posições institucionais, como destacam Dragam e Martínez (2010, p. 12, tradução nossa⁸⁴) ao afirmarem que:

Durante o governo de Néstor Kirchner não foi possível perceber uma relação de conflito com o veículo, mas sim de alianças e de solidariedade por parte do governo com relação ao veículo em um momento de crise e de endividamento com acionistas estrangeiros. Muito diferente foi o caso com o governo atual. Se ao princípio não parecia notar rosas, fez-se notável logo que governo tomaria ações que iriam prejudicar o *Grupo Clarín* economicamente, como foi o caso das retensões e a Lei dos Meios Audiovisuais, mas consideramos que o rompimento se dá com o anúncio da Lei 125, que logo não se levou à prática já que, mesmo que o governo de Cristina já estivesse sofrendo algumas críticas, com este acontecimento, *Clarín* se posicionou no posto de frente em oposição ao governo.

Do mesmo modo, no Brasil, o JB caracteriza-se como uma instituição midiática pautada em valores que não se desvencilham das questões políticas brasileiras. Segundo o próprio periódico, “o Jornal do Brasil acompanhou o processo histórico nacional ao longo de todo o século XX. E se consolidou acompanhando a transformação da sociedade brasileira, mantendo a sua vocação para o pioneirismo, tanto no que diz respeito à qualidade editorial como à produção gráfica⁸⁵”.

No amplo contexto da mídia contemporânea na América Latina, o Jornal do Brasil e o Clarín, bem como outras instituições midiáticas, fazem uso de dispositivos como o rádio, a TV, o jornal impresso e a internet para a execução de seus projetos editoriais. O rádio, dispositivo de fala, caracteriza-se pela ausência de encarnação, ou seja, pela não presença física dos interlocutores na enunciação. A TV, enquanto dispositivo de imagem e fala, caracteriza-se pela retratação de conteúdo audiovisual, entre a ficção e a realidade.

A imprensa escrita, por sua vez, caracteriza-se como um dispositivo escritural sobre um suporte de papel ou sobre um suporte virtual e, no caso do jornalístico diário, investe na produção de material informativo e opinativo com periodicidade, mantendo uma relação de proximidade com seus leitores. Em todos estes dispositivos, como destaca Charaudeau (2012), em geral há um relação de distância física entre os enunciadores que é

⁸⁴ Tradução nossa de: “durante el gobierno del Néstor Kirchner no se pudo percibir una relación de conflicto con el multimedio sino más bien de alianzas y de solidarización por parte del gobierno hacia el multimedio en un momento de crisis y endeudamiento con accionistas extranjeros. Muy diferente fue el caso con el gobierno actual. Si bien al principio no parecía percibir roses, sí se hizo notable luego de que el gobierno tomará acciones que perjudicaban al *Grupo Clarín* económicamente, como es el caso de las retenciones y luego la Ley de Medios Audiovisuales, pero consideramos que el quiebre se da con el anuncio de la Ley 125 que luego no se llevó a la práctica ya que, si bien el gobierno de Cristina estaba sufriendo algunas críticas, con este acontecimiento *Clarín* se ubica de la vereda de en frente, en oposición al gobierno”.

⁸⁵ <http://www.jb.com.br/paginas/news-archive>

relativizada pela proximidade discursiva que se estabelece no ato da enunciação, a partir de estratégias de adesão do público ao discurso executadas pelos enunciadores.

Ainda segundo Charaudeau (2012, p. 120), a opinião pertence ao domínio do crer e “não está em relação direta com a ação, mas com o imaginário de saber no qual o sujeito pode exercer seu julgamento. O crer se define numa relação do sujeito ao saber”. Sendo assim, “a parceria definida pelo contrato de comunicação midiático baseia-se numa relação de ressonância” (CHARAUDEAU, 2012, p. 125), uma vez que:

[...] cada um dos parceiros só pode sintonizar provisoriamente com o outro pelo viés de representações supostamente partilhadas, as quais, levadas pelos discursos, circulam por entre os membros de uma determinada comunidade cultural. Instância de produção/instância de recepção estão numa relação de construção diferida da opinião pública.

Na medida em que postulamos a existência de uma opinião pública que traça uma espécie de contrato comunicativo com os coenunciadores pretendidos na enunciação, compreendemos que o discurso jornalístico, bem como o discurso das outras esferas de atividade humana, põe em relação duas instâncias enunciativas de produção e de recepção, os enunciadores e os coenunciadores, intrinsecamente relacionados no ato enunciativo.

No caso dos gêneros do discurso jornalístico, a instância de produção (a empresa ou o veículo de comunicação, no caso dos editoriais) exerce duplo papel: fornecer informação e disseminar opinião, ao passo em que enseja despertar o desejo do coenunciador de consumir a informação e/ou a opinião produzidas. Frente ao coro de vozes (BAKHTIN, 2002 [1975]) que encontramos nos editoriais, que respondem pela voz da empresa, estamos tratando dos mais diversos tipos de atores: os da direção do órgão de informação, os da programação, os da redação, ou seja, todos os sujeitos que participam da produção do material jornalístico.

No JB e no CL, os enunciadores são editores-chefes, editores adjuntos, chefes de redação e/ou diretores dos periódicos que falam em nome da empresa, ou seja, que se posicionam através de uma voz social institucional. Embora o locutor- λ , sujeito do discurso, ou seja, o indivíduo, seja uno e real, a instância enunciativa ativada nos editoriais dos jornais é um locutor, o locutor-L (DUCROT, 1987), a quem está associada a “voz” de enunciador que constrói uma imagem de si que se confunde com a imagem do veículo que ele representa.

Os leitores dos dois veículos são os coenunciadores. Sua identidade social é sempre presumida pelos enunciadores, que direcionam seu dizer, no caso dos editoriais, algumas vezes para a sociedade em geral, às vezes para grupos específicos, às vezes para indivíduos específicos (este último muito raramente), variando em cada fase da história do JB e do CL e segundo os fatos que motivam a publicação dos editoriais, como destacado a seguir:

(*JB 02/1946*) A jornada da libertação || Hoje transcorre a data mais | importante **de nossa história**. | Em 7 de setembro de 1822, | uma nação americana entrou | para o concerto das nações li- | vres. O Brasil adquiriu sua po- | sição no mundo, iniciando a | marcha na estrada da civili- | zação. || Costumam cépticos invetera- | dos maldizer a Independência, | insistindo em atribuir os ma- | les do presente a uma ante- | cipação na data da emanci- | pação política brasileira.

(*JB 04/1952*) Aniversário do Jornal do Brasil || Mais uma etapa vence o *Jornal do Brasil* ao completar, | hoje, 62 anos de existencia. Fazendo retrospecto de sua | caminhada, **é-nos grato** salientar que, tendo adotado, | desde a sua fundação, patriótica orientação, até hoje tem | demonstrado absoluta fidelidade os princípios que inspira- | ram sua ação orientadora da opinião publica, informando | com segurança, criticando com imparcialidade e justiça e | louvando a sinceridade.

Note-se que, em *JB 02/1946*, o discurso na primeira pessoa do plural marca a voz institucional presente no referido editorial, em que se tematiza a visão do JB sobre o dia 07 de setembro de 1822, como “a data mais importante de nossa historia”, da história do Brasil, da qual o jornal faz parte. Este locutor que enuncia na primeira pessoal do plural desvela seu ponto de vista para um coenunciador genérico, não marcado textualmente pelo discurso em segunda pessoal do singular ou do plural, por exemplo, levando-nos a compreender que se trata de um editorial que tem a sociedade como público-alvo, uma tendência no JB e do CL.

Já em *JB 04/1952*, temos um enunciador que desvela seu ponto de vista a partir do discurso em primeira pessoa do plural, marcando a voz institucional, mas que fala para dois públicos: para a sociedade em geral, como no primeiro exemplo, e para a própria instituição, como se pode ver em “é-nos (a nós, ou seja, ao JB) grato salientar que, tendo adotado, | desde a sua fundação, patriótica orientação, (o JB) até hoje tem demonstrado absoluta fidelidade os princípios que inspiraram sua ação orientadora da opinião publica”. Neste exemplo, o uso do pronome “nos” com valor reflexivo mostra que o enunciador se dirige a um coenunciador também institucional, representado por todo o corpo de profissionais que integram o veículo de comunicação.

Devemos destacar que, no caso específico da tradição editorialística sobre a qual nos debruçamos nesta pesquisa, reconhecemos que há um sujeito real que escreve para um leitor real, circunscrito no plano físico. No entanto, para fins de análise, interessa-nos a projeção das imagens discursivas circunscritas a um tempo e a um espaço, em um modo de dizer, no plano da enunciação, tal como nos exemplos acima.

Na medida em que representa a voz de um veículo com seus valores ideológicos, o editorial passa a ser palco, ao longo da história, de embates e conflitos políticos. Trata-se de um lugar de fala (CONCEIÇÃO, ARAÚJO, 2011), ou seja, de uma posição enunciativa de

uma empresa jornalística para outras instituições (no mais das vezes, a sociedade em geral). Este “lugar de fala” afeta os modos de enunciação: basta que se pense, por exemplo, em épocas de forte conflito político, quando os editoriais passam a representar a voz da sociedade fundida à voz dos jornais.

Este “lugar de fala” pode ser observado no exemplo a seguir, em que o Clarín presta solidariedade às mulheres que ficaram conhecidas como “madres de Plaza de Mayo”, após manifestações na Praça de Maio, considerada um dos pontos simbolicamente centrais da política portenha, em busca de desaparecidos políticos da Ditadura Militar argentina:

(CL 13/1982) Más allá de las palabras || **La foto que este diario publicó ayer** en su | primera plana, que muestra a una de las | “madres de Plaza de Mayo” abrazándose, | acongojada, a uno de los oficiales de policía | que la impedían de proseguir la llamada “mar- | cha de la vida”, y al oficial sosteniéndola | contra su corazón, en una **mezcla de acto de | servicio y actitud humanitaria**, tiene tal vez | más elocuencia que muchas de las palabras | que hasta ahora hayan podido escribirse pa- | ra demostrar que el problema de los desapa- | recidos y presos sin | proceso es uno de | los más serios que | afronta la comuni - | dad argentina, la | cual no podrá | avanzar sin diluci- | darlo hacia las me- | tas de la reconci- | liación y de la pro- | metida democra- | cia.

Nesta dinâmica, a voz que fala nos editoriais assume tons diversos no tempo e no espaço. Ora sob tom acolhedor, ora sob tom crítico, somente para citar alguns, os enunciadores dos gêneros jornalísticos adotam modos de enunciação distintos que revelam as tendências estilísticas de cada período da história. Quando falamos de modos de enunciação, reportamo-nos a uma dimensão da prática discursiva jornalística e postulamos que as restrições de tempo e de espaço ao longo da história obrigam a imprensa a adotar meios que lhes permitam tratar de diversos temas, em contextos específicos.

Assim, enuncia-se numa sincronia e numa topografia distintas do real em termos cronológicos e geográficos propriamente ditos. Em termos da cena enunciativa, sabemos que tempo, espaço e participantes de uma cenografia não correspondem necessariamente ao tempo, ao espaço e aos sujeitos reais do fato reportado nos gêneros jornalísticos.

Se nos editoriais se enuncia sempre a partir de um ponto de vista, a partir de um lugar de fala que atende a propósitos institucionais, os fatos e as opiniões podem ser enunciados segundo modos diversos: um modo didático, professoral, crítico etc., aos quais estão diretamente relacionadas as imagens de si que os enunciadores constroem no discurso. De um modo geral, nos editoriais, os jornais constroem uma enunciação pautada em valores de verossimilhança e credibilidade que, inclusive, podem ser atravessados por interesses ideológicos, podendo esta enunciação dar-se de modo mais ou menos objetivo a depender dos propósitos comunicativos. Charaudeau (2012, p. 131) destaca que:

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade.

Se a construção da realidade pelos meios de comunicação passa pelo “filtro de um ponto de vista particular”, como defendido por Charaudeau (2012), compreendemos que o discurso jornalístico é uma construção social do real a partir da ótica dos sujeitos/instituições que o representam, o que nos leva a compreender que, no caso dos editoriais, enuncia-se a partir de uma perspectiva opinativa, notadamente argumentativa, com finalidade de convencimento e adesão do público leitor ao ponto de vista defendido pelo jornal.

Em síntese, acreditamos que opinar sobre a realidade, no discurso jornalístico, significa construir midiaticamente esta realidade. Nesta construção midiática, um coro de vozes se constitui. Neste coro, entrecruzam-se posicionamentos e discursos para a defesa de um ponto de vista. Enquanto a notícia, por exemplo, corresponde ao ato de relatar acontecimentos, os editoriais, as cartas de leitor e os artigos de opinião, dentre outros, são gêneros discursivos que cumprem ritos enunciativos (MAINGUENEAU, 2008b) relacionados ao ato de comentar, de opinar sobre os acontecimentos do mundo.

Os editoriais do Jornal do Brasil e do Clarín publicados entre os anos de 1945 e 2014 apresentam quatro grandes modos de enunciação, dos quais três são tratados por Charaudeau (2012) como ações de linguagem caracterizadoras do discurso das mídias em geral. São eles: (i) problematização, a partir do qual se questiona a realidade retratada pelo periódico; (ii) elucidação, a partir do qual se esclarece o que está oculto e/ou não totalmente claro; (iii) avaliação, a partir do qual se toma uma posição simbólica ante um fato reportado; e (iv) retratação, a partir do qual se corrige algo dito ou enunciado como subentendido.

Todos estes modos de enunciação se realizam em atividades sociais de linguagem (MAINGUENEAU, 2008a) não só no jornal, mas em diversos suportes midiáticos: se estão circunscritos aos jornais da mídia impressa, chamamos estas atividades de gêneros jornalísticos; se na TV, chamamos de gêneros televisivos; se no rádio, gêneros radiofônicos.

Estas atividades lingüísticas constituem ritos (MAINGUENEAU, 2008b) que envolvem sujeitos, condições de produção, propósitos comunicativos, organização textual e, portanto, diferentes imagens de si, como ressalva Gonçalves (2006) ao por em destaque a relação entre ethos e gêneros discursivos. Assim, no discurso jornalístico da imprensa escrita, compõem o amplo repertório de gêneros, dentre muitos outros que se constituíram na tradição deste domínio discursivo:

(i) notícias: relatos de fatos do dia, repertoriados pela ótica de um jornalista, que reconstrói o fato narrado a partir do discurso de uma empresa de comunicação;

(ii) entrevistas: jogo de perguntas e respostas entre entrevistado e entrevistador sobre um ou vários temas de interesse coletivo;

(iii) reportagens: retratação aprofundada de um fato social, geralmente fruto de um acontecimento noticioso que, devido a sua importância, precisa ser aprofundado. Recorre a entrevistas, dados e outros recursos para trazer para o debate múltiplos olhares sobre um tema de relevância na atualidade;

(iv) anúncios: de natureza injuntiva, compõem ritos genéricos baseados na promoção/divulgação de produtos, valores e ideias. Objetiva persuadir, seduzir, convencer seus destinatários ao consumo de produtos e ou à adesão de valores;

(v) cartas de leitor: de tom fortemente subjetivo, estas cartas compõem ritos que se instauram no discurso jornalístico como a voz dos leitores sobre o material publicado em edições anteriores do mesmo jornal;

(vi) artigos de opinião: tomadas de posição simbólicas de colunistas e/ou leitores geralmente especializados sobre temas levados ao debate pelos veículos de comunicação. Trata-se de um rito genérico de ampliação de escopo, na medida em que objetiva expandir o debate sobre dado tema noticiado pelo jornal;

(vii) editoriais: referem-se à voz institucional que se posiciona sobre os temas tratados no jornal. Neste gênero, avaliam-se, criticam-se, elogiam-se fatos sociais discutidos sob a ótica de uma empresa de comunicação.

Figuram ainda como gêneros que constituem ritos enunciativos do jornal: comentários políticos e econômicos, prospectos de previsão do tempo, receitas, horóscopo, palavras cruzadas, dentre muitos outros que compõem o repertório de gêneros informativos, opinativos e de entretenimento e que participam dos processos de difusão e consumo do discurso jornalístico no amplo contexto midiático.

Em termos de difusão, podemos dizer que a importância do discurso jornalístico reside principalmente em sua capacidade de produzir e reproduzir informação e opinião. Impulsionado pelas diversas tecnologias de comunicação, o discurso jornalístico ganhou contornos diversos a partir de sua difusão pela imprensa escrita, pelo rádio, pela TV e, nos últimos anos, pela internet, como se pode perceber no atual panorama de mídias das quais se valem o JB e o CL para a disseminação de sua produção jornalística.

Neste contexto de inovação tecnológica, o consumo deste discurso ganha ares de interatividade: o leitor seleciona, escolhe, lê, opina, participa, (re) constrói o fato. Nesta dinâmica, o jornal se mantém como um representativo meio de difusão, que passou por significativas mudanças nos últimos tempos. Sobre estes modos de difusão e consumo do discurso jornalístico, Espírito Santo (2007, p. 03), ao tratar dos meios de comunicação de massa da mídia impressa, destaca que:

Meios de comunicação, como os jornais impressos, têm uma maneira específica de dizer e fazer circular as informações produzidas que, em geral, são fruto de um discurso estruturado a partir de tantos outros enunciados, um metadiscurso. O discurso da imprensa é, em maior parte, construído com base na fala do outro; fala por ele interpretada e nele reproduzida segundo seus interesses. É arena de uma disputa simbólica que determina qual fala irá prevalecer.

Ao aproximarmos o pensamento de Espírito Santo (2010) ao de Charaudeau (2012), compreendemos que de fato o jornal é uma mídia que cumpre o papel de produtor de sentido social. O consumo de sua produção diária, neste contexto, dá-se de formas diversas: como fonte de leitura de fruição, de informação, de lazer e/ou de entretenimento, dada a quantidade de ritos genéricos que compõem o discurso jornalístico, difundido na sociedade com propósitos discursivos diversos.

Entre a difusão e o consumo do discurso jornalístico há um universo de múltiplas tensões: o estabelecimento de estereótipos e representações, a manipulação e a recategorização dos fatos, dentre outros. O leitor do jornal impresso, receptor de informações, é visto então como um indivíduo partícipe dos fatos noticiados, o que direciona os modos como os veículos de comunicação difundem seu discurso. No entanto, muitas vezes os processos de difusão e consumo das formas diversas do discurso jornalístico se dão em face da defesa de interesses dos grupos dominantes, estabelecendo uma relação de poder assimétrica entre enunciador e coenunciador no contexto do discurso das mídias (CHARAUDEAU, 2012).

Neste contexto, as formas de difusão e de consumo não se dão de modo igualitário em todas as sociedades e em todos os grupos sociais, daí a necessidade de mais estudos sobre a prática discursiva jornalística, principalmente em relação com sua projeção na sociedade, no contexto da modernidade, em que cada vez mais os sujeitos são vitimados simbolicamente pelos meios de comunicação que circulam atualmente.

Síntese: a cena englobante e a construção de imagens de si

A história da imprensa na América Latina se desenvolveu de modo tardio se comparada à história da imprensa na Europa, principalmente devido ao processo de colonização dos povos latino-americanos. Neste contexto histórico marcado pelo atraso, Morel (2012) assinala que os primeiros grandes periódicos da América latina foram a “Gaceta de Guatemala” (1729), as “Primicias de la Cultura de Quito” (1729) e a “Gaceta de Lima” (1743), todos responsáveis por retratar a política e a economia do subcontinente americano no século XVIII.

Como dito, no Brasil, o início da imprensa relaciona-se ao contexto imperial, mais especificamente ao lançamento do jornal *Correio Braziliense* em Londres, em 1808, editado por Hipólito da Costa. Na Argentina, data como marco da imprensa no país o lançamento da “Gazeta de Buenos Aires”, no dia 07 de junho de 1810, como consequência da Revolução de Maio. Ambos os periódicos, devido ao momento em que surgiram, marcaram não só a história da imprensa de seus países; marcaram, por assim dizer, a história social e política da América Latina.

Desde seus primórdios até os dias de hoje, muitas mudanças puderam ser observadas nas imprensas brasileira e argentina. No ano de 1891, vê-se nascer o *Jornal do Brasil*. No ano de 1945, vê-se nascer o *Clarín*. Ambos os periódicos passam a acompanhar, desde o seu surgimento, as mudanças sócio-históricas de seus países. Neste contexto, ao longo dos séculos XX e XXI, a tecnologia foi se fazendo cada vez mais presente na rotina dos dois e dos demais jornais da América Latina, fato que teve seu ápice durante os anos de 1990, com a chegada dos computadores e com a popularização da internet, o que veio a informatizar os veículos de imprensa da AL.

Neste contexto histórico está circunscrito o discurso jornalístico empreendido pelo JB e pelo CL, enquanto veículos representantes de instituições, grupos ou empresas, que propagam sua produção através de mídiuns (rádio, TV, jornal impresso, internet). Seus enunciadores são editores-chefes, editores adjuntos, chefes de redação e/ou diretores dos periódicos que falam em nome da empresa, para um público-alvo, que no mais das vezes é representado pela sociedade em geral, representada por sujeitos dos mais diversos perfis, que o jornal toma como público leitor.

Em seus textos de opinião, estes veículos de comunicação executam distintos modos de enunciar: nos editoriais, por exemplo, enuncia-se a partir de um ponto de vista institucional que atende a propósitos empresariais. Os fatos e as opiniões são expressos em

modos diversos (crítico, didático, entusiástico etc.), a partir dos quais os enunciadores constroem as imagens de si no discurso. Estes modos de enunciação relacionam-se a ritos enunciativos, que compõem o repertório de gêneros do jornal, no âmbito da informação e da opinião, em integração.

Todos estes modos de enunciação se realizam em atividades sociais de linguagem, os gêneros jornalísticos, tais como notícias, entrevistas, reportagens, anúncios, cartas de leitor, artigos de opinião, editoriais etc.. Todas estas atividades de linguagem integram os processos de difusão e consumo do discurso jornalístico. Em termos de difusão, este discurso se caracteriza por produzir e reproduzir informação e opinião, que são consumidas pelos coenunciadores pretendidos, a partir dos quais os veículos de comunicação pensam a disseminação de todo o seu material jornalístico.

Por fim, queremos reafirmar nossa compreensão de que o discurso jornalístico integra a cena englobante em que se desvelam as imagens de si analisadas nesta pesquisa. Deste modo, compreendemos o jornalismo, com base em Gomis (2008), como a ação interpretativista de decidir o que se diz ao público a respeito da realidade social, diante de tudo que aconteceu ultimamente, a partir de um discurso característico da imprensa noticiosa e/ou de opinião.

Acreditamos que os *ethé* analisados nesta pesquisa mantêm estreita relação com o discurso jornalístico a partir de sua expressão na história, face às dimensões da prática discursiva jornalística: instituições como o JB e o CL publicam editoriais, a partir dos quais expressam, em modos de enunciação específicos, os propósitos comunicativos de seus enunciadores, como destacado no exame das cenografias variadas dos editoriais dos dois jornais.

Contemplando mais uma dimensão da cena enunciativa em que se inscreve o *ethos* discursivo, sigamos com o debate sobre o editorial enquanto gênero discursivo da ordem do argumentar e a cena genérica. Para este ponto, recorreremos, de modo especial, aos postulados de Bakhtin (1997 [1953]) e Maingueneau (2008a) sobre os gêneros discursivos e sobre o papel que desempenham na enunciação.

4.1.2 Os editoriais do Jornal do Brasil e do Clarín: a cena genérica

Neste tópico, apresentamos a configuração discursiva do editorial como a cena genérica em que se desvelam as autoimagens dos enunciadores dos textos de opinião do JB e do CL selecionados para esta pesquisa. Reconhecemos que é no gênero editorial de jornal que os periódicos da mídia jornalística expressam a voz institucional pela qual se posicionam, dia a dia, sobre os fatos mais importantes do noticiário que exigem uma tomada de posição pela empresa.

Reconhecendo que os editoriais atravessaram séculos como o gênero através do qual os veículos de comunicação participam discursivamente da opinião pública nas mais diversas sociedades, nas mais diversas culturas, organizamos o presente debate em três tópicos. No primeiro deles, (re) visitamos e debatemos alguns conceitos centrais para a compreensão da cena genérica em que se constrói nosso objeto de pesquisa, tais como gênero do discurso, gêneros jornalísticos, dentre outros. No segundo deles, apresentamos a configuração sociodiscursiva dos editoriais, com relação a: finalidade, suporte, organização textual, tema, estilo, estrutura etc.. Por fim, apresentamos uma síntese em que destacamos as implicações da configuração da cena genérica na construção das imagens de si que os enunciadores revelam no discurso.

4.1.2.1 O gênero jornalístico editorial como a cena genérica das imagens de si

O célebre Círculo, composto por diversos pensadores que atuavam na Rússia dos primeiros anos do século XX, teve como seu maior representante Mikhail Bakhtin, filósofo nascido em novembro de 1895, na pequena cidade de Oriol, ao sul de Moscou. Bakhtin, como é conhecido até hoje, diplomou-se na Universidade de São Petersburgo. Ao lado de representativos intelectuais da época, o referido teórico talvez nem imaginasse que seu pensamento serviria de base para as mais diversas áreas do conhecimento dos séculos XX e XXI, em especial para os estudos da linguagem.

Em *Estética da Criação Verbal*, uma de suas obras basilares, Bakhtin (1997 [1953], p. 261) parte da premissa de que “todos os campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” para afirmar que os enunciados (orais e escritos, concretos e únicos) refletem as condições e as finalidades de cada campo de atuação humana em face da dimensão que apresentam em termos de conteúdo temático, estilo de linguagem e construção composicional. Assim, conceitua tais fenômenos de linguagem como “tipos relativamente

estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 262), presentes nas mais simples e nas mais complexas formas de comunicação.

Em sua concepção dialógica, o teórico organiza os gêneros em dois grandes grupos: os primários e os secundários, caracterizados, respectivamente, por serem produzidos nas situações corriqueiras de comunicação, com forte predomínio, em geral, da oralidade, e por serem produzidos em situações mais formais de enunciação, nas quais se exige do interlocutor uma ação de linguagem mais elaborada. São exemplos de gêneros primários uma conversa e um telefonema, dentre outros. São exemplos de gêneros secundários os das esferas jornalística e literária, tais como notícias e reportagens, contos e romances. Assim, o editorial, gênero sobre o qual nos debruçamos, encontra-se no grupo dos gêneros secundários.

Hoje, podemos afirmar que o estudo destes enunciados é de fundamental importância para praticamente todos os campos da Linguística e de diversas outras áreas do conhecimento, uma vez que, como afirma Bakhtin (1997 [1953], p. 265), “a língua passa a integrar a vida através dos enunciados concretos”, do mesmo modo que passa a integrar, a nosso ver, a história e a cultura dos povos, pois “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 265).

Se nos reportamos aos princípios caracterizadores dos gêneros discursivos, com base no pensamento bakhtiniano, chegamos: (i) à dimensão destes enunciados em se tratando de tema (conteúdo temático, ou seja, o assunto de que tratam), de estilo (ou seja, os recursos de linguagem pelos quais se caracterizam, como léxico, utilização de dados itens gramaticais, dentre outros) e de construção composicional (isto é, modos pelos quais os textos se organizam e se estruturam em termos linguísticos, discursivos e retóricos); (ii) à sua condição de evento em que os enunciadore envolvidos (enunciadores e coenunciadores) assumem uma ativa posição responsiva, ou seja, assumem uma postura constitutivamente dialógica de interação na/pela linguagem; e (iii) à sua inserção em uma situação de enunciação concreta, em dado tempo e espaço.

Bakhtin (1997 [1953]), ao tomar a oração como unidade da língua em distinção ao enunciado como unidade da comunicação discursiva, compreende que esta distinção se dá em termos do contexto em que tais elementos (oração e enunciado) estão circunscritos. Diferentemente da oração, o enunciado se relaciona com o contexto extraverbal (situação, ambiente, história) e com o contexto do discurso, sempre em diálogo com outros enunciados. Logo, a oração se relaciona com o contexto verbal, aquele circunscrito na língua, no sistema linguístico, e os gêneros se mostram como formas plásticas suscetíveis à mudança.

Se, de fato, “em cada época e em todos os campos de vida e da atividade, existem determinadas tradições expressas e conservadas em vestes verbalizadas” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 294), e se tomamos o elemento expressivo como constitutivo dos enunciados, acreditamos que o enunciado de fato é “pleno de tonalidades dialógicas” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 298) que alicerçam as relações humanas, na história. Argumentamos ainda em favor da ideia de que quando se analisa um fenômeno linguístico isolado de seu contexto, ou seja, de seu entorno sócio-histórico, desconsidera-se muito de sua ressonância sociocultural.

As reflexões de Bakhtin e de seus companheiros de Círculo, tais como Volochinov e Medvedev, foram basilares para os estudos posteriores da atividade verbal em se tratando dos gêneros discursivos, sob diversas abordagens, em destaque as que tomam o gênero como um fenômeno que se localiza entre a língua, o discurso e as práticas sociais (MEURER, 2000), como os postulados da AD de orientação francesa.

Maingueneau (2008a, p. 59), fortemente influenciado pelo pensamento bakhtiniano, postula que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero de discurso”. Estas categorias correspondem às necessidades da vida cotidiana que devem ser levadas em conta pelo analista do discurso a partir das funções sociais a que estão ligadas: função lúdica, didática, informativa, opinativa etc.. Assim, os gêneros são compreendidos como “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 61).

Ao refletirmos sobre o conceito exposto, entendemos que o editorial de jornal só existe enquanto gênero na medida em que existem fatos sociais, empresas jornalísticas que necessitam/decidem opinar sobre tais fatos, tomados como material jornalístico do noticiário diário, e uma comunidade de sujeitos que se interessa pela leitura deste gênero. Instituições, enunciadores, ritos genéricos, dentre outros, são somente algumas instâncias do discurso jornalístico que integram as condições sócio-históricas dos gêneros nas mais diversas esferas da atividade humana, reconhecendo que a sociedade se caracteriza pelos gêneros que produz.

Enquanto os tipos de discurso (jornalístico, religioso etc.) referem-se aos setores da atividade social, ou às esferas da atividade humana (em termos bakhtinianos), os gêneros referem-se às atividades sociais de linguagem desenvolvidas no bojo destes setores e, no âmbito enunciativo, integram a cena genérica na mobilização de cenografias em que se desvelam as imagens de si dos enunciadores, podendo ser responsáveis pelo ethos prévio que os coenunciadores apreendem do enunciador.

Maingueneau (2008b) argumenta a existência de uma competência discursiva que capacita os sujeitos do discurso a identificar e a fazer uso dos mais diversos gêneros em circulação na sociedade. Há, ainda, uma competência genérica, no âmbito da competência discursiva, que os sujeitos desenvolvem ao longo da vida para que possam lidar com estes “dispositivos de comunicação” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 61), caracterizados como espécies de rotinas que se adaptam às circunstâncias sociodiscursivas do cotidiano e que tendem a se estabilizar ao longo do tempo.

Integrando dimensões como propósito comunicativo, suporte material, enunciadores, dentre outros, os gêneros realizam-se como atividades sociais de linguagem fundamentalmente cooperativas e regidas por normas de uso previamente estabelecidas e a partir das quais interagem os parceiros da enunciação e os papéis por eles desempenhados. Na enunciação, segundo Maingueneau (2011b, p. 87):

Há gêneros de discurso cujas cenas de enunciação se reduzem à cena englobante e à cena genérica: o despacho administrativo ou os relatórios do especialista, por exemplo, se conformam às rotinas de uma cena genérica fixa. Outros gêneros de discurso têm maior possibilidade de suscitar cenografias que se afastam de um modelo preestabelecido. Pode-se assim dividir os gêneros do discurso em uma linha contínua que teria como polos extremos: de um lado, os gêneros que se atêm a sua cena genérica, que não admitem cenografias variadas (a lista telefônica, as receitas médicas etc.) e, de outro, os gêneros que, por natureza, exigem a escolha de uma cenografia: é o caso dos gêneros publicitários, literários, filosóficos.

Na condição de gêneros que tendem a suscitar cenografias variadas, nos editoriais analisados pudemos observar os vários *ethé* que compõem a imagem de si dos enunciadores dos textos de opinião dos dois jornais. Juntos, estes *ethé* formam um conjunto de imagens discursivas que passaram por processos de mudanças e de permanência ao longo do tempo, tanto nas imagens em si como nos índices linguístico-discursivos pelos quais se expressam no âmbito das cenografias diversas mobilizadas.

Como um dos inúmeros gêneros da mídia impressa, os editoriais são representantes dos gêneros midiáticos, compreendidos como dispositivos de comunicação específicos do jornalismo. Bonini (2003), em pesquisa realizada nos primeiros anos do século XXI, inventariou os inúmeros gêneros que circulavam nos jornais brasileiros da época. São exemplos dos gêneros então constatados por Bonini (2003) que seguem até os dias de hoje nas páginas dos jornais: notícias, entrevistas, reportagens, anúncios, cartas de leitor, artigos de opinião, editoriais, colunas assinadas etc.. São exemplos de gêneros jornalísticos mais recentes os infográficos e os blogs.

Melo (1994, p. 62) propõe um modelo de classificação de gêneros jornalísticos em informativos e opinativos com base em dois critérios: o agrupamento dos textos pela intencionalidade determinante dos relatos e pela natureza estrutural destes. Assim, o estudioso propõe como exemplos de gêneros característicos do jornalismo informativo a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista; por sua vez, são tomados pelo estudioso como exemplos de gêneros característicos do jornalismo opinativo o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a carta e o editorial, dentre outros gêneros emergentes no contextos da mídia jornalística virtual.

Em complemento ao proposto por Melo (1994), advogamos que o critério definidor dos dois blocos de gêneros (os informativos e os opinativos) são, em essência, as sequências textuais que eles apresentam. Acreditamos que os gêneros do primeiro tipo são compostos principalmente de sequências narrativas e/ou expositivas, enquanto os gêneros do segundo tipo são compostos principalmente de sequências argumentativas (em termos de características prototípicas).

Sobre mesmo tema, Gomis (2008) destaca que, ao longo da história, o jornalismo se constitui como uma atividade que se realiza fundamentada em dois graus de necessidade comunicativa por parte de seus coenunciadores: quando necessitamos saber o que acontece (informação) e quando necessitamos saber o que se pensa sobre o que acontece (opinião), estabelecendo estas duas formas uma linha contínua na produção e na recepção de textos jornalísticos, tomando o jornalismo como uma das esferas da atividade humana mais influentes nos dias de hoje.

Neste tocante, concordamos com Gomis (2008) ao destacar a dificuldade de classificar os gêneros do jornal em informativos ou opinativos, como geralmente se procede, de modo dicotômico. Em gêneros como a entrevista, por exemplo, dada a sua atual configuração sociorretórica, discordamos de Melo (1994) quanto à sua inserção entre os gêneros de natureza informativa.

Acreditamos que, pelo modo como entrevistador e entrevistado (este último principalmente) lançam mão de argumentos para construir pontos de vista, a entrevista com debate de temas polêmicos deve ser entendida como um gênero de natureza opinativa. Em outros casos, em que o entrevistado oferece informações sobre dado tema ao entrevistador, como em entrevistas que se caracterizam pela prestação de serviço, este gênero assume feições informativas.

Assim, por apresentar uma face argumentativa em sua configuração, acreditamos que a entrevista seja um gênero informativo-opinativo, como muitos outros do domínio jornalístico. Ainda a respeito da classificação dos gêneros jornalísticos em informativos e/ou opinativos, Gomis (2008, p. 115, tradução nossa⁸⁶) destaca que:

No jornalismo, como método de interpretação sucessiva da realidade social, compete aos diferentes gêneros jornalísticos cumprir diferentes funções para responder também as diferentes necessidades sociais e satisfazê-las. A informação e o comentário são duas necessidades sociais diferentes. Precisamos estar informados para saber o que passa e o que significa cada um dos fatos no conjunto dos acontecimentos atuais. Precisamos comentar e emitir uma opinião sobre as coisas para saber em que podem nos afetar ou o que podemos fazer para tirar proveito ou combatê-las eficazmente e evitar o mal que poderiam nos causar.

No discurso jornalístico, o editorial cumpre a função de apresentar à sociedade o ponto de vista da empresa sobre um assunto em pauta que suscite a necessidade de um posicionamento mais efetivo por parte do veículo de comunicação que o publica. É essencialmente opinião, mas também se compõem de informação, na medida em que toma fatos narrados como argumentos para a defesa de uma tese. Está, assim, no âmbito do comentário, da opinião (GOMIS, 2008), podendo assumir a forma de proposição de ações ou de emissão de juízo sobre o tema em debate.

O editorial integra, assim, o quadro de gêneros jornalísticos essencialmente opinativos, que têm ganhado cada vez mais espaço nos jornais em detrimento das formas de interatividade advindas dos meios de comunicação de massa, na medida em que os coenunciadores participam da construção da informação/opinião através de gêneros já consagrados, como as cartas de leitor, e de gêneros emergentes, como os comentários na WEB. Tradicionalmente publicado na versão impressa de periódicos, com a era das tecnologias da informação, o gênero foi transplantando para a versão on-line dos jornais, fortalecendo a relação entre os editores e os leitores.

Em geral, o editorial de jornal corresponde à linha de pensamento do veículo sobre alguns temas de repercussão em dada época (ZAVAM, 2009), por isso acreditamos que este gênero muito diz a respeito do contexto sociocultural de um povo, pois reflete o inventário de fatos históricos e culturais da sociedade, retratados e analisados pela ótica de uma empresa de comunicação.

⁸⁶ Tradução nossa de: “en el periodismo, como método de interpretación sucesiva de la realidad social, corresponde a los diferentes géneros periodísticos cumplir diferentes funciones para responder también a diferentes necesidades sociales y satisfacerlas. La información y el comentario son dos necesidades sociales diferentes. Necesitamos estar informados para saber qué pasa y qué significa cada uno de los hechos en el conjunto de los acontecimientos actuales. Necesitamos comentar y hacernos una opinión de las cosas para saber en qué nos afectarán o qué podemos hacer para sacar provecho o afrontarlas eficazmente y evitar el mal que podrían producirnos”.

Geralmente localizados nas páginas iniciais ou na seção “Opinião” de jornais e revistas, os editoriais têm o propósito de tornar pública a opinião de um veículo a respeito de temas que repercutem na opinião pública. Do ponto de vista linguístico, constrói-se a partir de técnicas de persuasão características da esfera jornalística, pelas quais se busca levar a cabo o objetivo de publicizar a opinião do periódico trazida à tona por uma voz institucional, caracterizando-se como um gênero da ordem do argumentar (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004).

Incorporados à rotina dos jornais, os editoriais sofrem mudanças em sua política de publicação a depender das intenções do veículo que representam. Estão suscetíveis a estas intenções a periodicidade com que são publicados, a extensão, a configuração espacial, o tom, dentre outros, diferenciando-se dos artigos de opinião, em geral, “pela ausência de assinatura⁸⁷, o que configura a autoria institucional (ZAVAM, 2009, p. 131) e pela posição que ocupam no jornal: geralmente os editoriais estão dispostos nas primeiras páginas dos periódicos.

Segundo o Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo (2007, p. 13), o editorial é um “texto que expressa a opinião de um jornal” que não necessariamente dirige o noticiário, mas que, em geral, dita temas para reportagens. Em nossa pesquisa, tomamos como exemplares representativos de editoriais os textos de opinião publicados no JB e no CL entre os anos de 1945 e 2014, em que se revela a voz institucional dos dois veículos sobre fatos que compõem o inventário cultural do Brasil e da Argentina no contexto da AL, levando em consideração que o que entendemos como editorial hoje nem sempre foi considerado do mesmo modo, em todas as culturas (ZAVAM, 2009).

Em nossa pesquisa, ao tratarmos dos editoriais de dois países representativos da América Latina, reportamo-nos à história da imprensa nesta parte do continente americano e caracterizamos o jornalismo como uma prática discursiva, contemplando um de seus mais expressivos gêneros opinativos. Passando por inúmeras mudanças desde os seus primórdios, o editorial contemporâneo pode ser compreendido, em síntese, por apresentar, dentre outras, as seguintes características, como destaca Gomes (2007): (i) a topicalidade, através da expressão precisa de um tema em debate; (ii) a condensalidade, pelo uso de uma linguagem objetiva, mais afirmativa que demonstrativa; e (iii) a plasticidade, que dá flexibilidade à persuasão textual.

⁸⁷ Zavam (2009) dá notícias de editoriais assinados em jornais cearenses do século XIX. Do mesmo modo, dados do PHPB dão notícias deste gênero, expresso com assinatura, em outras épocas da história do Brasil.

Respondendo pela linha editorial do jornal, ou seja, pela posição ideológica do veículo, os editoriais configuram-se como um gênero cujo embasamento “são os fatos, mas sua finalidade é a opinião, o questionamento, o juízo do jornalista”, já que a “forma discursiva que se usa fundamentalmente nestes gêneros é a argumentação” (GONZÁLEZ REYNA, 1991, p. 06 *apud* GOMES, 2007, p. 105), podendo ser classificados segundo os seguintes tipos:

(1) editorial informativo - também chamado de editorial expositivo, cita os fatos já mencionados na seção informativa, mas expressa o ponto de vista institucional; (2) editorial explicativo - explica um acontecimento quando só a informação não é suficiente e assemelha-se ao expositivo; (3) editorial interpretativo - necessita apresentar uma interpretação, requer que o jornalista seja justo, não exige conclusão e permite que o leitor tire suas conclusões; (4) editorial polêmico - busca convencer o leitor sobre o ponto de vista proposto por meio de argumentos a favor ou contra um fato ou uma situação; (5) editorial exortativo - denominado editorial de luta, apresenta ataques a determinadas situações e exige condutas específicas e espera a reação do público; (6) editorial de campanha - também conhecido como editorial de ação, denuncia as políticas locais corruptas que necessitem de correção; (7) editorial persuasivo - convence sutilmente com o uso de argumentos, posto que não pedem nem exortam; (8) editorial de interesse humano - informa e diverte ao mesmo tempo, não se escreve com o propósito de convencer, mas de entreter. Distingue-se dos demais por ser mais pessoal que institucional.

Mesmo reconhecendo a validade da classificação proposta por González Reyna (1991), compreendemos que os tipos de editoriais publicados pelos periódicos variam de cultura a cultura, o que tornaria esta lista muito mais extensa. Além do mais, cremos que um mesmo editorial pode-se apresentar segundo mais de um tipo dentre os apontados pela estudiosa. Gomes (2007), em pesquisa sobre textos de opinião da mídia pernambucana do século XIX ao século XXI, acrescenta a esta lista os editoriais de apresentação, que abrem o primeiro número de jornais recém-inaugurados.

Graña González (1930 *apud* GOMIS, 2008, p. 180) argumenta que os tipos mais comuns de editoriais são os que se propõem a informar, aprofundar ou interpretar algo de amplo interesse social. Argumenta ainda que o mais comum de todos os editoriais, entretanto, é o que se propõe a induzir à ação, pois engloba os outros três tipos e evidencia o poder da força de um veículo de comunicação cuja argumentação deve ser contundente, sem ser necessariamente agressiva, pois os coenunciadores devem ser convencidos a concordarem com a tese defendida pelo jornal.

Apresentando propósitos comunicativos gerais como convencer, denunciar, interpretar, comentar, dentre outros, em uma estrutura mais ou menos recorrente sintetizada em: (i) título, (ii) introdução, com apresentação da tese central a ser defendida, (iii) desenvolvimento, com apresentação de argumentos que legitimem a tese lançada e (iv)

conclusão, com proposição de encaminhamentos e/ou linhas de reflexão (GOMIS, 2008), acredita-se que os editoriais têm origem nas cartas, mais especificamente nas cartas de editores, passando pelos artigos e chegando à configuração sócio-discursiva que apresentam hoje (GOMES, 2007).

Ao longo do tempo, desde o seu surgimento, os editoriais marcaram-se por sua forte conotação sociopolítica que muito diz da identidade dos povos que o veiculam. Tétu (2002) destaca que o papel do editorial ultrapassa as linhas da informação porque visa prioritariamente a percepção do mundo. Como tal, os editoriais tornam-se fecundo material de análise de questões sociais, linguísticas e culturais dos povos, na história.

No âmbito do jornalismo opinativo, enquanto os artigos de opinião, as cartas e as colunas respondem à necessidade de saber o que pensam os leitores, especializados ou não, sobre os temas tratados em cada edição do jornal, o editorial é o dispositivo de comunicação de mais evidente influência de um veículo de comunicação sobre a sociedade. Gomis (2008, p. 185, tradução nossa⁸⁸) afirma que “os editoriais, quando a sessão funciona adequadamente, respondem a critérios formados – a uma linha editorial – e a certo contraste de opiniões”.

Fundado, desde a sua concepção, no debate e no contraste de pontos de vista, o editorial, mais que um gênero, é uma manifestação discursiva e um instrumento de influência do jornal. Enquanto complexos fenômenos de linguagem, os editoriais compõem a cena genérica de nosso objeto de pesquisa e apresentam elementos que compõem sua configuração sociodiscursiva, dos quais tratamos a seguir.

4.1.2.2 As dimensões constitutivas do editorial: da finalidade ao suporte material

Segundo Maingueneau (2008a, p. 65), “os gêneros do discurso não podem ser considerados como formas que se encontram à disposição do locutor a fim de que este molde seu enunciado nessas formas. Trata-se, na verdade, de atividades sociais”, submetidas a um conjunto de condições que tomamos como dimensões constitutivas dos gêneros. São as referidas dimensões: finalidade reconhecida (propósito comunicativo), lugar e momento legítimos (tempo e espaço enunciativos), suporte material (componente midiático), organização textual (tema, estilo e estrutura) e estatuto de parceiros legítimos (coenunciadores e seus papéis sociais).

⁸⁸ Tradução nossa de: “los grandes diarios acostumbran a ofrecer dos o tres editoriales en una misma edición. No hay una única persona que pueda entender en asuntos tan variados. Los editoriales, cuando la sección funciona adecuadamente, responden a criterios formados – la línea editorial – y a un cierto contraste de opiniones. La elección de los temas y hasta cierto punto de orientación nacen más naturalmente después de un cambio de impresiones y un cierto debate”.

Em termos de finalidade reconhecida, o teórico postula que “todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa” e que “esta finalidade se define ao se responder à questão implícita: ‘estamos aqui para dizer ou fazer o quê?’” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 66). No caso específico dos exemplares desta pesquisa, os propósitos comunicativos dos editoriais estão diretamente relacionados à posição ideológica (ou às posições ideológicas) do JB e do CL, posição esta que mudou ao longo dos séculos a depender do contexto histórico em vigência.

Em geral, pode-se afirmar que a macrofinalidade dos editoriais é convencer os leitores a respeito de uma tese defendida pelo veículo, podendo também apresentar as seguintes funções: “buscar o significado de um fato, revelar seus caminhos de interpretação, dar à luz o significado escondido de um acontecimento, uma decisão ou um processo e relacionar acontecimentos e explicações procedentes a partir de várias perspectivas” (GOMIS, 2008, p. 187, tradução nossa⁸⁹). Esta macrofinalidade dos editoriais pode ser subdividida em microfinalidades, a depender dos temas retratados (pois conteúdo temático e finalidade dos gêneros são dependentes (BHATIA, 1993)).

A disposição gráfica e tópica do editorial em seção própria ou já nas primeiras páginas do jornal atende ao propósito comunicativo macro de chamar a atenção do leitor para o que pensa o jornal sobre o tema em evidência. Assim, entre os propósitos de persuadir e convencer, os editoriais selecionam e lançam mão de recursos argumentativos diversos que conduzem os leitores ao convencimento de uma tese.

Deste modo, podemos afirmar que, nos editoriais do JB e do CL, surgiram como microfinalidades recorrentes: (i) aprofundar, pela análise e pela opinião, fatos retratados no noticiário; (ii) rememorar fatos históricos; (iii) exaltar e/ou contestar ações políticas; (iv) contestar verdades socialmente construídas em torno a estereótipos; e (v) discutir questões/problemas sociais e/ou dar-lhes encaminhamentos.

O mapeamento destes propósitos comunicativos revela que os textos analisados apresentam finalidades distintas ao longo dos séculos XX e XXI, mas que, em geral, objetivam aprofundar temas retratados no noticiário e discutir questões e/ou problemas sociais, a fim de sugerir-lhes encaminhamentos, evidenciando que informação e opinião se misturam, como se pode perceber em detalhes netes quadros:

⁸⁹ Tradução nossa de: “buscar la significación de un hecho, revelar sus claves de interpretación, sacar a la luz el significado escondido de un acontecimiento, una decisión o un proceso y relacionar sucesos y despachos procedentes de varios puntos”.

Quadro 8 - Microfinalidades dos editoriais do Jornal do Brasil

JORNAL DO BRASIL		
MICROFINALIDADE	EDITORIAIS	TÍTULO
(I) Aprofundar, pela análise e pela opinião, fatos retratados no noticiário	<u>JB 06/1958</u>	Espírito americanista
	<u>JB 11/1973</u>	Trilhos da Integração
	<u>JB 13/1979</u>	Passo à Frente
	<u>JB 14/1982</u>	Quebra de Princípios
	<u>JB 15/1985</u>	Formação da Cidadania
	<u>JB 16/1988</u>	Mercados Futuros
	<u>JB 18/1994</u>	O Apelo da Vitória
(II) Rememorar fatos históricos	<u>JB 23/2009</u>	Há salvação para o ensino público
	<u>JB02/1946</u>	A jornada da libertação
	<u>JB 04/1952</u>	Aniversário do Jornal do Brasil
	<u>JB 20/2000</u>	500 Anos
	<u>JB 21/2003</u>	Ano Inesquecível
(III) Exaltar e/ou contestar ações políticas	<u>JB 24/2013</u>	A República e o mensalão na coincidência das datas, uma reflexão
	<u>JB 01/1945</u>	O Brasil e a guerra
	<u>JB 03/1949</u>	Como o governo considera a imprensa
	<u>JB 05/1955</u>	Restos totalitários no continente
	<u>JB 07/1961</u>	Aliança
(IV) Contestar verdades socialmente construídas em torno a estereótipos	<u>JB 12/1976</u>	Ecos de Versalhes
	<u>JB 08/1964</u>	A busca da imagem
	<u>JB 09/1967</u>	Réquiem por Guevara
(V) Discutir questões/problemas sociais e/ou dar-lhes encaminhamentos	<u>JB 25/2014</u>	Espanha, país massacrado por Franco, faz polêmica com o "jeitinho brasileiro"
	<u>JB 10/1970</u>	Dinamismo das artes
	<u>JB 17/1991</u>	O Caminho da Fé
	<u>JB 19/1997</u>	A marca da maldade
<u>JB 22/2006</u>	Estímulo à transgressão	

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 9 - Microfinalidades dos editoriais do Clarín

CLARÍN		
MICROFINALIDADE	EDITORIAIS	TÍTULO
(I) Aprofundar, pela análise e pela opinião, fatos retratados no noticiário	<u>CL 01/1946</u>	¡Juego limpio!
	<u>CL 06/1961</u>	América concierta sus esfuerzos de cooperación
	<u>CL 08/1967</u>	Nuevo rumbo en Brasil
	<u>CL 10/1973</u>	Cuba y Latinoamérica
	<u>CL 12/1979</u>	La biblioteca Nacional
	<u>CL 14/1985</u>	Historia, técnica, identidad
	<u>CL 16/1991</u>	La demolición del Odeón
	<u>CL 23/2012</u>	Quien quiera oír, que oiga
(II) Rememorar fatos históricos	<u>CL 07/1964</u>	Recobremos la pujanza creadora
	<u>CL 03/1952</u>	En el día de la Bandera
	<u>CL 04/1955</u>	El imperio universal del tango

	<u>CL 18/1997</u>	Un país hecho por la inmigración
	<u>CL 22/2009</u>	El legado que deja Mercedes Sosa
	<u>CL 24/2013</u>	Milagro argentino un peronista en el trono de San Pedro
(III) Exaltar e/ou contestar ações políticas	<u>CL 02/1949</u>	El ideal de la Argentinidad
(IV) Contestar verdades socialmente construídas em torno a estereótipos	-	-
(V) Discutir questões/problemas sociais e/ou dar-lhes encaminhamentos	<u>CL 05/1958</u>	País forestalmente pletórico y mal aprovechamiento de maderas
	<u>CL 09/1970</u>	La violencia como crimen
	<u>CL 11/1976</u>	Los modelos a prueba
	<u>CL 13/1982</u>	Más allá de las palabras
	<u>CL 15/1988</u>	Desequilibrios demográficos
	<u>CL 17/1994</u>	Las oportunidades de un acuerdo
	<u>CL 19/2000</u>	Dilemas y desafíos de un nuevo siglo
	<u>CL 20/2003</u>	Los desafíos de la educación pública
	<u>CL 21/2006</u>	La educación, pilar del progreso y la equidad
	<u>CL 25/2014</u>	Hay responsables por los cortes de luz

Fonte: elaboração nossa.

Uma segunda dimensão a ser levada em consideração na caracterização dos editoriais como um gênero discursivo são o lugar e o momento em que são enunciados. De acordo com Maingueneau (2008a, p. 66), “todo gênero do discurso implica um certo lugar e um certo momento. Não se trata de coerções ‘externas’, mas de algo constitutivo”. Pela visão do teórico, podemos argumentar que o editorial configura-se como um gênero que é escrito para ser lido em um dia ou em dias próximos a sua publicação, dada sua periodicidade, pois versa sobre um fato atrelado ao presente.

Sua disposição gráfica (sempre em destaque em termos de extensão, organização visual, posição no jornal) legitima sua finalidade maior: ser visto e lido pelo público-alvo do jornal e, assim, repercutir na opinião pública a respeito do que se defende, pelo jornal, como ponto de vista sobre um tema atual e polêmico.

Há uma duração a ser captada pelos leitores, no editorial, que vai da retratação do fato à expressão de uma opinião sobre tal fato. Assim, este gênero prevê uma possível continuidade em sua recepção: ser lido de uma só vez e retomado, posteriormente, se necessário. Tal como os demais gêneros jornalísticos, o editorial prevê ainda uma validade: um dia somente, podendo apresentar efeitos de repercussão que estendam o debate para os dias seguintes.

Devemos destacar que há, nos gêneros, um lugar e um tempo expressos no plano da enunciação que não correspondem necessariamente ao local e à data em que fora redigido. Podemos observar nos dados alguns exemplos em que esta noção de tempo (e lugar) no plano da enunciação está evidente:

(*JB 18/1994*) O Apelo da Vitória || É enorme a dor dos brasileiros diante da morte | de Ayrton Senna. Aquele que Niki Lauda | apontou como o maior piloto que jamais existiu | enchia o Brasil de orgulho como um exemplo de | talento, profissionalismo, força de vontade e ima- | ginação. Nosso país deprimido **viu** nele o indício | seguro de qualidades nacionais insuspeitadas: Sen- | na **era** o sinal de que a excelência estava ao nosso | alcance. || O gênio do automobilismo foi uma unanimi- | dade mundial, mas seus compatriotas em especial | sentiam um aperto na garganta ao vê-lo pedir | insistentemente a bandeira brasileira antes da volta | da vitória.

(*JB 23/2009*) Há salvação para o ensino público || O RESULTADO DO EXAME NACIONAL do Ensino | Médio (ENEM), disponível desde ontem na página do Ministério | da Educação na internet, **evidencia** o grau de degradação a que | chegou a educação pública no país. Das mil escolas com piores | notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais. Por outro lado, | entre as mil melhores, **figuram** apenas 36 instituições estaduais de | ensino. Forçoso lembrar que 85% dos estudantes de nível médio | estão matriculados em colégios estaduais.

Em *JB 18/1994*, retrata-se, no editorial de 03 de maio de 1994, a morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, que se envolveu em um grave acidente dois dias antes do texto, em 1º de maio daquele ano. A enunciação neste tempo retoma o fato real, mas o instaura no discurso através de verbos como “viu”, “era”, em forma de remissão ao fato ocorrido em um passado próximo.

Do mesmo modo, em *JB 23/2009*, é possível observar que um fato real, a divulgação do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio, motivou a publicação de um editorial, dias depois, em que se analisam os desdobramentos deste resultado na configuração da educação pública brasileira na atualidade. Ao se fazer menção às reflexões que a divulgação dos resultados propiciou, recorre-se a verbos no presente (“evidencia”, “figuram”) que situam a enunciação em um tempo distinto do tempo real, ou seja, do tempo em que se deu o fato retratado.

Destacamos ainda que, nos dois exemplos mencionados, o espaço enunciativo para o qual se volta a argumentação editorialística não corresponde necessariamente ao espaço real em que os fatos se desencadearam: o Autódromo de Ímola, em Bolonha, na Itália, no primeiro caso, e a Capital Federal brasileira, Brasília, onde está situado o Ministério da Educação, responsável pelo ENEM.

Em termos de modo de difusão, os gêneros apresentam uma dimensão midialógica que chamamos de suporte. Segundo Maingueneau (2008a, p. 68), “um texto pode passar somente por ondas sonoras (oralidade), ter suas ondas tratadas e depois restituídas por um decodificador (rádio, telefone etc.), ser manuscrito, impresso em um exemplar etc.”. Bezerra (2011, p. 85), em estudos sobre a dimensão midialógica dos gêneros discursivos, destaca que:

[...] o suporte se apresenta como um *algo*, superfície ou objeto, físico ou virtual, que permite a manifestação concreta e visível do texto/gênero. O gênero pode ser distinguido de seu suporte, na maioria das vezes, através da consideração de que o texto em si não é um *objeto*. Assim, por exemplo, o *outdoor* é um objeto concreto, portanto, um suporte. O gênero, ou seja, o conteúdo suportado pelo outdoor, não é um *objeto*, mas um texto. É evidente que essa definição de suporte aplica-se preferencialmente aos suportes de gêneros da escrita convencional, tornando-se problemática no caso de gêneros da oralidade ou gêneros digitais.

Como o suporte “permite a manifestação concreta e visível do texto/gênero”, pode-se afirmar que o gênero editorial é, em geral, apresentado em jornais e revistas, em suporte de papel ou em suporte virtual. Quando fixados em suporte de papel, os editoriais apresentam-se normalmente em preto e branco, impressos em colunas e dispostos em uma única página (podendo se alongar para duas ou três páginas). São editoriais publicados nestes parâmetros os exemplares de 1945 a 1997, no caso do JB, e os publicados de 1946 a 1994, no caso do CL. Quando apresentados em suporte virtual, apresentam-se através de hiperlinks, podendo apresentar ainda recursos multimodais. São editoriais publicados nestes parâmetros os exemplares de 1999 a 2014, no caso do JB, e os publicados de 1997 a 2014, no caso do CL.

Apresentando-se em suporte material, com uma finalidade reconhecida e em um lugar e em um tempo legítimos, “todo gênero de discurso está associado a uma certa organização textual” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 68) que integra as dimensões tema, estilo e estrutura, nos termos bakhtinianos. Tais dimensões são constitutivas de todos os gêneros do discurso, como bem salienta Bakhtin (1997 [1953]).

Em relação a conteúdos temáticos, sabemos que há fatos do cotidiano, relacionados à política, à cultura, à sociedade em geral que são potencialmente relevantes e de interesse coletivo para figurarem como assuntos de editoriais. Os temas tratados, de amplo interesse, podem desencadear outros temas a serem debatidos em editoriais subsequentes ou em outros gêneros, tais como as cartas de leitor, que muito recorrentemente tomam como ponto de partida para a sua publicação a opinião de um leitor sobre um fato debatido na sessão “Opinião” dos periódicos, ao longo dos dias.

O tema a ser tratado nos editoriais passa pelo critério de seleção dos editores-chefes e dirigentes dos veículos de comunicação e objetivam atrair o público para o debate a ser traçado. Nos dados de nossa pesquisa, surgiram como temas centrais assuntos diversos, da política à economia, perpassando as questões culturais e os problemas sociais, em contexto situado (no Brasil, na Argentina, nos demais países da AL).

Todos estes temas, em conjunto, representam a identidade nacional, ou seja, o modo social e cultural de ser dos povos brasileiro e argentino, no contexto da latinidade e da interculturalidade na América Latina, no que se refere à cultura e à sociedade em perspectiva ampla, revelando que os veículos de comunicação muito dizem, em seus textos, sobre da identidade cultural dos povos, como se pode observar nos quadros expostos a seguir:

Quadro 10 – Conteúdos temáticos dos editoriais do Jornal do Brasil

JORNAL DO BRASIL				
JORNAL	Nº	ANO	TÍTULO	TEMA CENTRAL
JB	01	1945	O Brasil e a guerra	A posição assumida pelo Brasil no contexto dos conflitos bélicos na América, em especial nos anos finais da Segunda Guerra Mundial
JB	02	1946	A jornada da libertação	A Independência do Brasil em 07 de setembro de 1822 e a criação de uma identidade nacional
JB	03	1949	Como o governo considera a imprensa	A configuração da imprensa nacional brasileira em tempos de democracia
JB	04	1952	Aniversário do Jornal do Brasil	O aniversário de 62 anos do Jornal do Brasil, como grande veículo midiático brasileiro
JB	05	1955	Restos totalitários no continente	A liberdade de imprensa e seu cerceamento na América
JB	06	1958	Espírito americanista	A política americanista brasileira de integração na AL
JB	07	1961	Aliança	As relações estabelecidas pelos EUA com o Brasil, no contexto da política de alianças na AL
JB	08	1964	A busca da imagem	A imagem nacional que o Brasil projeta de si no exterior
JB	09	1967	Réquiem por Guevara	A representação da figura de Che Guevara para o Brasil e para a AL
JB	10	1970	Dinamismo das artes	A política de preservação artística como orgulho nacional no Brasil
JB	11	1973	Trilhos da Integração	A integração latino-americana pelos trilhos das ferrovias
JB	12	1976	Ecos de Versalhes	Brasília e o marasmo da política brasileira na década de 1970

JB	13	1979	Passo à Frente	As relações de Brasil e Venezuela no âmbito do Pacto Amazônico
JB	14	1982	Quebra de Princípios	A visão negativa do Brasil sobre a investida da Argentina na Guerra das Malvinas
JB	15	1985	Formação da Cidadania	A educação no projeto de criação de uma identidade nacional e da formação da cidadania brasileira
JB	16	1988	Mercados Futuros	As relações entre Brasil e Argentina na criação de um mercado comum regional
JB	17	1991	O Caminho da Fé	A estada do Papa João Paulo II no Brasil em 1991 e os rumos do Cristianismo no país
JB	18	1994	O Apelo da Vitória	A morte de Ayrton Senna como ícone da nação brasileira
JB	19	1997	A marca da maldade	O assassinato do índio pataxó em Brasília, em meio às comemorações do Dia do Índio, às vésperas do 37º aniversário da capital brasileira, e a impunidade que marca as leis brasileiras
JB	20	2000	500 Anos	Os 500 anos do Descobrimento do Brasil, comemorados nos anos 2000, e a simbologia da data como nascimento da identidade nacional brasileira
JB	21	2003	Ano Inesquecível	O fim do primeiro ano do Governo Lula e as reformas políticas empreendidas
JB	22	2006	Estímulo à transgressão	O rótulo do Brasil como “o país do faz-de-conta” em termos de projetos políticos
JB	23	2009	Há salvação para o ensino público	Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio e o estado calamitoso da educação no Brasil
JB	24	2013	A República e o mensalão na coincidência das datas, uma reflexão	A condenação de políticos brasileiros envolvidos no escândalo do Mensalão em novembro de 2003, quando se comemora a Proclamação da República
JB	25	2014	Espanha, país massacrado por Franco, faz polêmica com o "jeitinho brasileiro"	O “jeitinho brasileiro” na visão do jornal espanhol <i>El País</i> e a resposta do JB a esta visão

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 11 – Conteúdos temáticos dos editoriais do Clarín

CLARÍN				
JORNAL	Nº	ANO	TÍTULO	TEMA CENTRAL
CL	01	1946	¡Juego limpio!	Eleições argentinas de 1946 e a chegada de Perón à Presidência
CL	02	1949	El ideal de la Argentinidad	A essência da identidade cultural argentina, a Argentinidade
CL	03	1952	En el día de la Bandera	A comemoração do dia da bandeira argentina como símbolo identitário da Nação
CL	04	1955	El imperio universal del tango	O tango como matriz cultural argentina, no contexto da cultura universal
CL	05	1958	País forestalmente pletórico y mal aprovechamiento de maderas	As riquezas naturais argentinas
CL	06	1961	América concierta sus esfuerzos de cooperación	Cooperação política e comercial entre os países da América
CL	07	1964	Recobremos la pujanza creadora	A força heroica e criativa do povo argentino no passado e no presente
CL	08	1967	Nuevo rumbo en Brasil	A visão do governo argentino sobre o projeto de soberania nacional do governo brasileiro
CL	09	1970	La violencia como crimen	A opinião argentina sobre a propagação da violência no Uruguai e no mundo
CL	10	1973	Cuba y Latinoamérica	A reintegração de Cuba à Organização dos Estados Americanos (OEA)
CL	11	1976	Los modelos a prueba	O ano de 1973 e a desaceleração da economia dos países da AL
CL	12	1979	La biblioteca Nacional	Os desafios da Biblioteca Nacional Argentina, símbolo da cultura portenha, na história
CL	13	1982	Más allá de las palabras	A Marcha das Mães de Maio em busca dos desaparecidos políticos
CL	14	1985	Historia, técnica, identidad	A história da produção científica na AL
CL	15	1988	Desequilibrios demográficos	O crescimento demográfico descontrolado dos centros urbanos latino-americanos
CL	16	1991	La demolición del Odeón	A demolição de parte do teatro Odeón, símbolo da cultura argentina, no contexto da crise econômica nacional portenha do início dos anos 90

CL	17	1994	Las oportunidades de un acuerdo	O MERCOSUL, a União Europeia e a criação de um espaço econômico de integração dos países latino-americanos em termos políticos e comerciais
CL	18	1997	Un país hecho por la inmigración	O fluxo imigratório na história da Argentina
CL	19	2000	Dilemas y desafíos de un nuevo siglo	As expectativas para a chegada do século XXI na Argentina e no mundo
CL	20	2003	Los desafíos de la educación pública	A educação pública na Argentina ao longo da história: avanços, retrocessos e desafios
CL	21	2006	La educación, pilar del progreso y la equidad	A educação argentina e seu significado no sentimento de pertença e na identidade social do povo portenho
CL	22	2009	El legado que deja Mercedes Sosa	A importância da cantora argentina Mercedes Sosa como expoente máximo da cultura latino-americana
CL	23	2012	Quien quiera oír, que oiga	A manifestação popular de 09 de novembro de 2012 na Argentina em defesa da democracia nacional
CL	24	2013	Milagro argentino un peronista en el trono de San Pedro	A eleição do primeiro papa latino, Francisco, natural de Flores, em Buenos Aires, e a subsequente reação do Governo
CL	25	2014	Hay responsables por los cortes de luz, pero callan	Os apagões vivenciados pelo povo argentino e o silêncio do governo sobre a crise energética no país, no século XXI

Fonte: elaboração nossa.

Os quadros acima expostos revelam que os editoriais dos dois periódicos investigados incorporaram, ao longo dos séculos XX e XXI, temas que expressam a identidade dos povos brasileiro e argentino no que se refere à política nacional e internacional, aos acordos comerciais estabelecidos nas Américas, às datas comemorativas, às manifestações culturais, à religião, aos problemas sociais, dentre muitos outros temas que, juntos, (re) constroem a história e a identidade cultural da América Latina em si, como é possível observar na leitura dos editoriais na íntegra.

Já em termos estilísticos, os editoriais lançam mão de recursos argumentativos específicos para convencer o leitor sobre o ponto de vista a ser defendido. Pertencendo ao grupo de gêneros da ordem do argumentar (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004), este gênero caracteriza-se linguisticamente pela predominância de sequências argumentativas, pela

seleção de adjetivos com valor apreciativo ou depreciativo, pelo uso de primeira pessoa do singular e/ou do plural como ponto de vista enunciativo, dentre outros, como se observa nos exertos a seguir, retirados de exemplares dos séculos XX e XXI do Jornal do Brasil e do Clarín:

(*JB 01/1945*) O Brasil e a guerra || O Itamarati é uma casa onde | se fala muito, mas de onde pou- | cas palavras são difundidas pela | imprensa. É um Ministério que | não cultiva a publicidade, o que | constitui um traço peculiar á tra- | dição daquela Secretaria de Es- | tado. Os **nostros** Ministros do Ex- | terior falam apenas nos momen- | tos **oportunos**, de acordo com | aquele **sábio** conselho de Talley- | rand de se dizer apenas *ce qu'il | faut, quand Il faut et comme Il | faut*. || O atual detentor da pasta das | Relações Exteriores é um **habil** | diplomata, **experimentado** em | mais de trinta anos de brilhante | carreira; e não seria de certo ele | capaz de infringir as normas dis- | cretas da casa, a mentalidade de | parcimoniosa usura da palavra | inerente ás atividades do Ita- | marati.

(*JB 22/2006*) Estímulo à transgressão || A CADA DIA VAI SE | AMPLIANDO a já extensa | galeria de exemplos que fa- | zem da política brasileira um | mundo **do faz-de-conta**. A úl- | tima fantasia acrescentada à | expressão utilizada pelo mi- | nistro Marco Aurélio Mello, ao | assumir a presidência do Tri- | bunal Superior Eleitoral | (TSE), é a relação de cerca de | 2.900 nomes de políticos im- | pedidos de disputar as elei- | ções. Todos tiveram contas | julgadas irregulares pelo Tri- | bunal de Contas da União | (TCU). Todos estão livres pa- | ra concorrer. Cinco ex-gover- | nadores e ex-prefeitos inte- | gram a lista. || A divulgação, sublinhe-se, | é mais do que **bem vinda** | para quem deseja infor- | mação sobre a aplicação ir- | regular do dinheiro público.

(*CL 01/1946*) ¡JUEGO LIMPIO! || Ya se tiene por **indudable** a | esta altura del escrutinio | que la mayoría del electorado | nacional ha querido llevar al co- | ronel Perón a la presidencia de | la República. En algún momen- | to, las cifras iniciales parecie- | ron revelar lo contrario, pero | hay que rendirse a la evidencia: el pronun- | ciamiento popular a favor de la candidatu- | ra laborista es **categórico, inequívoco**. Mu- | chas y diversas han de ser las razones que | se invoquen, a posteriori de este resultado, | para explicarlo y hasta para justificarlo. | No obstante, **seguimos creyendo** que si la | unión de las fuerzas que se proclamaban | adversarias de esa candidatura se hubiese | realizado sin exclusiones absurdas, con un | criterio más tolerante y desinteresado, el re- | sultado de los comicios del 24 de febrero | había sido harto distinto.

(*CL 21/2006*) La educación, **pilar** del progreso y la equidad || La instrucción pública fue la palanca que le permitió, en el pasado, a los | habitantes de la **joven** República Argentina adquirir su sentido de | pertenencia e identidad social. La escuela se convirtió, desde la Ley | 1420 de Educación Pública — dictada tras el Congreso Pedagógico de 1882 | —, en un mecanismo de socialización de normas, valores y saberes | que permitió que personas de muy diferentes procedencias alcanzaran a | contar con bases y horizontes comunes. La escuela pública ha sido, | entonces, el pilar sobre el cual se nutrió y desarrolló **nuestra** sociedad. Y | esta institución fue tan **eficiente** que pronto dio frutos en diversos terrenos.

Podemos afirmar ainda que, em linhas gerais, o estilo dos editoriais tem relação direta com a linha ideológica dos jornais que os veiculam, apresentando em geral características, como linguagem clara e objetiva, argumentação sofisticada, apresentação e defesa de teses etc.. Segundo Gomis (2008, p. 185, tradução nossa⁹⁰):

Um bom editorial, como se costuma dizer no jargão profissional, depende, sobretudo, da consistência da linguagem e é independente da tese mantida. O editorial é, neste aspecto, arbitrário. Não estabelece hipótese com o objetivo de verificá-las ou falsificá-las. Define teses com a intenção de impô-las. O editorial não controverte a tese: a técnica e arte retóricas que utiliza se põem a serviço de uma conclusão que se impõe como ponto de partida.

Já em termos de estrutura composicional, ainda segundo Gomis (2008), os editoriais geralmente apresentam uma estrutura prototípica composta de:

- (i) título, em que se anuncia o tema central a ser debatido;
- (ii) introdução, em que se apresenta o tema anunciado no título, relacionando-o com os fatos noticiados pelo jornal que o motivaram;
- (iii) desenvolvimento, em que se apresentam argumentos em estrutura lógica pensada para convencer o leitor sobre o ponto de vista do jornal a respeito do tema tratado;
- (iv) conclusão, expressa de modo firme, lógico e claro.

A tese central pode ser lançada já na introdução, em diálogo com o título que a antecede, construída ao longo do texto e/ou expressa somente na conclusão. Há casos ainda em que a tese é expressa através de implícitos, de modo que o leitor deve subtendê-la ao longo da exposição argumentativa desenvolvida no texto. A estrutura prototípica dos editoriais apontada por Gomis (2008) pode ser observada na maioria dos exemplares do JB e do CL, que não apresentaram, ao longo dos séculos XX e XXI, grandes mudanças no que se refere ao modo como se configuram em termos composicionais. Acreditamos que isto se explica, dentre outros motivos, por questões de diagramação (tamanho, espaço, disponibilização visual) e de tradição (há a tendência à manutenção do estilo de cada um dos dois jornais na produção e na publicação deste gênero ao longo do recorte temporal analisado).

⁹⁰ Tradução nossa de: “un buen editorial, como se acostumbra a decir en argot profesional, depende sobre todo de la consistencia del lenguaje y es independiente de la tesis mantenida. El editorial es, en este aspecto, arbitrario. No establece hipótesis con objetivos de verificarlas o falsificarlas. Define tesis con la intención de imponerlas. El editorial no controvierte la tesis: la técnica y arte retóricos que utiliza se ponen al servicio de una conclusión que se impone como punto de partida”.

Por fim, em se tratando do estatuto de parceiros legítimos, Maingueneau (2008a, p. 66) destaca que “nos diferentes gêneros do discurso, já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala” em termos dos participantes da enunciação. No pensamento de Gomis (2008, p. 189, tradução nossa⁹¹), que nos parece um tanto excludente e com o qual não concordamos de todo, uma vez que acreditamos não ser possível prever com precisão quem lerá ou não os editoriais publicados diariamente pelos periódicos (se leitores de alto ou baixo nível, se qualificados ou não qualificados), “o público do jornal que lê o editorial é o de mais alto nível, o mais qualificado. O editorial seleciona o público por suas próprias características de exigência, rigor e linguagem”. De todo, o que se pode afirmar é que quem escreve o jornal é um sujeito e/ou um grupo de sujeitos, representantes do veículo (GOMIS, 2008, p. 189-190, tradução nossa⁹²), pois, por tradição:

O editorial representa a ‘voz’ e mais ainda o ‘pensamento’ do jornal, mas este pensamento, como afirma Honenberg (1973), tem que ser algo a mais que a voz de seu proprietário, há de ser o veículo para promover os interesses e as pré-concepções da equipe diretiva e editorial do jornal. Dirigida com propriedade, uma sessão editorial teria que representar uma comunidade ou uma região do país. Não é raro que pretenda inclusive representar uma nação inteira, mas não é fácil provar que seja assim.

Na dinâmica de produção e recepção do discurso jornalístico, o leitor tem a possibilidade de julgar os jornais a que tem acesso a cada vez que se defronta com os editoriais e demais publicações do veículo. Neste processo, os diretores dos jornais objetivam fazer fieis seus leitores, trazendo-os para as bases ideológicas da instituição. Presume-se que os redatores dos editoriais detêm um saber específico e elaborado que os autorizam a opinar sobre os temas de que tratam, em nome da instituição que representam. Estes redatores presumem leitores para seus textos que sejam capazes de interagir com os pontos de vista que de seja defender.

Por fim queremos reafirmar que, dada sua dinamicidade constitutiva, os gêneros de opinião publicados nos JB e no CL constituem cenas genéricas que tendem a mobilizar cenografias variadas, dando contornos diversos às imagens de si que os enunciadores constroem no discurso, ao longo da história, como observamos nas análises das cenografias dos dois periódicos.

⁹¹ Tradução nossa de: “el público del diario que lee el editorial es el de más alto nivel, el más cualificado. El editorial selecciona al público por sus propias características de exigencia, rigor y lenguaje”.

⁹² Tradução nossa de: “el editorial representa la ‘voz’ y más aún el ‘pensamiento’ del diario, pero este pensamiento, como dice Honenberg (1973), tiene que ser algo más que la voz de su propietario, el vehículo para promover sus intereses y prejuicios y los del equipo directivo y editorial del diario. Llevada con propiedad, una sesión editorial tendría que representar una comunidad o región del país. No es extraño que pretenda incluso representar la nación entera, pero no es fácil probar que sea así”.

Síntese: a cena genérica e as imagens de si

Estamos de acordo com Gonçalves (2006, p. 128-129) com relação à premissa de que “o ethos se enuncia sempre num determinado tipo de gênero e que ele se nutre desse espaço enunciativo para significar. O gênero do discurso tem, assim, incidência decisiva sobre a interpretação de como o ethos é construído”. Partindo desta premissa, compreendemos os editoriais como um dos inúmeros gêneros da mídia impressa e mais especificamente como dispositivos de comunicação específicos do jornalismo enquanto esfera da atividade humana.

Enquanto gêneros que tendem a mobilizar cenografias variadas, os editoriais são atividades sociais de linguagem submetidas a um conjunto de condições, tomadas nesta pesquisa como dimensões constitutivas de sua configuração sociodiscursiva. Tendo como finalidade maior a interpretação de um fato social a partir da emissão do ponto de vista da empresa jornalística que representam, os editoriais apresentam-se em um suporte midialógico, físico ou virtual, em dado tempo e em dado lugar, envolvendo duas instâncias enunciativas: o enunciador e o coenunciador, constituindo-se a partir de uma organização textual composta de tema, estilo e estrutura composicional.

É a partir da cena genérica, referente ao gênero do discurso, que o coenunciador é capaz de elaborar um ethos prévio do enunciador, a partir das referidas dimensões que constituem estas atividades sociais de linguagem. No âmbito da cena de enunciação, os gêneros participam das representações discursivas dos enunciadores em diálogo com o tipo de discurso constituinte da cena englobante e, ao lado da cenografia, possibilita a criação e a expressão das imagens de si dos enunciadores no discurso. A seguir, discutiremos a terceira e última dimensão da cena enunciativa em que se inscrevem as imagens de si, a cenografia.

4.1.3 As imagens de si e sua expressão linguístico-discursiva no quadro cênico: as cenografias

Como postulamos, os editoriais do JB e do CL que tomamos como *corpus* nesta pesquisa estão, a nosso ver, no grupo dos gêneros que “exigem escolhas de uma cenografia” (MAINGUENEAU, 2008c. p. 70) e que, de modo frequente, apresentam cenografias variadas, podendo ainda associar-se à cena genérica tida como rotineira para este gênero jornalístico, ou seja, à cena da qual se depreende um enunciador que preenche o contrato genérico que lhe é estabelecido (a defesa de um ponto de vista por um locutor que evidencia de si uma imagem crítica, fundamentada, séria, dentre outros atributos possíveis para o enunciador do discurso jornalístico opinativo).

Nos casos em que se mobiliza uma cenografia para além da cena genérica rotineira, o contrato genérico também é obedecido. No entanto, este contrato se dá em uma *cena de fala específica*, ou seja, em um *ambiente enunciativo em que o discurso é encenado* de modo distinto da cena genérica prototípica dos editoriais (grifos nossos). Nesta cena, um fiador é mobilizado para dar contornos discursivos à autorrepresentação do enunciador, cujos traços associam-se diretamente às cenografias expressas.

Nesta dinâmica de construção de imagens de si em cenografias variadas, a incorporação do ethos pelos coenunciadores é viabilizada por dois processos básicos: pela recorrência às cenas de fala já instaladas na memória coletiva dos enunciadores (cenas validadas, tais como um diálogo entre amigos, um conselho etc.) e pelas imagens prévias que os coenunciadores constroem dos enunciadores, em função do tipo de discurso e do gênero em que enunciam, ou seja, pelo ethos prévio.

Em geral, as imagens de si nos editoriais analisados são encenadas a partir de cenografias em que é mostrada a imagem de um enunciador-autoridade, capaz de mobilizar argumentos diversos em função do ponto de vista que deseja defender. Esta imagem é expressa em cenografias tais como retrospectivas históricas, em que fatos da história do Brasil e da Argentina são rememorados em um tom patriótico e ufanista, e como análises sociopolíticas, em que um discurso especializado da economia, da política exterior etc., é mobilizado para instaurar a interdiscursividade na enunciação.

Para a análise destas cenografias, organizaremos esta seção da tese em dois pontos. No primeiro deles, centramos nossa atenção nos 25 editoriais do JB, divididos em duas gerações (de 1945 a 1979 e de 1980 a 2014). No segundo deles, centramos nossa atenção nos 25 editoriais do CL, também divididos em duas gerações (de 1946 a 1979 e de 1980 a 2014). As análises serão, então, apresentadas nesta ordem. O exame dos exemplares foi assim operacionalizado: identificamos os dêiticos discursivos e os campos léxicos, analisamos como estes elementos linguístico-discursivos se mobilizam para a instauração das cenografias e das imagens de si dos enunciadores, categorizadas e descritas em função dos efeitos de sentido construídos na tradição editorialística⁹³.

Antes de seguirmos com a análise das cenas de fala propriamente ditas, destacamos algumas questões a respeito dos índices linguísticos dos quais partimos para a

⁹³ A ordem destes procedimentos variou de exemplar a exemplar, segundo as configurações discursivas de cada um dos textos analisados. Em geral, partimos do sentido (as cenografias, as imagens de si, os efeitos pretendidos etc.) para a forma (os dêiticos discursivos e os vocábulos dos campos léxicos). O caminho contrário também foi recorrido diversas vezes ao longo da análise dos 50 textos.

análise dos ethé e das cenografias: os dêiticos discursivos (que aqui categorizamos como elementos do campo dêitico) e os recursos lexicais (elementos do campo léxicosseântico).

Com relação aos primeiros índices mencionados, Cavalcante (2000), partindo dos estudos de Bühler (1982) e Fillmore (1997), destaca que a dêixis discursiva apresenta um caráter intersubjetivo que se revela “nas coordenadas do falante no âmbito dos espaços físicos textuais” (CAVALCANTE, 2000, p. 03). Os estudos contemporâneos sobre a dêixis discursiva costumam assim categorizá-la:

- (i) dêixis pessoal (permite identificar os enunciadores no plano enunciativo);
- (ii) dêixis espacial (permite inferir o lugar em que, no ato enunciativo, encontram-se os enunciadores);
- (iii) dêixis temporal (possibilita situar o ponto de origem temporal dos enunciadores);
- (iv) dêixis modal/circunstancial (possibilita apreender as modalizações na enunciação);
- (v) dêixis social⁹⁴ (possibilita inferir os papéis sociais assumidos pelos enunciadores na enunciação);
- (v) dêixis discursivo-textual (permite recuperar informações referentes a porções do discurso relacionadas aos enunciadores).

Desempenham funções dêiticas os pronomes, os verbos, os advérbios, as locuções adverbiais, dentre outros. Na visão de Maingueneau (2008c), a cenografia se constitui a partir de elementos de natureza dêitica, em destaque: a cronografia (dêiticos temporais), a topografia (dêiticos espaciais) e os participantes (dêiticos pessoais).

Do mesmo modo, com relação ao léxico, Cavalcanti (2011, p. 174) destaca que “as escolhas lexicais são pistas do lugar social e ideológico de onde os sujeitos enunciam, da posição que ocupam em um dado discurso”. Tais escolhas, segundo a autora, são condicionadas pelas posições e os papéis sociais que os sujeitos assumem e, principalmente, pela imagem de si que desejam construir no discurso, sejam as imagens de si, sejam as imagens dos coenunciadores, ao mobilizarem recursos lexicais relacionados às mais diversas esferas da atividade humana (a economia, a ciência, a religião etc.), evidenciando o entrecruzar de discursos, ou seja, a interdiscursividade.

⁹⁴ Fonseca (1996) inclui a dêixis social na dêixis pessoal.

Segundo Possenti (2003), são as posições discursivas assumidas pelos enunciadores que determinam as escolhas que fazem dos itens lexicais dos quais se valem, no discurso, para nomear e/ou para fazer referência a seres, fatos, opiniões, etc.. De acordo com o referido estudioso, “a semântica global de um discurso explica seu ethos característico (doce, duro, irônico...), e, em decorrência, em boa medida, seu léxico, que, por sua vez, dá concretude ao ethos” (POSSENTI, 2003, p. 216).

Assentadas estas bases conceituais, sigamos com as análises das cenografias mobilizadas nos editoriais do JB e do CL, nos séculos XX e XXI, em 70 anos.

4.1.3.1 As cenografias do JB: a expressão das imagens de si, entre 1945 e 1979

Se antes tomamos como pressuposto que o contexto histórico condiciona as imagens de si que os enunciadores deixam revelar no discurso jornalístico em gêneros como o editorial, em que se discutem fatos do dia que motivam uma tomada de posição de uma empresa de comunicação, o *corpus* desta pesquisa mostra que esta assertiva é uma constatação e não um pressuposto, como pensado anteriormente.

As cenas genéricas mobilizadas nos 13 exemplares que compõem a primeira geração de textos do JB evidenciaram pelo menos duas imagens discursivas recorrentes dos enunciadores que atravessaram os primeiros 35 anos da tradição editorialística do referido periódico: a do enunciador-autoridade (ethos analista sociopolítico) e a do enunciador-nacionalista (ethos nacionalista).

Com relação ao primeiro dos ethé, constatamos uma imagem discursiva que se projeta diretamente em 10, dos 13 editoriais selecionados para o primeiro bloco de textos do JB. Nos anos de 1949, 1955, 1958, 1961, 1964, 1967, 1970, 1973, 1976 e 1979, um ethos de analista sociopolítico prepondera no debate dos temas mobilizados pela cena genérica. Este enunciador toma como estratégia argumentativa prototípica a seleção de argumentos especializados de áreas como a economia e a política internacional, dentre outras, para fundamentar uma análise crítica pela qual o jornal se posiciona a respeito de questões que tocam os acordos políticos e econômicos, a cultura, os modos de vida, no Brasil e no mundo, com ênfase no contexto latino-americano.

Já com relação ao segundo dos ethé, constatamos uma autorrepresentação discursiva presente diretamente em 03 editoriais, ainda no primeiro bloco de textos do JB, referentes aos anos de 1945, 1946 e 1952. Nesta autorrepresentação, é possível constatar a presença de um locutor que enuncia em tom patriótico, em louvor aos símbolos nacionais que compõem o repertório de signos identitários da história e da cultura brasileira, também com

ênfase no contexto sociopolítico da América Latina. Trata-se de um enunciador que, no discurso, defende sua nação no contexto das relações exteriores, exaltando seus valores em um discurso essencialmente ufanista.

Cenografias específicas são mobilizadas para que estas imagens de si sejam expressas na tradição editorialística dos dois jornais: uma retrospectiva histórica, uma saga heroica, um pronunciamento oficial ou, de modo mais recorrente, uma análise sociopolítica em que se debatem temas da atualidade. Nestes casos, os *ethé* evidenciam a imagem de um enunciador que se mostra como uma autoridade nos temas que debate.

No texto de 1945, o primeiro do JB nos dados, uma cenografia específica é mobilizada para ambientar a expressão do *ethos* discursivo da nacionalidade. Através de um pronunciamento em tom oficial, apresenta-se a posição do Brasil nas relações exteriores (principalmente na América, no contexto dos anos finais da Segunda Guerra Mundial), a saber: o estabelecimento de “uma estreita e leal | cooperação com todos os povos, | especialmente os da America, | pugnando pelo crescente prestí- | gio das soluções jurídicas na es- | fera das relações exteriores” (*JB 01/1945*).

Esta cenografia se constrói contextualizada a um momento presente expresso em dêiticos temporais (“**Agora quando estamos no li- | miar** de um novo ano) e situada em um discurso em primeira pessoa do plural, que se manifesta na dêixis de pessoa através de pronomes e tempos verbais (“Os **nossos** Ministros do Ex- | terior falam apenas nos momen- | tos oportunos” e “**estamos** no li- | miar de um novo ano”).

A respeito do “nós” e de formas correlatas tomadas como dêiticos pessoais, Marega (2008 p. 155-156), amparada nos estudos de Benveniste (1995), afirma que:

Benveniste (1995) aponta que o “nós” apresenta uma dupla expressão: o plural exclusivo, representado por “eu + ele(s)”, excluindo e ao mesmo tempo se opondo ao “tu” ou ao “vós”, e o plural inclusivo, representado por “eu + tu (vós)” que se opõe e exclui o “ele” ou “eles”. No primeiro caso, o “eu” se sobressai, já no segundo caso o “tu” é que se destaca. Verificamos, então, que o “nós” não é um “eu” multiplicado, mas um “eu” dilatado. Uma das conclusões a que o autor chega é que existe uma distinção entre a pessoa estrita (singular “eu”) e a pessoa amplificada (plural “nós”) e que só a terceira pessoa, isto é, a “não-pessoa” admite um verdadeiro plural.

O *nós* tomado como a *pessoa amplificada*, ou seja, como um *eu dilatado* figura como uma tradição discursiva no campo dêitico dos editoriais analisados, apresentando traços de mudança e/ou de permanência ao longo de todo o recorte temporal adotado nesta pesquisa. Através do plural inclusivo, o enunciador insere o coenunciador no quadro cênico, como uma estratégia de captação/adesão ao discurso, evidenciando de si a imagem de um ser

esperançoso com relação ao futuro do Brasil nas relações internacionais, em um tom notadamente ufanista, como se pode ver a seguir:

(*JB 01/1945*) **Queremos trabalhar na guerra | por uma paz digna e fecunda;** e | quando esta vier queremos po- | der continuar trabalhando para | que outras guerras não venham | espalhar sobre o mundo novas | calamidades. || **Na guerra e na paz seremos | sempre fieis** ao programa tradi- | cional do nosso **amor á liberdade | e á justiça.**

O léxico empregado compõe um campo semântico de expressões ligadas à ideia de esperança (“paz”, “liberdade”, “justiça”), reforçando a imagem de um enunciador esperançoso pelo ano que se inicia, que será “o do | triunfo e da paz” em terras brasileiras, e no patriotismo, expresso pelo “amor á liberdade | e á justiça”, tomadas como o alicerce das relações exteriores do Brasil com os demais países do continente americano.

Neste exemplo do *corpus*, registramos a ocorrência de outros dêiticos discursivos, a exemplo dos dêiticos sociais, em “Minis- | tro do Exterior, **Senhor** Leão Veloso”, denotando respeito do enunciador pelo político mencionado, e dos dêiticos modais, em “Foi **assim** que entramos na | guerra em que já estávamos mo- | ralmente comprometidos”, marcando as circunstâncias diplomáticas nas quais o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial, em espírito de pacificação e cooperação internacional.

Do mesmo modo, o ethos nacionalista expresso nos textos opinativos do Jornal do Brasil segue em uma cenografia que se aproxima à de um relato histórico, no editorial de 1946. Também em primeira pessoa do plural (“nossa história”, “**temo-nos** mostrado dignos”, “**nossa** posição”), em um tempo presente que se reporta a fatos do passado (“**desde aquele | dia** na cruzada civilizadora”) e em um espaço específico e delimitado (“nosso continente (americano)”), o enunciador parte de uma retomada histórica que se funde à voz expressa na enunciação e transplanta o coenunciador para o cenário e para o plano temporal do acontecimento relatado, através da expressão de referências históricas, como destacamos a seguir:

(*JB 02/1946*) O Brasil havia adquirido | uma personalidade que valia | por si mesma e reclamava um | ponto de atuação, em que de- | monstraria o vigor de suas | condições mentais e físicas | para a emancipação que o | Príncipe Regente lhe atribuiu | na memorável jornada pelas | terras bandeirantes. || **No dia 7, cercado de seu** [ilegível], | **lançou o grito de Inde- | pendencia ou Morte, nas mar- | gens do Ipiranga.** Foi um epi- | sódio que se desenrolou entre | poucos, traduzido numa ati- | tude que teve como testemu- | nha um cenário silencioso, | sem repercussão.

O trecho em destaque faz referência intertextual ao histórico 07 de setembro de 1822 quando, às margens do Rio Ipiranga, D. Pedro I declarou a Independência do Brasil pelo grito de “Independência ou Morte”. Ao reconstruir, no discurso, este fato da história do Brasil, o enunciador se mostra patriótico, na medida em que defende o 07 de setembro como “a data mais importante de nossa história”, quando passamos a ter uma “posição no mundo, iniciando a marcha na estrada da civilização”. O léxico empregado (“independência”, “Ipiranga”, “Independência ou Morte”) estabelece relação interdiscursiva com o discurso histórico, sendo esta relação tomada no discurso jornalístico como estratégia argumentativa em função da tese a ser defendida.

A partir desta imagem patriótica, o enunciador deseja provar que o Brasil sempre colaborou, desde a sua independência, para a consolidação do direito à liberdade entre as nações americanas, o que revela, como é tradição na cena genérica editorialística, a posição defendida pelo JB no que se refere às questões nacionais. Pelo plural inclusivo (BENVENISTE, 1995), o enunciador investe em processo de adesão dos coenunciadores à imagem de si (MAINGUENEAU, 2008c), trazendo-os para a cenografia através da instauração de um discurso na primeira pessoa do plural.

Outro caso interessante de ethos nacionalista é o que encontramos no exemplar de 1952, por ocasião das comemorações do aniversário do JB. Para a celebração dos 62 anos de existência do periódico, mobiliza-se uma cenografia que se instaura em uma cena genérica próxima dos editoriais de apresentação (GOMES, 2007), que anunciam, em tom comemorativo, o lançamento do primeiro número de jornais.

A partir de um discurso de exaltação do civismo brasileiro, cria-se uma cena de fala em que o JB, pela voz do enunciador, surge como um representante da defesa dos interesses da nação, como um herói nacional. Instaura-se uma cenografia de uma espécie de saga heroica, repleta de obstáculos vencidos, como se observa a seguir:

(JB 04/1952) Em todas as horas de exaltação cívica, **a posição deste | Jornal** jamais foi objeto de dúvida e incerteza, pois estaria | sempre sem vacilação, **ao lado dos que se batessem pela | vitória de ideias** que nasceram ao calor da consagração po- | pular. || **Houve, durante esta longa caminhada, momentos obs- | curos**, verdadeiros instantes em que os rumos se perdiam | no emaranhado de encruzilhadas sombrias, mas uma cen- | telha adivinhatoria nos condizia à estrada através da qual | poderia a Nação chegar incólume, vencendo as crises que a | ameaçavam.

Esta heroica caminhada percorrida pelo JB ao longo de 62 anos é recontada por um enunciador que, em um tempo presente (“ao completar, **hoje**, 62 anos de existência”) mais uma vez instaura-se no discurso através do plural inclusivo (“é-**nos** grato salientar”;

“**conseguimos**, sem tropeços e vacilações”), como nos exemplares de 1945 e 1946. No entanto, este editorial apresenta, pela primeira vez, a expressão “este Jornal”, que cumpre função dêitica ao fazer referência à empresa de comunicação representada pela voz do enunciador na cena genérica, como exposto a seguir:

(*JB 04/1952*) Prevenindo o País contra esses subterfugios doutrina- | rios, que conseguem empolgar alguns setores, ávidos de no- | vidades teoricas e dominadas pelo sentido materialista da | vida, **este Jornal**, adaptando-se a novas formas de técnicas | de ação, **enfrenta novos embates**, lutando com o mesmo vi- | gor e com o mesmo desinteresse para que as “constantes”.

O ethos nacionalista, apresentado com contornos discursivos de heroísmo, representa o JB como órgão da imprensa brasileira que busca defender a Nação e seus valores. Ao enunciar “*este Jornal* [...] enfrenta novos embates”, depreende-se uma afirmação que corresponderia a “*nós* enfrentamos novos embates” (grifos nossos), incluindo, no plano da enunciação, o enunciador e os demais membros do JB. Ainda neste editorial, um campo léxico também nacionalista é evidenciado a partir de expressões como “civilização”, “exaltação cívica”, “civismo”, dentre outras. Constrói-se, assim, um discurso em tom poético para dar destaque à missão futura de todos os que fazem o JB: prosseguir, resolutos e confiantes, “ao lado do Brasil”, a “serviço do | que ele tem de mais nobre, mais verdadeiro e mais digno | de perpetuidade”.

O ethos de um analista sociopolítico emerge nos exemplares da primeira geração de textos do JB, mais especificamente na cenografia de uma análise sociopolítica especializada (em economia, em política internacional etc.) que, em alguns casos, muito se assemelha à cena genérica rotineira da tradição editorialística, como se observa no texto de 1949, a respeito da posição assumida pelo Brasil no contexto dos conflitos bélicos na América, em especial nos anos finais da Segunda Guerra Mundial.

Neste exemplar, assim como no de 1945, o JB defende ações do Governo, o que evidencia o bom momento pelas quais passavam as relações estabelecidas entre a imprensa e a política nacional brasileira, à época representada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). O Jornal exalta as ações do Governo Dutra porque delas se favorece, na medida em que a liberdade de imprensa depende diretamente do regime democrático a ser estabelecido e conduzido por quem está no poder, como expresso no trecho a seguir:

(JB 03/1949) Os jornais | que desfrutam de uma liber- | dade não perturbada, direta | ou indiretamente, pelas au- | toridades publicas, exercem | uma superior fiscalização com | discernimento e lucidez, preo- | cupados mais em esclarecer | os problemas do que focalizar | a pessoa dos homens que di- | rigem nossos destinos. || A imprensa se vai despren- | dendo dos velhos habitos de | focalizar nomes e explorar o | sensacionalismo, para deter- | se no minucioso exame das | questões mais ligadas à or- | dem, à disciplina e ao bem | estar da coletividade.

A fim de evidenciar o novo momento por que passavam os veículos de comunicação à época do Governo Dutra, o enunciador lança uma metáfora em que a imprensa é representada por uma pena que deixa de ser instrumento de embate político e passa a ser instrumento de análise dos fatos sociais, em prol dos interesses da Nação: “A pena deixou de ser um | bisturi para dissecar repu- | tação alheia, para se trans- | formar em instrumento de | análise dos fatos, de aprecia- | ção dos aspectos da realida- | de”.

No texto de 1949, o enunciador recorre a dêiticos temporais para situar a enunciação em um tempo presente que se reporta ao passado (“generos que flo- | resceram outrora vão pouco | a pouco caindo em descredi- | to”, “O panfleto que fez furor | noutros tempos perde terre- | nos dia a dia”). Assim como em 1945 e 1946, neste texto há a marcação do plural inclusivo pelo uso de dêiticos na primeira pessoa do plural (homens que di- | rigem nossos destinos), a partir dos quais o JB enuncia em nome da imprensa brasileira, ocupando, assim, este lugar de fala.

Em termos lexicais, observa-se a recorrência de expressões como “democracia” e “regime democrático” que denotam o novo momento vivido entre a imprensa e o governo brasileiros, “depois de tantos anos sob | a ditadura” da palavra imposta por presidentes anteriores. Pelos anos subsequentes, a liberdade de imprensa na América, principalmente na América Latina, seguiu como pauta recorrente nos editoriais, como o publicado em agosto de 1955, em que o JB discorre sobre a posição do Governo argentino com relação aos órgãos de comunicação portenhos.

Em um tom de crítica ao modelo de liberdade de imprensa pregado pelo Governo argentino, expresso por ocasião de pronunciamento do Ministro do Interior, o enunciador deste editorial, ao passo em que defende os que apoiam a integral liberdade de imprensa nas Américas, critica arduamente os países que insistem em cercear a liberdade de expressão dos veículos de comunicação de massa, como a Argentina naquele momento, conforme exposto neste fragmento:

(*JB 05/1955*) **Esse abastardamento da opinião contamina todas as | camadas**, para que não apareçam as mazelas de uma | administração cujo unico proposito é implantar a de- | magogia, de modo a esconder a verdade aos olhos de | quantos podem divulgá-la, contribuindo para que se | possa formar uma ideia aproximada do descabro que | anda pelos meandros do govérno. || **Essa mistificação não consegue modificar o quadro | real, não oculta a verdade**, que fura o cordão de isso- | lamento e vai refletir fora, de modo a que se possa | formar um juízo seguro desses simulacros de democra- | cia que certos governos instalaram em alguns países da | America Latina.

Assim como no exemplar de 1949, o editorial de 1955 projeta um discurso que se divide em dois polos antagônicos representados pelos países que, no século XX, defendiam a liberdade de expressão, a exemplo do Brasil, e os países cujos governantes cerceavam esta liberdade, a exemplo da Argentina, ambos com ênfase na relação estabelecida entre o Governo e os veículos de comunicação de massa da AL.

Esta polarização se manifesta, em nível textual, pelas relações estabelecidas entre quem ou o que somos (“nós”) e quem ou o que são (“eles”) os outros, ou seja, pela polarização ideológica do discurso (VAN DIJK, 1999). Trata-se de um processo pelo qual se manifesta a posição assumida pelo enunciatador em relação aos outros a quem se refere, como se observa no seguinte trecho:

(*JB 05/1955*) O formulário totalitario é | cheio de cores vistosas e inclui sempre os propositos | de resolver os problemas todos, dando ao povo bem-estar | e comodidades. || Desta vez, **os remanescentes adeptos dos governos** | de fato esbarram, **entre nós**, com o exemplo argenti- | no, que está estatelado aos olhos de todo o mundo, ape- | sar do estrangulamento da imprensa. A liberdade de- | sapareceu e as crises economicas se agravaram.

Neste fragmento, há um *nós*, um dêitico que expressa o tradicional plural inclusivo, que representa a democracia nas relações estabelecidas pela imprensa e se opõem a um *eles* (“os remanescentes adeptos dos governos [...] com o exemplo argentino”) que, por sua vez, são representantes dos “restos totalitários no continente (americano)”, como anuncia o título do editorial. Esta polarização se configura na oposição entre o regime político democrático (“as democracias têm na liberdade um ponto de con- | tato, invariavel sobre todas as latitudes”), como o direito de todos, e o regime político totalitarista (“enquanto os go- | vernos totalitários, francos ou disfarçados, se parecem | no modo de suprimir a faculdade de pensar”), em que os governantes exercem total poder sobre os sujeitos.

Ao lançar mão de expressões como “propósitos ideológicos”, “abastardamento da opinião”, “simulacros de democracia”, dentre outras, o enunciatador recorre a termos característicos do discurso político e os hibridiza ao discurso jornalístico opinativo, evidenciando as relações interdiscursivas estabelecidas entre estes dois campos da atividade humana, ou seja, entre a política e o jornalismo.

Devemos destacar que as relações estabelecidas entre os países da AL não se deram exclusivamente no plano político, mas sempre estiveram, ao longo dos séculos XX e XXI, por ele alicerçadas. Os veículos de comunicação dos países latino-americanos passaram a retratar, ao longo da história, os desdobramentos de uma política internacional multifacetada, que foi se constituindo como um modo de afirmação destes países em relação aos países europeus e norte-americanos. Neste contexto, a imprensa passa a ser uma agência de retratação destas relações, configurando-se como um dos mais expressivos espaços de debates dos temas que compõem a latinidade da AL.

Os editoriais do JB de 1958 e de 1961 exemplificam como a imprensa da América, e mais especificamente da AL, incorporou em seu discurso, ao longo dos séculos XX e XXI, os temas da latinidade, em destaque os que tocam as relações políticas estabelecidas entre os países considerados em desenvolvimento que compõem o continente americano. Nestas relações, o Brasil foi-se constituindo, pelo discurso midiático, como o país em busca da integração regional, como se observa a seguir, no exemplar de 1958, sobre a política americanista brasileira de integração na AL:

(JB 06/1958) O Ministro do Exterior, nas vésperas de seguir para | a capital do Equador, no desempenho da missão que | orientou, nestes dois anos de atividade, a política ame- | ricanista do País, fêz um breve retrospecto do que foi | realizado neste sentido na América Latina, salientan- | do os principais convênios celebrados nos últimos tem- | pos. || **O Brasil, fiel ao seu papel histórico, se empenhou | em desfazer agravos e cancelar pontos suscetíveis de | divergências,** no que tange as questões de fronteira, | procurando estabelecer contatos entre os governos in- | teressados de país a país, para que esses atritos desa- | pareçam, **concorrendo para que o Continente apareça | em plena unidade espiritual, que representa a sua | “constante” e exprime a sua fôrça e prestígio no cam- | po internacional.**

Partindo do pronunciamento do então Ministro do Exterior brasileiro, no governo de Juscelino Kubistchek, o editorial retrata a posição brasileira na política internacional americana, enfatizando o “espírito americanista” de integração assumido pelo país no século XX. Neste texto, constrói-se a imagem de Brasil como país conciliador dos conflitos de fronteira, em uma enunciação presente que se reporta a um passado próximo, cujo ponto dêitico é a ida do ministro brasileiro a Quito, capital do Equador, como expresso em “**nas vésperas** de seguir para | a capital do Equador”.

Tal como uma tradição discursiva, o plural inclusivo segue como o ponto de referência dêitico de pessoa (“o objetivo de **nossa** política externa”), e, a partir deste ponto, o discurso deste editorial glorifica as ações do Governo brasileiro, evidenciando assim, como nos textos de 1949 e 1955, o momento de harmonia vivido pelo JB e pelas autoridades

políticas da época (diferente do que pudemos observar nos primeiros editoriais do CL, publicados no século XX, em que os embates entre a imprensa e política portenha eram mais evidentes).

No trecho a seguir, em que se reitera a posição do Brasil no amplo contexto da política externa dos países que compõem a América Latina, duas questões socio-históricas merecem atenção, conforme os fragmentos destacados:

(*JB 06/1958*) O ministro Macedo Soares se tem | mostrado incansável na execução dêste plano, que foi | sempre o objetivo da nossa política externa, quando | se trata de proteger a confiança que deve reinar sem- | pre entre povos, fadados dentro de algum tempo a | formar um conjunto de interêsses comuns, ajudando- | se entre si na solução de seus múltiplos problemas, dis- | sipando dúvidas e cancelando pontos de atrito, que | noutros continentes permanecem como pomos (sic) de dis- | córdia, criando obstáculos intransponíveis a uma or- | ganização política que tornaria realidade o ponto de | uma confederação nos moldes concebidos por **Bolívar** | e que alguns vultos proeminentes tentam em vão rea- | lizar pelo **Velho Mundo**.

Em “política que tornaria realidade o ponto de | uma confederação nos moldes concebidos por **Bolívar** | e que alguns vultos proeminentes tentam em vão rea- | lizar pelo **Velho Mundo**”, faz-se referência a Simon Bolívar, militar e político venezuelano, consagrado como o “libertador das Américas”, no contexto das guerras pela independência da então América espanhola, para enfatizar que a América Latina é resultado de uma configuração geopolítica marcada pela luta pela liberdade entre as nações ou, como destaca Brandalise (2008, p. 21), “em afirmação de uma identidade interna de seus povos, que buscava autorreconhecimento e emancipação política”.

Assim, nomeia-se a Europa como o “Velho Mundo” e, por consequência, as Américas como o “Novo Mundo”, enfatizando a dicotomia que marcou desde sempre (de modo estereotipado, a nosso ver) as nações americanas em seu projeto político e identitário. Em pesquisa anterior (IRINEU 2011, p. 34), ao nos reportarmos à dicotomia “Velho Mundo” *versus* “Novo Mundo” enraizada na história da AL, destacamos que:

Nesta conjuntura histórica, fica evidente que não foi por acaso que a América surgiu na história como o território do futuro e da liberdade, como muitos a veem hoje, dando ao continente a ideia de pluralidade cultural como fenômeno formador de sua essência, extrapolando os limites geográficos, o que faz da América um construto, um ser “inventado” sob a ideia de “continente” e de “Novo Mundo”. E hoje, o que se vê como desdobramento de tais questões é uma multiplicação deste continente, com o surgimento de Américas, a latina e a anglo-saxônica.

Expressões como “povos irmãos” e “comunhão continental” reafirmam a tese lançada no título do editorial de 1958: há um “espírito americanista” que marca as relações exteriores na América do século XX, nas quais o Brasil ocupa posto privilegiado pela imagem

que construiu de si, na história, como um país de aspiração fraternal entre os povos que integram o continente americano.

Especificamente sobre as relações estabelecidas entre o Brasil e os Estados Unidos no contexto da política internacional versa o editorial de 1961. Em uma enunciação que marca a permanência do plural inclusivo como uma TD, em expressões como “como a **nós** latino-ame- | ricanos” e “diante de seus | compatriotas que **conosco** repartem as bên- | çãos e as dificuldades do Brasil”, o enunciador se pronuncia a partir de uma imagem de si recorrente em editoriais anteriores, o de analista sociopolítico que parte do discurso de autoridade para tirar conclusões sobre o tema debatido.

Este enunciador tece juízos de valor ao analisar o pronunciamento do Embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, aos cidadãos norte-americanos radicados no Brasil. Mobiliza-se a cenografia de uma análise política em que o enunciador revela respeito pelos políticos mencionados (através de dêiticos sociais como em “o **Senhor** Lincoln Gordon” e “os **Senhor** Kubi- | tshck e Eisenhower”), em um comentário político pós-pronunciamento (“**Ontem**, perante seus concidadãos que | trabalham no Brasil”; “o tipo | de relações que têm mantido, **até agora**, | Estados Unidos e Brasil”), ambientado no Brasil (“Começou muito bem: pois dos norte- | americanos que **aqui** trabalham, que **aqui** | negociam, que **aqui** produzem [...]”).

Recorre-se ao uso de discurso citado (em muitas ocorrências sinalizadas por trechos em itálico), marcando uma polifonia de vozes, em destaque a do Jornal do Brasil e a do ministro norte-americano, para construir a argumentação que subsidia a tese defendida no editorial, como se observa no fragmento abaixo:

(*JB 07/1961*) Mas subscrevemos, igualmente, | com o mesmo entusiasmo, a violência com | que investiu contra o que chamou de | ***um erro infeliz e difundido de entender | que a empresa privada sòzinha pode con- | seguir o desenvolvimento adequado da Amé- | rica Latina.*** || O que se impõe, diz o Embaixador, | são os empreendimentos mistos, públicos e | privados. O que se impõe, dizemos nós | – e não cremos ir muito adiante do Em- | baixador, que fala como diplomata – | é a colaboração do governo.

Neste exemplar, há a recorrência de expressões do discurso político (“área internacional”, “investimentos particulares”, “*status quo*”) para situar a enunciação neste campo, em termos de interdiscursividade e projeção de imagens de si.

Com a chegada da década de 60 do século XX, a história do Brasil marca-se pelo período da Ditadura Militar (1964-1985), momento de tensão de todas as ordens e em todos os setores da sociedade, entre eles a imprensa. Notadamente, o período ditatorial brasileiro marcou-se como uma época em que o país esteve em busca de uma identidade nacional, em

meio aos conflitos militares, repercutindo esta busca também no contexto das relações exteriores com os demais países da AL, como retratado nos editoriais do JB de 1964 (ano de instauração da Ditadura no Brasil), de 1967 (ano da morte de Che Guevara) e de 1970 (quando é realizado o I Encontro Nacional de Defesa do Patrimônio artístico brasileiro).

Nos três referidos editoriais, mobiliza-se a cenografia de uma análise política empreendida por um enunciador que, como em textos anteriores, mostra de si a imagem de um sujeito detentor de conhecimentos específicos e que lança mão de argumentos de autoridade que lhe permitem analisar fatos do Brasil e do mundo em uma enunciação instaurada a partir de um plural inclusivo, como se observa a seguir:

(*JB 08/1964*) Qualquer incursão | estrangeira pelos campos miseráveis do interior ou | quaisquer observações francas sôbre o caráter ina- | pelavelmente mestiço da população **nos** pareciam | atos hostis. || A fase nacionalista foi benéfica porque foi | introspectiva. **Nós** próprios **nos olhamos** com uma | nova objetividade e **nos aceitamos**.

(*JB 09/1967*) Mais de | um milhão de dólares por dia custa aos russos a | manutenção desse estado de coisas. || Guevara com seu temperamento militante | de revolucionário autêntico passou a afastar-se | cada vez mais das tendências aburguesantes do | médio comunismo soviético dos **nossos** dias.

(*JB 10/1970*) **Achamos**, no entanto, | que o DPHAN, sólidamente implantado por Ro- | drigo Melo Franco de Andrade, deve concentrar | mais autoridade e mais verbas para prosseguir | em sua obra de defender o tesouro artístico da | nação. || O importante é que se esteja dando real | importância ao problema. **Nosso** próprio plane- | jamento do futuro não passaria de uma imita- | ção do verdadeiro planejamento se não se | apoiasse firmemente na consciência histórica da | nação, cristalizada em sua arte.

A cenografia, nos três textos, instaura-se em num tempo presente, que se reporta a um passado próximo em que se deram os fatos sociais motivadores da publicação dos exemplares. Este tempo e este espaço seguem marcados nas coordenadas textuais por elementos dêiticos, como se observa em ocorrências nas quais a dêixis espacial e temporal tem como referência o posicionamento do enunciador no discurso:

(*JB 08/1964*) Muito se fala e muito se procura fazer **hoje | em dia no Brasil** acerca da “imagem nacional”, | isto é, da imagem que o Brasil projeta de si mes- | mo no exterior.

(*JB 09/1967*) Sua legenda, que foi | construída sistematicamente pela imprensa a ser- | viço das esquerdas em tôda parte do mundo, | será **agora** erigida em mito sagrado do socialismo. [...] **No Brasil**, já desponta a pieguice sentimental | a emprestar tintas do heroísmo novelesco ao desa- | parecimento de Guevara, tombado quando empe- | nhado em luta traiçoeira contra bolivianos que | defendiam seu território da invasão dos agentes | estrangeiros.

(*JB 10/1970*) Por isso mesmo não é de estranhar que, | encerrando **ontem, em Brasília**, o Encontro Na- | cional de Defesa do Patrimônio tenha aprovado | mais de 20 propostas para a defesa, preserva- | ção e aprimoramento desse tesouro que reluz, | **aqui e ali**, em tôda extensão dos oito e meio | milhões de quilômetros quadrados do Brasil.

Em “A busca da imagem”, editorial de 1964, o enunciador, com tom de autoridade pelos argumentos de que lança mão, defende a tese de que, durante muito tempo, tentou-se criar uma imagem nacional brasileira ao invés de retratá-la fielmente a partir de suas origens, imagem esta substancialmente alterada com a instauração da Ditadura Militar no Brasil, a partir do Golpe Militar de 31 de março de 1964.

Há, nesta cenografia, claras tomadas de posição que são específicas de um enunciador-autoridade em seu dizer, como se observa, por exemplo, no seguinte trecho: “**o Brasil só gostava de mostrar ao estrangeiro seu aspecto superficial**, europeu, seu | ensaio litorâneo de civilização” (JB 08/1964). Esta cena de fala constrói uma conclusão em que se expressa o desejo do JB para a história política brasileira no transcurso da Ditadura: “**Trate a revolução de se realizar na pureza, e, | principalmente, nos limites do seu ímpeto inicial**, | que sem maiores canseiras verá que se cria e se | projeta sozinho essa “imagem” que parece tão di- | ficil de esculpir” (JB 08/1964).

Em “Réquiem por Guevara”, editorial de 1967, observamos um tom de agressividade nos traços psicológicos do enunciador, que analisa os desdobramentos da morte de Che Guevara em 09 de outubro daquele ano, em território boliviano, três dias antes da publicação do referido editorial. O léxico empregado no texto, através de expressões como “esmola soviética”, “pieguice sentimental”, “revolucionário romântico”, evidencia o caráter crítico e audaz, além de irônico, que o enunciador deixa revelar como traços de sua autoimagem discursiva ao se referir a Che Guevara.

Para este enunciador, “A morte de Guevara constitui uma advertên- | cia dramática aos planejadores da subversão sis- | temática reunidos na OLAS” (JB 09/1967). Assim como no texto de 1964, este enunciador-autoridade encerra a enunciação com um encaminhamento que objetiva levar os coenunciadores à reflexão: “**Que o sacrifício do | seu grande líder lhes sirva de lição e de escar- | mento sobre a disposição da América Latina** de | resistir por todos os meios à ação solerte e trai- | çoeira de seus agentes em nossas plagas” (JB 09/1967).

Em “Dinamismo das Artes”, editorial de 1970, o JB dá destaque à mestiçagem cultural brasileira como vestígio da cultura latina, constituído no bojo da interculturalidade na AL (GARCÍA CANCLINI, 2008a). Neste texto, o enunciador defende a tese de que os diversos setores da sociedade brasileira, entre eles as artes, devem se desenvolver de modo multiforme, o que não vinha acontecendo ao longo dos séculos. Diferentemente do exemplo de 1967, sobre a morte de Che Guevara, este editorial constrói-se em um tom sóbrio, sem agressões e/ou ironias.

Este exemplar recorre a expressões como “planejamento do futuro”, “consciência histórica”, “calamidade estética” e “patrimônio espiritual”, dentre outras, característica do discurso político e do discurso das artes, para constituir a expressão da imagem de analista sociopolítico construída pelo enunciador, que defende a necessidade de mais investimentos para o fomento e para a preservação das artes no Brasil.

Na sequência, os três últimos exemplares da primeira geração de textos do JB (1973, 1976 e 1979) tratam, respectivamente, do processo de integração de alguns países da América Latina pelas ferrovias (entre eles o Brasil), da administração pública do país centrada em Brasília e das relações traçadas entre Brasil e Venezuela no que se refere às questões econômicas e ambientais de interesse dos dois países.

Em “Trilhos da Integração”, editorial de 1973, o enunciador-autoridade parte de uma notícia veiculada por agências internacionais para emitir um posicionamento otimista sobre os rumos das transações econômicas de países da América Latina, em destaque o Chile, a Bolívia, a Argentina e o Brasil, em função da integração destes países pelas ferrovias, que passam a interligá-los a partir daquele ano.

A cenografia instaura-se a partir de dêiticos temporais que marcam um passado recente (“A notícia das agências fala de um comboio | ferroviário que saiu **na sexta-feira passada**”) e de dêiticos espaciais que apontam para uma referência difusa em termos de topografia, mas que tem o país do enunciador como ponto dêitico de partida (“com destino **a São Paulo**”; “trilhos que saem **de Corumbá** poderão ligar | Santa Cruz de la Sierra **a La Paz** e de **lá** al- | cançarem o Pacífico **em Arica**”).

Ainda nesta cenografia, registra-se a permanência da tradição discursiva *nós* e formas correlatas, a partir do plural inclusivo (“com | aproveitamento pleno das lições que o mundo | dos conflitos **nos** proporcionaram”), enquanto outros dêiticos (temporais, espaciais, modais etc.) surgem nas cenografias dos editoriais, ao longo da diacronia estabelecida, sob diferentes formas e em diferentes contextos, em maior frequência em alguns períodos que em outros, apresentando, traços de mudança e de permanência que analisados nesta tese.

No contexto dos temas da latinidade na América Latina, os editoriais dos anos de 1970 já evidenciam que o JB consolidou, ao longo dos séculos XX e XXI, sua posição favorável aos projetos de integração regional dos países latino-americanos, dentre eles o Brasil, em busca de uma multinacionalidade preponderante nas relações internacionais, como se observa no seguinte trecho, que compõe a conclusão do editorial de 1973, em que se destacam expressões como “concepção multinacional”, “trilhos da integração”, dentre outras, que sinalizam para um enunciador que se mostra favorável a este modelo de política:

(*JB 11/1973*) Mas a superioridade maior de projetos e | **iniciativas de natureza multinacional** será en- | contrada no plano político-psicológico, através | da redução de áreas de atrito e de conflito, de | início retóricos, e, às vezes, graves para as ge- rações futuras, que terão de resgatar equívocos | na condução de políticas regionais. A regionali- | zação econômica e política aconselha a concep- | ção multinacional, sempre que possível. As van- | tagens do binacionalismo ou do bilateralismo | podem ser tentadoras a curto prazo. **A longo prazo, é sempre melhor plantar a concórdia, tal | como agora acontece com os trilhos da inte- | gração.**

Oposto ao tom otomista em que se constrói a enunciação no editorial de 1973, no exemplar de 1976, observamos a construção de uma cenografia que se vale de inúmeras metáforas para destacar o tom de ironia que marca os traços psicológicos do enunciador, que se mostra indignado com a situação a que chegou a Nação brasileira, mergulhada em um marasmo político resultante de fatores diversos. Os trechos destacados a seguir evidenciam como o enunciador se pronuncia em tom irônico sobre a situação da política nacional brasileira, notadamente na década de 70 do século XX:

(*JB 12/1976*) **O marasmo em que se debate neste mo- | mento a Nação é produto de uma série de fato- | res de natureza vária:** política, econômica, ad- | ministrativa, social, o que torna, muitas vezes, | impossível isolar e identificar as causas de situa- | ções que desafiam qualquer diagnóstico funda- | do em premissas lógicas. || Há, entretanto, em meio a todos esses, um | fator que talvez passe despercebido por já se | ter incorporado ao cotidiano da vida nacional | e adquirido foros de irreversibilidade: chama-se | Brasília.

Ao se fazer referência a Brasília, centro administrativo do país, em tom pessimista, cria-se uma cenografia metafórica que se entrecruza à cenografia da análise sociopolítica, para comparar o funcionamento de Brasília ao de um complexo fabril, em que as máquinas atuam desordenadamente e sem um fim prático:

(*JB 12/1976*) **As alavancas de comando | se acham distantes dos centros motores. As cor- | reias de transmissão da máquina administrativa | estão emperradas e os canais de comunicação en- | tupidos.** || Por isso o Executivo passou a ver a reali- | dade nacional através da **cortina de papel dos re- | latórios burocráticos.**

O presente editorial fora motivado por uma polêmica declaração do então Ministro da Fazenda, que também partiu de uma metáfora para se pronunciar sobre a crise econômica que o Brasil atravessava à época de Ernesto Geisel na Presidência da República (1974-1979): “o avião estava atravessando uma zona | de turbulência e quem não estivesse contente | que saltasse” (*JB 12/1976*). Partindo desta metáfora, o enunciador compara a situação caótica da economia brasileira à situação da economia francesa em tempos de crise, passando a contestar da realidade social do Brasil.

Por fim, no editorial de 1979, o último da primeira geração do JB, uma reconstrução histórica dos fatos que compõem as relações estabelecidas entre Brasil e Venezuela se hibridiza à cenografia em que se debate a necessidade de intercâmbios entre os países da AL que fazem fronteira com o Brasil. O ponto de referência para este debate é a visita do então Presidente João Figueiredo a Caracas para tratar, dentre outros temas, do Pacto Amazônico, como em destaque a seguir:

(JB 13/1979) Ainda sob os ecos da feliz conclusão dos | acordos de Itaipu, passo importante na pacificação | da fronteira Sul da diplomacia brasileira, a visita | do Presidente Figueiredo a Caracas – sua primei- | ra viagem ao exterior como Chefe de Estado – | aprofunda uma outra linha fundamental dos nossos | contatos externos, extremamente valorizada por | bruscas valorizações de cenário.

Como predominante nos editoriais que integram esta primeira geração de textos do JB, segue como uma genuína TD o pronome dêitico de primeira pessoal do plural com valor inclusivo (“aprofunda uma outra linha fundamental dos nossos | contatos externos”). Assim como nos demais, este editorial apresenta um léxico específico da política internacional (“contatos externos”, “intercâmbios tecnológicos e comerciais”, “âmbito continental”), evidenciando um enunciador que constrói, no discurso, a autoimagem de um sujeito capaz de mobilizar argumentos de diversas áreas para a defesa de um ponto de vista, que é o do jornal que ele representa.

4.1.3.2 As cenografias do JB: a expressão das imagens de si, entre 1980 e 2014

Os dois ethé analisados a partir de sua manifestação na primeira geração de textos da tradição editorialística do JB seguem, com outros contornos discursivos, na segunda geração de textos, ao lado de, pelo menos, duas outras autorrepresentações discursivas: o enunciador que se mostra indignado diante dos problemas sociais e o que se mostra adepto do ecumenismo das diversas religiões. Todas estas imagens de si são projetadas no discurso em cenografias variadas que, assim como nos textos da primeira geração, apresentam traços de mudança e de permanência ao longo da história.

Constatamos a manifestação do ethos analista sociopolítico em 05, dos 12 editoriais que compõem a segunda geração. Este ethos se manifesta nos exemplares de 1985, 1988, 2003, 2009 e 2013. O ethos nacionalista se manifesta diretamente em dois editoriais, nos anos de 1994 e 2000. Por sua vez, o ethos da indignação ante a realidade nacional/internacional se manifesta em quatro editoriais, nos anos de 1982, 1997, 2006 e 2014. Por fim, o ethos do ecumenismo se manifesta no editorial do ano de 1991.

Como dito, o ethos analista sociopolítico, que recorre às diversas áreas do conhecimento e às múltiplas esferas da atividade humana para construir os argumentos de que se vale para a defesa das teses que lança, mostra-se recorrente também na segunda geração de texto do JB, mas como outro traço definidor: este ethos se desdobra na imagem de um analista econômico e/ou sociopolítico, como no texto de 1985.

Em “Formação da Cidadania”, texto de março de 1985, um dia após José Sarney assumir a Presidência do Brasil, fato que marca o fim da Ditadura Militar no país, registra-se a ocorrência de um ethos híbrido entre a imagem de um analista político e um porta-voz, que vai a público se manifestar sobre as expectativas para a educação brasileira pós-Ditadura. Segundo Vitale e Maizels (2011, p. 342, tradução nossa⁹⁵), “propomos o termo ethos híbrido para fazer referência aos casos nos quais o discurso de um orador constrói simultaneamente mais de uma imagem dominante de si”.

A partir de expressões típicas do discurso político (“medidas administrativas”, “instituições democráticas”, “estrutura social” etc.), instaura-se a cenografia de uma análise política que se realiza, como de tradição, em uma enunciação marcada pela primeira pessoa do plural (“tal como | **sonhamos** no alvorecer desta nova fase da historia | brasileira”; “a via pela qual **alcancaremos** a tão desejada | ‘identidade cultural’ no quadro de uma sociedade | livre”), que recorre ao discurso citado para entrecruzar os pontos de vista do locutor e do então Ministro da Educação, Marco Maciel, a quem o enunciador se dirige com respeito, como se observa no uso do dêitico social (“o **Senhor** Marco Maciel resumiu o seu | pensamento em uma frase”).

Enquanto nos primeiros parágrafos do editorial predomina o ethos de um analista político que se posiciona sobre as questões educacionais brasileiras, nos últimos parágrafos, o enunciador se mostra como o porta-voz que dá amplitude às palavras do Ministro da Educação Marco Maciel, em apoio político, como se observa no seguinte excerto:

(JB 15/1985) Universalidade, pluralidade, participação e | responsabilidade – **estas são as palavras-chave do | projeto educacional esboçado em grandes linhas | pelo Ministro Marco Maciel.** E que, como fez | questão de afirmar, deve ser válido para todas as | instituições do sistema educativo, da escola primá- | ria à universidade. Essas propostas, pelo que | encerram de humanismo e modernidade, corres- | pondem decerto às expectativas da sociedade brasi- | leira.

⁹⁵ Tradução nossa de: “proponemos el término ethos híbrido para hacer referencia a los casos en los que el discurso de un orador construye simultáneamente más de una imagen de si dominante”.

Como estratégia de adesão dos coenunciadores à cena de fala mobilizada (MAINGUENEAU, 2008a), o editorial de 1988 sugere uma cenografia entre a análise política e uma conversa estabelecida em tom prosaico entre os coenunciadores participantes do quadro cênico. A quebra da ordem sintática (sujeito – verbo), que abre o texto, e o predomínio de orações coordenadas sobre as subordinadas dão ao texto um tom prosaico e sugerem um diálogo estabelecido entre enunciador e coenunciador, como expresso neste excerto:

(JB 16/1988) Mercados Futuros || **Voltou o presidente Sarney da Argentina**, onde | foi consolidar e projetar para o futuro as | iniciativas até agora tomadas no sentido da forma- | ção de um mercado comum regional. **Este é um | projeto que inda não pode ser considerado um | grande sucesso em termos práticos**; mas que, não | obstante, contém as sementes de um desenvolvi- | mento positivo, **e ficará associado favoravelmente à | imagem do governo que vai entrar em seu último | ano**.

Diferentemente dos textos anteriores, o editorial de 1988 apresenta um traço de descontinuidade no que se refere ao dêitico pessoal de primeira pessoa, com o plural inclusivo. Podemos afirmar que, neste texto, em que predomina a enunciação em terceira pessoa, a discussão sobre os mercados da América do Sul, tema central do editorial, mobiliza o ethos analista sociopolítico, que se desdobra na imagem de um analista econômico, em uma cenografia que se aproxima a um diálogo, em tom prosaico, que vai se especificando a partir do uso de termos técnicos da economia, tais como “mercado comum”, “liberdade de comércio”, “mercado regional”, dentre outros, na defesa da tese de que “a integração | entre o Brasil e a Argentina [...] é o elo inicial nessa política de | interesse nacional e bilateral”.

Já os editoriais de 2003, 2009 e 2013 apresentam traços comuns no que se refere à cena de fala que mobilizam. Nos três exemplares, segue a cenografia de uma análise sociopolítica cotejada por um enunciador-autoridade, com uma especificidade: esta cenografia se realiza a partir de um balanço das questões políticas e educacionais brasileiras. Este balanço é motivado por fatos importantes da história do Brasil, a saber: o fim do primeiro ano do Governo Lula (em 2003), o anúncio do resultado do ENEM, que se tornaria, naquele ano, o vestibular unificado das universidades federais (em 2009) e os mandados de prisão dos políticos envolvidos no escândalo do Mensalão (em 2013).

Em “Ano Inesquecível”, mobiliza-se a cenografia de um balanço do cenário político brasileiro ao fim do ano, após a chegada de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Em tom sereno, e através do emprego de expressões que denotam otimismo, o enunciador deste texto constrói de si a imagem de um ser esperançoso com relação ao futuro do país, após a chegada de um governo de esquerda ao poder, como se vê a seguir:

(*JB 21/2003*) Ano Inesquecível || Ao se aproximar dos últimos dias, **o ano de 2003 | ressaltou alguns traços | como garantia para ser | lembrado a título de referência |** futura. [...] || Por último, mas com o conteúdo de conquista social e política, transcorreu sem temores nem ressentimentos o primeiro ano de um governo de esquerda. Era o que faltava à História do Brasil: superar o maniqueísmo ideológico que opunha direita e esquerda sem deixar, ao centro, espaço à expansão da confiança democrática. || A esquerda chegou ao governo no Brasil por via eleitoral. Não gerou transtorno político nem inquietação econômica nem atritos sociais. Consagrou a aspiração de reformas que acumularam necessidades adiadas por falta de informação. || O passado não guarda fogo sob as cinzas. **A nação se renovou eleitoral e politicamente. | Sem medo da esquerda ou da direita, estabelecida na democracia como horizonte infinito.**

Expressões como “um ano proveitoso”, “um novo país”, “conquista social e política”, “a democracia como horizonte infinito”, dentre outras, compõem um discurso de esperança na renovação da política nacional que permeia todo o texto, evidenciando o apoio do Jornal do Brasil ao governo petista então no poder e a visão do referido periódico com relação aos avanços da Nação no contexto do novo Governo: “a nação se renovou eleitoral e politicamente. | Sem medo da esquerda ou da direita, estabelecida na democracia como horizonte infinito” (*JB 21/2003*).

Do mesmo modo, em “Há salvação para o ensino público”, editorial de 2009, analisam-se as condições em que se encontra a educação pública brasileira, a partir do anúncio do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio daquele ano, quando o Ministério da Educação e Cultura propôs às universidades federais que o referido exame passasse a figurar como um vestibular unificado em nível nacional.

Assim como no exemplar de 2003, instaura-se a cenografia de uma análise sociopolítica que se realiza por meio de um balanço da educação brasileira em geral (avanços, retrocessos, desafios e perspectivas). Este tipo de cenografia muito se assemelha aos comentários políticos de telejornais contemporâneos, em que um comentarista (jornalista especializado) analisa os desdobramentos de fatos do noticiário diário. Nesta cena de fala, há um enunciador que se mostra preocupado com o estado a que chegou a educação brasileira e que debate o tema a fim de construir encaminhamentos, como se observa no excerto a seguir:

(*JB 23/2009*) Há salvação para o ensino público || **O RESULTADO DO EXAME NACIONAL do Ensino | Médio (ENEM),** disponível desde ontem na página do Ministério da Educação na internet, **evidencia o grau de degradação a que | chegou a educação pública no país.** Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais. Por outro lado, entre as mil melhores, figuram apenas 36 instituições estaduais de ensino. Forçoso lembrar que 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais. Portanto, de posse desses números tão pífios quanto chocantes, **os governantes | deviam agir sem demora, concedendo total prioridade à | educação, a fim de evitar que mais uma geração de brasileiros se | perca nos limites da iliteracia.**

Diferentemente dos editoriais da primeira geração de textos, os exemplares da segunda geração (especialmente os exemplares dos anos de 2003, 2009 e 2013) do JB não apresentam os dêiticos de primeira pessoa a partir dos quais se instaura o plural inclusivo. A enunciação se dá notadamente na terceira pessoa, com a manifestação de alguns dêiticos temporais e/ou espaciais. Ainda com relação ao editorial de 2003, devemos destacar que expressões como “salvação”, “degradação”, “números tão pífios quanto chocantes”, “limites de iliteracia”, dentre outros, denotam a posição opositora do JB, em 2009, frente aos investimentos do Governo na educação básica brasileira.

Por sua vez, o editorial de 2013 parte de um fato histórico para constituir a cenografia da análise sociopolítica em que se realiza um balanço do cenário político brasileiro em um data simbólica para o país, o 15 de novembro, em que se comemora a Proclamação da República e que, naquele ano, coincidiu com a expedição das ordens de prisão dos condenados envolvidos no escândalo do Mensalão. Em um tom prosaico, que segue por todo o texto, este exemplar se apresenta com o título que se constitui como uma rima: “A República e o mensalão: na coincidência das datas, uma reflexão”.

A cenografia se instaura em um tempo presente e em um espaço peculiar ao enunciador (“**No Brasil deste 15 de novembro de 2013**”), que se mostra preocupado com os rumos da política nacional, posicionando-se a favor das punições dos envolvidos no caso do Mensalão, mas com total respeito ao direito de defesa que é outorgado a todos os cidadãos brasileiros, inclusive aos que são acusados por crimes políticos. Para a comprovação da tese lançada (“o País não pode aceitar a corrupção, mas o País também exige o | livre direito da defesa”), o enunciador reconstrói o percurso histórico do 15 de novembro de 1889, contrastando-o com os dias de hoje, como se vê a seguir:

*(JB 24/2013) **Nos idos de 1889, um levante político-militar instaurou a | forma republicana federativa presidencialista, derrubando | a monarquia do Império e pondo fim à soberania do | imperador.** Liderados pelo marechal Deodoro da | Fonseca, um grupo de militares destituiu D. Pedro II e | assumiu o poder. || Na ocasião, **o império perdia a força no Brasil tanto com a ala conservadora quanto com a | progressista.** E a República era vista pelo povo como um regime político que traria o | desenvolvimento. Era preciso independência e liberdade de manifestação. || **No Brasil deste 15 de novembro de 2013, o STF tomou uma decisão que não era | unanimidade entre juristas do país.***

Nesta cena de fala, não há ocorrência do plural inclusivo propriamente dito, marcado por pronomes e/ou formas verbais na primeira do plural, mas há o registro de ocorrência equivalente. Em “O **Jornal do Brasil** não questiona a decisão do STF, mas faz uma reflexão sobre estes | importantes argumentos”, há uma tomada de posição do JB que

equivale a “**nós** não **questionamos** a decisão do STF, mas faz uma reflexão sobre estes importantes argumentos”, a partir do qual o locutor enuncia em nome dos que fazem o JB.

Enquanto nos editoriais de 1985, 1988, 2003, 2009 e 2013, a imagem discursiva de analista sociopolítico assumida pelo enunciador se hibridiza a outras imagens (o porta-voz, o enunciador que se mostra otimista com relação ao futuro da Nação, o sujeito preocupado com os problemas sociais etc.), em cenografias como as análises políticas, os exemplares de 1982, 1997, 2006 e 2014 evidenciam a presença de um enunciador fortemente marcado pelo engajamento social, que mostra de si a imagem de um sujeito inconformado com a realidade social brasileira e/ou com as questões da política internacional. A partir destes traços, categorizamos esta imagem discursiva como ethos da indignação ante a realidade nacional/internacional.

Em “Quebra de Princípios”, exemplar de 1982, o enunciador assume uma posição discursiva, ou seja, um lugar de fala (CONCEIÇÃO; ARAÚJO, 2011), e enuncia em nome dos que compõem continente americano (“**O continente** acordou sobressaltado | com a notícia inusitada da invasão das | ilhas Falklands”). Através de um tom rude que permeia todo o editorial, o enunciador retoma a história dos conflitos na América do Sul para construir argumentos em defesa da tese de que a Argentina agiu precipitadamente ao investir contra o Reino Unido na Guerra das Malvinas.

Em uma enunciação presente que se reporta a um passado próximo, evidenciado por verbos predominantemente no pretérito perfeito (“O continente **acordou** sobressaltado”) e no presente do indicativo (“ele **decor- | re**”; “**decorre**, principalmente”; “**estão** nos livros” etc.), o enunciador recorre a argumentos diversos (dados históricos, argumentos de autoridade, dentre outros) e instaura um discurso de indignação evidenciado por expressões como “precedente alarmante”, “recurso à força”, dentre outras, a fim de categorizar como inaceitável a postura do Governo argentino no contexto dos conflitos militares internacionais, como expresso no trecho abaixo:

*(JB 14/1982) **Nada justifica a impetuosidade ar- | gentina. Não há um só raciocínio a ser | aduzido em seu favor.** A Argentina deve- | ria estar menos preocupada com as Fal- | klands do que com um panorama interno | que tem evidenciado as mais graves fra- | turas. Sem coesão interna, país algum | pode ter pretensões à grandeza. E a | Argentina teria direito a aspirar essa | grandeza. O contraste ente a sua reali- | dade e as suas potencialidades é talvez o | que há de mais penoso no período escuro | que atravessa.*

Sobre os problemas sociais brasileiros versam os editoriais de 1997 e 2006, que demonstram como as relações entre imprensa e Estado foram se desestabilizando notadamente ao longo do século XXI. Em “A marca da maldade”, texto de 1997, o JB expressa sua opinião a respeito do trágico crime cometido por jovens de Brasília que atearam fogo ao índio pataxó, exatamente após as comemorações do Dia do Índio e antes da comemoração do 37º aniversário de Brasília, como expresso no início do texto:

(JB 19/1997) A marca da maldade || Embora seja a cidade que reedita crimes com a | marca registrada da impunidade, Brasília ain- | da consegue surpreender a opinião pública nacio- | nal. **Em seguida à comemoração do dia do índio e | na véspera do 37º aniversário da sua inauguração, | um grupo de jovens transformou em tocha huma- | na um índio que dormia no banco de uma parada | de ônibus.**

Em uma enunciação em que o enunciador mobiliza o plural inclusivo como estratégia de adesão dos coenunciadores ao discurso (“Todos | **nos sentimos** igualmente culpados pela inutilidade do | protesto”), parte-se de um tempo recente (“**Em seguida à comemoração do dia do índio e | na véspera do 37º aniversário da sua inauguração**”) para a constituição de uma cenografia em que se instaura a voz de um locutor que projeta de si a imagem de um sujeito indignado com a situação a que chegou o Brasil em termos de atos de violência e de impunidade.

Todo o texto é marcado por um tom de engajamento social que revela traços psicológicos de um locutor que anseia por mudanças no código penal brasileiro, a fim de que crimes brutais como o que motivou o presente editorial não fiquem impunes, contribuindo para o fortalecimento da imagem negativa do Brasil, que é projetada no exterior como o país onde tudo acontece e onde ninguém é punido. A seleção lexical objetiva reconstruir a crueldade com que agiram os jovens criminosos ao atear fogo a um ser humano vivo, que simplesmente dormia em um ponto de ônibus, já em condições de desumanidade e abandono inaceitáveis, como o Brasil, em que pessoas ainda vivem abaixo da linha da miséria, como se observa a seguir:

(JB 19/1997) O teor da crueldade e premeditação | pode ser aferido pelos **95% de queimaduras que | pouparam a vítima apenas nas solas dos pés e na | parte superior da cabeça.** [...] Encontraram o índio e não hesitaram. Por que teriam | em seu poder o líquido inflamável, ao qual acrescen- | taram o álcool do motor do automóvel, se não **para | ver um corpo arder em chamas?** [...] **A transformação do índio pataxó numa chama,** | na seqüência de um dia de comemoração da sua | gente (que a lei considera menor de idade), vai fazer | os brasileiros se sentirem mal.

Um tom metafórico (Brasília, o centro da gravidade nacional, vive na | atmosfera de privilégio, que é o oxigênio da buro- | cracia federal), por vezes irônico (“enquanto dormia na condição de | hóspede da capital de um país que se proclama | com sentimentos civilizados”), perpassa todo o editorial em defesa da tese de que é necessário que os governantes olhem com atenção para a legislação nacional, que incentiva e favorece o crescimento da violência no Brasil, dada a impunidade no país.

A recorrência ao discurso citado dos criminosos (“ausência | de intenção de matar [”]) e a reprodução de perguntas que a própria sociedade se fez a respeito do caso (“Por que teriam | em seu poder o líquido inflamável, ao qual acrescen- | taram o álcool do motor do automóvel, se não para | ver um corpo arder em chamas?”) funcionam como estratégias argumentativas que objetivam inserir o coenunciador | na enunciação pela emoção que suscitam os argumentos lançados.

Do mesmo modo, em “Estímulo à transgressão”, editorial de 2006, o ethos da indignação se constrói a partir de expressões do discurso político, inclusive com uso de jargões como “traficâncias bancárias” e “corretagens de interesses”, que denotam a indignação do enunciador ante o Brasil do “faz-de-conta”. São exemplos destas expressões: “dinheiro público”, “recurso judicial”, “financiamento político”, dentre outras. Evidencia-se, assim, um enunciador que se mostra inconformado com os abusivos crimes políticos que marcam a história do país e que têm se feito cada vez mais recorrentes nos últimos tempos em solo brasileiro.

A cenografia, assim como no exemplar de 1997, instaura-se na primeira pessoa do plural, a partir de dêiticos pessoais que revelam o plural inclusivo (“Nosso sistema de | financiamento político esti- | mula malfeitos antes, duran- | te e depois das eleições”), com dêiticos temporais que expressam a ideia de ação em processo, em tempo presente (“A CADA DIA VAI SE | AMPLIANDO a já extensa | galeria [...]”). Registra-se ainda a ocorrência de um dêitico discursivo/textual: “Defendem-se | aqui não mudanças super- | ficiais [...]”, que se refere a porções do discurso do JB.

O editorial se constrói em torno da expressão “mundo do faz-de-conta”, que se ancora em uma representação social, um estereótipo criado em torno à imagem nacional brasileira. Conforme destacada Amossy (2008b, p. 126), as imagens discursivas estão ancoradas em estereótipos, em um “arsenal de representações sociais coletivas” que determinam as imagens que projetamos de nós mesmos e das coisas do mundo. Nestes fragmentos, podemos observar como este estereótipo é evocado:

(*JB 22/2006*) Estímulo à transgressão || A CADA DIA VAI SE | AMPLIANDO a já extensa | galeria de exemplos que fa- | zem da **política brasileira um | mundo do faz-de-conta**. A úl- | tima fantasia acrescentada à | expressão utilizada pelo mi- | nistro Marco Aurélio Mello, ao | assumir a presidência do Tri- | bunal Superior Eleitoral | (TSE), é a relação de cerca de | 2.900 nomes de políticos im- | pedidos de disputar as elei- | ções. [...] **Mas o país do faz-de-
conta | costuma neutralizar as boas | notícias recebidas pelos elei- | tores brasileiros:** uma bre- | cha na legislação permite | que o político considerado | inelegível concorra se entrar | com um recurso judicial.

Do mesmo modo, o editorial de 2014, intitulado “Espanha, país massacrado por Franco, faz polêmica com ‘jeitinho brasileiro’”, mobiliza um comentário sociopolítico que se assemelha a um desabafo público em que se manifesta um enunciador que revela de si a imagem de um sujeito indignado com o estereótipo veiculado pelo periódico espanhol *El País* sobre a população brasileira e seu “jeitinho” de resolver tudo de acordo com as circunstâncias que lhe são favoráveis.

Esta enunciação apresenta dêiticos temporais (“neste dia 1^o”), pelos quais se faz referência não só ao tempo da enunciação, mas também à data em que *El País* veicula a matéria que motivou a tomada de posição do JB em defesa da imagem nacional brasileira reportada nos meios de comunicação do exterior. Neste exemplar, enuncia-se na terceira pessoa. Como destacado, o tradicional plural inclusivo apresenta traços de mudança nos textos da segunda geração, não havendo ocorrências de modo tão frequente deste ponto de vista enunciativo como na primeira geração. Registra-se ainda a ocorrência do dêitico textual “aí”, em referência a porções do discurso.

Do exemplar de 2014, interessa-nos destacar o modo como o discurso do jornal espanhol é entrecruzado ao discurso do Jornal do Brasil, através de citações diretas, a fim de enfraquecer a tese levantada de que o “jeitinho brasileiro” é uma marca da imagem nacional e, conseqüentemente, da cultura brasileira. Em um tom protecionista, como se observa nos fragmentos destacados a seguir, o JB destaque que:

(*JB 25/2014*) O jornal espanhol *El País* publicou reportagem neste dia | 1^o, intitulada “O polêmico ‘jeitinho’ brasileiro”, na qual | analisa o comportamento da população e conclui que o | artifício, que de tempos pra cá tem sido denegrido, nada | mais é do que **“arranjar uma saída para uma situação sem | saída”** e, portanto, tem ares de inteligência, além de uma | **“criatividade ancestral”**. [...] **Surpreende que tal artigo venha de um jornal espanhol**, país cuja população passou 40 anos | sendo oprimida pela ditadura de Francisco Franco. **Não houve injustiça maior do que | a ditadura franquista, e não houve “jeitinho espanhol” nenhum para contornar as dificuldades.**

O campo léxico deste editorial apresenta expressões que denotam a posição crítica do Jornal do Brasil ante a matéria publicada por *El País*, em tom notadamente irônico. São

exemplos destas expressões: “jeitinho espanhol”, “memória curta”, “repressão sanguinária de seu país”, todas elas em ataque ao jornal estrangeiro e em defesa da imagem nacional.

Ao lado das imagens discursivas de analista sociopolítica e de sujeito indignado ante a realidade nacional/internacional, o bloco de editoriais do JB de 1980 a 2014 apresenta ainda duas outras autorrepresentações de seus enunciadores: o ethos nacionalista, presente nos exemplares de 1994 e 2000 (assim como em exemplares da primeira geração de textos), e o ethos do ecumenismo, que se manifesta em somente um dos textos, mais especificamente o do ano de 1991.

Em “O Apelo da Vitória”, texto de 1994, retrata-se um dos fatos mais marcantes da história do esporte brasileiro, e por extensão da Nação brasileira: a morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, no dia 01 de maio de 1994, em Ímola, província de Bolonha, na Itália, durante o Grande Prêmio de San Marino. Após o grave acidente que tirou a vida do piloto brasileiro, o JB lança um editorial em que se mobiliza a cenografia de uma homenagem póstuma ao ícone do esporte brasileiro.

A enunciação se expressa também pelos dêiticos de primeira pessoa, marcando o plural inclusivo, pelo qual o JB fala em nome de toda a Nação brasileira, assumindo, assim, este lugar de fala (“**Nosso** país deprimido viu nele o indício | seguro de qualidades nacionais insuspeitadas: Sen- | na era o sinal de que a excelência estava ao **nosso** | alcance”). Todo o editorial é perpassado por um tom de tristeza motivado pela morte do ídolo nacional, em um estilo tênue que se concretiza pelo uso de expressões lexicais que denotam uma tomada de posição sentimental do enunciatador diante do ocorrido, como se observa nos seguintes trechos, em destaque em expressões como “enorme a dor”, “acidente fatal” e “falha técnica, desgraçadamente inscrita”, destacadas no fragmento a seguir:

(JB 18/1994) É **enorme a dor dos brasileiros** diante da morte | de Ayrton Senna. Aquele que Niki Lauda | apontou como o maior piloto que jamais existiu | enchia o Brasil de orgulho como um exemplo de | talento, profissionalismo, força de vontade e ima- | ginação. [...] **O | acidente fatal de domingo foi ocasionado por uma | falha técnica, desgraçadamente inscrita em seu | destino.** || Morrem cedo os que os deuses amam. O velho | dito é o único consolo possível para nosso pesar | em face da morte do campeão.

O ethos nacionalista também se manifesta no texto de 2000, mas em uma cenografia bem distinta das que observamos nos demais exemplares. Em uma retrospectiva histórica que se realiza a partir de uma espécie de aula expositiva, em que se rememora a data do Descobrimento do Brasil, um discurso didático abre o texto através de referência a fatos dos períodos colonial e pós-colonial brasileiros:

(*JB 20/2000*) 500 Anos || **A data não é esta: o 22 de abril do ano 2000 | não corresponde ao 22 de abril de 1500.** | Há entre um e outro uma reforma de calendá- | rio, a gregoriana (nome se deve ao papa Gre- | gório III), que deixou pra trás o calendário | juliano ao acrescentar-lhe 10 dias, no fim do | século XVI: assim, do 4 de outubro de | 1582 passou-se não para o | dia 5, mas para o dia 15 de outubro. || **Na ditadura de Getúlio Vargas,** o Estado | Novo (1937-1945), um belo dia amanhecemos | com a obrigação imposta por lei de comemorar | o Descobrimento do Brasil a 3 de maio, não | mais a 22 de abril.

A esta cenografia, em que o enunciador, em tom didático, ocupa o lugar de um sujeito que expõe argumentos na justificativa da celebração da simbólica data de 22 de abril de 1500, associa-se um ethos patriótico, que enfatiza a importância da simbologia da data para a identidade nacional brasileira (“O 22 de abril de 1500 é um símbo- | lo [...] de todas as nossas contradições, mas também de | todo o nosso heroísmo”; “Os 500 anos são uma festa nossa, mui- | to nossa. Uma festa do Brasil”).

A enunciação se dá, como na tradição, pelo plural inclusivo, evidenciado nas formas dêiticas pronominais (“todo o **nosso** heroísmo”, “festa **nossa**”). O campo léxico estabelece relação com o discurso histórico, de onde o enunciador seleciona argumentos para defender a tese de que, apesar de todas as opiniões contrárias, o 22 de abril de 1500 segue como uma data importante para a Nação brasileira.

Além de todos os ethé mencionados, o texto de 1991, motivado pela estada do João Paulo II no Brasil, apresenta vestígios de um enunciador que se mostra ecumênico, em uma postura religiosamente universal, em face das contribuições que as crenças religiosas podem dar para o debate sobre os problemas que assolam a sociedade. Este ethos se manifesta em uma enunciação sóbria, sem fortes críticas, para defender a tese de que “igreja é uma só”, como se observa a seguir:

(*JB 17/1991*) **Quando o mundo se liberta de velhos padrões | maniqueístas,** que o dividiram em dois durante, | quase um século numa perversa bipolarização, | **parece no mínimo defasada a idéia de uma igreja | conservadora em antagonismos coma igreja pro- | gressista. A igreja é uma só** – e a visita do Papa | fixa os contornos dessa síntese.

O editorial marca-se, em sua introdução, por um tom noticioso, em uma espécie de lead, segmento do gênero notícia em que se destacam os elementos básicos da narrativa: tempo, espaço, personagens, fatos etc. (“**O papa João Paulo II** inicia **hoje, por Natal,** sua | segunda **visita pastoral ao Brasil,** com dez | dias de duração”). Nesta abertura, estão dispostos os dêiticos de tempo e de espaço que marcam as coordenadas textuais sobre as quais se instaura a cenografia (“**hoje**” e “**por Natal**”). O léxico empregado se estabelece na interrelação com o discurso religioso, evidenciado em expressões como “padrões maniqueístas”, “igreja conservadora” e “igreja progressista”.

Em síntese, podemos afirmar que os *ethé* analisados nos 25 editoriais do JB (analista sociopolítico, nacionalista, da indignação ante a realidade nacional e internacional, do ecumenismo) apresentam em comum o fato de se projetarem em cenografias variadas (análises sociopolíticas, retrospectivas históricas etc.), quando o referido periódico se reporta, em seus textos de opinião, a temas relacionados à latinidade da AL e à identidade nacional brasileira neste contexto. Estes *ethé* e estas cenografias se expressam a partir de índices linguístico-discursivos (dêiticos e expressões lexicais), que apresentam vestígios de mudança e de permanência ao longo dos séculos XX e XXI, como analisado em seção exposta adiante.

4.1.3.3 As cenografias do CL: a expressão das imagens de si, entre 1946 e 1979

Na primeira geração de textos do periódico Clarín, mapeamos três grandes *ethé*, dois deles presentes também na primeira geração de texto do Jornal do Brasil. Nos exemplares de 1958, 1961, 1967, 1973 e 1976 (05, ao total), constatamos a presença do enunciador-autoridade, que se mostra como um locutor especializado no debate de temas relacionados à política nacional/internacional e à economia. Esta imagem discursiva se manifesta em cenografias semelhantes às análises políticas e econômicas, em que se mobilizam argumentos específicos das duas áreas para a defesa de teses.

Nos exemplares dos anos de 1949, 1952, 1955, 1964 e 1969 (05, ao total), constatamos a presença de um enunciador nacionalista que, em alguns casos, mostra-se preocupado com os problemas sociais argentinos e, em outros casos, mostra-se protecionista com relação aos signos que compõem a identidade cultural portenha a partir dos símbolos da cultura nacional. Retrospectivas históricas são mobilizadas como cenografias para a expressão deste *ethé*.

Por sua vez, nos editoriais de 1946 e 1970 (02, ao total), constatamos a manifestação de um *ethos* distinto dos presentes nos exemplares do JB: o *ethos* humanitário, pelo qual o enunciador se mostra através de uma imagem discursiva galgada em valores como a humildade e a solidariedade com relação a fatos que integram a história sociopolítica argentina. Cenografias como a de um pronunciamento oficial e de um desabafo público são mobilizadas para a expressão deste *ethos*.

No editorial de 1958, o título já anuncia e antecipa a tese segundo a qual será tecida a análise: a Argentina segue sendo um país rico em termos florestais, mas marcado pelo mau aproveitamento desta riqueza. A cenografia mobilizada para a defesa desta tese e para a expressão do *ethos* é a de uma análise sociopolítica das questões florestais portenhas, no contexto das negociações (importação e da exportação) de madeira na Argentina.

Assim como no JB, a enunciação nos editoriais do CL se dá, em sua maioria, como se verifica no exemplar de 1958, segundo um plural inclusivo manifesto nos dêiticos de primeira pessoa do plural (“Para el consenso público argenti- | no, **nuestro** país es dueño de un | opulento y completo patrimonio fo- | restal”; [...] “**Suponemos** que los recursos | de los bosques nacionales son cuan- | tiosos y compatibles con los de las | carnes y cereales”) e circunscrita a um tempo presente que se reporta aos fatos históricos do passado para tomá-los como elementos de análise (“en el año 1955”, “dentro de diez años”, “en la actualidad”).

O enunciador desta cenografia se vale de um discurso técnico e especializado, cunhado em dados científicos e em dados estatísticos, para mostrar de si a imagem de autoridade que o legitima inclusive a dar encaminhamentos para a resolução dos problemas de importação e exportação de madeiras na Argentina, como expresso, em síntese, no fim do editorial:

(CL 05/1958) **Tenemos la certeza de que con lo expuesto se con- | tribuirá a revalidar los bosques nacionales como fuen- | te de trabajo y de riqueza**, y se aportará un recurso | inestimable para el mejoramiento de la | salud de la economía argentina, que a todos nos preocupa y a | todos nos interesa.

O presente exemplar se constrói a partir de um discurso especializado, como dito, em que se recorre a termos técnicos da botânica (“bosques andinopatagónicos”, “fitogeográficamente”, “región chaqueña”) e do comércio exterior (“déficit forestal”, “cambio preferencial”, “política cambiaria”) para a construção da imagem de um enunciador que se mostra conhecedor, com profundidade, das questões que se propõe a debater. Este enunciador, ao passo em que, pelo discurso, se evidencia como autoridade, lança mão de estratégias argumentativas, como o direcionamento de perguntas retóricas (“¿Qué ocurre?”; “¿Por qué debemos adquirir en el extranjero made- | ras?”; “¿Carece nuestra riqueza forestal de la proce- | ridad que le atribuimos?”) pelas quais leva os coenunciadores à reflexão e à consequente adesão ao ponto de vista defendido no texto.

As expectativas para a realização da XI Conferência Interamericana realizada pelo Conselho Diretivo da Organização dos Estados Americanos (OEA) são o tema central do editorial de 1961, em que se mobiliza, assim como no exemplar de 1958, a cenografia de uma análise sociopolítica, neste caso, uma análise das questões de cooperação internacional dos países americanos, em destaque os países da AL.

Em uma enunciação na primeira pessoa do plural (“Ya | **observamos** oportunamente, las cir- | cunstancias excepcionales en que ella | tendrá lugar”; “si la | **contempláramos** como el instrumento | de conveniencia recíproca solo en las | circunstancias

de peligro”), anticipam-se as tensões políticas dos estados americanos a serem debatidas na XI Conferência que se realizou no dia 24 de maio daquele ano, como expresso pelos dêiticos temporais (“para el 24 de | mayo próximo”).

No debate sobre os rumos da política internacional no continente americano, constrói-se a imagem de um enunciador esperançoso e confiante nos esforços de cooperação internacional empreendidos nas Américas, como se observa no fragmento em destaque a seguir:

(CL 06/1961) **La realización de la XI Confe- | rencia Interamericana**, con- | certada en el Consejo de la OEA, tras | varias postergaciones, para el 24 de | mayo próximo, **anticípase con signos | auspiciosos** que es grato señalar. Ya | observamos oportunamente, las **cir- | cunstancias excepcionales en que ella | tendrá lugar**, pero a la vez el acendra- | miento del espíritu de la unidad conti- | nental con que los pueblos de esta par- | te del mundo se disponen a encarar | sus presentes y eventuales dificulta- | des. En este sentido las manifestacio- | nes del secretario de Estado de la | Unión, señor Rusk, ratificadas en suce- | sivas entrevistas con periodistas y re- | presentantes diplomáticos latinoame- | ricanos parecen definir expresamente | una orientación internacional del de- | partamento a su cargo, que retomaría | las **líneas fundamentales y esenciales | de la “política de buena vecindad”**.

Através de uma análise otimista do pronunciamento do Secretário de Estado da União, a quem o enunciador se dirige com respeito através do uso de dêiticos sociais (“**señor Rusk**”), constata-se a recorrência a um campo léxico constituído por termos da política internacional (“signos auspiciosos”, “unión continental”, “orientación internacional”, dentre outros) que dá sustentação à tese de que a América vivia, então, um momento oportuno para o debate sobre suas relações internacionais. Do mesmo modo, os editoriais de 1967, 1973 e 1976 se constituem em cenas de fala semelhantes às análises políticas e econômicas sobre as relações internacionais protagonizadas pelos países da AL, como se observa a seguir:

(CL 08/1967) **En muchas oportunidades hemos expuesto | nuestra opinión acerca de la política se- | guida por el anterior gobierno del Brasil**. Tam- | bién hemos señalado, como todo daba a entender, | que con otra conducción las orientaciones cam- | biarían. No nos basábamos sólo en juicios subje- | tivos sobre los hombres que iban a constituir el | nuevo gobierno, sino más bien en la objetiva in- | sustentabilidad de una **política inspirada por un | criterio de subordinación**.

(CL 10/1973) **El gobierno de Fidel Castro | dio recientemente un signi- | ficativo paso a favor de la disten- | ción de las relaciones continentales** | al afirmar un tratado con Estados | Unidos sobre piratería aérea, en | virtud del cual reexpedirá para su | juzgamiento a los secuestradores | de aviones que recalen en la isla | caribeña.

(CL 11/1976) El año de 1975 pasará a la histo- | ria económica de la mayoría | de los países subdesarrollados co- | mo uno de los períodos más nefas- | tos. **En América latina, Brasil y Mé- | xico debieron desacelerar sus | ritmos de crecimiento, mientras | que otros, como la Argentina, Chile, | Perú y Colombia, vieron descender | sus productos por debajo del | nivel del año anterior**.

A imagem discursiva do enunciador-autoridade é projetada nos presentes editoriais com nuances específicas, a saber: (i) a de um enunciador que se mostra protecionista, ou seja, que se projeta, pelo ethos, em defesa da posição assumida pela Argentina no contexto da política internacional, frente à nova posição do Brasil anunciada por José de Magalhães Pinto, então chanceler brasileiro, no editorial de 1967; (ii) a de um analista político militante a favor da reintegração de Cuba à aliança comercial estabelecida entre os países da América Latina, no editorial de 1973; e (iii) a de um enunciador que revela de si a imagem de um locutor especializado na análise da projeção econômica da AL, ao mesmo tempo em que se mostra crítico com a então situação econômica argentina, no texto de 1976.

O plural inclusivo se manifesta na enunciação dos editoriais de 1967 (“En muchas oportunidades **hemos expuesto** | **nuestra** opinión”) e de 1973 (“la perspectiva de que | **nuestros** países alcancen al desa- | rrollo independiente”). O texto de 1976, ao contrário, não apresenta estes dêiticos discursivos. Há ainda a ocorrência de dêiticos temporais nos textos de 1973 (“**recientemente**”; “**hace doce años**”) e de 1976 (“**Desde 1964**”; “**Desde 1974**”). Registra-se também a ocorrência de dêiticos espaciais (“**Em América Latina**”, no editorial de 1976) e de dêiticos modais (“Resulta **así** impres- | cionante una nueva estructuración | del sistema”, no exemplar de 1976). Todos estes elementos dêiticos estabelecem as coordenadas discursivas para a expressão das cenografias variadas nas quais se manifestam as imagens discursivas dos enunciadores.

O campo léxico dos três editoriais estabelece interrelação com os discursos da política e da economia, através do uso de expressões específicas das duas áreas, tais como “soberanía”, “interés nacional”, “diplomacia argentina” (*CL 08/1967*), “relaciones continentales”, “soberanías nacionales” (*CL 10/1973*) e “balanzas comerciales”, “carácter exógeno”, “subdesarrollo económico” (*CL 10/1973*), dentre outras.

Devemos ainda destacar a posição assumida pelo enunciador dos três editoriais, posição esta que revela aspectos do contexto histórico da época em que os textos foram publicados. Em “Nuevo rumbo em Brasil” (1967), toda a análise empreendida conduz o coenunciador a uma conclusão: a nova posição assumida pelo Brasil, de protecionismo da economia nacional no contexto da AL, representava graves perigos para a diplomacia argentina nos anos de 60 e 70 do século XX.

Em “Cuba y Latinoamérica” (1973), o Clarín, pela voz do enunciador do editorial, mostra-se totalmente favorável à plena integração dos países latino-americanos, em destaque Cuba, no plano das relações internacionais mundiais. Por fim, em “Los modelos a prueba”, o

enunciador promulga a opinião de que o sucesso dos mercados latino-americanos depende de uma reconfiguração das relações econômicas no continente, entre os países latino-americanos.

Ao lado do enunciador-autoridade, que se projeta em cenografias como as análises sociopolíticas e/ou político-econômicas, está posto, também nos editoriais do CL, o enunciador-nacionalista, expresso a partir do debate de temas sobre os signos que compõem a identidade nacional argentina, em termos sociais e culturais, como no exemplar publicado em abril de 1949 pelo diário portenho.

Em “El ideal de la Argentinidad”, um enunciador nacionalista exalta os valores que constituem a imagem nacional argentina, pela qual os portenhos demonstram um sentimento de pertença à Nação. Este editorial se expressa, assim, a partir de um discurso da identidade nacional, evidenciado em expressões de cunho patriótico como “corazón argentino”, “hermano nuestro”, dentre outras.

Como uma tradição discursiva, a enunciação se manifesta pelo plural inclusivo, através dos dêiticos de primeira pessoa (“en | **nuestra** tierra nadie es extranjero si viene animado del de- | seo de sentirse hermano **nuestro**”; “[...] cuyos manes conviven con **nosotros** y **nos** guían a | través de la intrincada maraña de la evolución histórica”). Há também o registro de coordenadas temporais (“**en la sesión de clausura** del Primer | Congreso Nacional de Filosofía”) e espaciais (**en** | **Mendoza**”).

Em claro apoio ao Governo do presidente Juan Domingo Perón (1946-1955), o Clarín parte de um pronunciamento do então presidente argentino para dar ênfase ao espírito acolhedor do povo portenho, traço peculiar de sua identidade segundo o que se afirma no seguinte excerto:

(*CL 02/1949*) El presidente argentino se ha pro- | nunciado categóricamente por la “tercera posición”, que es | la que encarna plenamente **el ideal de la argentinidad, | ideal de equilibrio, de armonía y de justicia**. En suma: **una | “comunidad que persigue fines espirituales y materiales, | que tiende a superarse, que anhela mejorar y ser más jus- | ta, más buena y más feliz, en la que el individuo puede | realizarse y realizarla simultáneamente. ; Todo ello con sen- | tido de eternidad!”**

Diferentemente do que se pode observar no editorial de março de 1946, em que o CL se posicionava timidamente acerca do Governo Perón, no editorial de 1949, há uma tomada de posição do periódico no cenário político nacional favorável a Perón e a seu modelo

de governo, ainda que de modo forçado, em função do resultado das eleições daquele ano. A este respeito, Sivak (2013, p. 74, tradução nossa⁹⁶) assinala que:

O Clarín defendeu a agenda do Governo a partir do fim de 1946 até os últimos dias da presidência de Perón em 1955. Fez isso nas páginas editoriais, às vezes assinadas por Noble; na cobertura dos grandes atos de massas oficialistas, como o 1º de Maio e o 17 de Outubro, quando destacava a concorrência e elogiava os discursos; e no insuficiente tratamento da oposição. Diferentemente da imprensa oficialista, nem desqualificava os opositores nem os designava como ‘oligarcas’ ou ‘vendepatrias’. Buscava situar seus elogios a uma prudente distancia da propaganda.

Em apoio ao discurso peronista, o enunciador deste editorial conclui que a identidade nacional argentina tem como base a cultura universal que vem da Grécia antiga e a cultura cristã. Os argentinos, que compartilham desta identidade, são um povo filosófico por excelência que, por sempre acolher o estrangeiro como um irmão, se orgulha de seu passado, satisfaz-se com seu presente e se sente seguro de seu futuro, tendo sempre democracia como bem comum a todos os cidadãos.

Também a partir de um ethos nacionalista e patriótico se constrói o editorial de 1952, no qual uma retrospectiva histórica que se realiza por meio de um relato noticioso se constitui como cenografia para a expressão da referida imagem discursiva, que toma como fato motivador da enunciação as comemorações do Dia da Bandeira, expoente da identidade nacional e da história de luta do povo argentino.

O enunciador deste editorial exalta e louva a bandeira como um dos símbolos máximos da identidade do povo portenho, em uma enunciação também expressa pelo plural inclusivo (“Porque la bandera | resume **nuestra** historia y **nuestro** futuro; condensa en | sus pliegues las riquezas de **nuestro** acervo espiritual y | moral y **nos** habla de las glorias del pasado), com marcadores dêiticos temporais e espaciais que se reportam a um passado próximo e a uma topografia peculiar ao locutor (“Que es lo que con generosa unanimidad se hizo | **ayer en toda la República**”). Neste editorial, há um campo léxico ufanista, de louvor aos símbolos da identidade nacional, que revela o sentimento de amor à pátria expresso pelo enunciador, como se observa a seguir:

⁹⁶ Tradução nossa de: “Clarín defendió la agenda del Gobierno desde fines de 1946 hasta los últimos días de la presidencia de Perón en 1955. Lo hizo en las páginas editoriales, a veces firmadas por Noble; en la cobertura de los grandes actos de masas oficialistas, como el 1º de Mayo y el 17 de Octubre, donde destacaba la concurrencia y elogiaba los discursos; y en el insuficiente tratamiento de la oposición. A diferencia de la prensa oficialista, ni descalificaba a los opositores ni los designaba como ‘oligarcas’ o ‘vendepatrias’. Buscaba situar sus elogios a prudente distancia de la propaganda”.

(CL 03/1952) Porque uno y otra se identifican de tal modo | que el juramento que los concriptos de todas las guar- | niciones del país prestaron la víspera, alcanzó el mismo | sentido que el que pronunciaron los soldados del prócer | en el instante crucial, cuando el **pañó inmortal** surgió | al conjuro de su **sublime inspiración**. || *** El alto significado que surge del **símbolo de la propia | enseña**, estuvo presente en la celebración de ayer. En | todas las ceremonias **el flamear de la insignia venerada** | al tope de los mástiles y el desfilar marcial de las tropas | frente a ella, revistieron un contenido que la trascendió | del simple formalismo de los actos.

Assim como no editorial de 1949, faz-se referência às glórias do passado (“glorias del pasado”) e às esperanças do futuro (“es- | peranzas de lo porvenir”) como base da aspiração dos argentinos ao destino da Nação, que se vê retratada na bandeira nacional, símbolo de todo um povo que destaca o azul do céu portenho e o Sol de Maio, em referência à Revolução de Maio de 1810 pela busca da independência na Argentina.

Ao lado da bandeira, o tango é retratado no editorial de 1955 como símbolo da cultura argentina. Neste texto, a cenografia reconstrói uma retrospectiva histórica que parte de um relato em que se expressa um ethos nacionalista que, em louvor à dança portenha, enuncia em tom patriótico sobre este símbolo da cultura local que se transformou em símbolo da cultura universal, ao longo dos séculos.

A enunciação segue na primeira pessoa do plural (“según ha referido recientemente | el médico de una de **nuestras** na- | ves mercantes”; “No | **sabemos** si el tango escuchado por | los marinos argentinos a orillas del Mar Negro [...]”), em um tempo presente a partir do qual se rememoram fatos históricos que remontam às origens do tango na AL (“Un tango ruso. Eso tocaban **en | una “boite” de un puerto del | Mar Negro el día en que pararon en | ella algunos marinos argentinos**”).

O enunciador-nacionalista, orientado por um discurso patriótico, recorre a expressões como “matriz del tango” e “ciudadanía universal” para elevar o tango ao posto de expoente máximo da cultura portenha, ao lado de todo o repertório de signos identitários que ele evoca, como em destaque no trecho expresso a seguir:

(CL 04/1955) **El tango es en el lengua- | je internacional “le tango argentin”** desde que lo lle- | varon a París los primeros mozos locos que lo baila- | ron con corte y quebrada. Largo tiempo, poco menos | que olvidado, después de haber poblado a principios | del siglo el arrabal y el centro con su ritmo ingenuo y | compadrón, **revive ahora “La Morocha”, difundida por | mundo en millares de discos**, en alas de la voz mimo- | sa de la cantante japonesa Ranko Fujisawa. || • **El auge** de otras danzas pasa; el **del tango perdu- | ra**.

É também a partir de cenografias que partem de relatos para mobilizar retrospectivas históricas que se projetam as imagens de si dos enunciadores dos editoriais de 1964 e 1979, que tratam, respectivamente, dos antepassados do povo argentino e seu espírito

criador e dos desafios da Biblioteca Nacional Argentina como parte da história e da cultura nacionais, ao longo dos séculos.

Em “Recobremos la pujanza creadora”, exemplar de 1964, o ethos nacionalista é expresso em um discurso patriótico de exaltação a figuras notáveis da história argentina, responsáveis pela expansão do território nacional. A partir de um relato histórico, marcam-se o tempo da enunciação (“**Hace exactamente un siglo**, o | poco menos...” e o plural inclusivo (“**nosotros** todos”) no debate sobre o legado dos antepassados argentinos, como se observa a seguir:

(*CL 07/1964*) Tenemos que ceñirnos antes que | a una mera formulación especula- | tiva, con miras historiográficas de | evocación, a la responsabilidad que | esos hechos de envergadura creado- | ra representan; **tenemos que pensar | en la herencia de valor, de carácter, | de idealismo y de confianza que | nuestros mayores nos legaron**. Y | tratar de enaltecernos en el propio | esfuerzo. || Como hace cien años; más: | como hace ciento cincuenta | años, cuando Gorostiaga decía con | natural énfasis en la Constituyente: | “El desierto nos rodea por todas par- | tes y vemos la necesidad de crear”, **la | Argentina espera en la vastedad des- | poblada de gran parte de su territo- | rio la contribución generosa e inte- | ligente del hombre**.

Expressões como “hechos inmortales”, “valor”, “carácter”, “idealismo”, “confianza”, bem como os argumentos selecionados pelo enunciador, estabelecem interrelação com o discurso histórico com fins à defesa da tese de que os povos argentinos contemporâneos devem se reconhecer no exemplo da força criadora de seus heróis do passado, símbolo da força portenha, como expresso na conclusão do texto (“**Rindamos tributo a aquellas ge- | neraciones arriesgadas**, compuestas | por hombres temblados en el servi- | cio de armas [...]”; “**Reconoz- | camos su ejemplo, prosigamos sus | huellas, recobremos la pujanza crea- | dora**”).

Sob uma perspectiva enunciativa distinta do exemplar de 1964, o editorial de 1979 traça uma retrospectiva histórica dos momentos de crise pelos quais tem passado a Biblioteca Nacional da República Argentina desde a sua criação. Em um tom nacionalista e patriótico, em defesa do patrimônio cultural de seu país, o enunciador revela de si a imagem de um sujeito que se mostra contrário às ações do Governo com relação à preservação da cultura nacional, ao longo da história.

Neste exemplar, a Biblioteca Nacional Argentina é retratada como instituição de relevância cultural e um dos bastões da estrutura espiritual argentina. A fim de dar destaque a este importante órgão para a cultura nacional, é traçada uma retrospectiva histórica a fim de evidenciar o atraso em que sempre viveu a instituição em termos de investimentos governamentais. É a renúncia do então diretor geral do órgão que motiva a publicação do

editorial, que dá destaque a expressões como “relevancia cultural”, “estructura espiritual del país”, “labor cultural” para evidenciar o discurso patriótico em defesa da preservação da cultura nacional, como expresso no fragmento a seguir, que figura como conclusão do referido editorial:

(CL 12/1979) El caso de la Biblioteca Nacional ilustra perfectamente estos extremos. **Sólo una comunidad en ascenso puede impulsar** – en lugar de postergar – **las realizaciones de la cultura**. Esta última, a su vez, se ve agravada por las restricciones a que lleva la renuncia a la generación de riqueza. **El edificio de la Biblioteca es el soporte material de su labor cultural, así como el desarrollo económico es el soporte del despliegue cultural de 25 millones de argentinos.**

A retrospectiva histórica como cenografia para o ethos nacionalista apresenta dêiticos temporais (“en 1958”; “en 1960”, “después de 1962”), para estabelecer as coordenadas em que se estabelece a enunciação, e se manifesta em primeira pessoa (“**hemos explicado** | desde estas columnas que el desarrollo, si bien está destinado a solventar las necesidades materiales del cuerpo social, no es ‘materialista’”), marcando o plural inclusivo, tal como uma tradição discursiva.

Por fim, fechando a primeira geração de textos do Clarín, o ethos humanitário se manifesta nos editoriais de 1946 e 1970 que tratam, respectivamente, da chegada de Juan Domingo Perón à Presidência da República Argentina e de um ataque terrorista ocorrido em Montevideú, no Uruguai, fatos que tiveram ampla repercussão na imprensa argentina e que motivaram uma tomada de posição do CL sobre tais fatos.

O editorial de 1946 mobiliza a cenografia de um pronunciamento em tom oficial através do qual o Clarín anuncia seu posicionamento a respeito do resultado das eleições de fevereiro daquele ano que levaram Perón ao poder, pelo Partido Laborista. Nesta cenografia, o periódico se pronuncia na condição de membro da opinião pública que assume ter perdido a batalha, em termos metafóricos, como expresso neste trecho:

(CL 01/1946) **CLARÍN**, que apoyó al bando contrario, | **baja sus armas, saluda caballerescamente al hombre impuesto por la mayoría del pueblo** | [...] le desea buena suerte y mucho éxito en | las tareas gubernativas que tiene por delante. **El que entra en el juego, debe saber | ganar y perder hidalgamente.** “Fair play”, | dicen los ingleses. Juego limpio, decimos | los criollos.

O enunciador deste editorial projeta de si a imagem de um sujeito humilde revelada pela metáfora do cavaleiro que baixa sua armas ao vencedor, capaz de reconhecer a vitória do adversário político através de um anúncio diplomático pós-eleições, no qual reavalia as posturas assumidas com relação ao candidato que saíra vencedor nas eleições e,

que dali por diante, estaria à frente do país na condição de Presidente da República. Segundo Sivak (2013, p. 65, tradução nossa⁹⁷):

Quando o Clarín publicou o editorial ‘Juego limpio’ de 22 de março de 1946, que motivou o informe da Embaixada dos Estados Unidos sobre seus patrocinadores, o periódico se converteu no primeiro diário opositor que reconheceu a vitória de Perón. No editorial criticava a União Democrática sem renegar o apoio que lhe havia dado e desejava sorte ao novo governo.

Em “Juego Limpio”, constitui-se um campo léxico relacionado às ideias de batalha e de nacionalismo evidenciadas em expressões como “cortés”, “valiente”, “paz”, “nación” e que se entrecruza com um discurso metafórico, que perpassa o discurso dos ditados populares, como se vê em expressões como “Lo cortés no quita lo valien- | te”, “ganar | la paz es mucho más difícil que ganar la gue- | rra” e “Lo cuerdo reside en elevar a los | de abajo sin rebajar a los de arriba”. Em sua conclusão, o texto apresenta uma retomada da tese lançada, em um patriotismo velado, em defesa da democracia que, segundo a opinião do enunciador, haveria de perdurar em terras portenhas.

Por fim, em “La violencia como crimen”, editorial de 1970, o enunciador revela de si a imagem de um sujeito sentimentalmente tocado pelo assassinato ocorrido em Montevideu, pela ação do grupo terrorista “Tupamaros”. Neste exemplar, o Uruguai é retratado pelo CL como o país da AL que até então mais havia demonstrado respeito ao ser humano e que agora havia se tornado alvo de uma ação que representa a brutalidade com que pode agir um grupo de indivíduos em defesa de sua ideologia.

Todo o texto é permeado por um tom de extremo pesar evidenciado por expressões como “sentimiento de horror” e de união entre Uruguai e Argentina, em expressões como “dos márgenes del Plata” e “problemas comunes”, em uma reflexão que está para além do crime em si cometido pelos terroristas, mas que toca a realidade sociopolítica dos países latino-americanos, como se observa deste fragmento:

(CL 09/1970) Los pueblos latinoamericanos abrumados | por el subdesarrollo y sedientos de jus- | ticia y liberación enfrentan hoy no solo la | resistencia de quienes medran con el estanca- | miento sino esta nueva amenaza que se encarna | en la violencia irracional. No se trata solo de | expresar el repudio ante un asesinato inexplica- | ble. Lo que corresponde es meditar cómo el | crimen de la violencia es la negación de la | libertad y la antesala de la peor dictadura.

⁹⁷ Tradução nossa de: “Cuando Clarín publicó el editorial ‘Juego limpio’ del 22 de marzo de 1946, que motivó el informe de la Embajada de los Estados Unidos sobre sus patrocinadores, se convirtió en el primer diario opositor que reconoció la victoria de Perón. En el editorial criticaba a la Unión Democrática sin renegar del apoyo que le había dado y le deseaba suerte al nuevo gobierno”.

Em síntese, podemos afirmar que os *ethé* analisados na primeira geração de textos do *Clarín* constituem um conjunto de imagens discursivas que se relacionam diretamente à história do país, em termos culturais, políticos e sociais, do mesmo modo que nos exemplares que compõem a segunda geração de textos, analisadas a seguir. Devemos destacar ainda que, tal como os temas tratados nos editoriais, estas imagens de si se voltam para identidade cultural do povo argentino, na medida em que sinaliza para fatos de sua história retratados pela mídia, ao longo dos séculos.

4.1.3.4 *As cenografias do CL: a expressão das imagens de si, entre 1980 e 2014*

São recorrentes também na segunda geração do CL as imagens do enunciador-autoridade, que se manifesta a partir do *ethos* de um analista sociopolítico (nos editoriais de 1985, 1988, 1994, 2000, 2003 e 2006), e do enunciador-nacionalista, que se manifesta a partir de um *ethos* ufanista (nos editoriais de 1991, 1997 e 2009). Além destas, outras duas imagens discursivas foram observadas nos exemplares da segunda geração: a do enunciador-solidário com a dor do outrem, que se manifesta a partir do *ethos* humanitário (no editorial de 1982), e a do enunciador-opositor, que se manifesta a partir do *ethos* antigovernista (nos editoriais de 2012, 2013 e 2014).

Nos editoriais em que se manifesta o *ethos* do enunciador-autoridade, são mobilizadas cenografias associadas a análises sociopolíticas e político-econômicas, que partem de argumentos específicos das referidas áreas (política, economia, sociedade) para a defesa das teses lançadas. Em “Historia, técnica, identidad”, exemplar de 1985, manifesta-se o *ethos* de um enunciador que examina a posição da AL no contexto da globalização no Novo Mundo, no que se refere às questões científicas e tecnológicas.

Mobiliza-se neste editorial, a cenografia de uma análise político-econômica, motivada pelo anúncio do aumento da remuneração dos cientistas e técnicos da antiga União Soviética, no contexto das transformações dos meios modernos de produção. Trata-se, ainda, das mudanças políticas por que tem passado a AL, na constante tentativa de se inserir no contexto do mundo globalizado, como expresso neste excerto:

(CL 14/1985) América latina ha estado al | margen de esos embates de la | historia, pero no parece que ese | aislamiento vaya a perdurar. La | pura lucha por la existencia de- | berá entonces estar solventada, | también en esta región, que no | es espectral, por el desarrollo de | los recursos naturales y huma- | nos, por la industrialización | acabada y por la amplia incor- | poración de capitales y técnicas, | que en buena parte deberán pro- | venir del exterior. No hay otro | secreto que crecer si se quiere | preservar la identidad.

No debate sobre as ideologias capitalista e socialista (“ningún país se pronuncia | a favor de la **ideología** y ello con | prescindencia de **sus caracterís- | ticas capitalistas o socialistas**”), a enunciação segue, neste exemplar, a partir do plural inclusivo como ponto de vista enunciativo (“puede desdeñar en **nues- | tros** días la modernización”) e em um tempo presente que retoma fatos da história como elementos para o debate e para a reflexão (“a | pesar de que ambos países están | **hoy** en distinto campo ideológico”). O campo léxico se constitui de termos relacionados ao discurso político (“retoque a la ideología”, “inversiones multinacionales”, campo ideológico”), com ele estabelecendo interrelação discursiva.

Na mesma direção, nos editoriais de 1988 e 1994, mobilizam-se cenografias de análises socioeconômicas nas quais se manifestam enunciadores que revelam de si a imagem de sujeitos conhecedores da economia e que se valem de dados específicos da referida área para a defesa das teses sustentadas nos textos, como exposto nos trechos abaixo, em que os locutores analisam, respectivamente, os efeitos da urbanização acelerada e a instauração de acordos comerciais multilaterais entre os países latino-americanos no século XX:

(*CL 15/1988*) **Desequilibrios demográficos** || En las últimas décadas se re- | gistró en la mayoría de los | países latinoamericanos un pro- | ceso de rápida urbanización que | devino en la creación de grandes | asentamientos con diferentes | grados de precariedad, y que ex- | puso la existencia de graves pro- | blemas en la estructura econó- | mica de los países y, en la mayo- | ría de los casos, el insuficiente | ritmo de industrialización.

(*CL 17/1994*) **Las oportunidades de un acuerdo** || La iniciación de tratativas for- | males entre el Mercosur y la | Unión Europea (UE) abre la | posibilidad de agrandar el espacio | económico creado por los países | latinoamericanos y de generar | nuevas oportunidades comercia- | les y de cooperación para la Ar- | gentina.

Assim como no JB, os exemplares que compõem a segunda geração de textos do CL registram com menos frequência a ocorrência de dêiticos pessoais que marcam o plural inclusivo como ponto de vista enunciativo (no editorial de 1994 há registro de alguns dêiticos na primeira pessoa do plural (“nuestro país”, “nuestros socios”); já no exemplar de 1988 não há registro deste tipo de ocorrência), ao passo em que seguem tratando de temas atuais, que situam a enunciação em um tempo presente, através de dêiticos temporais (“en las últimas décadas”, no editorial de 1988, e “en este tiempo”, no editorial de 1994, por exemplo), tempo este que se reporta aos fatos do passado como elementos importantes a serem debatidos nas análises empreendidas.

Os recursos lexicais empregados estabelecem relação com o discurso da economia e reforçam a imagem de enunciadores especializados, que recorrem a termos técnicos para fundamentar o ponto de vista que desejam defender. São exemplos dos referidos recursos:

“estructura económica”, “nivel de urbanización”, “urbes latinoamericana”, no exemplar de 1988, em que se enfatizam os efeitos da urbanização na AL, e “ampliación del mercado”, “políticas internas” e “progreso de las inversiones”, no exemplar de 1944, em que se enfatiza a importância de uma política monetária forte na América Latina que gire em torno de blocos como o Mercosul e o NAFTA.

Uma análise longitudinal dos textos do CL selecionados para esta pesquisa mostram que os temas sociais, atrelados a temas políticos, tornam-se mais frequentes na tradição editorialística do periódico a partir do final do século XX e início do século XXI, quando passam a ser debatidos em cenografias que se assemelham a análises especializadas de temas de amplo interesse da sociedade, como nos textos de 2000, 2003 e 2006 que tratam, respectivamente, das expectativas do povo argentino para a chegada do século XX, após a maior crise econômica da história do país, e da educação pública portenha, no que diz respeito a avanços, retrocessos e desafios.

Nos referidos exemplares, é possível observar a projeção de um enunciador-autoridade que mobiliza cenografias próximas a análises sociopolíticas que podem ser assim descritas: o balanço sociopolítico de um século de história na Argentina (no editorial de 2000, em que o enunciador se mostra consciente dos desafios do século XXI para o povo argentino, depois de um longo período marcado por crises políticas e econômicas) e um balanço da história da educação pública portenha (nos editoriais de 2003 e 2006, em que o enunciador se mostra preocupado com a situação a que chegaram as políticas públicas nacionais voltadas para a escolarização na Argentina).

Instaurando a voz de um enunciador que fala em nome de uma coletividade e que se posiciona como parte da sociedade argentina, a enunciação é marcada pelo plural inclusivo, expresso pelos dêiticos de primeira pessoa, nos três editoriais, como destacado nestes excertos:

(*CL 19/2000*) El inicio de este año está cargado de significación y expectativas para el | mundo. En **nuestro** país se agrega el hecho de que acaba de comenzar un | nuevo gobierno del cual se esperan cambios importantes en los métodos | de gestión del Estado. || Durante el siglo XX se vivió en forma vertiginosa lo | mejor y lo peor que pueden dar las transformaciones tecnológicas, políticas | y económicas.

(*CL 20/2003*) La educación pública ha sido el pilar sobre el cual se asentó una Argentina | en continuo progreso. Ella forjó la identidad compartida tanto por los | descendientes de pobladores nativos y de mestizos como por los hijos de | inmigrantes que llegaron masivamente al país. Y el lazo social que se | construía en las aulas permitió desarrollar la conciencia cívica, a la vez que el | saber que se transmitía generaba nuevas capacidades para la producción | de riquezas. Así **nuestra** Nación mostraba, un siglo atrás, su prosperidad | económica y su creciente madurez cultural.

(*CL 21/2006*) La instrucción pública fue la palanca que le permitió, en el pasado, a los habitantes de la joven República Argentina adquirir su sentido de pertenencia e identidad social. La escuela se convirtió, desde la Ley 1420 de Educación Pública — dictada tras el Congreso Pedagógico de 1882 —, en un mecanismo de socialización de normas, valores y saberes que permitió que personas de muy diferentes procedencias alcanzaran a contar con bases y horizontes comunes. La escuela pública ha sido, entonces, el pilar sobre el cual se nutrió y desarrolló **nuestra** sociedad.

Destacamos que, assim como o plural inclusivo, os três editoriais apresentam expressões que integram um campo léxico que denota a ideia de crise pela qual vinham passando os vários setores da sociedade argentina, em destaque a política, a economia e a educação. São exemplos destas expressões: “traumas profundos de depresión”, “desempleo”, “hiperinflación” (no editorial de 2000), “salarios de subsistència”, “situación de crisis” (no editorial de 2003) e “modelo tradicional”, “crisis” (no editorial de 2006).

Devemos destacar ainda que: (i) o exemplar de 2000, pelos encaminhamentos que esboça em sua conclusão, apresenta um tom de esperança no futuro da Nação, mesmo diante de todos os problemas enfrentados ao longo do século XX, notadamente a partir dos anos de 1990; (ii) o exemplar de 2003 apresenta um tom moderado de pessimismo assumido pelo enunciador após a análise da situação de total degradação a que chegou o sistema público de educação na Argentina; (iii) o exemplar de 2006 apresenta um tom nacionalista moderado, na medida em que trata da educação como o palco no qual a juventude se constitui como protagonista na construção de uma identidade nacional, motivo de orgulho para o povo. Os três editoriais recorrem a fatos históricos em retrospectiva para o embasamento das teses que defendem.

No que se refere ao ethos nacionalista, é possível observar a mobilização de imagens discursivas que se manifestam, respectivamente, em três cenografias distintas na segunda geração de textos: uma retrospectiva da história do Teatro Odeón, símbolo da cultura nacional argentina (no editorial de 1991, em que se registra a presença de um enunciador que, com criticidade, defende a cultura de seu povo), um comentário sociopolítico sobre o perfil identitário da Argentina como um país de imigrantes (no editorial de 1997, em que se registra um nacionalismo menos ufanista e mais crítico) e um tributo póstumo, em homenagem a Mercedes Sosa, ícone da música portenha (no editorial de 2009, em que se exalta o legado da artista para a cultura nacional).

Marcando a manifestação de um enunciador que se dirige aos coenunciadores com o objetivo de instaurá-los no quadro cênico, levando-os para o plano da enunciação como estratégia de incorporação das imagens discursivas projetadas, os três editoriais caracterizam-

se pela expressão do plural inclusivo evidenciado nos dêiticos pessoais, como destacado nos trechos a seguir:

(*CL 16/1991*) El teatro, que | estaba a punto de cumplir un | siglo de existencia, y toda la es- | quina de Corrientes y Esmeral- | da, una de las más pobladas de | tradición y evocaciones en la | mitología porteña, se añade así | a tantos otros pilares del patri- | monio cultural que **se nos** esca- | pan de las manos por fuerza de | la indefensión en los sumer- | gen las actuales carencias.

(*CL 18/1997*) En Misiones se recordó la fecha con una nueva | Fiesta Nacional del Inmigrante en la que participaron las distintas | colectividades que poblaron nuestro territorio. En Buenos Aires, se anunció | la recuperación del viejo hotel del puerto, que albergó a quienes llegaban | a estas costas y la creación de un Museo de la Inmigración, algo que | **nuestro** país se debía.

(*CL 22/2009*) Deja algo más que una extraordinaria obra, a través de sus discos, en los que | recogió lo más rico del cancionero folklórico y la música popular contemporánea. | Con ella se recorre un pedazo de la historia de **nuestro** país, de sus paisajes, | esperanzas y sufrimientos, de sus poetas, escritores y artistas.

As expressões que compõem o campo léxico dos três editoriais denotam o tom nacionalista/patriótico a partir do qual o enunciador se posiciona em louvor e/ou em defesa dos símbolos da cultura nacional. Figuram como exemplos destas expressões de tom nacionalista: “tradición”, “mitología porteña”, “patrimonio cultural” (no editorial de 1991), “progreso, libertad y justicia”, “diseños de futuro” (no editorial de 1997) e “pedazo de la historia de nuestro país”, “figura representativa de la cultura regional”, “personalidad emblemática de nuestra cultura” (no editorial de 2009).

O exemplar de 1982, um dos mais emblemáticos da tradição editorialística do CL devido ao momento de crise por que passava o periódico na década de 1980 (SIVAK, 2013), retrata os efeitos da Ditadura Militar instaurada na Argentina durante o Governo do Presidente Rafael Videla (1976-1981), um dos períodos de maior tensão entre as autoridades e a imprensa no que fiz respeito ao cerceamento à liberdade de expressão. A partir da cenografia em que se registra um desabafo público, o CL emite uma nota de apoio à causa das “Madres de Mayo”, uma associação de mulheres formada para buscar respostas, junto ao Governo Militar, para o desaparecimento de seus filhos durante a de reorganização nacional argentina.

A enunciação instaurada em “Más allá de las palabras”, editorial publicado em outubro de 1982 no contexto de transição entre o Governo Militar e o reestabelecimento das instituições republicanas e dos direitos constitucionais pós-ditadura, mobiliza a presença de um enunciador que mostra de si a imagem de um sujeito solidário com a causa das “Madres de Mayo”, através da expressão de uma autorrepresentação discursiva que categorizamos

como ethos humanitário, ou seja, o ethos da solidariedade pela dor do outrem e pela causa social.

Como observado na tradição editorialística tanto do Jornal do Brasil como do Clarín, registra-se a ocorrência de dêiticos pessoais que expressam o plural inclusivo como ponto de vista enunciativo e os dêiticos temporais que expressam as coordenadas textuais de tempo presente que se reporta a fatos recentes e, ao mesmo tempo, faz referência a fatos passados, conforme expresso nos trechos abaixo, do exemplar de 1982, sobre a Marcha das Mães de Maio em busca dos desaparecidos políticos:

(*CL 13/1982*) La foto que este diario publicó **aver** en su | primera plana [...] tiene tal vez | más elocuencia que muchas de las palabras | que hasta ahora hayan podido escribirse pa- | ra demostrar que el problema de los desapa- | recidos y presos sin | proceso es uno de | los más serios que | afronta la comuni - | dad argentina. [...] Igno- | rar ese dato significa renunciar al primero | de los valores de | **nuestra** cultura | que es la defensa | ardiente de la hu- | manidad.

Ao longo de todo o texto, há o registro de expressões que denotam a posição humanitária do Clarín ante a causa das “Madres de Mayo” que havia se tornado, como apontado pelo periódico, a causa de todo os argentinos, flagelados pelos efeitos do ditatorial governo militar. São exemplos destas expressões de cunho humanitário: “actitud humanitaria”, “derechos humanos”, “preocupación nacional”, dentre outras que marcam um tom de engajamento político e social que se torna frequente nos editoriais do Clarín, notadamente a partir dos anos de 1980, quando o país passa a viver constantes crises políticas e econômicas que marcaram a história argentina.

Por fim, encerrando o conjunto de textos do CL, destacamos a manifestação do que categorizamos como ethos antigovernista, uma imagem discursiva que se mostra frequente nos editoriais publicados a partir dos anos 2000, mais especificamente a partir de 2007, com a chegada de Cristina Kirchner à Presidência da República, quando se instaura uma verdadeira batalha política entre a presidenta e a imprensa portenha, com o CL como principal meio veículo da imprensa opositor ao Governo.

A referida imagem discursiva está presente nos editoriais de 2012, 2013 e 2014, em que o Clarín tece fortes críticas ao governo nacional, apontando-o como o maior culpado pelos graves problemas sociais que assolam a Argentina dos últimos anos. Os textos tratam, respectivamente, das manifestações de rua de novembro de 2012, da eleição do primeiro papa latino e dos sucessivos cortes de luz em território nacional, como é possível observar nos trechos destacados a seguir:

(CL 23/2012) **¿La Presidente es capaz de oír lo que pasó? Si nos guiamos por sus discursos, no hay lugar para la ilusión:** “que nadie pretenda que yo me | convierta en contradictoria con mis propias políticas”, proclamó. Nadie | le pide eso: sólo que atienda los reclamos. Pero **Cristina se ha hecho | adicta a la irrealidad y no concibe otra forma de ver las cosas que la | que ella tiene.**

(CL 24/2013) **Ni el Gobierno | ni Cristina pudieron disimular ayer el impacto que les causó la noticia.** || Los diputados kirchneristas se negaron a interrumpir una sesión para | festejar el histórico nombramiento. **La Presidenta le envió un obligado | saludo a Francisco burocrático y más frío que un témpano.** Y por la | noche, en Tecnópolis, pareció querer darle instrucciones sobre | cómo ejercer su pontificado. La bronca disimulada explotó en las | redes sociales. || Y si faltaba una sorpresa, el Santoral celebró ayer, 13 de marzo, a | Santa Cristina.

(CL 25/2014) En los últimos 26 años hubo tres | graves crisis con la luz. || En 1988 El Chocón dejó de funcionar por el bajo caudal del río Limay. | En febrero de 1999 se rompió la central Azopardo de Edesur y la actual | se atribuye a la extendida ola de calor. || **La diferencia es que en los casos anteriores los presidentes | dieron la cara.** [...] Decididamente, **el Gobierno** está | comprometido con el manejo pero en cuanto asomaron los cortes, | **eligió correrse de la responsabilidad y culpar a las empresas.**

Em um tom coloquial, que se aproxima de um diálogo (linguagem objetiva, com termos do cotidiano, predomínio de orações coordenadas etc.), nos três editoriais mobilizam-se cenografias entre a retrospectiva história e os relatos noticiosos, em que se realiza uma retomada dos fatos que marcaram o governo Kirchner, com coordenadas temporais e espaciais que denotam a expressão de tempo presente com referência a fatos passados do território argentino (“ayer” e “en todo el país” (2012); “ayer” e “en este continente” (2013); “El sábado” e “aquí” (2014)). Somente o exemplar de 2012 apresenta dêiticos de primeira pessoa do plural (“si **nos guiamos**”).

Os três editoriais apresentam um campo léxico que denota um discurso de oposição ao atual governo argentino, evidenciando um tom de crítica que perpassa toda a enunciação, como é possível observar nestas expressões: “el relato patina feo”, “adicta a irrealidad”, “esquizofrenia” (2012), “sus enemigos”, “la bronca” (2013) e “recursos limitados”, “forma caótica”, “producto de la incompetencia (2014), dentre outras expressões.

Ao contrário do que observamos nos períodos analisados (duas fases geracionais de 25 anos cada uma), nos quais o enunciador dos editoriais do CL se mostrou oscilante no que se refere ao apoio às ações do governo portenho, devemos destacar nossa hipótese de que uma análise longitudinal de exemplares de anos subsequentes ao de 2014 sinalizaria para traços de permanência do ethos antigovernista, dado o contexto histórico vivido na Argentina de conflitos entre o Governo e os meios de comunicação, em especial o Grupo CL, que têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos a partir da provação da Lei dos Meios, em 2013.

Síntese: as cenografias e as imagens de si da tradição editorial do JB e do CL

Em síntese, com relação à construção de imagens de si pelos enunciadores do JB e do CL nas cenografias instauradas na tradição editorialística dos séculos XX e XXI, podemos sistematizar que:

(i) na primeira geração de textos do JB, há a manifestação de pelo menos duas imagens discursivas recorrentes dos enunciadores: os *ethé* analista sociopolítico e enunciator nacionalista, expressos em cenografias variadas (retrospectivas históricas, análises sociopolíticas, saga heroicas, pronunciamentos em tom oficial);

(ii) na segunda de textos do JB, registra-se a construção de quatro imagens discursivas: os *ethé* analista político, enunciator nacionalista, enunciator indignado com os problemas sociais nacionais/internacionais e enunciator ecumênico. Estas imagens de si também são projetadas em cenografias variadas (retrospectivas históricas, análises sociopolíticas, homenagens póstumas, desabafos públicos);

(iii) na primeira geração de textos do CL, registra-se a construção de três grandes *ethé*, o enunciator-autoridade especializado no debate de temas relacionados à política e à economia, o enunciator nacionalista e o enunciator humanitário. Estas imagens discursivas associam sua expressão a cenografias variadas (pronunciamentos em tom oficial, retrospectivas históricas, análises sociopolíticas, desabafos públicos);

(iv) na segunda geração de textos do CL, são recorrentes também as imagens discursivas do enunciator-autoridade e do enunciator nacionalista. Registra-se ainda a construção de outras duas imagens discursivas: a do enunciator humanitário e a do enunciator-opositor ao governo Kirchner. Assim como nas demais gerações de textos, cenografias variadas são mobilizadas (homenagens póstumas, retrospectivas históricas, análises sociopolíticas, desabafos públicos, relatos noticiosos).

Todas estas imagens discursivas e todas as cenografias mencionadas foram analisadas a partir da projeção de índices linguístico-discursivos (elementos dêiticos e recurso lexicais) que apresentaram traços de mudança e de permanência ao longo dos 70 anos representados no *corpus*. Sobre estes traços, que evidenciam TD, versaremos a seguir.

4.2 Vestígios de mudança e traços de permanência na tradição editorialística

Reconhecendo que a historicidade que caracteriza as TD está no âmbito da tradição e/ou da inovação (KOCH, 2008), isto é, na repetição de algo com valor de signo (KABATEK, 2007), concordamos com Silva (2012, p. 171) ao destacar que os textos estabelecem uma relação de tradição com outros textos e que “essa relação pode ocorrer pela repetição de uma determinada finalidade textual, pela repetição de um determinado conteúdo ou pela repetição de certos traços formais”.

Partindo desta concepção de relação, alicerçada na ideia de continuidade e descontinuidade de índices linguístico-discursivos no curso histórico (e, por extensão, dos fenômenos discursivos em si, tal como acreditamos), nesta seção, abordamos os vestígios de mudança e os traços de permanência dos elementos dêiticos, dos elementos lexicais, dos ethé e das cenografias que analisamos nos editoriais dos periódicos enfocados nesta pesquisa, com base na tese de que o conceito de TD pode lançar luz à investigação do ethos discursivo. Para fins de sistematização, começaremos pela abordagem dos elementos dêiticos e lexicais. Na sequência, nos detemos nos ethé e nas cenografias, nas ocorrências analisadas no JB e no CL.

4.2.1 Mudança e permanência nos índices linguístico-discursivos

Como exposto no início desta cena, os elementos dêiticos estão no plano da enunciação para revelar “as coordenadas do falante no âmbito dos espaços físicos textuais” (CAVALCANTE, 2000, p. 03). Sobre estes elementos, Maingueneau (2008c) destaca que as imagens de si se expressam nas cenografias em termos de cronografia, topografia e participantes, em função dos dêiticos expressos na cena de enunciação.

A análise das cenografias diversas nos dois jornais nos revelou recorrências de elementos dêiticos que se repetem com valor de signo próprio, ou seja, para indicar o ponto de vista enunciativo (dêiticos pessoais), as coordenadas cronográficas e topográficas (dêiticos temporais e espaciais), bem como as circunstâncias, os papéis sociais dos enunciadores e a referência metalinguística a porções do discurso (dêiticos modais, sociais e discursivo-textuais, respectivamente). A seguir, analisamos estas recorrências nos textos do JB e do CL.

4.2.1.1 O campo dêitico

Observamos, nos textos do JB, a recorrência de dêiticos de primeira pessoa (pronomes e verbos, principalmente), marcando o plural inclusivo (BENVENISTE, 1995) nos exemplares cuja enunciação se dá segundo um ponto de vista enunciativo em que o “nós”

representa um “eu + tu (vós)”, na projeção de uma pessoa amplificada, de um eu dilatado. Interpretamos que esta forma tradicional de dizer configura-se como uma estratégia de captação dos coenunciadores, pelo enunciador, com o objetivo de que venham a aderir ao posicionamento crítico defendido pelo periódico nos editoriais.

Registramos a ocorrência do dêitico “nós” como plural inclusivo em toda a primeira geração de textos do JB, mais especificamente em 11 (onze) dos 13 (treze) editoriais analisados. Alguns exemplos desta ocorrência nas décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX são expostos a seguir:

(JB 02/1946) Hoje transcorre a data mais | importante de **nossa** historia. | Em 7 de setembro de 1822, | uma nação americana entrou | para o concerto das nações li- | vres. O Brasil adquiriu sua po- | sição no mundo, iniciando a | marcha na estrada da civili- | zação.

(JB 06/1958) O ministro Macedo Soares se tem | mostrado incansável na execução dêste plano, que foi | sempre o objetivo da **nossa** política externa, quando | se trata de proteger a confiança que deve reinar sem- | pre entre povos, fadados dentro de algum tempo a | formar um conjunto de interêsses comuns.

(JB 09/1967) Guevara com seu temperamento militante | de revolucionário autêntico passou a afastar-se | cada vez mais das tendências aburguesantes do | médio comunismo soviético dos **nosso**s dias.

(JB 13/1979) Ainda sob os ecos da feliz conclusão dos | acordos de Itaipu, passo importante na pacificação | da fronteira Sul da diplomacia brasileira, a visita | do Presidente Figueiredo a Caracas – sua primei- | ra viagem ao exterior como Chefe de Estado – | aprofunda uma outra linha fundamental dos **nosso**s | contatos externos

Somente nos editoriais de 1949 e 1976, que debatem a posição assumida pelo Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial e o marasmo da política brasileira na década de 1970, há a ocorrência de terceira pessoa como ponto de vista enunciativo. Devemos destacar que, nesta geração, registramos a ocorrência de “Este Jornal” (*JB 04/1952*) com valor dêitico, pelo qual o enunciador fala em nome dos que fazem o JB e revela um ponto de vista institucional marcado pelo uso desta expressão.

Do mesmo modo que com os dêiticos pessoais, registramos a ocorrência de dêiticos temporais, pelos quais se instaura a cronografia na cena enunciativa. Estes dêiticos circunscrevem a enunciação em um tempo presente (uma tendência no discurso jornalístico, mais especificamente nos editoriais), que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante, tomando-os como elemento de reflexão sobre o passado histórico e cultural do povo portenho como uma tradição. A dêixis temporal traça as coordenadas da enunciação e a consequente instauração do enunciador no tempo discursivo. Dos 13 exemplares analisados, somente o exemplar de 1955 não apresenta dêiticos temporais de natureza adverbial, estando

a cargo dos tempos verbais o estabelecimento das coordenadas temporais, como vemos nestes trechos:

(*JB 01/1945*) **Agora** quando estamos no li- | miar de um novo ano, que todos | esperamos e desejamos seja o do | triunfo e da paz, não poderia ser | mais oportuna a palavra do Mi- | nistro do Exterior do Brasil, avi- | ventando na memória dos povos | estrangeiros as linhas gerais e | definitivas da nossa política in- | ternacional.

(*JB 04/1952*) Mais uma etapa vence o *Jornal do Brasil* ao completar, | **hoje**, 62 anos de existencia. Fazendo retrospecto de sua | caminhada, é-nos grato salientar que, tendo adotado, | desde a sua fundação, patriótica orientação, **até hoje** tem | demonstrado absoluta fidelidade os princípios que inspira- | ram sua ação orientadora da opinião publica.

(*JB 08/1964*) Muito se fala e muito se procura fazer **hoje | em dia** no Brasil acêrca da “imagem nacional”, | isto é, da imagem que o Brasil projeta de si mesmo no exterior.

(*JB 11/1973*) A notícia das agências fala de um comboio | ferroviário que saiu **na sexta-feira passada** de | Antofagasta, no Chile, com um carregamento de | 60 toneladas de cobre da mina de Mantos Blan- | cos, com destino a São Paulo.

Por sua vez, os dêiticos espaciais cumprem, nos editoriais analisados, a função de situar a enunciação em termos de topografia, em coordenadas espaciais do geral para o particular (do contexto latino-americano para o contexto brasileiro), ou o contrário, como em alguns casos. A tradição se instaura na retratação de temas no contexto Brasil-AL. Dos 13 editoriais analisados, 11 apresentam dêiticos espaciais de natureza adverbial (somente nos exemplares de 1949 e 1952 não há registro destes elementos dêiticos, depreendendo-se as coordenadas topográficas por informação do cotexto e do contexto). Nos fragmentos a seguir destacamos algumas ocorrências:

(*JB 05/1955*) Disse o Ministro do Interior da Argentina que existe | liberdade de imprensa **no seu País**. O que tem havido | é má interpretação, **no exterior**, em certas providencias | contra jornais, como “La Prensa”.

(*JB 07/1961*) Destacamos, de propósito, antes de | mais, que o *Senhor* Lincoln Gordon falou, | ontem, aos norte-americanos **aqui** radica- | dos.

(*JB 10/1970*) Por isso mesmo não é de estranhar que, | encerrando ontem, **em Brasília**, o Encontro Na- | cional de Defesa do Patrimônio tenha aprovado | mais de 20 propostas para a defesa, preserva- | ção e aprimoramento dêsse tesouro que reluz, | **aqui** e **ali**, em tôda extensão dos oito e meio | milhões de quilômetros quadrados do Brasil.

Registramos também a ocorrência de outros dêiticos nos editoriais analisados da primeira geração de textos do JB. Observamos: (i) presença de dêiticos sociais nos anos de 1945, 1961 e 1964; (ii) raros casos de dêiticos modais (presença do modal “assim” somente nos exemplares de 1945 e 1970); (iii) total ausência de dêiticos discursivo-textuais nos 13 exemplares. Destacamos a ocorrência de certo modo significativa dos dêiticos sociais, pelos

quais os enunciadores representam a si e aos coenunciadores com quem interagem em termos de papéis sociais assumidos e pretendidos (FONSECA, 1996). Os dêiticos sociais exprimem respeito do enunciador pelo coenunciador, representado como autoridade, como vemos nestes exemplos:

(*JB 01/1945*) Isso acaba de dar incisiva | resposta a entrevista do Minis- | tro do Exterior, **Senhor** Leão Veloso, | que, depois de passar em rápida | revista as características per- | manentes da nossa orientação | internacional, reponde assim á | pergunta do jornalista sobre o | lugar previsto para o Brasil na | Conferencia da Paz.

(*JB 07/1961*) Ontem, perante seus concidadãos que | trabalham no Brasil, o Embaixador norte- | americano, **Senhor** Lincoln Gordon, fêz um | discurso que pode representar, na área bra- | sileira, um ponto de partida tão simbólico | quanto o discurso de posse do Presidente | Kennedy na área norte-americana e inte- | rnacional.

(*JB 08/1964*) O movimento militar que resultou na | queda do **Senhor** João Goulart pode ser explicado nas | suas intenções mas só será aceito na medida das | suas realizações.

Por sua vez, é possível observar vestígios de mudança no modo como os editoriais do JB constroem o ponto de vista enunciativo nos exemplares da segunda geração, notadamente a partir do século XXI. Em síntese, podemos afirmar que no século XX, na primeira geração, há predominância do plural inclusivo; já na segunda geração, observamos um princípio de mudança, já que, nos textos de 1982, 1988 e 1991 (03, ao total), a enunciação se dá em terceira pessoa, enquanto que, nos textos de 1985, 1994, 1997 e 2000 (04, ao total), há ocorrência de dêiticos de primeira pessoa, evidenciando o plural inclusivo (BENVENISTE, 1995). Nos exemplares do século XXI, mais especificamente nos anos de 2003, 2006, 2009, 2013 e 2014, a enunciação se concretiza também em terceira pessoa, como evidenciado nos trechos a seguir:

(*JB 21/2003*) Ao se aproximar dos últi- | mos dias, **o ano de 2003 | ressaltou** alguns traços | como garantia para ser | lembrado a título de referência | futura. Antes de tudo, pela apro- | vação das reformas tributárias e | da previdência, mediante | emendas constitucionais que | não conseguiram reunir apoio su- | ficiente para vencer a inércia | histórica.

(*JB 22/2006*) **A CADA DIA VAI SE | AMPLIANDO a já extensa | galeria de exemplos que fa- | zem da política brasileira um | mundo do faz-de-conta.** A úl- | tima fantasia acrescentada à | expressão utilizada pelo mi- | nistro Marco Aurélio Mello, ao | assumir a presidência do Tri- | bunal Superior Eleitoral | (TSE), é a relação de cerca de | 2.900 nomes de políticos im- | pedidos de disputar as elei- | ções.

(*JB 23/2009*) **O RESULTADO DO EXAME NACIONAL do Ensino | Médio** (ENEM), disponível desde ontem na página do Ministério | da Educação na internet, **evidencia o grau de degradação a que | chegou a educação pública no país.**

(*JB 24/2012*) **Dia 15 de novembro** - data da Proclamação da República - | **coincidiu com a data em que o Supremo Tribunal Federal | expediu as ordens para execução das prisões** dos | condenados no caso do mensalão.

(*JB 25/2013*) **O jornal espanhol *El País* publicou reportagem neste dia | 1º, intitulada “O polêmico ‘jeitinho’ brasileiro”**, na qual | analisa o comportamento da população e conclui que o | artifício, que de tempos pra cá tem sido denegrido, nada | mais é do que “arranjar uma saída para uma situação sem | saída”.

Ao total, no período de 1980 a 2014, 04 exemplares apresentam o ponto de vista enunciado em primeira pessoa, marcando o plural inclusivo, e 08 textos apresentam o ponto de vista enunciativo em terceira pessoa, evidenciando vestígios de mudança, da primeira para a segunda geração, neste modo de dizer. Por outro lado, podemos afirmar que os dados apresentam traços de permanência no que diz respeito à expressão da cronografia por dêiticos temporais de natureza adverbial.

Dos 12 exemplares analisados na segunda geração, somente três não apresentam elementos dêiticos temporais de natureza adverbial, cabendo aos tempos verbais (expressos pelas desinências) o estabelecimento das coordenadas cronográficas nas cenografias variadas. Os trechos a seguir, de exemplares das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010 ilustram a ocorrência dos referidos elementos dêiticos temporais:

(*JB 16/1988*) Voltou o presidente Sarney da Argentina, onde | foi consolidar e projetar para o futuro as | iniciativas **até agora** tomadas no sentido da forma- | ção de um mercado comum regional.

(*JB 17/1991*) O papa João Paulo II inicia **hoje**, por Natal, sua | segunda visita pastoral ao Brasil, com dez | dias de duração. Sua presença não poderia ser | mais oportuna, num momento em que o país | parece viver sua grande crise de fé.

(*JB 20/2000*) O que tem sentido **hoje** é que | **agora** estamos todos juntos, queremos todos o | respeito aos índios, a demarcação de suas ter- | ras, a defesa de sua cultura

(*JB 25/2014*) O jornal espanhol *El País* publicou reportagem **neste dia | 1º**, intitulada “O polêmico ‘jeitinho’ brasileiro”, na qual | analisa o comportamento da população e conclui que o | artifício, que de tempos pra cá tem sido denegrido, nada | mais é do que “arranjar uma saída para uma situação sem | saída” e, portanto, tem ares de inteligência, além de uma | “criatividade ancestral”.

Os dados da segunda geração também apresentam traços de permanência no que diz respeito à expressão da topografia por elementos dêiticos. Neste bloco de textos, assim como nos exemplares da primeira geração, a tendência é a marcação das coordenadas textuais por índices de natureza adverbial (dos 12 editoriais, 10 registram a ocorrência de advérbios e/ou locuções adverbiais de lugar; nos demais, depreende-se a topografia por informação

cotextuais e/ou contextuais). Nos fragmentos expostos a seguir, é possível observar a ocorrência destes elementos dêiticos:

(*JB 14/1982*) Decorre, principalmente, do fato de | que do dia para a noite está criado um | precedente alarmante para a convivência | dos povos **deste continente**.

(*JB 19/1967*) É irreparável o dano, **no país e no exterior**, | enquanto o episódio for lembrado – e por muito | tempo será lembrado – exatamente pela completa | inexistência de qualquer motivo para cinco ho- | mens, quatro dos quais recém-chegados à maiori- | dade, praticarem um ato gratuito ao preço de uma | vida humana.

(*JB 21/2003*) A esquerda chegou ao gover- | no **no Brasil** por via eleitoral. | Não gerou transtorno político | nem inquietação econômica | nem atritos sociais.

(*JB 24/2013*) Na ocasião, o império perdia a força **no Brasil** tanto com a ala conservadora quanto com a | progressista.

Assim como na primeira geração, há poucas ocorrências de dêiticos sociais (editorial de 1985: “no discurso pronunciado ao | assumir o cargo, o **Senhor** Marco Maciel resumiu o seu | pensamento em uma frase digna de registro”), dêiticos modais (editorial de 2000: “**assim**, do 4 de outubro de | 1582 passou-se não para o | dia 5, mas para o dia 15 de outubro”) e dêiticos discursivo-textuais (editorial de 2006: “Defendem-se | **aqui** não mudanças super- | ficiais, aprovadas sobre o ca- | lor das crises políticas”).

Por sua vez, os textos do CL apresentam recorrência de dêiticos de primeira pessoa (pronomes e verbos, notadamente), evidenciando o plural inclusivo como ponto de vista enunciativo, assim como nos textos do JB. Esta tradicional forma de dizer configura-se também no periódico argentino como uma estratégia de captação dos coenunciadores, pelo enunciador, no plano da argumentação, como se observa em sua recorrência ao longo dos séculos XX e XXI.

Na primeira geração de textos do CL, no período de 1946 a 1979, 11 (onze) exemplares apresentam o ponto de vista enunciativo expresso pela primeira pessoa, isto é, pelo “nós” com valor inclusivo. Somente o exemplar de 1976 apresenta a terceira pessoa como ponto de vista enunciativo. Os exemplos abaixo, organizados por décadas, ilustram a ocorrência de dêiticos (pronomes e verbos) na primeira pessoa do plural:

(*CL 01/1946*) En lugar de una solución así, | genuinamente argentina, con varios e fecun- | dos antecedentes en **nuestra** historia, se pre- | firió un expediente crudamente partidario, | en reminiscencias de “frente popular”.

(*CL 05/1958*) En la actualidad, las estadísticas | **nos asignan** unas 120.000 hectáreas de sauces y ála- | mos, una cifra no muy alta de eucaliptos y apenas | 7.000 hectáreas de pinos y araucárias.

(*CL 06/1961*) Ya | **observamos** oportunamente, las cir- | cunstancias excepcionales en que ella | tendrá lugar, pero a la vez el acendra- | miento del espíritu de la unidad conti- | nental con que los pueblos de esta par- | te del mundo se disponen a encarar | sus presentes y eventuales dificulta- | des.

(*CL 10/1973*) Resulta así impres- | cionante una nueva estructuración | del sistema, fundado sobre sólidas | bases que no lesionen las soberanías | nacionales y la perspectiva de que | **nuestros** países alcancen al desa- | rrollo independiente.

A análise dos índices linguístico-discursivos pelos quais as diversas cenografias do CL se instauram na cena de enunciação revelou recorrências também dos dêiticos temporais e espaciais no plano da cronografia e da topografia, respectivamente.

Neste tocante, destacamos que todos os 12 exemplares da primeira geração de textos do periódico argentino apresentam elementos dêiticos temporais de natureza adverbial que, ao lado dos tempos verbais expressos pelas desinências, marcam o presente, com recorrente referência ao passado, como tempo da tradição editorialística. Os exemplos que destacamos a seguir ilustram esta projeção temporal:

(*CL 01/1946*) **Hoy**, ante el hecho | consumado, no cabe sino reconocer paladi- | namente la legitimidad del triunfo del [...] en consecuencia.

(*CL 03/1953*) Con expresivo fervor patriótico la República celebró | **ayer** el Día de la Bandera.

(*CL 08/1967*) Como lo señalamos **días pasados**, resulta | urgente una nueva definición argentina | en el campo de la política continental.

(*CL 09/1970*) Los pueblos latinoamericanos abrumados | por el subdesarrollo y sedientos de jus- | ticia y liberación enfrentan **hoy** no solo la | resistencia de quienes medran con el estanca- | miento.

Do mesmo modo, 10 exemplares da primeira geração do CL apresentam elementos dêiticos de natureza adverbial no estabelecimento da topografia nas diversas cenografias analisadas. Em geral, parte-se do geral para o particular (do contexto latino-americano para o contexto argentino), ou o contrário, em alguns casos, em termos topográficos. Somente os textos de 1946 e 1979, o primeiro e o último desta geração, não apresentam dêiticos temporais de natureza adverbial, cabendo às informações do cotexto e do contexto o estabelecimento das coordenadas espaciais. Destacamos abaixo exemplos das décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX, em que a topografia se expressa por meio de elementos do campo dêitico espacial:

(*CL 02/1949*) La comunidad argentina ha visto fielmente | reflejada su concepción de | la vida, de la existencia y del destino a que aspira con | plena conciencia, en el enjundioso discurso | pronunciado por el presidente de la Repú- | blica en la sesión de clausura del Primer | Congreso Nacional de Filosofía reunido en | Mendoza.

(*CL 04/1955*) Un tango ruso. Eso tocaban en | una “boite” de un puerto del | Mar Negro el día en que pararon en | ella algunos marinos argentinos, | según ha referido recientemente | el médico de una de nuestras na- | ves mercantes, que en un periódico | italiano que se publica en Buenos | Aires.

(*CL 07/1964*) Rindamos tributo a aquellas ge- | neraciones arriesgadas, compuestas | por hombres temblados en el servi- | cio de armas – milicos y paisanos | improvisados en la acción de guerra | contra el desierto y el salvaje –, y | hombres y mujeres llegados de todas | partes del mundo sin más bagaje que | su ánimo de trabajar y afincarse con | su hogar en nuestro suelo.

(*CL 11/1976*) El año de 1975 pasará a la histo- | ria económica de la mayoría | de los países subdesarrollados co- | mo uno de los períodos más nefas- | tos. En América latina, Brasil y Mé- | xico debieron desacelerar sus | ritmos de crecimiento, mientras | que otros, como la Argentina, Chile, | Perú y Colombia, vieron descender | sus productos por debajo del | nivel del año anterior.

Ainda com relação à primeira geração de textos do CL, devemos destacar que as ocorrências de dêiticos modais, sociais e discursivo-textuais são mais recorrentes que no JB. Nesta geração de textos, registram-se: (i) 04 ocorrências do dêitico modal “así”, com valor circunstancial, nos exemplares de 1946, 1949, 1964 e 1970; (ii) 02 ocorrências de dêiticos discursivo-textuais, “aquí” e “desde esas columnas”, com valor metalinguístico, nos exemplares de 1961 e e 1979; e (iii) 01 ocorrência do dêitico social “señor”, expressando respeito do enunciador pelo coenunciador, no exemplar de 1961.

Já com relação ao textos da segunda geração no CL, que compreende o período de 1980 a 2014, observamos traços de permanência na expressão do ponto de vista enunciativo. No período mencionado, registram-se 11 ocorrências de editoriais em primeira pessoa, com ocorrência do plural inclusivo. Somente dois exemplares, exatamente dos anos de 2013 e 2014, controem-se em 3ª pessoa (a partir de 2013 temos sinais de mudança). Exemplos dos dois casos são expostos a seguir (os de 1985 e 1991 referentes às ocorrências de primeira pessoa do plural; os de 2013 e 2014 referentes às ocorrências de terceira pessoa):

(*CL 14/1985*) Este retoque a la ideología | sirve para mostrar que ningún | país del mundo moderno, ni si- | quiera la segunda superpotencia | a pesar de inmensa concen- | tración de poder y recursos que | abarca, puede desdeñar en nues- | tros días la modernización.

(*CL 16/1991*) La relativamente breve histo- | ria de cuanto ocurrió con el edi- | ficio de Esmeralda y Corrientes | revela a las claras que es pro- | ducto de un Estado y de una po- | blación sin recursos económicos | suficientes para intentar salvar | de la destrucción algo que, por | ser parte del patrimonio común, | nos pertenece a todos y, por lo | tanto, no debería poder ser moti- | vo de compra o venta.

(CL 24/2013) En un país en el que en broma o en serio casi | todos piensan que todo puede pasar, **estalló la | sorpresa. Un shock de emoción y entusiasmo** | en la gente, **que mezcló al hasta ayer cardenal | Bergoglio** con Messi y Máxima y otro que | encadenó fastidio y desconcierto en el Gobierno.

(CL 25/2014) En los últimos 26 años **hubo tres | graves crisis con la luz.** || En 1988 El Chocón dejó de funcionar por el bajo caudal del río Limay. | En febrero de 1999 se rompió la central Azopardo de Edesur y la actual | se atribuye a la extendida ola de calor. || La diferencia es que en los casos anteriores los presidentes | dieron la cara.

Destacamos nossa crença de que a análise de outros exemplares do século XXI, posteriores ao ano de 2014, confirmaria a mudança pelas quais possivelmente estejam passando os editoriais do CL no que se refere à expressão do ponto de vista enunciativo. Os dados desta pesquisa (século XXI) sinalizam para tal mudança.

Os editoriais da segunda geração do CL sinalizam para traços de permanência na expressão da cronografia e da topografia, nas cenografias, por elementos dêiticos de natureza adverbial. Dos 13 (treze) exemplares analisados, somente 01 (ano de 2009), não apresenta expressões adverbiais temporais, sendo as coordenadas de tempo recuperadas pelas desinências verbais. Do mesmo mesmo, somente 02 exemplares (1994 e 2006) não apresentam expressões adverbiais espaciais, cabendo às desinências verbais a função de expressar as coordenadas topográficas. Os exemplos a seguir ilustram a ocorrência dos elementos dêiticos temporais e espaciais, respectivamente, em textos dos séculos XX e XXI:

(CL 13/1982) La foto que este diario publicó **ayer** en su | primera plana [...] tiene tal vez | más elocuencia que muchas de las palabras | que hasta ahora hayan podido escribirse.

(CL 18/1997) Es cierto que **hoy** los extranjeros residentes en la | Argentina son apenas el 0,5% de la población.

(CL 23/2012) Cuesta encontrar en la historia argentina una | movilización popular como la de **ayer**. Además | de una multitud nunca vista, varias cosas más | la hacen única.

(CL 15/1988) En las últimas décadas se re- | gistró **en la mayoría de los | países latinoamericanos** un pro- | ceso de rápida urbanización que | devino en la creación de grandes | asentamientos con diferentes | grados de precariedad.

(CL 18/1997) El Día del Inmigrante, celebrado desde hace muchos años **en nuestro país** | cada 4 de setiembre, evoca el surgimiento de una nación moderna que, | desde el vamos (sic), fue el resultado de una confluencia de procesos | migratorios de distintas procedencias y contextos históricos y culturales.

(CL 24/2013) No elige a un americano | porque **en este continente** esté la mayoría de los católicos del | mundo. Pero con seguridad lo ha pensado. Bergoglio se convierte en Papa por lo que es y representa: un hombre | de la Iglesia inteligente y austero y que ha hecho votos de pobreza.

Por fim, destacamos que, se comparada ao primeiro bloco de textos, a segunda geração apresenta menos ocorrências de dêiticos modais (a expressão circunstancial “así” aparece em três editoriais, nos anos de 1988, 2006 e 2014) e nenhuma ocorrência de dêiticos sociais e discursivos-textuais. Assim como no JB, a totalidade de ocorrências dos referidos elementos é bem menor se comparada à dos dêiticos de pessoa, de tempo e de espaço.

Seguimos com a discussão a partir da abordagem dos vestígios de mudança e dos traços de permanência do campo léxico dos editoriais do JB e do CL, nos séculos XX e XXI. Nosso foco será o debate sobre a relação entre os recursos lexicais e a projeção de campos semânticos na construção das imagens de si pelos enunciadores.

4.2.1.2 O campo léxico

A análise da projeção das autorrepresentações discursivas dos enunciadores na cena editorialística do JB e do CL nos possibilitou observar o modo como as escolhas lexicais empreendidas nos gêneros jornalísticos opinativos, em especial nos editoriais, desencadeiam a formação de campos semânticos em função do léxico empregado, que por sua vez “dá concretude ao ethos” (POSSENTI, 2003, p. 216).

Foi possível observar também que as referidas escolhas muito dizem das posições discursivas assumidas pelos enunciadores e, conseqüentemente, das imagens de si que desejam apresentar a seus coenunciadores, em um processo dialógico em que se tenta persuadir pela palavra, estabelecendo interrelação com outros discursos das múltiplas esferas da atividade humana, ou seja, fundando uma interdiscursividade como um processo que consiste em convocar ou em “dar a ouvir vozes exteriores ao fio discursivo, ou seja, ao que foi efetivamente dito” (COSTA, 2011, p. 35).

Ao nos voltarmos aos 13 editoriais da primeira geração do JB, mapeamos e categorizamos 04 grandes campos lexicais, que mobilizam a formação de campos semânticos ligados à ideia de esperança, à ideia de nacionalismo, às relações interdiscursivas como o discurso histórico e com o discurso político. Estes campos semânticos evidenciam o modo como os enunciadores projetam as imagens de si nas cenografias instauradas, como observamos na análise dos diversos *ethé* construídos na cena editorialística dos dois periódicos enfocados, nos séculos XX e XXI.

O exemplar de 1945, que trata da posição assumida pelo Brasil no contexto dos conflitos bélicos na América, em especial no que se refere à Segunda Guerra Mundial, apresenta um campo léxico que se relaciona à ideia de esperança no futuro das nações

americanas e na instauração de uma política de paz entre os povos na segunda metade do século XX, notadamente a partir de 1945.

Dos três exemplares da primeira geração, o de 1945 é o único que de modo mais direto constitui este campo léxicossemântico, conforme observamos nos fragmentos a seguir, selecionados dentre outros que se relacionam à ideia central de busca pela esperança e pela paz nas relações continentais dos povos americanos:

(*JB 01/1945*) Agora quando estamos no li- | miar de **um novo ano**, que todos | **esperamos e desejamos seja o do | triunfo e da paz**, não poderia ser | mais oportuna a palavra do Mi- | nistro do Exterior do Brasil, avi- | ventando na memória dos povos | estrangeiros as linhas gerais e | definitivas da nossa política in- | ternacional, que têm sido sem- | pre invariavelmente orientadas | no sentido de uma **estreita e leal | cooperação com todos os povos, | especialmente os da America**. [...] Queremos trabalhar na guerra | por **uma paz digna e fecunda**; e | quando esta vier queremos po- | der continuar trabalhando para | que outras guerras não venham | espalhar sobre o mundo novas | calamidades. || **Na guerra e na paz seremos | sempre fieis ao programa tradi- | cional do nosso amor á liberdade | e á justiça**.

Relacionados à ideia de nacionalismo se constituem os campos léxicos (e/ou léxicossemânticos) dos editoriais de 1949, 1952 e 1964 (quer por um sentimento patriótico e ufanista de pertencimento à nação, quer por um sentimento de pesar pelos problemas nacionais). Nestes 03 exemplares, um discurso nacionalista é evocado pelos enunciadores que, em alguns casos, projetam de si a imagem de sujeitos que acreditam no futuro da nação brasileira e que têm orgulho do passado nacional. Em outros casos, estes campos léxicos evidenciam a presença de um enunciador que se mostra preocupado com as questões sociais brasileiras, que tanto afetam a imagem nacional no país e no exterior, como se vê a seguir:

(*JB 03/1949*) Depois de tantos anos sob | a ditadura, **as reservas civi- | cas do País se conservaram | intactas**, permitindo o movi- | mento que culminou no **res- | tabelecimento das liberdades** | publicas definidas na **Cons- | tituição de 946**. [...] Nessa posição, com a cons- | ciência dominada pelo desejo | de **servir a comunhão publi- | ca**, é-lhe permitido usar de | todos os processos de suges- | tão lógica, não esquecendo | que mais vale ajustar-se ao | principio: *fortiter in re, sua- | viter in verba*.

(*JB 04/1952*) Em todas as horas de **exaltação civica**, a posição deste | Jornal jamais foi objeto de duvida e incerteza, pois estaria | sempre sem vacilação, ao lado dos que se batessem pela | **vitoria de ideias que nasceram ao calor da consagração po- | pular**. [...] Os pontos cardiais desta inflexível conduta [...] continuarão a nos dar | força e resolução para prosseguirmos resolutos e confiantes | no **civismo da nossa missão, ao lado do Brasil, serviço do | que ele tem de mais nobre, mais verdadeiro e mais digno | de perpetuidade**.

(*JB 08/1964*) A **fase nacionalista foi benéfica porque foi | introspectiva**. Nós próprios nos olhamos com uma | nova objetividade e nos aceitamos. [...] Exacerbou-se o **nacionalismo** e entramos no | **nôvo ufanismo** de nos apresentarmos como **o País | da legislação trabalhista mais adiantada do mun- | do, de miscigenação de raças** mais liberal do pla- | neta, da maior **Nação latina**, da maior **Nação ca- | tólica**.

Estabelecido no entrecruzar dos discursos jornalístico e histórico está o campo léxico do editorial de 1946, que trata da simbólica data de 07 de setembro de 1822, dia da Independência do Brasil, e da conseqüente criação de uma identidade nacional a partir de então. Há também um sentimento de pertença à Nação neste texto, que exemplifica como se estabelecem as relações interdiscursivas entre áreas afins, através da retratação de fatos pela memória, como destacado a seguir:

(JB 02/1946) No dia 7, cercado de seu [ilegível], | lançou **o grito de Inde- | pendencia ou Morte**, nas **mar- | gens do Ipiranga**. Foi um epi- | sódio que se desenrolou entre | poucos, traduzido numa ati- | tude que teve como testemu- | nha um cenário silencioso, | sem repercussão. **D. Pedro** não | enviou emissário. || Depois, a **caravana real** | marchou pela estrada de San- | tos, em demanda da capital | paulista, aonde chegou no dia | 9. [...] Dando o exemplo de res- | peito às prerrogativas dos po- | vos livres e á auto-determi- | nação de cada unidade poli- | tica, o Brasil colaborou, des- | de o limiar de sua libertação, | para consolidar o direito no- | vo, que brotou da conviven- | cia das **nações americanas** e | que, dilatando suas ramifica- | ções, criou um **sistema de en- | tendimento recíproco entre os | povos deste lado do Atlântico**.

No excerto acima exposto, observa-se que a seleção de expressões como “Independência ou Morte”, “margens do Ipiranga”, “caravana real”, dentre outras, objetivam reconstruir historicamente o simbólico 07 de setembro de 1822, que é evocado pelo enunciador com tom de exaltação para o debate sobre os rumos da identidade nacional brasileira nos dias de hoje. No editorial, gênero característico da esfera jornalística, estabelece-se uma relação com o discurso histórico, que é convocado a ser “ouvido” (COSTA, 2011), na trama do fio discursivo.

Também se constituem no estabelecimento de inter-relações discursivas os editoriais do JB de 1955, 1958, 1961, 1967, 1970, 1973, 1976, 1979 (08, ao total, em um universo de 13 textos). Relacionados a estes exemplares está a projeção de imagens discursivas de enunciadores que se mostram como autoridades nos temas que debatem, em geral mobilizando cenografias de análises sociopolíticas, como destacamos em seção anterior. A seguir, expomos três exemplos de editoriais das décadas de 50, 60 e 70 do século XX cujas escolhas lexicais evidenciam a relação estabelecida entre os discursos jornalístico e político:

(JB 05/1955) Com esta forma simplista, todos os **governos discri- | cionários**, por toda parte, podem justificar as violen- | cias e os abusos que cometem, contra a manifesta- | ção do pensamento, em proveito de seus **propositos ideo- | lógicos** ou simplesmente na perpetração do mando. [...] Essa mistificação não consegue modificar o quadro | real, não oculta a verdade, que fura o cordão de iso- | lamento e vai refletir fora, de modo a que se possa | formar um juízo seguro desses **simulacros de democra- | cia** que certos governos instalaram em alguns países da | América Latina.

(*JB 07/1961*) Êsse nôvo modo de | agir, a **Aliança para o Progresso**, o *Senhor Gor-* | don o caracterizou como sendo *muito seme-* | *lhante à Operação-Pan-Americana*. [...] Contra os que lutam pela **pre-** | **servação de um statu quo** que leva o He- | misfério à ruína. E contra os que não he- | sitam em golpear as **instituições democráti-** | **cas** em nome das **instituições democráticas**.

(*JB 11/1973*) A evolução do mundo **multinacionaliza** os | projetos, ou pelo menos tende para isto, e tal | tendência se fortalece sempre que tratados de | **integração regional e sub-regional** aconselham a | **política da multinacionalidade**. Tal política tem | sobre a **binacionalidade** a vantagem de ex- | plorar ao máximo as **economias de escalas**.

Ao contrário do que constatamos nos primeiros 13 exemplares, na segunda geração de textos do JB, é possível observar uma maior diversidade de tipos de campos léxicos, alguns recorrentes na primeira geração. Além dos campos que se constituem em relação à ideia de esperança e em inter-relação com o discurso histórico e com o discurso político, os 12 textos do JB, do período de 1980 a 2014, revelam ainda campos lexicais que estabelecem interrelação com o discurso da economia, com o discurso religioso, com a ideia de dor e pesar e com a ideia de crítica e indignação ante os problemas sociais, sendo este último o mais recorrente nos dados do JB, pois presente em 05 dos 12 editoriais.

Relacionados às ideias de dor e pesar e de esperança no futuro da nação se constituem, respectivamente, os campos léxicos dos editoriais de 1994 e 2003 em que se rememoram a morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, representado como herói da causa nacional nos esportes, e o fim do primeiro ano do Governo Lula, em um balanço dos retrocessos, dos avanços e dos desafios da vida política nacional brasileira ao final de 2003. Os termos/expressões destacados abaixo evidenciam a relação entre as expressões lexicais e os campos semânticos de dor e pesar e de esperança, nesta ordem:

(*JB 18/1994*) É enorme a **dor** dos brasileiros diante da **morte** | de Ayrton Senna. [...] O | **acidente fatal** de domingo foi ocasionado por uma | **falha técnica, desgraçadamente inscrita em seu | destino**. || Morrem cedo os que os deuses amam. O velho | dito é o único **consolo** possível para **nosso pesar** | em face da **morte do campeão**.

(*JB 21/2003*) O Congresso realizou um **ano | proveitoso** como há muito não | ocorria. Resgatou em larga mar- | gem a confiança da sociedade | no trabalho legislativo e no de- | bate parlamentar. A tal ponto | que a **reforma política** se impôs | **naturalmente como necessida-** | **de** que não pode ser adiada. [...] O **sentido modernizador** | da legislação e o **amadureci-** | **mento do espírito reformista**, | com ampla base na sociedade, | apontam para um **novo país** e | deixam para trás um estilo re- | presentativo que não mais aten- | de às necessidades.

Os editoriais de 1988, 1991 e 2000, no que se refere à interdiscursividade, mobilizam campos léxicos que se entrecruzam ao discurso da economia, ao discurso religioso e ao discurso histórico, respectivamente, na construção dos argumentos pelos quais se defendem as teses lançadas nestes exemplares.

A constituição dos referidos campos contribui para a projeção discursiva de enunciadores que mostram de si a imagem de sujeitos engajados na causa que defendem e que buscam argumentos nas mais diversas áreas do conhecimento para fundamentar seus pontos de vista, como se observa nos excertos destacados a seguir:

(JB 16/1988) Numa perspectiva maior, surge a necessidade | de colocar ao menos em andamento o projeto de um | **grande mercado regional**. Pode ser projeto para | longos anos. Mas o **Mercado Comum Europeu**, hoje | pletórico de **riquezas**, também começou como uma | idéia basicamente política. O **mercado regional** pode | e deve ser o desdobramento do **mercado interno** | brasileiro – território de expansão econômica que | crie defesa e amortecedores contra as asperezas do | **mercado internacional**, onde falam cada vez mais | alto os **blocos gigantes** que são a **CEE**, o **mercado | norte-americano** e o **Extremo Oriente**.

(JB 17/1991) Quando o mundo se liberta de velhos **padrões | maniqueístas**, que o dividiram em dois durante, | quase um século numa perversa bipolarização, | parece no mínimo defasada a idéia de uma **igreja | conservadora** em antagonismos coma **igreja pro- | gressista**. **A igreja é uma só** – e a visita do **Papa** | fixa os contornos dessa síntese.

(JB 20/2000) A | pregação de boicote surge sobre o pífio argumen- | to de que não há nada a comemorar, de que em | **22 de abril de 1500** tudo o que começou foi o ge- | nocídio dos índios, depois a escravidão dos ne- | gros, a **Independência** proclamada por um por- | tuguês, a **República** como golpe ao qual o povo | esteve alheio, as eleições fraudadas para presi- | dente, o **Estado Novo**, a **ditadura militar**. [...] A **Indepen- | dência** começou a fazer heróis muito antes do | **7 de setembro** e, no **Império**, tivemos esse no- | vo heroísmo que foi a luta pela **Abolição**. Vem | depois o **Brasil republicano**, cheio de páginas | de grande amor ao país, em novas lutas que | buscaram a transparência política e a queda | das **ditaduras**.

Do mesmo modo, e como recorrente na primeira geração, os editoriais de 1982 e de 2013 estabelecem interrelação com o discurso político ao por em debate o processo de criação de uma identidade nacional através da educação e a condenação de políticos brasileiros envolvidos no Mensalão, em 2003, quando se comemorava a Proclamação da República. Trata-se de temas recorrentes na tradição editorialística do JB que muito dizem da história e da identidade cultural do povo brasileiro.

Devemos destacar que, ao tratarmos dos referidos campos léxicos, estamos nos reportando às recorrências das escolhas lexicais, reconhecendo que, em um mesmo exemplar, há o registro de léxico de outras naturezas, mas que enfatizamos aquele que de modo mais evidente “dá concretude ao ethos” (POSSENTI, 2003, p. 216), como nos exemplos a seguir, em que há a projeção de um enunciador que mostra de si a imagem de um analista político,

autoridade de seu dizer, que se volta com propriedade para o debate de temas relacionados à política brasileira, dentre outros temas afins relacionados à identidade cultural brasileira no amplo contexto da AL:

(*JB 15/1985*) NÃO um conjunto de **medidas administrativas** | não visando exclusivamente a melhorias materiais; | nem tão pouco um empenho concentrado na troca | de orientações e métodos pedagógicos – mas a | luta pela aquisição de uma **consciência abrangente | e renovadora do problema**. [...] No **discurso pronunciado** ao | assumir o cargo, o *Senhor Marco Maciel* resumiu o seu | pensamento em uma frase digna de registro: “Atí- | ve-me à arraigada convicção de que só haverá | verdadeiramente **Nova República** se houver **nova | educação**”. || Tal como encara o novo Ministro, a educa- | ção é o fio que costura as **instituições democráticas**, | o pilar que em última análise assegura a sua | existência.

(*JB 24/2013*) No Brasil deste 15 de novembro de 2013, o **STF** tomou uma decisão que não era | unanimidade entre juristas do país. Muitos põem em dúvida se os **princípios democráticos** | foram respeitados. [...] O **mensalão** era um caso que envolvia | um suposto crime. No Alstom, o **capital estrangeiro** corrompeu **executivos brasileiros**. E não | se sabe se este mesmo segmento da Justiça que se omitiu foi também corrompido com | valores de dar inveja ao **mensalão**.

Por fim, observamos que o campo léxico relacionado à ideia de crítica e indignação diante dos problemas sociais, notadamente os problemas sociais brasileiros, é o mais recorrente na segunda geração de textos, mais especificamente nos exemplares de 1982, 1997, 2006, 2009 e 2014 (05, ao total, dos 12 editoriais). Ao se voltar para questões como o aumento da violência, os rumos negativos da política nacional e o descaso com a educação pública, os enunciadores destes textos evidenciam de si a imagem de sujeitos preocupados com o futuro da Nação, como se observa nos exemplos abaixo, em que destacamos termos e expressões de crítica e de indignação:

(*JB 19/1997*) Embora seja a cidade que reedita crimes com a | **marca registrada da impunidade**, Brasília ain- | da consegue surpreender a opinião pública nacio- | nal. [...] A | diferença começa aí: o menor é **igualmente criminoso** | e já está sob a **proteção da lei**, da qual se desconhecem | benefícios, pois é cada maior o número dos que, | em qualquer nível de escala social, contam com o | equívoco de tratar **culpados como inocentes**. Os | maiores estão sob a **proteção da impunidade**. || Brasília está em discussão, com a sua classe | média oficial, os seus **crimes hediondos**, a **omissão | dos políticos** e o **prêmio da impunidade** que provi- | denciará outras indignidades.

(*JB 22/2006*) A CADA DIA VAI SE | AMPLIANDO a já extensa | galeria de exemplos que fa- | zem da **política brasileira um | mundo do faz-de-conta**. A úl- | tima **fantasia** acrescentada à | expressão utilizada pelo mi- | nistro Marco Aurélio Mello, ao | assumir a presidência do Tri- | bunal Superior Eleitoral | (TSE), é a relação de cerca de | 2.900 nomes de políticos im- | pedidos de disputar as elei- | ções. [...] A premissa de que **tra- | quinagens do gênero** são fei- | tas sistematicamente é a | **pior idéia** a ser disseminada | no país. Com ela, todos os | partidos e políticos tor- | nam-se **inimputáveis**. É um | **erro**.

(*JB 23/2009*) O RESULTADO DO EXAME NACIONAL do Ensino | Médio (ENEM) [...] evidencia o grau de **degradação** a que | chegou a educação pública no país. [...] Num mundo cada vez mais marcado pelo | avanço do conhecimento e pela inovação tecnológica, o Brasil | segue na **contramão**, embora tenha bons exemplos a mirar.

Por sua vez, o CL, do mesmo modo que o JB, apresenta maior diversidade de tipos de campos léxicos na segunda geração de textos, ou seja, no período que vai de 1980 a 2014. A análise dos 25 editoriais que compõem o corpus do periódico argentino nos revelou que, tanto na primeira quanto na segunda geração de textos, predominam os recursos lexicais relacionados à ideia de nacionalismo. Ao total, 06 editoriais na primeira geração e 04 na segunda mobilizam, predominantemente, o referido campo léxico, enquanto que, nos 25 editoriais do JB, é o campo relacionado ao discurso político que predomina, em 10 exemplares.

Os campos léxicos constituídos na primeira geração de textos do CL, com exemplares de 1946 a 1979, podem ser assim organizados: (i) relação com a ideia de crítica e indignação: 02 exemplares; (ii) inter-relação com o discurso político: 03 exemplares; (iii) inter-relação com o discurso científico: 01 exemplar; (iv) relação com a ideia de nacionalismo: 06 exemplares (totalizando 12 exemplares).

Relacionados à ideia de crítica e indignação do enunciador ante os problemas sociais que acometem os países latino-americanos se constituem os campos léxicos dos editoriais de 1970 e 1976 do CL que tratam, respectivamente, da violência e da deterioração da economia nesta parte do continente americano e nos quais são mobilizados itens lexicais que denotam a ideia de revolta do enunciador ante as mazelas que atingem a todos os sujeitos que vivem em países da AL, em destaque Uruguai, Brasil e Argentina, como expresso nos fragmentos abaixo, nos quais os recursos lexicais contribuem para a construção da imagem de si de enunciadorees que se mostram indignados com a realidade social de países latino-americanos em desenvolvimento:

(*CL 09/1970*) El **asesinato** que acaba de consumir en Mon- | tevideo el grupo terrorista de los denomi- | nados “Tupamaros” ha provocado un **sentimien- | to de horror** y un **doloroso estremecimiento** en las | dos márgenes del Plata. [...] No se trata solo de | expresar el **repudio** ante un **asesinato inexplica- | ble**. Lo que corresponde es meditar cómo el | crimen de la violencia es la **negación de la | libertad y la antesala de la peor dictadura**.

(*CL 11/1976*) El año de 1975 pasará a la histo- | ria económica de la mayoría | de los países subdesarrollados co- | mo uno de los **períodos más nefas- | tos**. [...] Y las balan- | zas comerciales cerraron con los | **mayores déficit** de que dan cuenta | sus estadísticas. Fue el “**coletazo**” | de la llamada “**crisis del petróleo**” | que **los países desarrollados** consiguieron transferir hacia **los de me- | nor desarrollo**.

Ainda no primeiro bloco de textos do CL, 03 exemplares caracterizam-se por, através dos recursos lexicais mobilizados, estabelecerem inter-relação discursiva com a política internacional, uma das áreas de maior foco nos editoriais publicados pelo jornal argentino ao longo dos séculos XX e XXI, como destaca Sivak (2013).

Os trechos destacados abaixo mostram como os enunciadores destes editoriais mobilizam expressões próprias do discurso político no processo de construção de uma imagem discursiva de um enunciador-autoridade no debate que lhe são contemporâneos, conforme é possível observar nos fragmentos destacados a seguir:

(*CL 06/1961*) En la próxima XI Conferencia Pana- | mericana habrá de insistirse en lograr | un programa expreso y efectivo de **coo- | peración continental** en todos los órde- | nes del **desarrollo económico y social**. | Estados Unidos, que no lo había con- | siderado viable en una de las últimas | reuniones del Consejo de la OEA, en- | tendiendo entonces que ello podría es- | tablecerse en cambio, por **tratativas | particulares**, se allana ahora aparente- | mente a buscar una **fórmula multilate- | ral de beneficio común** y de ejecución | inmediata.

(*CL 08/1967*) Se formula así una redefinición | integral que toca todos los aspectos de la futura | acción de la **diplomacia brasileña**. || Frente a los **postulados ideológicos** dese- | chados se dice ahora: “La política exte- | rior brasileña se alineará con los intereses nacio- | nales, que reclaman la ejecución de programas | de desarrollo económico y social para eliminar | del país el atraso, la miseria y la ignorancia.” [...] De allí que, como correlato de tal premisa, se | afirme que la **política exterior brasileña estará** | subordinada al **concepto de soberanía**.

(*CL 10/1973*) El gobierno de Fidel Castro | dio recientemente un signi- | ficativo paso a favor de la disten- | ción de las **relaciones continentales** | al afirmar un tratado con Estados | Unidos sobre piratería aérea, en | virtud del cual reexpedirá para su | juzgamiento a los secuestradores | de aviones que recalen en la isla | caribeña. Ahora, Cuba ha avanza- | do aún más hacia su **reincorpora- | ción** al **sistema interamericano**. [...] Resulta así impres- | cindible una nueva **estructuración | del sistema**, fundado sobre sólidas | bases que no lesionen las **soberanías | nacionales** y la perspectiva de que | nuestros países alcancen al **desa- | rrollo independiente**.

Como destacado anteriormente, é somente em 01 exemplar que temos um caso de campo léxico que estabelece relação com o discurso científico especializado, mais especificamente o discurso das Ciências da Natureza, que fortalece a imagem do enunciador-autoridade. Em “País forestalmente pletórico y mal aprovechamiento de maderas”, editorial de 1958, o enunciador mobiliza recursos lexicais da Botânica e da Geografia para defender a tese de que os recursos naturais argentinos são mal aproveitados em termos de importação e exportação de produtos, a exemplo da madeira, como se observa nas expressões destacadas neste fragmento:

(CL 05/1958) En el año | 1955 se invirtieron ciento sesenta y cinco millones de | dólares en la compra de **maderas de coníferas** y sub- | productos, y se vaticina que, con el aumento de la | población, dicha suma llegará, dentro de diez años, | a unos trescientos millones de dólares. [...] La Argentina posee – es verdad – extensísimas su- | perficies en su dilatado territorio ocupadas por **bos- | ques naturales**. La **región** más conspicua es la **cha- | queña**, que **fitogeográficamente** incluye la totalidad | de Formosa y Santiago del Estero, Chaco, este de | Salta, Jujuy, Catamarca y La Rioja, y noroeste de | Córdoba, San Luis y Corrientes.

Por último, fechando a primeira geração de texto do CL, mobilizam campos léxicos relacionados à ideia de nacionalismo e de exaltação dos signos identitários nacionais os editoriais de 1946, 1949, 1952, 1955, 1964 e 1979. Nestes exemplares, os enunciadores revelam de si a imagem de sujeitos apegados a suas raízes históricas e orgulhosos de seus antepassados. Frequentes são as expressões com valor ufanista e patriótico, em louvor e em defesa do patrimônio sociocultural portenho, como as que destacamos nestes fragmentos de editoriais das décadas de 50, 60 e 70 do século XX:

(CL 02/1949) Es el **ideal de fraterni- | dad universal** que inspiró a los fundadores de la **naciona- | lidad**, cuyos manes conviven con nosotros y nos guían a | través de la intrincada maraña de la **evolución histórica**. || El **argentino** es un **pueblo filosófico por excelencia**, como lo | demuestran su consciencia, su coherencia y su voluntad in- | sobornables, en el sentido de construir un andamiaje ins- | titucional que permita y garantice su **libertad**, su **progre- | so** y su **bienestar** sin reatos ni cortapisas inconducentes.

(CL 03/1952) Con expresivo **fervor patriótico** la República celebró | ayer el Día de la Bandera y al mismo tiempo tributó | **emocionado homenaje** a su creador, el general Manuel | Belgrano. Porque uno y otra se identifican de tal modo | que el juramento que los conscriptos de todas las guar- | niciones del país prestaron la víspera, alcanzó el mismo | sentido que el que pronunciaron los soldados del prócer | en el instante crucial, cuando el **pañó inmortal** surgió | al conjuro de su **sublime inspiración**.

(CL 07/1964) La gesta de la Argen- | tina actual debe llamarse acero, | energía, técnica. La gesta vital de | la industria. || Rindamos **tributo** a aquellas **ge- | neraciones arriesgadas, compuestas | por hombres temblados en el servi- | cio de armas** – milicos y paisanos | improvisados en la acción de guerra | contra el desierto y el salvaje –, y | hombres y mujeres llegados de todas | partes del mundo sin más bagaje que | su ánimo de trabajar y afincarse con | su hogar en **nuestro suelo**. Reconoz- | camos **su ejemplo**, prosigamos **sus | huellas**, recobremos la **pujanza crea- | dora**.

(CL 12/1979) Sólo una comunidad en as- | censo puede impulsar – en lugar de | postergar – las **realizaciones de la | cultura**. [...] El edificio de la | Biblioteca es el soporte material de | su **labor cultural**, así como el des- | arrollo económico es el soporte del | despliegue cultural de 25 millones | de argentinos.

Por sua vez, os campos léxicossemânticos da segunda geração de textos do CL, com exemplares de 1980 a 2014, podem ser assim organizados: (i) relação com a ideia de crítica e indignação: 03 exemplares; (ii) inter-relação com o discurso da economia: 03 exemplares; (iii) relação com a ideia de nacionalismo: 04 exemplares; (iv) relação com a ideia de esperança: 01 exemplar; relação com a ideia de humanismo e solidariedade: 01 exemplar; e

(v) inter-relação com o discurso político: 01 exemplar (totalizando, na segunda geração, 13 exemplares).

Mobilizam campos léxicos relacionados à ideia de crítica e indignação os editoriais de 2003, 2012 e 2014 que tratam, respectivamente, da crise na educação pública, das manifestações populares e da crise energética que assolam a Argentina a partir do século XX. Com o objetivo de evidenciar um posicionamento de descontentamento frente à realidade nacional, os enunciadores destes exemplares lançam mão de recursos lexicais pelos quais externam sua posição contrária às autoridades governamentais, responsáveis pela gestão do bem-estar dos cidadãos argentinos. A seguir, destacamos exemplos destes recursos:

(*CL 20/2003*) Un **irracional y persistente proceso de relegamiento** de | la educación se fue imponiendo, y con ello comenzó el **deterioro de la | escuela pública**. Tan pronunciado ha sido este proceso que hasta puede | directamente asociárselo a la **crisis** de larga data que obstaculiza el | desarrollo del país.

(*CL 23/2012*) Advertido, esta vez el Gobierno trabajó para que la convocatoria | fracasara. Usó **argumentos atemorizantes**, como que estaba | organizada por grupos de ultraderecha y que atrasan cuarenta años. | Todo en línea con la “**gente bien vestida**” a la que “sólo le interesa | Miami” de Abal Medina. [...] Pero Cristina se ha hecho | **adicta a la irrealidad** y no concibe otra forma de ver las cosas que la | que ella tiene. [...] Eso de hablar de la última trinchera y sostener que | todo anda fenómeno suena parecido a la **esquizofrenia**.

(*CL 25/2014*) En los últimos 26 años hubo tres | graves **crisis** con la luz. || En 1988 El Chocón dejó de funcionar por el bajo caudal del río Limay. | En febrero de 1999 se rompió la central Azopardo de Edesur y la actual | se atribuye a la extendida ola de calor. || La diferencia es que en los casos anteriores **los presidentes | dieron la cara**.

Há, na segunda geração de textos do CL, assim como no JB, exemplares que estabelecem inter-relação com o discurso da economia. É o caso dos editoriais de 1988, 1994 e 2000, que tematizam as expectativas da Argentina com relação à abertura de parcerias comerciais na AL e os momentos de crise pelos quais passou o país a partir dos anos de 1990. Um tom de seriedade, que marca a análise socioeconômica, caracteriza o debate nos três editoriais, que apresentam recursos lexicais relacionados às questões econômicas no contexto nacional e internacional, como destacado a seguir:

(*CL 15/1988*) Las **corrientes migratorias** ci- | tadas han tenido, a grandes ras- | gos, dos impulsos principales. || Uno de ellos es la incapacidad | de las **explotaciones rurales** pa- | ra albergar a las nuevas genera- | ciones de pobladores, que se di- | rigen por lo tanto a buscar tra- | bajo a los grandes **centros urba- | nos**.

(*CL 17/1994*) La iniciación de **tratativas for- | males** entre el **Mercosur** y la | **Unión Europea** (UE) abre la | posibilidad de agrandar el **espacio | económico** creado por los países | latinoamericanos y de generar | nuevas **oportunidades comercia- | les** y de cooperación para la Ar- | gentina.

(CL 19/2000) La **economía** de esos años experimentó traumas | profundos de **depresión**, **desempleo** e **hiperinflación**. [...] La segunda mitad del siglo | comenzó a vivir a la sombra del equilibrio del terror entre las | **superpotencias**. Pero también dio lugar a un **auge económico** que, aunque | con disparidades, influyó en casi todo el mundo [erro de digitación] en los tramos finales del | período.

Ainda na segunda geração, apresentam menos ocorrências os campos léxicossemânticos relacionados às ideias de esperança e de humanismo e os que estabelecem inter-relação com o discurso político, sendo este último o mais recorrente nos exemplares do JB. Os referidos campos se constituem nos editoriais de 2006, 1982 e 1985, segundo expressões destacadas nos seguintes fragmentos:

(CL 21/2006) La Ley de Educación Nacional es expresión | de una **voluntad de cambio** que deberá concretarse mediante pasos | destinados a mejorar la calidad de la instrucción pública y a enriquecer el | potencial de progreso y de equidad que contiene la educación. || Ante la seria y persistente crisis que presenta la instrucción pública, | la sanción de la Ley de Educación Nacional es expresión de una | voluntad de cambio. Con **responsabilidad** y **transparencia**, las | autoridades de las diferentes jurisdicciones deberán promover, | acordar, implementar y sostener las **reformas** capaces de devolverle | a la educación todo su **potencial igualador y transformador**.

(CL 13/1982) La magnitud de | la marcha del mar- | tes [...] demuestra | que el problema de | los derechos huma- | nos encarna una | **preocupación legí- | tima**, no solamente | de las familias | afectadas sino | también de la **co- | munidad nacional** en su conjunto. || Nadie ignora | que en la Argenti- | na hubo una lucha antisubversiva, ni tampo- | co que una **guerra** de esa naturaleza entraña | **crueledades**. No se pretende tampoco volver | atrás el reloj de la historia. | Pero lo que es imprescindible es encon- | trarle una **solución al | drama** que **enlutó al país**.

(CL 14/1985) La necesi- | dad de la **modernización** ha lle- | vado así a modificar la tradición | soviética de la nivelación de sa- | larios. [...] Este **retoque a la ideología** | sirve para mostrar que ningún | país del **mundo moderno**, ni si- | quiera la segunda **superpotencia** | a pesar de inmensa **concen- | tración de poder y recursos** que | abarca, puede desdeñar en nues- | tros días la **modernización**.

Logo, o campo léxico relacionado à ideia de nacionalismo se constitui nos exemplares de 1991, 1997, 2009 e 2013, destacando o emprego de expressões que denotam o sentimento de ufanismo e valorização dos signos identitários da nação, ora em um tom de exaltação ora em um tom de preocupação pelos problemas que assolam a sociedade portenha, como os relacionados aos processos migratórios. A seguir, destacamos expressões de valor apreciativo que constituem o referido campo lexical:

(CL 18/1997) El Día del Inmigrante, celebrado desde hace muchos años en nuestro país | cada 4 de setiembre, evoca el surgimiento de una **nación moderna** que, | desde el vamos (sic), fue el resultado de una **confluencia de procesos | migratorios de distintas procedencias y contextos históricos y culturales**. | De una **sociedad en constante transformación** que tuvo, también, sus | grandes **diseños de futuro**.

(CL 22/2009) Las expresiones personales y colectivas de dolor y evocación que acompañaron la | muerte de Mercedes Sosa fueron algo más que un merecido **tributo** a quien fue la | cantante más importante de la **música argentina** y una de las mayores exponentes | de la **cultura latinoamericana** en todo el mundo. || Deja algo más que una extraordinaria obra, a través de sus discos, en los que | recogió lo más rico del cancionero folklórico y la música popular contemporánea. | Con ella se recorre un **pedazo de la historia de nuestro país**, de sus **paisajes**, | esperanzas y **sufrimientos**.

Por fim, devemos destacar que, assim como os elementos dêiticos pelos quais se instauram as cenografias variadas, os termos e as expressões que constituem os campos léxicossemânticos e que dão concretude às imagens de si projetadas pelos enunciadores apresentam alguns vestígios de mudança e alguns traços de permanência que, pela recorrência nos dados, sinalizam para tradições discursivas dos modos de dizer dos periódicos JB e CL nos editoriais publicados ao longo dos séculos XX e XXI. Destacamos que estes índices linguístico-discursivos, pela relação que estabelecem entre si, em diferentes momentos da história dos textos, sinalizam, como indícios que se repetem no plano da diacronia, para a formação de tradições discursivas.

Assim como operacionalizado com os índices linguístico-discursivos, a seguir iremos nos deter na descrição das mudanças pelas quais passaram as imagens de si e as cenografias variadas analisadas nos 50 editoriais do JB e do CL. Para tal, embasamo-nos na interface teórica propriamente dita entre a Teoria das Tradições Discursivas e a Análise do Discurso francesa.

4.2.2 Mudança e permanência nos *ethé* e nas cenografias

Como dito anteriormente, a construção de imagens de si pelos enunciadores, nos mais diversos contextos enunciativos, tem sido tradicionalmente abordada, nos estudos linguísticos, sob um olhar sincrônico, sem que se leve em conta a projeção diacrônica destes fenômenos discursivos no curso de dado recorte temporal. Partindo desta constatação, postulamos a tese central de nossa pesquisa, estabelecendo interface entre a TTD e a AD, em diálogo com Estudos Culturais.

Assim, ao longo das análises, foi necessário examinar as mudanças e as permanências não só dos índices linguístico-discursivos pelos quais os diversos *ethé* e as cenografias variadas se expressam, cujas recorrências sinalizam para TD, mas também foi

necessário examinar a tradição e a atualização dos parâmetros discursivos em si, ou seja, os vestígios de mudanças e os traços de permanência dos *ethé* e das cenografias mobilizadas. A seguir, iremos nos deter nestes pontos de análise.

4.2.2.1 *Os diversos ethé*

A análise dos 25 editoriais do Jornal do Brasil nos revelou a construção, pelos enunciadores, de 04 imagens de si recorrentes que categorizamos segundo os traços semânticos mobilizados pelos campos léxicos a partir dos quais estas imagens discursivas se expressam. Em síntese, estes *ethé* podem ser assim categorizados:

(i) enunciator-nacionalista (*ethos* nacionalista): caracterizado por sua expressão associada a um tom patriótico, de louvor aos signos identitários nacionais e/ou de crítica aos problemas sociais brasileiros, faz-se presente nos editoriais de 1945, 1946 e 1953 (1ª geração) e 1994 e 2000 (2ª geração), totalizando 05 exemplares;

(ii) enunciator-autoridade (*ethos* analista sociopolítico): caracterizado por sua expressão a partir de argumentos de autoridade, tomadas de posição amparadas em áreas específicas (política, economia, sociedade etc.), vocabulário especializado, dentre outros, faz-se presente nos editoriais de 1949, 1955, 1958, 1961, 1964, 1967, 1970, 1973, 1976 e 1979 (1ª geração) e 1985, 1988, 2003, 2009 e 2013 (2ª geração), totalizando 15 exemplares;

(iii) enunciator-indignado com os problemas sociais (*ethos* da indignação): caracterizado por sua expressão associada a um tom de indignação e crítica aos problemas sociais, faz-se presente nos editoriais de 1982, 1997, 2006 e 2014 (2ª geração), totalizando 04 exemplares;

(iv) enunciator-ecumênico (*ethos* do ecumenismo): caracterizado por sua expressão associada a um tom de serenidade em defesa da unidade dos ideais cristãos, faz-se presente no editorial de 1991 (2ª geração), isto é, em somente 01 exemplar.

O levantamento acima exposto revela a emergência do *ethos* nacionalista e do *ethos* analista sociopolítico na primeira geração de textos do JB e sua permanência na segunda geração, inclusive nos exemplares do século XXI (no caso do segundo dos *ethé*, que predomina nos dados, uma vez que, como nos revelou as cenografias analisadas, a tradição editorialística do JB voltou-se, com prioridade, aos temas da política nacional ao longo dos séculos XX e XXI). Por sua vez, os *ethé* da indignação e do ecumenismo emergem na segunda geração de textos, não apresentando ocorrências na primeira geração. Isto nos revela

que, ao passo em que trata prioritariamente de temas da política nacional, a partir dos anos de 1980, o JB passa a incorporar em seus editoriais temas outros, como religião, sociedade, economia etc..

Destacamos que estes *ethé* apresentam contornos discursivos diversos no modo como se expressam na primeira e na segunda geração de textos do JB, como podemos observar nos exemplos a seguir, nos quais o *ethos* nacionalista apresenta ares ufanistas de exaltação à imagem nacional brasileira, em um tom eminentemente patriótico, no primeiro exemplo, e como este mesmo *ethos* apresenta ares de crítica aos que se mostram contrários à tese defendida, em um tom consideravelmente agressivo, no segundo exemplo:

(JB 02/1946) Dando o exemplo de respeito às prerrogativas dos povos livres e á autodeterminação de cada unidade política, **o Brasil colaborou, desde o limiar de sua libertação, para consolidar o direito no-vo, que brotou da convivência das nações americanas** e que, dilatando suas ramificações, **criou um sistema de entendimento recíproco entre os povos deste lado do Atlântico, que pode servir de modelo a todos os países que queiram realizar um esforço em prol de uma paz duradoura, nos moldes preconizados pelos proceres do Continente**, que neste particular se anteciparam aos representantes que se envaidecem falar em nome da civilização mais antiga e mais rica.

(JB 20/2000) A pregação de boicote surge sobre o pífio argumento de que não há nada a comemorar, de que em 22 de abril de 1500 tudo o que começou foi o genocídio dos índios, depois a escravidão dos negros, a Independência proclamada por um português, a República como golpe ao qual o povo esteve alheio, as eleições fraudadas para presidente, o Estado Novo, a ditadura militar. || Tudo isso pode ser – e é – verdade. **Mas é a verdade toda. A outra face do genocídio foi a luta pela defesa dos índios, semente do heroísmo de nossa formação.**

Também apresenta contornos discursivos diversos no modo como se expressa na primeira e na segunda geração de textos o *ethos* analista sociopolítico, como podemos observar nos fragmentos dispostos abaixo. No primeiro deles, há um enunciador que analisa as questões nacionais relacionadas mais diretamente à política em termos de sistemas de governo, enquanto no segundo há um enunciador que analisa as questões políticas em termos de sua projeção nos problemas sociais, como a crise na educação pública brasileira. Vejamos os exemplos:

(JB 12/1976) **As dissonâncias que são a tônica do atual Governo, em que declarações contraditórias das mais altas autoridades se alternam com desmentidos vagos numa espécie de jogo de duplados, não são mais do que o resultado de uma espontânea defasagem entre o Governo e a realidade.** || Esse divórcio entre fatos, palavras e atitudes é devido, em grande parte, à distancia que separa os grandes núcleos da atividade brasileira dos centros de decisão isolados em Brasília, no ermo do Planalto.

(JB 23/2009) Embora tenham conseguido vencer o desafio da universalização | no acesso ao ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil | continua atrasado em relação à qualidade oferecida pela rede | pública no ensino médio. Já se tornou tristemente comum | encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e | entender textos mais complexos ou mesmo fazer as quatro | operações aritméticas.

O ethos da indignação pode ser assim subcategorizado na segunda geração de textos: em duas ocorrências (1982 e 2014), há um enunciador que se posiciona criticamente a respeito de questões do cenário internacional; em outras duas ocorrências (1997 e 2006), há um enunciador que se posiciona de modo crítico a respeito de questões nacionais, como observamos nos trechos a seguir:

(JB 14/1982) O continente acordou sobressaltado | com a notícia inusitada da invasão das | ilhas Falklands. || Sobressalto não é de forma alguma | palavra excessiva para o caso. Ele decor- | re, em primeiro lugar, do fato de que | nenhuma tentativa mais seria foi feita | para resolver por outros meios uma ques- | tão que já se arrasta há mais de um | século. || Decorre, principalmente, do fato de | que do dia para a noite está criado um | precedente alarmante para a convivência | dos povos deste continente.

(JB 25/2014) Surpreende que tal artigo venha de um jornal espanhol, país cuja população passou 40 anos | sendo oprimida pela ditadura de Francisco Franco. Não houve injustiça maior do que | a ditadura franquista, e não houve "jeitinho espanhol" nenhum para contornar as dificuldades. | Pelo contrário: Franco sequer deixava que seu país se comunicasse com o mundo.

(JB 19/1997) Todos | nos sentimos igualmente culpados pela inutilidade do | protesto ou da indignação que não consegue mudar | as leis e nem fortalecer sentimentos dignificantes numa | sociedade em crise de valores. || Há um desconforto moral acentuado pelo ato | que pagou a celebração da data do índio e esva- | ziou a comemoração do aniversário de Brasília.

(JB 22/2006) Nos moldes atuais, as re- | gras eleitorais brasileiras | apadrinham a corrupção, os | desvios de recursos e a im- | punidade. Nosso sistema de | financiamento político esti- | mula malfeitos antes, duran- | te e depois das eleições. || No auge das crises de | confiança, Congresso e go- | vernos costumam recorrer | aos incontáveis projetos que | dormem nas gavetas dos | mais vistosos gabinetes de | Brasília.

Por sua vez, o ethos do ecumenismo, presente no editorial de 1991, apresenta como estratégia argumentativa uma retomada dos problemas sociais brasileiros para contextualizar a estada do Papa João Paulo II, no Brasil, para a defesa da tese de que a igreja é uma só e que, portanto, o ecumenismo é o melhor caminho para a dissolução dos conflitos entre as religiões, conforme observamos neste fragmento:

(JB 17/1991) A igreja é uma só – e a visita do Papa | fixa os contornos dessa síntese. A (sic) próprio estilo de | João Paulo II – que, submetendo-se ao cansaço e | a toda sorte de desconforto, vai trilhar 8.500 quilô- | metros de território brasileiro – revela um sacer- | dote moderno, dinâmico e afinado aos problemas | de seu tempo.

Do mesmo modo que no JB, a análise dos 25 editoriais do CL nos revelou a construção, pelos enunciadores, de 04 imagens de si recorrentes que, em síntese, podem ser categorizadas levando-se em conta os traços semânticos mobilizados pelos campos léxicos, a partir dos quais estas imagens se expressam. Estes 04 grandes *ethé*, sendo três deles recorrentes na primeira e na segunda geração de textos, são categorizados como:

(i) enunciador-nacionalista (*ethos* nacionalista): caracterizado por sua expressão associada a um tom patriótico, de louvor aos signos identitários portenhos e/ou de crítica aos problemas sociais argentinos, faz-se presente nos editoriais de 1949, 1952, 1955, 1964 e 1979 (1ª geração) e 1991, 1997 e 2009 (2ª geração), totalizando 08 exemplares;

(ii) enunciador-autoridade (*ethos* analista sociopolítico): caracterizado por sua expressão a partir de argumentos de autoridade, tomadas de posição amparadas em áreas específicas (política, economia etc.), vocabulário especializado, dentre outros, faz-se presente nos editoriais de 1958, 1961, 1967, 1973 e 1976 (1ª geração) e 1985, 1988, 1994, 2000, 2003 e 2006 (2ª geração), totalizando 11 exemplares;

(iii) enunciador-humanitário (*ethos* humanitário): caracterizado por sua expressão associada a um tom de serenidade, pelo qual o enunciador se mostra humilde diante do cenário político nacional e solidário à dor do outrem, faz-se presente nos editoriais de 1946 e 1970 (1ª geração) e 1982 (2ª geração), totalizando 03 exemplares;

(iv) enunciador-opositor (*ethos* antigovernista): caracterizado por um tom de crítica direcionada ao Governo Kirchner no século XXI, faz-se presente nos editoriais de 2012, 2013 e 2014 (2ª geração), totalizando 03 exemplares.

Este levantamento revela a emergência dos *ethé* nacionalista, analista sociopolítico e humanitário na primeira geração de textos do CL e sua permanência na segunda geração. A predominância é do *ethos* analista sociopolítico, o que sinaliza para o fato de que a tradição editorialística do CL, assim como no JB, voltou-se com prioridade para os temas da política nacional ao longo dos séculos XX e XXI.

Por sua vez, o *ethos* antigovernista emerge na segunda geração de textos, não apresentando ocorrências na primeira geração, revelando que segue forte no século XXI a retratação de temas da política nacional em diálogo com outros temas (economia, sociedade etc.), uma tendência nos editoriais do periódico portenho.

Os ethé analisados no CL também apresentam contornos discursivos diversos na primeira e na segunda geração, como podemos observar nos exemplos abaixo, nos quais observamos como o ethos nacionalista apresenta ares ufanistas de exaltação à bandeira argentina como símbolo maior da identidade nacional portenha, em tom patriótico, no primeiro caso, e como este mesmo ethos apresenta ares de crítica ao Governo pela falta de investimentos nos símbolos da cultura nacional, no segundo caso:

(*CL 03/1952*) El alto significado que surge del símbolo de la propia | enseña, estuvo presente en la celebración de ayer. En | todas las ceremonias **el flamear de la insignia venerada | al tope de los mástiles y el desfilarse marcial de las tropas | frente a ella, revistieron un contenido que la trascendió | del simple formalismo de los actos.** Porque la bandera | resume nuestra historia y nuestro futuro.

(*CL 16/1991*) Más que los golpes de piqueta | que en todos estos días están com- | pletando la demolición de la sala | del teatro Odeón, es la crisis eco- | nómica que vive el país la que la | condena a ingresar el ámbito | de los recuerdos. **El teatro, que | estaba a punto de cumplir un | siglo de existencia, y toda la es- | quina de Corrientes y Esmeral- | da, una de las más pobladas de | tradición y evocaciones en la | mitología porteña, se añade así | a tantos otros pilares del patri- | monio cultural que se nos esca- | pan de las manos por fuerza de | la indefensión en los que sumer- | gen las actuales carencias.**

También presenta contornos discursivos diversos o ethos analista político que se manifiesta em exemplares da primeira e da segunda geração do CL. No primeiro caso, há um enunciador que se volta prioritariamente para a análise dos temas da política em termos governamentais, em especial no que se refere à política internacional, enquanto no segundo caso há um enunciador que se posiciona criticamente sobre a atuação do Governo argentino com relação a questões sociais, em destaque a economia e a educação, conforme é possível observar nos exemplares de 1967 e 2003 transcritos, respectivamente, a seguir:

(*CL 08/1967*) **En muchas oportunidades hemos expuesto | nuestra opinión acerca de la política se- | guida por el anterior gobierno del Brasil.** Tam- | bién hemos señalado, como todo daba a entender, | que con otra conducción las orientaciones cam- | biarían. No nos basábamos sólo en juicios subje- | tivos sobre los hombres que iban a constituir el | nuevo gobierno, sino más bien en la objetiva in- | sustentabilidad de una política inspirada por un | criterio de subordinación.

(*CL 20/2003*) **En la actual coyuntura no puede desconocerse que la función prioritaria de | las escuelas públicas se focaliza en brindar una comida diaria a los chicos | más carenciados.** A la vez que esto ocurre, se deben enfrentar crecientes | dificultades para el logro de su función específica: brindar posibilidades de | progreso para los menos favorecidos, democratizando el acceso al | conocimiento y sentando las bases de un futuro más equitativo.

O enunciador-humanitário, por sua vez, constitui-se no primeiro e no segundo blocos de textos de duas maneiras distintas, a saber: um sujeito que, com humildade, é capaz de reconhecer as derrotas e rever posturas políticas e um sujeito que, com solidariedade, mostra-se a favor das causas de outrem, como expresso nos editoriais de 1946 e 1982, cujos fragmentos são transcritos, respectivamente, abaixo:

(*CL 01/1946*) Hoy, ante el hecho | consumado, no cabe sino reconocer paladi- | namente la legitimidad del triunfo del [...] en consecuencia. | Quienes fueron a los comicios sin condicio- | nes ni reserva casi seguros de su victoria, | no podrían ahora, honestamente, poner re- | paros de orden legal al resultado del escru- | tinio. Dicho más claramente: quienes acep- | taron la elección, no pueden rechazar, las | cifras del escrutinio simplemente porque les | son adversas. **Lo cortés no quita lo valien- | te. CLARÍN, que apoyó al bando contrario, | baja sus armas, saluda caballerescamente al | hombre impuesto por la mayoría del pueblo | [...] le desea buena suerte y mucho éxito en | las tareas gubernativas que tiene por delan- | te.**

(*CL 13/1982*) **La magnitud de | la marcha del mar- | tes**, que se realizó a | pesar de la prohi- | bición oficial y tu- | vo un decurso pací- | fico favorecido por | la actitud firme pe- | ro dialogante de | los efectivos poli- | ciales, **demuestra | que el problema de | los derechos huma- | nos encarna una | preocupación legí- | tima**, no solamente | de las familias | afectadas sino | también de la co- | munidad nacional en su conjunto.

Logo, o ethos antigovernista se manifesta somente nos editoriais da segunda geração, mais especificamente no século XXI quando se acirram as diferenças entre a Presidente Cristina Kirchner e o Grupo Clarín, como destaca Sivak (2013), notadamente a partir da proposição, pelo Governo, da Lei dos Meios, que limita a ação dos veículos de comunicação do Grupo. Os três exemplares em que observamos a ocorrência desta imagem discursiva constroem uma argumentação que se sustenta em tom rude e agressivo, como destacamos nos seguintes fragmentos:

(*CL 23/2012*) Pero **Cristina se ha hecho | adicta a la irrealidad y no concibe otra forma de ver las cosas que la | que ella tiene.** Cree que todo anda bien y a la vez dice: “no voy a aflojar | ni me van a vencer”. Eso de hablar de la última trinchera y sostener que | todo anda fenómeno suena parecido a la esquizofrenia.

(*CL 24/2013*) Ni el Gobierno | ni Cristina pudieron disimular ayer el impacto que les causó la noticia. || **Los diputados kirchneristas se negaron a interrumpir una sesión para | festejar el histórico nombramiento.** La Presidenta le envió un obligado | saludo a Francisco burocrático y más frío que un témpano.

(*CL 25/2014*) En 1988 El Chocón dejó de funcionar por el bajo caudal del río Limay. | En febrero de 1999 se rompió la central Azopardo de Edesur y la actual | se atribuye a la extendida ola de calor. || **La diferencia es que en los casos anteriores los presidentes | dieron la cara.**

Em síntese, podemos afirmar que: (i) os *ethé* nacionalista e analista político são recorrentes nas duas gerações de textos do JB e do CL; (ii) os *ethé* da indignação e do ecumenismo são específicos do JB; (iii) os *ethé* humanitário e antigovernista são específicos do CL; (iv) os dois periódicos apresentam a mesma diversidade de tipos de imagens de si projetadas pelos enunciadores: no JB registramos quatro imagens (nacionalista, analista político, indignado e ecumênico) e no CL também registramos quatro imagens (nacionalista, analista político, humanitário e antigovernista).

Tecidas as considerações sobre as imagens de si dos enunciadores, a seguir nos debruçamos sobre as recorrências nas cenografias analisadas.

4.2.2.2 *As cenografias variadas*

Assim como operamos com relação aos diversos *ethé* da tradição editorialística do JB e do CL, seguimos com a análise dos vestígios de mudança e dos traços de permanência nas cenografias mobilizadas nas cenas enunciativas dos dois jornais. Como postulamos, os editoriais compõem o grupo dos gêneros que “exigem escolhas de uma cenografia”, podendo apresentar “cenografias variadas”, mas que, não raras as vezes, “mantêm sua cena genérica rotineira” (MAINGUENEAU, 2008c. p. 70), em função dos propósitos comunicativos que apresentam. Com base neste postulado, a análise dos 25 editoriais do JB nos revelou as seguintes cenografias:

(i) pronunciamento em tom oficial: caracterizada por se constituir como uma espécie de anúncio formal do JB sobre um assunto que lhe é contemporâneo, faz-se presente no editorial de 1945 (1ª geração), ou seja, em 01 exemplar;

(ii) saga heroica: caracterizada por estabelecer um tom metafórico em que se reconstrói uma cena de fala que se aproxima a uma batalha, faz-se presente no editorial de 1952 (1ª geração), isto é, em 01 exemplar;

(iii) retrospectiva histórica: caracterizada por recorrer à memória histórica de fatos sociopolíticos da história do Brasil, faz-se presente no editorial de 1946 (1ª geração) e nos editoriais de 1982 e 2000 (2ª geração), totalizando 03 (três) exemplares;

(iv) análise sociopolítica: caracterizada por se constituir como uma cena de fala em que se analisam, através de argumentos de autoridade e vocabulário técnico, fatos relacionados à política, por vezes se aproximando do que seria a cena genérica rotineira, faz-se presente nos textos de 1949, 1955, 1958, 1961, 1964, 1967, 1970, 1973, 1976 e 1979 (1ª geração) e 1985, 1988, 1991, 2003, 2009 e 2013 (2ª geração), totalizando 16 exemplares;

(v) homenagem póstuma: caracterizada por se constituir como um tributo a personagens marcantes da história do Brasil, faz-se presente no editorial de 1994 (2ª geração), isto é, em 01 exemplar;

(vi) desabafo público: caracterizada por se constituir como uma cena de fala em que o enunciador expressa, em tom próximo a um diálogo, um descontentamento ante um fato nacional e/ou internacional, faz-se presente nos editoriais de 1997, 2006 e 2014 (2ª geração), totalizando 03 exemplares.

Constituem-se na primeira geração de textos e permanecem em exemplares da segunda geração as cenografias em que se mobilizam como cenas de fala retrospectivas históricas, pelas quais se rememoram fatos do passado nacional, e análises sociopolíticas, em que se discutem questões relacionadas à política, à economia e à sociedade, pela voz de enunciadores que se mostram especialistas nos temas debatidos (esta última predominante em todo o corpus do JB, bem como a imagem de enunciador analista sociopolítico que nela se constrói). Nos trechos abaixo, há exemplos das referidas cenografias, na primeira e na segunda geração de textos do JB:

(JB 02/1946) No dia 7, cercado de seu [ilegível], | lançou o grito de Inde- | pendencia ou Morte, nas mar- | gens do Ipiranga. Foi um epi- | sodio que se desenrolou entre | poucos, traduzido numa ati- | tude que teve como testemu- | nha um cenário silencioso, | sem repercussão. D. Pedro não | enviou emissário. || Depois, a caravana real | marchou pela estrada de San- | tos, em demanda da capital | paulista, aonde chegou no dia | 9. A população encheu as ruas, | adivinhando no ar alguma coi- | sa de extraordinário.

(JB 20/2000) Nenhuma História do Brasil atual esconde | que os Dias d'Ávila eram "roubadores da liber- | dade dos índios do Brasil", para usar a expres- | são do jesuíta Gonçalo Leite. Esses Dias d'Á- | vila ganharam cerca de 100 léguas no norte da | Bahia e não queriam saber de plantar cana. O | negócio deles era gado. Ampliavam seu latifún- | dio criatório escravizando os cariris, donos das | terras, para cuidar do gado. Os que resistiam | eram dizimados

(JB 06/1958) Os países latinos estão se capacitando de que | dentro do próprio continente serão encontrados os | meios técnicos e os recursos materiais indispensáveis | ao aproveitamento de suas possibilidades naturais. || Os últimos acordos firmados pelo Brasil com os | povos limítrofes demonstram que está aberta uma | nova fase na política externa, capaz de completar a | solução econômica dos povos pertencentes à comu- | nhão continental.

(JB 21/2003) A esquerda chegou ao gover- | no no Brasil por via eleitoral. | Não gerou transtorno político | nem inquietação econômica | nem atritos sociais. Consagrou a | aspiração de reformas que acu- | mularam necessidades adiadas | por falta de informação. || O passado não guarda fogo | sob as cinzas. A nação se reno- | vou eleitoral e politicamente. | Sem medo da esquerda ou da di- | reita, estabelecida na democra- | cia como horizonte infinito.

Ainda nos dados do JB, constituem-se na primeira geração de textos, sem ocorrências na segunda geração, as cenografias em que se mobilizam como cenas de fala um pronunciamento em tom oficial e uma saga heroica, nos editoriais em que se discutem a posição fraterna do Brasil assumida no contexto dos conflitos bélicos na América e o ideário do Jornal do Brasil como veículo de comunicação em defesa da identidade nacional, como se observa nos fragmentos a seguir:

(JB 01/1945) A posição do Brasil independeu | sempre de quaisquer cálculos e | previsões de vantagens, porque | ela obedece a imperativos mo- | rais, cujo supremo interesse con- | siste em trabalhar pelo progres- | so da civilização jurídica e cris- | tã em que nos formamos e que | terá de predominar para bem da | humanidade na hora de renova- | ção que se avizinha. || Queremos trabalhar na guerra | por uma paz digna e fecunda; e | quando esta vier queremos po- | der continuar trabalhando para | que outras guerras não venham | espalhar sobre o mundo novas | calamidades.

(JB 04/1952) Sem alardes, sem alegorias pomposas, sem sensacionalis- | mo, este Jornal se vem impondo pela colaboração que tem | dispensado às nobres causas que inflamaram a opinião pú- | blica e cuja vitória significou para o País um expressivo | avanço no caminho da civilização. || Em todas as horas de exaltação cívica, a posição deste | Jornal jamais foi objeto de dúvida e incerteza, pois estaria | sempre sem vacilação, ao lado dos que se batessem pela | vitória de ideias que nasceram ao calor da consagração po- | pular.

Ao contrário, constituem-se somente na segunda geração de textos, sem ocorrências na primeira geração, as cenografias em que se mobilizam como cenas de fala uma homenagem póstuma ao piloto Ayrton Senna, elevado ao posto de herói do esporte nacional, e um desabafo público, em que discutem a violência e a corrupção no Brasil e a imagem nacional reproduzida, a partir de estereótipos, em veículos de comunicação internacionais. Os dois excertos expostos a seguir, dos anos de 1994 e 2006, são exemplos destas duas cenografias:

(JB 18/1994) O | acidente fatal de domingo foi ocasionado por uma | falha técnica, desgraçadamente inscrita em seu | destino. || Morrem cedo os que os deuses amam. O velho | dito é o único consolo possível para nosso pesar | em face da morte do campeão. Esperaremos que o | povo brasileiro receba seu corpo na compulsão.

(JB 22/2006) A premissa de que tra- | quinagens do gênero são fei- | tas sistematicamente é a | pior idéia a ser disseminada | no país. Com ela, todos os | partidos e políticos tor- | nam-se inimutáveis. É um | erro.

Assim como no JB, as variadas cenografias mobilizadas nos editoriais do CL apresentam recorrências, ao longo dos séculos, que apontam para vestígios de mudança e para traços de permanência nas cenas de fala das duas gerações de textos. Assim, a análise dos 25 editoriais do jornal portenho nos revelou estas cenografias:

(i) pronunciamento em tom oficial: caracterizada por se constituir como uma espécie de anúncio formal do CL sobre um assunto que lhe era contemporâneo, faz-se presente no editorial de 1946 (1ª geração), ou seja, em 01 exemplar;

(ii) retrospectiva histórica: caracterizada por recorrer à memória histórica de fatos sociopolíticos da história da Argentina, no contexto da América Latina, faz-se presente nos editoriais de 1949, 1952, 1955, 1964 e 1979 (1ª geração) e nos editoriais de 1991 e 2014 (2ª geração), totalizando 07 exemplares;

(iii) análise sociopolítica: caracterizada por se constituir como uma cena de fala em que se analisam, através de argumentos de autoridade e vocabulário técnico, fatos da sociedade portenha, aproximando-se, por vezes, do que seria a cena genérica rotineira, faz-se presente nos editoriais de 1958, 1961, 1967, 1973 e 1976 (1ª geração) e 1985, 1988, 1994, 2000, 2003 e 2006 (2ª geração), totalizando 11 exemplares;

(iv) desabafo público: caracterizada por se constituir como uma cena de fala em que o enunciador expressa, em tom próximo a um diálogo, um descontentamento ante um fato nacional e/ou internacional, faz-se presente nos editoriais de 1970 (1ª geração) e 1982 (segunda geração), totalizando 02 exemplares;

(v) relato noticioso: caracterizada por se constituir como uma narrativa que se aproxima a uma notícia jornalística comentada, faz-se presente nos editoriais de 1997, 2012 e 2013 (2ª geração), totalizando 03 (três) exemplares;

(vi) homenagem póstuma: caracterizada por se constituir como um tributo a personagens marcantes da história da Argentina, faz-se presente no editorial de 2009 (2ª geração), isto é, em 01 (um) exemplar.

Constituem-se na primeira geração de textos e permanecem em exemplares da segunda geração as seguintes cenografias: (i) retrospectivas históricas, nas quais se relatam fatos do passado portenho; (ii) análises sociopolíticas de temas relacionados ao Governo e/ou de temas socioeconômicos debatidos pela voz de um enunciador-autoridade; e (iii) desabafos públicos, em que o enunciador se posiciona, descontente, sobre fatos de forte repercussão na Argentina. Os trechos a seguir são exemplos destas cenografias:

(CL 07/1964) Hace exactamente un siglo, o | poco menos... El hombre | plantado frente a la extensión de su | heredad de más de 3.000.000 de ki- | lómetros cuadrados.... Era la “inva- | sión de la Pampa”, que sintió incon- | tratable el meditador Ortega y | Gasset, como la sintiera antes Sar- | miento, y que golpeó tras largos años | a la que estimara él injustamente su | sensibilidad dormida.

(*CL 25/2014*) En los últimos 26 años hubo tres | graves crisis con la luz. || En 1988 El Chocón dejó de funcionar por el bajo caudal del río Limay. | En febrero de 1999 se rompió la central Azopardo de Edesur y la actual | se atribuye a la extendida ola de calor.

(*CL 05/1958*) Para el consenso público argenti- | no, nuestro país es dueño de un | opulento y completo patrimonio fo- | restal. Suponemos que los recursos | de los bosques nacionales son cuan- | tiosos y compatibles con los de las | carnes y cereales, y que ellos pueden | satisfacer con largueza las crecientes | exigencias de una industria.

(*CL 15/1988*) Un estudio de la Comisión | Económica para América Lati- | na y el Caribe señala que mien- | tras entre 1950 y 1985 la pobla- | ción total latinoamericana y ca- | ribeña creció aproximadamente | dos veces y media, la población | urbana se multiplicó por cuatro | y la rural por solamente 1,3.

(*CL 09/1970*) El asesinato que acaba de consumar en Mon- | tevideo el grupo terrorista de los denomi- | nados “Tupamaros” ha provocado un sentimien- | to de horror y un doloroso estremecimiento en las | dos márgenes del Plata. Los hechos que ocurren | en Uruguay siempre han sido vividos como pro- | pios en la Argentina.

(*CL 13/1982*) Es deseable una nueva acti- | tud, la cual, desde luego, debe partir de la base | de que existen sentimientos respetables en jue- | go y que, sin aceptar a la subversión capaz de | erosionar la autoridad del Estado, es posible | superar los crueles tramos recientes de nuestra | historia.

Ainda nos dados do CL, constituem-se na primeira geração de textos, sem ocorrências na segunda geração, a cenografia em que se mobiliza como cena de fala um pronunciamento em tom oficial sobre o reconhecimento, pelo periódico argentino, da vitória de Perón nas eleições à Presidência da República, um dos fatos mais importante do passado argentino no campo da política nacional, como se observa a seguir:

(*CL 01/1946*) Lo que dijimos del gobierno de mañana | cuando, al comienzo del escrutinio, se in- | sinuaba el posible triunfo de | la fórmula de la Unión Democrática, podemos repetirlo hoy | con la sola variante del rótulo que se va | a gobernar el país. Lo que más necesita la | Nación, después del largo período de anor- | malidad y de pasiones exaltadas en que ha | vivido, es una tregua política que facilite la | reconciliación de los sectores fundamentales | de sociedad argentina y les asegure el am- | biente de tranquilidad y de confianza recípro- | ca que anhelan patrióticamente desde hace | muchos años. La pacificación de los espíri- | tus era la primera y más urgente tarea que | asignábamos al presunto gobierno de la Unión | Democrática.

Ao contrário, constituem-se somente na segunda geração de textos, sem ocorrências na primeira geração do CL, as seguintes cenografias: homenagem póstuma, em que se rende tributo à cantora Mercedes Sosa, e relatos noticiosos, em que se destaca, por exemplo, a eleição do primeiro papa latino-americano na história da Igreja Católica, como destacado nos seguintes fragmentos:

(*CL 22/2009*) Se la recordará como una de las figuras populares más queridas, y aunque el talento | sea en este caso un atributo intransferible, su legado está también en el cultivo, la | enseñanza y la difusión de expresiones del arte y la cultura popular que tuvieron en | Mercedes Sosa a una incansable promotora.

(*CL 24/2013*) El primer Papa no europeo siempre será un argentino. || Es un especie de milagro. Aunque no tanto: el apellido Bergoglio es | tan italiano como Pavarotti. Para los católicos italianos, que deseaban | fervientemente volver a tener un Papa propio, como fue una tradición de | siglos, de algún modo lo tienen.

Em síntese, podemos afirmar que: (i) são recorrentes nos editoriais do JB e do CL as seguintes cenografias: pronunciamento oficial, retrospectiva histórica, análise sociopolítica, homenagem póstuma e desabafo público; (ii) são mais recorrentes no JB e no CL, respectivamente, as que mobilizam as seguintes cenografias: saga heroica e relato noticioso; (iii) os dois periódicos apresentam a mesma diversidade de tipos de cenografias mobilizadas: no JB e no CL observamos cinco cenografias distintas.

Deste modo, confirmamos a tese de que o conceito de TD lança luz à investigação diacrônica do ethos discursivo, em se tratando de seus vestígios de mudança e de seus traços de permanência, na história, bem como dos índices linguístico-discursivos pelos quais se expressam, como é possível constatar na síntese do observado disposta abaixo.

4.3 Síntese do observado: latinidade e imagens de si, a tradição e a modernidade

Após a análise dos dados, apresentamos uma síntese do observado, através da qual sumariamos os resultados desta pesquisa até o momento. Nosso objetivo é retomar os pontos principais da cena analítica a fim de que seja possível obter uma panorâmica dos fenômenos de que tratamos nesta tese a partir de uma descrição contrastiva das recorrências que caracterizam, em perspectiva diacrônica, a expressão linguístico-discursiva das imagens que os enunciadores projetam de si nos editoriais do JB e do CL, nos séculos XX e XXI, ao tratarem de temas da latinidade da AL.

Partindo do objetivo de reconstruir a trajetória histórica do ethos que os enunciadores de dois significativos periódicos latino-americanos constroem no discurso jornalístico, postulamos que o conceito de TD pode lançar luz à investigação do ethos discursivo, através da análise de evidências linguístico-discursivas destes fenômenos e de seus vestígios de mudança e traços de permanência, na história. Em busca de confirmação e/ou de refutação deste postulado, mobilizamos, na cena teórica desta tese, em interface entre a AD francesa e a Filologia Românica alemã, e em diálogo com os Estudos Culturais de base antropológica, os seguintes requisitos conceituais:

(i) latinidade como o modo cultural e social de ser dos povos latinos cuja identidade se constrói em perspectiva híbrida e intercultural. Esta identidade se espraia pelos países latino-americanos em forma de signos identitários (artes, religiões, modos de dizer etc.) que caracterizam os povos que compõem o perfil étnico da AL, com base em García Canclini (2008a, 2008b), dentre outros;

(ii) ethos como a imagem de si que os enunciadores fazem revelar na enunciação, circunscrita a uma cena enunciativa, através da instauração de uma voz social que se manifesta através de marcas linguístico-discursivas que podem sofrer as coerções do tempo e do espaço em termos dos traços de mudança e de permanência que apresentam na diacronia, com base em Maingueneau (2010), dentre outros;

(iii) tradições discursivas como uma das inúmeras tradições culturais dos povos que consistem na repetição de um texto, de uma forma textual e/ou de uma maneira particular de escrever (ou falar), com valor significável, que se estabelece em uma relação de união entre atualização/tradição entre textos, no plano histórico da tradição, com base em Kabatek (2005, 2007), dentre outros.

Partindo destes requisitos conceituais, traçamos uma metodologia de base qualitativa que mobilizou procedimentos transdisciplinares na integração da AD francesa e da Filologia Românica alemã, em diálogo com os Estudos Culturais, em um primeiro momento, e com a História e a Comunicação, em um segundo momento, para o exame dos editoriais do JB e do CL, tomados como dois importantes e influentes jornais da AL, mais especificamente do Brasil e da Argentina, em destaque pelas relações interculturais estabelecidas entre estes dois países latino-americanos. Os 50 editoriais selecionados dos séculos XX e XXI foram coletados e codificados segundo as normas do Projeto PHPB (Para a História do Português Brasileiro) e organizados em duas fases geracionais (ou gerações de textos): (i) de 1945 a 1979; e (ii) de 1980 a 2014.

Com relação à cena enunciativa, o ambiente discursivo onde se projetam as imagens de si, ao longo da história, voltamo-nos para a análise do discurso jornalístico como a cena englobante, para os editoriais como a cena genérica e para as cenas de fala mobilizadas como as cenografias em que se constroem os *ethé* analisados, no discurso argumentativo do JB e do CL, entre os anos de 1945 e 2014.

No que se refere ao discurso jornalístico como a cena englobante em que se desvelam as imagens de si dos enunciadores, partimos do contexto sócio-histórico da imprensa na AL, através dos marcos histórico do jornalismo no Brasil e na Argentina, para constatar que o jornal surge em terras europeias, chegando mais tarde à América e depois à AL. Na Argentina, a imprensa tem início oficial datado de 07 de junho de 1810, com a “Gazeta de Buenos Aires”. Já no Brasil, o início da imprensa relaciona-se ao contexto do Império, com a publicação do Correio Braziliense, no ano de 1808.

Dos primórdios do jornalismo nos dois países até os dias de hoje tudo mudou: as redações dos veículos se informatizaram, alterando radicalmente os modos de fazer imprensa na AL, já que a produção jornalística passa a acontecer quase em tempo real. Como uma prática discursiva, o jornalismo é desempenhado por instituições midiáticas, que fazem uso de dispositivos como o rádio, a TV, o jornal impresso e a internet para a concretização de seus projetos editoriais. Em todos estes dispositivos, há um relação de distância física entre os enunciadores que é relativizada pela proximidade discursiva que se estabelece no ato da enunciação através dos gêneros discursivos, que são enunciados segundo estratégias de difusão e de consumo e segundo diversos modos de enunciação (problematização, elucidação, avaliação e retratação de fatos que exigem uma tomada de posição pelos veículos de comunicação).

No que se refere ao editorial como a cena genérica dos *ethé* analisados, partimos da concepção de Maingueneau (2008a, p. 59-61) de que “todo texto pertence a uma categoria de discurso”, os gêneros discursivos, compreendidos como “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes”. Com base nesta concepção, entendemos que o editorial de jornal enquanto gênero é fruto de fatos sociais debatidos por empresas jornalísticas que necessitam/decidem opinar sobre tais fatos na constituição de um projeto de dizer que se volta para uma comunidade de sujeitos que se interessa pela leitura deste gênero.

Respondendo pela linha editorial do jornal, ou seja, pela posição ideológica do veículo, os editoriais configuram-se como um gênero cujo embasamento “são os fatos, mas sua finalidade é a opinião, o questionamento, o juízo do jornalista” (GONZÁLEZ REYNA, 1991, p. 06 *apud* GOMES, 2007, p. 105). Sua macrofinalidade é convencer os leitores a respeito de uma tese que sustenta o ponto de vista da empresa jornalística, podendo apresentar microfinalidades como as observadas no *corpus* desta pesquisa (aprofundar fatos retratados no noticiário, rememorar fatos históricos, exaltar e/ou contestar ações políticas, dentre outras).

O editorial configura-se como um gênero que é escrito para ser lido em um dia ou em dias próximos a sua publicação, dada sua periodicidade. Em termos de modo de difusão, apresenta uma dimensão midialógica que chamamos de suporte físico (papel) ou virtual (WEB), que permite sua manifestação concreta e visível e que tem se modificado consideravelmente ao longo do tempo graças às tecnologias da informação.

Em termos de organização textual, este gênero trata de temas relacionados à política, à cultura, à sociedade em geral que são potencialmente relevantes e de interesse coletivo, em linguagem clara e objetiva, através de argumentação sofisticada e consistente, apresentando uma estrutura composicional mais ou menos prototípica (título, introdução (anúncio da tese a ser defendida), desenvolvimento (apresentação dos argumentos em defesa da tese) e conclusão (apresentação de encaminhamentos)).

Os enunciadores deste gênero estabelecem entre si um estatuto de parceiros legítimos (MAINGUENEAU, 2008a): quem escreve os editoriais é um sujeito e/ou um grupo de sujeitos representante de um jornal; quem lê os editoriais é um público fiel ou não ao jornal, que tem a possibilidade de julgar os veículos a que tem acesso a cada vez que se defronta com os editoriais publicados. Em geral, são os gêneros discursivos que condicionam as imagens prévias dos coenunciadores (*ethos* prévio).

Com relação aos vestígios de mudanças e traços de permanências dos *ethé*, das cenografias e dos linguístico-discursivos pelos quais se expressam, partimos da análise dos elementos do campo dêitico e do campo léxico para a abordagem das TD. Os quadros a seguir sistematizam os resultados deste ponto da tese:

Quadro 12 – Imagens de si dos enunciadores dos editoriais

	1ª GERAÇÃO (1945 a 1979)	2ª GERAÇÃO (1980 a 2014)
JB	Enunciador-autoridade (ethos analista sociopolítico) Enunciador-nacionalista (ethos nacionalista)	Enunciador-autoridade (ethos analista sociopolítico) Enunciador-nacionalista (ethos nacionalista) Enunciador-indignado (ethos da indignação) Enunciador-ecumênico (ethos do ecumenismo)
CL	Enunciador-nacionalista (ethos nacionalista) Enunciador-autoridade (ethos analista sociopolítico) Enunciador-humanitário (ethos humanitário)	Enunciador-nacionalista (ethos nacionalista) Enunciador-autoridade (ethos analista sociopolítico) Enunciador-humanitário (ethos humanitário) Enunciador-opositor (ethos antigovernista)

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 13 – Cenografias mobilizadas nos editoriais

	1ª GERAÇÃO (1945 a 1979)	2ª GERAÇÃO (1980 a 2014)
JB	Retrospectiva histórica Análise sociopolítica Saga heroica Pronunciamento oficial	Retrospectiva histórica Análise sociopolítica Homenagem póstuma Desabafo público
CL	Pronunciamento oficial Retrospectiva histórica Análise sociopolítica Desabafo público	Homenagem póstuma Retrospectiva histórica Análise sociopolítica Desabafo público Relato noticioso

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 14 – Tradição e atualização dos elementos dêiticos

	1ª GERAÇÃO (1945 a 1979)	2ª GERAÇÃO (1980 a 2014)
JB	<p>Dêixis pessoal: predomínio de dêiticos na primeira pessoa, ou seja, no plural inclusivo (expressão do ponto de vista enunciativo);</p> <p>Dêixis temporal: predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante);</p> <p>Dêixis espacial: predomínio de dêiticos espaciais de natureza adverbial (contextualização da enunciação no eixo Brasil-América Latina);</p> <p>Dêixis social, modal e discursivo-textual: poucas ocorrências.</p>	<p>Dêixis pessoal: predomínio de dêiticos na terceira pessoa (expressão do ponto de vista enunciativo), evidenciando vestígios de mudança nesta categoria;</p> <p>Dêixis temporal: predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante), evidenciando traços de permanência;</p> <p>Dêixis espacial: predomínio de dêiticos espaciais de natureza adverbial (contextualização da enunciação no eixo Brasil-América Latina), evidenciando traços de permanência nesta categoria;</p> <p>Dêixis social, modal e discursivo-textual: poucas ocorrências.</p>
CL	<p>Dêixis pessoal: predomínio de dêiticos na primeira pessoa, ou seja, no plural inclusivo (expressão do ponto de vista enunciativo);</p> <p>Dêixis temporal: predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante);</p> <p>Dêixis espacial: predomínio de dêiticos espaciais de natureza adverbial (contextualização da enunciação no eixo Argentina-América Latina);</p> <p>Dêixis social, modal e discursivo-textual: poucas ocorrências.</p>	<p>Dêixis pessoal: predomínio de dêiticos na primeira pessoa, ou seja, no plural inclusivo (expressão do ponto de vista enunciativo), evidenciando traços de permanência nesta categoria;</p> <p>Dêixis temporal: predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante), evidenciando traços de permanência;</p> <p>Dêixis espacial: predomínio de dêiticos espaciais de natureza adverbial (contextualização da enunciação no eixo Argentina-América Latina), evidenciando traços de permanência nesta categoria;</p> <p>Dêixis social, modal e discursivo-textual: poucas ocorrências.</p>

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 15 – Tradição e atualização dos elementos lexicais

	1ª GERAÇÃO (1945 a 1979)	2ª GERAÇÃO (1980 a 2014)
JB	Campos léxicossemânticos: relacionados à ideia de esperança relacionados à ideia de nacionalismo em relação com o discurso histórico em relação com o discurso político	Campos léxicossemânticos: relacionados à ideia de esperança relacionados à ideia de dor e pesar relacionados à ideia de indignação em relação com o discurso histórico em relação com o discurso político em relação com o discurso religioso em relação com o discurso econômico
CL	Campos léxicossemânticos: relacionados à ideia de nacionalismo relacionados à ideia de indignação em relação com o discurso científico em relação com o discurso político	Campos léxicossemânticos: relacionados à ideia de nacionalismo relacionados à ideia de indignação relacionados à ideia de esperança relacionados à ideia de humanismo em relação com o discurso econômico em relação com o discurso político

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 16 – Tradição e atualização das imagens de si dos enunciadores

	1ª GERAÇÃO (1945 a 1979)	2ª GERAÇÃO (1980 a 2014)
JB	Enunciador-nacionalista: constatação Enunciador-autoridade: constatação	Enunciador-nacionalista: permanência Enunciador-autoridade: permanência Enunciador-indignado: constatação Enunciador-ecumênico: constatação
CL	Enunciador-nacionalista: constatação Enunciador-autoridade: constatação Enunciador-humanitário: constatação	Enunciador-nacionalista: permanência Enunciador-autoridade: permanência Enunciador-humanitário: permanência Enunciador-opositor: constatação

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 17 – Tradição e atualização das cenografias mobilizadas

	1ª GERAÇÃO (1945 a 1979)	2ª GERAÇÃO (1980 a 2014)
JB	Pronunciamento oficial: constatação Saga heroica: constatação Retrospectiva histórica: constatação Análise sociopolítica: constatação	Homenagem póstuma: constatação Desabafo público: constatação Retrospectiva histórica: permanência Análise sociopolítica: permanência
CL	Pronunciamento oficial: constatação Retrospectiva histórica: constatação Análise sociopolítica: constatação Desabafo público: constatação	Homenagem póstuma: constatação Retrospectiva histórica: permanência Análise sociopolítica: permanência Desabafo público: permanência Relato noticioso: constatação

Fonte: elaboração nossa.

Todos estes quadros-síntese, em conjunto, revelam que as imagens de si dos enunciadorees em editoriais que tratam de temas da latinidade na AL, no JB e no CL, muito dizem da identidade cultural dos povos latino-americanos, em se tratando dos modos de dizer da mídia jornalística desta parte do continente americano. Estes modos dizer são, assim, como uma tradição cultural dos povos latino-americanos que sinalizam para tradições discursivas nos textos de opinião da mídia jornalística.

Ao fim desta cena analítica confirmamos que, de fato, o conceito de tradições discursivas lança luz e torna possível e operacionalmente produtiva a investigação do ethos discursivo em perspectiva diacrônica, através da análise de evidências linguístico-discursivas deste fenômeno, mais especificamente, pela descrição de seus vestígios de mudança e de seus traços de permanência na história. Neste construto epistemológico, consideramos como relevante a interface teórica estabelecida entre a AD e a Filologia Românica, em diálogo com os Estudos Culturais.

A seguir, expomos as considerações finais de nossa tese, retomando nossos objetivos e perguntas de pesquisa, em função de nosso objeto e dos resultados a que chegamos após a análise dos dados, até o momento. Por fim, ressaltamos as viabilidades da interface teórico-metodológica traçada entre os estudos discursivos e filológicos, em diálogo com os estudos culturais, para pesquisas futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: um balanço metodológico, algumas projeções

*Habla castellano num fandango
Argentino canta tango ora lento, ora ligeiro
Pois eu canto e danço sempre que possa
Um sambinha cheio de bossa
Sou do Rio de Janeiro.*

(O Samba e o Tango. Carmen Miranda).

Nesta investigação em três cenas, tomamos como objeto de pesquisa o conjunto de imagens de si que os enunciadores de editoriais do JB e do CL projetam no discurso, em um recorte diacrônico de mais de meio século. Em uma pesquisa de base qualitativa, traçamos objetivos com fins a analisar (interpretar e descrever) nosso objeto, reconstruindo sua trajetória histórica nos séculos XX e XXI e contrastando os processos linguístico-discursivos pelos quais se expressa em contexto brasileiro e argentino.

Para o traçado de uma pesquisa descritivo-interpretativista, partimos dos conceitos de latinidade da América Latina, de ethos discursivo e de tradições discursivas, conjugando pressupostos teórico-metodológicos da AD e da Filologia Românica, em diálogo com os Estudos Culturais antropológicos. Esta postura transdisciplinar de abordagem dos fenômenos de linguagem nos permitiu confirmar a tese de que o conceito de TD pode, de fato, lançar luz à investigação do ethos discursivo pela descrição de seus vestígios de mudança e de seus traços de permanência, ao longo da história, ou seja, em perspectiva diacrônica.

Na cena teórico-conceitual, destacamos nossa compreensão acerca de latinidade da AL como o modo cultural e social de ser dos povos latino-americanos cuja identidade se constrói em perspectiva híbrida e intercultural, a partir de um conjunto de signos identitários (artes, religiões, modos de dizer, dentre outros) que os caracterizam no amplo contexto desta parte do continente americano. Trata-se de um termo que sinaliza para as tradições culturais dos povos da América Latina, como que para servir de “instrumento simbólico, seja em concorrência de espaços hegemônicos entre as nações mais poderosas de meados do século XX, seja em afirmação de uma identidade interna de seus povos, que buscava autorreconhecimento e emancipação política”, como bem destaca Brandalise (2008, p. 21).

Também nesta primeira cena, recorreremos aos estudos de Maingueneau (2011a, 2011b), dentre outros, para redimensionar o conceito de ethos a partir do qual operacionalizamos nossas análises. Partindo, então, das bases epistemológicas da AD e em diálogo com a TTD, concebemos ethos como a imagem de si que os enunciadores fazem revelar no discurso, circunscrita a uma cena enunciativa, através da instauração de uma voz

social. Trata-se de uma imagem que se manifesta na superfície textual através de marcas linguístico-discursivas que sofrem as coerções do tempo e do espaço e que apresentam traços de mudança e de permanência na diacronia da língua.

Em conclusão à primeira das cenas, partimos dos postulados da Filologia Românica alemã para situar nossa compreensão acerca de tradições discursivas como uma das inúmeras tradições culturais dos povos que consistem na repetição de um texto, de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar, com valor significável, na relação “entre dois elementos de tradição que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos”, segundo Kabatek (2007, p. 07).

Reconhecendo que a construção de objetos em pesquisa científica “é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções e emendas” (BOURDIEU, 2007, p. 27), as diversas incursões aos dados dos dois jornais enfocados nos possibilitaram propor, na cena metodológica, as seguintes categorias analíticas: (i) no âmbito da cena enunciativa: tipo de discurso, gênero discursivo, elementos do quadro cênico e as imagens de si dos enunciadores; (ii) no âmbito das tradições discursivas: os vestígios de mudança e os traços de permanência nas imagens de si, nas cenografias e nos índices linguístico-discursivos pelos quais se expressam estes elementos, na diacronia estabelecida.

Estas categorias, postas em operação na análise dos dados, revelaram-nos que os *ethé* analisados nos editoriais mudam de um tempo a outro e de uma cultura a outra, a depender das cenografias e dos índices linguístico-discursivos mobilizados, evidenciando que, de fato, o discurso é “um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 15) observáveis em termos de sua expressão no plano diacrônico. Foi possível constatar ainda que as imagens de si projetadas pelos enunciadores na tradição editorialística do JB e do CL em alguns casos se hibridizam às imagens discursivas dos próprios veículos, na medida em que, não raras as vezes, o *ethos* do gênero se mescla ao do enunciador, que forma sua imagem a partir das representações éticas que guarda do seu enunciatário” (GONÇALVES, 2006, p. 125).

No início desta investigação, lançamos questões de pesquisa que orientaram a postulação de nossas suposições de trabalho e a proposição de nossos objetivos. Retomaremos as referidas questões com o objetivo de destacar, de modo sistemático, os principais resultados relacionados a cada uma delas. Deste modo, perguntamo-nos:

- A partir de que categorias teórico-analíticas é possível traçar o percurso histórico de fenômenos discursivos, tais como as imagens de si projetadas pelos enunciadores no discurso jornalístico, ao longo dos séculos XX e XXI, em editoriais de meios de comunicação latino-americanos ao se reportarem a temas da latinidade da AL (questão de pesquisa central)?

A interface teórica estabelecida entre os estudos do discurso e os estudos filológicos, em diálogo com os estudos culturais, mostrou que a partir da descrição dos vestígios de mudança e dos traços de permanência é possível analisar o ethos discursivo em perspectiva diacrônica. Este procedimento nos possibilitou, nesta pesquisa, analisar as mudanças e as permanências a partir das quais se constituem as imagens de si dos enunciadores de editoriais do JB e do CL no que se refere aos ethé, às cenas de fala (cenografias) e aos elementos linguístico-discursivos (dêiticos e lexicais), sistematizados na síntese do observado que dispomos.

- A partir de que imagens discursivas se representam os enunciadores dos editoriais do JB e do CL, ao se reportarem a temas da latinidade da América Latina, ao longo dos séculos XX e XXI, no âmbito da cena de enunciação (cena englobante, cena genérica e cenografias)?

Ao se reportarem a temas da latinidade da AL, os enunciadores de editoriais do JB projetam, no discurso jornalístico, as seguintes imagens de si: enunciator-autoridade, enunciator-nacionalista, enunciator-indignado e enunciator-ecumênico. Por sua vez, os enunciadores de editoriais do CL projetam as seguintes imagens de si: enunciator-nacionalista, enunciator-autoridade, enunciator-humanitário e enunciator-opositor. Todas estas imagens discursivas apresentam contornos discursivos diversos relacionados ao contexto histórico do momento em que os editoriais em que se projetam tais imagens são publicados. Em conjunto, os referidos ethé evocam uma voz social que trata de temas da latinidade que muito dizem a respeito da identidade cultural dos povos da América Latina retratada nas páginas dos dois veículos enfocados.

- Que vestígios de mudança e que traços de permanência podem ser observados nos ethé, nas cenografias e nos índices linguístico-discursivos pelos quais se expressam as imagens de si que os enunciadores de editoriais do JB e CL projetam no discurso sobre os temas da latinidade da AL, no período de 1945 a 2014, no que se refere à repetição com valor significável destes fenômenos linguístico-discursivos?

- Que recorrências é possível observar, em perspectiva diacrônica, na expressão linguístico-discursiva das imagens de si que os enunciadores projetam em editoriais do JB e CL, entre os anos de 1945 e 2014, no debate sobre temas da latinidade da América Latina?

Com relação aos *ethé*, observamos a permanência do enunciador-autoridade e do enunciador-nacionalista nas duas gerações de textos do JB e do CL. Observamos também o surgimento do enunciador-indignado e do enunciador-ecumênico nos exemplares de 1980 a 2014 do JB. A análise dos dados evidenciou ainda o surgimento do enunciador-opositor nos exemplares do século XXI do CL e a permanência do enunciador-humanitário nas duas gerações de textos do período portenho.

Já com relação às cenas de fala mobilizadas, observamos a permanência das cenografias retrospectiva histórica e análise sociopolítica nas duas gerações de textos do JB e do CL. Observamos também o surgimento das cenografias saga heroica e pronunciamento oficial, homenagem póstuma e desabafo público, respectivamente nos exemplares de 1945 a 1979 e de 1980 a 2014 do periódico brasileiro. A cenografia desabafo público permanece nas duas gerações de texto do CL. Pronunciamento oficial, homenagem póstuma e relato noticioso são cenografias que surgem na primeira e na segunda geração de textos do CL, respectivamente.

Com relação aos índices linguístico-discursivos, observamos vestígios de mudança nos dêiticos pessoais e traços de permanência nos dêiticos temporais e espaciais encontrados nos exemplares das duas gerações de textos do JB. Do mesmo modo, observamos traços de permanência nos dêiticos pessoais, temporais e espaciais encontrados nos exemplares das duas gerações de textos do CL. Logo, observamos a recorrência de recursos lexicais relacionados à ideia de esperança e em relação com os discursos histórico e político nas duas gerações de exemplares do JB. Já no CL, são os recursos lexicais relacionados à ideia de nacionalismo e de indignação e em relação com o discurso político que se mostram recorrentes nas duas gerações de textos.

Destacamos que estes achados da pesquisa evidenciam a fecunda relação que se pode estabelecer a partir da interface teórica entre AD e TTD para a abordagem de fenômenos discursivos, em uma *filologia do discurso* (grifos nossos), enquanto abordagem dos fatos linguísticos que pode e deve ser aprofundada e sistematizada, enquanto construto epistemológico, em pesquisas futuras. Nesta *filologia do discurso*, a Linguística Histórica

surge como aporte teórico e metodológico indispensável para o estabelecimento de técnicas e requisitos conceituais para a pesquisa diacrônica.

Reconhecendo que nossa proposta de investigação não pretendeu dar conta de toda a realidade que circunda o objeto de pesquisa, mas sim do contexto a que nos circunscrevemos em termos metodológicos, acreditamos que as possibilidades de estudos sobre fenômenos discursivos em diacronia não se esgotam aqui. Ao contrário, a partir desta pesquisa, muitas outras poderão ser propostas, a fim de dar continuidade à abordagem diacrônica de outros fenômenos de linguagem da ordem do discurso (posicionamentos discursivos, modalizações, representações discursivas, dentre outros).

O exercício analítico por nós empreendido servirá como modelo para a análise da construção do ethos em outros gêneros, em perspectiva diacrônica, podendo-se mostrar promissor no que se refere ao exame das imagens de si em gêneros da ordem do narrar e do descrever, em recortes temporais mais extensos (o que não fizemos, devido ao nosso interesse em trabalhar com dois periódicos distintos, em contexto intercultural). Também julgamos promissora a proposição de um trabalho, em perspectiva contrastiva, com base nos dados de nosso corpus, com o objetivo de analisar a projeção de um ethos específico do discurso jornalístico, do gênero editorial, dos veículos (JB e CL) e da latinidade em si (este último em termos de macroethos e microethé que emergiram nas análises desta pesquisa).

Para pesquisas futuras, nos é de interesse especial a verticalização de nossos estudos sobre epistemologia da Linguística, especificamente no que se refere à abordagem dos modos pelos quais tem se dado o estabelecimento de interfaces teóricas nos estudos linguísticos, notadamente nos século XXI.

Por hora, fechamos esta etapa da pesquisa, com uma “Lição de Linguística”, como as muitas que tivemos ao longo da história e que hão de se repetir pelos séculos adiante, tal como tradições discursivas, entre a tradição e a modernidade. Para fazer ecoar esta “Lição”, damos voz a Ema Bessar Viana, enunciador que mostra de si a imagem de sujeito-ator, uma (re) formação do enunciador-apaixado pela linguagem, como é de fato. Se Ema estiver correto (e acreditamos que esteja, e muito), “é certo que a língua / é coletiva e abstrata / mas a língua viva / no concreto dela mesma / é a que passa pelo corpo / (É a que passa pela história)⁹⁸”.

⁹⁸ “Poema de Ema Bessar Viana, com colagem nossa”. Postado por José Américo Bezerra Saraiva, às 01h52min de 07 de abril de 2013, em oserdosentido.blogspot.com.br

REFERÊNCIAS

- ALBERT, P. **Historia de la prensa**. Madrid: Ediciones Rialp, 1990.
- ALMEIDA, N. M. A. **Jornal das Moças: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945)**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- ALONSO PIÑEIRO, A. **El periodismo porteño en la época de la Independencia**. Buenos Aires: Academia Nacional de Periodismo, 2008.
- AMARAL, L. **Jornalismo: matéria de primeira página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008a.
- _____. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 119-144.
- ARAGÃO, V. P. S. **A construção do ethos da presidente Dilma Rousseff em charges jornalísticas**. 2013. 201 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ARAÚJO, J. C. **Os chats: uma constelação de gêneros na Internet**. 2006. 341 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica**. São Paulo: Ediouro, s/d.
- ASCHENBERG, H.; WILHELM, R. **Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen**. Tübingen: Narr, 2003.
- AUHLIN, A. Ethos e a experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, Hugo *et al* (orgs.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001, p. 65-82.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1953].
- _____. **Questões de Literatura e Estética: a teoria do Romance**. São Paulo: HUCITEC, 2002 [1975].
- BARBOSA, A. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). 2006. 198 f. Escola de Comunicação e Artes, Universidade Federal de São Paulo, 2005.
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

BEZERRA, B. G. Suportes de gêneros textuais antes da invenção da imprensa: uma análise do livro. **Diálogos**, Pernambuco, n. 4, jun. 2011. Disponível em <http://www.revistadiologos.com.br/Dialogos_4/Dial_4_Bene_Suportes.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

BHATIA, V. K. **Analysis genre: language use in professional settings**. London and New York. Longman, 1993.

BIASI-RODRIGUES, B. O gênero anúncio: tradição e atualidade. In: **Actas del XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística Y Filología de América Latina**. Montevideo: ALFAL, vol. 1, 2008.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão/SC, v. 4, n. 1, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/263/277>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 11. ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDALISE, C. A ideia e concepção de “latinidade” nas Américas: a disputa entre as nações. In: ORO, A. P. (Org.). **Latinidade da América Latina: enfoques sócio-antropológicos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 21-59.

BUBNOVA, T. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, vol. 6, n. 1, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bak/v6n1/v6n1a16.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BUENO, E. **Brasil: uma história**. São Paulo: Editora Leya, 2012.

BÜHLER, K. The deictic field of language and deictic words. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. In: **Speech, place, & action studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley & Sons Ltd., 1982, p. 09-30.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1997.

CANIELLO, M. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma "cidade pequena". **Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v9n1/a03v09n1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

CASTILHO DA COSTA, A. F. **Sozial- und kulturspezifischer Textsortengebrauch**. Ein Vergleich brasilianischer und deutscher Schulaufsätze. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Martin Luther, 2005.

_____. **Tradições discursivas em jornais paulistas de 1854 a 1901: gêneros entre a história da língua e a história dos textos**. Munique: Grin, 2010.

CAVALCANTE, M. M. **Expressões indiciais em contextos de uso**: por uma caracterização dos dêiticos discursivos. 2000. 218 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

_____. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, J. R.. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 173-184.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Org.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

_____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CIAPUSCIO, G. E. *et al.* **Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica**. Vervuert: Iberoamericana Editorial, 2006.

COGO, D. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

CONCEIÇÃO, F. G.; ARAÚJO, A. L. Q. A forma dos jornais: lugar de fala dos periódicos ludovicenses. **Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão**, São Luís, v. 9, n. 9, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2011_2/queiroga.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2014.

CORRÊA, T. S. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 207-232.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**: Rio de Janeiro, Presença, 1979.

_____. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 1980.

_____. **Lingüística del texto**: introducción a la hermenéutica del sentido. Madrid: Arcolibros, 2007.

COSTA, N. B. **Música popular, linguagem e sociedade**. Curitiba: Appris, 2011.

DALMONTE, E. F. **Pensar o discurso no Webjornalismo**: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência. Salvador: EDUFBA, 2009.

DE GRANDE, P. B. O pesquisador interpretativo e a postura ética em pesquisas em Linguística Aplicada. **Eletras**, v. 23, n. 23, dez. 2011. Disponível em

<http://www.utp.br/eletras/dossie/artigo/Dossie_especial_artigo_23.2_O_pesquisador_interpretativo_e_a_postura_etica_em_pesquisas_em_Lingui.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

DE MARCO, M. A. **Historia del periodismo argentino: desde los orígenes hasta el centenario de Mayo**. Buenos Aires: Educa, 2006.

DIEB, M. H. **Educação infantil e formação docente: um estudo em representações sociais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

DISCINI, N. Ethos e estilo. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 34-53.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

DOMINGUES, J. M. A sociologia brasileira, a América Latina e a terceira fase da modernidade. In: DOMINGUES, J. M. **América Latina hoje: conceitos e interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 265-388.

DRAGAM, S. L.; MARTÍNEZ, V. El Grupo Clarín y los gobiernos kirchneristas: un matrimonio en crisis. **Anais da XIV Jornada Nacional de Pesquisadores em Comunicação**, Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, 2010, p. 01.19. Disponível: http://www.redcomunicacion.org/memorias/pdf/2010drdraga_martinez.pdf. Acesso em: 20.12.13.

DUCROT, O. **O dizer e dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ELEUTÉRIO, M. L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 84-102.

ESPÍRITO SANTO, P. O jornal impresso e a difusão da informação. **Revista UNIBH**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/article/view/490>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2008.

FAÏTA, D. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (org.) **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FILLMORE, C. J. **Lectures on deixis**. California: CSLI Publications Stanford, 1997.

FIORIN, J. L. A multiplicação dos ethé: a questão da heteronímia. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 55-69.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual de redação**. 2007. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm. Acesso: 18.12.13.

FONSECA, F. I. Dêixis e pragmática linguística. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R., I. DUARTE, I.; GOUVEIA, C. (Orgs). **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996, 437-445.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCÍA CANCLINI, N. América Latina entre Europa e Estados Unidos: mercado e interculturalidade. In: **Cadernos de conferências do II Congresso Europeu de Latino-Americanistas**. Alemanha, 1998.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo**. Buenos Aires: Paidós, 2008b.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. **Noticias recientes sobre hibridación**. 2010. Disponível em: <http://www.globalizacion.org/biblioteca/CanciliniHibridacionNoticiasRecientes.htm>. Acesso em: 05.11.13.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GELAMO, R. P. **A imanência como “lugar” do ensino de filosofia**. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022008000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 nov. 2013.

GOMES, V. S. **Traços de mudanças e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GOMIS, L. **Teoría de los géneros periodísticos**. Barcelona: Editorial UOCpress, 2008.

GONÇALVES, J. B. C. **Poder e afeto nas narrativas bíblicas: uma análise da construção do ethos discursivo nas parábolas contadas por Jesus**. 2006. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

GONZÁLEZ REYNA, S. **Géneros periodísticos: periodismo de opinión y discurso**. México: Trilhas, 1991.

GRAÑA GONZÁLEZ, M. **La Escuela de Periodismo**. Madrid: Programas y Métodos, 1930.

GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: **Anais do II Seminário de Análise do Discurso (SEAD)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**, vol. I. São Paulo: Global Universitária, 1982.

GUERRA JUNIOR, A. L. A construção da cena enunciativa: um exame da debreagem na publicidade. **Estudos Semióticos**, São Paulo, vol. 7, n. 1, jun. 2011. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>>. Acesso em: 21 out. 2013.

GUMUCIO, C. P. Identidad latina e integración sudamericana. In: ORO, A. P. (Org.). **Latinidade da América Latina: enfoques sócio-antropológicos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 60-98.

HADDAD, G. Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Roman Rolan. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 145-166.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HELD, K. Las múltiples culturas y el ethos de la democracia desde una perspectiva fenomenológica. **Areté Revista de Filosofía**, Pernambuco, v. 10, n. 2, jan. 1998. Disponível em: < <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/arete/article/view/5559>>. Acesso em: 23 out. 2013.

HONENBERG, J. **The professional journalist: a guide to the practices and principles of the News Media**. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

IRINEU, L. M. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut**. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

_____. **Interculturalidade e redes sociais: identidade cultural e interconexões discursivas**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013a.

_____. **Representações sociais sobre a latinidade: relações entre língua, cultura e identidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013b.

KABATEK, J.; JACOB, D. Lengua, texto y cambio lingüístico en la Edad Media iberorrománica. In: KABATEK, J.; JACOB, D. **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Iberica: descripción gramatical, pragmática histórica, metodología**. Madrid: Ibero-americana, 2001a, p. 07-18.

_____. ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? In: KABATEK, J.; JACOB, D. **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Iberica: descripción gramatical, pragmática histórica, metodología**. Madrid: Ibero-americana, 2001b, p. 97-132.

_____. **Algunas reflexiones sobre las tradiciones discursivas**. Alemanha, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.romling.uni-tuebingen.de/discurso/reflex.pdf/5559>>. Acesso em: 26 out. 2013.

_____. Sobre a historicidade dos textos. **Linha d'água**, São Paulo, v. 12, n. 17, abr./2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37270>>. Acesso em: 26 out. 2013.

_____. Prólogo. In: COSERIU, E. **Lenguaje y discurso**. Pamplona: EUNSA, 2006, p. 09-12.

_____. **Tradições discursivas e mudança linguística**. Alemanha, set. 2007. Disponível em: <<http://www.romling.uni-tuebingen.de/discurso/itaparica.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

_____. Introducción. In: KABATEK, J. **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas**. Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2008, p. 07-16.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tübingen: Narr, 1997, p. 43-79.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español. In: KABATEK, J. **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas**. Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2008, p. 53-87.

KUHN, T. S. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOUREDA LAMAS, O. La Textlinguistik de Eugenio Coseriu. In: **Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido**. Madrid: Arcolibros, 2007, p. 19.74.

_____; COSERIU, E. **Lenguaje y discurso**. Pamplona: EUNSA, 2006.

LUCA, T. N. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 149-175.

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, mar. 2006. Tradução de

Gabriel de Ávila Othero. Disponível em:

<http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_6_entrevista_maingueneau_port.pdf>. Acesso em: 13 out. 2013.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

_____. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008c.

_____. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011a, p. 11-29.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011b, p. 69-92.

MAREGA, L. M. P. A categoria dêitica “nós” em uma elocução formal: breve análise de um caso. **Signum: estudos linguísticos**, Londrina, n. 11, v. jul. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3088>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. Projetos de modernidade na América Latina. In: DOMINGUES, J. M. **América Latina hoje: conceitos e interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 21-51.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de império. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 45-80.

MATOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, F. M. Tradição e variação em cartas oficiais dos séculos XVIII, XIX e XX no Rio Grande do Norte. **Anais do VI Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011, p. 01-19. Disponível: [http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Felipe%20Moraes%20de%20Melo%20\(UFRN\).pdf](http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Felipe%20Moraes%20de%20Melo%20(UFRN).pdf). Acesso em: 11 mar. 14.

MELO, J. M.. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MENDES, M. D. N. **“O duro aço da voz”**: investimento vocal, cenografia e ethos em canções do Pessoal do Ceará. 2013. 253 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MEURER, J. L. *et al.* (orgs.) **Gêneros: teoria, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

MOITA LOPES, L. P. Fotografias da Linguística Aplicada no campo de línguas estrangeiras no Brasil. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 15, n. especial, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4024.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

MONTEAGUDO, B. **Escritos políticos**. Buenos Aires: Biblioteca Emecé Bicentenario, 2009.

MOREL, M. Os primeiro passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 23-43.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUSSALIM, F. Uma abordagem discursiva sobre as relações entre ethos e estilo. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 70-81.

O' GORMAN, E. **A Invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

OESTERREICHER, W. La 'recontextualización' de los géneros medievales como tarea hermenéutica. In: KABATEK, J.; JACOB, D. **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica**: descripción gramatical, pragmática histórica, metodología. Madrid: Ibero-americana, 2001, p. 199-231.

_____. Dinámica de estructuras actanciales en los Siglos de Oro: el ejemplo del verbo *encabargar*. In: KABATEK, J. **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2008, p. 225-248.

OLIVEN, R. G. Brasil, entre o Velho e o Novo Mundo. In: ORO, A. P. (Org.). **Latinidade da América Latina**: enfoques sócio-antropológicos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 181-210.

PESSOA, M. B. Da carta a outros gêneros textuais. In: LAMOGLIA, Maria Eugênia & CALLOU, Dinah et. al. (orgs.). **Para a história do português brasileiro**: notícias de corpora e outros estudos. Vol. IV. UFRJ/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2002, p. 197-205.

PÊUCHEX, M. Análise Automática do Discurso. In: **Por uma Análise Automática do Discurso** (uma introdução à obra de Michel Pêuchex). GADET, F.; HAK, T. (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hackers, 1999.

POSSENTI, S. Observações esparsas sobre discurso e texto. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 44, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1710>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

RIVERA, J. B. **El periodismo cultural**. Buenos Aires: Paidós, 1995.

RODRIGUES, M. C. S. **Multimodalidade e tradição discursiva: um estudo sobre o gênero anúncio publicitário**. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

ROMANCINI, R.; LAGO, C. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROUQUIÉ, A. **O Extremo-Ocidente**: Introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP, 1991.

SÁ JÚNIOR, L. A. **Vozes benditas**: entre o nomadismo e a performance estão os atos. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte 1). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jan. 2014.

SALAS ASTRAÍN, R. **Ética intercultural**: (re) lecturas del pensamiento latino-americano. Santiago: USCH, 2003.

_____. El problema hermenéutico de una “latinidad” plural. In: ORO, A. P. (Org.). **Latinidade da América Latina**: enfoques sócio-antropológicos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 97-128.

SALGADO, L. Um ethos para Hércules: produção dos sentidos e tratamento editorial de textos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 82-96.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27^a ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHLIEBEN-LANGE, B. **Traditionen des Sprechens**: elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung. Stuttgart: Kohlhammer, 1983.

SILVA, L. B. D. **Carta-crônica**: uma tradição discursiva no jornalismo potiguar. 2012. 225 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SIVAK, M. **Clarín, el gran diario argentino**: una historia. Buenos Aires: Planeta, 2013.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

TÉTU, F. F. Le Monde e Libération em perspectiva: referências e significação: Le Monde. In: PORTO, S. D. (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 191-201.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

UGOLOTTI, F. **Italia e Italiani in Brasile**: note e appunti. São Paulo: Riedel & Lemmi, 1897.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. (Org. e apresentação de Ingedore V. Koch). 4^a ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria.** Barcelona: Ariel, 2003.

VAZ, H. C. L. **Escritos de Filosofia IV: introdução à ética filosófica.** São Paulo: Loyola, 2002.

VÁZQUES, J. M. Ethos. In: **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

VITALE, M. A.; MAIZELS, A. L. El discurso electoral de Cristina Fernández de Kirchner (2007): un caso de ethos híbrido no convergente. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão/SC, v. 11, n. 2, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/689>. Acesso em: 18 jan. 2014.

ZAVAM, A. S.. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de Tradição Discursiva: um estudo com editoriais de jornais.** 2009. 420 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ANEXOS

Anexo A – Editoriais do Jornal do Brasil

EDITORIAL Nº: 01

DATA DE PUBLICAÇÃO: 04 de janeiro de 1945 (quinta-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 01/1945

TÍTULO: O Brasil e a guerra

O Brasil e a guerra || O Itamarati é uma casa onde | se fala muito, mas de onde pou- | cas palavras são difundidas pela | imprensa. É um Ministério que | não cultiva a publicidade, o que | constitui um traço peculiar á tra- | dição daquela Secretaria de Es- | tado. Os nossos Ministros do Ex- | terior falam apenas nos momen- | tos oportunos, de acordo com | aquele sábio conselho de Talley- | rand de se dizer apenas *ce qu'il | faut, quand Il faut et comme Il | faut.* || O atual detentor da pasta das | Relações Exteriores é um habil | diplomata, experimentado em | mais de trinta anos de brilhante | carreira; e não seria de certo ele | capaz de infringir as normas dis- | cretas da casa, a mentalidade de | parcimoniosa usura da palavra | inerente ás atividades do Ita- | marati. Mas há momento em | que o Ministro do Exterior deve | falar, seja para prevenir, seja | para corrigir erradas interpre- | tações da posição internacional | do País, ás vezes levemente, | ou pelo menos precipitadamen- | te emitidas por observadores me- | nos avisados. || Agora quando estamos no li- | miar de um novo ano, que todos | esperamos e desejamos seja o do | triunfo e da paz, não poderia ser | mais oportuna a palavra do Mi- | nistro do Exterior do Brasil, avi- | ventando na memoria dos povos | estrangeiros as linhas gerais e | definitivas da nossa política in- | ternacional, que têm sido sem- | pre invariavelmente orientadas | no sentido de uma estreita e leal | cooperação com todos os povos, | especialmente os da America, | pugnando pelo crescente prestí- | gio das soluções jurídicas na es- | fera das relações exteriores: e | dando a sua solidariedade, sem | limite de sacrificio, ao esforço | para a formação de um mundo | melhor, constituído em normas | de justiça e liberdade. || Mais uma vez teve o Brasil | agora um ensejo de demonstrar | a sinceridade de sua formação | politica e dos brios de sua sobe- | rania. Primeiro, condenando a | agressão e rompendo a sua neu- | tralidade com os agressores da | America; em seguida, aceitando | a guerra que lhe foi trazida pelo | Eixo, que assaltou em atos de | criminosa pirataria, em nosso | proprio litoral, pacificos barcos | mercantes, repletos de civis, en- | tre os quais centenas de mulhe- | res e crianças. || Mas, quer os acontecimentos | viessem a ter o curso que tiveram | efetivamente com as tocaias si- | nistras dos submarinos alemães, | quer os nossos inimigos não hou- | vessem ousado agredir-nos dire- | tamente, a posição do Brasil es- | tava luminosamente assinalada | em face desta guerra, deflagrada | pela loucura imperialista, em | seus anseios de submissão do | mundo á ideologia da força. || A vocação de liberdade da | America, que sempre teve no | Brasil uma expressão vigorosa, | marcara de inicio nosso posto | no quadro internacional e a fi- | delidade de mais um século | á política e ao espírito pan- | americano não poderia confor- | mar-se, egoistica e insensível, | com o ataque a nenhuma nação | da America, fosse ela qual fosse | e de onde quer que viesse o | ataque. || Foi assim que entramos na | guerra em que já estávamos mo- | ralmente comprometidos, porque | para nós os compromissos inter- | nacionais são prisões volonta- | rias (sic) em que jogamos a nossa di- | gnidade e a nossa honra. || Nem toda gente sabe e há | mesmo talvez muita gente que | desejaria ignorar, que essa é a | tradição retilinea da politica (sic) in- | ternacional brasileira; e que por | isto indaga quais as vantagens | e recompensas que pretendemos | alcançar com a nossa atitude. || Isso acaba de dar incisiva | resposta a entrevista do Minis- | tro do Exterior, *Senhor Leão Veloso*, | que, depois de passar em rápida | revista as características per- | manentes da nossa orientação | internacional, responde assim á | pergunta

do jornalista sobre o | lugar previsto para o Brasil na | Conferencia da Paz: || – “Não entramos na guerra | para reclamar recompensas, mas | para, em desafronta da sobera- | nia nacional e em defesa de | principios que nos são caros, fa- | zer todos os sacrificios (sic) necessa- | rios – respondeu o ministro. De- | sejamos unicamente o lugar que | nos cabe na Conferencia da Paz, | a fim de colaborar na solução | dos problemas criados pela guer- | ra, ajudar a reconstrução do | mundo e preservar tudo aquilo | por que sacrificamos agora, nos | campos de batalha da Italia, a | vida dos nossos soldados, resu- | mindo, afinal, naquelas diretri- | zes invariáveis da política exte- | rior do Brasil”. || A posição do Brasil independeu | sempre de quaisquer cálculos e | previsões de vantagens, porque | ela obedece a imperativos mo- | rais, cujo supremo interesse con- | siste em trabalhar pelo progres- | so da civilização jurídica e cris- | tã em que nos formamos e que | terá de predominar para bem da | humanidade na hora de renova- | ção que se avizinha. || Queremos trabalhar na guerra | por uma paz digna e fecunda; e | quando esta vier queremos po- | der continuar trabalhando para | que outras guerras não venham | espalhar sobre o mundo novas | calamidades. || Na guerra e na paz seremos | sempre fieis ao programa tradi- | cional do nosso amor á liberdade | e á justiça.

EDITORIAL Nº: 02**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 07 de setembro de 1946 (sábado)**CODIFICAÇÃO:** JB 02/1946**TÍTULO:** A jornada da libertação

A jornada da libertação || Hoje transcorre a data mais importante de nossa história. | Em 7 de setembro de 1822, | uma nação americana entrou | para o concerto das nações livres. O Brasil adquiriu sua posição no mundo, iniciando a | marcha na estrada da civilização. || Costumam cépticos inveterados | dos maldizer a Independência, | insistindo em atribuir os males do presente a uma antecipação na data da emancipação política brasileira. Dizem eles, apontando os erros e desequilíbrios inevitáveis na | história de todos os povos, que | não passam de uma remota | consequência de precocidade | com que nos tornamos donos | do nosso destino. || Nada mais injusto, pois os | acontecimentos históricos são | o resultado de forças imponderáveis, cuja direção e resultado independem da vontade | dos homens. || O Brasil havia adquirido | uma personalidade que valia | por si mesma e reclamava um | ponto de atuação, em que demonstraria o vigor de suas | condições mentais e físicas | para a emancipação que o | Príncipe Regente lhe atribuiu | na memorável jornada pelas | terras bandeirantes. || No dia 7, cercado de seu [ilegível], | lançou o grito de Independência ou Morte, nas margens do Ipiranga. Foi um episódio que se desenrolou entre | poucos, traduzido numa atitude que teve como testemunha um cenário silencioso, | sem repercussão. D. Pedro não | enviou emissário. || Depois, a caravana real | marchou pela estrada de Santos, em demanda da capital paulista, aonde chegou no dia | 9. A população encheu as ruas, | adivinhando no ar alguma coisa de extraordinário. Toda a | comitiva, seguindo de perto o | Imperador, trazia cores novas, em distintivos improvisados | de fitas verde-amarelas. || O povo percebeu de relance que algo se havia desenvolvido de extraordinariamente | significativo e em correspondência com suas aspirações. | As ruas se encheram de uma multidão delirante, saudando | D. Pedro, como primeiro Imperador do Brasil. A' (sic) noite se | realizou espetáculo de gala no teatro ai com uma sala de | pé, foi ouvido o hino da Independência de autoria do | monarca, que era também | músico. || A mesma vibração se verificou poucos dias depois no | Rio, com a chegada da comitiva real. Contam os cronistas da época que a cidade viveu um dos seus grandes dias. | O entusiasmo transbordou das | casas de residências para as | ruas. A multidão, que os cépticos dizem inteiramente alheia | ao acontecimento e ainda | não amadurecida mentalmente para a libertação, envolveu o episódio político com | uma vibração cívica sem precedente. Talvez nenhum outro, em nossa vida pública, | ocorrido posteriormente, se | lhe pudesse confrontar em espontaneidade de expansão popular. || Ai está a prova de que a | alma coletiva estava preparada para receber a grande | conquista, que era uma aspiração amadurecida e que lhe | veio precisamente no momento que estava sendo | reclamada com as forças dos | sentimentos profundos e irresistíveis. || Temo-nos mostrado dignos | da libertação e do posto que | conquistamos desde aquele | dia na cruzada civilizadora. || Nossa posição no continente é marcada por uma série | de iniciativas, na esfera política, que honrariam qualquer nação de maior passado | e projeção internacional. || Em todos os momentos culminantes da história do Novo-Mundo, o Brasil interveio, | participando das revoluções | de maior importância, para | a formação de uma entidade | continental, de um sistema de | proteção e defesa dos postulados democráticos, que são | inerentes á independência e | soberania dos Estados. || Dando o exemplo de respeito ás prerrogativas dos povos livres e á autonomia de cada unidade política, o Brasil colaborou, desde o limiar de sua libertação, | para consolidar o direito novo, que brotou da convivência das nações americanas e | que, dilatando suas ramificações, criou um sistema de entendimento recíproco entre os | povos deste lado do Atlântico, | que pode servir de modelo a | todos os

países que queiram | realizar um esforço em prol | de uma paz duradoura, nos | moldes
preconizados pelos | proceres do Continente, que | neste particular se antecipa- | ram aos
representantes que | se envaidecem falar em nome | da civilização mais antiga e | mais rica.

EDITORIAL Nº: 03**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 26 de maio de 1949 (quinta-feira)**CODIFICAÇÃO:** JB 03/1949**TÍTULO:** Como o governo considera a imprensa

Como o governo considera a imprensa || Numa das grandes soleni- | dades que os americanos or- | ganizaram para a recepção | ao Presidente da Republica | brasileira, os discursos troca- | dos puseram em evidencia | que o Brasil vive realmente | no regime democrático. || Depois de tantos anos sob | a ditadura, as reservas civi- | cas do País se conservaram | intactas, permitindo o movi- | mento que culminou no res- | tabelecimento das liberdades | publicas definidas na Cons- | tituição de 1946. || O Presidente Dutra se tem | mostrado fiel defensor das | instituições, através das quais | vive uma democracia seu cli- | ma proprio. || Salientou ele que a Consti- | tuição é o documento político | que o guia e inspira os seus | atos administrativos. Con- | quistada a legalidade, a im- | prensa se tornou livre e man- | tem a necessaria vigilancia | em torno dos poderes publi- | cos, e jamais lhe foi oposta | qualquer restrição á critica | dos atos e planos do Governo. || A liberdade individual read- | quirida é conservada pelo li- | vre exercício do direito do ci- | dadão de manifestar seu | pensamento através dos or- | çãos de imprensa. || Essa afirmação do Presi- | dente do Brasil traz o teste- | munho dos fatos ocorridos | nos três anos de sua gestão | administrativa. Os jornais | que desfrutam de uma liber- | dade não perturbada, direta | ou indiretamente, pelas au- | toridades publicas, exercem | uma superior fiscalização com | discernimento e lucidez, preo- | cupados mais em esclarecer | os problemas do que focalizar | a pessoa dos homens que di- | rigem nossos destinos. || A imprensa se vai despren- | dendo dos velhos habitos de | focalizar nomes e explorar o | sensacionalismo, para deter- | se no minucioso exame das | questões mais ligadas à or- | dem, à disciplina e ao bem | estar da coletividade. || É essa sua verdadeira mis- | são. Varias formas de impren- | sa, muitos generos que flo- | resceram outrora vão pouco | a pouco caindo em descredi- | to, preferindo a boa impren- | sa debater e agitar os pro- | blemas a investir contra | a reputação alheia. || O panfleto que fez furor | noutros tempos perde terre- | nos dia a dia, para dar lugar | ao comentario sereno e pro- | dutivo. || Nem toda verdade deve ser | dita; apenas merecem ser ob- | jeto de divulgação os estudos | objetivos dos problemas do | momento, trazendo cada um | a contribuição de sua inteli- | gencia e de sua experiencia, | a fim de aclará-los em todos | os seus aspectos basicos, | abrindo caminho ao Governo | para as soluções mais con- | sentaneas com os interesses | nacionais. || Fazer imprensa deixou de | ser uma distração, para se | tornar uma função util e | indispensavel à vida da co- | munidade. || A preocupação dominante | da imprensa é a de servir, | no elevado sentido proposto | numa das ultimas Pastorais | do Arcebispo do Rio de Ja- | neiro. || Para isto tornar-se indis- | pensavel abandonar o velho | estilo retórico e ampuloso, | para acomodar-se a uma ex- | pressão clara e que traduza | uma opinião sincera a res- | peito das questões que empol- | gam os homens com a res- | ponsabilidade de conduzir a | maquina administrativa. || A imprensa assim conside- | rada é aquela imprensa que | o Presidente da Republica | acaba de destacar nos Esta- | dos Unidos como um fator de | suma importancia na eluci- | dação dos problemas atuais | e nas preocupações pedagogi- | cas superiores. || A pena deixou de ser um | bisturi para dissecar repu- | tação alheia, para se trans- | formar em instrumento de | analise dos fatos, de aprecia- | ção dos aspectos da realida- | de no plano nacional e in- | ternacional. || No culto à verdade util de | ser proclamada cifra-se o | credo do jornalista moderno. | As combinações verbais lhe | servem para traduzir o re- | sultado de sua observação dos | fenômenos correntes e das | investigações que realiza no | campo objetivo. || A preocupação dominante | consiste em levar sua cola- | boração aos poderes publicos, | a braços com problemas de | extrema complexibilidade, desa- | fiando a argúcia dos técnicos | e dos estudiosos. || Ao invés de preocupar-se | com os homens, volta a im- | prensa os sentidos

para os | atos realizados, as iniciativas | tomadas e seus reflexos pro- | vaveis sobre a vida da
popu- | lação. || Nessa posição, com a cons- | ciência dominada pelo desejo | de servir a
comunhão publi- | ca, é-lhe permitido usar de | todos os processos de suges- | tão lógica, não
esquecendo | que mais vale ajustar-se ao | principio: *fortiter in re, sua- | viter in verba.*

EDITORIAL Nº: 04

DATA DE PUBLICAÇÃO: 09 de abril de 1952 (quarta-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 04/1952

TÍTULO: Aniversário do Jornal do Brasil

Aniversário do Jornal do Brasil || Mais uma etapa vence o *Jornal do Brasil* ao completar, | hoje, 62 anos de existencia. Fazendo retrospecto de sua | caminhada, é-nos grato salientar que, tendo adotado, | desde a sua fundação, patriótica orientação, até hoje tem | demonstrado absoluta fidelidade os princípios que inspira- | ram sua ação orientadora da opinião publica, informando | com segurança, criticando com imparcialidade e justiça e | louvando a sinceridade. || Não há mais confortador testemunho para um jornal | do que este reconhecimento por parte de um numeroso pú- | blico, que o cerca de simpatia, aplaudindo a serenidade de | sua conduta, e que, sem se preocupar com as pessoas, se tem | orientado no sentido de observar os fatos, detendo-se no | exame dos problemas fundamentais que preocupam os go- | vernos e interessam visceralmente a vida e o bem-estar da | comunhão nacional. || Sem alardes, sem alegorias pomposas, sem sensacionalis- | mo, este Jornal se vem impondo pela colaboração que tem | dispensado às nobres causas que inflamaram a opinião pú- | blica e cuja vitória significou para o País um expressivo | avanço no caminho da civilização. || Em todas as horas de exaltação civica, a posição deste | Jornal jamais foi objeto de duvida e incerteza, pois estaria | sempre sem vacilação, ao lado dos que se batessem pela | vitoria de ideias que nasceram ao calor da consagração po- | pular. || Houve, durante esta longa caminhada, momentos obs- | curos, verdadeiros instantes em que os rumos se perdiam | no emaranhado de encruzilhadas sombrias, mas uma cen- | telha adivinhatoria nos condizia à estrada através da qual | poderia a Nação chegar incólume, vencendo as crises que a | ameaçavam. || Assim foi que conseguimos, sem tropeços e vacilações, | sem abdicar das normas da etica superior, sem transacionar | com preceitos de ordem moral, foi assim que conseguimos | conquistar a maturidade de espirito que nos previne contra | as vicissitudes traiçoeiras, a pressão das circunstancias, que | obrigam, muitas vezes, a uma mudança de rumo, com sacri- | ficio de atributos da autoridade, sem o que nenhuma em- | presa jornalística consegue consolidar a sua posição no ce- | nario nacional, desempenhando o seu papel de orientadora | da opinião publica, desbravando o ambiente de falsas ideo- | logias, que se apresentam com os enganadores disfarces de | infalíveis orientadoras, unicas que possuem fórmulas magi- | cas para a solução de todos os problemas ligados ao bem-es- | tar coletivo. || Prevenindo o País contra esses subterfugios doutrina- | rios, que conseguem empolgar alguns setores, ávidos de no- | vidades teoricas e dominadas pelo sentido materialista da | vida, este Jornal, adaptando-se a novas formas de técnicas | de ação, enfrenta novos embates, lutando com o mesmo vi- | gor e com o mesmo desinteresse para que as “constantes” | historicas da nacionalidade não venham a sofrer os impac- | tos de uma nova ordem, em que as tradições mais venera- | veis se desrespeitam e se aniquilam, amortecendo nos ho- | mens o senso moral, entibiando a noção de responsabilidad- | de, quebrando os contrafortes do edificio democratico com | desprestigio das instituições garantidoras das liberdades | humanas. || A unidade espiritual que este Jornal tem observado ao | longo de sua carreira provem da inteireza de conduta dos | homens que o orientam com serenidade e elevação do pro- | pósito, procurando, em todas as circunstancias, colocar-se | ao lado dos que se dedicam à defesa dos superiores inter- | esses da coletividade. || Os pontos cardiais desta inflexível conduta, apontada | para a defesa da substancia do regime democratico, para a | resistência à legalidade, à prepotencia e ao arbitrio, de res- | peito à ordem constituída, de vigilancia sobre a estrutura da | família, baseada na educação cristã, continuarão a nos dar | força e resolução para prosseguirmos resolutos e confiantes | no civismo da nossa missão, ao lado do Brasil, serviço do | que ele tem de mais nobre, mais verdadeiro e mais digno | de perpetuidade.

EDITORIAL Nº: 05

DATA DE PUBLICAÇÃO: 02 de agosto de 1955 (terça-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 05/1955

TÍTULO: Restos totalitários no continente

Restos totalitários no continente || Disse o Ministro do Interior da Argentina que existe | liberdade de imprensa no seu País. O que tem havido | é má interpretação, no exterior, em certas providencias | contra jornais, como “La Prensa”, que não serviam aos | interesses da nação. || Com esta forma simplista, todos os governos discri- | cionarios, por toda parte, podem justificar as violen- | cias e os abusos que cometem, contra a manifesta- | ção do pensamento, em proveito de seus propositos ideo- | logicos ou simplesmente na perpetração do mando. || Há muito tempo o Conselho de Imprensa Interame- | ricano tem desenvolvido pesquisas e informações, por | todo o continente, com o intuito de divulgar com im- | parcial critério o que realmente ocorre em cada país | sobre as disposições dos respectivos governos no que toca | à liberdade de imprensa. || A mais leve boa vontade que se registre em alguns | países que vêm se salientando como prevenidos em re- | lação ao funcionamento dos órgãos da opinião, o Con- | selho, com a louvavel intenção de melhorar cada vez | mais esse estado de espirito, acentua nos seus relatorios | essa beneficas modificações. || Em relação a outros, o que se tem observado é evi- | dente indisposição, sem nenhum sinal de que possam | melhorar essas desfavoraveis condições da imprensa que | não esteja disposta a transformar-se em turibulo, lou- | vando incondicionalmente as autoridades superiores, | achando que tudo se passa como no melhor dos mundos. || Esse abastardamento da opinião contamina todas as | camadas, para que não apareçam as mazelas de uma | administração cujo unico proposito é implantar a de- | magogia, de modo a esconder a verdade aos olhos de | quantos podem divulgá-la, contribuindo para que se | possa formar uma ideia aproximada do descabro que | anda pelos meandros do govérno. || Essa mistificação não consegue modificar o quadro | real, não oculta a verdade, que fura o cordão de iso- | lamento e vai refletir fora, de modo a que se possa | formar um juízo seguro desses simulacros de democra- | cia que certos governos instalaram em alguns países da | America Latina. || Quem ouve expressões como as usadas pelo Ministro | argentino não pode deixar de espantar-se. Os argumen- | tos são parecidos com os de todos os países que se tor- | naram presa facil do totalitarismo. Suprimem todas as | garantias individuais, sufocam todas as condições que | permitem o funcionamento de todos os órgãos de opinião e, | quando são interpelados sobre a violencia das medidas | executadas contra a imprensa, os pretextos invocados | para justificá-las são sempre os mesmos em todas as | latitudes. A desfaçatez se deu em mãos, rompendo as | barreiras territoriais, de modo a tornar semelhantes | todos os governos totalitários. || Mas a democracia permanece com o seu conceito | tão elevado, que eles procuram todos os meios de ocultar | a sua supressão dentro de certas fronteiras, simulando | que vivem sob o funcionamento do regime unico que | ampara a liberdade individual. || As democracias têm na liberdade um ponto de con- | tato, invariavel sobre todas as latitudes, enquanto os go- | vernos totalitários, francos ou disfarçados, se parecem | no modo de suprimir a faculdade de pensar. Sabem que | com liberdade de imprensa os golpes políticos não con- | seguem impressionar a opinião publica, denunciados nos | seus primeiros movimentos pelos órgãos que são o es- | pelho do pensamento coletivo. || Por toda parte os processos utilizados pelos totali- | tarios são os mesmos e podem ser apreciados nas pa- | lavras do Ministro argentino. || É preciso prevenir o povo contra os inimigos da | democracia, que são tenazes e procuram aproveitar-se | de todas as circunstancias para se fazerem portadores | da unica formula para as crises que a administração | apresente ocasionalmente. O formulário totalitario é | cheio de cores vistosas e inclui sempre os propositos | de resolver os problemas todos, dando ao povo bem-estar | e comodidades. || Desta vez, os remanescentes adeptos dos governos | de fato esbarram, entre

nós, com o exemplo argentino, que está estatelado aos olhos de todo o mundo, apesar do estrangulamento da imprensa. A liberdade desapareceu e as crises económicas se agravaram.

EDITORIAL Nº: 06

DATA DE PUBLICAÇÃO: 04 de março de 1958 (terça-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 06/1958

TÍTULO: Espírito americanista

Espírito americanista || O Ministro do Exterior, nas vésperas de seguir para a capital do Equador, no desempenho da missão que orientou, nestes dois anos de atividade, a política americanista do País, fez um breve retrospecto do que foi realizado neste sentido na América Latina, salientando os principais convênios celebrados nos últimos tempos. || O Brasil, fiel ao seu papel histórico, se empenhou em desfazer agravos e cancelar pontos suscetíveis de divergências, no que tange as questões de fronteira, procurando estabelecer contatos entre os governos interessados de país a país, para que esses atritos desapareçam, concorrendo para que o Continente apareça em plena unidade espiritual, que representa a sua “constante” e exprime a sua força e prestígio no campo internacional. O ministro Macedo Soares se tem mostrado incansável na execução deste plano, que foi sempre o objetivo da nossa política externa, quando se trata de proteger a confiança que deve reinar sempre entre povos, fadados dentro de algum tempo a formar um conjunto de interesses comuns, ajudando-se entre si na solução de seus múltiplos problemas, dissipando dúvidas e cancelando pontos de atrito, que noutros continentes permanecem como pomos (sic) de discórdia, criando obstáculos intransponíveis a uma organização política que tornaria realidade o ponto de uma confederação nos moldes concebidos por Bolívar e que alguns vultos proeminentes tentam em vão realizar pelo Velho Mundo. || A diplomacia continental, com o Brasil à frente, deu nestes últimos anos largas passadas para a solução de um conjunto de problemas suspensos e que estavam concorrendo para retardar o progresso da política de aproximação continental, a criação do verdadeiro clima de entendimento e de solidariedade em todos os campos de ação. || As Américas já demonstraram, em várias emergências históricas, o funcionamento do seu sistema defensivo, opondo-se pelas armas ao império de força organizada, tentando sobrepor ao império do Direito das Gentes o da hegemonia do arbítrio e das veleidades de domínio sobre a soberania dos povos. || Era necessário que elas demonstrassem hoje a sua evolução espiritual, estabelecendo dentro do hemisfério um ambiente de confiança total, de modo a manter um intercâmbio de forças e possibilidades no campo econômico, e a permitir a solução mais rápida de problemas intercorrentes na vida de toda a comunidade americana. || O Brasil, nestes dois anos, celebrando acordos com o Paraguai, com o Uruguai, com a Argentina, e com a Bolívia, preparando-se para fazê-lo com o Chile, fez jus ao reconhecimento dos povos irmãos, pondo em prática a política salvadora dos entendimentos na esfera econômica, que era a maior aspiração do hemisfério. || Os países latinos estão se capacitando de que dentro do próprio continente serão encontrados os meios técnicos e os recursos materiais indispensáveis ao aproveitamento de suas possibilidades naturais. || Os últimos acordos firmados pelo Brasil com os povos limítrofes demonstram que está aberta uma nova fase na política externa, capaz de completar a solução econômica dos povos pertencentes à comunidade continental.

EDITORIAL Nº: 07

DATA DE PUBLICAÇÃO: 01 de novembro de 1961 (quarta-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 07/1961

TÍTULO: Aliança

Aliança || Ontem, perante seus concidadãos que | trabalham no Brasil, o Embaixador norte- | americano, *Senhor Lincoln Gordon*, fêz um | discurso que pode representar, na área bra- | sileira, um ponto de partida tão simbólico | quanto o discurso de posse do Presidente | Kennedy na área norte-americana e inte- | rnacional. || Destacamos, de propósito, antes de | mais, que o *Senhor Lincoln Gordon* falou, | ontem, aos norte-americanos aqui radica- | dos. Começou muito bem: pois dos norte- | americanos que aqui trabalham, que aqui | negociam, que aqui produzem, aqui com- | pram e aqui vendem, depende parte funda- | mental do sucesso ou do insucesso que terá | o *Senhor Lincoln Gordon* em sua tarefa de reali- | zar o propósito que evidentemente o (sic) anima | e ao Govêrno que representa, qual o de | modificar radicalmente, para melhor, o tipo | de relações que têm mantido, até agora, | Estados Unidos e Brasil. || Êsse propósito foi definido pelo Embai- | xador logo na primeira parte do seu discurs- | so, quando se referiu, textualmente, ao | *nôvo modo de agir do nosso Govêrno para | com a América Latina*. Êsse nôvo modo de | agir, a Aliança para o Progresso, o *Senhor Gor-* | *don* o caracterizou como sendo *muito seme-* | *lhante à Operação-Pan-Americana*. E ma- | nifestou a idéia, sua própria, de rebatizar | a aliança lançada pelo Presidente Kennedy, | passando a chamá-la de *Operação-Aliança*. || A idéia é reveladora. Manifestando-a, | o *Senhor Lincoln Gordon* afirma seu reconhe- | cimento ao Brasil por ter mostrado o bom | caminho aos norte-americanos, ao tempo | em que eram presidentes os *Senhor Kubi-* | *tschek* e Eisenhower. Ao mesmo tempo, | procura emprestar à Aliança para o pro- | gresso o sentido de urgência – Operação – | que revestia o empreendimento brasileiro e | até agora não chegou a caracterizar | cabalmente o plano do Presidente Kenne- | dy. E mantém a palavra *Aliança*, funda- | mental na nova ideologia que o jovem Pre- | sidente do Norte procura impor tanto aos | seus compatriotas como a nós latino-ame- | ricanos. || O *Senhor Lincoln Gordon*, para os bons | entendedores, disse ontem *contra quem é | essa Aliança*. Não é apenas contra os co- | munistas. O *Senhor Gordon* não falou uma | única vez nem em comunismo e nem em co- | munista. A Aliança, segundo se conclui de | seu discurso, é contra o subdesenvolvimen- | to econômico e contra a má distribuição | social e regional da riqueza latino-america- | na. A Aliança, diz nas entrelinhas o *Senhor | Gordon*, é contra aquêles norte-americanos | e latino-americanos que têm impedido, até | aqui, a reforma institucional da América | Latina. A Aliança, enfim, é contra os cons- | piradores em favor de soluções aparente- | mente rápidas, menos democráticas e me- | nos pacíficas: o *Senhor Gordon* elogia a voca- | ção democrática da América Latina, do | Brasil em particular, e aplaude a solução | pacífica que os brasileiros encontraram | para a recente crise política; considera-a, | mesmo, um milagre que poucas nações | poderiam repetir. || O *Senhor Lincoln Gordon*, diante de seus | compatriotas que conosco repartem as bêm- | çãos e as dificuldades do Brasil e do atual | momento brasileiro, fêz o elogio da inicia- | tiva privada, elogio que subscrevemos intei- | ramente. Mas subscrevemos, igualmente, | com o mesmo entusiasmo, a violência com | que investiu contra o que chamou de | *um erro infeliz e difundido de entender | que a emprêsa privada sòzinha pode con-* | *seguir o desenvolvimento adequado da Amé-* | *rica Latina*. || O que se impõe, diz o Embaixador, | são os empreendimentos mistos, públicos e | privados. O que se impõe, dizemos nós | – e não cremos ir muito adiante do Em- | baixador, que fala como diplomata – | é a colaboração do govêrno para o govêrno, | é o auxílio aos investimentos públicos sem os | quais não pode haver, pelo menos em | países subdesenvolvidos, uma verdadeira | iniciativa privada. O que se impõe é que, | concomitantemente com os investimentos | particulares norte-americanos na América | Latina, o Govêrno de Washington auxilie | os Governos de

seus vizinhos do Sul a construir a infra-estrutura econômica que não possuem. O que seria, aliás, o maior estímulo que a iniciativa privada de qualquer parte do mundo poderia ter no sentido de investir, confiantemente, na América Latina. || Em suma, o Embaixador norte-americano fez, discretamente – como não poderia deixar de ser – um discurso contra os maus norte-americanos e os maus latino-americanos. Contra os que lutam pela preservação de um *statu quo* que leva o Hemisfério à ruína. E contra os que não hesitam em golpear as instituições democráticas em nome das instituições democráticas. || Esperamos que o discurso do Senhor Lincoln Gordon tenha maior repercussão possível: na América Latina e nos Estados Unidos. No Texas e no Estado de Guanábara. Em Cuba e no Peru.

EDITORIAL Nº: 08

DATA DE PUBLICAÇÃO: 01 de junho de 1964 (domingo)

CODIFICAÇÃO: JB 08/1964

TÍTULO: A busca da imagem

A busca da imagem || Muito se fala e muito se procura fazer hoje | em dia no Brasil acêrca da “imagem nacional”, | isto é, da imagem que o Brasil projeta de si mes- | mo no exterior. A razão é a revolução de 31 de | março, que tem sido, em certos países, interpreta- | da de forma bastante errônea. O Brasil se sente | como se estivesse em viagem pelos jornais do | mundo, uma péssima e deformante telefoto de si | próprio. || Mas terá o Brasil uma preocupação constan- | te com a imagem que de si mesmo projeta? Anti- | gamente, antes de iniciada a fase nacionalista na | era de Vargas, o Brasil só gostava de mostrar ao | estrangeiro seu aspecto superficial, europeu, seu | ensaio litorâneo de civilização. Qualquer incursão | estrangeira pelos campos miseráveis do interior ou | quaisquer observações francas sôbre o caráter ina- | pelavelmente mestiço da população nos pareciam | atos hostis. || A fase nacionalista foi benéfica porque foi | introspectiva. Nós próprios nos olhamos com uma | nova objetividade e nos aceitamos. O importante | dali para frente era corrigirmos o muito que em | nós havia de errado. E não se tratava de um dis- | farce, de uma operação plástica. Tratava-se de | realmente construir o Brasil tal como o desejá- | vamos. Mas como não é fácil sair do estágio do | subdesenvolvimento para o círculo bastante fecha- | do das grandes nações do mundo, voltou- nos um | pouco daquela impaciência com as críticas do ex- | terior. Exacerbou-se o nacionalismo e entramos no | nôvo ufanismo de nos apresentarmos como o País | da legislação trabalhista mais adiantada do mun- | do, de miscigenação de raças mais liberal do pla- | neta, da maior Nação latina, da maior Nação ca- | tólica. Corrompido através dos anos, o processo na- | cionalista acabou no janguismo e quase no estra- | nho orgulho de nos apresentarmos aos demais | povos como a Nação mais católica do mundo. || Ninguém pode criticar à revolução de 31 de | março sua ansiedade de projetar no exterior uma | imagem correta de si mesma e do Brasil. Mas não | resta dúvida de que essa imagem será apenas | aquela que a revolução criar e não a que se esforça | por projetar. O movimento militar que resultou na | queda do *Senhor* João Goulart pode ser explicado nas | suas intenções mas só será aceito na medida das | suas realizações. Vinda para resolver e alterar a | revolução não pode levar de nôvo o Brasil àquela | tendência de se apresentar ao mundo, em lugar | de se deixar conhecer por ele. || Trate a revolução de se realizar na pureza, e, | principalmente, nos limites do seu ímpeto inicial, | que sem maiores canseiras verá que se cria e se | projeta sòzinha essa “imagem” que parece tão di- | fícil de esculpir.

EDITORIAL Nº: 09**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 12 de outubro de 1967 (quinta-feira)**CODIFICAÇÃO:** JB 09/1967**TÍTULO:** Réquiem por Guevara

Réquiem por Guevara || Guevara morreu como deveria ter querido | morrer. Em plena luta, no combate traiçoeiro da | guerrilha de que foi um grande teórico e um bra- | vo praticante. Embora conhecendo a sincerida- | de e a coragem com que soube lutar pelas suas | ideias, ninguém poderá tributar a Guevara o res- | peito que merece o inimigo tombado no campo da | batalha. O caráter desleal e insidioso da guerri- | lha, seus métodos tortuosos e pérfidos de organi- | zar cientificamente a traição dentro da nossa pró- | pria casa, sua implacável crueldade na utilização | de todos os meios para implantar o terror, fazem | do guerrilheiro antes um bandoleiro das idéias, | um salteador da política, do que um adversário | franco e correto merecedor daquela dose de res- | peito que as guerras modernas herdaram de velhos | costumes cavalheirescos. || Guevara vai ser transformado em um herói | mundial da causa comunista. Sua legenda, que foi | construída sistematicamente pela imprensa a ser- | viço das esquerdas em tôda parte do mundo, | será agora erigida em mito sagrado do socialismo. | A canonização do aventureiro argentino não tar- | dará. Em breve partilhará, no olimpo vermelho, | das honrarias só prestadas a figuras exponenciais | do marxismo-leninismo. Isso para uso externo. Na | realidade sua morte deve ter representado um | certo desafogo para Fidel Castro. *Che* Guevara | passara a ser uma presença incômoda em Havana | nas vésperas do seu desaparecimento. A completa | deterioração da economia cubana, com o fracasso | de todos os planos administrativos revolucioná- | rios, colocou o país à mercê exclusiva da esmola | soviética. A rigor a economia cubana passou a vi- | ver do preço fictício que a União Soviética paga | pelo seu açúcar, o qual equivale a seis vêzes a | cotação do mercado internacional. Trata-se de um | preço exclusivamente político, porquanto a Rús- | sia, grande produtora de açúcar de beterraba, nun- | ca fôra importadora do açúcar de cana. Mais de | um milhão de dólares por dia custa aos russos a | manutenção dêsse estado de coisas. || Guevara com seu temperamento militante | de revolucionário autêntico passou a afastar-se | cada vez mais das tendências aburguesantes do | médio comunismo soviético dos nossos dias. Incl- | nava-se fatalmente para a órbita de Pequim e, na | sua qualidade de Ministro das Indústrias de Fidel, | começou a criar dificuldades à assinatura do nôvo | acôrdo com Moscou para assegurar a continuação | da proteção política ao açúcar cubano. Foi nessa | época que teve que ser misteriosamente escamo- | teado, destacado, como agora se verifica, para pro- | mover a subversão em terras alheias. Assim, pro- | vavelmente Fidel Castro, no seu íntimo, compar- | tilha hoje com tôda a América Latina o alívio | pelo desaparecimento da sombra incendiária per- | manente do terrível doutor das guerrilhas. || No Brasil, já desponta a pieguice sentimental | a emprestar tintas do heroísmo novelesco ao desa- | parecimento de Guevara, tombado quando empe- | nhado em luta traiçoeira contra bolivianos que | defendiam seu território da invasão dos agentes | estrangeiros. O ex-Senador Afonso Arinos emergiu | do seu erudito retiro em que, de parceria com o | Sr. Jânio Quadros, prepara doutos calhamaços, | para declarar que Guevara é um revolucionário | romântico no modêlo do século XIX, como Gari- | baldi e Líbero Badaró. O Sr. Afonso Arinos é | autoridade em Guevara, pois lhe coube o papel de | coadjutor do Sr. Jânio Quadros no incrível episó- | dio de sua condenação com a nossa mais alta | comenda. Mas a comparação não poderia ser mais | infeliz. Garibaldi foi um cavalheiro andante da | liberdade, enquanto que Guevara se manteve sem- | pre um frio marxista interessado exclusivamente | na implantação da ditadura socialista na nossa | área. || A morte de Guevara constitui uma advertên- | cia dramática aos planejadores da subversão sis- | temática reunidos na OLAS. Que o sacrifício do | seu grande líder lhes sirva de lição e

de escar- | mento sôbre a disposição da América Latina de | resistir por todos os meios à ação
solerte e trai- | çoeira de seus agentes em nossas plagas.

EDITORIAL Nº: 10**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 04 de abril de 1970 (sábado)**CODIFICAÇÃO:** JB 10/1970**TÍTULO:** Dinamismo das artes

Dinamismo das artes || O Brasil acumulou um acervo extraordinário de monumentos artísticos desde o primeiro século do descobrimento. Sem qualquer relíquia de realização artística pré-colombiana, conseguiu rapidamente reunir o talento do europeu colonizador à instituição artística de negros e índios. De Norte ao Sul do país, das igrejas de Belém do Pará às ruínas jesuíticas das Missões, é impressionante o testemunho da inspiração criadora brasileira, num majestoso arco que vem das primeiras ermidas coloniais à Catedral de Brasília. || Por isso mesmo não é de estranhar que, encerrando ontem, em Brasília, o Encontro Nacional de Defesa do Patrimônio tenha aprovado mais de 20 propostas para a defesa, preservação e aprimoramento desse tesouro que reluz, aqui e ali, em toda extensão dos oito e meio milhões de quilômetros quadrados do Brasil. || Se a atividade artística foi sempre intensa e de alta qualidade, sua preservação efetiva constituiu um problema econômico e na hierarquização dos problemas econômicos a arte sempre ocupa um lugar humilde. À primeira vista é apegado nas natural que se cuida antes do bem-estar dos vivos e do progresso imediato do país. Mas qualquer exame mais detido do problema revelará que quando os países se voltam seriamente para as tarefas imediatas do desenvolvimento, voltam-se ao mesmo tempo para o dever de cuidar do seu patrimônio espiritual. A famosa decolagem do desenvolvimento não se faz a partir de uma plataforma nua, e sim de uma consciência espiritual de forças civilizadoras que impelem as nações no esforço de se ultrapassarem. Quando o esforço nacional começa a se manifestar em todos os setores, é que se chegou ao instante do desenvolvimento. Nesse mesmo tanto se preza uma nova siderúrgica quanto uma igreja antiga. || Fez bem o paisagista Burle Marx, no instante em que o Ministro Jarbas Passarinho falava na preservação dos monumentos históricos, de fazer declarações cadentes em defesa da preservação dos recursos naturais. O impulso do desenvolvimento de um país é assim, é multifórmico. Quando o paisagista fala na “calamidade estética” que são as obras de sustentação de encostas no Rio de Janeiro não se pode deixar de sorrir. Pinte-se o concreto ou plantem-se selvas de antúrios e strelízias ao seu redor, mas a urgente tarefa do Instituto de Geotécnica era impedir que as pedras rolassem e destruíssem edifícios inteiros, como aconteceu em Ipanema. Não se negue, porém, a Burle Marx seu provisor direito de crítica. Passada a fase heróica do Instituto de Geotécnica nada há que impeça que se façam muros de arrimo mais discretos e parecidos com rochas. E sobretudo ouça-se a sua voz que, com razão, profetiza desertos para o país desflorestado. O importante é que sua voz não acabe por clamar num único deserto brasileiro. Nesse caso, sim, pouco adiantará que ainda tenhamos monumentos artísticos de pé e fábricas fumegando. || Quanto ao Encontro Nacional de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, no âmbito do Ministério da Educação, tudo faz crer que produza frutos. O Ministro Passarinho acentuou, com razão, que o Governo federal sozinho já poderia arcar com todo o peso da preservação dos monumentos. De qualquer forma esses monumentos, que são orgulho da nação inteira, são fontes de orgulho local antes de tudo. Os Governos estaduais devem, por todos os motivos, fazer uma contribuição importante ao trabalho que vem sendo executado, com verbas curtíssimas, pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, do MEC. Achamos, no entanto, que o DPHAN, solidamente implantado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, deve concentrar mais autoridade e mais verbas para prosseguir em sua obra de defender o tesouro artístico da nação. || O importante é que se esteja dando real importância ao problema. Nosso próprio

planejamento do futuro não passaria de uma imitação do verdadeiro planejamento se não se apoiasse firmemente na consciência histórica da nação, cristalizada em sua arte.

EDITORIAL Nº: 11

DATA DE PUBLICAÇÃO: 06 de dezembro de 1973 (quinta-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 11/1973

TÍTULO: Trilhos da Integração

Trilhos da Integração || A notícia das agências fala de um comboio | ferroviário que saiu na sexta-feira passada de | Antofagasta, no Chile, com um carregamento de | 60 toneladas de cobre da mina de Mantos Blan- | cos, com destino a São Paulo. O trem percor- | rerá território argentino, via Salta, irá até | Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e de lá se | dirigirá para Corumbá e Santos, no Brasil. As- | sinalando a importância histórica do fato, o | General Pinochet, Presidente da Junta do Go- | verno do Chile, declarou que o trem represen- | tará esforço significativo da abertura ”de (sic) uma | rede de comunicações terrestres entre o Chile, | a Argentina, a Bolívia e o Brasil, de quase 5 mil | quilômetros de extensão.” || A unidade ferroviária sobre o lema ”os (sic) tri- | lhos ajudam a integração” é demonstrativa da | concepção de que os continentes, regiões ou | países continentais se entrosam mais intimamen- | te e melhor sobre os trilhos transportando grandes | massas de produtos e bens. O mínimo que se | deverá dizer dessa viagem é que está fazendo | história. ou (sic) iniciando capítulo da história con- | tinental que não poderá deixar de ser escrito | até suas últimas e benéficas consequências. || A notícia tem dimensão histórica ainda | mais transcendental do que a exemplaridade fer- | roviarista. Os vagões, pela primeira vez, ligarão | o Pacífico ao Atlântico, em seu polo de maior | dinamismo, no momento. Também em breve, | trilhos que saem de Corumbá poderão ligar | Santa Cruz de La Sierra a La Paz, e de lá al- | cançarem o Pacífico em Arica, em segundo en- | lace de oceanos. || Notável na notícia dos trilhos da integra- | ção é a participação de argentinos e brasileiros, | chilenos e bolivianos, revelação de viabilidade | de todos os projetos multinacionais propostos | com o espírito de convergência, que deverá re- | unir as nações no Sul do continente, e evitar | na região a repetição de erros históricos, com | aproveitamento pleno das lições que o mundo | dos conflitos nos proporcionaram, principal- | mente dos conflitos mundiais iniciados na Eu- | ropa. || A evolução do mundo multinacionaliza os | projetos, ou pelo menos tende para isto, e tal | tendência se fortalece sempre que tratados de | integração regional e sub-regional aconselham a | política da multinacionalidade. Tal política tem | sobre a binacionalidade a vantagem de ex- | plorar ao máximo as economias de escalas, de | multiplicar recursos ou concentrá-los, bem como | distribuir de forma equânime e justa compen- | sações para os prejuízos sensíveis ou não. || Mas a superioridade maior de projetos e | iniciativas de natureza multinacional será en- | contrada no plano político-psicológico, através | da redução de áreas de atrito e de conflito, de | início retóricos, e, às vezes, graves para as ge- | rações futuras, que terão de resgatar equívocos | na condução de políticas regionais. A regionali- | zação econômica e política aconselha a concep- | ção multinacional, sempre que possível. As van- | tagens do binacionalismo ou do bilateralismo | podem ser tentadoras a curto prazo. A longo | prazo, é sempre melhor plantar a concórdia, tal | como agora acontece com os trilhos da inte- | gração.

EDITORIAL Nº: 12

DATA DE PUBLICAÇÃO: 21 de novembro de 1976 (domingo)

CODIFICAÇÃO: JB 12/1976

TÍTULO: Ecos de Versalhes

Ecos de Versalhes || O marasmo em que se debate neste momento a Nação é produto de uma série de fatos de natureza vária: política, econômica, administrativa, social, o que torna, muitas vezes, impossível isolar e identificar as causas de situações que desafiam qualquer diagnóstico fundado em premissas lógicas. || Há, entretanto, em meio a todos esses, um fator que talvez passe despercebido por já se ter incorporado ao cotidiano da vida nacional e adquirido foros de irreversibilidade: chama-se Brasília. As dissonâncias que são a tônica do atual Governo, em que declarações contraditórias das mais altas autoridades se alternam com desmentidos vagos numa espécie de jogo de parates, não são mais do que o resultado de uma espontânea defasagem entre o Governo e a realidade. || Esse divórcio entre fatos, palavras e atitudes é devido, em grande parte, à distância que separa os grandes núcleos da atividade brasileira dos centros de decisão isolados em Brasília, no ermo do Planalto. As alavancas de comando se acham distantes dos centros motores. As correias de transmissão da máquina administrativa estão emperradas e os canais de comunicação entupidos. || Por isso o Executivo passou a ver a realidade nacional através da cortina de papel dos salões burocráticos. Brasília é uma espécie de campânula cujos ocupantes se acham isolados da realidade externa pelo vácuo em que não se paga o eco do caos nacional. O panorama da Nação visto pelo Planalto sofre a distorção das realidades. Só um fenômeno desses poderia explicar declarações, por exemplo, como o Ministro da Fazenda, que, ao se referir à crise econômico-financeira em meio à qual se debate o Brasil, permitiu-se afirmar, com chocante desenvoltura, que o avião estava atravessando uma zona de turbulência e quem não estivesse contente que saltasse. || Uma declaração desta natureza, diante da gravidade da nossa conjuntura econômico-financeira, soa como um eco retardado de Versalhes, onde no auge de uma crise que destruiria as estruturas políticas, econômicas e sociais da França, Maria Antonieta, ao ser informada que a revolta da massa fora precipitada por falta de pão, indagou, talvez com perdoável ingenuidade: "Se (sic) não têm pão, então porque não comem bolos?" || No contexto da atual situação brasileira, as palavras do Ministro da Fazenda em Brasília não podem deixar de evocar o ambiente de Versalhes. Guardadas as propostas do tempo e da conjuntura histórica, Brasília está hoje para o Rio de Janeiro como Versalhes se encontrava naquela época para Paris. Lá não faltam nem mesmo o Grand Trianon da Alvorada e o Petit Trianon do Riacho Fundo.

EDITORIAL Nº: 13**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 05 de novembro de 1979 (segunda-feira)**CODIFICAÇÃO:** JB 13/1979**TÍTULO:** Passo à Frente

Passo à Frente || Ainda sob os ecos da feliz conclusão dos | acordos de Itaipu, passo importante na pacificação | da fronteira Sul da diplomacia brasileira, a visita | do Presidente Figueiredo a Caracas – sua primei- | ra viagem ao exterior como Chefe de Estado – | aprofunda uma outra linha fundamental dos nossos | contatos externos, extremamente valorizada por | bruscas valorizações de cenário. || Tem apenas dois anos, com efeito, o início de | entendimentos profícuos entre o Brasil e a Vene- | zuela, consequência de uma significativa “conver- | são” venezuelana no sentido continental marcada | pela adesão do Presidente Andrés Perez ao Pacto | Amazônico. || Neste movimento, a Venezuela seguia, a pe- | quena distância, outros países do Pacto Andino | progressivamente interessados pela Bacia Amazôni- | ca como possibilidade de intercâmbios tecnológicos | e comerciais com um país em franco desenvolvi- | mento; mas Caracas tinha os seus próprios motivos, | sendo um deles a descoberta de que os Estados | Unidos não eram o único parceiro que valia a pena. || A Venezuela depositou, a princípio, grandes | esperanças no Pacto Andino; mas encontrou desilu- | sões neste caminho. Ao mesmo tempo, seus homens | do Governo afastavam pouco a pouco a preocupa- | ção quanto a um suposto esforço de preponderân- | cia brasileira no âmbito continental, concluindo | que o Brasil desejava, afinal, relações estáveis, | seguras e sadias em todos os países do continente. || O Brasil tinha ainda, para a Venezuela, o | atrativo de poder ser um trampolim político e | econômico, por suas dimensões e posição relativa, | na direção de parceiros continentais mais distantes | – incluindo a Argentina, no que Caracas e Buenos | Aires chegaram a idealizar como uma “amizade | especial” (o que também não se concretizou). || A descoberta da tolice que era, afinal, a pouca | comunicação entre dois vizinhos significativos terá | apressado a adesão da Venezuela ao Pacto Amazô- | nico, passo decisivo na “continentalização” do | país. || Para o Brasil, o Pacto significou um impor- | tante avanço na direção de uma região que se | descobria, finalmente, não ser apenas brasileira, | exigindo esforços conjuntos para o seu melhor | aproveitamento. O país amadureceu, neste sentido, | valorizando a importância de dialogar com povos | vizinhos, de falar com eles uma mesma língua – e | percebendo, ao mesmo tempo, a importância de | sair de um certo isolacionismo que as barreiras | geográficas favoreciam. || A Venezuela, para o Brasil, é parceiro de | extrema importância, com peso específico no con- | texto latino-americano. Pode propiciar um passo | fundamental da diplomacia brasileira em direção | ao Norte continental, onde ela ainda carece de | maior sustância. Neste sentido, a viagem do | Presidente coroa os resultados obtidos num perío- | do curto e ativo de movimentação diplomática.

EDITORIAL Nº: 14

DATA DE PUBLICAÇÃO: 03 de abril de 1982 (sábado)

CODIFICAÇÃO: JB 14/1982

TÍTULO: Quebra de Princípios

Quebra de Princípios || O continente acordou sobressaltado | com a notícia inusitada da invasão das | ilhas Falklands. || Sobressalto não é de forma alguma | palavra excessiva para o caso. Ele decor- | re, em primeiro lugar, do fato de que | nenhuma tentativa mais seria foi feita | para resolver por outros meios uma ques- | tão que já se arrasta há mais de um | século. || Decorre, principalmente, do fato de | que do dia para a noite está criado um | precedente alarmante para a convivência | dos povos deste continente. || A América do Sul, como qualquer | região do mundo, já teve seu quinhão | de sangue. Estão nos livros a Guerra do | Paraguai, a Guerra do Pacífico, as guer- | ras da independência. O que caracteriza | esses conflitos, entretanto, é a condição | *histórica* a que se recolheram: tornaram- | se matéria de estudo, de interpretação, | de análise; mas pertencem todos ao sécu- | lo passado. || Não é despropositado lembrar (tan- | to mais quando se trata de motivo de justo | orgulho) que a política brasileira, no | Império e no início da República, teve | um papel muito grande na instauração de | bons princípios de relacionamento re- | gional. || Sendo, de longe, o maior país do | continente, aquele que fazia fronteira | com quase todos os outros, cabia ao | Brasil estabelecer um padrão de compor- | tamento; e nesse terreno os políticos do | Império e da primeira República elabo- | raram uma filosofia de solidariedade | continental e de amizade entre as nações | americanas que foi levada às suas conse- | quências extremas. O arbitramento como | forma de resolver conflitos transformou- | se para o Brasil num credo diplomático | que teve em Rio Branco o seu maior | intérprete. Quando o barão assumiu a | pasta do exterior, só existiam dois trata- | dos nesse sentido, assinados com o Chile e | com a Argentina. O então chanceler do | Brasil promoveu a assinatura de mais 29, | no intuito de prevenir todos os casos | possíveis de divergência. || O exemplo frutificou, e poucos anos | depois da morte de Rio Branco – já na | segunda década deste século –, os ecos | da Guerra do Pacífico, travada entre | Chile, Peru e Bolívia, foram soluciona- | dos por mediação norte-americana. || É este clima e estes precedentes que | se vêem de uma hora para outra postos | em questão pela brusca invasão das Fal- | klands. E é preciso dizer que se trata, em | todos os sentidos, de uma agressão injus- | tificável, duplamente perigosa por colo- | car em risco a estabilidade continental. || Os fatos são tão mais chocantes | quanto as Falklands sequer pertencem ao | território continental, de que se encon- | tram a boa distância; e sua população, | basicamente inglesa, teria tomado parti- | do contrário ao da Argentina caso lhe | tivessem dado oportunidade de opinar. || A Inglaterra, sob cuja jurisdição | vivem as Falklands há bem mais de um | século, é um país amadurecido na prática | da negociação – depois de ter tido a sua | época *imperial*. Problemas coloniais fo- | ram resolvidos pelos ingleses não apenas | com sucesso, mas muitas vezes com supe- | rior habilidade. A essa flexibilidade deve | a Inglaterra a constituição da Common- | wealth, imenso organismo com efeitos | políticos, culturais e econômicos, em que | um sem-número de ex-colônias, por sua | própria vontade continuou a viver no | âmbito da comunidade britânica. As Fal- | klands, entretanto, sequer se poderiam | considerar de fato como uma colônia, já | que a população é basicamente de origem | inglesa. || Do lado Argentino é que o *animus* | *negotiant* tornou-se, nos últimos anos, | preocupantemente escasso. O caso das | Falklands foi precedido, a pouca distân- | cia, pela crise com o Chile a respeito do | canal de Beagle – e também, nesta | oportunidade, a Argentina parecia cami- | nhar muito depressa para o recurso à | força; finalmente contornado pela inter- | venção do Vaticano, sem que com isto a | disputa se tenha encerrado, pela incon- | formidade do Governo de Buenos Aires | com o laudo arbitral. || Não se trata, portanto, de uma in- | vestida contra um “poder imperial” pre- | sente no hemisfério – há muito que o |

império britânico foi obrigado a mudar | de natureza. Trata-se, ao que parece, de | um abandono consistente das virtudes | diplomáticas, da noção de convivência. || É impossível não enxergar nessa de- | terioração o efeito de uma *militarização* | da política, com a consequente magnifi- | cação da força como meio de decidir | querelas. || Mas no caso deste súbito desembar- | que nas Falklands podem-se enxergar | alguns detalhes. || Se ele se torna, por exemplo, um ato | que beira o surrealismo e a irresponsabi- | lidade, é entre outros motivos porque o | Governo do General Galtieri mal teve | tempo de acostumar-se à Casa Rosada – | e, antes mesmo de acostumar-se, foi | obrigado a tomar nota de um amplo | movimento de desconforto e protesto da | sociedade argentina. || Ao Governo militar argentino falta | respaldo, faltam bases políticas, falta | todo tipo de ressonância popular. E | então, antes de ser um ato irrefletido, o | desembarque nas Malvinas assume o as- | pecto de um cálculo medíocre, destinado | a excitar as paixões populares, a afogar | em instintos patrióticos o que é sob todos | os aspectos um penoso início de Governo. || A impressão é corroborada pela li- | bertação – tão brusca quanto a invasão | – dos manifestantes que tinham sido | presos por promoverem, horas antes, | agitações populares na Plaza de Mayo. || Esse “pequeno efeito” parece ter | sido alcançado. Voltam às praças os | manifestantes – ou alguns deles – desta | vez sacudindo bandeiras e cantando hi- | nos patrióticos. Em que época estamos? | Em que país acontece tudo isso? Em um | arremedo de república? Ou numa nação | que já teve bons motivos para orgulhar- | se de si mesma? || O que está acontecendo em Buenos | Aires deve estar preocupando os argenti- | nos que conservam o sangue-frio; mas | preocupa tanto ou mais os vizinhos de | continente. || Princípios elevados levam muito | tempo para serem aceitos e consolidados; | mas podem ser postos a perder em pouco | tempo. || Neste continente que se prepara pa- | ra desempenhar um novo papel nos as- | suntos mundiais, pelo crescente aprovei- | tamento das suas potencialidades, não há | apenas questões históricas a serem resol- | vidas; há centenas e centenas de outros | assuntos, alguns envolvendo negociações | complexas e longas. || Uma dessas negociações – felizmen- | te bem sucedida – foi a que permitiu a | compatibilização dos projetos hidrelétri- | cos de Brasil e Argentina no rio Paraná. | Que sentiriam os negociadores brasilei- | ros, nos momentos cruciais, se soubessem | que estavam discutindo com parceiro | que pode deixar-se levar – como agora | se vê – pelo emocionalismo? A simples | desconfiança a esse respeito não teria | destruído a atmosfera básica sem a qual | nenhuma negociação caminha? || A questão das Falklands não tomou | um bom rumo, entre outros motivos, | porque nunca foi levada a um foro apro- | priado. Mas se essa questão é grave, e | provoca temor quanto aos seus futuros | desdobramentos, outras questões enfilei- | ram-se atrás dela a exigir consideração. || Pensa o governo argentino em re- | gressar ao passado, ou às etapas mais | cruas do populismo, em que se unia a | nação apontando-lhe um inimigo exter- | no? Por quanto tem funcionarão sorti- | légio deste tipo? E quais serão suas | conseqüências para um continente pou- | pado, até agora, dos aspectos mais depri- | mentes dos conflitos entre nações? || Nada justifica a impetuosidade ar- | gentina. Não há um só raciocínio a ser | aduzido em seu favor. A Argentina deve- | ria estar menos preocupada com as Fal- | klands do que com um panorama interno | que tem evidenciado as mais graves fra- | turas. Sem coesão interna, país algum | pode ter pretensões à grandeza. E a | Argentina teria direito a aspirar essa | grandeza. O contraste ente a sua reali- | dade e as suas potencialidades é talvez o | que há de mais penoso no período escuro | que atravessa.

EDITORIAL Nº: 15

DATA DE PUBLICAÇÃO: 16 de março de 1985 (sábado)

CODIFICAÇÃO: JB 15/1985

TÍTULO: Formação da Cidadania

Formação da Cidadania || NÃO um conjunto de medidas administrativas | não visando exclusivamente a melhorias materiais; | nem tão pouco um empenho concentrado na troca | de orientações e métodos pedagógicos – mas a | luta pela aquisição de uma consciência abrangente | e renovadora do problema. Esta [é] a intenção que | norteará o desempenho do Ministro da Educação | recém-empossado. No discurso pronunciado ao | assumir o cargo, o *Senhor* Marco Maciel resumiu o seu | pensamento em uma frase digna de registro: “Ati- | ve-me à arraigada convicção de que só haverá | verdadeiramente Nova República se houver nova | educação”. || Tal como encara o novo Ministro, a educa- | ção é o fio que costura as instituições democráticas, | o pilar que em última análise assegura a sua | existência, garante a sua continuidade e permite | aos homens extrair delas conseqüências positivas | em termos de desenvolvimento no mais pleno | sentido da palavra. Construir uma nação, tal como | sonhamos no alvorecer desta nova fase da história | brasileira, é, portanto, algo que “começa | pela | educação e se sedimentará, em definitivo, pela | educação”. || De conformidade com essa visão humanista, a | proposta do *Senhor* Marco Maciel teria necessariamente | de ir muito além das discutidas questões metodoló- | gicas ou das operações de emergência destinadas a | alcançar melhorias setoriais da rede de ensino. | Implica essa postura o compromisso de uma ação | que leve à mudança de todo o conjunto, abarcando | a qualidade tanto quanto os aspectos quantitativos. | A quantidade, porque na democracia a educação | deve ser um bem ao alcance de todos. A qualidade, | para que “não perdue o atual quadro de massifica- | ção com desqualificação”. || Sendo não apenas fonte de saber, a escola há | de projetar-se como o elemento básico e insubsti- | tuível de formação da cidadania. O que significa | que deverá ser participativa e ativa no processo de | aperfeiçoamento da estrutura social. E em termos | mais próximo da prática, que terá de libertar-se | das amarras que a levaram, nos últimos decênios, a | perder a sua vocação de instrumento civilizatório | para transformar-se em simples máquina de habili- | tação profissional. || Chega-se por aí à idéia mais alta da escola | como a via pela qual alcançaremos a tão desejada | “identidade cultural” no quadro de uma sociedade | livre. E, portanto, ao território onde educação e | cultura primeiro se tornam uma unidade, para em | seguida possibilitarem o estabelecimento de uma | fronteira a partir da qual se revelam os critérios de | uma ação voltada para a produção, disseminação e | preservação de bens culturais. Uma ação que se | exerça autonomamente, mas ainda assim comple- | mentar à da educação. || Universalidade, pluralidade, participação e | responsabilidade – estas são as palavras-chave do | projeto educacional esboçado em grandes linhas | pelo Ministro Marco Maciel. E que, como fez | questão de afirmar, deve ser válido para todas as | instituições do sistema educativo, da escola primá- | ria à universidade. Essas propostas, pelo que | encerram de humanismo e modernidade, corres- | pondem decerto às expectativas da sociedade brasi- | leira.

EDITORIAL Nº: 16**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 02 de dezembro de 1988 (sexta-feira)**CODIFICAÇÃO:** JB 16/1988**TÍTULO:** Mercados Futuros

Mercados Futuros || Voltou o presidente Sarney da Argentina, onde | foi consolidar e projetar para o futuro as | iniciativas até agora tomadas no sentido da forma- | ção de um mercado comum regional. Este é um | projeto que ainda não pode ser considerado um | grande sucesso em termos práticos; mas que, não | obstante, contém as sementes de um desenvolvi- | mento positivo, e ficará associado favoravelmente à | imagem do governo que vai entrar em seu último | ano. || Convém recapitular, para medir a extensão do | caminho percorrido. O Brasil e a Argentina sempre | foram rivais históricos, numa relação que muitas | vezes chegou à inimizade. Cada um dos dois lados | temia o expansionismo do outro, e tomava provi- | dências para preveni-lo. Assim se forjou uma rela- | ção tecida de tensões e conflitos, cujo ponto | culminante talvez tenha sido alcançado na década de | 70 com a grande discussão em torno da bagagem de | Itaipu – vista pelos argentinos como uma ameaça | aos seus ecossistemas e direitos de navegação no rio | Paraná. || Com uma competente operação diplomática, | desfez-se esse nó: era o começo de uma nova etapa. | Na Argentina, a liberdade de comércio firmada pelo | ministro Martinez de Hoz permitiu que as trocas | bilaterais dessem saltos. Como clima, era o melhor | possível; mas ali se estabelecia uma evolução defici- | tária para a Argentina. E o *boom* comercial termi- | nou em retratação e desencanto, à medida que ambos | os países sentiam o impacto da crise econômica. || Já nessa primeira etapa de aproximação, carac- | terizavam-se como problemáticas as diferenças de | potencial. Nos anos 30, a Argentina estava muito | acima do Brasil, em todos os terrenos. Vinte anos | depois, a situação já era de relativo equilíbrio. E, | nos anos 60, o Brasil tomou a dianteira com ímpeto | sempre maior. Transformou-se numa potência mé- | dia, enquanto a Argentina estagnava e até regredia | em alguns setores. || Desse desequilíbrio dinâmico nasceram alguns | dos temores que hoje passam sobre o projeto de | integração – como o de que os argentinos, em | relação ao Brasil, se transformem em fornecedores | de matéria-prima, absorvendo os produtos manufa- | turados brasileiros. || Coube aos governos Sarney e Alfonsín, com os | protocolos de 1986, derramar uma guerra comercial | embrionária. Estabeleceram-se, ali, as bases para | uma integração cautelosa e gradual, e mecanismos | de segurança contra desequilíbrios excessivamente | marcados. || A hora tinha soado para essa evolução. A | realidade de hoje aponta para a formação de gran- | des blocos, diante dos quais o Brasil e a Argentina | estariam prejudicados se insistissem numa antiquada | rivalidade regional. Mas, mesmo do ponto de vista | bilateral, a modificação se impunha, geopolítica- | mente falando. Sobretudo, a partir das guerras das | Falklands, tornava-se evidente para os argentinos | que a fronteira do Brasil já não era o seu ponto de | atrito ou insegurança. Com o governo Alfonsín, a | Argentina passou a contemplar seriamente a sua | projeção na direção sul – a ocupação de espaços | como a Patagônia, o processo de transferência da | capital para Viedma. E, para isto, era preciso | pacificar a fronteira norte. || O Brasil também considera a sua fronteira | meridional consolidada. Através de uma diplomacia | competente, desmontou as desconfianças referentes | a um seu eventual “imperialismo regional”. Mas | sabe que a Argentina ainda é a chave política para a | sua integração com o restante da América Espa- | nhola. || Em relação ao Brasil, os espaços a serem | ocupados encontram-se, agora, a noroeste – é a | complicada e imensa fronteira amazônica, sensível a | movimentos de guerrilha ou ao tráfico de drogas, | mas também a necessidade de controlar a utilização | de um meio ambiente ameaçada de um desfiguramento. || Este é um dado bastante prático do interesse | que têm. O Brasil e a Argentina num entendimento | maior – sendo outro o da desmontagem no ovo de | uma eventual corrida armamentista que nascesse da | desconfiança mútua. || Numa perspectiva

maior, surge a necessidade | de colocar ao menos em andamento o projeto de um | grande mercado regional. Pode ser projeto para | longos anos. Mas o Mercado Comum Europeu, hoje | plétórico de riquezas, também começou como uma | idéia basicamente política. O mercado regional pode | e deve ser o desdobramento do mercado interno | brasileiro – território de expansão econômica que | crie defesa e amortecedores contra as asperezas do | mercado internacional, onde falam cada vez mais | alto os blocos gigantescos que são a CEE, o mercado | norte-americano e o Extremo Oriente. A integração | entre o Brasil e a Argentina, que poderá incorporar | paulatinamente países como o Uruguai, o Paraguai, | talvez o Chile, é o elo inicial nessa política de | interesse nacional e bilateral.

EDITORIAL Nº: 17

DATA DE PUBLICAÇÃO: 12 de outubro de 1991 (sábado)

CODIFICAÇÃO: JB 17/1991

TÍTULO: O Caminho da Fé

O Caminho da Fé || O papa João Paulo II inicia hoje, por Natal, sua segunda visita pastoral ao Brasil, com dez dias de duração. Sua presença não poderia ser mais oportuna, num momento em que o país parece viver sua grande crise de fé. Há desconforto entre a população, diante de problemas que parecem insolúveis. Há também conflitos de ordem teológica, dentro da igreja, que a rigor já estiveram mais acesos. João Paulo II vem com a expressão viva de uma sabedoria de dois mil anos. Cabe ao papa apontar, aos católicos, o caminho que a igreja deve seguir, entre todos os caminhos enganosos que se abrem a todo momento. || Quando o mundo se liberta de velhos padrões maniqueístas, que o dividiram em dois durante, quase um século numa perversa bipolarização, parece no mínimo defasada a idéia de uma igreja conservadora em antagonismos com a igreja progressista. A igreja é uma só – e a visita do Papa fixa os contornos dessa síntese. A (sic) próprio estilo de João Paulo II – que, submetendo-se ao cansaço e a toda sorte de desconforto, vai trilhar 8.500 quilômetros de território brasileiro – revela um sacerdote moderno, dinâmico e afinado aos problemas de seu tempo. || O papa sabe muito bem que o Brasil que vai rever agora é outro, se comparado ao Brasil da sua primeira visita, há dez anos. Os problemas sociais se agravaram muito desde então, acrescentando cores sombrias a um quadro que já era ruim. A questão da criança abandonada desponta como um drama a desafiar a consciência nacional. A criminalidade, com o aumento do tráfico e dos seqüestros, assume forma de uma perversidade até há pouco inimaginável. || Ao mesmo tempo, a população católica diminuiu na razão direta de proliferação de seitas salvadoras, que vão arrebanhar fiéis nos segmentos sociais mais estigmatizados pela crise econômica. Há dez anos, 89,1 por cento dos brasileiros eram católicos. No ano passado essa cifra, segundo pesquisa do Instituto Gallup, estava reduzida a 76,2 por cento. O peso da Igreja Católica é ainda muito expressivo no Brasil. Mas a evasão registrada da revela uma tendência que precisa ser revestida. Não há dúvida de que a Teologia da Libertação, que sempre mereceu a censura do Vaticano, afastou antigos fiéis pela excessiva ênfase nas questões materiais. A alma também precisa ser confortada. || A “opção preferencial pelos pobres”, pela sua própria formulação, não pode ser vista como norma excludente, ou de sentido radical. O homem é um ser religioso por excelência. Se os problemas sociais brasileiros são sérios e bastante concretos, a fé e a espiritualidade são forças fundamentais para superá-los. O papa vem mostrar, nesta sua visita, que a vocação natural da transcendência, em todo ser humano, não é incompatível com a idéia de mudança social. Essas duas buscas se completam. || Justamente por isso, o papa falará como o mensageiro da Boa Nova, a seu rebanho, e como chefe de Estado, dia 14, na audiência que terá com o presidente Collor de Melo. Nos seus dois papéis, estará cumprindo uma missão fundamental. O Brasil precisa hoje, mais do que nunca, da palavra do papa. Junto com a crise econômica, vive-se hoje uma crise moral sem precedente. A restauração e o cultivo dos valores espirituais são condições básicas para o país enveredar por melhores caminhos.

EDITORIAL Nº: 18

DATA DE PUBLICAÇÃO: 03 de maio de 1994 (terça-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 18/1994

TÍTULO: O Apelo da Vitória

O Apelo da Vitória || É enorme a dor dos brasileiros diante da morte | de Ayrton Senna. Aquele que Niki Lauda | apontou como o maior piloto que jamais existiu | enchia o Brasil de orgulho como um exemplo de | talento, profissionalismo, força de vontade e ima- | ginação. Nosso país deprimido viu nele o indício | seguro de qualidades nacionais insuspeitadas: Sen- | na era o sinal de que a excelência estava ao nosso | alcance. || O gênio do automobilismo foi uma unanimi- | dade mundial, mas seus compatriotas em especial | sentiam um aperto na garganta ao vê-lo pedir | insistentemente a bandeira brasileira antes da volta | da vitória. Sabíamos todos que bandeiras nacio- | nais são os únicos elementos visuais na Fórmula 1 | que não têm dinheiro por trás. Senna procurava a | felicidade nas pistas, não corria por dinheiro. Co- | mo se disse, a felicidade é um ideal infantil, não o | dinheiro. || Mas era um profissional acabado: suas habili- | dades inatas floresceram graças ao perfeccionismo | – que atingia as raias da obsessão – e a paixão | pela arte e pela técnica do automobilismo. Vindo | de um país recém-industrializado e periférico, en- | tregou-se com total denodo ao aperfeiçoamento | em seus alunos de formação. || Tinha patrocinadores, a quem emprestava seu | prestígio, mas nunca dependeu de favores oficiais | e nem de apoios corporativos. É impossível conceber | Senna preocupado com outra estabilidade que não | fosse a do seu carro, que ele tão bem sabia ajustar, | ou concorrendo por uma hipotética “carrobrás” | que xenofobamente só empregasse mão de obra e | *know-how* brasileiros sem chance de ser competi- | va. Aceitava o motor japonês ou Frances, o proje- | tista inglês ou italiano, o patrocinador árabe ou | americano. Mas era ele o vencedor. || A combinação de dom natural, ousadia, con- | centração, coragem e experiência explicam sua | carreira fulgurante e forneceram um padrão de | comportamento exemplar para os de sua geração. | Senna redimia em todos a insegurança e o senti- | mento de derrota. Competia sem medo e sabia | aproveitar as oportunidades oferecidas para com- | pensar a eventual inferioridade de seu carro. || Sua sabedoria técnica se combinava a uma | noção precisa dos limites que não deveria ultrapas- | sar. Essas virtudes deveriam servir de antídoto | para os que imaginam que se tornam pilotos acele- | rando impensadamente pelas ruas da cidade. O | acidente fatal de domingo foi ocasionado por uma | falha técnica, desgraçadamente inscrita em seu | destino. || Morrem cedo os que os deuses amam. O velho | dito é o único consolo possível para nosso pesar | em face da morte do campeão. Esperaremos que o | povo brasileiro receba seu corpo na compulsão. A | hora não é de palmas. Manifestemos no silêncio o | respeito que sua família precisa e a gratidão que | Ayrton Senna merece.

EDITORIAL Nº: 19**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 22 de abril de 1997 (terça-feira)**CODIFICAÇÃO:** JB 19/1997**TÍTULO:** A marca da maldade

A marca da maldade || Embora seja a cidade que reedita crimes com a | marca registrada da impunidade, Brasília ain- | da consegue surpreender a opinião pública nacio- | nal. Em seguida à comemoração do dia do índio e | na véspera do 37º aniversário da sua inauguração, | um grupo de jovens transformou em tocha huma- | na um índio que dormia no banco de uma parada | de ônibus. O teor da crueldade e premeditação | pode ser aferido pelos 95% de queimaduras que | pouparam a vítima apenas nas solas dos pés e na | parte superior da cabeça. || É irreparável o dano, no país e no exterior, | enquanto o episódio for lembrado – e por muito | tempo será lembrado – exatamente pela completa | inexistência de qualquer motivo para cinco ho- | mens, quatro dos quais recém-chegados à maiori- | dade, praticarem um ato gratuito ao preço de uma | vida humana enquanto dormia na condição de | hóspede da capital de um país que se proclama | com sentimentos civilizados. || Não há como evitar a conclusão de que, apesar | de inexistência de qualquer motivo pessoal ou social, | foi um crime premeditado. A alegação de “ausência | de intenção de matar [”], por um deles no depoimento à | polícia, funciona na opinião pública como agravante: | ninguém em sã consciência pode admitir que quatro | adultos (legalmente) e um menor fossem improvisar | ato criminoso quando depararam com um índio | dormindo sobre o banco de um abrigo de ônibus. É | evidente que eram portadores da intenção de atear | fogo na primeira oportunidade que encontrassem. | Encontraram o índio e não hesitaram. Por que teriam | em seu poder o líquido inflamável, ao qual acrescen- | taram o álcool do motor do automóvel, se não para | ver um corpo arder em chamas? || A ênfase da crueldade ficou com a marca do | que está longe de ter sido um ato gratuito. Não é | necessária a intenção explícita de matar um inocente | para caracterizar a iniciativa criminosa: a intenção | estava mascarada sob a aparência de divertimento. Se | não queriam matar, por que não tentaram apagar as | chamas que atearam? A fuga e a omissão não expri- | miram sentimento pessoal, mas a fuga para acautelar | qualquer risco de terem de se explicar. Não foi reflexo | de consciência mas instinto aguçado pela certeza de | um crime praticado a frio. || A transformação do índio pataxó numa chama, | na seqüência de um dia de comemoração da sua | gente (que a lei considera menor de idade), vai fazer | os brasileiros se sentirem mal e o constrangimento | não será atenuado pela punição, ainda que venha a | ser exemplar. Não há lembrança de crueldade tão | tosca e tão recheada de indiferença. Não apenas pela | repercussão que dará a volta ao mundo confirman- | do a cultura da impunidade que enraíza na sociedade | a prática de crime sem pretexto objetivo, mas por | fazer o brasileiro se sentir pior do que é, por menos | que se reconheça no protótipo abominável. Todos | nos sentimos igualmente culpados pela inutilidade do | protesto ou da indignação que não consegue mudar | as leis e nem fortalecer sentimentos dignificantes numa | sociedade em crise de valores. || Há um desconforto moral acentuado pelo ato | que pagou a celebração da data do índio e esva- | ziou a comemoração do aniversário de Brasília. E | é sobre a capital, como um remorso, que se volta a | reflexão crítica inevitável toda vez que os anais do | crime expõem com destaque uma sociedade que | não firmou valores públicos capazes de dignificar | o espírito generoso da criação da capital. As artes | marciais são cultuadas em Brasília como agressão | e não como defesa. Os participantes da chacina do | índio são desertores dos bancos escolares e visível- | mente de formação moral e intelectual deficiente. | Brasília, o centro da gravidade nacional, vive na | atmosfera de privilégio, que é o oxigênio da buro- | cracia federal e que asfixiou o espírito crítico. Os | políticos, sem desempenho responsável, sequer | atualizam leis para atender às necessidades nacio- | nais. A administração federal é um clube exclusivo | que reverencia os poderosos da ocasião. Longe

dos | olhos da maioria dos brasileiros, a capital se iden- | tifica com os escândalos que têm abalado a Repú- | blica, entrelaçando incompetência e propina à | sombra do interesse público. || Toda procura de raízes sociais para o tipo de | crime que caracteriza parte da juventude de Brasília | se detém ao limite da composição burocrática da | comunidade a que falta identidade social. Burocracia | e sociedade não são a mesma coisa. O sentido de | redoma coletiva faz de qualquer crime em Brasília | um jogo de cumplicidade que envolve todos. A | repercussão, ao mesmo tempo que escandaliza, abafa | o que se chama de crime dos filhos da classe média | animada pelo sentido político de privilégio. Ainda | não está esquecido, embora seja lembrado apenas | como ilustração, o atropelamento e morte de um | cidadão pelo filho de um ministro de Estado, que | compartilhou a responsabilidade de omissão de pres- | tação de socorro e a tentativa de manter incógnito o | crime. O único efeito veio por via da indignação | despertada pelo escândalo em escala nacional, com a | demissão do pai. Do filho, não se tem notícia mas a | certeza da impunidade. || Desde o episódio da menor seviciada e morta | com crueldade por menores de famílias governan- | tes ao tempo dos militares, Brasília é atormentada | pelo fantasma do crime de classe média que per- | meia a administração pública e impunidade entre- | laçados. O Congresso por acaso se preocupa em | modificar as leis de um Brasil arcaico? Não. O | privilégio de dar aos menores vantagens sem res- | ponsabilidades, desde o direito de votar, sem com- | pensá-las com as penas da lei, como em qualquer | país civilizado, explica a impunidade geral que | paira sobre a cidade. || Duas horas depois de praticado o crime hedion- | do, os quatro maiores de idade – três com 19 anos e | um com 18 – e o menor estavam identificados. A | diferença começa aí: o menor é igualmente criminoso | e já está sob a proteção da lei, da qual se desconhecem | benefícios, pois é cada maior o número dos que, | em qualquer nível de escala social, contam com o | equívoco de tratar culpados como inocentes. Os | maiores estão sob a proteção da impunidade. || Brasília está em discussão, com a sua classe | média oficial, os seus crimes hediondos, a omissão | dos políticos e o prêmio da impunidade que provi- | denciará outras indignidades.

EDITORIAL Nº: 20

DATA DE PUBLICAÇÃO: 22 de abril de 2000 (sábado)

CODIFICAÇÃO: JB 20/2000

TÍTULO: 500 Anos

500 Anos || A data não é esta: o 22 de abril do ano 2000 | não corresponde ao 22 de abril de 1500. | Há entre um e outro uma reforma de calendá- | rio, a gregoriana (nome se deve ao papa Gre- | gório III), que deixou pra trás o calendário | juliano ao acrescentar-lhe 10 dias, no fim do | século XVI: assim, do 4 de outubro de | 1582 passou-se não para o | dia 5, mas para o dia 15 de outubro. || Na ditadura de Getúlio Vargas, o Estado | Novo (1937-1945), um belo dia amanhecemos | com a obrigação imposta por lei de comemorar | o Descobrimento do Brasil a 3 de maio, não | mais a 22 de abril (os 10 dias acrescentados | mais uma diferença astronômica). Nas escolas | públicas as pequenas cerimônias cívicas passa- | ram a se realizar no dia 3 de maio, o livro de | leitura das crianças passou a incluir um texto | com esse título: “3 de maio”. Mas acontece que | tudo é símbolo, o 3 de maio nunca teve o sabor | do 22 de abril, data antiga, ajustada ao coração | dos brasileiros havia mais de 400 anos. Assim, | como tudo passa, a ditadura passou e o 3 de | maio também, voltou-se a comemorar o Desco- | brimento na data que pode não ser a correta, | mas é a da tradição, é a simbólica – e é de sim- | bolos que os homens precisam. || Não há tolice maior do que essa que algu- | mas entidades andaram pregando, às vésperas | das comemorações dos 500 anos do Brasil, de | boicotá-las. O 22 de abril de 1500 é um símbo- | lo, símbolo sem o qual não se vive, símbolo de | todas as nossas contradições, mas também de | todo o nosso heroísmo, de todas as nossas lutas, | símbolo do nosso nascimento como nação. A | pregação de boicote surge sobre o píffio argumen- | to de que não há nada a comemorar, de que em | 22 de abril de 1500 tudo o que começou foi o ge- | nocídio dos índios, depois a escravidão dos ne- | gros, a Independência proclamada por um por- | tuguês, a República como golpe ao qual o povo | esteve alheio, as eleições fraudadas para presi- | dente, o Estado Novo, a ditadura militar. || Tudo isso pode ser – e é – verdade. Mas | é a verdade toda. A outra face do genocí- | dio foi a luta pela defesa dos índios, semente | do heroísmo de nossa formação. A Indepen- | dência começou a fazer heróis muito antes do | 7 de setembro e, no Império, tivemos esse no- | vo heroísmo que foi a luta pela Abolição. Vem | depois o Brasil republicano, cheio de páginas | de grande amor ao país, em novas lutas que | buscaram a transparência política e a queda | das ditaduras. || Nenhuma ação se construiu sobre a ino- | cência, não foram apenas anjos que formaram | as nacionalidades em lugar nenhum do mundo. | Uma nação se forja quando aprende a lutar con- | tra seus demônios, que sempre estão à solta. Ou | não houve extermínio das nações indígenas nos | Estados Unidos, por exemplo? – para ficarmos | num país de idade próxima a nossa. Não hou- | ve lá a escravidão negra? E até pouco tempo | não havia a segregação legal nos estados do | Sul? Um americano jamais entenderia que por | causa disso se deixasse de comemorar a data de | nascimento da sua nação. No Brasil, as coisas | não são diferentes. || O importante é que não se esconda nada de | nossa história. Por aqui importa saber que os ban- | deirantes foram pre[d]adores de índios, que as terras | foram sendo conquistadas à medida que os índios | eram dizimados, fugiam sertão a dentro ou eram | escravizados. Nenhum historiador sério esconde | hoje que Antonio Raposo Tavares era um assassi- | no cruento e comerciante dos índios que escravi- | zava. Por que os pregadores do boicote às festas | dos 500 anos não começaram por lutar contra o no- | me “Raposo Tavares” dado hoje a (sic) imensa rodo- | via que corta o Estado de São Paulo? || Nenhuma História do Brasil atual esconde | que os Dias d’Ávila eram “roubadores da liber- | dade dos índios do Brasil”, para usar a expres- | são do jesuíta Gonçalo Leite. Esses Dias d’Á- | vila ganharam cerca de 100 léguas no norte da | Bahia e não queriam saber de plantar cana. O | negócio deles era gado. Ampliavam seu latifún- | dio criatório escravizando os cariris, donos das | terras, para cuidar do gado. Os que

resistiam | eram dizimados. Por que os pregadores do boi- | cote à comemoração dos 500 anos não vão a | Ipanema arrancar as placas da Rua Garcia d'Á- | vila, sabidamente um dos mais cruéis integran- | tes dessa família Dias d'Ávila? || O equívoco maior dessa pregação contra os | festejos é que, se se quer passar a borracha so- | bre os Dias d'Ávila, vamos ter de esquecer | também o heróico jesuíta Gonçalo Leite, que os | denunciou, ou o capuchino Martinho de Nan- | tes, que lutou contra eles. Teremos de esquecer | a figura do padre Antônio Vieira, esse luso-bra- | sileiro nascido em Lisboa mas que menino de 6 | anos já estava na Bahia – com o pai, nomeado | para servir no Brasil –, e que na Bahia morreu | beirando os 90 anos. Vieira não foi só a extraor- | dinária figura da literatura barroca de língua | portuguesa, hoje estudado basicamente sob es- | se ângulo. Foi, também, uma figura incompará- | vel de patriota, a lutar pelo projeto português de | engrandecer o reino a partir da colônia, sim, | mas ao mesmo tempo, no dizer de Capistrano | de Abreu, um “missionário sincero”, que lutou | contra a escravidão do índio com todas as | duas forças. Foi sua luta pela liberdade dos ín- | dios que provocou a ira dos poderosos e o levou | a ser expulso do Maranhão (à época um Estado | separado do Brasil) em 1661, junto com outros | jesuítas que lutavam pelo projeto do padre Luís | Figueira, o projeto “Liberdade para os índios” | no Maranhão. Lutar contra a festa dos 500 anos | é querer apagar Vieira de nossa História. || No fim do século seguinte a caminhada do | Brasil registra o episódio maior de sua forma- | ção como Pátria, ao produzir o grande mártir da | Independência. Mais uma prova de que nada se | faz sem símbolos. Tiradentes se tornou nosso | exemplo dramático de que também uma pátria | não se forja sem eles. Se ficou como símbolo | da luta pela Independência, fermento do Brasil- | Nação, Tiradentes é o marco mais expressivo | dessa história que completa agora seu meio mi- | lênio. Lutar contra a festa dos 500 anos é que- | rer apagar Tiradentes de nossa História. || Nossa Independência foi proclamada por | um português, sim, mas um português criado | na Nova Corte, que se tinha deslocado para o | Rio de Janeiro. Um português que cresceu | aprendendo o que era brasilidade. E, afinal, por | trás de Dom Pedro I estava o grande brasileiro | que foi José Bonifácio, ao qual a história home- | nageia como Patriarca da Independência. Lutar | contra a festa dos 500 anos é querer apagar Jo- | sé Bonifácio e Pedro I de nossa História. || No coração do segundo Império é que co- | meça a luta contra a escravidão. Numa contra- | dição apenas aparente, no seio do parlamento, | que reunia os grandes senhores de terra, ouvi- | ram-se as primeiras vozes pela Abolição. De lá | é que a dirigiu, afinal, Joaquim Nabuco, cujos | companheiros a se espalharem por todos os se- | tores da nação chamaram-se José do Patrocínio, | André Rebouças, seus amigos íntimos, Luís | Gama e tantos outros, até tudo se cristalizar na | princesa Isabel. André Rebouças, figura singu- | lar de brasileiro, acabou purgando o exílio ao | lado da princesa Isabel. Lutar contra a festa dos | 500 anos é querer apagar Joaquim Nabuco, Jo- | sé do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama | e a princesa Isabel de nossa História. || Os 500 anos têm de ser, isto sim, a hora da | união de todos, que neste século lutamos contra | o nazifascismo. O que tem sentido hoje é que | agora estamos todos juntos, queremos todos o | respeito aos índios, a demarcação de suas ter- | ras, a defesa de sua cultura – isso não impede | que nos lembremos sempre de que somos res- | ponsáveis, todos nós, pelas tentativas de dês- | truí-la, de que somos herdeiros indisfarçáveis | do horror da matança e da usurpação de suas | terras. Queremos todos ver o negro cada vez | mais livre de injustiças, queremos todos formar | um único espírito de fraternidade – sem que is- | so nos leve a esquecer que somos todos respon- | sáveis pelo horror da escravidão. || Os que tentam boicotar a festa dos 500 anos | se julgam acima do bem e do mal, pensam | que não têm nada a ver com os “roubadores das | liberdades dos índios”, com seus matadores. Si- | tuam-se na faixa do cinismo imaculado e sem | culpa dos que só sabem acusar. Melhor seria | que participassem de uma festa de grande ale- | gria, que deixassem a pose de bonzinhos, de su- | periores, o limbo dos que não erram. O próprio | Orlando Vilas-Boas, maior indigenista vivo, | acusa muitas ONGs de interferência “negativa | na vida dos índios”, como está no **JB** de 19 de

| abril, Dia do Índio. || Pois muitas dessas ONGs, sabidamente, | estão por trás dos movimentos indígenas a in- | suflá-los a estragar a festa. Ninguém duvida de | que os índios não têm muito ou mesmo nada a | comemorar, é legítimo que façam seu protesto. | Não pode ser legítimo o espírito bélico, a ati- | tude de impedir pela força a festa de uma nação | que não se orgulha de os ter dizimado. Uma na- | ção que se orgulha, sim, de ter tido tanta gente | – e basicamente os jesuítas, tantas vezes se sa- | crificando heroicamente – a lutar pela liberda- | de dos índios, pela dignidade dos índios, de An- | chieta a Rondon e aos irmãos Vilas-Boas. Uma | nação que se orgulha não menos de ter tido tan- | ta gente a lutar pela liberdade dos negros, de | Nabuco, Patrocínio e Rebouças aos que comba- | tem a discriminação nos dias de hoje. Uma na- | ção, que tem a língua portuguesa a uni-la, pá- | tria comum, porque a língua é a pátria, no dizer | do poeta. || Uma nação, enfim que tem o direito de co- | memorar, precisamente porque conhece suas | culpas, diferente dos anjos que se querem sem | mácula e fecham seus corações amargos contra | a festa. Os 500 anos são uma festa nossa, mui- | to nossa, de nós todos. Uma festa do Brasil. | Vamos comemorá-la.

EDITORIAL Nº: 21

DATA DE PUBLICAÇÃO: 31 de dezembro de 2003 (quarta-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 21/2003

TÍTULO: Ano Inesquecível

Ano Inesquecível || Ao se aproximar dos últimos dias, o ano de 2003 | ressaltou alguns traços | como garantia para ser | lembrado a título de referência | futura. Antes de tudo, pela aprovação das reformas tributárias e | da previdência, mediante | emendas constitucionais que | não conseguiram reunir apoio suficiente para vencer a inércia | histórica. O empenho do Executivo | tivo, ampliando o campo de negociação, resultou no trabalho | coletivo com participação oposicionista reconhecida pelo presidente da República. || O Congresso realizou um ano | proveitoso como há muito não | ocorria. Resgatou em larga medida a confiança da sociedade | no trabalho legislativo e no debate parlamentar. A tal ponto | que a reforma política se impôs | naturalmente como necessidade de que não pode ser adiada. Pararam encaminhá-la, maioria e minoria se aprestam na oportunidade que se apresentou com via- | bilidade natural. || Os partidos políticos tiveram | a percepção de um momento | histórico, sem comoção, e se | mostram dispostos a aproveitar | a expectativa de passar o país a | limpo. O sentido modernizador | da legislação e o amadurecimento do espírito reformista, | com ampla base na sociedade, | apontam para um novo país e | deixam para trás um estilo representativo que não mais atende às necessidades. || Por último, mas com o conteúdo de conquista social e política, | transcorreu sem temores nem | ressentimentos o primeiro ano | de um governo de esquerda. Era | o que faltava à História do Brasil: superar o maniqueísmo | ideológico que opunha direita e | esquerda sem deixar, ao centro, | espaço à expansão da confiança | democrática. || A esquerda chegou ao governo no Brasil por via eleitoral. | Não gerou transtorno político | nem inquietação econômica | nem atritos sociais. Consagrou a | aspiração de reformas que acumularam necessidades adiadas | por falta de informação. || O passado não guarda fogo | sob as cinzas. A nação se renovou eleitoral e politicamente. | Sem medo da esquerda ou da direita, estabelecida na democracia como horizonte infinito.

EDITORIAL Nº: 22**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 06 de julho de 2006 (quinta-feira)**CODIFICAÇÃO:** JB 22/2006**TÍTULO:** Estímulo à transgressão

Estímulo à transgressão || A CADA DIA VAI SE | AMPLIANDO a já extensa | galeria de exemplos que fa- | zem da política brasileira um | mundo do faz-de-conta. A úl- | tima fantasia acrescentada à | expressão utilizada pelo mi- | nistro Marco Aurélio Mello, ao | assumir a presidência do Tri- | bunal Superior Eleitoral | (TSE), é a relação de cerca de | 2.900 nomes de políticos im- | pedidos de disputar as elei- | ções. Todos tiveram contas | julgadas irregulares pelo Tri- | bunal de Contas da União | (TCU). Todos estão livres pa- | ra concorrer. Cinco ex-gover- | nadores e ex-prefeitos inte- | gram a lista. || A divulgação, sublinhe-se, | é mais do que bem vinda | para quem deseja infor- | mação sobre a aplicação ir- | regular do dinheiro público. | Mas o país do faz-de-conta | costuma neutralizar as boas | notícias recebidas pelos elei- | tores brasileiros: uma bre- | cha na legislação permite | que o político considerado | inelegível concorra se entrar | com um recurso judicial. | Com tamanha facilidade, a | relação apresentada pelo | TCU a Marco Aurélio Mello | tem pouca eficácia. || Nos moldes atuais, as re- | gras eleitorais brasileiras | apadrinham a corrupção, os | desvios de recursos e a im- | punidade. Nosso sistema de | financiamento político esti- | mula malfeitos antes, duran- | te e depois das eleições. || No auge das crises de | confiança, Congresso e go- | vernos costumam recorrer | aos incontáveis projetos que | dormem nas gavetas dos | mais vistosos gabinetes de | Brasília. Um texto que torna | mais vigorosa a chamada Lei | de Inelegibilidade, por | exemplo, foi aprovado no Se- | nado mas estacou nos in- | teresses dos parlamentares | quando chegou à Câmara. O | projeto determina que será | necessária a obtenção de | pelo menos uma liminar | contra a decisão que re- | jeitou as contas. Inclui ain- | da crimes contra a ordem | tributária, de lavagem de | dinheiro e qualquer outro | cuja pena máxima prevista | em lei não seja inferior a 10 | anos de reclusão entre as | hipóteses para impedir al- | guém de se candidatar. || Mas a esperteza venceu. | O resultado é a inutilidade de | listas como a que foi en- | tregue esta semana ao TSE. | Mais um motivo para que os | brasileiros de bem conti- | nuem a insistir: a reforma | política é a mãe de todas as | reformas. Defendem-se | aqui não mudanças super- | ficiais, aprovadas sobre o ca- | lor das crises políticas. Há | transformações inadiáveis | no sistema partidário, nas | regras que regem o rela- | cionamento entre Congres- | so e Executivo, no modelo | de financiamento e aplica- | ção de recursos de cam- | panhas e de governos. || Conforme chegou a admitir | o próprio presidente Luiz Iná- | cio Lula da Silva, jabaculês | parlamentares, traficâncias | bancárias e corretagens de in- | teresses ente o mundo privado | e o público parecem, de fato, | ter-se tornado práticas gene- | ralizadas. As irregularidades | passam não só pela ineficiência | da prestação de contas de pre- | feitos, governadores, câmaras | de vereadores e assembleias | legislativas. Revelam-se tam- | bém nas ilusórias cifras de | campanha apresentadas pelos | partidos ao TSE. || A premissa de que tra- | quinagens do gênero são fei- | tas sistematicamente é a | pior idéia a ser disseminada | no país. Com ela, todos os | partidos e políticos tor- | nam-se inimputáveis. É um | erro. Eis a tarefa para o pró- | ximo governo e Congresso: | introduzir um sistema rigo- | roso de sanções, criar um | sistema de auditoria mais | eficaz, baratear as campa- | nhas e garantir o acesso às | informações sobre os gastos | antes, durante e depois das | eleições. Convém fechar o | duto que permite passa- | gem das transgressões.

EDITORIAL Nº: 23

DATA DE PUBLICAÇÃO: 30 de abril de 2009 (quinta-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 23/2009

TÍTULO: Há salvação para o ensino público

Há salvação para o ensino público || O RESULTADO DO EXAME NACIONAL do Ensino Médio (ENEM), disponível desde ontem na página do Ministério da Educação na internet, evidencia o grau de degradação a que chegou a educação pública no país. Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais. Por outro lado, entre as mil melhores, figuram apenas 36 instituições estaduais de ensino. Forçoso lembrar que 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais. Portanto, de posse desses números tão pífios quanto chocantes, os governantes deviam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia. || Embora tenham conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio. Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos ou mesmo fazer as quatro operações aritméticas. Num mundo cada vez mais marcado pelo avanço do conhecimento e pela inovação tecnológica, o Brasil segue na contramão, embora tenha bons exemplos a mirar. || Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino (que, aliás, domina a lista do Enem, com 905 entre os mil estabelecimento com notas mais altas). Há boas escolas públicas no nível fundamental, conforme revelou o estudo *Aprova Brasil – O direito de aprender*, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O levantamento, de 2007, selecionou 33 colégios municipais e estaduais que, de acordo com a Prova Brasil (o equivalente ao Enem para o ensino fundamental), destacaram-se por seus projetos pedagógicos e pelo impacto do ensino que oferecem na aprendizagem dos alunos. Cabe destacar que várias destas escolas situam-se em bairros pobres, mas contam com o envolvimento da comunidade em suas iniciativas e desenvolvem práticas ligadas à realidade social e econômica dos estudantes. || De acordo com o estudo, os projetos pedagógicos com melhores resultados são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade. Ou seja, a chave do sucesso não está necessariamente relacionada à qualidade da infraestrutura nem à disponibilidade de recursos. Algumas escolas montaram bem-sucedidos programas de leitura sem terem biblioteca. Utilizaram rótulos de embalagens de produtos descartados para fazer ditados, nas aulas de português. O mesmo material serviu para ilustrar aulas de matemática. Escolas sem quadra esportiva, por exemplo, fizeram convênios com quartéis, universidades e colégios particulares. Mais importante ainda: embora os colégios analisados estivessem situados em diferentes contextos socioeconômicos, tinham algo em comum: professores empenhados e capacitados, estabilidade do corpo de funcionários administrativos e forte apoio dos pais, principalmente na fiscalização da frequência, no controle das lições de casa e até na confecção de lanches. || Portanto, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de medidas simples e baratas – bastando, para isso, vontade política e orientação. Mas não há mais tempo a perder.

EDITORIAL Nº: 24

DATA DE PUBLICAÇÃO: 16 de novembro de 2013 (sábado)

CODIFICAÇÃO: JB 24/2013

TÍTULO: A República e o mensalão: na coincidência das datas, uma reflexão

A República e o mensalão: na coincidência das datas, uma reflexão || Dia 15 de novembro - data da Proclamação da República - | coincidiu com a data em que o Supremo Tribunal Federal | expediu as ordens para execução das prisões dos | condenados no caso do mensalão. || Nos idos de 1889, um levante político-militar instaurou a | forma republicana federativa presidencialista, derrubando | a monarquia do Império e pondo fim à soberania do | imperador. Liderados pelo marechal Deodoro da | Fonseca, um grupo de militares destituiu D. Pedro II e | assumiu o poder. || Na ocasião, o império perdia a força no Brasil tanto com a ala conservadora quanto com a | progressista. E a República era vista pelo povo como um regime político que traria o | desenvolvimento. Era preciso independência e liberdade de manifestação. || No Brasil deste 15 de novembro de 2013, o STF tomou uma decisão que não era | unanimidade entre juristas do país. Muitos põem em dúvida se os princípios democráticos | foram respeitados. || O renomado jurista Ives Gandra foi um dos que questionaram o encaminhamento do caso, | especialmente com relação ao ex-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Em entrevista à *Folha de | S. Paulo*, Gandra afirmou que o ex-ministro foi condenado sem provas. De acordo com ele, | a teoria do domínio do fato foi adotada de forma inédita pelo STF para condená-lo. Ainda | de acordo com Gandra, essa adoção traz uma insegurança jurídica "monumental", já que | permite que, a partir de agora, mesmo um inocente possa ser condenado com base apenas | em presunções e indícios. || A tese de Ives Gandra já havia sido citada pelo colunista do **JB**, Mauro Santayana, em | novembro de 2012, exatamente no contexto do julgamento do mensalão. Santayana falava | em seu artigo que "o domínio do fato, em nome do qual incriminaram Dirceu, necessita, de | acordo com o formulador da teoria, de provas concretas." || O **Jornal do Brasil** não questiona a decisão do STF, mas faz uma reflexão sobre estes | importantes argumentos. O País não pode aceitar a corrupção, mas o País também exige o | livre direito da defesa e que, na coincidência das datas, a República e o povo estejam | protegidos. || Até porque, alguns dos senhores que foram presos lutaram contra a repressão e a falta de | democracia num período triste da história do Brasil. || No mesmo momento em que a maior Corte do país toma uma decisão, mesmo questionada | por importantes juristas, o País se envergonha de ver a Justiça da Suíça declarar a omissão | de um segmento da Justiça brasileira no caso Alstom. O mensalão era um caso que envolvia | um suposto crime. No Alstom, o capital estrangeiro corrompeu executivos brasileiros. E não | se sabe se este mesmo segmento da Justiça que se omitiu foi também corrompido com | valores de dar inveja ao mensalão.

EDITORIAL Nº: 25

DATA DE PUBLICAÇÃO: 02 de janeiro de 2014 (quinta-feira)

CODIFICAÇÃO: JB 25/2014

TÍTULO: Espanha, país massacrado por Franco, faz polêmica com o "jeitinho brasileiro"

Espanha, país massacrado por Franco, | faz polêmica com o "jeitinho brasileiro" || O jornal espanhol *El País* publicou reportagem neste dia | 1º, intitulada “O polêmico ‘jeitinho’ brasileiro”, na qual | analisa o comportamento da população e conclui que o | artifício, que de tempos pra cá tem sido denegrido, nada | mais é do que “arranjar uma saída para uma situação sem | saída” e, portanto, tem ares de inteligência, além de uma | “criatividade ancestral”. || Embora o texto admita que o jeitinho brasileiro também | esteja presente entre os mais ricos, é nos mais pobres que | ele se mostra com força. Isso porque, segundo a matéria, | os que sofreram uma batalha sangrenta no passado sabem | o que é a economia de guerra. Ou seja, os mais pobres, “que sempre foram maioria no | Brasil”, não podem hoje ser acusados de resignados, já que o poder segue os negando o | essencial, como viver em uma sociedade com igualdade de direitos. || Para esses, com seus direitos renegados, “mais vale um pássaro na mão do que dois | voando”, de acordo com o artigo do *El País*. E é aí que se mostra o jeitinho brasileiro: eles | poderiam estar dispostos a derrubar o poder e ocupar a cidade rica, daqueles que não | necessitam de jeitinhos porque lhes sobram recursos e apoios políticos. Mas não o fazem | porque possuem esse “pássaro na mão”, que oferece a sensação de que algo está | melhorando. No entanto, o artigo acredita que, pouco a pouco, é possível que os brasileiros | percebam que melhor que o jeitinho é poder atuar como um cidadão pleno, com direitos e | deveres, em uma sociedade que funcione para todos, como foi visto nas manifestações de | junho. || Surpreende que tal artigo venha de um jornal espanhol, país cuja população passou 40 anos | sendo oprimida pela ditadura de Francisco Franco. Não houve injustiça maior do que | a ditadura franquista, e não houve "jeitinho espanhol" nenhum para contornar as dificuldades. | Pelo contrário: Franco sequer deixava que seu país se comunicasse com o mundo. Não havia | importações, cinemas não passavam filmes estrangeiros, havia apenas dois canais de | televisão e também apenas dois jornais - um da monarquia, chamado *ABC*, e outro do | próprio Franco. || O autor da reportagem do *El País* talvez tenha memória curta, ou tenha vivido no exílio. | Não conheceu a repressão sanguinária do seu país. Uma repressão tão violenta que teve no | episódio do assassinato do almirante Carrero Blanco um dos mais emblemáticos. No dia 20 | de dezembro de 1973, um atentado acabou com a vida do então presidente do governo da | Espanha. A explosão foi tão violenta que seu carro voou pelos ares, atingindo 40 metros de | altura e passando por cima de um prédio de cinco andares. || Falta autoridade ao país que sofreu uma severa repressão por quase 40 anos - e que passou | por uma guerra que matou quase 10% de sua população - para que se faça qualquer tipo de | crítica a desigualdades e dificuldades que resultem no "jeitinho brasileiro".

Anexo B – Editoriais do Clarín

EDITORIAL N°: 01

DATA DE PUBLICAÇÃO: 22 de março de 1946 (sexta-feira)

CODIFICAÇÃO: CL 01/1946

TÍTULO: ¡Juego Limpio!

¡JUEGO LIMPIO! || Ya se tiene por indudable a | esta altura del escrutinio | que la mayoría del electorado | nacional ha querido llevar al co- | ronel Perón a la presidencia de | la República. En algún momen- | to, las cifras iniciales parecie- | ron revelar lo contrario, pero | hay que rendirse a la evidencia: el pronun- | ciamiento popular a favor de la candidatu- | ra laborista es categórico, inequívoco. Mu- | chas y diversas han de ser las razones que | se invoquen, a posteriori de este resultado, | para explicarlo y hasta para justificarlo. | No obstante, seguimos creyendo que si la | unión de las fuerzas que se proclamaban | adversarias de esa candidatura se hubiese | realizado sin exclusiones absurdas, con un | criterio más tolerante y desinteresado, el re- | sultado de los comicios del 24 de febrero | había sido harto distinto. Los riesgos que | se corrían con la precaria y limitada alian- | za concertada fueron oportuna y reiterada- | mente señalados por CLARÍN, pero nuestra | prédica a este respecto no fue tenida en | cuenta. || Nosotros hablamos, desde el primer nú- | mero, cuando todavía el panorama electo- | ral era barroso e incierto, de una concilia- | ción política general, basada en una unión | sin más exclusiones que la de quienes vo- | luntariamente se pudiesen al margen de ella | o contra ella. En lugar de una solución así, | genuinamente argentina, con varios e fecun- | dos antecedentes en nuestra historia, se pre- | firió un expediente crudamente partidario, | en reminiscencias de “frente popular”, im- | buído de vanos rencores hacia las fuerzas | conservadoras y dominado por una ficticia | soberbia “mayoritaria” que no podían dar | otros frutos que los cosechados, aún admi- | tiendo, como existe el deber de hacerlo, que | la campaña electoral se desarrolló, hasta el | último instante, en condiciones anormales, | en un todo favorable al bando que ahora | aparece triunfante. || Empero, no hay tarea más ociosa que la | de rehacer la historia. Hoy, ante el hecho | consumado, no cabe sino reconocer paladi- | namente la legitimidad del triunfo del [...] en consecuencia. | Quienes fueron a los comicios sin condicio- | nes ni reserva casi seguros de su victoria, | no podrían ahora, honestamente, poner re- | paros de orden legal al resultado del escru- | tinio. Dicho más claramente: quienes acep- | taron la elección, no pueden rechazar, las | cifras del escrutinio simplemente porque les | son adversas. Lo cortés no quita lo valien- | te. CLARÍN, que apoyó al bando contrario, | baja sus armas, saluda caballerescamente al | hombre impuesto por la mayoría del pueblo | [...] le desea buena suerte y mucho éxito en | las tareas gubernativas que tiene por delan- | te. El que entra en el juego, debe saber | ganar y perder hidalgamente. “Fair play”, | dicen los ingleses. Juego limpio, decimos | los criollos. || ▲ Lo que dijimos del gobierno de mañana | cuando, al comienzo del escrutinio, se in- | sinuaba el posible triunfo de | la fórmula de la Unión Democrática, podemos repetirlo hoy | con la sola variante del rótulo que se va | a gobernar el país. Lo que más necesita la | Nación, después del largo período de anor- | malidad y de pasiones exaltadas en que ha | vivido, es una tregua política que facilite la | reconciliación de los sectores fundamentales | de sociedad argentina y les asegure el am- | biente de tranquilidad y de confianza recípro- | ca que anhelan patrióticamente desde hace | muchos años. La pacificación de los espíri- | tus era la primera y más urgente tarea que | asignábamos al presunto gobierno de la Unión | Democrática. Este deberá ser, con mayor mo- | tivo, el inmediato y principal empeño del go- | bierno laborista a constituirse. Un llamami- | ento previo a la concordia, el pleno restableci- | miento de la Constitución y una firme actitud | de respeto a los derechos y libertades indivi- | duales, bastarían para crear las condiciones | propicias al desenvolvimiento ordenado y pro- | misorio de las actividades nacionales. || Cabe

esperar, pues, que el candidato triunfante, ya despojado del ropaje del combatiente, se encamine por esa vía. Se está comprobado, en el orden internacional, que ganar la paz es mucho más difícil que ganar la guerra. El solo triunfo electoral no asegura, tampoco, el éxito gubernativo de los partidos. La propia experiencia argentina lo demuestra. No sería lícito pedir al próximo gobierno constitucional que olvide o que desvirtúe, en homenaje a los propósitos enunciados, su programa de justicia social y de reordenamiento de la economía argentina. Nada de esto, porque si bien el 4 de junio pudo ser subestimado a causa de sus errores y arbitrariedades, muchas de ellas innecesarias a los fines perseguidos, el 24 de febrero será, de todos modos, una fecha significativa en la historia política del país. Para bien o para mal, todo esto tendrá virtualidad trascendente en la vida argentina. Esperemos que la evolución se cumpla del mejor modo. El sentido común lo aconseja y el patriotismo lo impone. || No hay reformas de carácter económico y social que se encuadren dentro del régimen de la Constitución. Suprimir las libertades públicas como requisito previo e indispensable para realizar los postulados de la justicia social, implicaría caer en los extremos conducentes del totalitarismo, sea de derecha, de centro o de izquierda. Gran insensatez habría, por ejemplo, en persistir en el propósito de dividir verticalmente a la sociedad argentina entre necesitados y ahítos. En un régimen de derecho, todos los privilegios injustos pueden ser cercenados sin reavivar una lucha de clase que hoy aparece más anacrónica que nunca. Lo cuerdo reside en elevar a los de abajo sin rebajar a los de arriba. Así como la burguesía se encumbró sin necesidad de llevar a la ruina a la nobleza, de igual manera al proletariado puede y debe emanciparse económicamente sin desorganizar ni destruir a las demás clases ya redimidas de la miseria y de la ignorancia. Si el gobierno que surge de los comicios de 24 de febrero triunfara en esta noble y patriótica tarea histórica, merecería el más honroso reconocimiento de la nación. || ▲ Las fuerzas democráticas en la lid electoral, están asimismo en la obligación de analizar su conducta pasada, y de disponerse a actuar con la mejor buena voluntad frente a la nueva situación. Por supuesto, su actitud, a los efectos de la lucha futura, ha de depender seguramente de la propia postura del nuevo gobierno, porque la [] tolerancia tiene que ser recíproca y emanar en primer término, de los que van a empuñar el timón de mando. Pero esto no las exime de las responsabilidades derivadas de sus errores pretéritos. Tampoco sería lícito pedirles a ellas que declinen las convicciones sustentadas hasta la fecha, o que imaginen que estaban fundamentalmente equivocadas por el hecho de que la mayoría del cuerpo electoral se haya pronunciado a favor del adversario. Al contrario: esta circunstancia es la que más obliga a los partidos a redoblar su actividad y a empeñarse más que nunca en la noble tarea cívica de ilustrar y vencer a la opinión pública. Sería tan deshonesto como una deserción en el campo de batalla, tirar las armas y abandonar la tarea de vigilancia, de fiscalización y de crítica sana que corresponde, en el régimen de libertad democrática que asegura nuestra Constitución, a las agrupaciones opositoras responsables y a la prensa independiente. || CLARÍN, por su parte, seguirá cumpliendo esta eminente función, como es su deber, con rigurosa objetividad y con la absoluta imparcialidad que nos proporciona nuestra total desvinculación de los partidos. Serenamente, sin odios ni prejuicios, pero con firmeza irreductible, continuaremos defendiendo los ideales de nuestra civilidad. Por lo demás, nada es irreparable en política. El pueblo es soberano. Es juez y parte. Por eso suele recitificarse a sí mismo con frecuencia. Abundan en nuestra historia los ejemplos aleccionadores. Ayer nomás, en el año 1928, Hipólito Yrigoyen era exaltado a la primera magistratura por ochocientos mil votos, que sus parciales proclamaron enfáticamente como el “plebiscito” ratificatorio de un presunto “mandato histórico”, que resultó nefasto. Apenas dos años más tarde, el socialismo independiente en la Capital y otras fuerzas opositoras en el interior, triunfaban por amplio margen sobre el oficialismo desorbitado. Y, poco después, por haber menospreciado esta

advertencia, el pueblo y el ejército tenían que unirse para derribar a un gobierno que empujaba al país a la ruina. || Repetimos, pues, que el pueblo puede equivocarse, pero que también se rectifica. Tal es la esencia del régimen democrático, en el cual, como lo dijéramos en vísperas electorales, no hay ni puede haber partidos “mayoritario” que impongan discrecionalmente su ley a los partidos “minoritarios”, ya que este concepto, no por muy difundido menos erróneo, implica un contrasentido típicamente antidemocrático, al igual que el derecho natural a gobernar sin expreso mandato popular que se atribuyen las llamadas minorías selectas. Juego limpio: he aquí lo que la democracia exige para que el sistema funcione regularmente y con la debida eficacia. ¡Ojalá que todos lo comprendan así y que contribuyan patrióticamente, cada uno desde su punto de vista, a consolidar los principios que forman la base del orden y del progresivo engrandecimiento de la nación.

EDITORIAL N°: 02

DATA DE PUBLICAÇÃO: 11 de abril de 1949 (segunda-feira)

CODIFICAÇÃO: CL02/1949

TÍTULO: El ideal de la Argentinidad

El Ideal de la Argentinidad || La comunidad argentina ha visto fielmente | reflejada su concepción de | la vida, de la existencia y del destino a que aspira con | plena conciencia, en el enjundioso discurso | pronunciado por el presidente de la Repú- | blica en la sesión de clausura del Primer | Congreso Nacional de Filosofía reunido en | Mendoza, en el que han participado, espe- | cialmente invitados, prestigiosos pensadores | extranjeros. Desde las palabras generosas y | elocuentes con que el general Perón saludó | a los ilustres huéspedes puede advertirse el signo distintivo | y enaltecido del ideal de la argentinidad. En efecto: el pri- | mer mandatario expresó que para el corazón argentino, en | nuestra tierra nadie es extranjero si viene animado del de- | seo de sentirse hermano nuestro. Es el ideal de fraterni- | dad universal que inspiró a los fundadores de la naciona- | lidad, cuyos manes conviven con nosotros y nos guían a | través de la intrincada maraña de la evolución histórica. || El argentino es un pueblo filosófico por excelencia, como lo | demuestran su consciencia, su coherencia y su voluntad in- | sobornables, en el sentido de construir un andamiaje ins- | titucional que permita y garantice su libertad, su progre- | so y su bienestar sin reatos ni cortapisas inconducentes. | Para lograrlo no ha omitido ni rehusará ningún sacrificio, | porque sabe que está obligado a no declinar deber alguno si | quiere seguir siendo el artífice de sí mismo. ¡Que es otro signo | de su filosófica predisposición! || *** “Lo que caracteriza a las comunidades sanas y vigorosas | – ha dicho el general Perón – es el grado de desarro- | llo de sus individualidades y el sentido con que se dispo- | nen a engendrar en lo colectivo”. Así es la comunidad ar- | gentina. Se formó, desde sus cimientos coloniales, sobre la | base de la religión de Cristo, reveladora del alma humana, | soplo de Dios, y alcanzó su madurez política gracias al | aliento de las muchas y poderosas individualidades que na- | cieron y se desarrollaron en su seno, nutridas por la cultu- | ra universal que nos viene desde la Grecia de Aristóteles, | maestro del Alejandro el Grande, y que, purificada por el | Cristianismo e rehabilitada por el Renacimiento, después | de haber soportado, al igual que la fe misma, las desgracias | de la Edad Media, abrió al mundo moderno los amplios y | luminosos caminos por los que marcha ahora, resueltamen- | te, la humanidad civilizada, aunque no sin alternativas ni | contratiempos peligrosos, pues debe cruzar con frecuencia | zonas oscuras y estar alerta para no caer en mortales erro- | res. El primer mandatario argentino tiene razón cuando | afirma que a tal sentido de comunidad se llega desde aba- | jo, no desde arriba, y que se alcanza por el equilibrio, no | por la imposición. “Su diferencia – ha agregado – es que | así como una comunidad saludable, formada por el ascenso | de las individualidades conscientes, posee hondas razones | de supervivencia, las otras llevan en sí el estigma de la | provisionalidad: no son formas naturales de la evolución, | sino paréntesis cuyo valor histórico es, justamente, su can- | celación”. Por eso el pueblo argentino, orgulloso de su pa- | sado, satisfecho de su presente y seguro de su porvenir, re- | chaza las fórmulas foráneas con que algunos pretenden se- | ducirlo sin advertir que nuestra democracia, a pesar de | los muchos defectos de forma de que adolece, es infinita- | mente superior a las recetas políticas ajenas, cuya preca- | riedad y hasta fugacidad no hay necesidad de señalar. || *** La filosofía que, en orden práctico, no tenga por objeto | la felicidad del pueblo o, como lo ha manifestado en | Mendoza el general Perón, “el bien común”, es una filosofía | equivocada e inútil. Más todavía: es una filosofía peligro- | sísima. El Estado popular que surgió de la Revolución Fran- | cesa en alas del liberalismo clásico, basado en la fe del | hombre en sí mismo y en sus destinos, ha sufrido desvia- | ciones y contratiempos que cabe atribuir, en gran parte, | a la falacia de ciertas concepciones filosóficas ulteriores y | la carencia de virtualidad de

determinadas ideas aparen- | temente salvadoras. El capitalismo, por un lado, y el co- | munismo, por otro, forman dos polos igualmente negati- | vos y contradictorios del ideal democrático. Es que, como | también lo ha expresado con evidente agudeza el general | Perón, la “crisis de las ideas democráticas se debe al tiem- | po de su aparición”. El pasado absolutista y el incierto | porvenir liberal oscurecieron el camino. Pero “lo trascen- | dental del pensamiento democrático, tal como nosotros lo | entendemos – ha aclarado el jefe el Estado argentino –, | está todavía en pie, como una enorme posibilidad en or- | den al perfeccionamiento de la vida”. Es verdad que la cri- | sis de nuestro tiempo es materialista. Felizmente, la re- | acción se ha producido. “El fenómeno era necesario, de una necesidad histórica, porque el mundo debía salir de una | etapa egoísta y pensar más en las necesidades y las espe- | ranzas de la comunidad”. Y el general Perón ha adverti- | do: “Lo que importa hoy es persistir en ese principio de | justicia, pero recuperar el sentido de la vida, para devol- | ver al hombre su absoluto”. El individuo tiene necesidad | de vivir sujeto a la autoridad del Estado, pero, a cambio | de garantizar al individuo el orden y la libertad, el Estado | no puede convertirse en dueño y señor del individuo, has- | ta anularlo totalmente. El presidente argentino se ha pro- | nunciado categóricamente por la “tercera posición”, que es | la que encarna plenamente el ideal de la argentinidad, | ideal de equilibrio, de armonía y de justicia. En suma: una | “comunidad que persigue fines espirituales y materiales, | que tiende a superarse, que anhela mejorar y ser más jus- | ta, más buena y más feliz, en la que el individuo puede | realizarse y realizarla simultáneamente. ¡Todo ello con sen- | tido de eternidad!”

EDITORIAL N°: 03

DATA DE PUBLICAÇÃO: 21 de junho de 1952 (sábado)

CODIFICAÇÃO: CL03/1952

TÍTULO: En el día de la Bandera

En el Día de la Bandera || Con expresivo fervor patriótico la República celebró | ayer el Día de la Bandera y al mismo tiempo tributó | emocionado homenaje a su creador, el general Manuel | Belgrano. Porque uno y otra se identifican de tal modo | que el juramento que los conscriptos de todas las guar- | niciones del país prestaron la víspera, alcanzó el mismo | sentido que el que pronunciaron los soldados del prócer | en el instante crucial, cuando el paño inmortal surgió | al conjuro de su sublime inspiración. || *** El alto significado que surge del símbolo de la propia | enseña, estuvo presente en la celebración de ayer. En | todas las ceremonias el flamear de la insignia venerada | al tope de los mástiles y el desfilar marcial de las tropas | frente a ella, revistieron un contenido que la trascendió | del simple formalismo de los actos. Porque la bandera | resume nuestra historia y nuestro futuro; condensa en | sus pliegues las riquezas de nuestro acervo espiritual y | moral y nos habla de las glorias del pasado y de las es- | peranzas de lo porvenir. Si no fuera así, será un sím- | bolo desprovisto de sentido y de transcendencia. Y no lo | es, precisamente, porque nuestra bandera, como casi | todas las banderas del mundo, es historia viva conden- | sada en un paño. Y su creación ocurrió en el instante | crítico, cuando era menester materializar emociones mul- | titudinarias, fervores sobrehumanos, anhelos intraduci- | bles, en algo que los resumiera con valor de símbolo | y alegoría de mito. || *** Nuestra bandera contiene todo eso. Por ello, cuando | sus colores ondean al viento, vibran nuestros corazones | y acuden a nuestros labios plegarias de conmovida gra- | titud. Que es lo que con generosa unanimidad se hizo | ayer en toda la República.

EDITORIAL N°: 04

DATA DE PUBLICAÇÃO: 13 de janeiro de 1955 (quinta-feira)

CODIFICAÇÃO: CL04/1955

TÍTULO: El imperio universal del tango

El Imperio Universal del Tango || Un tango ruso. Eso tocaban en | una “boite” de un puerto del | Mar Negro el día en que pararon en | ella algunos marinos argentinos, | según ha referido recientemente | el médico de una de nuestras na- | ves mercantes, que en un periódico | italiano que se publica en Buenos | Aires. Hubo un tiempo, en los | años que precedieron la primera | guerra mundial, en que todo lo | bueno que había pisado la tierra | o había sido hecho en el mundo | era de origen alemán. Ahora todo | lo bueno es invención rusa. No | sabemos si el tango escuchado por | los marinos argentinos a orillas del Mar Negro, lo da la | Enciclopedia Soviética como compuesto por un discípulo | lo de Rinsky Korsakof; pero lo cierto es que aquéllos | reconocieron con agradable sorpresa “La cumparsita”, | el tango famoso del uruguayo Matos Rodríguez, acli- | matada en ambas orillas del Plata, lo mismo que su- | cedió al teatro común desde los días de los hermanos | Podestá y de Florencio Sánchez. Para apropiarse de lo | bueno de los pueblos tienen un olfato especial; debemos, | pues, admitir que al incorporar los acordes de “La | cumparsita” a su repertorio de música popular, los ru- | sos le hacían al tango de estas partes un honor espe- | cialísimo. || • También en el Medio Oriente “La cumparsita” | arrebató a hombres y mujeres. Contaba hace poco una | cantante argentina vuelta de Bagdad, que por lo me- | nos tres veces cada noche había que tocarla en la “boi- | te” donde ella actuaba. Y con el tango uruguayo, mu- | chos otros porteños. Porteños porque Buenos Aires | fué indiscutida matriz del tango tal como ha adquirido | ciudadanía universal; y que disfruten, si se les antoja, | musicólogos y folkloristas, sobre sus lejanos anteceden- | tes andaluces o afrocubanos. El tango es en el lengua- | je internacional “le tango argentino” desde que lo lle- | varon a París los primeros mozos locos que lo baila- | ron con corte y quebrada. Largo tiempo, poco menos | que olvidado, después de haber poblado a principios | del siglo el arrabal y el centro con su ritmo ingenuo y | compadrón, revive ahora “La Morocha”, difundida por | mundo en millares de discos, en alas de la voz mimo- | sa de la cantante japonesa Ranko Fujisawa. || • El auge de otras danzas pasa; el del tango perdu- | ra. Ahí lo tenemos a París, centro irradiador de famas, | resuelto a no dejarlo morir. “L’Officiel” nos hacía sa- | ber pocos meses atrás que había sido fundado el Tan- | go-Club de Francia, cuyo objeto es hacer propaganda | en favor de nuestra danza más di- | fundida. Ante cuyo imperio uni- | versal, de Roma a Nueva York, | de Río de Janeiro a Tokio, hay que | inclinarse, olvidando los orígenes | locales plebeyos, con su punta de | canallescós, que le echan en cana | los musicólogos pulcros y la de- | masiado frecuente sensiblería sa- | balera de muchas de sus letras | que preferimos no escuchar, pres- | tando oído sólo a la música. Al | fin y al cabo no fueron menos | turbios los orígenes ni menos torpe la letra de algunos impe- | rios que hicieron temblar la tie- | rra, y sí menos divertidos.

EDITORIAL N°: 05**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 01 de junho de 1958 (domingo)**CODIFICAÇÃO:** CL05/1958**TÍTULO:** País forestalmente pletórico y mal aprovechamiento de maderas

País Forestalmente Pletórico y Mal Aprovechamiento de Maderas || Para el consenso público argenti- | no, nuestro país es dueño de un | opulento y completo patrimonio fo- | restal. Suponemos que los recursos | de los bosques nacionales son cuan- | tiosos y compatibles con los de las | carnes y cereales, y que ellos pueden | satisfacer con largueza las crecientes | exigencias de una industria. || Nuestro país importa maderas: pi- | no paraná, del Brasil; coníferas, de | Chile, Finlandia e Canadá; en el año | 1955 se invirtieron ciento sesenta y cinco millones de | dólares en la compra de maderas de coníferas y sub- | productos, y se vaticina que, con el aumento de la | población, dicha suma llegará, dentro de diez años, | a unos trescientos millones de dólares. ¿Qué ocurre? | ¿Por qué debemos adquirir en el extranjero made- | ras? ¿Carece nuestra riqueza forestal de la proce- | ridad que le atribuimos? || La Argentina posee – es verdad – extensísimas su- | perficies en su dilatado territorio ocupadas por bos- | ques naturales. La región más conspicua es la cha- | queña, que fitogeográficamente incluye la totalidad | de Formosa y Santiago del Estero, Chaco, este de | Salta, Jujuy, Catamarca y La Rioja, y noroeste de | Córdoba, San Luis y Corrientes. Hay también otras | zonas muy bien dotadas, como la selvática de Mi- | siones y los faldeos orientales de las sierras de Tu- | cumán, Salta y Jujuy; en la pampa central y en el | sur de la provincia de San Luis se ven bosques de | caldén, madera que se utiliza en la elaboración de | “parquet”: son igualmente auspiciosos los bosques | andinopatagónicos: allí crecen el pino del Neuquén, | el ciprés, el alerce, el guindo, el coihué... || ● En lo que se refiere a bosques artificiales, en el | delta del Paraná existen más o menos 100.000 hectá- | reas plantadas con sauces y álamos; Concordia tiene, | aproximadamente, 20.000 hectáreas de eucaliptos; | numerosas alamedas pueblan las tierras frutícolas de | regadío de Mendoza, Río Negro y San Juan. || El sumario esquicio precedente informa de una Ar- | gentina forestalmente pletórica. Sin embargo, con el | fin de cubrir la demanda de envases, maderas para | construcción, terciados, papel, rayón, tableros, fibro- | sos – “hard board” – y planchas de viruta – “chick | board” – necesitaríamos el acrecentamiento artifi- | cial de 400.000 hectáreas de bosques, en su mayor | parte de coníferas. En la actualidad, las estadísticas | nos asignan unas 120.000 hectáreas de sauces y ála- | mos, una cifra no muy alta de eucaliptos y apenas | 7.000 hectáreas de pinos y araucarias. Esta diferencia | entre los requerimientos y las posibilidades, entre | la demanda y la oferta, es la que nos obliga a im- | portar maderas y subproductos por los costos antes | expresados. El único derivado de sus bosques, que | como compensación de la sangría mencionada ex- | porta nuestro país, es el tanino, muy apreciado en - los mercados internacionales y por el cual ingresan - unos veintiséis millones de dólares anuales. || Nuestro déficit forestal – valga la expresión – no | proviene, felizmente, de las condiciones ambientales | del suelo argentino, que son opimas. Chile, que no | contaba con bosques puros de coníferas, ha creado | en el trascurso de pocos años, en una zona similar | a la nuestra – bosques andinopatagónicos -, una re- | serva forestal de primer orden. Ha plantado allí unas | 300.000 hectáreas de “pinus radiata”; con ello atien- | de sobradamente sus necesidades madereras y de pa- | pel y vende a otros países, incluso a la Argentina. || ● La carencia de coníferas y otras especies codicia- | das por la industria moderna debe atribuirse a cir- | cunstancias ajenas a la prolífica naturaleza de nues- | tro país. Se señalan como causales incidentes, con- | trarias al espíritu y propósito de la ley forestal nú- | mero 13.273, el régimen impositivo, últimamente me- | jorado, y determinadas e irracionales disposiciones | aduaneras. || La madera que proviene del exterior – que podría | tener aquí sustitutos – goza de “cambio preferen- | cial”. Este privilegio, de conveniencia unilateral, ha | dado lugar – digámoslo sin

eufemismo – al desalien- | to de los productores locales, que en estos momentos | se ven acuciados por un nuevo contendor: el cartón, | empleado en vez de la madera en la fabricación de | envases y de otros artículos de gran consumo. || Como puede observarse, la política cambiaria en | materia forestal arroja un saldo totalmente negativo | para el país, pues al par que subvenciona a produc- | tores e industrias establecidos en el extranjero, le- | siona la producción local y no estimula la forestación | artificial. || La situación y el rango del activo en juego exigen | soluciones premiosas y drásticas. La primera medida | aconsejable sería la de restituir la confianza en las | esferas pertinentes. Y esto se logrará, sin duda, con | un significativo alentamiento de la producción por | conducto de una actitud racional y realista en mate- | ria impositiva y aduanera que propugne en todo caso, | si ello es indefectible, una competencia, diríamos, | frontal; hay que crear, igualmente, una conciencia | forestal, mediante el acuerdo de normas de carácter | educativo. || Tenemos la certeza de que con lo expuesto se con- | tribuirá a revalidar los bosques nacionales como fuen- | te de trabajo y de riqueza, y se aportará un recurso | inestimable para el mejoramiento de la | salud de la economía argentina, que a todos nos preocupa y a | todos nos interesa.

EDITORIAL N°: 06

DATA DE PUBLICAÇÃO: 18 de fevereiro de 1961 (sábado)

CODIFICAÇÃO: CL06/1961

TÍTULO: América concierta sus esfuerzos de cooperación

América Concierta sus Esfuerzos de Cooperación || La realización de la XI Conferencia Interamericana, concertada en el Consejo de la OEA, tras varias postergaciones, para el 24 de mayo próximo, anticipase con signos auspiciosos que es grato señalar. Ya observamos oportunamente, las circunstancias excepcionales en que ella tendrá lugar, pero a la vez el acendramiento del espíritu de la unidad continental con que los pueblos de esta parte del mundo se disponen a encarar sus presentes y eventuales dificultades. En este sentido las manifestaciones del secretario de Estado de la Unión, señor Rusk, ratificadas en sucesivas entrevistas con periodistas y representantes diplomáticos latinoamericanos parecen definir expresamente una orientación internacional del departamento a su cargo, que retomaría las líneas fundamentales y esenciales de la “política de buena vecindad” proclamada por Roosevelt en su histórico mensaje de 1934. || Aunque nada ha obstado en los últimos años a la afirmación común de ideas y sentimientos que hacen a la naturaleza de una auténtica americanidad, al punto que el hemisferio se perfila incluso en el cuadro de Occidente con la coherencia y los rasgos que les son propios e inconfundibles, no hay duda alguna sobre la existencia de problemas nuevos – como los casos de Cuba y la República Dominicana –, que exigirán la prudente y responsable atención de la anunciada asamblea y que tornan más necesaria que nunca la solidaridad e inteligencia de los pueblos americanos. || • Ha dicho el secretario de Estado de la Unión, entre otros conceptos, que “Estados Unidos está preparado para cooperar activamente con todos los países de América para poner fin a la tiranía, ya sea de izquierda o de derecha, y para fortalecer la base económica y social de la democracia, sin la cual ésta es perfectamente vulnerable”. La ayuda técnica y el concurso de capitales son considerados desde tal punto de vista por el señor Rusk como un aporte auxiliar para la defensa de las instituciones representativas, compartidas, al menos, en sus cartas constitucionales, por las naciones del hemisferio, y para la elevación material y espiritual de millones de seres a quienes debe ofrecerse la “sincera alternativa de una vida mejor, dentro de la libertad”. || • Es preciso encarecer aquí el alcance lato de las palabras y recordar, como lo hiciera hace años un ilustre presidente de México, que la política de buena vecindad habría desmembrado su trascendencia histórica si la contempláramos como el instrumento de conveniencia recíproca solo en las circunstancias de peligro. “No es el temor a Europa o a Asia – expresó ese mandatario, Avila Camacho – el que debe unir a los pueblos de América, sino el deseo de servirse a sí mismo y servir a la humanidad con espíritu de armonía y de fe mutua en la fuerza de la civilización”. || En la próxima XI Conferencia Panamericana habrá de insistirse en lograr un programa expreso y efectivo de cooperación continental en todos los órdenes del desarrollo económico y social. Estados Unidos, que no lo había considerado viable en una de las últimas reuniones del Consejo de la OEA, entendiéndose entonces que ello podría establecerse en cambio, por tratativas particulares, se allana ahora aparentemente a buscar una fórmula multilateral de beneficio común y de ejecución inmediata. || El idealismo práctico de Roosevelt resurge quizá como una esperanza de esfuerzos solidarios y fraternales capaces de movilizar para la libre convivencia humana los inmensos recursos aún intactos en la vastedad de América.

EDITORIAL N°: 07

DATA DE PUBLICAÇÃO: 06 de dezembro de 1964 (domingo)

CODIFICAÇÃO: CL07/1964

TÍTULO: Recobremos la pujanza creadora

Recobremos la Pujanza Creadora || Hace exactamente un siglo, o | poco menos... El hombre | plantado frente a la extensión de su | heredad de más de 3.000.000 de ki- | lómetros cuadrados... Era la “inva- | sión de la Pampa”, que sintió incon- | trastable el meditador Ortega y | Gasset, como la sintiera antes Sar- | miento, y que golpeó tras largos años | a la que estimara él injustamente su | sensibilidad dormida. || De allí surgieron ciudades y po- | blaciones que acaban de coronar su | centenario, o que lo aguardan con | escasa diferencia de tiempo, y que | son hoy testimonios de un impulso | creador que parece habérsenos ido | de las manos. Ra- | mallo, Rojas, Rafaela, Las Rosas, Olavarría, Neco- | chea, Suipacha; y aquí mismo no | más Húrlingham, Moreno o Villa | Ballester y, finalmente, la Plata, en | donde se logró en última instancia | el equilibrio federal y la paz interior | del país. || Los festejos que con tal motivo | se llevaron a cabo en las lo- | calidades nombradas y en algunas | otras, debieran cobrar hoy una sig- | nificación imponderable y real, de | verdadera trascendencia patriótica. | ¿En qué medida la Argentina de hoy | ha sabido conservar la pujanza he- | roica y creadora del pasado? ¿Somos | todavía capaces – nosotros, todos – | de encarar con aliento y fe parecidos | al de nuestros mayores empresas de | magnitud siquiera proporcionadas a | la continuidad armónica de la Re- | pública? || No aludimos ya, por obvio senti- | do de dimensión histórica, a los he- | chos inmortales en que éste se inició | y cuya grandeza supone cuasi la le- | vadura mítica de quienes los realiza- | ron, dando en el esfuerzo la sangre | y el espíritu. Ciertamente cruzar | los Andes, afirmar la Independencia | y la libertad común en medio de la | incertidumbre de los acontecimien- | tos y dar cima a la organización un | incierto y dilatado periodo de som- | bra, configuran proezas dignas de | ilustrar los cantos de gesta que acu- | naron el sueño de la civilización oc- | cidental. || Tenemos que ceñirnos antes que | a una mera formulación especula- | tiva, con miras historiográficas de | evocación, a la responsabilidad que | esos hechos de envergadura creado- | ra representan; tenemos que pensar | en la herencia de valor, de carácter, | de idealismo y de confianza que | nuestros mayores nos legaron. Y | tratar de enaltecernos en el propio | esfuerzo. || Como hace cien años; más: | como hace ciento cincuenta | años, cuando Gorostiaga decía con | natural énfasis en la Constituyente: | “El desierto nos rodea por todas par- | tes y vemos la necesidad de crear”, la | Argentina espera en la vastedad des- | poblada de gran parte de su territo- | rio la contribución generosa e inte- | ligente del hombre. || El espejismo de la metrópoli y de las ciudades pujantes que jalonan, | de largo en largo, el itinerario del | país no debe impedirnos enfrentar | una realidad económica y social que | se entra por los ojos. Nuestra su- | perficie poblada – sin contar las | pertenencias heladas de la Antárti- | da – se distribuye, según las últimas | estadísticas, del siguiente modo: 27 | por ciento, alrededor de 20 habitan- | tes por kilómetro cuadrado; 40 por | ciento, 5 habitantes, y 33 por ciento, | apenas 0,8 habitantes por kilómetro. | Es decir que como hace cien, como | hace ciento cincuenta años el desier- | to nos circunda y nos espera. || Tenemos, en verdad, mucho que | hacer si hemos de considerarnos | dignos de aquel legado histórico. La | actual Argentina, que nos duele | “aquí en el lado izquierdo del pecho”, | conforme a la ya proverbial expre- | sión unamuniana, permanece en sus | renovadas reservas de bienes natu- | rales y sus consabidas posibilidades | de desarrollo evidentemente parali- | zada o deliberadamente desconocida. | Quienes en el pasado centenario a | que aludimos levantaron en pleno | desierto, entre un cuadrilongo zan- | jeado y con el auxilio de baguales y | redomones, ya cansinos, como únicos | elementos de carga, los pilares fun- | damentales de ciudades y poblacio- | nes; o bien, quienes más tarde las | hicieron prosperar y enriquecer, tra- | zaron en sus contornos el alambrado | y el riel civilizadores,

arraigaron la | fe pronto enhiesta en sus campana- | rios y cimentaron así su porvenir| – este presente nuestro -, ¿qué ha- | rían hoy si no propender a la trans- | formación de las formas vitales de | nuestra economía: siderurgia, cami- | nos, energía, industrias, técnicas, todo lo | que ha de coadyuvar a sacar a la | Argentina de la abstracción melan- | cólica en que parecieran ir sumién- | dola los acontecimientos? || Recordemos – por último – así, | al paso, una gesta histórica que más | parece una aventura entresacada de | un libro de Julio Verne: la de los | galeses que hace justamente cien | años desembarcaron “en cualquier | lado” del desierto patagónico, y allí, | donde ni siquiera había arboles y sí | un viento aterrador y ululante que | traía detrás de sí los curtidos rostros | de los indios, se pusieron a plantar | trigo. ¡Trigo, sí, en esa tierra anti- | gua y todavía virgen! ¿Cómo este | país donde ocurrieron estos hechos | se va a quedar al margen del pro- | greso? No. La gesta de la Argen- | tina actual debe llamarse acero, | energía, técnica. La gesta vital de | la industria. || Rindamos tributo a aquellas ge- | neraciones arriesgadas, compuestas | por hombres temblados en el servi- | cio de armas – milicos y paisanos | improvisados en la acción de guerra | contra el desierto y el salvaje –, y | hombres y mujeres llegados de todas | partes del mundo sin más bagaje que | su ánimo de trabajar y afincarse con | su hogar en nuestro suelo. Reconoz- | camos su ejemplo, prosigamos sus | huellas, recobremos la pujanza crea- | dora.

EDITORIAL N°: 08**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 14 de maio de 1967 (domingo)**CODIFICAÇÃO:** CL08/1967**TÍTULO:** Nuevo rumbo en Brasil

Nuevo Rumbo en Brasil || En muchas oportunidades hemos expuesto | nuestra opinión acerca de la política se- | guida por el anterior gobierno del Brasil. Tam- | bién hemos señalado, como todo daba a entender, | que con otra conducción las orientaciones cam- | biarían. No nos basábamos sólo en juicios subje- | tivos sobre los hombres que iban a constituir el | nuevo gobierno, sino más bien en la objetiva in- | sustentabilidad de una política inspirada por un | criterio de subordinación. Cuando la visita del | mariscal Costa e Silva a Buenos Aires como pre- | sidente electo ratificamos ese punto de vista, al | mismo tiempo que señalamos, como claro índice, | la elección del ex gobernador de Minas Geraes, | José Magalhaes Pinto, para la conducción de Ita- | maratí. || La exposición que acaba de hacer el canciller | Magalhaes Pinto ante el Congreso brasileño con- | firma de la manera más categórica aquellos pro- | nósticos. Luego del breve interludio en que el ma- | riscal Castelo Branco impuso su rígida visión de | un mundo dividido en dos bloques irreconcilia- | bles, Brasil retorna a una posición cuyo punto de | partida es el registro de los datos concretos de la | realidad mundial. Se formula así una redefinición | integral que toca todos los aspectos de la futura | acción de la diplomacia brasileña. || Frente a los postulados ideológicos dese- | chados se dice ahora: “La política exte- | rior brasileña se alinearé con los intereses nacio- | nales, que reclaman la ejecución de programas | de desarrollo económico y social para eliminar | del país el atraso, la miseria y la ignorancia.” | Esto no es retórica; por el contrario, se trata de | la determinación de un nuevo rumbo que repre- | senta un enfoque totalmente distinto del anterior. | De allí que, como correlato de tal premisa, se | afirme que la política exterior brasileña estará | subordinada al concepto de soberanía y será com- | pletamente objetiva. Soberanía, interés nacional | y objetividad en su promoción y defensa son las | premisas básicas de la política independiente que | los países latinoamericanos reclaman en este | momento especial de la situación mundial. || Es perfectamente coherente con tal filosofía | la definición de los objetivos en materia de co- | mercio exterior y de obtención de capitales ex- | tranjeros para el desarrollo. Experiencias ante- | riores tanto de Brasil como de otros países, de- | mostraron suficientemente que la soberanía y el | apoyo externo para el desarrollo no solo no son | incompatibles sino que se condicionan recíproca- | mente. No es por azar que México sea el único | país del continente que ostente un similar récor- | de de continuidad en su política externa y en su soste- | nido crecimiento económico. || Con el mismo criterio señaló el canciller que | la seguridad está condicionada por el desarrollo | y la prosperidad, y destacó – respondiendo a la | pregunta de un legislador – que la Fuerza Inter- | americana de Paz fue sepultada en la Confe- | rencia de Buenos Aires. Como contrapartida desta- | có que Brasil combate asimismo las intervenciones | de otro signo, como las propugnadas por la Con- | ferencia Tricontinental de La Habana. || En momentos en que la guerra de Vietnam | se convierte en una amenaza cada vez más | peligrosa para la paz mundial, el señor Magalhaes | Pinto manifestó que ese conflicto no era del in- | terés directo de Brasil, que se mantendría alejado | del mismo. “Brasil – dijo – se apartará comple- | tamente de la lucha de Vietnam, pese al hecho de | que el gobierno anterior había enviado algunos | medicamentos, dando la denominada ayuda hu- | manitaria a unos de los bandos. Intentamos man- | tener una política de abstención en el conflicto.” || Es sugestiva, asimismo, la afirmación de que | Brasil no está interesado en aplicar políticas de | control de la natalidad y que, por el contrario, | desea aumentar su población. Tal afirmación im- | plica una definición muy clara respecto de las pre- | misas de la política de desarrollo del actual go- | bierno, que no está dispuesto, por lo visto, a acep- | tar los paliativos que se han puesto de moda para | eludir los compromisos

financieros masivos que | el desarrollo económico exige. || Esta nueva orientación no debe sorprender | a nadie, ni tampoco a nuestro gobierno. | Pero es indispensable que la Argentina registre | las novedades con todo cuidado si no desea que- | dar completamente aislada en su política conti- | nental. Para los que acariciaron alguna vez la | idea de constituir con los brasileños una especie | de “Uruguayana al revés”, inspirada en una con- | cepción ideológicamente estrecha y represiva del | proceso de América latina, las definiciones de Ma- | galhaes Pinto tiene que constituir un llamado | definitivo a la realidad. Si algo hay de seguro en | la futura política brasileña ello será la preocupa- | ción por desvanecer cualquier sospecha acerca de | la existencia de un eje Buenos Aires-Brasilia, ci- | mentado en determinadas afinidades ideológicas. || De más está decir que mucho más grave sería | pretender volcar a nuestro favor la reiterada in- | clinación norteamericana de buscar un país llave | dentro de cada región. Cuando se quieren forzar | coyunturas aparentemente favorables invocando | la condición de amigos fidedignos, no se consi- | guen resultados concretos y es fácil hacer el ri- | | dículo. || Como lo señalamos días pasados, resulta | urgente una nueva definición argentina | en el campo de la política continental. Siempre | hemos considerado que, sobre la base de una | orientación que preserve la soberanía y el interés | nacional y se ponga al servicio del desarrollo, el | entendimiento con Brasil es la condición básica | de una diplomacia argentina eficiente y llena de | sentido. La nueva orientación de Brasilia crea | condiciones favorables que tienen que analizarse | con cuidado, sobre todo porque el nuevo énfasis | que aparentemente pondrá el país vecino en la | integración latinoamericana puede abrir un fren- | te sumamente peligroso para una Argentina diplo- | máticamente aislada.

EDITORIAL N°: 09**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 11 de agosto de 1970 (terça-feira)**CODIFICAÇÃO:** CL 09/1970**TÍTULO:** La violencia como crimen

La Violencia Como Crimen || El asesinato que acaba de consumar en Montevideo el grupo terrorista de los denominados “Tupamaros” ha provocado un sentimiento de horror y un doloroso estremecimiento en las dos márgenes del Plata. Los hechos que ocurren en Uruguay siempre han sido vividos como propios en la Argentina. Con más razón debe ocurrir en estos días, cuando los dos países se encuentran enfrentados con problemas comunes que expresan el punto culminante de una sombría exasperación nacional. || Después del despreciable crimen cometido en la persona del embajador alemán en Guatemala pudo pensarse que ese tipo de delito no volvería a reiterarse. Lamentablemente no ha ocurrido así. Doblemente lamentable que eso haya pasado en Uruguay, el país de América latina donde más profundamente ha calado el sentido de respeto a la vida humana y que supo excluir desde ahora más temprana la violencia y la irracionalidad en la solución de sus problemas políticos. || Desde luego que el origen político de los problemas uruguayos no incluye la caracterización como común del crimen que se acaba de cometer. Este punto debe considerarse poco a poco como de conceptualización clara y pacífica. En la propia guerra es posible la comisión de crímenes. Renunciar a distinguir lo que constituye el margen de las reglas de juego, aun cuando se hace uso de la violencia, equivale a la renuncia de la civilización. El asesinato de un rehén que nada tiene que ver con la disputa está, fuera de toda discusión, más allá de cualquier límite. || Si un grupo revolucionario pretende (sic) lo reconozca como político – es decir, como aspirante a ocupar el poder del Estado o a provocar un cambio de sus titulares –, no tiene más remedio que ajustarse a las reglas elementares que sustenta la comunidad de naciones. Uno de los jefes capturados del movimiento “tupamaro” se ha definido a sí mismo como “prisionero de guerra”. Pues bien: los numerosos ejemplos de guerras civiles sangrientas y genuinas que ha conocido nuestro tiempo han distinguido siempre la existencia de fronteras que no se podían violar. || Fresco está el recuerdo de la guerra española y de la actuación que cupo entonces a la embajada argentina para la protección de las vidas de los que en ella estaban asilados. No se olvida, tampoco, que en aquella ocasión la representación nacional extendió considerablemente más allá de lo que hubiera autorizado una interpretación rigurosa, las áreas de residencia en la que obraba la protección del asilo diplomático. No obstante, a pesar del odio implacable que separó entonces a los dos bandos que dividían al pueblo español al privilegio diplomático fue respetado. Y lo mismo ocurrió durante la última gran guerra, en medio de ocupaciones, “blitzkrieg”, guerrilla y terrorismo. Movimientos nacionales tan indiscutibles como el de Vietnam, Argelia y aun el de Fidel Castro, jamás utilizaron este tipo de procedimientos que han popularizado ahora aquellos que remontan su genealogía política a cualquiera de esos procesos. || Esto es menester sea puesto de relieve para que el repudio que merece este deplorable crimen sea ubicado claramente donde corresponde. Y para que pueda entonces trazarse con la claridad y corrección que corresponde el diagnóstico de esta violencia, que es crimen antes de que se exprese el hecho concreto de asesinar a un hombre indefenso. || El crimen de la violencia radica en la herida que inflige en el cuerpo nacional cuyos males pretende curar. Tal afirmación no supone, de ninguna manera, que sea aceptable una visión aséptica de la historia que excluya otro uso legítimo de la fuerza que no sea el proveniente de su aplicación por el gobierno. La resistencia a la opresión es, efectivamente, en verdadero derecho natural, al margen de que lo haya así definido la Revolución Francesa. Es manifiesto que la autodeterminación de los pueblos antes sometidos al dominio colonial jamás habría sido factible sin la práctica o la

amenaza del uso de la violencia. | Muchos de los procesos más fructíferos de la | historia nacieron no del diálogo entre los hom- | bres sino de la confrontación armada. || Pero las cosas cambian cuando la violencia | deja de ser un instrumento en pos de causas no | solo justas sino racionalmente definidas, para | convertirse en un fin en sí misma. Entonces deja | de ser mecanismo de acción para convertirse en | activismo. Es decir, en la expresión incontenible | de las potencias irracionales. || Nunca un proceso de liberación nacional ha | podido concretarse por el camino del irracionalis- | mo. Así lo demuestra la historia completa de | nuestro siglo, llena de ejemplos de pueblos que | han sacudido dominaciones injustas impuestas | por una casta o por una potencia imperial. | Asimismo, la historia abunda en demostraciones | del resultado a que conduce la violencia irracio- | nal administrada por supuestos libertadores. De | ella han surgido con infalible naturalidad las | diversas variantes de fascismo, incluidas aquellas | que, aparecidas en países subdesarrollados, han | llevado a sus puntos extremos la dependencia de | los factores eternos que se decía enfrentar. || No es el caso de abrir juicio sobre la activi- | dad subversiva en cuanto tal, sobre todo | cuando ella se ejerce en un país extranjero. Es | cierto que a la violencia ejercida desde arriba, | corresponde naturalmente la reacción en procura | de la libertad. | Pero la lucha por la libertad justamente en función de la causa persigue, | supone el juego de reglas. De esas reglas, la | primera es la de asumir el riesgo que supone | caer en la acción. Pretender cubrir ese riesgo con | el escudo de la vida de un tercero es deplorable | desde el punto de vista ético y desmoralizador | desde ángulo de la libertad que se invoca. | Sobre todo cuando esa libertad es, nada menos, | que la de toda una Nación que segundo se dice se | desea consolidar en su soberanía y en su capaci- | dad de autodeterminación. || La libertad no tiene sentido sin la vida. De | allí que el derecho a la vida sea el primero de | todos. La guerra y el combate autorizan, natu- | ralmente, que esa vida sea preña de una liber- | tad que puede estar en cuestión. Nunca, en | cambio, pueden permitir que se utilice la vida en | sí misma como prenda de coacción. Una cosa es | la vida jugada y tomada con riesgo; otra, la | que se usaba como carta de chantaje y cobrada | en la hora de rencor. || En este caso, la motivación no puede ser | nunca la de quien marcha por el camino de la | liberación nacional. Por el contrario, la que en | realidad arma el brazo homicida es la creencia | nietzscheana en el “superhombre” y la asunción | personal de esa sobrehumanidad. Así es posible | juzgar a un hombre y ejecutarlo y pretender | luego, que ese crimen común es un paso legitima- | ble dentro de una lucha revolucionaria. || La “guerra urbana” llega así al estallido | desesperado de su propia frustración. Ernesto | Guevara tuvo la grandeza de enfrentar en un | casi suicidio voluntario, el fracaso del camino | que había adoptado como modelo; la guerra | campesina en un continente que no era el Viet- | nam. La variante subversiva actual, en cambio | transita desdichadamente a un epílogo sin noble- | za. Solo apto para suministrar armas ideológicas | al arsenal de quienes creen que la única función | de Estado es reprimir cualquier amenaza que | enfrente se actual estructura. || Los pueblos latinoamericanos abrumados | por el subdesarrollo y sedientos de jus- | ticia y liberación enfrentan hoy no solo la | resistencia de quienes medran con el estanca- | miento sino esta nueva amenaza que se encarna | en la violencia irracional. No se trata solo de | expresar el repudio ante un asesinato inexplica- | ble. Lo que corresponde es meditar cómo el | crimen de la violencia es la negación de la | libertad y la antesala de la peor dictadura.

EDITORIAL Nº: 10**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 03 de março de 1973 (sábado)**CODIFICAÇÃO:** CL 10/1973**TÍTULO:** Cuba y Latinoamérica

Cuba y Latinoamérica || El gobierno de Fidel Castro | dio recientemente un signi- | ficativo paso a favor de la disten- | ción de las relaciones continentales | al afirmar un tratado con Estados | Unidos sobre piratería aérea, en | virtud del cual reexpedirá para su | juzgamiento a los secuestradores | de aviones que recalen en la isla | caribeña. Ahora, Cuba ha avanza- | do aún más hacia su reincorpora- | ción al sistema interamericano. || En Nueva York, en la sede de la | misión venezolana ante las Nacio- | nes Unidas, el representante de La | Habana se hizo presente en la reu- | nión en que los países latinoameri- | canos comenzaron a debatir una | posición y una estrategia comunes | en defensa de las soberanías nacio- | nales sobre los mares, hasta llegar | a las 200 millas de la respectiva | costa. Hace ya doce años, | el gobierno estadounidense impulsó la separa- | ción de Cuba de la Organización | de los Estados Americanos. Aun | con arduas resistencias de algunos | países hispanoamericanos – entre | ellos la Argentina –, la moción de | EE.UU. fue aprobada. Castro, des- | de La Habana, contestó con un de- | tonante discurso ante una multitud, | en el que reafirmó totalmente la | posición que venía sustentando el | gobierno surgido de la guerrilla de | Sierra Maestra. Era la época de | la llamada tesis de “la exportación | de la revolución cubana” y que los | mismos cubanos calificaban como | “la solidaridad con la lucha de los | pueblos por su liberación”. Fue la | era del bloque y de los cuasien- | frentamientos entre EE.UU. y la | URSS, cuya esfera de influencia | y de intereses accedió al Atlántico | central y al Caribe. || La situación actual es bien dis- | tinta. Y no solo porque en Cuba | cedió el infantilismo de la tesis de | la “exportación” y se ha acentuado | el acercamiento entre norteameri- | canos y soviéticos o porque Wash- | ington haya tendido líneas hacia | Pekin o comiencen a retirarse de | Indochina. La realidad de la polí- | tica internacional (en interior, en | muchos casos) de los países latino- | americanos es diferente. Las vías | de relación de Cuba comprenden a | México (que nunca acató en rompi- | miento de lazos diplomáticos), Pe- | rú y Chile. Buena parte de los go- | biernos hispanoamericanos se han | renovado y La Habana ha remoza- | do su política. || Latinoamérica, en su conjunto, es | algo más independiente en sus po- | líticas internacionales al compás | de la distensión mundial y la dis- | gregación de los bloques surgidos | en la posguerra. Dentro de ella, hay | núcleos de acercamiento poderosos | y Cuba necesita bases más sólidas | para su independencia, que las que | le proporciona su obligada y estre- | cha relación con Moscú. || La cuestión atraviesa no solo | la problemática política o los acon- | tecimientos de la diplomacia, sino | que comprende las realidades eco- | nómicas del nuevo pluralismo mun- | dial, aún incipiente pero ya podero- | so en su atractivo y en las posibili- | dades para las naciones relegadas. || En el mundo actual, con su | historia de curso acelerado, | Cuba no puede ser ya una isla po- | lítica ni América latina una pe- | nínsula. No se trata de un simple | camino hacia la readmisión de Cu- | ba a la OEA y el retorno al statu | quo imposible de hacer en una docena | de años que lo solucione todo. La | paralización de la OEA y de los | demás organismos interamericanos | reconocen causas profundas que el | solo mecanismo diplomático no pue- | de subsanar. Resulta así impres- | cionante una nueva estructuración | del sistema, fundado sobre sólidas | bases que no lesionen las soberanías | nacionales y la perspectiva de que | nuestros países alcancen al desa- | rrollo independiente.

EDITORIAL Nº: 11**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 03 de setembro de 1976 (sexta-feira)**CODIFICAÇÃO:** CL 11/1976**TÍTULO:** Los modelos a prueba

Los modelos a prueba || El año de 1975 pasará a la historia económica de la mayoría de los países subdesarrollados como uno de los períodos más nefastos. En América latina, Brasil y México debieron desacelerar sus ritmos de crecimiento, mientras que otros, como la Argentina, Chile, Perú y Colombia, vieron descender sus productos por debajo del nivel del año anterior. Y las balanzas comerciales cerraron con los mayores déficit de que dan cuenta sus estadísticas. Fue el “coletazo” de la llamada “crisis del petróleo” que los países desarrollados consiguieron transferir hacia los de menor desarrollo. Esto no solo se hicieron cargo de acrecidas facturas por adquisición de combustibles y derivados, sino que debieron solventar el mayor valor de otras importaciones recargadas con el mayor costo inicialmente asumido por los países industrializados, al tiempo que sufrían una contracción de sus mercados de exportación. || La fractura del ensayo peruano, cuya creciente radicalización proponía la sustitución de las estructuras capitalistas por un sistema “comunitarista”, podría justificarse en virtud del carácter exógeno de los factores que provocaron la crisis. Pero no puedo soslayarse la responsabilidad de un “modelo” que luego de largos años de aplicación, no pudo eliminar ni atenuar la más grave falla del subdesarrollo económico: la extrema vulnerabilidad respecto de los cambios externos. No habiendo sido capaz de costearse una efectiva independencia, el modelo perdió base de sustentación. De allí esa operación de salvataje acordada con un consorcio de bancos norteamericanos, que no se limitan a prestar sino que, a la manera del Fondo Monetario Internacional, se reservan el derecho de controlar el cumplimiento del plan económico aceptado. || El impacto sufrido por la economía brasileña fue aún mayor. Desde 1974 la balanza comercial era enormemente deficitaria y el proclomado “milagro” habría entrado en colapso sin el abundante sostén de los centros financieros internacionales que, de una u otra manera, aportaron 12.000 millones de dólares en el término de solo dos años. Pero si Brasil va sobrellevando esa adversidad, evitando una crisis de peligroso impacto sobre sus estructuras sociales y políticas, no es sin haber comprobado, al igual que Perú, que el modelo puesto en práctica no había eliminado la vieja vulnerabilidad externa de su economía. Desde 1964 se había apuntado hacia fuera, confiando el crecimiento a una constante expansión de las exportaciones y cuidando el crecimiento hacia dentro por vía de la integración de la economía, que hubiera hecho a ésta menos dependiente del proceso exterior. Es la experiencia que recoge el nuevo plan de desarrollo brasileño, al poner mayor énfasis en el desenvolvimiento de la producción básica que representa la etapa superior de la sustitución de importaciones. || No puede decirse que en el caso argentino haya estado un juego, hacia el año pasado, la suerte de algún modelo de desarrollo, cuando lo que dominó el panorama fue la suma de desorden, demagogia y populismo. Pero la enseñanza que surge de los hechos no es distinta de la que debieron asimilar los otros países. Bastó una adversa relación de intercambio y un deterioro del mercado mundial para que se volviera a repetir, como otras veces, la crisis de pagos externos. Y ya no puede haber duda, luego de tan reiterada experiencia, que cuanto se haga para superar esa crisis sin modificar la estructura dependiente de la economía será un mero paliativo. Una simple manera, ya largamente empleada, de poner una corta distancia entre la crisis de hoy y la subsiguiente.

EDITORIAL N°: 12**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 08 de junho de 1979 (sexta-feira)**CODIFICAÇÃO:** CL 12/1979**TÍTULO:** La Biblioteca Nacional

La Biblioteca Nacional || La reciente renuncia de su director ha puesto nuevamente en primer plano el caso de la Biblioteca Nacional, una institución de la más alta relevancia cultural y a la cual sus carencias en presupuesto e infraestructura le impiden no solamente cumplir su función sino incluso preservar el irremplazable acervo documental y bibliográfico que le ha sido confiado. Coincidentemente, la no asignación de fondos para la prosecución a ritmo conveniente de su nuevo edificio, en construcción, posterga sine die su manejo eficaz, a pesar de efímeras “preinauguraciones”, y se resuelve en frustración. || Lo grave es que esta frustración gira en torno de una de las instituciones más valiosas y significativas de la cultura argentina: la Biblioteca Nacional, que naciera con la Patria en 1810 y que representa uno de los bastos fundamentales de la estructura espiritual del país. En 1958 se había decidido construir un nuevo edificio e iniciar los trámites de llamado a concurso para el correspondiente anteproyecto. Ya entonces debía albergar las 500.000 piezas que constituían su patrimonio (hoy se ha triplicado) y el viejo inmueble de la calle México – construido para local de la Lotería Nacional y destinado a la Biblioteca en 1901, por decisión del presidente Roca – no respondía a las necesidades más elementales ni brindaba seguridad al mantenimiento del acervo bibliográfico, ni permitía programar más y mejores proyecciones de sus servicios. El ministro Luis McKay tomó la iniciativa de afectar un predio adecuado y en 1960 convocó el concurso. Obviamente, se aprobaron los recursos que correspondían y se echó a andar una obra pública ambiciosa, realmente excepcional. No se trató entonces de un proyecto demasiado audaz, ni tampoco de una utopía, simplemente porque tenía el respaldo de una política de expansión económica sólida y eficaz. || En aquel proceso, la nueva Biblioteca Nacional estaba incierta en la política de desarrollo e iba a ser una de sus expresiones más jerarquizadas. No era, no podía ser, la Biblioteca Nacional del país subdesarrollado, de la economía estancada, del atraso social y de la anemia constante. Tenía que ser la consecuencia de la transformación de la estructura productiva y debía acercar los dones de la cultura, con una infraestructura amplia y digna, a cada vez más numerosos sectores sociales, como que los creadores de Mayo la pensaron para que sirviera al pueblo y no se la encerrara en el beneficio de las minorías. || Después de 1962, el país debió tomar otro rumbo y con él comenzó el infortunio de proyecto. Diez años después se colocó la piedra fundamental y se prometió solemnemente la terminación de la obra en tres años. Han pasado nueve años para que se alcanzara a cubrir la primera etapa y a la fecha no se ha licitado la segunda, ni se conocen los pliegos de condiciones para la tercera. Al ritmo actual, se necesitarán dos o tres décadas para terminar. Por supuesto que a las trabas burocráticas denunciadas por el director renunciante deben agregarse, como causas decisivas del atraso, las crecientes carencias del erario, expresión inequívoca de una política que constantemente debilita la estructura productiva del país. || Muchas veces hemos explicado desde estas columnas que el desarrollo, si bien está destinado a solventar las necesidades materiales del cuerpo social, no es “materia lista”. No lo es porque, en una correcta concepción, sus frutos están destinados a realizar la dignidad humana y porque – adicionalmente – su realización es el presupuesto irrenunciable para el despliegue de la vida espiritual. || El caso de la Biblioteca Nacional ilustra perfectamente estos extremos. Sólo una comunidad en ascenso puede impulsar – en lugar de postergar – las realizaciones de la cultura. Esta última, a su vez, se ve agravada por las restricciones a que lleva la renuncia a la generación de riqueza. El edificio de la

Biblioteca es el soporte material de | su labor cultural, así como el des- | arrollo económico es el soporte del | despliegue cultural de 25 millones | de argentinos.

EDITORIAL N°: 13**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 07 de outubro de 1982 (quinta-feira)**CODIFICAÇÃO:** CL 13/1982**TÍTULO:** Más allá de las palabras

Más allá de las palabras || La foto que este diario publicó ayer en su | primera plana, que muestra a una de las | “madres de Plaza de Mayo” abrazándose, | acongojada, a uno de los oficiales de policía | que la impedían de proseguir la llamada “mar- | cha de la vida”, y al oficial sosteniéndola | contra su corazón, en una mezcla de acto de | servicio y actitud humanitaria, tiene tal vez | más elocuencia que muchas de las palabras | que hasta ahora hayan podido escribirse pa- | ra demostrar que el problema de los desapa- | recidos y presos sin | proceso es uno de | los más serios que | afronta la comuni- | dad argentina, la | cual no podrá | avanzar sin diluci- | darlo hacia las me- | tas de la reconci- | liación y de la pro- | metida democra- | cia. || La magnitud de | la marcha del mar- | tes, que se realizó a | pesar de la prohi- | bición oficial y tu- | vo un decurso pací- | fico favorecido por | la actitud firme pe- | ro dialogante de | los efectivos poli- | ciales, demuestra | que el problema de | los derechos huma- | nos encarna una | preocupación legí- | tima, no solamente | de las familias | afectadas sino | también de la co- | munidad nacional en su conjunto. || Nadie ignora | que en la Argenti- | na hubo una lucha antisubversiva, ni tampo- | co que una guerra de esa naturaleza entraña | crueldades. No se pretende tampoco volver | atrás el reloj de la historia. | Pero lo que es imprescindible es encon- | trarle una solución al | drama que enlutó al país. || Las madres y los familiares de los desa- | parecidos quieren información. No se resig- | nan a llorar a sus hijos sobre la base de un | sobreentendido. Tampoco tiene conciencia | culpable. La figura de “madre de delincuen- | te terrorista” no aparece en nuestros códi- | gos, ni se compadece con el sentido moral. | Está en la naturaleza que una madre brinde | protección y comprensión a su hijo, más allá | de la clasificación que merezca su conducta. | No es ése un atributo solamente de la civil- | zación, pues la protección de las crías se | registra en las sociedades primitivas y tiene | relevantes ejemplos en la vida animal. Igno- | rar ese dato significa renunciar al primero | de los valores de | nuestra cultura | que es la defensa | ardiente de la hu- | manidad. || De manera que | puede predecirse, | casi con seguridad, | que las “madres de | la Plaza de Mayo”, | las madres sin adi- | tamento de los de- | saparecidos, conti- | nuarán pidiendo | todos los días de su | vida, y por todos | los medios imagi- | nables o no, el es- | clarecimiento de la | suerte corrida por | sus hijos. No es al- | go que se pueda | contrariar con una | ordenanza o con un | decreto, pues co- | rresponde al orden | de los sentimientos | y se ubica en la zo- | na del derecho na- | tural, previo a | cualquier legisla- | ción positiva. || El gobierno de- | be dar los pasos | que sea menester | al encuentro de estas preocupaciones, para que | ellas no se vuelvan obsesivas y terminen en- | quistándose profundamente en la vida social y | política argentina. Es deseable una nueva acti- | tud, la cual, desde luego, debe partir de la base | de que existen sentimientos respetables en jue- | go y que, sin aceptar a la subversión capaz de | erosionar la autoridad del Estado, es posible | superar los crueles tramos recientes de nuestra | historia mediante el simple expediente del diá- | logo, de las explicaciones, de la comprensión.

EDITORIAL N°: 14**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 06 de junho de 1985 (quinta-feira)**CODIFICAÇÃO:** CL 14/1985**TÍTULO:** Historia, técnica, identidad

Historia, técnica, identidad || Según cables fechados en Moscú, la URSS acaba de adoptar una resolución tendiente al “perfeccionamiento de la remuneración de los científicos y los técnicos”, con la finalidad de “interesar en mayor grado, moral y materialmente, a dichas categorías de trabajadores en la puesta a punto y aplicación más rápida de las técnicas recientemente descubiertas”. La necesidad de la modernización ha llevado así a modificar la tradición soviética de la nivelación de salarios o, en todo caso, de la ventaja de ingresos acordada a los trabajadores “productivos” antes que a los “cuadros” de ingenieros y técnicos. || Este retoque a la ideología sirve para mostrar que ningún país del mundo moderno, ni siquiera la segunda superpotencia a pesar de inmensa concentración de poder y recursos que abarca, puede desdeñar en unos días la modernización. El mundo está cambiando muy aceleradamente, hasta el punto de que resulta ya difícil definir el perfil del tercer milenio, a quince años de distancia. En tales condiciones, la pérdida de ritmo entrafía una desmejora que puede llegar a ser cualitativa. || En el trance de elegir entre el sistema de ideas y el retraso relativo, ningún país se pronuncia a favor de la ideología y ello con prescindencia de sus características capitalistas o socialistas. China ha dado un giro espectacular introduciendo en su territorio zonas donde la economía del mercado coexiste con la planificación centralizada. La experiencia – sugerida por el reintegro territorial de Hong Kong, una zona de fuerte concentración de inversiones multinacionales, con respeto durante considerable tiempo por su status actual – está siendo extendida a una casquete del territorio continental. Pekín busca, por ese medio, acelerar el proceso de concentración de capital y, sobre todo, estar en contacto con las nuevas técnicas y formas de administración desenvueltas por el capitalismo occidental, hacia el cual ha dispuesto una amplia apertura. || Otro ejemplo lo brinda Francia, donde el gobierno socialista de François Mitterrand, por otra parte profundamente “Atlantista”, redimensiona su aparato industrial buscando no solamente configurar una Europa con autonomía y influencia, sino también balancear el despliegue que Estados Unidos y el Japón están haciendo en una serie de industrias de punta. París no ha vacilado, en tal sentido, remodelar actividades como la siderurgia, a pesar de la fuerte protesta obrera de las regiones afectadas. Y la oposición de derecha señala la similitud de algunas de sus medidas económicas con las ya conocidas en Estados Unidos, a pesar de que ambos países están hoy en distinto campo ideológico. || Volviendo a la Unión Soviética, cuando Gorbachov habla de generalizar la introducción de “robots” en las fábricas no hace sino responder, en el terreno industrial, al mismo desafío ya conocido en materia militar. Es que ambos campos no están desconectados. No hay un desenvolvimiento de la ciencia para la guerra y otro para la paz. Como no hay un potencial militar que no esté solventado por un adecuado despliegue de la industria y, en general, de la producción. || Por otra parte, la tendencia universal a la coexistencia debe llevar al desarme nuclear, pero eso no quiere decir que la competencia entre los dos mundos (capitalista y socialista) vaya a desaparecer mágicamente. Ella persistirá, pero en el terreno de la organización social. Solo que cada “modelo” deberá demostrar sus resultados en activa competencia con el otro, sobre la explanada de un mundo que cada día se compacta más y, con ello, tiende a ser el mundo-uno del que hablaban algunos utopistas de la posguerra. || La lección deducible es que el desafío tecnológico debe ser levantado, en la medida de lo posible, por cada comunidad política organizada. No hacerlo no solamente equivale a perder puestos en el ranking mundial (lo cual pudiera ser considerado como una cuestión

meramente depor- | tiva), sino también a sufrir las | consecuencias del desarme eco- | nómico y, por añadidura, mili- | tar. Es decir, pérdida consisten- | te de la capacidad de decidir en | los propios asuntos y disgrega- | ción de los componentes inter- | nos de la nación afectada por la | parálisis, con eventual tenden- | cia a la pérdida territorial. || Bastará con mirar el mapa de | comienzos de siglo para advertir | la enorme cantidad de cambios | políticos ocurridos en el mundo. | Imperios han desaparecido. | Formaciones coloniales se han | evaporado. Un centenar de nue- | vas naciones ingresó a la arena | internacional. Las fronteras | quedaron varias veces remode- | ladas. Amplios contingentes de | personas debieron abandonar la | tierra de sus nacimientos y tra- | diciones para emigrar. || América latina ha estado al | margen de esos embates de la | historia, pero no parece que ese | aislamiento vaya a perdurar. La | pura lucha por la existencia de- | berá entonces estar solventada, | también en esta región, que no | es espectral, por el desarrollo de | los recursos naturales y huma- | nos, por la industrialización | acabada y por la amplia incor- | poración de capitales y técnicas, | que en buena parte deberán pro- | venir del exterior. No hay otro | secreto que crecer si se quiere | preservar la identidad.

EDITORIAL Nº: 15**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 09 de outubro de 1988 (domingo)**CODIFICAÇÃO:** CL 15/1988**TÍTULO:** Desequilibrios demográficos

Desequilibrios demográficos || En las últimas décadas se registró en la mayoría de los países latinoamericanos un proceso de rápida urbanización que devino en la creación de grandes asentamientos con diferentes grados de precariedad, y que expuso la existencia de graves problemas en la estructura económica de los países y, en la mayoría de los casos, el insuficiente ritmo de industrialización. || Un estudio de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe señala que mientras entre 1950 y 1985 la población total latinoamericana y caribeña creció aproximadamente dos veces y media, la población urbana se multiplicó por cuatro y la rural por solamente 1,3. Debido a ello, mientras en 1950 el nivel de urbanización era de 41 por ciento, en la actualidad alrededor del 60 por ciento de la población de la región vive en ciudades. Ese porcentaje es mucho más elevado en la subregión del Cono Sur, que abarca la Argentina, Chile, y Uruguay, donde el nivel de urbanización supera el 84 por ciento. || Las corrientes migratorias citadas han tenido, a grandes rasgos, dos impulsos principales. || Uno de ellos es la incapacidad de las explotaciones rurales para albergar a las nuevas generaciones de pobladores, que se dirigen por lo tanto a buscar trabajo en los grandes centros urbanos. || Otra ha sido el propio dinamismo de esos centros que, por sustentar procesos de industrialización, creó oportunidades de trabajo para los habitantes del interior de los países y en algunos casos de naciones vecinas. || Para algunos investigadores existe además un factor más o menos autónomo tal como el atractivo que genera en los más jóvenes el modo de vida urbano, con lo cual pueden llegar a producirse situaciones de escasez de mano de obra en algunas regiones rurales. || Pero el problema fundamental de los movimientos de población es que generaron profundos desequilibrios sociales, en tanto la actividad económica de las ciudades no ha logrado absorber la oferta de mano de obra generada por las migraciones ni, mucho menos, ofrecer a los nuevos pobladores oportunidades de vida adecuadas. || De este modo, aparecieron en las grandes urbes latinoamericanas, así como en otras del mundo subdesarrollado, gigantescos suburbios de viviendas pobres, en muchos casos precarias, sin los servicios suficientes de agua, iluminación, sanidad, educación y seguridad. || Los nuevos asentamientos transformaron el cuadro económico y político de muchos países, dando lugar a la aparición de nuevas demandas de bienes y servicios, bases para nuevas corrientes políticas y desafíos también inéditos para el mantenimiento de la seguridad. || Las proyecciones de los organismos internacionales indican que la tendencia a la urbanización probablemente se detenga en los próximos años, pero aun que ello suceda existe ya un fenomenal problema que los países tendrán que afrontar. Grandes masas de población necesitan viviendas adecuadas, servicios públicos indispensables y, fundamentalmente, trabajo productivo. || Una de las puntas de ataque de fenómeno debe ser necesariamente el medio rural, cuya situación es diferente de cada país y donde es necesario crear condiciones para evitar el éxodo de las poblaciones. || Por lo que corresponde a nuestro país, esto solo puede lograrse mediante el desarrollo de las regiones del interior, mejorando las condiciones de las explotaciones rurales y estimulando las industrias hasta ahora concentradas en unos pocos centros urbanos. || Promover las industrias creadoras de empleos, establecer políticas de fortalecimiento del mercado interno y facilitar la capitalización, son las únicas alternativas para corregir los desequilibrios poblacionales y ofrecer a los habitantes de las ciudades y del campo las condiciones de vida a que todos ellos aspiran.

EDITORIAL Nº: 16**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 27 de janeiro de 1991 (domingo)**CODIFICAÇÃO:** CL 16/1991**TÍTULO:** La demolición del Odeón

La demolición del Odeón || Más que los golpes de piqueta | que en todos estos días están com- | pletando la demolición de la sala | del teatro Odeón, es la crisis eco- | nómica que vive el país la que la | condena a ingresar el ámbito | de los recuerdos. El teatro, que | estaba a punto de cumplir un | siglo de existencia, y toda la es- | quina de Corrientes y Esmeral- | da, una de las más pobladas de | tradición y evocaciones en la | mitología porteña, se añade así | a tantos otros pilares del patri- | monio cultural que se nos esca- | pan de las manos por fuerza de | la indefensión en los que sumer- | gen las actuales carencias. || El Odeón inició su actividad | en 1891, época de pujanza econó- | mica, como parte de un comple- | jo edilicio que comprendía tam- | bién un hotel y un restaurante. || La sala, ricamente ornamen- | tada y poseedora de todos los | elementos que por entonces | constituían los signos de lujo, | fue proyectada y construida por | un arquitecto alemán, Fernando | Moog, artífice también de un | conjunto semejante en San Mi- | guel de Tucumán que aún exis- | te, compuesto por un teatro, un | hotel y un casino. || Fue en la década de los 80 | cuando se precipitaron los acon- | tecimientos que desembocaron | finalmente en la demolición. En | 1982, luego de un año de inacti- | vidad, el teatro fue cerrado y así | permaneció durante tres años, | hasta que, tras de arduas gestio- | nes de distintas personas y enti- | dades privadas, se logró que el | Ministerio de Educación y Justi- | cia dictara la resolución de 2.988 | por la que se declaró monu- | mento histórico. Tal instrumen- | to aparecía como una manera de | protegerlo y fue promovido des- | de la Secretaria de Cultura ante | los reclamos del propietario del | solar, quien pretendía su reinte- | gro. || Cuatro años después, 1989, | cuando el juicio iniciado por el | titular del inmueble concluyo a | su favor, éste concedió a las au- | toridades un plazo de un año pa- | ra que estas intentaran concre- | tar una transacción financiera | con él. || Durante ese periodo se deci- | dió desafectar al inmueble de su | carácter de monumento históri- | co, atendiendo a que el Estado | no estaba en condiciones de | afrontar su compra y debería | procurarse hallar interesados en otros sectores. Hubo por enton- | ces tratativas con un grupo de | inversores japoneses, así como | también el gobierno francés, | pero el monto de entre 8 y 10 | millones de dólares que deman- | daría solo reciclar la sala teatral, | superó el interés de los | eventuales oferentes. Y final- | mente predio y complejo edilicio | fueron restituidos a su dueño | por la simple y llana razón de | falta de fondos para adquirirlos. || Desde que se conoció pública- | mente el destino final del Odeón, | ámbito secular donde en 1898 se | realizó la primera exhibición | pública en Buenos Aires de una | película cinematográfica – La | llegada del tren de los hermanos Lumiere – y por el cual des- | filaron figuras del arte y del | pensamiento ubicadas como las | máximas de la época, renació la | polémica. || Comentario, discusiones, ges- | tiones oficiales y privadas no tu- | vieron sin embargo la repercu- | sión ni los efectos que se lograron | hace quince años, cuando la ini- | ciativa particular logró evitar la | demolición del teatro Liceo. || Si se cumplen las disposi- | ciones de la Ley 14.800, donde estu- | vo el teatro Odeón deberá levan- | tarse “en ambiente teatral de | características semejantes a las | de la sala demolida”, pero ello | no será suficiente para compen- | sar la pérdida de esa joya archi- | tectónica preñada de tradición y | recuerdos. || Integrantes de la Comisión | Nacional de Monumentos Histó- | ricos, la que intervino activa- | mente en gestiones para evitar | el desenlace de este caso, sostie- | nen que la concesión de tal ca- | rácter debería ir acompañada | por un partida de dinero suffi- | ciente para su mantenimiento y | conservación que, de existir, po- | dría evitar ulterioridades en | muchos casos. Afirmar además | que un monumento histórico no | deja de serlo por el solo hecho de | haber sido desafectado de esa | condición en circunstancias es- | peciales, en cuando ella le ha si- | do

conferida sobre la base del | asesoramiento técnico de todo | un equipo especializado que la | ha fundamentado seriamente. || La relativamente breve histo- | ria de cuanto ocurrió con el edi- | ficio de Esmeralda y Corrientes | revela a las claras que es pro- | ducto de un Estado y de una po- | blación sin recursos económicos | suficientes para intentar salvar | de la destrucción algo que, por | ser parte del patrimonio común, | nos pertenece a todos y, por lo | tanto, no debería poder ser moti- | vo de compra o venta.

EDITORIAL N°: 17

DATA DE PUBLICAÇÃO: 01 de dezembro de 1994 (quinta-feira)

CODIFICAÇÃO: CL 17/1994

TÍTULO: Las oportunidades de un acuerdo

Las oportunidades de un acuerdo || La iniciación de tratativas for- | males entre el Mercosur y la | Unión Europea (UE) abre la | posibilidad de agrandar el espacio | económico creado por los países | latinoamericanos y de generar | nuevas oportunidades comercia- | les y de cooperación para la Ar- | gentina. || Pero la ampliación del mercado | potencial no garantiza un aumen- | to de las ventas externas ni los | acuerdos de cooperación contri- | buyen automáticamente al pro- | greso de las inversiones o la tecno- | logía: para que ello suceda es | necesario contar con polític- | as que permitan a las fuerzas | locales ingresar a los nuevos mer- | cados y aprovechar los aportes | que puedan realizar las naciones | industrializadas. Las conversacio- | nes entre sudamericanos firman- | tes de Tratado de Asunción y la | Comisión Europea comenzaron | hace cuatro años y tendrán un ran- | go formal el año que viene cuando | el Mercosur haya alcanzado su | personería jurídica. || En ese tiempo nuestro país tu- | vo, por momentos, posiciones que | parecieron restar prioridad a la | pertenencia de la Argentina al | Mercosur y priorizar, por el con- | trario, su inclusión en el Tratado | de Libre Comercio de Norteamé- | rica (NAFTA), lo cual, obviamen- | te, debilitaba la perspectiva de un | acercamiento con Europa. || Esta orientación, que generó | una lógica incertidumbre en nues- | tros socios latinoamericanos y en | nuestro país, mostraba un trata- | miento poco cuidadoso de los | compromisos asumidos y un | apego cuestionable a proyectos de | asociación guiados más por razo- | nes ideológicas que por conve- | nientes prácticas. || Una vez opacada la posibilidad | de los países latinoamericanos de | incorporarse al NAFTA y revitali- | zado el Mercosur por la estabiliza- | ción del Brasil, la perspectiva del | acercamiento a la UE se fortaleció. || La Cancillería ha manifestado, | en relación con proyecto, que | el mismo no es una alternativa al | NAFTA y que su negociación no | será fácil ni abrupta. || Es esta una posición adecuada | porque reafirma la consolidación | del Mercosur al convertirlo en ins- | trumento de negociaciones con otras | asociaciones internacionales, es | flexible porque descarta la aper- | tura a negociaciones más amplias | y considera con realismo el curso | de los futuros tratos con la UE. || El acuerdo entre el Mercosur y | la UE puede dinamizar los merca- | dos participantes y viabilizar | acuerdos de cooperación mutua- | mente beneficiosos, especialmen- | te se contribuye a potenciar la polí- | tica de reducción de subsidios y de | protección agrícola ya iniciada por | los países de la Unión. || Pero, para que las empresas lo- | cales aprovechen las oportunida- | des que puedan crear las futuras | negociaciones, no bastan los | acuerdos: también es necesario | contar con una política interna | que estimule la competitividad, | proteja de las ventas subsidiadas y | negocie con firmeza para vencer | las barreras no arancelarias que si- | guen operando aún en los merca- | dos teóricamente más liberaliza- | dos.

EDITORIAL N°: 18

DATA DE PUBLICAÇÃO: 10 de setembro de 1997 (quarta-feira)

CODIFICAÇÃO: CL 18/1997

TÍTULO: Un país hecho por la inmigración

Un país hecho por la inmigración || El Día del Inmigrante, celebrado desde hace muchos años en nuestro país | cada 4 de setiembre, evoca el surgimiento de una nación moderna que, | desde el vamos (sic), fue el resultado de una confluencia de procesos | migratorios de distintas procedencias y contextos históricos y culturales. | De una sociedad en constante transformación que tuvo, también, sus | grandes diseños de futuro. || En Misiones se recordó la fecha con una nueva | Fiesta Nacional del Inmigrante en la que participaron las distintas | colectividades que poblaron nuestro territorio. En Buenos Aires, se anunció | la recuperación del viejo hotel del puerto, que albergó a quienes llegaban | a estas costas y la creación de un Museo de la Inmigración, algo que | nuestro país se debía. || Es cierto que hoy los extranjeros residentes en la | Argentina son apenas el 0,5% de la población y que quedan ya pocos | sobrevivientes de las generaciones pioneras. También es cierto que aquel | sueño argentino del siglo pasado y de comienzos del actual, que fue la | argamasa de nuestra sociedad moderna, pertenece a un recuerdo | excesivamente distante y desatendido. Asimismo, debe recordarse que el | país fecundo de inmigración que supimos ser fue también, luego, un país | de emigración, que soportó sangrías humanas y vio abandonados | recurrentemente los propósitos de edificar una nación de progreso, | libertad y justicia. Hoy no es así, afortunadamente. La Argentina ha sido | receptora de flujos migratorios en los últimos años, si bien estas corrientes | no fueron el resultado de una política deliberada de atracción poblacional | sino, más bien, de los desequilibrios y fluctuaciones económicas y | sociales. || La inmigración de ultramar, que llegó a alcanzar un 30% de la | población total, concluye en la última posguerra y, en los últimos treinta | años, abre paso a la migración de países limítrofes en busca de | oportunidades que, a la larga, fueron menos propicias que las que | encontraron sus antecesores. Así, también, la cultura receptiva y abierta | que fue consustancial con nuestros orígenes constitucionales se tiñó de | problemas con la inmigración ilegal, desajustes entre los cambios | económicos y las oportunidades reales y prevenciones alimentadas por el | prejuicio y la marginalidad. || Hay una deuda con la memoria de aquellas | millones de pequeñas gestas que permitieron nuestras ciudades, caminos, | campos, industrias, escuelas y universidades. Y hay otra deuda, en este | caso, con el mandato generoso de nuestro Preámbulo constitucional.

EDITORIAL N°: 19

DATA DE PUBLICAÇÃO: 02 de janeiro de 2000 (domingo)

CODIFICAÇÃO: CL 19/2000

TÍTULO: Dilemas y desafíos de un nuevo siglo

Dilemas y desafíos de un nuevo siglo || El inicio de este año está cargado de significación y expectativas para el mundo. En nuestro país se agrega el hecho de que acaba de comenzar un nuevo gobierno del cual se esperan cambios importantes en los métodos de gestión del Estado. || Durante el siglo XX se vivió en forma vertiginosa lo mejor y lo peor que pueden dar las transformaciones tecnológicas, políticas y económicas. El período comenzó con el auge de un optimismo tecnológico forjado en los descubrimientos y avances del siglo anterior sobre el cual crecían, también, las esperanzas de paz y progreso. Pero muy pronto, la Primera Gran Guerra rompió un largo período de convivencia europea y culminó para dar lugar, luego de un agitado paréntesis, a una segunda conflagración mundial. || En el interregno entre uno y otro conflicto el mundo conoció el establecimiento de un nuevo sistema de organización social, el socialismo, que ejercería una poderosa influencia en todo el mundo y que se convertiría en el gran enemigo estratégico de las potencias occidentales. La economía de esos años experimentó traumas profundos de depresión, desempleo e hiperinflación. En Alemania, estos fenómenos contribuyeron a la emergencia del nazismo, que se convertiría en una usina de horrores y en una de las marcas más negras que han quedado en la conciencia de una parte de la humanidad. Pero los hombres y las mujeres del siglo empeñaron también sus vidas y sus esfuerzos en la búsqueda del bien común. El trabajo humano en el campo de la ciencia y la tecnología dio lugar a progresos que contribuyeron a mejorar la vida y a alentar esperanzas sobre las posibilidades del mundo del presente y del futuro. || También, a lo largo de la centuria, se extendió el goce de derechos civiles a poblaciones que, en tiempos precedentes, habían permanecido sojuzgadas a soberanías locales o extranjeras. La segunda mitad del siglo comenzó a vivir a la sombra del equilibrio del terror entre las superpotencias. Pero también dio lugar a un auge económico que, aunque con disparidades, influyó en casi todo el mundo [erro de digitación] en los tramos finales del período, la caída de la Unión Soviética dio lugar a un nuevo ordenamiento estratégico, político y cultural caracterizado por una enorme influencia de los Estados Unidos. || El nuevo orden dio lugar a la aparición de nuevas fuentes de conflictos étnicos y religiosos que desafían la imaginación de los gobiernos y cuya administración se ha convertido en uno de los grandes dilemas del mundo contemporáneo. La economía finalizó el milenio en condiciones complejas, con signos de progreso, pero también con una fuerte dosis de inestabilidad y con la certeza de que los beneficios del crecimiento y del desarrollo tecnológico no llegan a la mayoría de los habitantes de este mundo. El estilo de crecimiento que ha dominado a lo largo de la centuria ha provocado, también, un sensible deterioro del ecosistema y ha mostrado que muchas formas de producción y estilos de consumo deberán cambiarse para que el lugar en que vivimos siga siendo habitable. La búsqueda de nuevas formas de convivencia estratégica y política, la extensión de los beneficios del progreso a las poblaciones excluidas y el cuidado de la sustentabilidad ecológica se encuentran, por lo tanto, entre los grandes desafíos que enfrenta la humanidad en la etapa que se abre. || Para la Argentina los desafíos no son menores. A lo largo del siglo el país experimentó enormes transformaciones en todos los órdenes. Sufrió de una fuerte inestabilidad política e institucional, en ocasiones teñidas de tragedia. Incorporó industrias, su estructura social se complejizó y, en no pocos aspectos, alcanzó niveles de desarrollo relativamente importantes. En el último tramo del siglo logró algo inédito en su historia, como establecer instituciones democráticas que virtualmente nadie eludiría calificar de perdurables. || Para el siglo que se inicia queda la tarea fundamental de la recuperación de las instituciones

afectadas por prácticas | de corrupción, falta de independencia de los poderes y diversas formas de | clientelismo. La mejora del sistema de Justicia es, en este sentido, una | prioridad ineludible. En el terreno económico, en la última década se | alcanzó otro logro sustancial como la estabilización económica, lo que creó | condiciones propicias para el crecimiento. Pero, también aquí, quedan | pendientes de resolución tareas fundamentales como avanzar en la | tecnificación y modernización de la estructura productiva y mejorar la | distribución de los frutos del crecimiento. || Las elevadas tasas de | desocupación y pobreza se encuentran, sin duda, entre las herencias más | graves y problemáticas que recibe el nuevo siglo. Uno de los aspectos | cruciales de la actualidad y del futuro que afrontamos es el carácter vital | que tiene el conocimiento en los procesos económicos y sociales. De allí | que la mejora en la educación en todos sus niveles debe ocupar un lugar | prioritario en los proyectos nacionales. Nuestro país ha gozado de un | desarrollo temprano de su sistema educativo y alcanzado niveles de | excelencia que le permitieron generar científicos y técnicos de nivel | internacional. El sistema educativo sufrió, sin embargo, los embates de la | intolerancia política, la falta de proyectos de crecimiento y, en las últimas | décadas, las consecuencias del empobrecimiento de la población y de las | reiteradas crisis fiscales. || Revertir esa situación es quizás uno de los requisitos | centrales para la construcción de un país económicamente fuerte, con un | sistema político más transparente y, en fin, una sociedad más equitativa e | integrada en la que los ciudadanos tengan la posibilidad de desarrollar sus | capacidades en convivencia y libertad.

EDITORIAL N°: 20

DATA DE PUBLICAÇÃO: 02 de março de 2003 (domingo)

CODIFICAÇÃO: CL 20/2003

TÍTULO: Los desafíos de la educación pública

Los desafíos de la educación pública || La educación pública ha sido el pilar sobre el cual se asentó una Argentina | en continuo progreso. Ella forjó la identidad compartida tanto por los | descendientes de pobladores nativos y de mestizos como por los hijos de | inmigrantes que llegaron masivamente al país. Y el lazo social que se | construía en las aulas permitió desarrollar la conciencia cívica, a la vez que el | saber que se transmitía generaba nuevas capacidades para la producción | de riquezas. Así nuestra Nación mostraba, un siglo atrás, su prosperidad | económica y su creciente madurez socio-cultural. La educación pública | logró, de esta manera, conformar una sociedad básicamente homogénea, | que se diferenciaba de las polaridades inequitativas que se registraban en | otros países. || Desde la instrucción elemental hasta el acceso a los niveles superiores, la | educación desempeñó la función de agente de movilidad social, | enriqueciendo el capital humano en provecho de toda la sociedad, al | mismo tiempo que canalizaba las vocaciones personales y las expectativas | de progreso individual. Los niveles de excelencia de la educación pública | supieron ser proverbiales, y sentaron las bases de un incipiente desarrollo | científico que derivó en reconocimientos inéditos para países en desarrollo, | como lo prueba la circunstancia de que Argentina ha contado, a lo largo | del siglo pasado, con tres científicos formados en la universidad pública que | han recibido el Premio Nobel. || Lamentablemente, un irracional y persistente proceso de relegamiento de | la educación se fue imponiendo, y con ello comenzó el deterioro de la | escuela pública. Tan pronunciado ha sido este proceso que hasta puede | directamente asociárselo a la crisis de larga data que obstaculiza el | desarrollo del país. || Se inició, entonces, un camino en sentido opuesto al que ha ido | orientando a los países desarrollados, los cuales han advertido la necesidad | de asignarle prioridad a la educación, ya que de ello depende la edificación | del futuro que se pretende alcanzar. En otras latitudes se jerarquiza la | labor de los docentes, se equipan bibliotecas y se dotan a las aulas de los | recursos técnicos más modernos. En cambio, los herederos de Sarmiento | perciben salarios de subsistencia y los alumnos dificultosamente acceden a | la lectura de libros de texto. Mientras en países como Japón, Estados | Unidos o Francia, los alumnos utilizan media docena de libros por año, en | nuestras aulas cada chico apenas llega a disponer de uno. Desconectada | de la revolución tecnológica, la inmensa mayoría de las escuelas públicas no | cuentan con Internet ni con computadoras. || La urgencia coyuntural es impedir que se presenten perturbaciones en la | marcha del ciclo lectivo. En el grueso de las provincias del país se registran | retrasos en el pago de los salarios docentes, y de no resolverse estos | problemas —así como el referido al pago de los sesenta pesos mensuales | del Fondo de Incentivo Docente que ya lleva un año y medio de retraso—, | surgirán serios trastornos. Ya se ha debido postergar el inicio del ciclo | lectivo en Entre Ríos y en Tucumán, donde existen considerables atrasos | en los pagos, y los docentes manifestaron que se iniciarán medidas de | fuerza de no regularizarse la situación. Por su parte, CTERA anunció que si | no se da respuesta a la deuda que existe en varias provincias, y si no se | paga el referido incentivo docente, se iniciará un plan de acción que | incluye la instalación de una nueva Carpa Blanca frente al Congreso, un | símbolo de protesta que estuvo levantado durante más de mil días, hasta | diciembre de 1999. || Por su parte, el Gobierno anunció el envío de fondos a las provincias para | garantizar el pago de salarios, así como la realización de obras de | infraestructura, entrega de libros, útiles y becas para alumnos necesitados. | Es de esperar que los fondos y la ayuda sean suficientes y oportunos. || El deficiente financiamiento de la educación es un obstáculo creciente, | debido al agravamiento de los problemas fiscales y a la postergación del | área educativa.

Lamentablemente, la situación de crisis extrema en que se halla el Estado en los últimos años no alienta grandes expectativas de cambio, aunque sí permite que las autoridades de las distintas jurisdicciones mancomunen sus esfuerzos a fin de optimizar los recursos disponibles, asegurando la continuidad de las clases y la paulatina mejora de la calidad educativa. || En este último sentido, un primer desafío se halla conformado por el incremento de los días de clase. Muy lejos se hallan los alumnos de nuestras escuelas de contar con el promedio de doscientos días de clase por año que reciben los chicos en otras partes del mundo. A fin de mejorar el rendimiento en este punto, en la jurisdicción de la Ciudad de Buenos Aires la agenda educativa tiene previsto el dictado de 183 jornadas efectivas de clase. La Nación, por su parte, además de trabajar por la continuidad de las clases, deberá promover el incremento de las jornadas educativas en las diferentes provincias. De lograrse un crecimiento de días dictados, se comenzará a revertir una tendencia corrosiva. Esto deberá ser seguido por la incorporación de más instituciones al régimen de doble escolaridad, lo cual asegurará el dictado de más y mejores contenidos. || Junto con la búsqueda de una mejora en el rendimiento de maestros y alumnos, deberá atenderse la situación de los alumnos más necesitados. En la actual coyuntura no puede desconocerse que la función prioritaria de las escuelas públicas se focaliza en brindar una comida diaria a los chicos más carenciados. A la vez que esto ocurre, se deben enfrentar crecientes dificultades para el logro de su función específica: brindar posibilidades de progreso para los menos favorecidos, democratizando el acceso al conocimiento y sentando las bases de un futuro más equitativo.

EDITORIAL N°: 21**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 17 de dezembro de 2006 (domingo)**CODIFICAÇÃO:** CL 21/2006**TÍTULO:** La educación, pilar del progreso y la equidad

La educación, pilar del progreso y la equidad || La instrucción pública fue la palanca que le permitió, en el pasado, a los habitantes de la joven República Argentina adquirir su sentido de pertenencia e identidad social. La escuela se convirtió, desde la Ley 1420 de Educación Pública — dictada tras el Congreso Pedagógico de 1882 —, en un mecanismo de socialización de normas, valores y saberes que permitió que personas de muy diferentes procedencias alcanzaran a contar con bases y horizontes comunes. La escuela pública ha sido, entonces, el pilar sobre el cual se nutrió y desarrolló nuestra sociedad. Y esta institución fue tan eficiente que pronto dio frutos en diversos terrenos. Básicamente, posibilitó la formación ciudadana, la capacitación de técnicos, profesionales y científicos; asentó valores y cosechó reconocimientos. La extensión y calidad de la instrucción pública argentina fue valorada en todas las latitudes y alcanzó a ser un motivo de orgullo de los miembros de nuestra sociedad. La educación fue también el resorte que contuvo o alivió los efectos de diversos trastornos económicos. Pero este modelo tradicional entró en crisis en las últimas décadas y la respuesta que se le trató de brindar en 1993, a través de la Ley Federal de Educación, no resolvió los problemas y causó nuevos padecimientos. || La transferencia de escuelas a la jurisdicción provincial no tuvo el debido correlato presupuestario ni tampoco una razonable uniformidad de contenidos. De este modo, no se cumplieron objetivos como la promoción de diversas orientaciones en el polimodal y se generaron gravísimos cuadros de injusticia educativa. La instrucción pública en las zonas más pobres del país perdió su capacidad transformadora y se terminó brindando un servicio educativo también empobrecido. La disparidad de los contenidos que se enseñaban en cada jurisdicción no ha respondido a ningún criterio federal y razonable. Y la postergación salarial de los docentes aumentó la conflictividad y desnudó el relegamiento institucional de la escuela pública. || La educación es un valor frágil que la Argentina ha sabido cultivar muy bien. Por esto, y a pesar del actual deterioro, sus indicadores de escolaridad primaria y secundaria siguen destacándose en la región. Pero si los estudiantes no pueden acceder a libros, si las escuelas carecen de Internet, si los maestros no tienen compromiso con el aprendizaje y la enseñanza, y si el Estado y la sociedad marginan a los recursos humanos mejor formados, el valor de la educación corre el riesgo de quedar marginado en momentos en los que la información y la producción de conocimientos marcan el ritmo del progreso en el mundo. || La Ley de Educación Nacional que acaba de sancionarse tiene, en este contexto, un valor simbólico y programático que debe servir para recomponer el poder igualador y transformador de la instrucción pública. Ha sido dictada a través de un mecanismo participativo que incluyó a todos los actores de la educación, la sociedad y la política; así, la voluntad reformista cuenta con una muy importante cuota de legitimidad. || La nueva disposición formula cambios que deberían comenzar a implementarse el año próximo: extiende la educación obligatoria de 10 a 13 años; regresa a la distinción entre el nivel primario y el secundario; y busca mejorar la enseñanza de un segundo idioma y de las nuevas tecnologías. Por otro lado, señala un aumento del financiamiento educativo y que los docentes trabajen en una sola escuela y se capaciten a través de una carrera docente. Los maestros del siglo XXI deben tener una formación terciaria o universitaria, con actualizaciones permanentes y acceso a las nuevas tecnologías. Pero con salarios de subsistencia, difícilmente puedan transmitir la importancia que tiene la educación para el progreso personal y social. La Ley de Educación Nacional es expresión de una voluntad de cambio que deberá concretarse mediante pasos destinados a mejorar la calidad de la

instrucción pública y a enriquecer el | potencial de progreso y de equidad que contiene la educación. || **Ante la seria y persistente crisis que presenta la instrucción pública, | la sanción de la Ley de Educación Nacional es expresión de una | voluntad de cambio. Con responsabilidad y transparencia, las | autoridades de las diferentes jurisdicciones deberán promover, | acordar, implementar y sostener las reformas capaces de devolverle | a la educación todo su potencial igualador y transformador.**

EDITORIAL N°: 22

DATA DE PUBLICAÇÃO: 07 de outubro de 2009 (quarta-feira)

CODIFICAÇÃO: CL 22/2009

TÍTULO: El legado que deja Mercedes Sosa

El legado que deja Mercedes Sosa || Las expresiones personales y colectivas de dolor y evocación que acompañaron la | muerte de Mercedes Sosa fueron algo más que un merecido tributo a quien fue la | cantante más importante de la música argentina y una de las mayores exponentes | de la cultura latinoamericana en todo el mundo. || Deja algo más que una extraordinaria obra, a través de sus discos, en los que | recogió lo más rico del cancionero folklórico y la música popular contemporánea. | Con ella se recorre un pedazo de la historia de nuestro país, de sus paisajes, | esperanzas y sufrimientos, de sus poetas, escritores y artistas. Se coincidiera o no | con sus ideas, gustaran más o menos los géneros musicales que cultivó con su voz | prodigiosa, nadie podrá negarle un sitio incomparable como intérprete y como figura | representativa de la cultura nacional. Una figura que trascendió las fronteras | geográficas y llevó su arte a todas partes del mundo; que trascendió también las | fronteras generacionales y juntó a abuelos, padres y nietos en torno a su figura y su | música. || Llegó a ser una personalidad emblemática de nuestra cultura. Con su partida, queda | su voz como expresión de una artista consagrada aquí y en el mundo, que supo | acompañar y unir a los argentinos, en momentos buenos y malos, por sobre las | diferencias y conflictos. || Se la recordará como una de las figuras populares más queridas, y aunque el talento | sea en este caso un atributo intransferible, su legado está también en el cultivo, la | enseñanza y la difusión de expresiones del arte y la cultura popular que tuvieron en | Mercedes Sosa a una incansable promotora. || **El legado que deja Mercedes Sosa como figura emblemática de nuestro país y | América latina está en sus canciones y en la promoción, la enseñanza y la difusión | del arte y la cultura popular.**

EDITORIAL N°: 23

DATA DE PUBLICAÇÃO: 09 de novembro de 2012 (sábado)

CODIFICAÇÃO: CL 23/2012

TÍTULO: Quien quiera oír, que oiga

Quien quiera oír, que oiga || Cuesta encontrar en la historia argentina una | movilización popular como la de ayer. Además | de una multitud nunca vista, varias cosas más | la hacen única. Se hizo a la misma hora en todo el país. No tuvo líderes | ni oradores ni consignas partidarias. || **Todo el mundo fue por sus propios medios.** Cruzó todas las | edades y pese a ser acusada de golpista, fue profundamente | democrática: nada es tan democrático como la gente en la calle. || Es casi imposible hacer un cálculo preciso sobre el número de | manifestantes. Pero si se suman todas las concentraciones y se las | compara con las más grandes de los años recientes y no tan recientes, | hubo más gente que en los cierres de campaña de Alfonsín y de Luder | en el 83. Fue una convocatoria extraordinaria que no la hace mejor a las | otras sino **diferente**. || Las consignas salieron de los mismos autoconvocados, directas y **en | pancartas caseras**. A la gente la sublevan la inseguridad, la | corrupción, las mentiras sobre la inflación, la soberbia y el afán de | perpetuarse eternamente en el poder. Piden más democracia y respeto | a la Justicia y a la Constitución. || **No se vieron agresiones** a la Presidenta, a diferencia del cacerolazo | de septiembre. Sí, carteles con humor, como el que decía: “Cristina: | dejó el micrófono y ponete los auriculares”. O el del juez al que siempre | le tocan las causas contra el Gobierno: “Oyarbide, qué suerte que tenés | para los sorteos. Jugá al Quini”. || Advertido, esta vez el Gobierno trabajó para que la convocatoria | fracasara. Usó argumentos atemorizantes, como que estaba | organizada por grupos de ultraderecha y que atrasan cuarenta años. | Todo en línea con la “gente bien vestida” a la que “sólo le interesa | Miami” de Abal Medina. Al fin, otra muestra de que **el relato patina feo:** | hubo marchas en más lugares y con muchísima más gente. || Y tampoco pudo ocultarla como en septiembre, cuando la televisión | oficial y paraoficial ignoraron olímpicamente la protesta. Claro que era | demasiado pretender que fueran objetivos: alguno mostró la Plaza de | Mayo vacía cuando los actos estaban en otros lados y otro tituló “Caos | en el Tránsito” al pie de las marchas. Canal 7 omitió todo y al final envió | a periodistas a **provocar a los manifestantes:** es la forma cómo | entiende la libertad de prensa el kirchnerismo. || ¿La Presidente es capaz de oír lo que pasó? Si nos guiamos por sus | discursos, no hay lugar para la ilusión: “que nadie pretenda que yo me | convierta en contradictoria con mis propias políticas”, proclamó. Nadie | le pide eso: sólo que atienda los reclamos. Pero **Cristina se ha hecho | adicta a la irrealidad** y no concibe otra forma de ver las cosas que la | que ella tiene. Cree que todo anda bien y a la vez dice: “no voy a aflojar | ni me van a vencer”. Eso de hablar de la última trinchera y sostener que | todo anda fenómeno suena parecido a la esquizofrenia.

EDITORIAL N°: 24

DATA DE PUBLICAÇÃO: 14 de março de 2013 (domingo)

CODIFICAÇÃO: CL 24/2013

TÍTULO: Milagro argentino: un peronista en el trono de San Pedro

Milagro argentino: un peronista en el trono de San Pedro || En un país en el que en broma o en serio casi | todos piensan que todo puede pasar, estalló la | sorpresa. Un shock de emoción y entusiasmo | en la gente, que mezcló al hasta ayer cardenal | Bergoglio con Messi y Máxima y otro que | encadenó **fastidio y desconcierto en el Gobierno**. || El primer Papa no europeo siempre será un argentino. || **Es un especie de milagro**. Aunque no tanto: el apellido Bergoglio es | tan italiano como Pavarotti. Para los católicos italianos, que deseaban | fervientemente volver a tener un Papa propio, como fue una tradición de | siglos, de algún modo lo tienen. Es un Papa con sangre italiana. || Pero a la vez **Bergoglio es un argentino de pura cepa**. Nació en | Flores, hijo de un inmigrante y ferroviario, se recibió en una escuela | técnica estatal y es hincha de San Lorenzo y peronista. || **Un peronista en el Trono de Pedro:** ¿cómo no va a haber shock y | sorpresa? || Devoto de Borges y Marechal, Bergoglio es **también un intelectual**. Y | famoso por su humildad: rechazó la residencia arzobispal y el chofer, y | viaja en subte y colectivo como cualquier hijo de vecino. || Pero la Iglesia no elige argentinos, italianos o alemanes, lo que no | implica que lo ignore. No elige a un italiano para satisfacer a los | italianos, pero no lo deja de tener en cuenta. No elige a un americano | porque **en este continente esté la mayoría de los católicos del | mundo**. Pero con seguridad lo ha pensado. || Bergoglio se convierte en Papa por lo que es y representa: **un hombre | de la Iglesia inteligente y austero** y que ha hecho votos de pobreza. | Es el primer Papa jesuita que al adoptar el nombre de Francisco se | asocia con la pobreza franciscana. Un mensaje y una esperanza luego | de las internas y los escándalos que sacudieron la gestión de | Ratzinger. || Llega a una Iglesia convulsionada pero ante la multitud de fieles que | celebraba en el Vaticano **pronuncia un discurso sencillo, con una | sonrisa serena:** toda una señal. Habrá que ver qué historia inscribe el | nuevo Papa en la historia de la Iglesia. Y qué historia se escribe en la | Argentina. || **Bergoglio fue elegido por los Kirchner como uno de sus enemigos**. | No iban a la Catedral y tampoco lo recibían. Y hasta alentaron | denuncias judiciales por una presunta complicidad con la dictadura en | el secuestro de dos seminaristas. En esta edición, Julio Bárbaro cuenta | que el cardenal le pidió que mediara ante Kirchner y que la gestión | fracasó: el ex presidente se negó a reunirse. || **El problema es que el ninguneado hoy es Papa**. || Las cosas llegaron a un extremo tal que un ex gobernador peronista | relata que Bergoglio subía el volumen de la radio cuando conversaban | porque **temía que lo estuvieran espionando y grabando**. Ni el Gobierno | ni Cristina pudieron disimular ayer el impacto que les causó la noticia. || Los diputados kirchneristas se negaron a interrumpir una sesión para | festejar el histórico nombramiento. La Presidenta le envió un obligado | saludo a Francisco burocrático y más frío que un témpano. Y por la | noche, en Tecnópolis, pareció **querer darle instrucciones sobre | cómo ejercer su pontificado**. La bronca disimulada explotó en las | redes sociales. || Y si faltaba una sorpresa, el Santoral celebró ayer, 13 de marzo, a | Santa Cristina.

EDITORIAL N°: 25

DATA DE PUBLICAÇÃO: 03 de janeiro de 2014 (sexta-feira)

CODIFICAÇÃO: CL 25/2014

TÍTULO: Hay responsables por los cortes de luz, pero callan

Hay responsables por los cortes de luz, pero callan || A Luis XVI la historia lo recuerda por la palabra | *nada*. Es lo que escribió en su diario personal | el 14 de julio de 1789, día de la | toma de la Bastilla, que originó uno de los cambios políticos más importantes para | la humanidad. Pero el monarca no advirtió en ese momento la | revolución francesa. A juzgar por los intentos de minimizar desde | apagones al alza de precios, en Argentina **hay funcionarios que | padecerían el síndrome Luis XVI**. En los últimos 26 años **hubo tres | graves crisis con la luz**. || En 1988 El Chocón dejó de funcionar por el bajo caudal del río Limay. | En febrero de 1999 se rompió la central Azopardo de Edesur y la actual | se atribuye a la extendida ola de calor. || **La diferencia es que en los casos anteriores los presidentes | dieron la cara**. || En 2012 Cristina Kirchner ordenó al actual ministro Axel Kicillof diseñar | otra política de energía. Kicillof reunió a todos los eslabones | (generadores, transportistas y distribuidores) y les anunció un modelo | “con calidad y retribución lógica a las empresas”. Colocó a Emmanuel | Alvarez, actual vice ministro, en Edenor junto a un elenco de cuatro | directores en nombre del Estado: Marcela Scavini, Eduardo Endeiza, | Eduardo Seppi y Victoria Von-Storch. Un hombre de De Vido, Luis | Barletta, se convirtió en el veedor de Edesur y Juan Manuel Abud, otro | alfil de Kicillof es el número uno de Cammesa, la administradora del | mercado eléctrico mayorista. Decididamente, **el Gobierno está | comprometido con el manejo pero en cuanto asomaron los cortes, | eligió correrse de la responsabilidad** y culpar a las empresas. || El sábado, mientras la situación de más de 800.000 usuarios afectados | por el colapso energético seguía empeorando, Jorge Capitanich y De | Vido decidieron pasar a la acción. Dedicaron tres horas a una recorrida | por Atucha II, una obra compleja, prometida para octubre de 2010 y que | según los ministros finalizaría el próximo abril. || **La realidad pinta otro panorama. Con recursos limitados, | profesionales con pocas dotes y otros con noble intención, | Atucha II vive un sinfín de problemas** de acuerdo al monitoreo de | expertos. Lo escribieron en un informe al que **Clarín** tuvo acceso: “**Las | pruebas para poner en marcha continúan en forma caótica**. Cada | día aparecen vicios ocultos producto de la incompetencia. Luego de la | breve conexión a la red con vapor producido con energía externa, pues | el rector no puede funcionar aún, se detectaron defectos de | construcción en los intercambiadores de refrigeración intermedia. Una | de las bombas del circuito de control del agua pesada se dañó durante | las pruebas”. Y como si fuera una obra de la picaresca, hasta surgieron | tropiezos con el entrenamiento del personal. || **Argentina invirtió en un simulador que construyó Tecnatom y en | lugar de instalarlo aquí, quedó en San Sebastián de los Reyes, || Madrid**. Así, los operadores deberán ir a España para capacitarse. || Entre tanto, las dos distribuidoras de luz, Edesur, de la italiana Enel, | y Edenor, del empresario argentino Marcelo Mindlin, aseguran estar | técnicamente quebradas. Estas firmas, que cobran al 90% de los | usuarios de la Capital y el conurbano una factura bimestral promedio de | \$ 70, afirman que no reciben subsidios. Los 70.000 millones de pesos | anuales en subsidios van a pagar la cuenta de las generadoras de la | energía. Y el grueso de ese dinero compensa la diferencia entre el valor | del combustible importado y lo que ingresa por **facturas de luz que | cuestan como una mediana de muzzarella**. || Ambas distribuidoras comenzaron a cobrar un cargo fijo en las facturas | que va de \$ 4 a \$ 10 para nutrir un fideicomiso administrado por el | Banco Nación que debe destinarse a obras. El fondo acumula \$ 1.000 | millones. Tanto en Edenor como en Edesur juran que están haciendo

| las obras. Una pena que el ENRE no informe cuáles. Lo que ocurre es | que **ese organismo de control casi no funciona**. || Su titular, Mario de Casas, respondía a Julio Cobos y luego se pasó al | kirchnerismo puro. Igual cayó en desgracia. Quien mueve la batuta es | Barletta, que reporta a Roberto Baratta, la voz y oídos de De Vido en el | sector. || Por cierto, las distribuidoras Edenor y Edesur **nunca advirtieron | públicamente la delicada situación**. Hacerlo podría significar pagar la | factura completa a de la energía que distribuyen a Cammesa. Con el | guiño de Paula Español, íntima de Kicillof, le giran en cuentagotas el | dinero que les sobra en la caja tras los gastos operativos. || Lejos de esta trama, en Punta del Este, un selecto grupo de banqueros | se reunió con uno de los economistas más respetados y menos | mediático. Los nombres se mantienen en reserva. || **¿El pronóstico? “En 2014 se termina el gradualismo en la política | económica. Hasta ahora el Gobierno evitó programas de shock. | Pero ese enfoque se agotó**. || El aumento de 66% en el boleto de colectivo es un buen ejemplo. No va | a ser el último ya que los cortes convencieron a un sector del Gobierno | de que **el costo político del racionamiento es mayor que el del | tarifazo**”, les dijo. || Un desafío adicional será la puja salarial luego de los aumentos a las | Policías provinciales. Mucho de eso hablaron en el restaurante Marcelo, | de Puerto Madero, los alfiles de Techint, Daniel Novegil y Martín Berardi | con los jefes de la UOM, Antonio Caló, el intendente de Quilmes, | Francisco “Barba” Gutiérrez y Naldo Brunelli. Fue el 26 de diciembre | entre pastas, vino y champán, según el periodista Omar Lavieri, testigo | ocasional. Allí los sindicalistas también quisieron saber si Paolo Rocca | iba a pasar del segundo al primer plano en la conducción de las | gremiales empresarias. Desde Italia les había llegado la información de | que Gianfelice Rocca, el hermano que vive en Milán, acaba de ser | elegido presidente la poderosísima unión empresaria de la Lombardía.

Anexo C – E-mail enviado ao Jornal do Brasil, com resposta do CPDOC/JB

De: Lucineudo Machado Irineu [mailto:lucineudomachado@yahoo.com.br]

Enviada em: terça-feira, 12 de novembro de 2013 16:38

Para: cpdoc@jb.com.br

Assunto: [Grupo de Administracao da Pesquisa] Textos do Jornal do Brasil para pesquisa de doutorado

Caros senhores do Jornal do Brasil, saudações.

Sou Lucineudo Machado, professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e aluno do doutorado em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

Estou desenvolvendo pesquisa de doutorado intitulada "**A EXPRESSÃO DA LATINIDADE NOS PERIÓDICOS JORNAL DO BRASIL E CLARÍN DOS SÉCULOS XX E XXI: UMA ANÁLISE DO ETHOS DISCURSIVO À LUZ DO CONCEITO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS**", que tem como objeto a análise linguística e histórica de elementos textuais dos dois jornais, na seção "Opinião", ao longo dos séculos XX e XXI, no contexto da América Latina. Trata-se de uma pesquisa em Linguística, mais especificamente em Filologia (história dos textos) e em Análise do Discurso (análise dos fatos históricos e sociais pelos textos).

Para tal preciso coletar uma amostra de textos argumentativos (editoriais, artigos de opinião e/ou cartas de leitor) que cubram o período de 1945 a 2014. No News Archive (<http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/>) estão disponíveis os textos até 1999.

Entrei em contato com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e a senhora Flávia Cezar, da Divisão de Informação Documental, me informou que, para conseguir os textos, eu deveria entrar em contato com os senhores a fim de obter autorização para a coleta de 4 exemplares do arquivo do JB na Biblioteca Nacional. São eles: textos opinativos dos anos de 2002, 2005, 2008 e 2011.

Deste modo, pergunto como obter autorização. Ressalto que este projeto de pesquisa tem fomento da CAPES e tem fins exclusivamente científicos, no âmbito dos estudos da linguagem, sem qualquer filiação política ou afim.

Certo de contar com o apoio do JB para mais uma pesquisa científica que enriquecerá os estudos linguísticos de nosso país, agradeço a prévia atenção e aguardo retorno.

Att,

Prof. Ms. Lucineudo Machado Irineu

UERN (Depto. de Letras Estrangeiras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)
PPGL/UFC (Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC)



Este email está limpo de vírus e malwares porque a proteção do avast!
Antivírus está ativa.

Eliane Loss

Para Eu

18 Nov 2013

Boa tarde Prof Lucineudo.

Segue autorização para reprodução de matérias publicadas no Jornal do Brasil, junto a Biblioteca Nacional.

Atenciosamente.

Eliane Lóss

Este email está limpo de vírus e malwares porque a proteção do avast! Antivírus está ativa.

<http://www.avast.com>

- image2013-11-18-081959 .pdf

[BaixarExibir](#)

[Responder](#), [Responder a todos](#) ou [Encaminhar](#) | [Mais](#)



Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2013.

À
BIBLIOTECA NACIONAL


Prezados senhores,

Autorizamos a reprodução de 04 textos publicados no Jornal do Brasil, sendo 01 de cada ano (2002, 2005, 2008, 2011).

Esta autorização tem por finalidade material de pesquisa de doutorado do **Prof. Ms. Lucineudo Machado Trincu**, intitulada "A EXPRESSÃO DA LATINIDADE NOS PERIÓDICOS JORNAL DO BRASIL E CLARÍN DOS SÉCULOS XX E XXI: UMA ANÁLISE DO ETHOS DISCURSIVO À LUZ DO CONCEITO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS".

Lembrando que o material não poderá ser reproduzido em qualquer mídia sem prévia autorização do CPDoc JB.

Atenciosamente,


Eliane Lóss
CPDoc JB

Av. Paulo de Frontin, 568 fundos – Rio Comprido – Rio de Janeiro – CEP 20261-243
Telefones: (21) 3923-4221

Anexo D – Ficha norteadora de registro

FICHA NORTEADORA DE REGISTRO

CODIFICAÇÃO:	
PERIÓDICO:	FATO A QUE SE RELACIONA:
TÍTULO DO TEXTO:	IMAGEM NO TEXTO: () SIM () NÃO. QUAL:
DATA DE PUBLICAÇÃO:	EXTENSÃO DO TEXTO: () PEQUENO () MÉDIO () GRANDE
DIA DE PUBLICAÇÃO:	CONSERVAÇÃO DO TEXTO: () RUIM () BOA () ÓTIMA
PÁGINA (S):	TIPO DE DISCURSO:

SEÇÃO:	GÊNERO DISCURSIVO:
CONTEÚDO TEMÁTICO	VESTÍGIOS DA DÉIXIS TEMPO: ESPAÇO: PESSOA:
LOCAL DE COLETA:	VESTÍGIOS DO LÉXICO
MODO DE COLETA:	VESTÍGIOS DOS ETHÉ
DATA DA COLETA:	VESTÍGIOS DE TD
TURNO DA COLETA:	OBSERVAÇÕES GERAIS: